Os Economistas

KARL MARX

O CAPITAL

CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

VOLUME I

LIVRO PRIMEIRO

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL

TOMO 1

(Prefácios e Capítulos I a XII)

Apresentação de Jacob Gorender
Coordenação e revisão de Paul Singer
Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe

Fundador
VICTOR CIVITA
(1907 - 1990)

Editora Nova Cultural Ltda.

Copyright © desta edição 1996, Círculo do Livro Ltda.

Rua Paes Leme, 524 - 10º andar
CEP 05424-010 - São Paulo - SP

Títulos originais:
Value, Price and Profit; Das Kapital - Kritik der Politischen konomie.

Direitos exclusivos sobre a Apresentação de autoria de Winston Fritsch, Editora Nova Cultural Ltda.

Direitos exclusivos sobre as traduções deste volume: Círculo do Livro Ltda.

Impressão e acabamento:
DONNELLEY COCHRANE GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA.
DIVISÃO CÍRCULO - FONE: (55 11) 4191-4633

ISBN 85-351-0831-9

APRESENTAÇÃO

Em 1867, vinha à luz, na Alemanha, a primeira parte de uma obra intitulada *O Capital*. Karl Marx, o autor, viveu, então, um momento de plena euforia, raro em sua atribulada existência. Durante quase vinte anos, penara duramente a fim de chegar a este momento — o de apresentar ao público, conquanto de maneira ainda parcial, o resultado de suas investigações no campo da Economia Política.

Não se tratava, contudo, de autor estreante. À beira dos cinqüenta anos, já imprimira o nome no frontispício de livros suficientes para lhe assegurar destacado lugar na história do pensamento. Àquela altura, sua produção intelectual abrangia trabalhos de Filosofia, Teoria Social, Historiografia e também Economia Política. Quem já publicara *Miséria da Filosofia*, *Manifesto do Partido Comunista*, *A Luta de Classes em França*, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *Para a Crítica da Economia Política* — podia avaliar com justificada sobranceria o próprio currículo. No entanto, Marx afirmava que, até então, apenas escrevera bagatelas. Sentia-se, por isso, autor estreante e, demais, aliviado de um fardo que lhe vinha exaurindo as forças. Também os amigos e companheiros, sobretudo Engels, exultavam com a publicação, pois se satisfazia afinal a expectativa tantas vezes adiada. Na verdade, pouquíssimos livros desta envergadura nasceram em condições tão difíceis.

1. Do liberalismo Burguês ao Comunismo

Este homem, que vivia um intervalo de consciência pacificada e iluminação subjetiva em meio a combates políticos, perseguições e decepções, nascera em 1818, em Trier (Trevès, à francesa), sul da Alemanha. Duas circunstâncias lhe marcaram a origem e a primeira educação.

Trier localiza-se na Renânia, então província da Prússia, limítrofe da França e, por isso, incisivamente influenciada pela Revolução Francesa. Ao contrário da maior parte da Alemanha, dividida em numerosos Estados, os camponeses renanos haviam sido emancipados da servidão da gleba, e das antigas instituições feudais não restava muita coisa na província. Firmavam-se nela núcleos da moderna indústria fabril

em torno da qual se polarizavam as duas novas classes da sociedade capitalista: o proletariado e a burguesia. A esta primeira e poderosa circunstância social se vinculava uma outra. As idéias do iluminismo francês contavam com muitos adeptos nas camadas cultas da Renânia. O pai de Marx — tal a segunda circunstância existencial — era um desses adeptos.

A família Marx pertencia à classe média de origem judaica. Hirschel Marx fizera brilhante carreira de jurista e chegara a Conselheiro da Justiça. A ascensão à magistratura obrigara-o a submeter-se a imposições legais de caráter anti-semita. Em 1824, quando o filho Karl tinha seis anos, Hirschel converteu a família ao cristianismo e adotou o nome mais germânico de Heinrich. Para um homem que professava o deísmo desvinculado de toda crença ritualizada, o ato de conversão não fez mais do que sancionar a integração no ambiente intelectual dominado pelo laicismo. Karl, que perdeu o pai aos vinte anos, em 1838, recebeu dele orientação formadora vigorosa, da qual guardaria recordação sempre grata.

Durante o curso de Direito, iniciado na Universidade de Bonn e prosseguido na de Berlim, o estudante Karl encontrou um ambiente de grande vivacidade cultural e política. O supremo mentor ideológico era Hegel, mas uma parte dos seus seguidores — os Jovens Hegelianos — interpretava a doutrina no sentido do liberalismo e do regime constitucional democrático, podando os fortes aspectos conservadores do sistema do mestre, em especial sua exaltação do Estado. Marx fez a iniciação filosófica e política com os Jovens Hegelianos, o que o levou ao estudo preferencial da filosofia clássica alemã e da filosofia em geral. Esta formação filosófica teve influência espiritual duradoura e firmou um dos eixos de sua produção intelectual.

Se foi hegeliano, o que é inegável, nunca chegou a sê-lo de maneira estrita. Não só já encontrou a escola hegeliana numa fase de cisão adiantada, como ao seu espírito inquieto e inclinado a idéias anticonservadoras, na atmosfera opressiva da monarquia absolutista prussiana, o sistema do mestre consagrado devia parecer uma camisa-de-força. Em carta ao pai, já em 1837, escrevia: "a partir do idealismo (...) fui levado a procurar a Idéia na própria realidade (...)". A esse respeito, também é sintomático que escolhesse a relação entre os filósofos gregos materialistas Demócrito e Epicuro para tema de tese de doutoramento, defendida na Universidade de Iena. Embora inspirada nas linhas mestras da concepção hegeliana da história da filosofia, desponta na tese um impulso para transcender àquela concepção, num sentido que somente mais tarde se tornaria claro.

Em 1841, Ludwig Feuerbach dava a público *A Essência do Cristianismo*. O livro teve forte repercussão, pois constituía a primeira investida franca e sem contemplações contra o sistema de Hegel. O idealismo hegeliano era desmistificado e se propunha, em seu lugar,

uma concepção materialista que assumia a configuração de antropologia naturista. O homem enquanto ser natural, fruidor dos sentidos físicos e sublimado pelo amor sexual, colocava-se no centro da natureza e devia voltar-se para si mesmo. Estava, porém, impedido de fazê-lo pela alienação religiosa. Tomando de Hegel o conceito de alienação, Feuerbach invertia os sinais. A alienação, em Hegel, era objetivação e, por conseqüência, enriquecimento. A Idéia se tornava ser-outro na natureza e se realizava nas criações objetivas da história humana. A recuperação da riqueza alienada identificava Sujeito e Objeto e culminava no Saber Absoluto. Para Feuerbach, ao contrário, a alienação era empobrecimento. O homem projetava em Deus suas melhores qualidades de ser genérico (de gênero natural) e, dessa maneira, a divindade, criação do homem, apropriava-se da essência do criador e o submetia. A fim de recuperar tal essência e fazer cessar o estado de alienação e empobrecimento, o homem precisava substituir a religião cristã por uma religião do amor à humanidade.

Causador de impacto e recebido com entusiasmo, o humanismo naturista de Feuerbach foi uma revelação para Marx. Apetrechou-o da visão filosófica que lhe permitia romper com Hegel e transitar do idealismo objetivo deste último em direção ao materialismo. Não obstante, assim como nunca chegou à plenitude de hegeliano, tampouco se tornou inteiramente feuerbachiano. Apesar de jovem e inexperiente, era dotado de excepcional inteligência crítica, que o levava sempre ao exame sem complacência das idéias e das coisas. Ao contrário de Feuerbach, que via na dialética hegeliana apenas fonte de especulação mistificadora, Marx intuiu que essa dialética devia ser o princípio dinâmico do materialismo, o que viria a resultar na concepção revolucionária do materialismo como filosofia da prática.

Entre 1842 e 1843, Marx ocupou o cargo de redator-chefe da *Gazeta Renana*, jornal financiado pela burguesia. A orientação liberal do diário impôs-lhe freqüentes atritos com a censura prussiana, que culminaram no fechamento arbitrário. Mas a experiência jornalística foi muito útil para Marx, pois o aproximou da realidade cotidiana. Ganhou conhecimento de questões econômicas geradoras de conflitos sociais e se viu diante do imperativo de pronunciar-se acerca das idéias socialistas de vários matizes, que vinham da França e se difundiam na Alemanha por iniciativa, entre outros, de Weitling e Moses Hess. Tanto com relação às questões econômicas como às idéias socialistas, o redator-chefe da *Gazeta Renana* confessou com lisura sua ignorância e esquivou-se de comentários improvisados e infundados. Assim, foi a atividade política, no exercício do jornalismo, que o impeliu ao estudo em duas direções marcantes: as da Economia Política e das teorias socialistas.

Em 1843, Marx casou-se com Jenny Von Westphalen, originária de família recém-aristocratizada, cujo ambiente confortável trocaria

por uma vida de penosas vicissitudes na companhia de um líder revolucionário. Marx se transferiu, então, a Paris, onde, em janeiro de 1844, publicou o único número duplo dos *Anais Franco-Alemães*, editado em colaboração com Arnold Ruge, figura destacada da esquerda hegeliana. A publicação dos *Anais* visava a dar vazão à produção teórica e política da oposição democrática radical ao absolutismo prussiano. Naquele número único, veio à luz um opúsculo de Engels intitulado *Esboço de uma Crítica da Economia Política*, acerca do qual Marx manifestaria sempre entusiástica apreciação, chegando a classificá-lo de genial.

Friedrich Engels (1820-1895) era filho de um industrial têxtil, que pretendia fazê-lo seguir a carreira dos negócios e, por isso, afastara-o do curso universitário. Dotado de enorme curiosidade intelectual, que lhe daria saber enciclopédico, Engels completou sua formação como aluno-ouvinte de cursos livres e incansável autodidata. Viveu curto período de hegeliano de esquerda e também sentiu o impacto da irrupção materialista feuerbachiana. Mas, antes de Marx, aproximou-se do socialismo e da Economia Política. O que ocorreu na Inglaterra, onde esteve a serviço dos negócios paternos e entrou em contato com os militantes operários do Partido Cartista. Daí ao estudo dos economistas clássicos ingleses foi um passo.

O *Esboço* de Engels focalizou as obras desses economistas como expressão da ideologia burguesa da propriedade privada, da concorrência e do enriquecimento ilimitado. Ao enfatizar o caráter ideológico da Economia Política, negou-lhe significação científica. Em especial, recusou a teoria do valor-trabalho e, por conseguinte, não lhe reconheceu o estatuto de princípio explicativo dos fenômenos econômicos. Se estas e outras posições seriam reformuladas ou ultrapassadas, o *Esboço* também continha teses que se incorporaram de maneira definitiva ao acervo marxiano. Entre elas, a argumentação contrária à "Lei de Say" e à teoria demográfica de Malthus. Mais importante que tudo, porém, foi que o opúsculo de Engels transmitiu a Marx, provavelmente, o germe da orientação principal de sua atividade teórica: a crítica da Economia Política enquanto ciência surgida e desenvolvida sob inspiração do pensamento burguês.

Os *Anais Franco-Alemães* (assim intitulados com o objetivo de burlar a censura prussiana) estamparam dois ensaios de Marx: a *Introdução à Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* e *A Questão Judaica*. Ambos marcam a virada de perspectiva, que consistiu na transição do liberalismo burguês ao comunismo. Nos anos em que se encontravam em gestação as condições para a eclosão da revolução burguesa na Alemanha, o jovem ensaísta identificou no proletariado a classe agente da transformação mais profunda, que devia abolir a divisão da sociedade em classes. Contudo, o procedimento analítico e a formulação literária dessas idéias mostravam que o autor ainda não adquirira ferramentas

discursivas e linguagem expositiva próprias, tomando-as de Hegel e de Feuerbach. Do primeiro, os giros dialéticos e a concepção teleológica da história humana. Do segundo, o humanismo naturista. A novidade residia na introdução de um terceiro componente, que seria o fator mais dinâmico da evolução do pensamento do autor: a idéia do comunismo e do papel do proletariado na luta de classes.

O passo seguinte dessa evolução foi assinalado por um conjunto de escritos em fase inicial de elaboração, que deveriam resultar, ao que parece, em vasto ensaio. Este ficou só em projeto e Marx nunca fez nenhuma alusão aos textos que, sob o título de *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, teriam publicação somente em 1932, na União Soviética.

Sob o aspecto filosófico, tais textos contêm uma crítica incisiva do idealismo hegeliano, ao qual se contrapõe a concepção materialista ainda nitidamente influenciada pela antropologia naturista de Feuerbach. Mas, ao contrário deste último, Marx reteve de Hegel o princípio dialético e começou a elaborá-lo no sentido da criação da dialética materialista.

Sob o aspecto das questões econômicas, os *Manuscritos* reproduzem longas citações de vários autores, sobretudo, Smith, Say e Ricardo, acerca das quais são montados comentários e dissertações. No essencial, Marx seguiu a linha diretriz do *Esboço* de Engels e rejeitou a teoria do valor-trabalho, considerando-a inadequada para fundamentar a ciência da Economia Política. A situação do proletariado, que representa o grau final de desapossamento, tem o princípio explicativo no seu oposto — a propriedade privada. Esta é engendrada e incrementada mediante o processo generalizado de *alienação*, que permeia a sociedade civil (esfera das necessidades e relações materiais dos indivíduos).

Transfigurado ao passar de Hegel a Feuerbach, o conceito de alienação sofria nova metamorfose ao passar deste último a Marx. Pela primeira vez, a alienação era vista enquanto processo da vida econômica. O processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital. A idéia abstrata do homem autocriado pelo trabalho, recebida de Hegel, concretizava-se na observação da sociedade burguesa real. Produção dos operários, o capital dominava os produtores e o fazia cada vez mais, à medida que crescia por meio da incessante alienação de novos produtos do trabalho. Evidencia-se, portanto, que Marx ainda não podia explicar a situação de desapossamento da classe operária por um processo de *exploração*, no lugar do qual o trabalho alienado constitui, em verdade, um processo de *expropriação*. Daí a impossibilidade de superar a concepção *ética* (não-científica) do comunismo.

Nos *Manuscritos*, por conseguinte, alienação é a palavra-chave. Deixaria de sê-lo nas obras de poucos anos depois. Contudo, reformu-

lada e num contexto avesso ao filosofar especulativo, se incorporaria definitivamente à concepção sócio-econômica marxiana.

Materialismo histórico, socialismo científico e Economia Política

Em 1844 e em Paris, Marx e Engels deram início à colaboração intelectual e política que se prolongaria durante quatro decênios. Dotado de exemplar modéstia, Engels nunca consentiu que o considerassem senão o "segundo violino" junto a Marx. Mas este, sem dúvida, ficaria longe de criar uma obra tão impressionante pela complexidade e extensão não contasse no amigo e companheiro com um incentivador, consultor e crítico. Para Marx, excluído da vida universitária, desprezado nos meios cultos e vivendo numa época em que Proudhon, Blanqui e Lassalle eram os ideólogos influentes das correntes socialistas, Engels foi mais do que interlocutor colocado em pé de igualdade: representou, conforme observou Paul Lafargue, o verdadeiro *público* com o qual Marx se comunicava, público exigente para cujo convencimento não poupava esforços. As centenas de cartas do epistolário recíproco registram um intercâmbio de idéias como poucas vezes ocorreu entre dois pensadores, explicitando, ao mesmo tempo, a importância da contribuição de Engels e o respeito de Marx às críticas e conselhos do amigo.

Escrita em 1844 e publicada em princípios de 1845, *A Sagrada Família* foi o primeiro livro em que Marx e Engels apareceram na condição de co-autores. Trata-se de obra caracteristicamente polêmica, que assinala o rompimento com a esquerda hegeliana. O título sarcástico identifica os irmãos Bruno, Edgar e Egbert Bauer e dá o tom do texto. Enquanto a esquerda hegeliana depositava as esperanças de renovação da Alemanha nas camadas cultas, aptas a alcançar uma consciência crítica, o que negava aos trabalhadores, Marx e Engels enfatizaram a impotência da consciência crítica que não se tornasse a consciência dos trabalhadores. E, neste caso, só poderia ser uma consciência socialista.

O livro contém abrangente exposição da história do materialismo, na qual se percebe o progresso feito no domínio dessa concepção filosófica e a visão original que os autores iam formando a respeito dela, embora ainda não se houvessem desprendido do humanismo naturista de Feuerbach.

Aspecto peculiar do livro reside na defesa de Proudhon, com o qual Marx mantinha amiúde encontros pessoais em Paris. Naquele momento, o texto de *A Sagrada Família* fazia apreciação positiva da crítica da sociedade burguesa pelo já famoso autor de *Que É a Propriedade*, então o de maior evidência na corrente que Marx e Engels mais tarde chamariam de socialismo utópico e da qual consideravam Owen, Saint-Simon e Fourier os expoentes clássicos.

No processo de absorção e superação de idéias, Marx e Engels

haviam alcançado um estágio em que julgaram necessário passar a limpo suas próprias idéias. De 1845 a 1846, em contato com as seitas socialistas francesas e envolvidos com os emigrados alemães na conspiração contra a monarquia prussiana, encontraram tempo para se concentrar na elaboração de um livro de centenas de páginas densas, que recebeu o título de *A Ideologia Alemã*. Iniciada em Paris, a redação do livro se completou em Bruxelas, onde Marx se viu obrigado a buscar refúgio, pois o governo de Guizot, pressionado pelas autoridades prussianas, o expulsou da França sob acusação de atividades subversivas. O livro não encontrou editor e só foi publicado em 1932, também na União Soviética. Em 1859, Marx escreveria que de bom grado ele e Engels entregaram o manuscrito à crítica roedora dos ratos, dando-se por satisfeitos com terem posto ordem nas próprias idéias.

Na verdade, *A Ideologia Alemã* encerra a primeira formulação da concepção histórico-sociológica que receberia a denominação de materialismo histórico. Trata-se, pois, da obra que marca o *ponto de virada* ou, na expressão de Althusser, o *corte epistemológico* na evolução do pensamento dos fundadores do marxismo.

A formulação do materialismo histórico desenvolve-se no corpo da crítica às várias manifestações ideológicas de maior consistência que disputavam, então, a consciência da sociedade germânica, às vésperas de uma revolução democrático-burguesa. A crítica dirige-se a um elenco que vai de Hegel a Stirner. A parte mais importante é a inicial, dedicada a Feuerbach. O rompimento com este se dá sob o argumento do caráter abstrato de sua antropologia filosófica. O homem, para Feuerbach, é ser genérico natural, supra-histórico, e não ser social determinado pela história das relações sociais por ele próprio criadas. Daí o caráter contemplativo do materialismo feuerbachiano, quando o proletariado carecia de idéias que o levassem à prática revolucionária da luta de classes. Uma síntese dessa argumentação encontra-se nas *Teses Sobre Feuerbach*, escritas por Marx como anotações para uso pessoal e publicadas por Engels em 1888. A última e undécima tese é precisamente aquela que declara que a filosofia se limitara a interpretar o mundo de várias maneiras, quando era preciso transformá-lo.

A ideologia é, assim, uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as idéias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si. Não são, portanto, a idéia Absoluta, o Espírito, a Consciência Crítica, os conceitos de Liberdade e Justiça, que movem e transformam as sociedades. Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao

empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais. Não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado.

A concepção materialista da história implicava a reformulação radical da perspectiva do socialismo. Este seria vão e impotente enquanto se identificasse com utopias propostas às massas, que deveriam passivamente aceitar seus projetos prontos e acabados. O socialismo só seria efetivo se fosse criação das próprias massas trabalhadoras, com o proletariado à frente. Ou seja, se surgisse do movimento histórico real de que participa o proletariado na condição de classe objetivamente portadora dos interesses mais revolucionários da sociedade.

Mas de que maneira substituir a utopia pela ciência? Por onde começar?

Nenhum registro conhecido existe que documente este momento crucial na progressão do pensamento marxiano. Não obstante, a própria lógica da progressão sugere que tais indagações se colocavam com força no momento preciso em que, alcançada a formulação original do materialismo histórico, surgia a incontornável tarefa de ultrapassar o socialismo utópico. O que não se conseguiria pela negativa retórica e sim pela contraposição de uma concepção baseada na ciência social.

Ora, conforme a tese ontológica fundamental do materialismo histórico, a base sobre a qual se ergueria o edifício teria de ser a ciência das relações materiais de vida — a Economia Política. Esta já fora criada pelo pensamento burguês e atingira com Ricardo a culminância do refinamento. No entanto, Marx e Engels haviam rejeitado a Economia Política, vendo nela tão-somente a ideologia dos interesses capitalistas. Como se deu que houvessem repensado a Economia Política e aceito o seu núcleo lógico — a teoria do valor-trabalho?

Cabe supor que a superação da antropologia feuerbachiana teve o efeito de desimpedir o caminho no sentido de nova visão da teoria econômica. Em particular, tal superação permitia pôr em questão o estatuto do conceito de alienação como princípio explicativo da situação da classe operária. Não obstante, esse aspecto isolado não nos esclarece acerca da virada de orientação do pensamento marxiano.

É sabido que, a partir de 1844, Marx concentrou sua energia intelectual no estudo dos economistas. De referências posteriores, ressalta a sugestão de que a mudança de orientação acerca dos economistas clássicos foi mediada pelos ricardianos de esquerda. Neles, certamente, descobriu Marx a *leitura socialista* de Ricardo. Assim como Feuerbach abriu caminho à leitura materialista de Hegel e à elaboração da dialética materialista, Hodgskin, Ravenstone, Thompson, Bray e Edmonds permitiram a leitura socialista de Ricardo e daí começaria a elaboração da Economia Política marxiana, de acordo com o princípio ontológico do materialismo histórico e tendo em vista a fundamentação científica do socialismo.

Os ricardianos de esquerda eram inferiores ao próprio Ricardo sob o aspecto da força teórica, porém a perspectiva socialista, conquanto impregnada de idéias utópicas, os encaminhou a interpretar a teoria ricardiana do valor-trabalho e da distribuição do produto social no sentido da demonstração de que a exploração do proletariado constituía o eixo do sistema econômico da sociedade burguesa. A significação do conhecimento desses publicistas na evolução do pensamento marxiano é salientada por Mandel que, a tal respeito, assinala o quanto deve ter sido proveitosa a temporada passada por Marx na Inglaterra, em 1845. Ali, não só pôde certificar-se da defesa da teoria do valor-trabalho pelos ricardianos ligados ao movimento operário, como, ao revés, o abandono dela pelos epígonos burgueses do grande economista clássico.

Em 1846, Proudhon publicou o livro *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*, no qual atacou a luta dos operários por objetivos políticos e reivindicações salariais, colocando em seu lugar o projeto do intercâmbio harmônico entre pequenos produtores e da instituição de "bancos do povo", que fariam empréstimos sem juros aos trabalhadores. Tudo isso apoiado na explicação da evolução histórica inspirada num hegelianismo mal-assimilado e retardatário.

Marx respondeu no ano seguinte com *Miséria da Filosofia*, que escreveu em francês. À parte a polêmica devastadora contra Proudhon, resumindo a crítica ao socialismo utópico em geral, o livro marcou a plena aceitação da teoria do valor-trabalho, na formulação ricardiana. Sob este aspecto, *Miséria da Filosofia* constituiu *ponto de virada* tão significativo na evolução do pensamento marxiano quanto *A Ideologia Alemã*. Não importa que Marx também houvesse aceito, na ocasião, as teses de Ricardo sobre o dinheiro e sobre a renda da terra, das quais se tornaria depois renitente opositor. O fato de conseqüências essencialíssimas consistiu em que o materialismo histórico encontrava, afinal, o fundamento da Economia Política, o que vinha definir o caminho da elaboração do socialismo científico. Na própria *Miséria da Filosofia*, a aquisição desse fundamento resultou numa exposição muito mais avançada e precisa do materialismo histórico do que na *Ideologia Alemã*.

Com base na teoria de Ricardo interpretada pelos seguidores de tendência socialista, Marx empenhou-se na proposição de uma tática de reivindicações salariais para o movimento operário, o que expôs nas conferências proferidas em 1847-1848, mais tarde publicadas em folheto sob o título de *Trabalho Assalariado e Capital*.

Marx e Engels haviam ingressado numa organização de emigrados alemães denominada Liga dos Comunistas e receberam dela a incumbência de redigir um manifesto que apresentasse os objetivos socialistas dos trabalhadores. A incumbência teve aceitação entusiástica, ainda mais por se avolumarem os indícios da eclosão de uma onda revolucionária no Ocidente europeu. Publicado no começo de 1848, o *Manifesto do Partido Comunista* foi, com efeito, logo submergido pela

derrocada da monarquia de Luís Felipe na França, seguida pelos eventos insurrecionais na Alemanha, Hungria, Áustria, Itália e Bélgica. Embora a repercussão de sua primeira edição ficasse abafada por acontecimentos de tão grande envergadura, o *Manifesto* alcançaria ampla difusão e sobrevivência duradoura, tornando-se uma das obras políticas mais conhecidas em numerosas línguas. Num estilo que até hoje brilha pelo vigor e concisão, o *Manifesto* condensou o labor teórico dos autores em termos de estratégia e tática políticas, de tal maneira que o texto se tornou um marco na história do movimento operário mundial.

Na Alemanha, as lutas de massa forçaram a monarquia prussiana a fazer a promessa de uma constituição e a aceitar o funcionamento de uma assembléia parlamentar em Frankfurt. Marx e Engels regressaram de imediato à sua pátria e se lançaram por inteiro no combate. Marx fundou e dirigiu o diário *Nova Gazeta Renana* que, até o fechamento em maio de 1849, defendeu a perspectiva proletária socialista no decurso de uma revolução democrático-burguesa. Depois de ter sido um dos redatores do jornal, Engels engajou-se no exército dos insurretos, em cujas fileiras empunhou armas até a derrota definitiva, que lhe impôs o refúgio na Suíça. Diante da repressão exacerbada, também Marx se retirou da Alemanha. Os governos da França e da Bélgica lhe consentiram pouco tempo de permanência em seus territórios, o que o levou a exilar-se em Londres, nos fins de 1849, ali residindo até a morte.

Em 1850, veio à luz *A Luta de Classes em França*. Em 1852, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Em ambas as obras, o método do materialismo histórico recém-criado foi posto à prova na interpretação à quente de acontecimentos da atualidade imediata. A brevidade da perspectiva temporal não impediu que Marx produzisse duas obras historiográficas capazes de revelar as conexões subjacentes aos fatos visíveis e de enfocá-los à luz da tese sociológica da luta de classes. Em particular, essas obras desmentem a freqüente acusação ao *economicismo* marxiano. Nelas, são realçados não só fatores econômicos, mas também fatores políticos, ideológicos, institucionais e até estritamente concernentes às pessoas dos protagonistas dos eventos históricos.

II. Os Tormentos da Criação

Ao aceitar a teoria de Ricardo sobre o valor-trabalho e a distribuição do produto social, Marx não perdeu de vista a necessidade da crítica da Economia Política, embora não mais sob o enfoque estrito de Engels no seu *Esboço* precursor. Ricardo dera à teoria econômica a elaboração mais avançada nos limites do pensamento burguês. Os ricardianos de esquerda ultrapassaram tais limites, porém não avançaram na solução dos impasses teóricos salientados precisamente pela interpretação socialista aplicada à obra do mestre clássico.

À onda revolucionária desencadeada em 1848 seguira-se o refluxo

das lutas democráticas e operárias. Por toda a Europa, triunfava a reação burguesa e aristocrática. Marx relacionou o refluxo à nova fase de prosperidade, que sucedia à crise econômica de 1847-1848, e considerou ser preciso esperar a crise seguinte a fim de recolocar na ordem do dia objetivos revolucionários imediatos. Com uma paixão obsessiva, entregou-se à tarefa que se tornaria a mais absorvente de sua vida: a de elaborar a crítica da Economia Política enquanto ciência mediada pela ideologia burguesa e apresentar uma teoria econômica alternativa, a partir das conquistas científicas dos economistas clássicos. A residência em Londres favorecia tal empresa, pois constituía o melhor ponto de observação do funcionamento do modo de produção capitalista e de uma formação social tão efetivamente burguesa quanto nenhuma outra do continente europeu. Além disso, o British Museum, do qual Marx se tornou freqüentador assíduo, propiciava a consulta a um acervo bibliográfico de incomparável riqueza.

Em contrapartida, as condições materiais de vida foram, durante anos a fio, muito ásperas e, às vezes, simplesmente tétricas para o líder revolucionário e sua família. Não raro, faltaram recursos para satisfação das necessidades mais elementares e o exilado alemão se viu às bordas do desespero. Sobretudo, não podia dedicar tempo integral às pesquisas econômicas, conforme desejaria, vendo-se forçado a aceitar tarefas de colaboração jornalística, entre as quais a mais regular foi a correspondência política para um jornal de Nova York, mantida até 1862.

Além disso, as intrigas que a seu respeito urdiam os órgãos policiais da Alemanha e de outros países obrigavam-no a desviar a atenção dos estudos teóricos. Durante quase todo o ano de 1860, por exemplo, a maior parte de suas energias se gastou na refutação das calúnias difundidas por Karl Vogt, que o acoimara de chefe de um bando de chantagistas e delatores. Ex-membro esquerdista do Parlamento de Frankfurt, em 1848, Vogt se radicou na Suíça como professor de Geologia e se tornou expoente da versão mais vulgar do materialismo mecanicista (é dele a célebre afirmação de que "os pensamentos têm com o cérebro a mesma relação que a bílis com o fígado ou a urina com os rins"). Envolvido em intrigas de projeção internacional nos meios democráticos e socialistas, aceitou — o que depois se comprovou — o papel de escriba mercenário pago pelo serviço secreto de Napoleão III. Apesar de calejado diante de insultos e calúnias, a dose passara, desta vez, a medida do suportável e Marx se esfalfou na redação de grosso volume, que recebeu o título sumário de *Herr Vogt*. À parte os aspectos polêmicos circunstanciais hoje sem maior interesse, o livro oferece um quadro rico da política internacional européia em meados do século XIX, tema explorado com os recursos exuberantes do estilo de um grande escritor.

A situação de Marx seria insustentável e sua principal tarefa científica decerto irrealizável não fosse a ajuda material de Engels.

Este fixara residência em Manchester, passando a gerir ali os interesses da firma paterna associada a uma empresa têxtil inglesa. Durante os vinte anos de atividade comercial, a produção intelectual não pôde deixar de se reduzir. Mas Engels achava gratificante sacrificar a própria criatividade, contanto que fornecesse a Marx recursos financeiros que o sustentassem e à família e lhe permitissem dedicar o máximo de tempo às investigações econômicas. Demais disso, Engels incumbiu-se de várias pesquisas especializadas solicitadas pelo amigo. A circunstância de residirem em cidades diferentes deu lugar a copiosa correspondência que registrou, quase passo a passo, a tormentosa via de elaboração de *O Capital*.

No decorrer das investigações, conquanto se mantivesse claro e inalterado o objetivo visado, foi mudando e ganhando novas formas a idéia da obra final. Rosdolsky rastreou na documentação marxiana, entre 1857 e 1868, nada menos que catorze esboços e notas de planos dessa obra. De acordo com o plano inicial deveria constar de seis livros, dedicados aos seguintes temas: 1) O Capital; 2) A Propriedade Territorial; 3) O Trabalho Assalariado; 4) O Estado; 5) O Comércio Internacional; 6) O Mercado Mundial e as Crises. À parte, um livro especial faria a história das doutrinas econômicas, dando ao estudo da realidade empírica o acompanhamento de suas expressões teóricas.

A deflagração de nova crise econômica em 1857 levou Marx a apressar-se em pôr no papel o resultado de suas investigações, motivado pela expectativa de que nova onda revolucionária voltaria a agitar a Europa e exigiria dele todo o tempo disponível. Da sofreguidão nesse empenho resultou não mais do que um rascunho, com imprecisões e lapsos de redação. Fruto de um trabalho realizado entre outubro de 1857 e março de 1858, o manuscrito só teve publicação na União Soviética, entre 1939 e 1941. Recebeu o título de *Esboços dos Fundamentos da Crítica da Economia Política*, porém ficou mais conhecido pela palavra alemã *Grundrisse* (Esboços dos Fundamentos). Vindos à luz já sob o fogo da Segunda Guerra Mundial, os *Grundrisse* não despertaram atenção. Somente nos anos sessenta suscitaram estudos e comentários, destacando-se, neste particular, o trabalho pioneiro de Rosdolsky.

Embora se trate de um rascunho, os *Grundrisse* possuem extraordinária relevância, pelas idéias que, no todo ou em parte, só nele ficaram registradas e, sobretudo, pelas informações de natureza metodológica.

Uma dessas idéias é a de que o desenvolvimento das forças produtivas pelo modo de produção capitalista chegaria a um ponto em que a contribuição do trabalho vivo se tornaria insignificante em comparação com a dos meios de produção, de tal maneira que perderia qualquer propósito aplicar a lei do valor como critério de produtividade do trabalho e de distribuição do produto social. Ora, sem lei do valor, carece de sentido a própria valorização do capital. Assim, o capitalismo deverá extinguir-se não pelo acúmulo de deficiências produtivas, porém,

ao contrário, em virtude da pletora de sua capacidade criadora de riqueza. Encontra-se nessa idéia um dos traços característicos da elaboração discursiva marxiana: certos fatores são isolados e desenvolvidos até o extremo, de tal maneira que venha a destacar-se o máximo de suas virtualidades. O resultado não constitui, todavia, a previsão de um curso inelutável, pois o próprio Marx revela, adiante, o jogo contraditório entre os vários fatores postos em interação, o que altera os resultados extraídos da abstração do desenvolvimento isolado de um deles.

Tema de destaque nos *Grundrisse*, abordado em apreciações dispersas e em toda um seção especial, é o das formas que precedem a separação entre o agente do processo de trabalho e a propriedade dos meios de produção. Tal separação constitui condição prévia indispensável ao surgimento do modo de produção capitalista e lhe marca o caráter de organização social historicamente transitória. Isto porque somente tal separação permite que o agente do processo de trabalho, como pura força de trabalho subjetiva, desprovida de posses objetivas, se disponha ao assalariamento regular, enquanto, para os proprietários dos meios de produção e de subsistência, a exploração da força de trabalho assalariada é a condição básica da acumulação do capital mediante relações de produção já de natureza capitalista. As categorias específicas do modo de produção capitalista não constituíam expressão de uma racionalidade supra-histórica, de leis naturais inalteráveis, conforme pensavam os economistas clássicos, mas, ao contrário, seu surgimento tinha data recente e sua vigência marcaria não mais que certa época histórica delimitada. Em algumas dezenas de páginas, que têm sido editadas em separado sob o título de *Formas Que Precedem a Produção Capitalista*, foram compendiadas, a partir do exame de vasto material historiográfico, sugestões de extraordinária fecundidade, às quais o autor, infelizmente, não pôde dar seguimento, delas fazendo emprego esparso em *O Capital*. Nesta obra, a opção metodológica consistiu em concentrar o estudo da acumulação originária nas condições históricas da Inglaterra.

Os *Grundrisse* compõem-se de dois longos capítulos, dedicados ao dinheiro e ao capital. Com formulações menos precisas e sem a mesma organicidade, aí encontramos parte da temática dos Livros Primeiro e Segundo de *O Capital*. Seria, contudo, incorreto passar por alto o avanço propriamente teórico cumprido entre os dois textos. Basta ver, por exemplo, que, na questão do dinheiro, Marx ainda se mostra, nos *Grundrisse*, preso a alguns aspectos da teoria ricardiana, contra a qual travará polêmica resoluta logo em seguida, em *Para a Crítica da Economia Política*. De maneira idêntica, a caracterização do escravismo plantacionista americano como anomalia capitalista sofrerá radical reformulação em *O Capital*, em cujas páginas a escravidão — a antiga e a moderna — é sempre incompatível com o modo de produção capitalista.

A riqueza peculiar dos *Grundrisse* reside nas numerosas expli-

citações metodológicas, pouco encontradiças em *O Capital*. Por se tratar de rascunho, os *Grundrisse* exibem os andaimes metodológicos, depois retirados do texto definitivo. E esses andaimes denunciam a forte impregnação hegeliana do pensamento do autor. Precisamente durante a redação do rascunho, Marx releu a *Lógica* de Hegel, conforme escreveu a Engels. Não surpreende, por isso, que a própria linguagem seja, em várias passagens, moldada por termos e giros discursivos do mestre da filosofia clássica alemã. A tal ponto que, a certa altura, ficou anotado o propósito de dar nova redação ao trecho a fim de libertá-lo da forma idealista de exposição.

Enquanto a crise econômica passava sem convulsionar a ordem política européia, Marx conseguiu chegar à redação final dos dois capítulos de *Para a Crítica da Economia Política*, publicada em 1859. Segundo o plano então em mente, o terceiro capítulo, dedicado ao capital, seria a continuação da *Crítica*, um segundo volume dela. Mas o que apareceu, afinal, oito anos depois, foi algo bem diverso, resultante de substancial mudança de plano.

Em janeiro de 1866, Marx já possuía em rascunho todo o arcabouço de teses, tal qual se tornaram conhecidas nos três livros de *O Capital*, desde o capítulo inicial sobre a mercadoria até a teoria da renda da terra, passando pelas teorias da mais-valia, da acumulação do capital, do exército industrial de reserva, da circulação e reprodução do capital social total, da transformação do valor em preço de produção, da queda tendencial da taxa média de lucro, dos ciclos econômicos e da distribuição da mais-valia nas formas particulares de lucro industrial, lucro comercial, juro e renda da terra. Nestes três livros, que formariam uma obra única, seriam abordados os temas não só do capital, mas também do trabalho assalariado e da propriedade territorial, que deixaram de constituir objeto de volumes especiais. O Estado, o comércio internacional, o mercado mundial e as crises — planejados também para livros especiais — ficavam postergados. A nova obra seria intitulada *O Capital* e somente como subtítulo é que compareceria a repetida *Crítica da Economia Política*. Por último, copiosos comentários e dissertações já estavam redigidos para o também projetado livro sobre a história das doutrinas econômicas. O autor podia, por conseguinte, lançar-se à redação final de posse de completo conjunto teórico, que devia formar, nas suas palavras, um "todo artístico".

Em 1865, a redação de *O Capital* foi considerada tarefa prioritária acima do comparecimento ao Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado em Genebra sem a presença de Marx. Este, a conselho de Engels, decidiu-se à publicação isolada do Livro Primeiro, concentrando-se na sua redação final. Em setembro de 1867, o Livro Primeiro vinha a público na Alemanha, lançado pelo editor hamburguês Meissner.

Graças, em boa parte, aos esforços publicitários de Engels, a "cons-

piração do silêncio", que cercava os escritos marxianos nos meios cultos, começou a ser quebrada. Curiosamente, a primeira resenha, aliás favorável, de um professor universitário foi a de Eugen Dühring, o mesmo contra o qual Engels, dez anos depois, travaria implacável polêmica. Elogios calorosos chegaram de Ruge, o antigo companheiro da esquerda hegeliana, e de Feuerbach, o respeitado filósofo que marcara momento tão importante na evolução do pensamento marxiano.

Embora a tradução inglesa não se concretizasse na ocasião, decepcionando as expectativas do autor, houve a compensação da tradução russa já em 1872, lançada com notável êxito de venda. (No seu parecer, a censura czarista declarou tratar-se de livro sem dúvida socialista, mas inacessível à maioria em virtude da forma matemática de demonstração científica, motivo por que não seria possível persegui-lo diante dos tribunais). Em seguida, veio, editada em fascículos, a tradução francesa, da qual o próprio autor fez a revisão, com o que a tradução ganhou valor de original. Em 1873, foi publicada a segunda edição alemã, que trouxe um posfácio muito importante pelos esclarecimentos de caráter metodológico. Embora a segunda fosse a última em vida do autor, a edição definitiva é considerada a quarta, de 1890, na qual Engels introduziu modificações expressamente indicadas por Marx.

Faltava, no entanto, a redação final dos Livros Segundo e Terceiro. Marx trabalhou neles até 1878, sem completar a tarefa. À ânsia insaciável de novos conhecimentos e de rigorosa atualização com os acontecimentos da vida real já não correspondia a habitual capacidade de trabalho. Marx ficava impedido de qualquer esforço durante longos períodos, debilitado por doenças crônicas agravadas.

Além disso, absorviam-no as exigências da política prática. De 1864 a 1873, empenhou-se nas articulações e campanhas da Associação Internacional dos Trabalhadores, que passou à história como a Primeira Internacional. Em 1865 pronunciou a conferência de publicação póstuma sob o título *Salário, Preço e Lucro.*

Um esforço intenso lhe exigiram, no seio da Associação, as divergências com os partidários de Proudhon e de Bakunin. Em 1871, chefiou a solidariedade internacional à Comuna de Paris e, acerca de sua experiência política, escreveu *A Guerra Civil na França*. Ocuparam-no, em seguida, os problemas da social-democracia alemã, liderada, *in loco,* por Bebel e Liebknecht. A fusão dos adeptos da social-democracia de orientação marxista com os seguidores de Lassalle num partido operário único ensejou a Marx, em 1875, a redação de notas, de fundamental significação para a teoria do comunismo, reunidas no pequeno volume intitulado *Crítica do Programa de Gotha*. Em 1881-1882, após as escassas páginas em que foram escritas as *Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolph Wagner*, a pena de Marx, que deslizara através de assombrosa quantidade de folhas de papel, colocava o definitivo ponto final. Esgotado e abatido pela morte da

esposa e de uma das filhas, apagou-se, em 1883, o cérebro daquele que Engels, na oração fúnebre, disse ter sido o maior pensador do seu tempo.

Nos doze anos em que sobreviveu ao amigo, Engels continuou criativo até os últimos dias, produzindo obras da altura de *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Sobre os seus ombros pesava a responsabilidade de coordenação do movimento socialista internacional, o que lhe impunha crescente carga de trabalho. No meio de toda essa atividade, nunca deixou de ter por tarefa primordial a de trazer a público os dois Livros de *O Capital* ainda inéditos. E cumpriu a tarefa com exemplar competência e probidade.

Os manuscritos de Marx encontravam-se em diversos graus de preparação. Só a menor parte ganhara redação definitiva. Havia, porém, longas exposições com lacunas e desprovidas de vínculos mediadores. Vários assuntos tinham sido abordados tão-somente em notas soltas. Por fim, um capítulo imprescindível apenas contava com o título. Tudo isso, sem falar na péssima caligrafia dos manuscritos, às vezes incompreensível até para o autor. A tarefa, por conseguinte, ia muito além do que, em regra, se atribui a um editor. Seria preciso que Engels assumisse certo grau de co-autoria, o que fez, não obstante, com o máximo escrúpulo. Conforme explicou minuciosamente nos Prefácios, evitou substituir a redação de Marx pela sua própria em qualquer parte. Não queria que sua redação, superposta aos manuscritos originais, suscitasse discussões acerca da autenticidade do pensamento marxiano. Limitou-se a ordenar os manuscritos de acordo com as indicações do plano do autor, preenchendo as óbvias lacunas e introduzindo trechos de ligação ou de atualização, sempre entre colchetes e identificados pelas iniciais F. E., também presentes nas notas de rodapé destinadas a informações adicionais ou mesmo a desenvolvimentos teóricos. Igualmente assinado com as iniciais F. E., escreveu por inteiro o Capítulo IV do Livro Terceiro, sobre a rotação do capital e respectiva influência na taxa de lucro. Escreveu ainda vários Prefácios, admiráveis pelo tratamento de problemas básicos e pela força polêmica, bem como dois suplementos ao Livro Terceiro: sobre a lei do valor e formação da taxa média de lucro e sobre a Bolsa.

Se, dessa maneira, foi possível salvar o legado de Marx e editar o Livro Segundo, em 1885, e o Livro Terceiro, em 1894, é evidente que estes não poderiam apresentar a exposição acabada e brilhante do Livro Primeiro. Mas Engels, ao morrer pouco depois de publicado o último Livro, havia cumprido a tarefa. Restavam os manuscritos sobre a história das doutrinas econômicas, que deveriam constituir o Livro Quarto. Ordenou-os e editou-os Kautsky, sob o título de *Teorias da Mais-Valia,* entre 1905 e 1910. O Instituto de Marxismo-Leninismo (originalmente Instituto Marx-Engels, fundado por D. Riazanov e responsável pela publicação dos manuscritos marxianos na União Sovié-

tica) lançou nova edição em 1954, expurgada das intervenções arbitrárias de Kautsky.

Em 1933, o mesmo Instituto havia publicado o texto de um capítulo inédito, planejado para figurar no Livro Primeiro de *O Capital* e que Marx resolvera suprimir. Numerado como sexto e sob o título de *Resultados do Processo Imediato da Produção*, o capítulo contém uma síntese do Livro Primeiro e serviria também de transição ao Livro Segundo.

III. Unificação Interdisciplinar das Ciências Humanas

Em primeiro lugar, *O Capital* é, sem a menor dúvida, uma obra de Economia Política. A amplitude de sua concepção desta ciência supera, porém, os melhores clássicos burgueses e contrasta com a estrita especialização em que o marginalismo pretendeu confinar a análise econômica. Nas seções subseqüentes, teremos oportunidade de focalizar o que se tornou a Economia Política submetida ao tratamento marxiano. Nesta altura, abordaremos outros aspectos.

É que *O Capital* constitui, por excelência, uma obra de unificação interdisciplinar das ciências humanas, com vistas ao estudo multilateral de determinada formação social. Unificação entre a Economia Política e a Sociologia, a Historiografia, a Demografia, a Geografia Econômica e a Antropologia.

As categorias econômicas, ainda quando analisadas em níveis elevados de abstração, se enlaçam, de momento a momento, com os fatores extra-econômicos inerentes à formação social. O Estado, a legislação civil e penal (em especial, a legislação referente às relações de trabalho), a organização familiar, as formas associativas das classes sociais e seu comportamento em situações de conflito, as ideologias, os costumes tradicionais de nacionalidades e regiões, a psicologia social — tudo isso é focalizado com riqueza de detalhes, sempre que a explicação dos fenômenos propriamente econômicos adquira na interação com fenômenos de outra ordem categorial uma iluminação indispensável ou um enriquecimento cognoscitivo. Assim, ao contrário do que pretendem críticas tão reiteradas, o enfoque marxiano da instância econômica não é economicista, uma vez que não a isola da trama variada do tecido social. O que, convém enfatizar, não representa incoerência, mas, ao contrário, perfeita coerência com a concepção do materialismo histórico enquanto teoria sociológica geral: a concepção segundo a qual a instância econômica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social, os quais, por sua vez, sob modalidades diferenciadas, são instâncias da superestrutura possuidoras de desenvolvimento autônomo relativo e influência retroativa sobre a estrutura econômica.

Obra de Economia Política e de Sociologia, *O Capital* também é obra de Historiografia. A tese de que o modo de produção capitalista tem existência histórica, de que nasceu de determinadas condições cria-

das pelo desenvolvimento social e de que criará, ele próprio, as condições para o seu desaparecimento e substituição por um novo modo de produção — esta tese, já por si mesma, também exige abordagem histórica e, por conseguinte, implica o tratamento por meio de procedimentos característicos da Historiografia. Antes de tudo, sem dúvida, trata-se de Historiografia econômica, que abrange exposições eruditas sobre o desenvolvimento das forças produtivas, estudos especializados sobre questões de tecnologia, pesquisas inovadoras sobre o comércio, o crédito, as formas de propriedade territorial e a gênese da renda da terra e, com destaque particular, sobre a formação da moderna classe operária. Mas, em relação mesmo com a história econômica, temos outrossim a história das instituições políticas, a evolução das normas jurídicas (veja-se o estudo pioneiro sobre a legislação trabalhista), a história das relações internacionais.

Os estudos sobre a lei da população do modo de produção capitalista, bem como sobre migrações e colonização, focalizam temas de evidente contato entre a Economia Política e a Demografia. Por fim, encontramos incursões e sugestões nos âmbitos da Geografia econômica e da Antropologia.

A decidida rejeição do geodeterminismo não conduz ao desconhecimento dos condicionamentos geográficos, cuja influência no desenvolvimento das forças produtivas e das formações sociais é posta em destaque.

Em contrapartida, acentua-se a ação transformadora do meio geográfico pelo homem, de tal maneira que as condições geográficas se humanizam, à medida que se tornam prolongamento do próprio homem. Mas a *humanização* da natureza nem sempre tem sido um processo harmônico. Marx foi dos primeiros a apontarem o caráter predador da burguesia, com reiteradas referências, por exemplo, à destruição dos recursos naturais pela agricultura capitalista. Sob este aspecto, merece ser considerado precursor dos modernos movimentos de defesa da ecologia em benefício da vida humana.

Do ponto de vista da Antropologia, o que sobreleva é a relação do homem com a natureza por meio do trabalho e a humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho. As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercurso humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral. Ou seja, em resumo, o que Marx propõe é a Antropologia do *homo faber*.

Embora de maneira de todo não convencional, *O Capital* se credencia como realização filosófica basilar. Como sugeriu Jelezny, o livro marxiano faz parte das obras que assinalaram inovações essenciais na orientação lógica e metodológica do pensamento. Sem qualquer expo-

sição sistemática, porém aplicando-a em tudo e por tudo, Marx desenvolveu a metodologia do materialismo dialético e se situou, a justo título, a par com aqueles criadores de idéias que marcaram época no pensamento sobre o pensamento — de Aristóteles a Descartes, Bacon, Locke, Leibniz, Kant e Hegel.

Para este último, com o qual Marx teve relação direta de seqüência e superação, a lógica por si mesma se identifica à ontologia, a Idéia Absoluta é o próprio Ser. Assim, a ontologia só podia ter caráter idealista e especulativo, obrigando a dialética — máxima conquista da filosofia hegeliana — a abrir caminho em meio a esquemas pré-construídos. Com semelhante configuração, a dialética era imprestável ao trabalho científico e, por isso mesmo, foi sepultada no olvido pelos cientistas, que a preteriram em favor do positivismo. Quando deu à dialética a configuração materialista necessária, Marx expurgou-a das propensões especulativas e adequou-a ao trabalho científico. Ao invés de subsumir a ontologia na lógica, são as categorias econômicas e sua história concreta que põem à prova as categorias lógicas e lhes imprimem movimento. A lógica não se identifica à ontologia, o pensamento não se identifica ao ser. A consciência é consciência do ser prático-material que é o homem. A dialética do pensamento se torna a reprodução teórica da dialética originária inerente ao ser, reprodução isenta de esquemas pré-construídos e impostos de cima pela ontologia idealista. Mas, ao contrário de reprodução passiva, de reflexo especular do ser, o pensamento se manifesta através da ativa intervenção espiritual que realiza o trabalho infindável do conhecimento. Trabalho criador de hipóteses, categorias, teoremas, modelos, teorias e sistemas teóricos.

Método e estrutura de "O Capital"

A esta altura, chegamos a uma questão crucial nas discussões marxistas e marxológicas: a da influência de Hegel sobre Marx.

Quando estudava a *Ciência da Lógica*, surpreendeu-se Lênin com o máximo de materialismo ao longo da mais idealista das obras de Hegel. Com ênfase peculiar, afirmou que não poderia compreender *O Capital* quem não fizesse o prévio estudo da *Lógica* hegeliana.

Oposta foi a posição de Stálin. Considerou a filosofia hegeliana representativa da aristocracia reacionária e minimizou sua influência na formação do marxismo. A desfiguração stalinista da dialética se consumou num esquema petrificado para aplicação sem mediações a qualquer nível da realidade.

Enquanto Rosdolsky ressaltou, por meio de análise minuciosa dos *Grundrisse*, a relação entre Hegel e Marx, quase ao mesmo tempo, Althusser, que nunca deu importância aos *Grundrisse*, enfatizou a suposta ausência do hegelianismo na formação de Marx e a inexistência de traços hegelianos na obra marxiana, acima de tudo em *O Capital*. Dentro de semelhante orientação, Althusser não se furtaria de louvar

Stálin por haver depurado o materialismo dialético da excrescência hegeliana tão embaraçosa quanto a negação da negação. Segundo Godelier, esta seria uma categoria apenas aceita por Engels e não por Marx. Ademais, Godelier considerou embaraçosa a própria contradição dialética e propôs sua subordinação ao conceito de *limite estrutural*, o que, na prática, torna a contradição dialética dispensável ao processo discursivo.

A análise da estrutura lógica de *O Capital* feita por Jelezny confirma, não menos que a de Rosdolsky, o enfoque de Lênin e não o de Stálin. É impossível captar o jogo das categorias na obra marxiana sem dominar o procedimento da derivação dialética, a partir das contradições internas dos fenômenos, ou seja, a partir de um procedimento lógico inaugurado, com caráter sistemático, por Hegel. Sem dúvida, é preciso frisar também que Marx rejeitou a *identidade* hegeliana dos contrários, distinguindo tal postulado idealista de sua própria concepção materialista da *unidade* dos contrários (a este respeito, tem razão Godelier quando aponta a confusão em certas formulações de Lênin e Mao-Tse-Tung sobre a "identidade dos contrários").

A derivação dialética materialista é aplicada em todo o trajeto da exposição marxiana, porém provoca impacto logo no capítulo inicial sobre a mercadoria, por isso mesmo causador de tropeços aos leitores desprovidos de familiaridade com o método dialético. Contudo, a derivação dialética, que opera com as contradições imanentes nos fenômenos, não suprime a derivação dedutiva própria da lógica formal, baseada justamente no princípio da não-contradição. Em *O Capital*, são correntes as inferências dedutivas, acompanhadas de exposições por via lógico-formal. Daí, aliás, o recurso freqüente aos modelos matemáticos demonstrativos, que revelam, dentro de estruturas categoriais definidas, o dinamismo das modificações quantitativas e põem à luz suas leis internas. Conquanto considerasse falsas as premissas das quais Marx partiu, Böhm-Bawerk não deixou de manifestar admiração pela força lógica do adversário. Não obstante, seja frisado, a lógica formal está para a lógica dialética, na obra marxiana, assim como a mecânica de Newton está para a teoria da relatividade de Einstein. Ou seja, a primeira aplica-se a um nível inferior do conhecimento da realidade com relação à segunda.

Marx distinguiu entre investigação e exposição. A investigação exige o máximo de esforço possível no domínio do material fatual. O próprio Marx não descansava enquanto não houvesse consultado todas as fontes informativas de cuja existência tomasse conhecimento. O fim último da investigação consiste em se apropriar em detalhe da matéria investigada, analisar suas diversas formas de desenvolvimento e descobrir seus nexos internos. Somente depois de cumprida tal tarefa, seria possível passar à exposição, isto é, à reprodução ideal da vida da matéria. A esta altura, advertiu Marx que, se isto for conseguido,

"(...) então pode parecer que se está diante de uma construção *a priori*". Por que semelhante advertência?

É que a exposição deve figurar um "todo artístico". Suas diversas partes precisam se articular de maneira a constituírem uma totalidade orgânica e não um dispositivo em que os elementos se justapõem como somatório mecânico. Ora, a realização do "todo artístico" ou da "totalidade orgânica" pressupunha a aplicação do modo lógico e não do modo histórico de exposição. Ou seja, as categorias deveriam comparecer não de acordo com a sucessão efetiva na história real, porém conforme as relações internas de suas determinações essenciais, no quadro da sociedade burguesa. Por conseguinte, o tratamento lógico da matéria faz da exposição a forma organizacional apropriada do conhecimento a nível categorial-sistemático e resulta na radical superação do historicismo (entendido o historicismo, na acepção mais ampla, como a compreensão da história por seu fluxo singular, consubstanciado na sucessão única de acontecimentos ou fatos sociais). A exposição lógica afirma a orientação anti-historicista na substituição da sucessão histórica pela articulação sistemática entre categorias abstratas, de acordo com suas determinações intrínsecas. Daí que possa assumir a aparência de construção imposta à realidade de cima e por fora.

Na verdade, trata-se apenas de impressão superficial contra a qual é preciso estar prevenido. Porque, se supera o histórico, o lógico não o suprime. Em primeiro lugar, se o lógico é o fio orientador da exposição, o histórico não pode ser dispensado na condição de contraprova. Daí a passagem freqüente de níveis elevados de abstração a concretizações fatuais em que a demonstração dos teoremas assume procedimentos historiográficos. Em segundo lugar, porém com ainda maior importância, porque o tratamento histórico se torna imprescindível nos processos de gênese e transição, sem os quais a história será impensável. Em tais processos, o tratamento puramente lógico conduziria aos esquemas arbitrários divorciados da realidade fatual. Por isso mesmo, temas como os da acumulação originária do capital e da formação da moderna indústria fabril foram expostos segundo o modo histórico, inserindo-se em *O Capital* na qualidade de estudos historiográficos de caráter monográfico.

Em suma, o lógico não constitui o resumo do histórico, nem há paralelismo entre um e outro (conforme pretendeu Engels), porém entrelaçamento, cruzamento, circularidade.

A interpretação althusseriana conferiu estatuto privilegiado ao modo de exposição e atribuiu às partes históricas de *O Capital* o caráter de mera ilustração empirista. Se bem que com justificadas razões pusesse em relevo a sistematicidade marxiana, Althusser fez dela uma estrutura formal desprendida da história concreta, o que o próprio Marx explicitamente rejeitou.

O tratamento lógico é também o que melhor possibilita e, no

mais fundamental, o único que possibilita alcançar aquele nível da essência em que se revelam as leis do movimento da realidade objetiva. Porque, em *O Capital*, a finalidade do autor consistiu em desvendar a lei econômica da sociedade burguesa ou, em diferente formulação, as leis do nascimento, desenvolvimento e morte do modo de produção capitalista.

Numa época em que prevalecia a concepção mecanicista nas ciências físicas, Marx foi capaz de desvencilhar-se dessa concepção e formular as leis econômicas precipuamente como leis tendenciais. Ou seja, como leis determinantes do curso dos fenômenos em meio a fatores contrapostos, que provocam oscilações, desvios e atenuações provisórias. As leis tendenciais não são, nem por isso, leis estatísticas, probabilidades em grandes massas, porém leis rigorosamente causais. A lei tendencial sintetiza a manifestação direcionada, constante e regular — não ocasional — da interação e oposição entre fatores imanentes na realidade fenomenal.

Como já observamos, o plano da estrutura de *O Capital* foi longamente trabalhado e sofreu modificações, à medida que o autor ganhava maior domínio da matéria. O resultado é uma arquitetura imponente, cheia de sutilezas imperceptíveis à primeira vista, cujo estudo já instigou abordagens especializadas.

Sob a perspectiva de conjunto, há uma linha divisória entre os Livros Primeiro e Segundo, de um lado, e o Livro Terceiro, de outro. Linha divisória que não diz respeito à separação entre questões microeconômicas e macroeconômicas, pois nos três Livros encontramos umas e outras, conquanto se possa afirmar que o Livro Segundo é o mais voltado à macroeconomia. A distinção estrutural obedece a critério diferente. Os dois primeiros Livros são dedicados ao "capital em geral", ao capital em sua identidade uniforme. O Livro Terceiro aborda a concorrência entre os capitais concretos, diferenciados pela função específica e pela modalidade de apropriação da mais-valia.

O "capital em geral" é, segundo Marx, a "quintessência do capital", aquilo que identifica o capital enquanto capital em qualquer circunstância. No Livro Primeiro, trata-se do capital em sua relação direta de exploração da força de trabalho assalariada. Por isso mesmo, o *locus* preferencial é a fábrica e o tema principal é o processo de criação e acumulação da mais-valia. A modalidade exponencial do capital é o capital industrial, pois somente ele atua no processo de criação da mais-valia. No Livro Segundo, trata-se da circulação e da reprodução do capital social total. O capital é sempre plural, múltiplo, mas circula e se reproduz como se fosse um só capital social de acordo com exigências que se impõem em meio a inumeráveis flutuações e que dão ao movimento geral do capital uma forma cíclica.

No Livro Terceiro, os capitais se diferenciam, se individualizam, e o movimento global é enfocado sob o aspecto da concorrência entre

os capitais individuais. Por isso mesmo, é a esta altura que se aborda o tema da formação da taxa média ou geral do lucro e da transformação do valor em preço de produção. De acordo com as funções específicas que desempenham no circuito total da economia capitalista — na produção, na circulação e no crédito —, os capitais individuais apropriam-se de formas distintas de mais-valia: lucro industrial, lucro comercial, juros, cabendo à propriedade territorial a renda da terra, também ela uma forma particular da mais-valia. A lei dinâmica direcionadora desse embate concorrencial entre os capitais individuais pela apropriação da mais-valia é a lei da queda tendencial da taxa média de lucro.

A estrutura de *O Capital*, segundo Lange, foi montada de acordo com um plano que parte do nível mais alto de abstração, no qual se focalizam fatores isolados ou no menor número possível, daí procedendo por concretização progressiva, à medida que se acrescentam novos fatores, no sentido da aproximação cada vez maior e multilateral à realidade fatual. A esta interpretação, no geral correta, acrescentamos que o trânsito do abstrato ao concreto se faz em todo o percurso, a começar pelo Livro Primeiro. Já nele, encontramos o jogo dialético da passagem do abstrato ao concreto real e vice-versa.

Doravante, comentaremos alguns temas de *O Capital*, selecionados por sua significação sistêmica ou pela relevância das controvérsias que suscitaram.

IV. Mercadoria e Valor

De Smith e Ricardo recebeu Marx a teoria do valor-trabalho: a idéia de que o trabalho exigido pela produção das mercadorias mede o valor de troca entre elas e constitui o eixo em torno do qual oscilam os preços expressos em dinheiro. Ao explicitar que se tratava do *tempo de trabalho incorporado às mercadorias*, Ricardo clarificou a medida do valor de troca, embora se enredasse no insolúvel problema do padrão invariável do valor.

Uma vez que partiam do valor-trabalho, Smith e Ricardo superaram a concepção fisiocrática do excedente econômico em termos de produto físico. O excedente devia ser compreendido, antes de tudo, em termos de valor, ou seja, devia ser apreciado enquanto trabalho transferido ao produto. Mas a idéia de valor implica, por necessidade lógica, a troca de equivalentes: não se conceberia, de outra maneira, que o valor-trabalho pudesse ser o determinante da relação de troca entre mercadorias diferentes pelo valor de uso. A questão a solucionar consistia em tornar coerente a necessidade de troca de equivalentes com a apropriação do valor excedente pelo proprietário do capital.

Smith enfrentara a questão com a idéia de que o valor das mercadorias se media pela quantidade de trabalho que podiam *comandar*, sugerindo que havia uma diferença positiva entre o custo de cada mercadoria em termos de trabalho consumido e em termos de trabalho

que fosse capaz de comprar. Não obstante, a origem de tal diferença positiva — o lucro do capital — ficava inexplicada no quadro de um regime de troca de equivalentes e, por isso mesmo, Smith designava o lucro como "dedução". Ricardo desenvolveu a teoria do valor, ao definí-lo como tempo de trabalho *incorporado* à mercadoria, porém desviou sua investigação da origem do excedente para o da distribuição do produto entre assalariados, capitalistas e proprietários de terra. O lucro continuava, portanto, inexplicável em face da necessária equivalência da troca entre capital e força de trabalho. Este, o primeiro impasse.

O segundo grande impasse da teoria do valor-trabalho de Smith e Ricardo residia em que ambos identificavam, sem mediações, o valor ao *preço natural*, como o chamava Smith, ou ao *custo de produção*, na formulação ricardiana. Semelhante identificação tornava impossível esclarecer por que capitais com diferentes empregos de força de trabalho obtinham taxas de lucros igualadas.

A solução marxiana para a primeira questão crucial irresolvida consubstanciou-se na teoria da mais-valia. Ao expô-la no Livro Primeiro, Marx não partiu do conceito de valor, mas da mercadoria, isto é, da célula germinativa de modo de produção capitalista. No entanto, o enfoque inicial da mercadoria ao longo do Capítulo I não a situa no quadro das relações de produção capitalistas, porém numa sociedade de pequenos produtores mercantis, donos dos meios de produção e de subsistência e, por conseguinte, donos também do produto integral do seu trabalho. Tal procedimento expositivo tem sido um dos pontos mais controversos de *O Capital*.

Croce foi dos primeiros a argumentar que semelhante sociedade de pequenos produtores mercantis não passaria da invenção teórica para fins heurísticos, isto é, para servir de contraste com a sociedade capitalista concreta. A interpretação de Croce não difere, no essencial, da recente de Morishima e Catephores, segundo os quais a sociedade de pequenos produtores mercantis seria fictícia e teria validade tão-somente como *tipo ideal*, na acepção de Max Weber (inspirando-se, por sinal, na afirmação do próprio Weber de que todas as construções teóricas marxianas seriam tipos ideais sem efetividade empírica). Segue-se daí que a troca de equivalentes, na proporção do tempo de trabalho contido nas mercadorias, nunca foi norma concreta, uma vez que, na sociedade capitalista, segundo Marx, as trocas se realizam sob a norma dos *preços de produção*, nos quais o valor já aparece modificado e metamorfoseado.

Cedendo à inclinação historicista que, às vezes, nele prevalecia, Engels atribuiu à sociedade de pequenos produtores mercantis, tal qual se apresenta no capítulo inicial do Livro Primeiro, existência histórica empírica e chegou a afirmar que a lei do valor, enquanto lei da troca *imediata* de equivalentes, teria tido vigência num período de cinco a sete milênios até o século XV, quando se dá o nascimento do capitalismo.

As pesquisas historiográficas não confirmam o ponto de vista de

Engels. O próprio Marx assinalou, em várias passagens, que, nas formações sociais anteriores ao capitalismo, prevaleceu a produção para valor de uso, ao passo que as trocas mercantis se faziam com excedentes residuais do autoconsumo. O caráter ocasional e as pequenas proporções das trocas deviam impedir ou dificultar sua prática de acordo com a norma regular da equivalência do conteúdo de trabalho incorporado aos bens trocados. Intermediadas pelo capital comercial pré-capitalista, as trocas tampouco poderiam basear-se na equivalência, mas seriam *trocas desiguais*.

No entanto, na medida em que fossem trocas pessoais entre pequenos produtores mercantis e se repetissem durante muito tempo com regularidade, a lei do valor, enquanto lei da troca *imediata* de equivalentes, seria atuante. De maneira aproximada, era o que, com efeito, sucedia nas feiras medievais européias, onde costumavam encontrar-se camponeses e artesãos para intercâmbio dos respectivos produtos.

Rubin apontou o caráter puramente lógico de certas mediações discursivas marxianas, para as quais, por conseguinte, não faz sentido procurar correspondência histórica empírica. A sociedade de pequenos produtores mercantis, tal qual vem descrita no capítulo inicial do Livro Primeiro, é, sem dúvida, uma projeção lógica. Não obstante, como também afirma Rubin, aquela sociedade existiu de maneira rudimentar antes do capitalismo e, sendo assim, tinha razão Marx ao escrever que o valor-trabalho fora antecedente histórico (e não somente lógico) do preço de produção.

O capitalismo não pode surgir senão com as premissas dadas da produção mercantil e da circulação monetária. Tais premissas não são imaginárias, porém historicamente concretas, tendo tido desenvolvimento na Europa sob o feudalismo. Assim, foi para estudar a formação do modo de produção capitalista a partir daquelas premissas objetivas que Marx as projetou no modelo de uma sociedade de pequenos produtores mercantis. Mediante o recurso da abstração, determinado setor da realidade histórica foi isolado e extremado, não sendo difícil perceber que o modelo marxiano resultou da aplicação do método dialético e não da construção de um tipo ideal weberiano. Este último, como se sabe, teve por matriz filosófica o formalismo neokantiano e sua construção para fins heurísticos obedece a critérios unilaterais subjetivos do observador — algo de todo contrário à metodologia dialética-materialista.

Ao começar sua exposição pela mercadoria — por ser ela a célula germinativa do modo de produção capitalista —, examinou-a Marx, em primeiro lugar, como objeto que tem valor de uso. Mas, sob o aspecto apenas do valor de uso, a relação da mercadoria com o homem ganha caráter individual e natural supra-histórico. O valor de uso, por si só, não nos informa acerca das relações sociais subjacentes à relação individual do homem com a coisa. O sabor do trigo não muda pelo fato de ser produzido por um escravo, por um servo feudal ou por um

operário assalariado. Contudo, são improcedentes as críticas de que na obra marxiana se negligencia a significação do valor de uso enquanto categoria econômica.

Marx, aliás, teve oportunidade de contestar semelhante crítica nos comentários ao *Tratado* de Wagner. Comentários que poderia empregar, com idêntica pertinência, na refutação dos argumentos de Böhm-Bawerk, se ainda vivo estivesse quando vieram a público.

No concernente à mercadoria, o valor de uso é o suporte físico do valor. Não pode ter valor o que carece de valor de uso. Que a mercadoria possua o caráter dúplice de valor de uso e valor resulta do caráter também dúplice do próprio trabalho que a produz: trabalho *concreto*, que responde pelas qualidades físicas do objeto, e trabalho abstrato, enquanto gasto indiferenciado de energia humana. O trabalho abstrato, pelo fato de estabelecer uma relação de equivalência entre os variadíssimos trabalhos concretos, vem a ser a substância do valor.

Smith e Ricardo falaram de valor e valor de troca, sem estabelecer entre eles diferença categorial, preocupados sobretudo com o problema da *medida* do valor. O próprio Marx, em *Para a Crítica da Economia Política*, não estabeleceu distinção terminológica entre valor e valor de troca. Mas, em *O Capital*, esta distinção foi firmada e salientada, pois se tornava clara a necessidade de focalizar no valor, em separado, a *substância* (trabalho abstrato cristalizado), a *forma* que se manifesta na relação entre mercadorias (valor de troca) e a *grandeza* (tempo de trabalho abstrato).

Vejamos, aqui, a questão da substância do valor.

O trabalho criador de valor é o trabalho socialmente necessário, executado segundo as condições médias vigentes da técnica, destreza do operário e intensidade do esforço na realização da tarefa produtiva. O padrão é o do trabalho simples, ao qual o trabalho complexo (ou qualificado) é reduzido como certo múltiplo dele. Marx não analisou como se dá tal redução, porém indicou a linha geral dessa análise (a diferença de custo de formação da força de trabalho complexa em comparação com a força de trabalho simples) e tomou a redução como dada. Trata-se de um procedimento adotado pelo autor em certos casos: tomar em consideração apenas o resultado dado de um processo, apontando o caminho de sua análise, sem contudo desenvolvê-la, na medida em que fosse dispensável para fins prioritários da demonstração.

O problema da relação entre trabalho simples e complexo já merecera a atenção de Hodgskin, o qual, no entanto, não conseguiu definir o critério econômico intrínseco à relação. Com o tempo, tornou-se um dos cavalos de batalha às mãos dos adversários da teoria do valor-trabalho e, por isso mesmo, Böhm-Bawerk não haveria de omiti-lo. Mas, para efeito de argumentação, o líder da escola austríaca do marginalismo empregou exemplo tão fora de propósito como o da comparação entre o trabalho do escultor e o de um pedreiro. Ora, o produto do

trabalho artístico, marcado pela originalidade e unicidade, não pode ser comparado, enquanto mercadoria, com a produção mercantil repetida. A resposta de Hilferding a Böhm-Bawerk avançou um tanto na linha analítica apontada por Marx. Mas o argumento voltaria a ser esgrimido, em época recente, por Joan Robinson, com a indagação sobre a maneira de determinar a quantidade de trabalho abstrato contido na hora de trabalho de um engenheiro qualificado. Para a teoria do valor-trabalho, o que importa é que a hora de trabalho do engenheiro constitui um múltiplo (de cinco, dez ou quinze, não vem ao caso) da hora de trabalho do operário da construção civil, do operário soldador etc., enquanto média socialmente funcional.

O enfoque do valor pelo prisma de sua substância permitiu penetrar no universo histórico das relações sociais dentro do qual os produtos do trabalho humano se tornam valores. Para Smith e Ricardo, o valor não era uma qualidade social dos produtos, mas algo *natural* como o peso ou a consistência. Indiferente, portanto, às formas sociais. Para Marx, o valor é, antes de tudo, uma substância *social-histórica*. Nas organizações sociais em que a produção mercantil constitui atributo de proprietários privados, entre os quais já exista divisão social do trabalho bastante adiantada, somente de maneira indireta, pela troca mercantil, é que os produtos do trabalho *privado* se apresentam como produtos do trabalho social. O indicador do trabalho social é, precisamente, o *valor*, na condição de cristalização de trabalho abstrato, ao passo que o *valor de troca*, sendo a razão de intercâmbio entre as mercadorias, constitui a forma de manifestação do valor.

Nas formações sociais em que predomina a produção para valor do uso, o caráter social do trabalho manifesta-se de maneira direta, sem desvios, relacionando-se os agentes da produção entre si cara a cara, como pessoas. Já nas formações sociais onde predomina a produção mercantil, o caráter social do trabalho não pode se manifestar senão de maneira indireta, por meio de um desvio. Em suma, por intermédio do valor. A *relação entre as pessoas se esconde atrás da relação entre as coisas*.

A lei do valor como reguladora da produção

Uma vez que é produção confiada a proprietários privados concorrentes, a produção capitalista — tipo generalizado e superior da produção mercantil — não obedece a um plano centralizado, mas se realiza sob o impulso de decisões fragmentárias isoladas. Entre as paredes da empresa capitalista, a produção costuma ser conscientemente regulada e obedece a um plano estabelecido pela administração. Já no processo social global das relações entre as empresas, inexiste a regulação consciente, o planejamento imperativo. O processo social global da produção capitalista caracteriza-se, por isso, pela *anarquia*.

Anarquia, entretanto, não quer dizer caos. Anárquica como seja,

a produção capitalista obedece a um regulador objetivo, que atua à revelia da consciência dos produtores privados. Tal regulador é a lei do valor. Justamente esta lei — por ser a lei de validação do caráter social dos trabalhos privados — é que determina a distribuição dos meios de produção e da força de trabalho entre os vários produtores e ramos da produção.

A lei do valor cumpre sua função de reguladora da produção social em meio a constantes oscilações e desequilíbrios provocados por sua própria atuação. O equilíbrio não pode ser mais do que uma tendência que pressiona em meio aos fatores desequilibrantes e se manifesta enquanto média de inumeráveis flutuações, jamais suscetível de fixação. A concorrência entre os produtores privados dá lugar a uma sucessão infindável de desequilíbrios e, ao mesmo tempo, atua no sentido de corrigir mais desequilíbrios, mediante a regulação do valor. Tal correção nunca consegue suprimir a anarquia, pois se efetua no fluxo incessante do processo concorrencial e implica inevitáveis desperdícios de recursos econômicos. Simultaneamente, porém, a constante acentuação do desequilíbrio e a tendência contrária ao equilíbrio, só realizado como média variável das desproporções, compõem o dinamismo peculiar do processo capitalista de produção e tipificam sua modalidade específica de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a lei do valor, na concepção marxiana da produção capitalista, é a lei reguladora da distribuição das forças produtivas, *porém não é sua lei do equilíbrio*. O que Schumpeter percebeu, ao contrário de tantos marxistas.

Neste ponto crucial, a concepção marxiana se contrapõe à tradição mais forte do pensamento burguês. Tradição que buscou apresentar a economia capitalista como consubstancial à natureza humana precisamente por ser harmônica, por si mesma apta a estabelecer o estado de equilíbrio mais conveniente aos interesses supostamente gerais da sociedade. Não tem outra significação para Adam Smith a mão invisível do mercado, que faria do egoísmo dos produtores individuais o instrumento da riqueza das nações. Ao proclamar que cada oferta cria sua própria demanda, a chamada "lei dos mercados" de Say não passa de outra formulação do mesmo teorema do equilíbrio. Seria, no entanto, com o marginalismo que a idéia do equilíbrio geral da economia capitalista atingiria a formulação aparentemente mais conforme às exigências da demonstração científica, exposta que foi através de refinadas elaborações matemáticas. A doutrina marginalista do equilíbrio geral sofreu o impacto da "revolução keynesiana" sem que, não obstante, se perdesse a idéia do equilíbrio. Já que este não era mais concebível como ajuste espontâneo das variações dos fatores, ajuste resultante da interação automática e autocorretiva dos mecanismos inerentes ao mercado, Keynes incumbiu a mão visível do Estado de intervir no mercado, pôr as coisas em ordem e estabelecer o equilíbrio do pleno emprego desejável à segurança da organização social burguesa.

Apenas de passagem, lembremos que a teoria funcionalista representa, no âmbito da Sociologia, uma ramificação do mesmo tronco ideológico do qual se projetou a idéia do equilíbrio natural e eficiente da economia capitalista.

Feita a ressalva sobre a validez de tantos aspectos penetrantes de seus ensaios marxistas, cumpre mencionar o grave equívoco de Rubin ao confundir a função reguladora da lei do valor com uma função de equilíbrio, ao ponto de sugerir que a teoria econômica marxiana seria uma teoria geral do equilíbrio da economia capitalista. Decerto, nenhum modo de produção pode funcionar sem algum princípio regulador. No modo de produção capitalista, tal princípio é a lei do valor. O que sucede é que, na concepção marxiana, este regulador opera através de contradições e desequilíbrios sempre renovados. Contradições e desequilíbrios inerentes à essência das relações de produção capitalistas e não meras *disfunções*, por isso mesmo sanáveis, como as conceberia o funcionalismo.

V. Capital, Fetichismo e Acumulação Originária

O desenvolvimento da forma do valor — o valor de troca — conduz ao surgimento do dinheiro. Este não foi um dispositivo expressamente "inventado" para resolver dificuldades técnicas na realização cada vez mais complexa das trocas e dos pagamentos, embora viesse a servir para tal fim. Por meio da demonstração dialética, ressaltou Marx que a necessidade do dinheiro já está implícita na relação mercantil mais simples e casual. Assim que as trocas mercantis se reiteram e multiplicam, é inevitável que se selecione entre as mercadorias aquela cujo *valor de uso* — representado por suas qualidades físicas — consistirá na reflexão do *trabalho abstrato* de toda a sociedade, na encarnação indiferente do valor de todas as mercadorias. Os metais preciosos (ouro e prata) foram, afinal, selecionados para esta função de mercadoria *absoluta*.

A circulação monetária constitui premissa *necessária*, porém não *suficiente* para o surgimento do modo de produção capitalista. Marx foi taxativo na refutação das interpretações historiográficas que viam na Antiguidade greco-romana uma economia capitalista porque já então circulava o dinheiro. O capital comercial e o capital de empréstimo aparecem nas formações sociais anteriores ao capitalismo e nelas representam as modalidades exponenciais do capital. Captam o produto excedente no processo da *circulação* mercantil e monetária, através das trocas desiguais e dos empréstimos usurários, porém não dominam o processo de *produção*. Somente com o capital *industrial*, que atua no processo de criação do sobreproduto mediante a exploração de trabalhadores *assalariados*, é que se constitui o modo de produção capitalista. O capital industrial torna-se, então, a modalidade exponencial do capital, que submete o capital comercial e o capital de empréstimo às exigências da reprodução e expansão das relações de produção capitalistas.

A formação do capital industrial na Europa ocidental mereceu de Marx extenso estudo historiográfico, no qual periodizou o processo de formação nas etapas da cooperação simples, da manufatura e da fábrica mecanizada. Com esta última, que surge e começa a se generalizar durante a Revolução Industrial inglesa, o modo de produção capitalista adquiriu, afinal, a base técnica que lhe é apropriada.

Que é, porém, o capital enquanto agente da produção?

O capital não é *coisa* — ferramenta ou máquina. Nada mais despropositado do que imputar ao arco-e-flecha do índio tribal a natureza de capital. Tampouco basta afirmar, como Ricardo, que o capital é "trabalho acumulado". O arco-e-flecha cristaliza trabalho acumulado e, todavia, não serve a nenhuma finalidade de valorização capitalista, ou seja, de incremento do valor inicial adiantado. A fim de que o trabalho acumulado nos bens de produção assuma a função de capital é preciso que se converta em instrumento de exploração do trabalho assalariado. Em vez de coisa, o capital é *relação social*, relação de exploração dos operários pelos capitalistas. As coisas — instalações, máquinas, matérias-primas etc. — constituem a encarnação física do trabalho acumulado para servir de capital, na relação entre o proprietário dessas coisas e os operários contratados para usá-las de maneira produtiva.

Por conseguinte, a teoria marxiana conduz à desmistificação do *fetichismo* da mercadoria e do capital. Desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam. Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital.

O capital se encarna em coisas: instrumentos de produção criados pelo homem. Contudo, no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção — convertidos em capital pela relação social da propriedade privada — é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade — a do lucro — que lhe é alheia. O trabalho morto, acumulado no instrumento de produção, suga como um vampiro (a metáfora é de Marx) cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra.

Contudo, seria errôneo, como ficou em voga no segundo pós-guer-

ra, fazer da alienação a categoria básica da teoria sócio-econômica marxiana. Com semelhante procedimento, efetua-se um retrocesso no concernente à evolução do próprio Marx, a qual, como foi visto, superou o conceito de alienação quando aceitou a tese do valor-trabalho. Na verdade, as teses essenciais da teoria sócio-econômica marxiana se apóiam nas categorias de valor e mais-valia, a partir das quais a categoria de alienação, recebida de Hegel e Feuerbach, se concretizou na crítica conseqüente ao fetichismo do capital.

A crítica ao fetichismo do capital vincula-se intimamente à decifração do segredo da acumulação originária do próprio capital. Como teria vindo ao mundo tão estranha entidade que conquistou a soberania sobre os homens e as coisas?

Sabemos de várias respostas. A de Nassau Senior: o capital nasceu da *abstinência* de uns poucos virtuosos, que preferiram poupar a consumir, assumindo o ônus de um sacrifício em benefício da sociedade justamente recompensado. A de Weber: o capitalismo requer a atitude racionalista diante dos fatos econômicos e semelhante atitude procedeu, na Europa ocidental, da ética protestante. A de Schumpeter: os primeiros empresários foram homens de talento que tiveram a poupança acumulada à sua disposição.

Já segundo Marx, o capital, não mais como capital mercantil, porém como capital industrial promotor do modo de produção capitalista, surge somente com determinado grau histórico de desenvolvimento das forças produtivas, grau este que implica determinado tipo de divisão social do trabalho. Só então é que o dinheiro e os meios de produção acumulados em poucas mãos podem ser valorizados mediante a exploração direta do trabalho assalariado. Fica, não obstante, a pergunta: como se acumularam o dinheiro e os meios de produção em poucas mãos?

Dessa história não se extrai uma lição sobre a recompensa das virtudes morais. Mercadores e usurários — representantes do capital mercantil pré-capitalista — concentraram a riqueza em dinheiro mediante toda espécie de fraude e de extorsão, características da atuação do capital nas formações sociais anteriores ao capitalismo. A aplicação do dinheiro acumulado na circulação mercantil e monetária à produção de mercadorias levou à exploração acentuada, à pauperização e à expropriação dos artesãos. Por sua vez, do próprio meio dos artesãos, emergiram os mestres que, em suas oficinas, se destacaram pela eficiência na exploração dos aprendizes e companheiros e puderam passar da condição de mestres-trabalhadores à de mestres capitalistas, já por inteiro patrões. Esta formação endógena do capital industrial constituiu, aliás, segundo Marx, o caminho efetivamente revolucionário de transformação capitalista da antiga economia feudal.

A acumulação originária do capital — conjunto de processos não-capitalistas que prepararam e aceleraram o advento de modo de pro-

dução capitalista — assinalou-se como uma época de violenta subversão da ordem existente, cuja ocorrência na Inglaterra foi estudada no famoso capítulo XXIV do Livro Primeiro de *O Capital*. Com especial relevo figuraram nessa subversão: as *enclosures* (cercamentos) que expulsaram os camponeses de suas terras e as converteram em campos de pastagem de ovelhas, enquanto dos camponeses expropriados e despossuídos emergiria o moderno proletariado; o confisco das terras da Igreja Católica e sua distribuição entre aristocratas aburguesados e novos burgueses rurais; o crescimento da dívida pública, que transferiu riquezas concentradas pelo Estado às mãos de um punhado de privilegiados; o protecionismo, que garantiu à nascente burguesia industrial a exclusividade de atuação desenfreada no mercado nacional e lhe permitiu arruinar e expropriar os artesãos, então obrigados ao trabalho assalariado; a alta generalizada dos preços no século XVI, em conseqüência do afluxo à Europa dos metais preciosos da América, trazendo consigo a queda relativa dos salários e dos preços dos arrendamentos agrícolas a longo prazo, o que favoreceu a burguesia urbana e rural; e, por fim, porém não menos importante — o colonialismo da época mercantilista, com o comércio ultramarino, a exploração escravista nas Américas e o tráfico de escravos africanos.

O capital emerge para a vida histórica, o que Marx acentuou em várias passagens, como agente revolucionário implacável que destrói as vetustas formações sociais localistas e instaura grandes mercados nacionais unificados e um processo mundial de intercâmbio e produção acompanhado de rápida transformação das técnicas, das formas organizacionais da economia, das instituições e dos costumes etc. Se o nascimento do capital exigiu o emprego da violência em grande escala, tampouco foi ela dispensada na sua trajetória expansionista. O capital realizou o veloz desenvolvimento das forças produtivas desinibido de considerações moralistas humanitárias, movido por uma avidez acumulativa sem paralelo nas etapas históricas precedentes.

O modo de produção capitalista se afirma à medida que dispensa os processos da acumulação originária e difunde processos específicos de exploração e valorização, que conduzem à produção da mais-valia.

A tese segundo a qual o capital contém dois componentes distintos — o constante e o variável — constitui uma das proposições fundamentais da Economia Política marxista. Insuspeito como crítico e adversário, Schumpeter reconheceu a superioridade desta proposição em face da de Ricardo.

O capital *constante* representa trabalho *morto*, cristalizado e acumulado nos meios de produção. Durante o processo produtivo, seu valor se mantém constante, transferindo-se ao produto sem alteração quantitativa. O capital *variável* aplica-se nos salários que compram a força de trabalho e, por isso, representa a única parte do capital que varia no processo produtivo, uma vez que se incrementa pela produção de

mais-valia. A valorização particular do capital variável dá lugar à valorização do capital em sua totalidade.

A relação quantitativa entre capital constante e capital variável, em termos de valor, recebeu de Marx a denominação de *composição orgânica do capital*, tanto mais alta quanto maior for o coeficiente do capital constante e vice-versa. O sistema da Economia Política marxista tem nesta relação um dos eixos de sua articulação.

A composição orgânica do capital não se confunde com sua composição *técnica*, a qual diz respeito às características físicas do capital e não ao seu valor. Um capital com a composição técnica de 5 máquinas/1 operário pode ter a mesma composição orgânica de outro capital com a composição técnica de 10 máquinas/1 operário, se o valor de cada uma das últimas dez máquinas for a metade do valor de cada uma das primeiras cinco máquinas, sendo os salários iguais nos dois casos. Na perspectiva histórica de longo prazo, no entanto, a composição orgânica do capital se eleva com o aumento da composição técnica, embora o faça em proporções menores.

A distinção entre capital *fixo* e *circulante*, conhecida antes de Marx, diz respeito a outro aspecto da realidade, isto é, à transferência integral do valor dos componentes do capital ao produto numa única rotação produtiva (capital circulante) ou em várias rotações, gradualmente (capital fixo). Tal distinção nada explica acerca da valorização do capital, porém é imprescindível à análise da circulação, rotação e reprodução do capital.

A esta altura, cumpre precisar qual foi a novidade trazida por Marx com a categoria de mais-valia. Já fora firmada a idéia de que a produção podia criar um excedente sobre a grandeza inicial dos meios de produção. Nas *Teorias da Mais-Valia*, incumbiu-se Marx de anotar e comentar com minúcia os antecessores que escreveram sobre o excedente econômico. A novidade exposta em *O Capital* se resume em dois aspectos essenciais.

Em primeiro lugar, a distinção entre *trabalho* e *força de trabalho*. O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário. Sendo assim, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário. O valor de uso da força de trabalho consiste precisamente na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria. O dono do capital e empregador do operário se apropria deste sobrevalor ou mais-valia sem retribuição. Mas, embora sem retribuição, a apropriação da mais-valia não viola a lei do valor enquanto lei de troca de equivalentes, uma vez que o salário deve ser o equivalente monetário do valor da força de trabalho. Assim, a relação *mercantil* entre capital e força de trabalho assume o caráter de troca de equi-

valentes, ao passo que a criação da mais-valia se efetiva fora dessa relação, no processo de uso produtivo da força de trabalho.

Embora não descurasse a circunstância de que, na prática do regime capitalista, o salário pode situar-se abaixo do valor da força de trabalho, Marx pressupõe sempre, em todas as inferências do seu sistema teórico, a troca de equivalentes e, por conseguinte, a equivalência entre salário e valor da força de trabalho. Em especial, o modo de produção capitalista ficava marcado pela particularidade histórica de generalizar a forma mercadoria, assumida também pela própria força de trabalho.

Esclarecia-se, dessa maneira, que a quantidade de trabalho "comandado" pela mercadoria acima do trabalho que custara, segundo a concepção de Smith, era precisamente a mais-valia. O lucro deixava de ser uma "dedução" do produto do trabalho e se identificava como *sobreproduto*, por isso mesmo apropriado pelo comprador da força de trabalho na sua condição de capitalista.

Em segundo lugar, a concepção da mais-valia enquanto sobreproduto abstraído de suas formas particulares (lucro industrial e comercial, juros e renda da terra). Justamente porque entenderam o excedente imediatamente como lucro, sem se dar conta de sua natureza originária de mais-valia, da qual o lucro é uma das formas particulares, justamente por não disporem da categoria mediadora da mais-valia é que Smith e Ricardo identificaram valor e preço de produção. Em conseqüência, colocaram a teoria do valor-trabalho em contradição discursiva com qualquer explicação coerente acerca do eixo em torno do qual deviam oscilar os preços de mercado. A categoria de mais-valia veio permitir também a superação deste impasse dos clássicos burgueses.

No Prefácio ao Livro Segundo, afirmou Engels, com inspiração brilhante, que a façanha teórica de Marx se comparava à de Lavoisier. Enquanto Priestley e Scheele, ao se defrontarem com o oxigênio em estado puro, insistiram em chamá-lo de *flogisto*, por incapacidade de desprender-se da teoria química vigente, Lavoisier reconheceu no gás um novo elemento ao qual denominou oxigênio e, com isso, liquidou a velha teoria flogística. Ao contrário dos economistas que continuavam a identificar o sobreproduto com uma das suas aparências fenomenais — a renda da terra, no caso dos fisiocratas, ou o lucro, no caso de Smith e Ricardo —, Marx abstraiu a mais-valia de suas manifestações particulares e, dessa maneira, cortou os vários nós górdios que obstaculizavam o desenvolvimento conseqüente da teoria do valor.

A concepção categorial da mais-valia exige, não obstante, a caracterização precisa do que seja trabalho produtivo. Smith distinguiu entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, conotando o primeiro pela criação de *bens materiais*, dotados de consistência corpórea, e pela *lucratividade*. Isto implicava a exclusão da esfera do trabalho produtivo de atividades que não criam bens materiais, pois se consomem no ato

imediato de sua execução (os chamados *serviços*), ou que, embora criem bens materiais, não são lucrativas. Marx modificou as teses de Smith, ao mesmo tempo deixando interrogações, dúvidas e problemas sem resposta, que suscitaram controvérsias ainda abertas entre os próprios marxistas.

Antes de tudo, tendo em vista sempre a formação social burguesa, devia ficar inteiramente claro que só o trabalho produtivo cria valor e mais-valia. Mas isto não significa que as atividades improdutivas sejam todas desnecessárias ou mesmo nocivas. Umas são requeridas pela manutenção das condições gerais da vida social (os serviços do aparelho estatal), enquanto outras são indispensáveis à efetivação ininterrupta dos próprios processos econômicos. A atenção de Marx incidiu principalmente nestas últimas.

Daí que começasse por criticar a rigidez da caracterização smithiana excludente de todos os serviços da esfera do trabalho produtivo. Rigidez de inspiração fisiocrática e que levava a sobrepor a natureza física do produto do trabalho à sua forma social. Da análise do texto de Smith, no volume I das *Teorias da Mais-Valia*, emergiram distinções bem definidas em *O Capital*. O capital produtivo é, por excelência, o capital industrial, concebendo-se o capital agrícola como uma de suas modalidades. O capital comercial e o capital bancário representam especializações funcionais improdutivas do capital social total, indispensáveis, porém, à sua circulação e rotação sob forma de mercadoria específica e sob forma de dinheiro. Uma parte da mais-valia criada na esfera do capital industrial passa às esferas do comércio e dos negócios bancários — assumindo as formas particulares de lucro comercial e de juros —, com ela se pagando o lucro de comerciantes e banqueiros, bem como o salário dos seus empregados. Mas há atividades que não produzem bens materiais e, contudo, são necessárias ao processo de produção ou o prolongam na esfera da circulação, devendo ser consideradas produtivas e, portanto, criadoras de valor e mais-valia. Este é o caso do transporte, armazenagem e distribuição de mercadorias. Uma vez que as mercadorias são valores de uso destinados à satisfação de necessidades (como bens de produção ou como bens de consumo), é evidente que transportá-las, conservá-las em locais apropriados e distribuí-las constituem tarefas produtivas, ainda que nada acrescentem à substância ou à conformação física das mercadorias. Por conseqüência, uma parte das atividades abrangidas pela rubrica do comércio tem natureza de trabalho produtivo. São somente improdutivas aquelas atividades comerciais que derivam das características mercantis das relações de produção capitalistas, dizendo respeito aos gastos com as operações de compra e venda e com as suas implicações especulativas.

Por conseguinte, Marx rejeitou a caracterização de Smith acerca do trabalho produtivo restringido apenas à produção de bens materiais e incluiu determinados serviços no conceito de trabalho produtivo. Não chegou, todavia, a realizar um estudo abrangente e conclusivo sobre

os serviços em geral. Recusou, por exemplo, a atribuição de produtividade aos serviços médicos (o que, obviamente, não significa que os considerasse dispensáveis). Já com relação a atividades como as de ensino, dos espetáculos, da hotelaria e outras, sua análise ficou no meio do caminho, justificando-se com o pequeno peso dos serviços.

O que era verdade para seu tempo, mas deixou de sê-lo para os dias atuais. Nos países capitalistas desenvolvidos, o setor terciário, que abrange os serviços, passou a ocupar o maior percentual da força de trabalho e a responder, nas contas nacionais, por cerca de metade do produto. Do ponto de vista da teoria econômica marxista, é inaceitável, não obstante, a inclusão no produto nacional de todos os serviços computados pela estatística oficial. Mesmo esta, às vezes, adota timidamente o conceito de *produto real*, do qual exclui os serviços governamentais, a intermediação financeira, os serviços de educação e saúde e alguns outros. Trata-se, sem dúvida, de importante campo da investigação econômica, em cujo âmbito as indicações de Marx são preciosas para marxistas e não-marxistas.

Por fim, Marx referiu-se ao que denominou de *faux frais*: falsos gastos inseridos no processo de produção, embora sem lhe dar contribuição do ponto de vista técnico e produtivo. Um desses falsos gastos é o do trabalho de vigilância ou controle da força de trabalho, que impõe um acréscimo de custos sem significação técnica para a produção propriamente dita, decorrendo tão-somente do caráter antagônico das relações de produção. Se, nesta questão, Marx estava certo do ponto de vista de suas premissas, tanto mais quanto os serviços de controle dos trabalhadores se sofisticaram nas grandes empresas modernas (com a expansão dos "serviços sociais" e congêneres), o mesmo não se podia dizer da imputação de *faux frais* à contabilidade. Afinal, a produção industrial moderna, sejam os países capitalistas ou socialistas, é tecnicamente impraticável sem contabilidade. Como, por igual, no capitalismo avançado dos dias atuais seria errôneo deixar de qualificar a pesquisa científica e o desenvolvimento de projetos como trabalho produtivo, ao passo que o marketing e a propaganda entram, sem dúvida, no âmbito do trabalho improdutivo, pois sua utilização não é suscitada senão pela natureza mercantil e concorrencial do modo de produção capitalista.

Mais-valia e acumulação de capital

Acumulação capitalista significa valorização do capital, o que, por sua vez, significa incremento do capital adiantado mediante produção de mais-valia.

Sob a compulsão da concorrência, que elimina as empresas estacionárias, os capitalistas, na condição de personificação do capital, anseiam por quantidades cada vez maiores de mais-valia. Nos primórdios do regime capitalista, quando as inovações técnicas avançavam

com lentidão, o aumento da quantidade de mais-valia por operário ocupado só era possível mediante criação de mais-valia *absoluta*, isto é, mediante prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação das tarefas, de tal maneira que o tempo de sobretrabalho (criador de mais-valia) aumentasse, enquanto se conservava igual o tempo de trabalho necessário (criador do valor do salário). No entanto, a característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia *relativa*. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho.

Cada capitalista forceja por ultrapassar os concorrentes e, para tanto, busca introduzir em sua empresa aperfeiçoamentos técnicos (na acepção mais ampla) que lhe dêem vantagem sobre os rivais. Enquanto tais aperfeiçoamentos forem exclusivos de uma empresa, suas mercadorias serão produzidas com um tempo de trabalho inferior ao socialmente necessário, o que lhe propiciará certa quantidade de mais-valia *extra* ou *superlucro*. Ao se difundirem os aperfeiçoamentos a princípio introduzidos numa empresa isolada, desaparecerá a mais-valia extra, mas terá ido adiante o processo de aumento da produtividade social do trabalho, cuja resultante é a criação de mais-valia relativa.

(O que Marx considera lucro ordinário, Marshall denomina de *custo* do fator capital. No sistema de Marshall, o superlucro marxiano entra no conceito de quase-renda. Schumpeter não considera o lucro ordinário como lucro, porém como remuneração do trabalho de administração, sendo o lucro verdadeiro equivalente apenas ao superlucro marxiano).

À medida que se implementam inovações técnicas poupadoras de mão-de-obra, tais ou quais contingentes de operários são lançados no desemprego, em que se mantêm por certo tempo, até quando a própria acumulação do capital requeira maior quantidade de força de trabalho e dê origem a novos empregos. Assim, a própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma *superpopulação relativa flutuante* ou *exército industrial de reserva*.

Já Ricardo concluíra, com exemplar honestidade científica, que a introdução de maquinaria conduz ao crescimento da massa de trabalhadores desempregados e lhes traz os sofrimentos da desocupação. Mas justificou a vantagem da maquinaria para os capitalistas, sem que, não obstante, enxergasse significação econômica estrutural na massa de desempregados. Do ponto de vista de Marx, o exército industrial de reserva representa elemento estrutural indispensável ao

modo de produção capitalista e daí sua incessante reconstituição mediante introdução de inovações técnicas, o que torna essa reconstituição independente do crescimento vegetativo da população. O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc.

Marx formulou uma lei geral absoluta da acumulação capitalista, segundo a qual se concentra, num pólo, a massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital, enquanto, no pólo oposto, aumenta a miséria das massas trabalhadoras. Esta lei, apresentada no Livro Primeiro, tem sido objeto de variadas exegeses e acirradas discussões nos meios marxistas, ao passo que os antimarxistas encontram nela reiterado motivo para contestação.

Certa parte dos marxistas interpretou a formulação marxiana no sentido de inelutável pauperização absoluta ou queda secular do padrão da existência material da classe operária no regime capitalista, inclusive sob o aspecto dos salários reais, que tenderiam a ser cada vez mais baixos, conforme sustentam, por exemplo, os autores do *Manual de Economia Política* da Academia de Ciências da URSS. Já Ronald Meek viu na referida lei um dos erros mais clamorosos de Marx, em face das evidentes melhoras das condições de vida dos operários ingleses no decorrer do último século. Ambas as posições foram refutadas por Mandel e Rosdolsky através de exaustiva análise da questão à luz dos textos marxianos em confronto com os dados do desenvolvimento do capitalismo. Dessa análise ressaltam os dois pontos seguintes.

Em primeiro lugar, no referente aos salários reais, a posição de Marx evoluiu dos escritos econômicos dos anos quarenta às obras da maturidade, dos anos sessenta em diante. Nos anos quarenta, a idéia de Marx era a de que, conquanto os aumentos salariais pudessem representar conquistas imediatas para os operários, atuava, a longo prazo, a tendência à queda dos salários reais até o nível mínimo da subsistência física, ou seja, a tendência à pauperização absoluta. Influíam, então, sobre o pensamento marxiano, sem dúvida, as evidências da Revolução Industrial recém-concluída na Inglaterra e em curso nos demais países da Europa ocidental, quando, com efeito, os salários reais foram rebaixados. Diferente veio a ser, não obstante, a perspectiva dos anos sessenta. Marx passou a enfatizar o fator luta de classes e demonstrou, do ponto de vista teórico e com apoio em dados estatísticos, que a classe operária podia conquistar aumentos efetivos dos salários reais e, na verdade, os havia conquistado na Inglaterra (Ver *Salário, Preço e Lucro*. Tal demonstração foi tanto mais notável quanto se opu-

nha às duas teses sobre salários então dominantes, tanto nos círculos profissionais dos economistas quanto nos meios sindicais: a tese da lei de "ferro" ou de "bronze", defendida por Lassalle, segundo a qual os salários deviam cair, de maneira inexorável, ao nível mínimo de subsistência física dos trabalhadores; e a tese do "fundo de salários" defendida por John Stuart Mill, segundo a qual, em cada situação dada, existe um fundo pré-fixado para os salários, sendo inútil tentar alterá-lo e obter maiores salários reais por meio do aumento dos salários nominais. A história econômica desmentiu as formulações de Lassalle e de Stuart Mill e confirmou a de Marx, que chegou a intuir a elevação dos salários reais como tendência possível no capitalismo. De fato, nos países capitalistas desenvolvidos, a tendência secular tem sido a de elevação dos salários reais e, sob este ponto de vista estrito, não se pode falar em pauperização absoluta da classe operária, mas só relativa. Contudo, a elevação dos salários reais, embora tornada predominante pela luta de classes dos operários e pelo desenvolvimento das forças produtivas, não deixa de ser muito irregular, na medida em que a dinâmica dos salários depende do movimento da acumulação do capital e não o contrário.

Em segundo lugar, Marx entendia a questão da acentuação da miséria dos trabalhadores numa perspectiva abrangente, que não se referia tão-somente aos operários regularmente empregados e aos seus salários reais, porém também devia incluir o que chamou de "tormentos do trabalho", bem como as condições de existência da massa crescente de operários desempregados, cujos tormentos decorriam, não do trabalho na empresa capitalista, porém da falta dele. Falta temporária, para o exército industrial de reserva, e falta permanente, para a superpopulação consolidada (aquela parte dos trabalhadores já sem perspectiva de ocupação regular).

Assim, por outro lado, seja pelo processo espontâneo de desenvolvimento das forças produtivas, seja sobretudo por efeito da luta de classes, os trabalhadores conseguem incorporar ao seu padrão de vida a satisfação de novas necessidades. Já no seu tempo, Marx observava que a compra de um jornal diário fazia parte do valor da força de trabalho do operário inglês. O mesmo cabe ser dito, hoje, com relação ao aparelho de televisão, no caso do operário brasileiro. Por isso mesmo, podem vir a elevar-se os salários reais — medidos em termos de capacidade aquisitiva de valores de uso — e o padrão de vida dos operários, sem que daí resulte necessariamente o aumento do salário em termos de valor (medido em horas de trabalho necessárias à sua reprodução). Como é evidente, se a elevação da produtividade social do trabalho tiver provocado a queda do valor dos bens-salário em certa proporção, torna-se possível a elevação dos salários reais sem elevação qualquer ou sem elevação igualmente proporcional do valor do próprio salário. Mais ainda: os salários reais podem elevar-se e continuar abaixo

do valor da força de trabalho, uma vez que este valor se tenha acrescido por motivo dos maiores gastos na formação da força de trabalho, das exigências mais complexas do processo de produção, da criação de novas necessidades materiais e culturais.

Em qualquer caso, todo progresso no capitalismo suscita antagonismos. A elevação do salário real não raro vem acompanhada de fenômenos como o desgaste mais acentuado das energias físicas e/ou psíquicas (constate-se, a propósito, o alto índice de doenças mentais nos meios operários), maior insegurança de manutenção do emprego, crescimento do número de desempregados e dilatação dos períodos intermitentes de desocupação, o que aumenta a carga sobre os operários momentaneamente empregados. Não se pode tampouco dissociar o estudo do padrão de vida geral da classe operária da situação peculiar daquelas camadas de trabalhadores mais sujeitos ao desemprego e aos baixos salários. Ao padrão de vida dos operários alemães ou franceses, relativamente elevado, constitui elemento de contraste o mesquinho nível de condições de existência dos trabalhadores imigrantes procedentes da Europa meridional, África e Oriente Médio. De igual maneira, seria erro grosseiro abstrair, nos Estados Unidos, o alto nível de vida dos operários brancos de todos os flagelos que se abatem sobre os operários negros e de origem latino-americana.

A tais fenômenos do cotidiano dito normal, acrescentem-se as calamidades das crises econômicas que, apesar da inventividade keynesiana, continuam a fazer parte do ciclo capitalista.

VI. Valor e Preço — O Problema da Transformação

A explicação das oscilações momentâneas dos preços de mercado pelas variações na oferta e demanda só pode satisfazer à observação dos fenômenos em sua superfície. Os economistas, que não se contentavam com a observação superficial, entenderam que devia existir um regulador determinante, não das oscilações dos preços, mas do nível em que elas ocorrem.

Smith e Ricardo definiram aquele regulador como o valor-trabalho. Ao mesmo tempo, traduziram o valor-trabalho em termos de preço, sem qualquer mediação. Por conseguinte, o preço natural (Smith) ou o custo de produção (Ricardo) devia ser igual ao valor-trabalho, o que criava insolúvel impasse, conforme já foi mencionado no início da seção IV.

Marx esforçou-se no sentido de eliminar esta transição imediata do conceito abstrato de valor à realidade empírica dos preços. E o fez descobrindo as mediações dialéticas que balizam o trajeto do valor aos preços de mercado.

A primeira mediação consiste na taxa de mais-valia, que se distingue da taxa de lucro. A taxa de mais-valia é a relação entre a mais-valia e o capital variável. A taxa de lucro é a relação entre a mais-valia e o capital individual total (soma do capital variável com

o capital constante). A taxa de mais-valia revela o *grau de exploração da força de trabalho,* ao passo que a taxa de lucro indica o *grau de valorização do capital.* Os capitalistas e os economistas, seus intelectuais orgânicos, só se interessam pela taxa de lucro, que dá origem à ilusão ideológica de que o sobreproduto é criado pelo capital em conjunto e não somente por sua parte variável. Ilusão que reforça o fetichismo do capital.

Como, porém, a composição orgânica do capital difere entre os vários ramos da produção, se a taxa de mais-valia for igual para todos eles (o que pode ser coerente, do ponto de vista teórico, e aproximado, do ponto de vista empírico), então as taxas de lucro serão desiguais de um ramo para outro. Ora, a observação mais trivial indica que as taxas de lucro não variam em função do coeficiente de capital variável de cada capital individual. Em períodos plurianuais, os capitais individuais valorizam-se de acordo com uma taxa geral média, que não tem relação com os diferentes quantitativos de força de trabalho empregados pelos capitais individuais.

A formação dessa taxa média de lucro resulta da concorrência, que força parte dos capitais a se transferir, nas circunstâncias dadas, dos ramos com taxa de lucro cadente para os ramos com taxa de lucro ascendente. Em conseqüência, o montante de mais-valia produzido por todos os capitais individuais se redistribui entre eles em proporção à cota-parte global de cada um e não à cota-parte da força de trabalho empregada. Certa proporção de mais-valia se transfere dos capitais com baixa composição orgânica para os capitais com alta composição orgânica, o que, em meio a inumeráveis e incessantes flutuações, estabelece a taxa geral ou taxa média de lucro. Esta, apesar de *geral*, não é *uniforme* em cada momento dado. Ao contrário, em cada momento dado, as taxas de lucro são diferentes nos vários ramos da produção, o que, precisamente, obriga os capitais concorrentes a se moverem de uns ramos para outros. É desse movimento que resulta a taxa média, em períodos que só podem ser plurianuais, emergindo a taxa média da alternância entre taxas altas e baixas.

A mediação entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucro preside a transformação do valor em preço de produção. A fórmula do valor é: capital constante + capital variável + mais-valia. A fórmula do preço de produção é: capital constante + capital variável + lucro médio. Aos gastos correntes de capital constante e variável, num tempo de rotação delimitado, Marx denomina de *preço de custo.* Somado o preço de custo ao lucro médio, proporcional ao capital individual total investido, obtém-se o preço de produção.

Recorrendo a um modelo aritmético de cinco setores, Marx demonstrou, no Livro Terceiro, como é possível a transformação do valor em preço de produção com a simultânea satisfação de duas equações: a da igualdade entre o total dos valores e o total dos preços de produção;

e a da igualdade entre o total da mais-valia e o total dos lucros. Trata-se do que chamaremos doravante de teorema das duas igualdades.

No modo de produção capitalista, a lei do valor manifesta-se nestas duas igualdades ao nível do sistema em conjunto, dado que, nas transações singulares, já não é possível, senão por acaso, a troca de equivalentes. Uma vez que o preço de produção é inexplicável sem o pressuposto do valor, a lei do valor domina no modo de produção capitalista porém o faz sob a metamorfose que converte o valor em preço de produção.

Por conseguinte, o regulador do nível das oscilações dos preços de mercado já não é diretamente o valor, mas sua forma transfigurada de preço de produção. Contudo, entre o preço de produção e os preços de mercado, Marx colocou mais uma mediação categorial — a do *valor de mercado*. Cada mercadoria é lançada à venda com um valor individual, a partir do qual deverá concorrer com as mercadorias congêneres do mesmo setor. *Grosso modo*, conforme a produtividade técnica aplicada à sua produção e o grau de exploração da força de trabalho, as mercadorias se distribuem em três grupos: a) o de preço de produção igual à média socialmente necessária; b) o de preço de produção superior à média; c) o de preço de produção inferior à média. Se a demanda das mercadorias em questão for maior do que sua oferta, os preços de mercado tenderão a oscilar no patamar do grupo cujo preço de produção é superior à média, no qual se situará o valor de mercado, motivo por que os dois outros grupos auferirão um superlucro. Em caso contrário, sendo a oferta superior à demanda, o valor do mercado descerá ao patamar do grupo com preço de produção inferior à média, ou seja, do grupo com mais alto índice de produtividade, cujo lucro corresponderá à taxa média, enquanto os demais operarão abaixo dela, até mesmo com prejuízo. Somente no caso de coincidência aproximada entre oferta e demanda é que os preços de mercado oscilarão no patamar do preço de produção e do valor de mercado do grupo médio, o que propiciará superlucro ao grupo de preço de produção inferior, ao passo que o grupo de preço de produção superior não conseguirá chegar à taxa média de lucro.

Percebe-se, portanto, que, ao contrário da crítica de Böhm-Bawerk e de opiniões correntes, Marx não desprezou a celebrada lei da oferta e da demanda. Só que admitiu sua atuação apenas à superfície dos fenômenos econômicos e rejeitou a explicação psicologista dessa atuação, posteriormente desenvolvida pela corrente marginalista, com a teoria subjetiva do valor. A oferta depende da aproximação dos preços de mercado com relação ao preço de produção. Em última instância, portanto, dado certo preço de custo, depende de que o capitalista obtenha a taxa média de lucro. Em caso contrário, reduzirá sua oferta ou transferirá seu capital para outro ramo. Mas a taxa média de lucro é determinada por fatores como a taxa de exploração da força de tra-

balho e a composição orgânica do capital, que nada têm a ver com inclinações subjetivas. Do outro lado, a demanda, por mais que a influenciem preferências individuais, está antes de tudo subordinada à prévia distribuição dos rendimentos, de acordo com a estrutura de classes existente. De nada adianta ao operário ter as mesmas preferências individuais do seu patrão. A demanda efetiva do primeiro só terá opções dentro dos limites do salário, enquanto o segundo disporá do lucro para consumo conspícuo e investimento.

A publicação do Livro Terceiro de *O Capital* se deu vinte e sete anos após a do Livro Primeiro. Já então, a teoria marxiana conquistara certa atenção nos meios acadêmicos, entre os quais se aguardava a solução, anunciada por Engels, da contradição entre valor e preço. Assim que chegou às prateleiras das livrarias, o Livro Terceiro desencadeou uma polêmica que, embora variando de aspectos, prossegue até hoje.

Conrad Schmidt e Werner Sombart afirmaram de imediato que o valor não passava de construção lógica, uma vez que só o preço de produção tem existência histórica concreta. Engels apressou-se a refutá-los, escrevendo um ensaio que se integraria no Livro Terceiro com o caráter de complemento. Se a afirmação de Engels sobre a atuação da lei do valor há vários milênios carece, como já foi dito, de fundamentação historiográfica, suas indicações acerca da formação da taxa média de lucro nos primórdios do capitalismo são pertinentes e sugestivas.

Em 1896, já quando as cinzas de Engels haviam desaparecido no Mar do Norte, foi publicado o ensaio crítico de Böhm-Bawerk. Redigido com rigor acadêmico e assinado por um dos mestres eminentes do marginalismo, o ensaio definiu o padrão universitário de contestação da teoria marxista do valor e, por conseguinte, de todo o sistema teórico construído em *O Capital*. Na argumentação de Böhm-Bawerk, como era de esperar, o ponto principal teria de ser a contradição entre o Livro Primeiro, no qual sempre se supõe a troca de equivalentes, e o Livro Terceiro, no qual a troca de equivalentes cede lugar à troca segundo os preços de produção. A conclusão era a de que Marx fracassara na pretensão de explicar os preços a partir do pressuposto do valor-trabalho.

Em 1904, Hilferding se incumbiu de rebater a crítica. A par da argumentação circunstanciada acerca da coerência entre os três livros de *O Capital*, o eixo da resposta de Hilferding consistiu na tese de que o sistema da Economia Política marxiana não podia ser reduzido a uma teoria sobre os preços. A questão dos preços inseria-se no contexto muito mais amplo da análise das leis do movimento da sociedade burguesa.

Embora salientasse na obra de Marx uma riqueza de elementos menosprezada por Böhm-Bawerk, nem por isso Schumpeter deixaria de declarar a teoria do valor-trabalho morta e enterrada. Aduziu, todavia, a observação original de que o valor-trabalho se aplicaria no caso singularíssimo da concorrência perfeita, quando o trabalho homo-

gêneo fosse o fator de produção único. Referindo-se principalmente a Ricardo, do qual Marx apenas teria extraído as conseqüências lógicas, Myrdal viu no conceito de valor-trabalho uma entidade metafísica, prejudicial à própria construção teórica ricardiana. Semelhante imputação positivista ao conceito, que o coloca no reino da metafísica, repete-se em Robinson. Haveria um conflito entre o misticismo do Livro Primeiro e o senso comum do Livro Terceiro. Por felicidade, segundo a autora, o marxismo se salva para a ciência econômica, uma vez que nenhum ponto substancial da argumentação de Marx dependeria da teoria do valor-trabalho. Para Morishima e Catephores, por último, o valor não passaria de um tipo ideal, instrumento heurístico adequado à clarificação do funcionamento da economia capitalista.

A polêmica sobre o problema da transformação tomou rumo peculiar a partir de um artigo publicado em 1907, de autoria de Ladislaus von Bortkiewicz, economista germano-polonês de formação ricardiana. Considerando incoerente que Marx começasse com valores para chegar aos preços de produção, argumentou ele que, já no começo, os valores precisavam ser calculados como preços de produção. Em outros termos, era ilógico fazer entrar o insumo como valor e obter o produto, na saída, como preço de produção. O sistema de equações montado por Von Bortkiewicz cumpriu várias exigências, porém deixou irresolvida a exigência de uma das igualdades que a transformação implica, já que o total dos preços de produção iniciais ficou situado abaixo do total de preços de produção finais, isto é, após a transformação da mais-valia em lucro.

A abordagem de Von Bortkiewicz só foi retomada e revivida em 1942, na *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* de Sweezy, que precisou, do ponto de vista marxista, alguns aspectos do raciocínio daquele. A partir dos anos cinqüenta, novas tentativas de solução matemática foram empreendidas por Winternitz, Seton e Morishima. Usando um processo de iterações, o último se aproximou da demonstração do teorema das duas igualdades a partir de preços de produção. Ainda assim, persistiram condições restritivas.

A publicação, em 1960, do famoso trabalho de Sraffa (*Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*) foi recebida favoravelmente nos meios marxistas por trazer uma crítica original e coerente aos fundamentos da corrente marginalista ou neoclássica. Mais do que isso, a obra de Sraffa foi saudada por Meek e Dobb como contribuição decisiva à solução do problema da transformação dos valores em preços de produção. Para eles e vários outros marxistas, a mercadoria-padrão pareceu constituir o elo matemático de que Marx careceu a fim de demonstrar seu teorema das duas igualdades, tendo os preços de produção como pontos de partida e de chegada.

Essa avaliação tão alvissareira da obra de Sraffa não se generalizou, contudo, entre os marxistas. Se, por um lado, era preciso ad-

mitir o mérito da crítica aos postulados neoclássicos, tampouco era possível fechar os olhos à oposição entre Marx e Sraffa, uma vez que o último colocara sua demonstração do movimento dos preços sobre a base das quantidades físicas das mercadorias (retornando ao enfoque de Ricardo no seu *Essay on Profits*, de 1815, com a diferença de que substituía o trigo por uma mercadoria composta). Do ponto de vista teórico, isso equivalia a tomar por um atalho que excluía o valor-trabalho, a mais-valia e a composição orgânica do capital. Que excluía, por conseguinte, o essencial da Economia Política marxiana. Seria possível salvar esta última com base no próprio Sraffa, ou seja, na sua demonstração neo-ricardiana do movimento dos preços e da distribuição do produto social?

Tentou-o Garegnani, porém é forçoso reconhecer que o fez de maneira a retirar com uma das mãos o que concedia com a outra. O resultado foi a mutilação do sistema de Marx para que pudesse caber no de Sraffa, convertendo este último num verdadeiro leito de Procusto.

Consciente da incompatibilidade, Napoleoni optou por Sraffa e, com um radicalismo coerente, afirmou que, depois dele, o marxismo não podia mais contar com a ciência econômica e se deveria "começar tudo de novo".

Tais as coordenadas de uma polêmica sobre a qual a literatura internacional já é pletórica, cabendo registrar também a contribuição brasileira.

A nosso ver, a abordagem da transformação do valor em preço de produção, iniciada por Von Bortkiewicz, confundiu um problema falso com um verdadeiro. Semelhante confusão persiste e impede que se alcance clareza acerca da questão.

O problema *falso* consiste em pretender demonstrar o teorema das duas igualdades a partir de preços de produção. Mesmo que isto seja conseguido sem condições restritivas, o teorema não ficará demonstrado por motivo de carência lógica. *Para demonstrá-lo, é preciso partir de valores, como fez Marx*. Porque só assim estará provado que, quaisquer que sejam os preços das mercadorias e a não-equivalência nas suas trocas singulares, a sociedade disporá unicamente da soma de valores igual àquela incorporada às mercadorias (nem mais, nem menos), enquanto a classe capitalista não terá senão um lucro total igual à mais-valia total (nem mais nem menos). O enfoque metodológico não pode ser diferente no caso, embora seja lícito substituir, se possível, o procedimento aritmético marxiano por outro algébrico atualizado. O próprio Marx não foi especialista em matemática, porém Morishima, autoridade no assunto, elogia suas intuições e contribuições no âmbito da Economia matemática. Marx aprovaria certamente a elaboração matemática moderna de suas teses sob a condição, está claro, de que não se autonomizassem os aspectos quantitativos com relação aos qua-

litativos, o que conduziria, como se deu com a escola neoclássica, a fórmulas vazias de substância histórico-social.

O problema *verdadeiro* foi apontado pelo próprio Marx, que não ignorava já entrarem as mercadorias no preço de custo calculadas pelo preço de produção e não pelo valor. Advertiu que isso poderia induzir a erro, quando se identifica o preço de custo da mercadoria com o valor dos bens nela consumidos. Não obstante, afirmou que a questão não requeria exame pormenorizado para o estudo da transformação de valores em preços de produção. Ora, se é correto que Marx não precisava gastar energias num aspecto derivado da sua questão central, daí não se segue que tal aspecto não mereça a atenção dos economistas e se afirme não haver nenhum problema. Bem pelo contrário, é justificável que se investigue a conversão do insumo em produto, tomados ambos como preços de produção. O que não se pode absolutamente pretender desta maneira, conforme tem sido questão de princípio para tantos pesquisadores, é chegar a alguma fórmula de equilíbrio geral, ao menos se nos ativermos aos pressupostos marxistas fundamentais.

Por último, uma apreciação de natureza epistemológica.

Se é inconcebível a teoria econômica do capitalismo sem a demonstração dos fatores do movimento dos preços — o que para Marx era evidente, tanto se esforçou a fim de eliminar o impasse em que, a este respeito, ficaram Smith e Ricardo —, daí não se segue, todavia, que a questão especial dos preços deva ser considerada, em si mesma, a pedra de toque da veracidade dos sistemas de teoria econômica. Como também é inconsistente pretender que a demonstração mais direta e simples seja, por um *sequitur* lógico, a verdadeira.

Os preços constituem evidência fenomenal de processos econômicos profundos e a explicação restrita dos preços, por mais sofisticada que se apresente no tratamento matemático, na análise estatística etc., não colocará em foco as forças que lhes são subjacentes. A teoria marxiana abarcou os processos profundos num amplo conjunto — o das relações de produção e das leis que lhes determinam o desenvolvimento — e sua validade científica não deve ser julgada senão em função desse enfoque. A partir dele, a demonstração do movimento dos preços não dispensa o *desvio* do valor-trabalho, da mais-valia e da composição orgânica do capital. Tal desvio não constitui um complicador desnecessário, conducente à invenção de entes de razão, mas é imposto à teoria pela própria realidade das sociedades em que não pode ser direta a divisão social do trabalho entre proprietários privados dos meios de produção e de subsistência. Em tais sociedades, a divisão social do trabalho se realiza indiretamente, por meio do desvio do valor, com base no qual se demonstra muitíssimo mais do que o movimento dos preços. Justamente a partir do valor-trabalho é que Marx pôde elucidar a contradição fundamental do modo de produção capitalista como sendo a contradição entre a forma privada de apropriação e o caráter social

do processo de produção. E ainda a criação da mais-valia como impulso motor do modo de produção capitalista; a luta de classes entre a burguesia e o proletariado como inerente à formação social capitalista; a dinâmica entre acumulação de capital e exército industrial de reserva; as contradições da reprodução do capital social total e a necessidade de sua trajetória cíclica; o impulso do capital ao desenvolvimento máximo das forças produtivas e o limite cada vez mais estreito que o próprio capital impõe a esse desenvolvimento; a lei da queda tendencial da taxa de lucro enquanto expressão concentrada das contradições do capitalismo. Com inteira razão, enfatizou Bob Rowthorn que a problemática da Economia Política marxista se diferencia profundamente da neo-ricardiana, sendo perda de tempo enfocar a problemática marxista pela via do sistema de Sraffa.

Em seguida a Marx, cabe admitir que a questão dos preços recebeu escasso tratamento por parte dos economistas marxistas, ficando o tema entregue à corrente neoclássica. A este respeito, uma exceção foi a de Rubin, que conseguiu demonstrar como a explicação marginalista da dinâmica dos preços, feita por Marshall, podia ser substituída por uma explicação baseada no valor-trabalho. A demonstração do economista russo veio confirmar que a teoria especial dos preços dispunha de condições para ser desenvolvida com suficiente coerência nos quadros sistemáticos da Economia Política marxista. Inclusive com o aproveitamento da contribuição de outras correntes do pensamento econômico, a exemplo, nos anos recentes, da contribuição neo-ricardiana.

VII. Tendências do Desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista

O sistema teórico marxiano distingue-se pela exposição das tendências dinâmicas inerentes ao modo de produção capitalista, as quais, se lhe impulsionam o crescimento, ao mesmo tempo desenvolvem suas contradições internas e o conduzem à decadência e à substituição por um novo modo de produção.

O modo de produção capitalista não é visto, por conseguinte, como encarnação da racionalidade supra-histórica, nem suas leis específicas assumem o caráter de leis naturais, cuja suposta imanência à natureza humana imporia a adequação eterna das instituições sociais às exigências de sua livre atuação. A concepção dialética marxista opôs-se à tradição jusnaturalista da ideologia burguesa, que impregnou os clássicos da Economia Política. Por isso mesmo, o modo de produção capitalista não é visto como aberração, nem tampouco o foram, antes dele, os modos de produção asiático, escravista e feudal. Todos representam grandes etapas do desenvolvimento histórico, cujo princípio explicativo reside na correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. A cessação de tal correspondência torna os homens conscientes, cedo ou tarde, da necessidade de substituir o

modo de produção decadente por um novo modo de produção, ou seja, no essencial, da necessidade de favorecer a implantação e expansão de novas relações de produção adequadas ao desenvolvimento desobstruído das forças produtivas. O modo de produção capitalista, em virtude das contradições do seu próprio movimento, teria de ceder lugar ao modo de produção comunista. Se foi enfático no concernente a esta conclusão, Marx não deixou senão escassas e sucintas idéias acerca das características do comunismo. Rejeitou as idealizações utópicas e ateve-se àquelas inferências possíveis a partir do próprio capitalismo. Marx se pretendia cientista e não profeta.

Os temas a seguir abordados foram escolhidos pela relevância que assumem na concepção marxiana sobre a dinâmica do modo de produção capitalista.

O capital social total e as contradições de sua reprodução

No Livro Segundo — conforme já observado, aquele mais dedicado à macroeconomia —, Marx buscou esclarecer como era possível efetivar-se a reprodução do capital social total, uma vez que este se constituía de numerosos capitais individuais concorrentes, cuja atuação, pela própria natureza do capitalismo, pressupunha a ausência de subordinação a uma planificação centralizada.

Todo modo de produção deve ser também um modo de reprodução. Por força, no fundamental, dos mecanismos econômicos e também pelo suporte que o modo de produção recebe das instituições político-jurídicas consolidadas, da ideologia dominante, dos costumes da vida cotidiana etc., cada circuito da produção é sucedido por novo circuito, numa reiteração incessante. De outra maneira, seria inevitável a cessação da existência da própria sociedade. Se a evidência empírica comprova que a reprodução também ocorre na formação social capitalista, a questão a elucidar consiste na demonstração de como isto é possível num regime em que a produção socializada se realiza entre as paredes de empresas de propriedade privada.

O feito de Marx, no Livro Segundo, encontrou precedente e fonte de inspiração no *Tableau Économique* de Quesnay. Marx o tinha em alta conta e realçou sua grande significação científica. Não obstante, entre o *Tableau* e os esquemas da reprodução do Livro Segundo medeia uma distância enorme, de cujos marcos basilares basta assinalar o primeiro: a teoria do valor-trabalho, ausente na concepção do precursor francês.

Os esquemas da reprodução formulam-se em termos de valor, discriminando-se o produto social anual em três partes: capital constante, capital variável e mais-valia. Ao mesmo tempo, o produto social tem a composição bissegmentada por uma grande linha divisória determinada, não pelo valor, mas pelo valor de uso. Em conseqüência, o produto social procede de dois departamentos: o Departamento I — produtor de bens de produção; e o Departamento II — produtor de

bens de consumo (de capitalistas e operários, únicas classes inclusas no modelo). Por conseguinte, a fim de que decorra sem tropeços, a reprodução anual do capital social total depende de que o produto social possua uma composição *quantitativa* proporcional em termos de valor e, ao mesmo tempo, uma composição *qualitativa* proporcional em termos de valor de uso. O intercâmbio mercantil se efetiva dentro de cada Departamento e entre ambos.

Marx elaborou dois modelos matemáticos de esquemas, que satisfazem todos os requisitos da proporcionalidade. O primeiro esquema é o da reprodução *simples*, no qual se supõe que os capitalistas gastam toda mais-valia no consumo pessoal, de tal maneira que o produto social se repete em dimensões iguais às anteriores. No funcionamento do capitalismo, a reprodução simples não constitui senão momento abstrato da reprodução *ampliada*. Já nesta, uma parte da mais-valia, em vez de absorvida pelo consumo pessoal, é produtivamente investida, daí decorrendo a reprodução do produto social em dimensões incrementadas. Dados os imperativos da acumulação do capital, a reprodução ampliada é uma exigência do modo de produção capitalista e sua não-efetivação significa indício de crise.

Os modelos matemáticos marxianos da reprodução do capital social total não são fórmulas dinâmicas, mas a fixação abstrata de um instantâneo, algo assim como um *flash* fotográfico que capta condições fugazes da reprodução em estado de completo equilíbrio. Desses modelos não se podem inferir senão os requisitos essenciais à reprodução equilibrada do capital social total. A inferência acerca da *continuidade* de tais requisitos se contrapõe à argumentação do Livro Segundo.

No processo de circulação, o capital atravessa as fases de capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria. A fim de retornar à configuração inicial de capital dinheiro, é necessária a *realização* do capital mercadoria, o que significa, em termos correntes, precisamente a venda das mercadorias produzidas. Já aí aparecem tropeços reincidentes, uma vez que os atos de compra e venda, intermediados pelo dinheiro, não se efetuam na velocidade ideal ou simplesmente deixam de se efetuar. Na realidade capitalista, a oferta nem sempre cria a procura correspondente. A esta altura, cumpre acentuar ter sido, muito antes de Keynes, a chamada "lei dos mercados" de Say submetida à crítica radical de Marx, que, ao mesmo tempo, rejeitou a teoria subconsumista de Sismondi, apesar de apreciar sua posição de crítico do capitalismo.

Mas os obstáculos à reprodução fluente e desimpedida procedem ainda de várias outras características da produção capitalista, cuja finalidade vital consiste na valorização do capital. Procedem das diferenças dos tempos de rotação entre os capitais individuais dos diversos ramos industriais e entre o capital fixo e o capital circulante na composição de cada capital individual. Procedem da especialização de funções entre o capital industrial, o capital comercial e o capital bancário,

cada qual submetido a giros próprios, em discordância maior ou menor com os demais, de tal maneira que a concordância representa mero acaso (tema que tornará a ser abordado no Livro Terceiro). Procedem das inovações tecnológicas, que alteram os requisitos das proporções anteriores de composição do produto social sob o aspecto do valor de uso. Procedem, enfim, da prática maior ou menor do entesouramento, em resposta a características objetivas da reprodução ou a expectativas subjetivas dos capitalistas.

De tudo isso não se segue que a reprodução do capital social total seja impossível, mesmo nas condições de sistema fechado, que é o pressuposto permanente da construção teórica marxiana, entrando o comércio exterior como fator contingente. Da argumentação marxiana decorre tão-somente que a efetivação da reprodução do capital social total não se dá em estado de equilíbrio. Este estado é apenas uma tendência atuante em meio a inumeráveis e incessantes desequilíbrios, cuja autocorreção pelo mercado não impede que prevaleça a acentuação da desproporcionalidade e a superacumulação de capital em face da demanda *solvente* (o mesmo que demanda *efetiva*, na terminologia keynesiana). Situação que, no ápice, desemboca e se resolve na crise cíclica.

Os esquemas marxianos da reprodução do capital social total ensejaram acesas polêmicas já no final do século passado. Tugan-Baranovski, destacadamente, extraiu deles a conclusão de que o capitalismo poderia desenvolver-se a perder de vista, a salvo de crises econômicas, se fossem cumpridos os requisitos da proporcionalidade da reprodução. Tais requisitos, por sua vez, dispensariam a exigência de ampliação do consumo pessoal, sendo possível imaginar o capitalismo funcionando com o proletariado constituído por um único indivíduo. Embora recusasse a *loucura metódica* de Tugan-Baranovski, admitiu Hilferding estar implícita nos esquemas marxianos uma concepção harmonicista e afirmou que, com base neles, seria impossível provar a derrocada inelutável do capitalismo.

Os esquemas marxianos constituíram, no entanto, um dos argumentos centrais apresentados por Lênin em sua polêmica com os populistas russos. Em obras como *Sobre a Questão Chamada dos Mercados* e *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, os esquemas marxianos da reprodução social foram utilizados a fim de rebater a tese populista acerca de impossibilidade da formação do mercado interno capitalista nas condições russas. Conquanto recorresse às análises de Tugan-Baranovski, então um dos chamados "marxistas legais", Lênin rejeitou a interpretação harmonicista corrente entre estes últimos.

Motivada, precisamente, pela necessidade de uma réplica à interpretação harmonicista, Rosa Luxemburgo criticou os esquemas marxianos e desviou a explicação da contradição fundamental do capitalismo para a questão da suposta realização inviável em face da insuficiência dos mercados num sistema capitalista fechado. Inaugurava-se

em grande estilo, no âmbito do marxismo, o enfoque subconsumista. Tanto Luxemburgo como Hilferding, embora situados em posições políticas muito diferentes no âmbito da social-democracia, não perceberam o caráter estático dos modelos marxianos da reprodução social e consideraram impossível evitar a interpretação harmonicista com referência a eles.

Quando, na década dos vinte do século atual, os economistas soviéticos começaram a enfrentar os problemas da planificação centralizada, a teoria marxista da reprodução do capital social total colocou-se no foco das atenções e diretamente nela se inspirou a metodologia dos balanços. Foi sob a motivação do estudo desses problemas macroeconômicos que Leontief, então ainda na União Soviética, iniciou as pesquisas que, nos Estados Unidos, culminaram na elaboração das matrizes de insumo-produto.

Ainda na década dos vinte, a teoria marxista da reprodução social forneceu ao economista soviético G. Feldman o instrumental conceitual para o primeiro modelo matemático do desenvolvimento dinâmico da reprodução macroeconômica, nas condições do socialismo. Feldman antecipou-se, portanto, às fórmulas macrodinâmicas de Harrod e Domar, inspiradas na macroestática de Keynes. Os keynesianos de esquerda, como Robinson, apreciaram o mérito dos esquemas da reprodução do Livro Segundo e encontraram neles uma das razões para sua aproximação ao marxismo.

Os ciclos econômicos

Schumpeter, um dos principais estudiosos modernos do tema, afirmou que Marx foi pioneiro na apresentação de uma teoria consistente dos ciclos econômicos (e não só das crises), embora o fizesse sem concatenação sistemática. Decerto, partindo do mundo acadêmico ocidental, seria difícil elogio mais eminente à realização de Marx.

É fato que não encontramos, em *O Capital*, uma exposição sistemática sobre os ciclos econômicos. As referências são fragmentárias e se acham dispersas nos três Livros e ainda em outras obras como *Teorias da Mais-Valia*. O estudo da teoria marxiana dos ciclos só é possível com a reunião de todas essas referências, levando-se em conta o contexto em que cada uma está inserida. Justamente a falta ou a dificuldade de semelhante enfoque abrangente tem acentuado as diferenças de exegese e as posições polêmicas.

Ao estudar, no Livro Segundo, a reprodução do capital social total, assinalou Marx, em diversas passagens, a natureza cíclica dessa reprodução. Ultrapassada a fase de crise, cada ciclo se renova através de fases sucessivas de depressão, reanimação e auge, que desemboca na crise seguinte, a partir da qual se origina novo ciclo. Esta natureza cíclica do movimento da reprodução tem a causa fundamental no impulso inelutável do capital à sua valorização (de outra maneira, não

seria capital), o que o leva a chocar-se numa frente geral, periodicamente, com as barreiras que a própria valorização cria para o desenvolvimento das forças produtivas. Tais barreiras inexistiriam se o capital não precisasse valorizar-se e conduzir a acumulação ilimitada a colidir com a forma capitalista de sua concretização.

Quatro aspectos primordiais do movimento cíclico foram abordados por Marx.

O primeiro consistiu na definição das barreiras principais que o próprio capital ergue à sua expansão. Duas são estas barreiras principais: a) a desproporcionalidade do crescimento dos vários ramos da produção, em particular a desproporcionalidade entre os Departamentos I (produtor de bens de produção) e II (produtor de bens de consumo); b) a exploração dos trabalhadores que rebaixa o nível de consumo das massas ou impede sua elevação nas proporções de uma demanda solvente compatível com a ampliação da oferta. Ambas as barreiras não constituem contingências eliminàveis, porém surgem inexoravelmente da contradição entre o impulso à acumulação do capital e o envoltório cada vez mais estreito das relações de produção capitalistas.

O segundo aspecto refere-se ao descolamento e à autonomização da esfera bancária com relação à esfera produtiva de atuação do capital. A possibilidade de o capital bancário criar moeda escritural dá ensejo à expansão do crédito em ritmo mais veloz do que o da produção real. Daí se exacerbarem as tendências especulativas que, por fim, já nada têm a ver com as condições viáveis de realização das mercadorias produzidas e, portanto, de sua conversão em capital dinheiro.

O terceiro aspecto foi o da caracterização da base técnico-material para o movimento cíclico. Segundo Marx, essa base se encontraria na periodicidade da renovação do capital fixo, por exigência do desgaste físico e da obsolescência tecnológica. No século XIX, tal periodicidade era aproximadamente decenal, ou seja, a renovação em grande escala do capital fixo fornecia, a cada dez anos, o ponto de partida de um novo ciclo. Embora Marx não houvesse apresentado uma demonstração técnica-empírica da sua tese, é inegável que nela expôs uma idéia depois detalhada e aprofundada nos estudos da função do investimento nos ciclos econômicos.

O último aspecto diz respeito às crises, tomadas como fase de desenlace do ciclo econômico.

É por demais claro e incontestável que Marx recusou a idéia de que a crise cíclica se desencadeasse por efeito da insuficiência da demanda solvente (ou demanda efetiva). Frisou que, justamente na fase de auge, antecedendo a crise de maneira imediata, a oferta de empregos se amplia ao máximo e os salários sobem ao patamar mais alto possível. Por conseqüência, a crise não se segue a uma queda do consumo, porém, muito ao contrário, à sua elevação mais acentuada nas condições específicas do capitalismo.

O que sucede é que a elevação conjuntural dos salários — nas condições de exaustão do exército industrial de reserva — importa em decremento da taxa de mais-valia e, por conseguinte, da taxa de lucro, o que, por sua vez, desacelera e acaba freando o processo de acumulação do capital. Mas esta mesma elevação conjuntural dos salários resulta da prévia superacumulação de capital em que o auge do ciclo culmina e conduz à mobilização completa ou quase completa do efetivo operário disponível. A superacumulação do capital traz consigo o agravamento da desproporcionalidade entre os dois departamentos da produção social e a superprodução de mercadorias postas à venda, acabando por provocar insuficiência catastrófica de demanda e crise aguda de realização sobretudo de bens de produção. Tal insuficiência da demanda não constitui, portanto, causa, mas conseqüência da superprodução, entendida, antes de tudo, como superprodução de capital. A expansão da produção além das barreiras erguidas pelo próprio capital incide na esfera do crédito e termina por suscitar drástica retração das disponibilidades líquidas, o que, por sua vez, agrava a retração dos investimentos.

A síntese acima não deve ser tomada por modelo uniforme para todas as crises cíclicas. Marx observou que o andamento de cada uma delas apresentava peculiaridades, porém considerou que os fatores enumerados tinham atuação generalizada.

As crises cíclicas cumprem a função precípua de recuperação passageira do equilíbrio do sistema capitalista, justamente por haver sua tendência ao desequilíbrio atingido um grau paroxístico. Mas este equilíbrio momentâneo só se efetiva mediante tremenda devastação das forças produtivas até então acumuladas. Devastação manifestada na depreciação das mercadorias ou simplesmente na destruição dos estoques invendáveis, no surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas, na falência de muitas delas e sua absorção por outras a preço vil, na desvalorização geral do capital e, por fim, no desemprego maciço, que inutiliza grande parte da força produtiva humana e reconstitui, em proporções maiores, o exército industrial de reserva.

A desvalorização geral do capital, a reconstituição do exército industrial de reserva e a renovação do capital fixo permitem a elevação da taxa de lucro deprimida pela conjuntura e seriam, por conseguinte, os fatores decisivos que impelem a economia capitalista a ultrapassar a depressão subseqüente à crise e atravessar, mais uma vez, as fases de reanimação e auge do ciclo econômico.

Observe-se que não há em Marx qualquer referência aos chamados ciclos longos, cuja ocorrência foi primeiro assinalada por Kondratief e, mais tarde, estudada por Schumpeter e Mandel. Somente os ciclos de escala decenal foram examinados na bibliografia marxiana.

A teoria marxiana sobre os ciclos econômicos foi posta em causa por uma corrente, surgida no próprio seio do marxismo no final do século passado e celebrizada pela designação pejorativa de "revisionis-

ta". Eduard Bernstein, seu líder, argumentou que as crises econômicas vinham se tornando cada vez mais fracas e que o capitalismo já possuía instrumentos organizacionais (centralização bancária, cartelização, velocidade das comunicações) que o capacitavam a evitá-las. Contra a argumentação de Bernstein, que propugnava a conquista do socialismo pelo caminho das reformas graduais, polemizaram Kautsky e Luxemburgo. Enquanto Kautsky prognosticou um futuro estado final de depressão crônica para o capitalismo, Luxemburgo desenvolveu a concepção sobre o subconsumo estrutural inerente ao próprio sistema capitalista, daí inferindo que sua existência dependia do intercâmbio com um ambiente não-capitalista. Neste ínterim, fora do campo do marxismo, os ciclos econômicos foram estudados por Aftalion e Mitchell, numa época, precisamente, em que o domínio da corrente neoclássica nos meios acadêmicos concedia ao tema atenção negligente, dada a premissa do equilíbrio autocorretivo do emprego dos fatores num mercado concorrencial, no qual as crises apenas seriam acidentes de percurso devidas a erros do Estado, dos agentes econômicos etc.

A Grande Depressão de 1929-1933 abalou o edifício teórico neoclássico e propiciou a eclosão da revolução keynesiana. A idéia (elaborada, de maneira independente, por Keynes e Kalecki) de que as crises poderiam ser submetidas a certo grau de controle e atenuadas pela intervenção do Estado burguês representou inovação válida também para a Economia Política marxista. A inovação, surgida de motivação prática, suscitou estudos objetivos dos mecanismos da economia capitalista, os quais produziram aquisições teóricas importantes. Não resta dúvida de que partiu de Keynes a inspiração para a reaproximação do pensamento acadêmico à realidade concreta do capitalismo. No campo mesmo do marxismo, certas idéias de Keynes reforçaram o enfoque subconsumista e confluíram para as teses sobre a tendência do capitalismo monopolista à estagnação permanente. Tal é o caso das teses de Kalecki, Steindl, Baran e Sweezy. Em conseqüência, obscurecia-se ou perdia-se a perspectiva do ciclo, na acepção marxiana.

Em contrapartida, não faltaram os keynesianos que, inspirados no próprio mestre, consideraram não só que as crises poderiam ser atenuadas pelo Estado burguês, como seria possível eliminá-las de todo e manter indefinidamente o equilíbrio do pleno emprego nas condições do capitalismo. Embora crítico de Keynes, o marxista inglês Ronald Meek não deixou de se contagiar pelo otimismo keynesiano e, no ambiente de prosperidade capitalista mundial dos anos sessenta, incluiu a tese sobre a inevitabilidade das crises entre os fracassos teóricos de Marx.

A crise deflagrada em 1980 fez a economia mundial ingressar numa depressão (ou recessão) que só cede em gravidade à de 1929-1933. Segundo o *Economic Outlook* da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), os 24 países associados, entre os quais figuram os mais avançados do mundo capitalista, registraram,

no segundo semestre de 1982, uma taxa de desemprego de 9,0% da força de trabalho total, o equivalente, em números absolutos, a 31,75 milhões de trabalhadores. Somente nos Estados Unidos, neste mesmo período, o desemprego atingia 10,0% da força de trabalho do país, com cerca de doze milhões de operários fora do trabalho. Já a Inglaterra se destacava, entre os países europeus, precisamente pela magnitude da desocupação: em janeiro de 1983, registrava 3,2 milhões de desempregados, o equivalente, em termos relativos, a 13,8% da força de trabalho nacional. O aumento extraordinário da capacidade ociosa do aparelho produtivo e o desemprego maciço também se alastraram nos países capitalistas recém-desenvolvidos, como o Brasil, e nos países subdesenvolvidos em geral.

O otimismo keynesiano foi, portanto, dissolvido pelos fatos, embora não se deva subestimar, mesmo nas condições atuais, a eficácia de alguns instrumentos anticíclicos idealizados por Keynes e sua escola. Eficácia cuja confiabilidade, seja notado, ficou diminuída nos círculos da burguesia diante da propensão das práticas keynesianas a provocar efeitos estatizantes e inflacionários cumulativos. O que explica, decerto, o prestígio conquistado pela escola monetarista de Friedman com sua proposta de um neoliberalismo econômico.

Seja como for, a evidência fatual do segundo pós-guerra veio confirmar o acerto da teoria de Marx sobre os ciclos e as crises na economia capitalista. O movimento do modo de produção capitalista continua a ser não só prosperidade, nem só depressão, mas a alternância de uma a outra. Alternância bastante irregular na etapa do capital monopolista, porém tão inevitável quanto na etapa precedente. Em especial, comprovou-o a situação da Inglaterra, num cabal desmentido ao prognóstico feito por Meek, em 1967.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro

Os capítulos XIII, XIV e XV do Livro Terceiro podem ser considerados a súmula conclusiva de *O Capital*. A aplicação da lógica dialética alcança ali raras culminâncias e desvela o complexo de antagonismos que constituem a dinâmica mais profunda do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo impelindo-o a desenvolver as forças produtivas e a engendrar, ele próprio, o limite da sua existência histórica.

A queda da taxa de lucro já fora constatada por Smith, que a inferiu da queda da taxa de juros, acerca da qual os dados estatísticos eram, então, quase os únicos confiáveis e acessíveis. Smith explicou o fenômeno pela concorrência entre os capitais cada vez mais acumulados. A concorrência impelia os salários para cima e induzia a baixa da taxa de lucros. Mas esta baixa não foi vista sob uma perspectiva sombria. Na época da Revolução Industrial, difundiu-se na Inglaterra a alegação ideológica acerca da vantagem dos lucros baixos, mas abundantes e regulares, com o que se beneficiariam os capitalistas e toda a sociedade.

A visão de Ricardo foi bem diversa. Em primeiro lugar, baseou sua explicação sobre a queda da taxa de lucros na lei dos rendimentos decrescentes na agricultura. Uma vez que a produção agrícola sempre atinge um ponto em que não satisfaz a demanda, a agricultura é obrigada a deslocar-se para terrenos cada vez menos férteis e distantes dos centros de consumo. Em conseqüência, decaem os rendimentos da terra, aumenta a quantidade de renda diferencial apropriada pela ociosa classe dos *landlords*, enquanto sobem os preços dos gêneros alimentícios, provocando, por sua vez, a elevação dos salários nominais. O resultado é que a taxa de lucro se vê cada vez mais comprimida, até que o sistema tomba num estado estacionário. Com essa explicação, Ricardo fornecia à burguesia industrial um argumento teórico para a luta contra as *Corn Laws,* que impediam a importação de trigo e o barateamento dos salários nominais. No mesmo passo, não deixava de intuir um possível limite ao desenvolvimento do capitalismo.

Quando abordou a questão, Marx se desfez do simplismo de Smith e rejeitou a explicação ricardiana. Argumentando que esta última relacionava um fato social (a queda da taxa de lucro) a uma causa natural (o limite de fertilidade das terras cultiváveis), Marx elaborou sua própria teoria da renda capitalista da terra, que se opõe à lei ricardiana dos rendimentos decrescentes. Além de afirmar a existência da renda absoluta — paga pelo arrendamento da pior terra em cultivo — e não só da renda diferencial (a única admitida por Ricardo), Marx procurou demonstrar que, teórica e empiricamente, não era obrigatória a passagem do cultivo de terrenos mais férteis a terrenos menos férteis. Em vários casos, dava-se o contrário, o que anulava a suposta lei dos rendimentos decrescentes. A teoria marxiana da renda da terra, no final do Livro Terceiro, constitui construção de grande complexidade e para ela chamamos a atenção, dado não caber aqui uma digressão especial a respeito.

A explicação marxiana acerca da queda histórica da taxa de lucro representa inferência lógica da sua teoria do valor, da mais-valia e da composição orgânica do capital. Embora a taxa de lucro seja a relação do lucro com o capital total (soma, por sua vez, do capital constante e do capital variável), o próprio lucro só é criado pelo capital variável. Assim, com a mesma taxa de mais-valia, a redução do coeficiente do capital variável no capital total teria forçosamente de importar numa queda da taxa de lucro. Ora, a tendência histórica do capitalismo consiste, precisamente, na elevação da composição orgânica, ou seja, na elevação do coeficiente do capital constante no capital global. Tal elevação expressa, de uma parte, o resultado da tendência à valorização e à acumulação, imperativa para o capital; de outra parte, expressa o crescimento da produtividade do trabalho, cujos índices principais são o aumento da massa e do valor dos meios de produção por trabalhador ocupado e a redução do valor por unidade de produto. Ao mesmo tempo,

o trabalho vivo por unidade de produto representa proporção cada vez menor em confronto com o trabalho morto (correspondente à transferência do valor dos meios de produção gastos na fabricação do produto).

Não havia, portanto, dificuldade lógica na explicação da queda da taxa geral de lucro. A dificuldade advinha do seu movimento muito lento e dos seus efeitos perceptíveis tão-somente a longo prazo.

É que a mesma elevação da composição orgânica do capital, conducente à queda da taxa de lucro, também traz consigo efeitos contrários a esta queda, atenuando-a ou até aumentando a taxa de lucro durante certos prazos mais ou menos prolongados. Tais efeitos decorrem do crescimento da produtividade do trabalho e consistem:

a) no barateamento dos elementos do capital constante — sejam os do capital fixo, sejam os do capital circulante —, o que baixa a composição orgânica do capital e, por conseguinte, eleva a taxa de lucro;

b) no barateamento dos bens-salário, o que diminui o tempo de trabalho necessário e, com a mesma jornada de trabalho, aumenta o tempo de sobretrabalho, resultando na criação de mais-valia relativa, no aumento da taxa de mais-valia e, por conseguinte, no aumento da taxa de lucro.

Oriundos da própria lei, estes efeitos dão à queda da taxa de lucro seu caráter tendencial irregular. Mas são efeitos limitados em sua contraposição à queda da taxa de lucro. O barateamento dos elementos do capital constante, além de depender, em alguma medida, da disponibilidade de recursos naturais, conduz ao recrudescimento da acumulação do capital, da qual, por sua vez, procede nova elevação da composição orgânica, embora cresça mais depressa a massa física de meios de produção por operário do que o valor neles incorporado. Quanto à criação de mais-valia relativa, esta tem limite absoluto insuperável no dia de 24 horas, ainda que o tempo de trabalho necessário se reduzisse a zero.

Marx aduziu outros fatores que, sem serem consubstanciais à atuação da lei, também contribuíam para atenuar ou deter temporariamente a queda da taxa de lucro. Um deles é o comércio exterior, que permite obter bens de produção e/ou bens-salário mais baratos, coincidindo, portanto, com os efeitos apontados acima. O outro fator é a exportação de capitais aos países atrasados, onde a taxa de lucro costuma ser mais elevada, motivo por que os lucros dos investimentos no exterior impelem para cima a taxa de lucro no país exportador de capitais.

A esta altura, referindo-se à superacumulação de capital, Marx criou o conceito de *capital excedente*, ou seja, daquela porção de capital cuja aplicação não traz nenhum acréscimo à massa de lucro produzida pelo capital já em função (o raciocínio tem feição notavelmente marginalista) e, em conseqüência, permanece ocioso ou é exportado. Ao extrair inferências teóricas de um fenômeno — a exportação de capitais — à sua época embrionário, mas cujas proporções viriam a ser gigan-

tescas a partir do final do século XIX, Marx fez da lei da queda tendencial da taxa de lucro, por antecipação, o princípio explicativo mais profundo da etapa imperialista do capitalismo.

Por fim, embora não se relacione diretamente com as crises cíclicas, estas produzem efeito oposto à atuação da lei. A desvalorização periódica do capital, ocorrente em cada crise cíclica, empurra para baixo, durante certo lapso de tempo, a composição orgânica e eleva a taxa de lucro, permitindo, conforme já visto, o decurso de novo ciclo econômico.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro, como escreveu Marx, é uma faca de dois gumes. Manifesta o impulso do capital à expansão sem consideração de outros limites que não o da própria valorização, com isto obrigando-o a desenvolver as forças produtivas. Embora tenham diminuída sua taxa, os lucros aumentam na sua massa à medida que avança a acumulação de capital, o que, por sua vez, incrementa ainda mais esta acumulação. Mas a queda da taxa de lucro indica que a direção social da riqueza pelo capital se detém nele próprio e que o regime capitalista de produção não constitui a forma absoluta, porém historicamente transitória, da organização produtiva.

Dada sua posição crucial no sistema teórico de *O Capital*, não é de surpreender que a lei da queda tendencial da taxa de lucro viria a figurar entre as questões mais controversas. Em oposição à corrente revisionista, partidária da evolução gradual do capitalismo, surgiu, no campo marxista, um grupo de autores que interpretou o texto de Marx no sentido da afirmação da derrocada do capitalismo por força de mecanismos puramente econômicos. Entre tais mecanismos, a queda da taxa de lucro devia ganhar especial relevo. Nos debates sobre a derrocada do capitalismo, Henryk Grossmann expôs um modelo matemático segundo o qual, após 35 ciclos, a taxa de lucro chegaria ao ponto em que a acumulação se tornaria insustentável, impedindo o prolongamento da existência do capitalismo.

O próprio Marx imaginou, nos *Grundrisse*, que o capitalismo alcançaria uma composição orgânica do capital tão elevada quando o trabalho vivo adicionado, por suas proporções insignificantes, tornaria inviável a aplicação da medida do valor. Tratava-se aí, não obstante, de extrapolação especulativa e, em *O Capital*, a lei da queda tendencial da taxa de lucro atua como contradição do desenvolvimento do capitalismo e não como mecanismo automático de sua derrocada. Na concepção marxiana, o surgimento do socialismo exige a ação política revolucionária dos operários, cujo êxito, isto sim, será sempre condicionado pelo desenvolvimento dos fatores econômicos e pelo aguçamento das contradições do sistema capitalista, em todas as instâncias da vida social.

Se alguns marxistas identificaram na lei da queda tendencial da taxa de lucro o mecanismo automático da derrocada do capitalismo, outros puseram-na em dúvida ou a rejeitaram de todo. Steindl cercou-a

de restrições que a tornam inoperante e, portanto, negligenciável. Já Sweezy e Baran afirmaram que a lei teria sua razão de ser na etapa concorrencial do capitalismo, porém deixaria de atuar na etapa monopolista, uma vez que nesta prevaleceria a tendência à elevação da taxa de lucro. Tal afirmação parecia tanto mais persuasiva quanto, entre os anos vinte e cinqüenta do século atual, a implementação de um pacote de grandes invenções técnicas e a situação defensiva da classe operária produziram, simultaneamente, o barateamento dos elementos do capital constante e a elevação da taxa de mais-valia. Em conseqüência, subiu, de fato, a taxa de lucro nos Estados Unidos, durante os anos quarenta.

A contra-argumentação, segundo a qual a lei atua pelos efeitos opostos à queda da taxa de lucro que ela mesma suscita (imperialismo, armamentismo, inflação etc.), deve ser levada em conta, uma vez que se evidencia entre tais efeitos e a atuação da lei uma conexão dialética. Acontece que, por exigência da metodologia dialético-materialista, nenhuma demonstração lógica dispensa a comprovação empírica a fim de alcançar o grau de suficiente convicção. Assim, o problema consiste na evidência empírica confirmadora de que, apesar da atuação lenta e irregular, a lei tem conduzido a um declínio secular da taxa de lucro.

É por demais conhecido o fato de que as taxas de lucro, em países como Inglaterra, França, Alemanha e outros, foram consideravelmente mais altas na etapa inicial do capitalismo do que na sua etapa de "maturidade". Ainda hoje, é possível observar que as taxas de lucro são mais altas nos países atrasados do que nos países avançados, o que, precisamente, atrai a exportação de capitais dos últimos aos primeiros. Ora, não é difícil verificar que, nos países atrasados, a composição orgânica do capital é mais baixa do que nos países avançados.

Resta, apesar disto, a tese de Sweezy e Baran acerca da cessação da lei nas condições de domínio do capital monopolista. A este respeito, apresentamos aqui algumas evidências sumárias em sentido contrário. A primeira diz respeito à refutação de Mandel por Rowthorn. Apoiado na série histórica da relação capital/produto elaborada por Kuznets para o período 1880-1948, nos Estados Unidos, Rowthorn concluiu que, ao contrário do suposto por Mandel, a composição orgânica do capital vem caindo. Sucede que, na relação capital/produto, o termo capital é somente capital fixo, não incluindo o capital circulante também componente do capital constante. Ora, a redução do valor e mesmo da massa do capital fixo nada nos diz acerca do valor e da massa do capital circulante (matérias-primas e matérias auxiliares) correspondentes à operação desse mesmo capital fixo. A tendência tecnológica predominante atua, no entanto, no sentido da operação de quantidades crescentes de matérias-primas por unidade de capital fixo.

De tal ponto de vista, observa-se que, na indústria de transformação dos Estados Unidos, segundo dados do Joint Economic Com-

mittee, o produto por homem-hora de trabalho considerando 1947-1949 = 100, subiu de 35,4, em 1909, para 99,8, em 1948 (último ano da série de Kuznets). Em 1956, o produto por homem-hora já alcançava o índice de 138,5, ou seja, uma elevação de quase quatro vezes, entre 1909 e 1956. Concomitantemente, os salários nominais por unidade de produto tiveram elevação bem menor: 44,4, em 1909; 102,0, em 1948; e 112,0, em 1956. (v. *The Economic Almanac — 1958*, Nova York, Thomas Y. Crowell Comp., p. 191). Tais cifras demonstram o aumento da produtividade do trabalho na indústria norte-americana e também, de maneira inequívoca, a elevação da composição orgânica do capital.

A elevação da composição orgânica se patenteia, igualmente, na série histórica apresentada por Paul Bairoch. Em dólares de 1929, o capital por operário, na indústria de transformação dos Estados Unidos, evoluiu da seguinte maneira: 1879 — US$ 1 764; 1889 — US$ 2 702; 1899 — US$ 3 655; 1909 — US$ 5 040; 1929 — US$ 7 530; 1948 — US$ 6 543; 1953 — US$ 7 859.

Cabe, todavia, indagar: correlaciona-se esta elevação da composição do capital com a queda da taxa de lucro?

A tal indagação respondem os resultados da pesquisa de C. Goux, precisamente abrangente do período mais recente e concernente às sociedades anônimas financeiras e não-financeiras dos Estados Unidos (o que permite levar em conta o total da mais-valia sob as modalidades de lucro industrial, lucro comercial e juros). Confirmando a lei tendencial descoberta por Marx, a referida pesquisa constatou a seguinte evolução da taxa de lucro: 1946 — 11,6%; 1950 — 12,9%; 1960 — 8,3%; 1970 — 6,3%; 1976 — 6,6%.

Concorrência e monopólio

A idéia de um capital único é uma contradição em termos, uma negação lógico-formal do conceito de capital. Por conseguinte, uma utopia. O capital existe somente enquanto multiplicidade de capitais individuais concorrentes.

Segue-se daí a essencialidade da concorrência para o modo de produção capitalista. Embora, conforme já vimos, os capitais individuais devam atuar com a natureza de capital social total no processo de circulação e reprodução, esses mesmos capitais individuais só circulam e se reproduzem em incessante concorrência recíproca. Sem considerar tal concorrência, a dinâmica do capitalismo e suas leis se tornariam incompreensíveis.

Não obstante, a concorrência não constituiu objeto de uma teoria especial na obra de Marx, mas foi analisada em conexão com a explicação dos processos gerais do sistema capitalista. Apesar disso, as numerosas referências a respeito deixaram esclarecido o que Marx entendia por concorrência, na época anterior ao domínio do capital monopolista.

A concepção marxiana nada tem de assemelhado com a concorrência "pura" ou "perfeita", postulado da escola neoclássica submetido à crítica de Sraffa, Robinson e Chamberlin. Na concepção marxiana, a condição suficiente da concorrência consiste na generalidade de plantas de dimensões acessíveis a numerosos capitais nos vários ramos da produção, de maneira a possibilitar sua mobilidade entre esses ramos. Implícita a esta condição, figura a tecnologia básica também difundida e acessível. Em semelhante situação, o tamanho da planta não constitui uma "barreira à entrada" que impeça a concorrência. Os monopólios eram casos de exceção, devendo-se, àquela época, quase sempre a circunstâncias naturais ou institucionais.

Ao mesmo tempo, Marx entendia a concorrência capitalista como luta de vida e morte, que elimina os mais fracos e conduz ao estreitamento do círculo de capitais individuais em operação. Observou, por isso, que, no caso de domínio de certo setor por empresas de grandes dimensões, não restava aos capitais incapazes de se alçar àquelas dimensões senão servir às empresas já operantes através do sistema de crédito, sob a forma de depósitos, ou através da participação acionária nas sociedades anônimas.

Numa época em que os fundadores do marginalismo trabalhavam com a idéia da manutenção inalterável da concorrência pura, Marx previu, com inteira clareza, a tendência da transição inevitável da concorrência ao monopólio. Tendência que deduziu do curso da acumulação capitalista por meio de dois processos principais: o da *concentração* e o da *centralização* dos capitais. No primeiro processo, certos capitais individuais se incrementam mais depressa pelo ganho de superlucros e pela reprodução ampliada em condições mais favoráveis. No segundo processo, as empresas melhor sucedidas na competição absorvem suas concorrentes, o que ocorre com maior frequência nas fases de crise e depressão do ciclo econômico. Ademais, o processo de centralização encontra nas sociedades anônimas formidável mecanismo propulsor, que potencia capitais dispersos e faz avançar a socialização das forças produtivas ainda dentro do envoltório capitalista.

A própria dinâmica da concorrência capitalista conduz ao monopólio, sob cujo domínio o capitalismo se tornaria um entrave cada vez menos tolerável ao desenvolvimento das forças produtivas. Por conseguinte, já em *O Capital* se expõe o fundamento teórico para o enfoque da etapa monopolista do capitalismo, que iria adquirir configuração concreta no final do século XIX. Além de Hobson, fora do campo do marxismo, Hilferding, Luxemburgo, Bukharin e Lênin inauguraram o estudo da etapa monopolista nas suas obras, que lançaram as bases da teoria do imperialismo. A concorrência capitalista não desapareceu, em absoluto, sob o imperialismo, mas passou a se travar através de processos peculiares, às vezes ainda mais violentos, no terreno dos oligopólios.

Com a teoria do imperialismo, desenvolveu-se, no âmbito do mar-

xismo, o estudo do capitalismo enquanto sistema mundial que inclui a exploração colonialista, tema apreciado pelo próprio Marx somente em passagens dispersas. Uma vez que a acelerada internacionalização das forças produtivas e a proliferação das firmas multinacionais, no segundo pós-guerra, reforçaram as características que fazem do capitalismo um sistema mundial, o estudo do tema incluiu-se entre as propriedades dos pesquisadores marxistas.

Marx escreveu *O Capital* na Inglaterra e tomando este país como campo preferencial de observação empírica. Mas a estrutura lógica, que deu à obra, tornou-a instrumento teórico válido para o estudo do capitalismo em quaisquer países e circunstâncias concretas, sob a condição de não se perder de vista a relação entre os procedimentos lógico e histórico de abordagem científica, imposta pela metodologia dialético-materialista. Se o modo de produção capitalista possui as mesmas categorias e leis em toda parte, o curso do desenvolvimento capitalista não pode deixar de se diferenciar conforme a acumulação originária do capital se tenha efetivado a partir do feudalismo, como na Europa, ou a partir do escravismo colonial, como no Brasil.

Jacob Gorender

Jacob Gorender (Salvador, BA, 1923) é um estudioso do marxismo, principalmente em seus aspectos de filosofia e teoria econômica. Historiador da economia brasileira, é autor dos livros *O Escravismo Colonial* (1978) e *A Burguesia Brasileira* (1981). Entre artigos e ensaios em revistas e coletâneas, escreveu: *O Conceito do Modo de Produção e Pesquisa Histórica* (1980); *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro* (1980); *Questionamentos sobre a Teoria Econômica do Escravismo Colonial* (1983). Dedicou-se também às atividades de conferencista universitário, jornalista e militante político.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Academia de Ciências de la URSS. *Manual de Economia Política*. Barcelona, Grijalbo, 1975.

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris, François Maspero 1967.
— *et al. Lire Le Capital*. Paris, François Maspero, 1967.

BAIROCH, Paul. *Revolução Industrial e Subdesenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

BANFI, Rodolfo. "Un Pseudo Problema: La Teoria del Valor-Trabajo como Base de los Precios de Equilibrio". In Dobb, Maurice *et al. Estudios sobre El Capital*. Buenos Aires, Signos, 1970.

BARAN, Paul A. e Sweezy, Paul M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

BÖHM-BAWERK, Eugen. *La Conclusión del Sistema de Marx*. In Böhm-Bawerk *et al. Economia Burguesa y Economia Marxista*. México, Siglo XXI, 1978.

BORTKIEWICZ, Ladislaus von. "Contribución a Una Rectificación Teórica de Marx en el Volumen III de *El Capital*". In Böhm-Bawerk *et al. Op. cit.*

BRUNNHOFF, Suzanne de. *A Moeda em Marx*. Porto, RES, 1975.

CASTRO, Antônio Barros de. *O Capitalismo Ainda É Aquele*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.

COLLETTI, Lucio (org.). *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.

CORNU, Auguste. *Karl Marx et la Pensée Moderne*. Paris, Éditions Sociales, 1948.

COUTINHO, Luciano. "Notas sobre o Problema da Transformação". In *Estudos CEBRAP*, nº 9. São Paulo, 1974.

DOBB, Maurice. "El Capital de Marx y Su Lugar en el Pensamiento Económico". In Dobb Maurice *et al. Estudios Sobre El Capital. Op. cit.*
— *Salários*. México, Fondo de Cultura, 1941.

— *Economia Política e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
ENGELS, Friedrich. "Esboço de uma Crítica da Economia Política". In *Engels* (coletânea de textos). São Paulo, Ática, 1981.
— *Études Sur "Le Capital"*. Paris, Éditions Sociales, 1949. — Anti-Dühring. Paris Éditions Sociales, 1950.
— "Ludwig Feuerbach y el Fin de la Filosofia Clasica Alemana". In Marx e Engels. *Obras Escogidas*. Moscou, Ediciones en Lenguas Estrangeras, 1952.
GAREGNANI, P. "Sobre a Teoria da Distribuição e do Valor em Marx e nos Economistas Clássicos". In Garegnani, P. *et al. Progresso Técnico e Teoria Econômica*. São Paulo, Hucitec-Unicamp, 1980.
GODELIER, Maurice. "Structure and Contradiction in Capital". In Blackburn, Robin (ed.). *Ideology in Social Science*. Londres, Fontana/Collins, 1973.
GOUX, C. "Tasa de Benefício y Regulación en los Estados Unidos". In Aglietta, M. *et al. Rupturas de un Sistema Económico*. Madrid, H. Blume, 1981.
HILFERDING, Rudolf. "La Crítica de Böhm-Bawerk a Marx". In Böhm-Bawerk *et al. Economia Burguesa y Economia Marxista*. *Op. cit*.
— El Capital Financiero. Madrid, Tecnos, 1973.
HODGSKIN, Thomas. *Labour Defended Against the Claims of Capital*. Nova York, Augustus M. Kelley, 1969.
ILIÉNKOV, E. V. *Logica Dialectica*. Moscou, Progreso, 1977.
JELEZNY, Jindrich. *La Estructura Lógica de "El Capital"* de Marx. Buenos Aires, Grijalbo, 1974.
LANGE, Oskar. *Économie Politique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1962.
LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
— "Imperialism, the Highest Stage of Capitalism". In Lênin, V. I. *Collected Works*, vol. XIX. Nova York, International Publishers, 1949.
LUXEMBURGO, Rosa. *Introducción a la Economia Política*. Córdoba (Argentina), Pasado y Presente, 1972.
— *La Acumulación del Capital*. Barcelona, Grijalbo, 1978.
MANDEL, Ernest. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
— *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
MÂNTEGA, Guido. "A Lei da Taxa de Lucro: a Tendência da Queda ou a Queda da Tendência?". In *Estudos CEBRAP*, nº 16. São Paulo, 1976.
MARX, Karl. "Manoscritti Economico-Filosofici del 1844". In Marx, K. *Opere Filosofiche Giovanili*. Roma, Rinascita, 1950.
— *Miséria da Filosofia*. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
— *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economia Política. 1857-1858*. (*Grundrisse*). Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.

— *Para a Crítica da Economia Política — Salário, Preço e Lucro — O Rendimento e Suas Fontes*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
— *O Capital. Livro 1. Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
— *Theories of Surplus Value*. Moscou, Progress Publishers, 1975.
MARX, K. e ENGELS, F. *Cartas sobre El Capital*. Barcelona, Laia, 1974.
MEEK, Ronald L. *Economia e Ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
MEHRING, Franz. *Vita di Marx*. Roma, Rinascita, 1953.
MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.
MORISHIMA, Michio e CATEPHORES, George. *Valor, Exploração e Crescimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
MYRDAL, Gunnar. *Aspectos Políticos da Teoria Econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
NAPOLEONI, Claudio. *Lições Sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
— *O Valor na Ciência Econômica*. Lisboa, Presença, 1980.
OSDCHAYA, Irina. *De Keynes à Síntese Neoclássica*. Lisboa, Prelo, 1977.
PIRES, Eginardo. *Valor e Acumulação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
POSSAS, Mário. "Valor, Preço e Concorrência: Não É Preciso Recomeçar Tudo Desde o Início". In *Revista de Economia Política*, vol. 2, nº 4. São Paulo, Brasiliense, 1982.
RIAZANOV, D. *et al. Karl Marx — Homme, Penseur et Révolutionnaire*. Paris, Anthropos, 1968.
ROBINSON, Joan. *Economia Marxista*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1960.
ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y Estructura de El Capital de Karl Marx*. México. Siglo XXI, 1979.
ROWTHORN, Bob. "Economia Política: Neoclassicismo, Neo-ricardismo e Marxismo". In Sweezy, Paul *et al. Para uma Crítica da Economia Política*. Publicações Escorpião, s.d.
— "O Capitalismo Tardio". In *Cadernos de Opinião*, nº 14. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
RUBIN, Isaac Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
SCHUMPETER, Joseph A. "Karl Marx — A Doutrina Marxista". In Schumpeter, J. A. *Teorias Econômicas — de Marx a Keynes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
SINGER, Paul. "Trabalho Produtivo e Excedente". In *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 1. São Paulo, Brasiliense, 1981.
STEPANOVA, E. A. *Federico Engels*. Buenos Aires-Montevideu, Pueblos Unidos, 1957.

SWEEZY, Paul M. *The Theory of Capitalist Development*. Nova York, Monthly Review Press, 1970.

TAVARES, Maria da Conceição. "O Movimento Geral do Capital: (Um Contraponto à Visão da Auto-regulação da Produção Capitalista)". In Estudos CEBRAP, nº 25. São Paulo, s.d.

WEBER, Marx. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967.

SALÁRIO, PREÇO E LUCRO[1]

Tradução de Leandro Konder

1 Informe pronunciado por Marx nos dias 20 a 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicado pela primeira vez em folheto à parte, em Londres, 1898, com o título *Value, Price and Profit*. (N. do T.)

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Cidadãos!

Antes de entrar no assunto, permiti que faça algumas observações preliminares.

Reina atualmente no Continente uma verdadeira epidemia de greves e se levanta um clamor geral por aumentos de salários. O problema há de ser levantado no nosso Congresso. Vós, como dirigentes da Associação Internacional, deveis manter um critério firme perante esse problema fundamental. De minha parte, julguei-me, por isso, no dever de entrar a fundo na matéria, embora com risco de submeter vossa paciência a uma dura prova.

Outra observação prévia tenho a fazer com respeito ao cidadão Weston. Atento ao que julga ser do interesse da classe operária, ele não somente expôs perante vós, como também defendeu, publicamente, opiniões que ele sabe serem profundamente impopulares no seio da classe operária.[2] Essa demonstração de coragem moral deve calar fundo em todos nós. Confio em que, apesar do estilo desataviado de minha conferência, o cidadão Weston me verá afinal de acordo com a acertada idéia que, no meu entender, serve de base às suas teses, as quais. contudo, na sua forma atual, não posso deixar de considerar teoricamente falsas e perigosas na prática.

Com isso, passo diretamente ao mérito da questão.

I
[Produção e Salários]

O argumento do cidadão Weston baseia-se, na realidade, em duas premissas:

2 O operário inglês John Weston defendia no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores a tese de que a elevação dos salários não pode melhorar a situação dos operários e que deve ser considerada prejudicial à atividade das *tradeunions*. (N. do T.)

1) que o *volume da produção nacional é algo de fixo*, uma quantidade ou grandeza *constante*, como diriam os matemáticos;

2) que o *montante dos salários reais*, isto é, dos salários medidos pelo volume de mercadorias que permitem adquirir, é também uma soma *fixa*, uma grandeza constante.

Pois bem, a sua primeira asserção é manifestamente falsa. Podeis ver que o valor e o volume da produção aumentam de ano para ano, que as forças produtivas do trabalho nacional crescem e que a quantidade de dinheiro necessário para pôr em circulação essa crescente produção varia sem cessar. O que é exato no fim de cada ano e para diferentes anos comparados entre si também o é com respeito a cada dia médio do ano. O volume ou grandeza da produção nacional varia continuamente. Não é uma grandeza *constante*, mas *variável*, e assim tem que ser, mesmo sem levar em conta as flutuações da população, devido às contínuas mudanças que se operam na *acumulação de capital* e nas *forças produtivas* do trabalho. É inteiramente certo que, se hoje houvesse um *aumento da taxa geral de salários*, esse aumento *por si só*, quaisquer que fossem os seus resultados ulteriores, não alteraria *imediatamente* o volume da produção. Em primeiro lugar, teria que brotar do estado de coisas existente. E, se a produção nacional, *antes* da elevação dos salários, era *variável*, e não *fixa*, ela continuaria a sê-lo, também, *depois* da alta.

Admitamos, porém, que o volume da produção nacional fosse *constante* em vez de *variável*. Ainda nesse caso, aquilo que o nosso amigo Weston considera uma conclusão lógica permaneceria como uma afirmação gratuita. Se tomo um determinado número, digamos 8, os limites *absolutos* desse algarismo não impedem que variem os limites *relativos* de seus componentes. Por exemplo: se o lucro fosse igual a 6 e os salários a 2, estes poderiam aumentar até 6 e o lucro baixar a 2, que o número resultante não deixaria por isso de ser 8. Dessa maneira, o volume fixo da produção jamais conseguirá provar que seja fixo o montante dos salários. Como, então, nosso amigo Weston demonstra essa fixidez? Simplesmente, afirmando-a.

Mas mesmo dando como boa a sua afirmativa, ela teria efeito em dois sentidos, ao passo que ele quer fazê-la vigorar apenas em um. Se o volume dos salários representa uma quantidade constante, não poderá aumentar, nem diminuir. Portanto, se os operários agem como tolos ao arrancarem um aumento temporário de salários, não menos tolamente estariam agindo os capitalistas ao impor uma baixa temporária dos salários. Nosso amigo Weston não nega que, em certas circunstâncias, os operários *podem* arrancar aumentos de salários; mas, segundo ele, como por lei natural a soma dos salários é fixa, este aumento provocará, necessariamente, uma reação. Por outro lado, ele sabe também que os capitalistas *podem*, do mesmo modo, impor uma baixa de salários, e tanto assim que o estão tentando continuamente.

De acordo com o princípio do nível constante dos salários, neste caso deveria ter lugar uma reação, exatamente como no anterior. Por conseguinte, os operários agiriam com acerto reagindo contra as baixas de salários ou contra as tentativas em tal sentido. Procederiam, portanto, acertadamente, ao arrancar *aumentos de salários*, pois toda *reação* contra uma baixa de salários é uma *ação* a favor do seu aumento. Logo, mesmo que aceitássemos o princípio do nível *constante de salários*, como sustenta o cidadão Weston, vemos que os operários devem, em certas circunstâncias, unir-se e lutar pelo aumento de salários.

Para negar essa conclusão ele teria que renunciar à premissa em que se baseia. Não deveria dizer que o volume dos salários é uma *grandeza constante*, mas sim que, embora não possa nem deva *aumentar*, pode e deve *baixar* todas as vezes que o capital sinta vontade de diminuí-lo. Se o capitalista quer vos alimentar com batatas, em vez de carne, ou com aveia, em vez de trigo, deveis acatar a sua vontade como uma lei da economia política e vos submeter a ela. Se num país, por exemplo, nos Estados Unidos, as taxas de salários são mais altas do que em outro, por exemplo, na Inglaterra, deveis explicar essa diferença no nível dos salários como uma diferença entre a *vontade* do capitalista norte-americano e a do capitalista inglês; método este que, sem dúvida, simplificaria imensamente não apenas o estudo dos fenômenos econômicos, como também o de todos os demais fenômenos.

Ainda assim caberia perguntar: *Por que* a vontade do capitalista norte-americano difere da do capitalista inglês? E para responder a essa questão, não teriam outro remédio senão ir além dos domínios da *vontade*. É possível que venha um padre dizer-me que Deus quer na França uma coisa e na Inglaterra outra. E se o convido a explicar essa dualidade de vontade, ele poderá ter a imprudência de responder que está nos desígnios de Deus ter uma vontade na França e outra na Inglaterra. Mas nosso amigo Weston será, com certeza, a última pessoa a converter em argumento essa negação completa de todo raciocínio.

Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua *vontade*, mas investigar o seu *poder*, os *limites desse poder* e o *caráter desses limites*.

II
[Produção, Salários e Lucros]

A conferência proferida pelo cidadão Weston poderia ser condensada a ponto de caber numa casca de noz.

Toda a sua argumentação reduz-se ao seguinte: se a classe operária obriga a classe capitalista a pagar-lhe, sob a forma de salário em dinheiro, 5 xelins em vez de 4, o capitalista devolver-lhe-á, sob a forma de mercadorias, o valor de 4 xelins em vez do valor de 5. Então a classe operária terá de pagar 5 xelins pelo que antes da alta de

salários lhe custava apenas 4. E por que ocorre isso? Por que o capitalista só entrega o valor de 4 xelins por 5? Porque o montante dos salários é fixo. Mas por que fixo precisamente no valor de 4 xelins em mercadorias? Por que não em 3, em 2, ou outra qualquer quantia? Se o limite do montante dos salários está fixado por uma lei econômica, independente tanto da vontade do capitalista como da do operário, a primeira coisa que deveria ter feito o cidadão Weston era expor e demonstrar essa lei. Deveria provar, além disso, que a soma de salários efetivamente pagos em cada momento dado corresponde sempre, exatamente, à soma necessária dos salários, e nunca se desvia dela. Em compensação, se o limite dado da soma de salários depende da *simples vontade* do capitalista, ou das proporções da sua avareza, trata-se de um limite arbitrário, que nada tem em si de necessário. Tanto pode ser modificado *pela vontade* do capitalista, como também se pode fazê-lo variar *contra* a sua vontade.

O cidadão Weston ilustrou a sua teoria dizendo-nos que se uma terrina contém determinada quantidade de sopa, destinada a determinado número de pessoas, a quantidade de sopa não aumentará se se aumentar o tamanho das colheres. Seja-me permitido considerar esse exemplo pouco substancioso. Ele me faz lembrar um pouco aquele apólogo de que se valeu Menênio Agripa.[3] Quando a plebe romana entrou em luta contra os patrícios, o patrício Agripa disse-lhes que a pança patrícia é que alimentava os membros plebeus do organismo político. Mas Agripa não conseguiu demonstrar como se alimentam os membros de um homem quando se enche a barriga de outro. O cidadão Weston, por sua vez, se esquece de que a terrina da qual comem os operários contém todo o produto do trabalho nacional, e o que os impede de tirar dela uma ração maior não é nem o tamanho reduzido da terrina nem a escassez do seu conteúdo, mas unicamente a pequena dimensão de suas colheres.

Graças a que artifício consegue o capitalista devolver um valor de 4 xelins por aquilo que vale 5? A alta dos preços das mercadorias que vende. Mas, então, a alta dos preços, ou falando em termos mais gerais, as variações nos preços das mercadorias, os próprios preços destas, porventura dependem da simples vontade do capitalista? Ou, ao contrário, são necessárias determinadas circunstâncias para que prevaleça essa vontade? Se não fosse assim, as altas e baixas, as incessantes oscilações dos preços no mercado seriam um enigma indecifrável.

Se admitimos que não se operou em absoluto alteração alguma, nem nas forças produtivas do trabalho, nem no volume do capital e do trabalho empregados, ou no valor do dinheiro em que se expressam os valores dos produtos, mas que se *alteraram tão-somente as taxas*

3 Menênio Agripa, cônsul romano em 502 a. C., que, ao intervir numa revolta da plebe, fez um apelo à concórdia baseada no ardiloso apólogo de "Os Membros e o Estômago". (N. do E.)

de salários, de que maneira poderia essa *alta de salários* influir nos *preços das mercadorias*? Somente influindo na proporção real entre a oferta e a procura dessas mercadorias.

É inteiramente certo que a classe operária, considerada em conjunto, gasta e será forçosamente obrigada a gastar a sua receita em *artigos de primeira necessidade*. Uma alta geral na taxa de salários provocaria, portanto, um aumento da procura de *artigos de primeira necessidade* e, conseqüentemente, um aumento de seus *preços no mercado*. Os capitalistas que produzem esses artigos de primeira necessidade compensariam o aumento de salários por meio dos preços dessas mercadorias. Mas que sucederia com os demais capitalistas que *não* produzem artigos de primeira necessidade? E podeis estar certos que o seu número não é pequeno. Se levardes em conta que duas terças partes da produção nacional são consumidas por um quinto da população — um deputado da Câmara dos Comuns declarou, recentemente, que tais consumidores constituem apenas a sétima parte da população —, podereis imaginar que enorme parcela da produção nacional se destina a objetos de luxo, ou a ser *trocada* por objetos de luxo, e que imensa quantidade de artigos de primeira necessidade se desperdiça em criadagem, cavalos, gatos etc., esbanjamento este que, como nos ensina a experiência, diminui cada vez mais, com a elevação dos preços dos artigos de primeira necessidade.

Pois bem, qual seria a situação desses capitalistas que *não* produzem artigos de primeira necessidade? Não poderiam compensar a *queda na taxa de lucro*, após uma alta geral de salários, *elevando os preços de suas mercadorias*, visto que a procura destas não teria aumentado. A sua renda diminuiria; e com essa renda diminuída teriam de pagar mais pela mesma quantidade de artigos de primeira necessidade, que subiriam de preço. Mas a coisa não pararia aí. Diminuída a sua renda, menos teriam para gastar em artigos de luxo, com o que também se reduziria a procura de suas respectivas mercadorias. E, como conseqüência dessa diminuição da procura, cairiam os preços das suas mercadorias. Portanto, nestes ramos da indústria, a *taxa de lucros cairia*, não só em proporção simplesmente ao aumento geral da taxa de salários, como, também, essa queda seria proporcional à ação conjunta da alta geral de salários, do aumento de preços dos artigos de primeira necessidade e da baixa de preços dos artigos de luxo.

Qual seria a conseqüência *dessa diferença entre os taxas de lucro* dos capitais colocados nos diversos ramos da indústria? Ora, a mesma que se produz sempre que, seja qual for a causa, se verificam diferenças nas *taxas médias de lucro* dos diversos ramos da produção. O capital e o trabalho deslocar-se-iam dos ramos menos remunerativos para os que fossem mais; e esse processo de deslocamento iria durar até que a oferta em um ramo industrial aumentasse a ponto de se nivelar com a maior procura e nos demais ramos industriais diminuísse proporcio-

nalmente à menor procura. Uma vez operada essa mudança, a *taxa geral de lucro* voltaria a *igualar-se* nos diferentes ramos da indústria. Como todo esse desarranjo obedecia originariamente a uma simples mudança na relação entre a oferta e a procura de diversas mercadorias, cessando a causa, cessariam também os efeitos, e os *preços* voltariam ao seu antigo nível e ao antigo equilíbrio. A *redução da taxa de lucro*, por efeito dos aumentos de salários, em vez de limitar-se a uns quantos ramos da indústria, *tornar-se-ia geral*. Segundo a suposição de que partimos, nenhuma alteração ocorreria nas forças produtivas do trabalho, nem no volume global da produção, sendo que *aquele volume dado de produção apenas teria mudado de forma*. Uma maior parte do volume de produção estaria representada por artigos de primeira necessidade, ao passo que diminuiria a parte dos artigos de luxo, ou, o que vem a ser o mesmo, diminuiria a parte destinada à troca por artigos de luxo importados do estrangeiro e consumida dessa forma; ou, o que ainda é o mesmo, em outros termos, uma parte maior da produção nacional seria trocada por artigos importados de primeira necessidade, em lugar de ser trocada por artigos de luxo. Isso quer dizer que, depois de transtornar temporariamente os preços do mercado, a alta geral da taxa de salários só conduziria a uma baixa geral da taxa de lucro, sem introduzir nenhuma alteração permanente nos preços das mercadorias.

Se me disserem que, na anterior argumentação, dou por estabelecido que todo o aumento de salários se gasta em artigos de primeira necessidade, replicarei que fiz a suposição mais favorável ao ponto de vista do cidadão Weston. Se o aumento dos salários fosse aplicado em objetos que antes não entravam no consumo dos trabalhadores, seria inútil que nos detivéssemos a demonstrar que seu poder aquisitivo havia experimentado um aumento real. Sendo, porém, mera conseqüência da elevação de salários, esse aumento do poder aquisitivo dos operários terá de corresponder, exatamente, à diminuição do poder aquisitivo dos capitalistas. Vale dizer, portanto, que a *procura global* de mercadorias não *aumentaria*, e apenas *mudariam* os elementos integrantes dessa procura. O incremento da procura de um lado seria contrabalançado pela diminuição da procura do outro lado. Desse modo, como a procura global permaneceria invariável, não se operaria mudança de cunho algum nos preços das mercadorias.

Chegamos, assim, a um dilema: ou o incremento dos salários se gasta por igual em todos os artigos de consumo, caso em que o aumento da procura por parte da classe operária tem que ser compensado pela diminuição da procura por parte da classe capitalista, ou o incremento dos salários só se gasta em determinados artigos cujos preços no mercado aumentarão temporariamente. Nesse caso, a conseqüente elevação da taxa de lucro em alguns ramos da indústria e a conseqüente baixa da taxa de lucro em outros provocarão uma mudança na distribuição

do capital e do trabalho, que persiste até que a oferta se tenha ajustado à maior procura em alguns ramos da indústria e à menor procura nos outros. Na primeira hipótese não se produzirá nenhuma mudança nos preços das mercadorias. Na outra, após algumas oscilações dos preços do mercado, os valores de troca das mercadorias baixarão ao nível anterior. Em ambos os casos, chegaremos à conclusão de que a alta geral da taxa de salários conduzirá, afinal de contas, a nada menos que uma baixa geral da taxa de lucro.

Para espicaçar o vosso poder de imaginação, o cidadão Weston vos convidava a pensar nas dificuldades que acarretaria à Inglaterra uma alta geral de 9 para 18 xelins nas jornadas dos trabalhadores agrícolas. Meditai, exclamou ele, no enorme acréscimo da procura de artigos de primeira necessidade que isso implicaria e, como conseqüência, na terrível ascensão dos preços a que daria lugar! Pois bem, todos sabeis que os salários médios dos trabalhadores agrícolas da América do Norte são mais do dobro dos salários dos trabalhadores agrícolas ingleses, apesar de os preços dos produtos da lavoura serem mais baixos nos Estados Unidos do que na Grã-Bretanha, apesar de reinarem nos Estados Unidos as mesmas relações gerais entre o capital e o trabalho que na Inglaterra e apesar de o volume anual da produção norte americana ser muito mais reduzido que o da inglesa. Por que, então, o nosso amigo toca com tanto vigor este sino? Simplesmente para desviar a nossa atenção do verdadeiro problema. Um aumento repentino de 9 para 18 xelins nos salários representaria um acréscimo repentino de 100%. Ora, não estamos discutindo aqui se seria possível duplicar na Inglaterra, de súbito, a taxa dos salários. Não nos interessa em nada a *grandeza* do aumento, que em cada caso concreto depende de determinadas circunstâncias e tem que se adaptar a elas. Apenas nos interessa investigar quais os efeitos em que se traduziria uma alta geral da taxa dos salários, mesmo que não fosse além de 1%.

Pondo de lado esse aumento imaginário de 100% do amigo Weston, desejo chamar vossa atenção para o aumento efetivo de salários operado na Grã-Bretanha de 1849 a 1859.

Todos vós conheceis a Lei das Dez Horas,[4] ou, mais precisamente, das Dez Horas e Meia, promulgada em 1848. Foi uma das maiores modificações econômicas que já presenciamos. Representou um aumento súbito e obrigatório de salários não em umas quantas indústrias locais, porém nos ramos industriais mais eminentes, por meio dos quais a Inglaterra domina os mercados do mundo. Foi uma alta de salários em circunstâncias singularmente desfavoráveis. O dr. Ure, o prof. Senior e todos os demais porta-vozes oficiais da burguesia no campo da economia *demonstraram*, e, devo dizer, com razões muito mais sólidas

4 A Lei das Dez Horas, que reduziu e regulamentou a duração da jornada de trabalho, representou, na época, uma vitória da classe operária inglesa. (N. do E.)

do que as do nosso amigo Weston, que aquilo era o dobre de finados da indústria inglesa. Demonstraram que não se tratava de um simples aumento de salários, mas de um aumento de salários provocado pela redução da quantidade de trabalho empregado e nela fundamentado. Afirmaram que a duodécima hora que se queria arrebatar ao capitalista era justamente aquela em que este obtinha o seu lucro. Ameaçaram com o decréscimo da acumulação, a alta dos preços, a perda dos mercados, a redução da produção, a conseqüente reação sobre os salários e, enfim, a ruína. Sustentavam que a lei de Maximiliano Robespierre sobre os limites máximos[5] era uma ninharia comparada com essa outra; e, até certo ponto, tinham razão. Mas qual foi, na realidade, o resultado? Os salários em dinheiro dos operários fabris aumentaram, apesar de se haver reduzido a jornada de trabalho; cresceu consideravelmente o número de operários em atividade nas fábricas; baixaram constantemente os preços dos seus produtos; desenvolveram-se às mil maravilhas as forças produtivas do seu trabalho e se expandiram progressivamente, em proporções nunca vistas, os mercados para os seus artigos. Em Manchester, na assembléia da Sociedade pelo Progresso da Ciência, em 1860, eu próprio ouvi o sr. Newman confessar que ele, o dr. Ure, o prof. Senior e todos os demais representantes oficiais da ciência econômica se haviam equivocado, ao passo que o instinto do povo não falhara. Cito neste passo o sr. W. Newman[6] e não o prof. Francis Newman, porque ele ocupa na ciência econômica um lugar proeminente, como colaborador e editor da *History of Prices* (*História dos Preços*) da autoria do sr. Thomas Tooke, esta obra magnífica, que retrata a história dos preços desde 1793 a 1856. Se a idéia fixa de nosso amigo Weston acerca do volume fixo dos salários, de um volume de produção fixo, de um grau fixo de produtividade do trabalho, de uma vontade fixa e constante dos capitalistas, e tudo o mais que há de fixo e imutável em Weston, fossem exatos, o prof. Senior teria acertado em seus sombrios presságios e Robert Owen ter-se-ia equivocado, ele que, já em 1816, pedia uma limitação geral da jornada de trabalho como primeiro passo preparatório para a emancipação da classe operária, implantando-a, efetivamente, por conta e risco próprios, na sua fábrica têxtil de New Lanark, contra o preconceito generalizado.[7]

Na mesmíssima época em que entrava em vigor a Lei das Dez Horas e se produzia o subseqüente aumento dos salários, ocorreu na

5 A lei sobre os limites máximos, dita Lei do Máximo, foi promulgada pela Convenção Jacobina de 1793, durante a revolução burguesa da França. Fixava, rigidamente, os limites dos preços das mercadorias e dos salários. (N. do T.)

6 Marx se equivocou no nome do editor da obra de Thomas Tooke, que foi W. Newmarch e não W. Newman. (N. do T.)

7 Robert Owen (1771-1858) foi um industrial britânico que se tornou "socialista utópico". Introduziu em sua fábrica a jornada de dez horas de trabalho e organizou um seguro por doença, sociedades cooperativas de produtores, etc. Veja-se a obra de ENGELS. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória Ltda., 1962. p. 37. (N. do E.)

Grã-Bretanha, por motivo que não vem ao caso relatar, *uma elevação geral dos salários dos trabalhadores agrícolas*.

Conquanto isso não seja indispensável ao meu objetivo imediato, desejo fazer algumas observações preliminares, para vos colocar melhor no assunto.

Se um homem percebe 2 xelins de salário por semana e seu salário aumenta para 4 xelins, a *taxa do salário* aumentará 100%. Isso, expresso como aumento da *taxa de salário*, pareceria algo maravilhoso, ainda que, na realidade, *a quantia efetiva do salário*, ou seja, os 4 xelins por semana, continue a ser um ínfimo, um mísero salário de fome. Portanto, não vos deveis fascinar pelas altissonantes percentagens da *taxa* de salário. Deveis perguntar sempre: qual era a quantia *original*? Outra coisa que também compreendereis é que, se há dez operários que ganham cada um 2 xelins por semana, cinco ganhando 5 xelins cada um e outros 5 que ganhem 11, eles, os 20, ganharão 100 xelins, ou 5 libras esterlinas por semana. Logo, se a *soma global* desses salários semanais aumenta, digamos, de uns 20%, haverá uma melhora de 5 para 6 libras. Tomando a média, poderíamos dizer que a *taxa geral de salários* aumentou de 20%, embora na realidade os salários de 10 dos operários variassem, os salários de um dos dois grupos de 5 operários só aumentassem de 5 para 6 xelins por cabeça e os do outro grupo de 5 operários se elevassem, ao todo, de 55 para 70 xelins.[8] Metade dos operários não melhoraria absolutamente nada de situação, a quarta parte deles teria uma melhoria insignificante e somente a quarta parte restante obteria um benefício sensível. Calculando, porém, a *média*, a soma global dos salários desses 20 operários aumentaria de 20% e, no que se refere ao capital global, para o qual trabalham, bem como no concernente aos preços das mercadorias que produzem, seria exatamente o mesmo como se todos participassem por igual na elevação média dos salários. No caso dos trabalhadores agrícolas, como os salários médios pagos nos diversos condados da Inglaterra e Escócia diferem consideravelmente, o aumento foi muito desigual.

Enfim, durante a época em que se processou aquele aumento de salários, manifestaram-se, também, influências que o contrabalançavam, tais como os novos impostos lançados no cortejo da Guerra da Criméia,[9] a demolição extensiva das habitações dos trabalhadores agrícolas, etc.

8 O salário de 25 + 55 xelins teria subido para 30 + 70, isto é, ao todo, de 80 para 100 ou 25%. É verdade que os salários de 2 xelins, que ficaram na mesma para as dez pessoas do primeiro grupo, não foram contados. Senão seria preciso, para obter um aumento médio de salários de 25%, elevar os salários do último grupo de 55 a 75 xelins, ou fazer passar o salário de cinco operários de 11 a 15 xelins cada um. (N. da Ed. Francesa.)

9 A Guerra da Criméia durou de 1854 a 1856 e teve a participação de tropas britânicas, francesas, turcas e sardas contra os exércitos do czar Nicolau I. Com essa guerra a Grã-Bretanha procurou conter as arremetidas expansionistas do czar, em direção ao estreito do Bósforo, que eram tidas como uma ameaça ao imperialismo britânico no Mediterrâneo. (N. do E.)

Feitas essas reservas, vou agora prosseguir, para constatar que de 1849 a 1859 a taxa média dos salários agrícolas na Grã-Bretanha registrou um *aumento de cerca de 40%*. Poderia dar-vos amplos detalhes em apoio à minha afirmação, mas para o objetivo em mira creio que bastará indicar-vos a obra de crítica, tão conscienciosa, lida em 1860 pelo finado sr. John C. Morton, na Sociedade de Artes e Ofícios de Londres, sobre *As Forças Empregadas na Agricultura*. O sr. Morton expõe os dados estatísticos colhidos nas contas e outros documentos autênticos de uns 100 agricultores, aproximadamente, em 12 condados da Escócia e 35 da Inglaterra.

Segundo o ponto de vista do nosso amigo Weston, e em harmonia com a alta simultânea operada nos salários dos operários de fábrica, durante o período 1849/59, os preços dos produtos agrícolas deveriam ter registrado um aumento enorme. Mas o que aconteceu realmente? Apesar da Guerra da Criméia e das péssimas colheitas consecutivas de 1854 a 1856, os preços médios do trigo, o produto agrícola mais importante da Inglaterra, baixaram de cerca de 3 libras esterlinas por *quarter*,[10] como eram cotados de 1838 a 1848, para cerca de 2 libras e 10 xelins por *quarter*, nas cotações do período de 1849 a 1859. Representa isso uma baixa de mais de 16% no preço do trigo, em simultaneidade com um aumento médio de 40% nos salários agrícolas. Durante a mesma época, se compararmos o seu final com o começo, quer dizer, o ano de 1859 com o de 1849, a cifra do pauperismo oficial desce de 934 419 a 860 470, o que supõe uma diferença de 73 949 pobres; reconheço que é um decréscimo muito pequeno, e que se voltou a perder nos anos seguintes, mas, em todo caso, é sempre diminuição.

Pode-se objetar que, em conseqüência de anulação das leis sobre os cereais,[11] a importação de trigo estrangeiro mais que duplicou, no período de 1849/59, comparada à de 1838/48. E que significa isso? Do ponto de vista do cidadão Weston, dever-se-ia supor que essa enorme procura, repentina e sem cessar crescente, sobre os mercados estrangeiros tivesse feito subir a uma altura espantosa os preços dos produtos agrícolas, posto que os efeitos de uma crescente procura são os mesmos, quer venham de fora ou de dentro do país. Mas o que ocorreu na realidade? Afora alguns anos de colheitas decepcionantes, durante todo esse período a ruinosa baixa no preço do trigo constituiu um motivo permanente de queixas, na França; os norte-americanos viram-se várias vezes obrigados a queimar excedentes da produção e a Rússia, se acreditarmos no sr. Urquhart, atiçou a guerra civil nos Estados Unidos,

10 *Quarter*, medida inglesa de capacidade que equivale a 8 *bushels*, ou seja, cerca de 290 litros. (N. do E.)

11 As leis sobre o comércio de cereais, ditas em inglês *Corn Laws*, foram abolidas pelo primeiro-ministro Robert Peel, em 1846. Os cereais importados do estrangeiro passaram a pagar uma taxa aduaneira reduzida, em 1849, apenas 1 xelim por *quarter*. A revogação das *Corn Laws* abriu, de fato, as alfândegas inglesas aos cereais importados. (N. do E.)

porque a concorrência ianque nos mercados da Europa paralisava a sua exportação de produtos agrícolas.

Reduzido à sua forma abstrata, o argumento do cidadão Weston traduzir-se-ia no seguinte: todo aumento da procura se opera sempre à base de um dado volume de produção. Portanto, *não pode fazer aumentar nunca a oferta dos artigos procurados*, mas *unicamente fazer subir o seu preço em dinheiro*. Ora, a mais comum observação demonstra que, em alguns casos, o aumento da procura deixa inalterados os preços das mercadorias e provoca, em outros casos, uma alta passageira dos preços do mercado, à qual se seque um aumento da oferta, por sua vez seguido pela queda dos preços *até* o nível anterior e, em muitos casos, *abaixo dele*. Que o aumento da procura obedeça à alta dos salários, ou a outra causa qualquer, isso em nada modifica os dados do problema. Do ponto de vista do cidadão Weston, tão difícil é explicar o fenômeno geral como o que se revela sob as circunstâncias excepcionais de um aumento de salários. Portanto, a sua argumentação não tem nenhum valor para o assunto de que tratamos. Apenas exprimiu a sua perplexidade entre as leis em virtude das quais um acréscimo da procura engendra um acréscimo da oferta, em vez de um aumento definitivo dos preços no mercado.

III
[Salários e Dinheiro]

No segundo dia de debate, nosso amigo Weston vestiu as suas velhas afirmativas com novas formas. Disse ele: Ao verificar-se uma alta geral dos salários em dinheiro, será necessária maior quantidade de moeda corrente para pagar os ditos salários. Sendo *fixa* a quantidade de moeda em circulação, como podeis pagar, com essa soma fixa de moeda circulante, um montante maior de salários em dinheiro? Primeiro, a dificuldade surgia de que, embora subisse o salário em dinheiro do operário, a quantidade de mercadorias que lhe cabia era fixa; e, agora, surge do aumento de salários em dinheiro, a despeito do volume fixo de mercadorias. Naturalmente, se rejeitardes o seu dogma original, desaparecerão também as dificuldades dele resultantes.

Vou demonstrar, contudo, que esse problema da moeda não tem absolutamente nada a ver com o tema em questão.

No vosso país, o mecanismo dos pagamentos está muito mais aperfeiçoado do que em qualquer outro país da Europa. Graças à extensão e à concentração do sistema bancário, necessita-se de muito menos moeda para pôr em circulação a mesma quantidade de valores e realizar o mesmo, ou um maior número de negócios. No que, por exemplo, concerne aos salários, o operário fabril inglês entrega semanalmente o seu salário ao vendeiro, que semanalmente o envia ao banqueiro, o qual o devolve semanalmente ao fabricante, que volta a pagá-lo a seus operários, e assim por diante. Graças a esse processo,

o salário anual de um operário, que se eleva, vamos supor, a 52 libras esterlinas, pode ser pago com um único "soberano",[12] que todas as semanas percorra o mesmo ciclo. Na própria Inglaterra, esse mecanismo de pagamento não é tão perfeito como na Escócia, nem apresenta a mesma perfeição em todos os lugares; por isso vemos que, por exemplo, em alguns distritos agrícolas, comparados com os distritos fabris, muito mais moeda é necessária para fazer circular um menor volume de valores.

Se atravessardes a Mancha, observais que no Continente *os salários em dinheiro* são muito mais baixos do que na Inglaterra, e, apesar disso, na Alemanha, na Itália, na Suíça e na França, esses salários são postos em circulação *mediante uma quantidade muito maior de moeda*. O mesmo "soberano" não é interceptado com tanta rapidez pelo banqueiro, nem retorna com tanta presteza ao capitalista industrial; por isso, em vez de um "soberano" fazer circular 52 libras anualmente, talvez sejam necessários três "soberanos" para movimentar um salário anual no montante de 25 libras. Desse modo, ao comparar os países do Continente com a Inglaterra, vereis, em seguida, que salários baixos em dinheiro podem exigir, para a sua circulação, quantidades muito maiores de moeda do que salários altos e que isso, na realidade, é uma questão meramente técnica e, como tal, estranha ao nosso assunto.

De acordo com os melhores cálculos que conheço, a renda anual da classe operária deste país pode ser estimada nuns 250 milhões de libras esterlinas. Essa soma imensa se põe em circulação com uns 3 milhões de libras. Suponhamos que se verifique um aumento de salários de 50%. Em vez de 3 milhões seriam precisos 4,5 milhões de libras em dinheiro circulante. Como uma parte considerável dos gastos diários do operário é coberta em prata e cobre, isto é, em meros signos monetários, cujo valor relativo ao ouro é arbitrariamente fixado por lei, tal como o papel-moeda inconversível, resulta que essa alta de 50% nos salários em dinheiro exigiria, em caso extremo, a circulação adicional, digamos, de 1 milhão de "soberanos". Lançar-se-ia em circulação 1 milhão, que está inativo, em barras de ouro ou em metal amoedado, nos subterrâneos do Banco da Inglaterra ou de bancos particulares. Poder-se-ia inclusive poupar-se, e efetivamente poupar-se-ia, o insignificante gasto na cunhagem suplementar, ou o maior desgaste desse milhão de moedas, se a necessidade de aumentar a moeda em circulação ocasionasse algum desgaste. Todos vós sabeis que a moeda deste país se divide em dois grandes grupos. Uma parte, suprida em notas de banco de diversas categorias, é usada nas transações entre comerciantes, e também entre comerciantes e consumidores, para saldar os pagamentos mais importantes; enquanto outra parte do meio circulante,

12 Moeda inglesa de ouro, com o valor nominal de 1 libra esterlina. (N. do E.)

a moeda metálica, circula no comércio varejista. Conquanto distintas, essas duas classes de moeda misturam-se e combinam-se mutuamente. Assim, as moedas de ouro circulam em boa proporção, inclusive em pagamentos importantes, para cobrir as quantias fracionárias inferiores a 5 libras. Se amanhã se emitissem notas de 4 libras, de 3 libras ou de 2 libras, o ouro que enche esses canais de circulação seria imediatamente expulso deles, refluindo para os canais em que fosse necessário a fim de atender ao aumento dos salários em dinheiro. Com esse processo poderia ser mobilizado o milhão adicional exigido por um aumento de 50% nos salários, sem que se acrescentasse um único "soberano" ao meio circulante. E o mesmo resultado seria obtido sem que fosse preciso emitir uma só nota de banco adicional, com o simples aumento de circulação de letras de câmbio, conforme ocorreu no Lancashire, durante muito tempo.

Se uma elevação geral da taxa de salários, vamos dizer, de uns 100%, como supõe o cidadão Weston relativamente aos salários agrícolas, provocasse uma grande alta nos preços dos artigos de primeira necessidade e exigisse, segundo os seus conceitos, uma soma adicional de meios de pagamento, que não se poderia conseguir logo, *uma redução geral de salários* deveria provocar o mesmo resultado em idêntica proporção, se bem que em sentido contrário. Pois bem, sabeis todos que os anos de 1858 a 1860 foram os mais favoráveis para a indústria algodoeira e que, sobretudo, o ano de 1860 ocupa a esse respeito um lugar único nos anais do comércio; foi também um ano de grande prosperidade para os outros ramos industriais. Em 1860, os salários dos operários do algodão e dos demais trabalhadores relacionados com essa indústria chegaram ao seu ponto mais elevado até então. Veio, porém, a crise norte-americana e todos esses salários viram-se de pronto reduzidos aproximadamente à quarta parte do seu montante anterior. Em sentido inverso isso teria significado um aumento de 300%. Quando os salários sobem de 5 para 20 xelins dizemos que sobem 300%; se baixam de 20 para 5, dizemos que caem 75%, mas a quantia do ascenso num caso, e da baixa, no outro, é a mesma, a saber: 15 xelins. Sobreveio, assim, uma repentina mudança nas taxas dos salários como jamais se conhecera anteriormente, e essa mudança afetou um número de operários que — não incluindo apenas aqueles que trabalham diretamente na indústria algodoeira, mas também os que indiretamente dependiam dessa indústria — excedia em cerca de metade o número de trabalhadores agrícolas. Acaso baixou o preço do trigo? Ao contrário, *subiu* de 47 xelins e 8 *pence*,[13] por *quarter*, preço médio no triênio de 1858/60, para 55 xelins, e 10 pence o *quarter*, segundo a média anual referente ao triênio de 1861/63. Pelo que diz respeito aos meios de pagamento,

13 O *penny* (singular de *pence*) corresponde a 1/12 do xelim. (N. do E.)

durante o ano de 1861, cunharam-se na Casa da Moeda 8 673 232 libras contra 3 378 102 cunhadas em 1860. Vale dizer que em 1861 cunharam-se mais 5 295 130 libras que em 1860. É certo que o volume da circulação de papel-moeda, em 1861, foi inferior em 1 319 000 libras ao de 1860. Mas, mesmo deduzindo essa soma, ainda persiste, para o ano de 1861, comparado com o ano anterior de prosperidade, 1860, um excesso de moeda no valor de 3 976 130 libras, ou quase 4 milhões; em troca, a reserva de ouro do Banco da Inglaterra nesse período de tempo diminuiu não exatamente na mesma proporção, mas aproximadamente.

Comparai agora o ano de 1862 com o de 1842. Sem contar o formidável aumento do valor e do volume de mercadorias em circulação, o capital desembolsado apenas para cobrir as transações regulares, ações de empréstimo, etc., de valores das ferrovias, ascendeu, na Inglaterra e Gales, em 1862, à soma de 320 milhões de libras esterlinas, cifra que em 1842 parecia fabulosa. E, no entanto, as somas globais de moeda foram aproximadamente as mesmas nos anos de 1862 e 1842; e, em termos gerais, haveis de verificar, ante um aumento enorme de valor não só das mercadorias como em geral das operações em dinheiro, uma tendência à diminuição progressiva dos meios de pagamento. Do ponto de vista do nosso amigo Weston, isso é um enigma indecifrável.

Se se aprofundasse um pouco mais no assunto, contudo, ele teria visto que, independentemente dos salários e supondo que estes permaneçam invariáveis, o valor e o volume das mercadorias postas em circulação e, em geral, o montante das transações concertadas em dinheiro, variam diariamente; que o montante das notas de banco emitidas varia diariamente; que o montante dos pagamentos efetuados sem ajuda de dinheiro, por meio de letras de câmbio, cheques, créditos escriturais, *clearing-house*[14] etc., varia diariamente; que, na medida em que se necessita efetivamente de moeda metálica, a proporção entre as moedas que circulam e as moedas e lingotes guardados de reserva, ou entesourados nos subterrâneos bancários, varia diariamente; que a soma do ouro absorvido pela circulação nacional e a soma enviada ao estrangeiro para fins de circulação internacional variam diariamente. Teria percebido que o seu dogma de um volume fixo dos meios de pagamento é um erro monstruoso, incompatível com a realidade cotidiana. Ter-se-ia informado das leis que permitem aos meios de pagamento adaptar-se a condições que variam de maneira tão constante em lugar de converter a sua falsa concepção das leis da circulação monetária em argumento contra o aumento dos salários.

14 Bancos de compensação por intermédio dos quais se efetuam certos pagamentos. (N. da Ed. Francesa.)

IV
[Oferta e Procura]

Nosso amigo Weston faz seu o provérbio latino *repetitio est mater studiorum*, que significa: "a repetição é a mãe do estudo", razão pela qual nos repete o seu dogma inicial sob a nova forma de que a redução dos meios de pagamento, resultante de um aumento dos salários, determinaria uma diminuição do capital etc. Depois de haver tratado de sua fantasiosa teoria da moeda, considero de todo inútil deter-me a examinar as conseqüências imaginárias que ele crê necessário deduzir de sua imaginária catástrofe dos meios de pagamento. Passo, pois, imediatamente, *a reduzir à forma teórica mais simples o seu dogma, que é sempre um e o mesmo*, embora repetido sob tantas formas diversas.

Uma única observação evidenciará a ausência de sentido crítico com que ele trata o tema. Declara-se contrário ao aumento de salários, ou aos salários altos, obtidos em conseqüência desse aumento. Pois bem, pergunto eu: o que são salários altos e o que são salários baixos? Por que, por exemplo, 5 xelins semanais são considerados um salário baixo e 20, por semana, são reputados um salário alto? Se um salário de 5 é baixo, em comparação com um de 20, o de 20 será todavia mais baixo, comparado com um de 200. Se alguém fizesse uma conferência sobre o termômetro e se pusesse a declamar sobre graus altos e graus baixos, nada nos ensinaria. A primeira coisa que teria de explicar é como se encontra o ponto de congelamento e o ponto de ebulição, e como estes dois pontos-padrão obedecem às leis naturais e não à fantasia dos vendedores ou dos fabricantes de termômetros. Ora, pelo que se refere a salários e lucros, o cidadão Weston não só se esqueceu de deduzir das leis econômicas esses pontos-padrão, mas também não sentiu sequer a necessidade de indagá-los. Contenta-se em admitir as expressões vulgares e correntes de alto e baixo, como se estes termos tivessem significado fixo, apesar de que salta à vista que os salários só podem ser qualificados de altos ou baixos quando comparados a alguma norma que nos permita medir a sua grandeza.

O cidadão Weston não poderá dizer-me por que se paga uma determinada soma de dinheiro por uma determinada quantidade de trabalho. Se me contestasse que isso corre por conta da lei da oferta e da procura, eu lhe pediria, antes de mais nada, que me dissesse qual a lei que, por sua vez, regula a da oferta e da procura. E essa réplica pô-lo-ia imediatamente fora de combate. As relações entre a oferta e a procura de trabalho acham-se sujeitas a constantes modificações e com elas flutuam os preços do trabalho no mercado. Se a procura excede a oferta, sobem os salários; se a oferta supera a procura, os salários baixam, ainda que em certas circunstâncias possa ser necessário *comprovar* o verdadeiro estado da procura e da oferta por uma greve, por exemplo, ou outro procedimento qualquer. Mas, se to-

mardes a oferta e a procura como lei reguladora dos salários, seria tão pueril quanto inútil clamar contra uma elevação de salários, visto que, de acordo com a lei suprema que invocais, as altas periódicas dos salários são tão necessárias e tão legítimas como as suas baixas periódicas. E se *não* considerais a oferta e a procura como lei reguladora dos salários, então repito minha pergunta: por que se dá uma determinada soma de dinheiro por uma determinada quantidade de trabalho?

Mas para focalizar as coisas com maior amplidão: equivocar-vos-eis por inteiro, caso acrediteis que o valor do trabalho ou de qualquer outra mercadoria se determina, em última análise, pelo jogo da procura e da oferta. A oferta e a procura só regulam as *oscilações* temporárias dos preços no mercado. Explicam por que o preço de um artigo no mercado se eleva acima ou desce abaixo do seu *valor*, mas não explicam jamais esse valor em si mesmo. Vamos supor que oferta e a procura se equilibrem ou, como dizem os economistas, se cubram mutuamente. No preciso instante em que essas duas forças contrárias se nivelam, elas se paralisam mutuamente, deixam de atuar num ou noutro sentido. No mesmo instante em que a oferta e a procura se equilibram e deixam, portanto, de atuar, o *preço* de uma mercadoria *no mercado* coincide com o seu *valor real*, com o preço normal em torno do qual oscilam seus preços no mercado. Por conseguinte, se queremos investigar o caráter desse *valor*, não nos devemos preocupar com os efeitos transitórios que a oferta e a procura exercem sobre os preços do mercado. E outro tanto caberia dizer dos salários e dos preços de todas as demais mercadorias.

V
[Salários e Preços]

Reduzidos a sua expressão teórica mais simples, todos os argumentos de nosso amigo se traduzem num só e único dogma: "*Os preços das mercadorias são determinados ou regulados pelos salários*".

Ante essa heresia antiquada e desacreditada, eu poderia invocar a observação prática. Poderia dizer-vos que os operários fabris, os mineiros, os construtores navais e outros trabalhadores ingleses, cujo trabalho é relativamente bem pago, vencem a todas as demais nações pela barateza de seus produtos, enquanto, por exemplo, o trabalhador agrícola inglês, cujo trabalho é relativamente mal pago, é batido por quase todos os demais países, em conseqüência da carestia de seus produtos. Comparando uns artigos com outros, dentro do mesmo país, e as mercadorias de distintos países entre si, poderia demonstrar que, se abstrairmos algumas exceções mais aparentes que reais, em termo médio o trabalho que recebe alta remuneração produz mercadorias baratas e o trabalho que recebe baixa remuneração, mercadorias caras. Isso, naturalmente, não demonstraria que o elevado preço do trabalho em certos casos e, em outros, o seu preço baixo, sejam as respectivas

causas desses efeitos diametralmente opostos mas em todo caso serviria para provar que os preços das mercadorias não são governados pelos preços do trabalho. Todavia, prescindiremos perfeitamente desse método empírico.

Poder-se-ia, talvez, negar que o cidadão Weston sustente o dogma de que "*os preços das mercadorias se determinam ou regulam pelos salários*". De fato, ele jamais formulou esse dogma. Disse, ao contrário, que o lucro e a renda do solo são também partes integrantes dos preços das mercadorias, visto que destes têm de sair não só os salários dos operários como os lucros do capitalista e as rendas do proprietário da terra. Porém, a seu modo de ver, como se formam os preços? Formam-se, em primeiro lugar, pelos salários; em seguida, somam-se ao preço um tanto por cento adicional em benefício do capitalista e outro tanto por cento adicional em benefício do proprietário da terra. Suponhamos que os salários do trabalho invertido na produção de uma mercadoria ascendem a 10. Se a taxa de lucro fosse de 100%, o capitalista acrescentaria 10 aos salários desembolsados, e, se a taxa de renda fosse também de 100% sobre os salários, ter-se-ia que ajuntar mais 10, com o que o preço total da mercadoria viria a cifrar-se em 30. Semelhante determinação do preço, porém, estaria presidida simplesmente pelos salários. Se estes, no nosso exemplo, subissem a 20, o preço da mercadoria elevar-se-ia a 60 e assim sucessivamente. Eis por que todos os escritores antiquados de economia política que alvitravam a tese de que os salários regulam os preços intentavam prová-la apresentando o lucro e a renda do solo *como simples percentagens adicionais sobre os salários*. Nenhum deles era, naturalmente, capaz de reduzir os limites dessas percentagens a uma lei econômica. Pareciam, ao contrário, acreditar que os lucros se fixavam pela tradição, costume, vontade do capitalista, ou por qualquer outro método igualmente arbitrário e inexplicável. Quando afirmavam que os lucros se determinam pela concorrência entre os capitalistas, portanto, não explicavam absolutamente nada. Essa concorrência por certo nivela as diferentes taxas de lucros das diversas indústrias, ou seja, as reduz a um nível médio, porém jamais pode determinar esse nível, ou a taxa geral de lucro.

Que queremos dizer quando afirmamos que os preços das mercadorias são determinados pelos salários? Como o salário não é mais do que uma denominação do preço do trabalho, queremos dizer com isso que os preços das mercadorias regulam-se pelo preço do trabalho. E como "preço" é valor de troca — e quando falo de valor refiro-me sempre ao valor de troca —, a saber: *valor* de troca *expresso em dinheiro*, aquela afirmativa equivale a esta outra: "*O valor dos mercadorias é determinado pelo valor do trabalho*", ou, o que vem a dar no mesmo, "*O valor do trabalho é a medida geral do valor*".

Mas, por sua vez, como se determina o "*valor do trabalho*"? Aqui, chegamos a um ponto morto. A um ponto morto, sem dúvida, se ten-

tarmos raciocinar logicamente. Porém, os proponentes dessa teoria não têm lá grandes escrúpulos em matéria de lógica. Tomemos o nosso amigo Weston, como exemplo. Primeiro, dizia-nos que os salários regulavam os preços das mercadorias e que, portanto, quando os salários subiam, estes deviam subir também. Depois, dava meia-volta para nos demonstrar que um aumento de salários não serviria para nada, visto que também subiriam os preços das mercadorias e os salários se mediam, na realidade, pelos preços das mercadorias com eles compradas. Assim, partindo da afirmativa de que o valor do trabalho determina o valor da mercadoria, viemos parar na afirmativa de que o valor da mercadoria determina o valor do trabalho. Nada mais fizemos do que nos mover num círculo vicioso, sem chegar a nenhuma conclusão.

No geral, é evidente que, tomando o valor de uma mercadoria, por exemplo, o trabalho, o trigo ou outra mercadoria qualquer, como medida e regulador geral do valor, apenas desviamos a dificuldade, já que determinamos um valor por outro, que por sua vez também necessita ser determinado.

Expresso em sua forma mais abstrata, o dogma de que "os salários determinam os preços das mercadorias" equivale a dizer que "o valor se determina pelo valor", e essa tautologia só demonstra, na realidade, que nada sabemos a respeito do valor. Se admitíssemos semelhante premissa, toda argumentação acerca das leis gerais da economia política converter-se-ia em mera tagarelice. Por isso deve-se reconhecer a Ricardo[15] o grande mérito de haver destruído até os fundamentos, com a sua obra sobre os *Princípios da Economia Política*, publicada em 1817, o velho erro, tão divulgado e gasto de que "os salários determinam os preços", falácia já rechaçada por Adam Smith[16] e seus predecessores franceses na parte verdadeiramente científica de suas investigações, mas que, não obstante, eles reproduziram nos seus capítulos mais superficiais e de vulgarização.

VI
[Valor e Trabalho]

Cidadãos! Cheguei ao ponto em que devo necessariamente entrar no verdadeiro desenvolvimento do tema. Não posso asseverar que o faça de maneira muito satisfatória, pois isso me obrigaria a percorrer

15 David Ricardo (1772-1823) foi um dos primeiros teóricos da Economia Política clássica. Escreveu um grande número de ensaios e deixou uma obra de larga projeção, intitulada *Principles of Political Economy and Taxation*, tida em grande apreço por Marx, que lhe salientou os aspectos idealistas. (N. do E.)

16 Adam Smith (1723-1790), grande sistematizador do pensamento econômico burguês, o primeiro a considerar, realmente, o trabalho fonte da riqueza. Em sua obra *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* defende, essencialmente, o princípio da organização espontânea do mundo econômico sob a ação do interesse pessoal. (N. do E.)

todo o campo da economia política. Apenas posso, como diria o francês, *effleurer la question*,[17] tocar os aspectos fundamentais.

A primeira pergunta que temos de fazer é esta: Que é o *valor* de uma mercadoria? Como se determina esse valor?

À primeira vista, parecerá que o valor de uma mercadoria é algo completamente *relativo*, que não se pode determinar sem pôr uma mercadoria em relação com todas as outras. Com efeito, quando falamos do valor, do valor de troca de uma mercadoria, entendemos as quantidades proporcionais nas quais é trocada por todas as demais mercadorias. Isso, porém, conduz-nos a perguntar: como se regulam as proporções em que umas mercadorias se trocam por outras?

Sabemos por experiência que essas proporções variam ao infinito. Tomemos uma única mercadoria, por exemplo, o trigo, e veremos que um *quarter* de trigo se permuta, numa série quase infinita de graus de proporção, por diferentes mercadorias. E, sem embargo, *como o seu valor é sempre o mesmo*, quer se expresse em seda, em ouro, ou outra qualquer mercadoria, esse valor tem que ser alguma coisa de distinto e independente dessas *diversas proporções* em que se troca por outros artigos. Necessariamente há de ser possível exprimir, de uma forma muito diferente, essas diversas equações com várias mercadorias.

De resto, quando digo que um *quarter* de trigo se troca por ferro numa determinada proporção ou que o valor de um *quarter* de trigo se expressa numa determinada quantidade de ferro, digo que o valor do trigo ou seu equivalente em ferro são iguais a *uma terceira coisa*, que não é trigo nem ferro, pois suponho que ambos exprimem a mesma grandeza sob duas formas distintas. Portanto, cada um desses dois objetos, tanto o trigo como o ferro, deve poder reduzir-se, independentemente um do outro, àquela terceira coisa, que é a medida comum de ambos.

Para esclarecer esse ponto, recorrerei a um exemplo geométrico muito simples. Quando comparamos a área de vários triângulos das mais diversas formas e grandezas, ou quando comparamos triângulos com retângulos, ou com outra qualquer figura retilínea, qual é o processo que empregamos? Reduzimos a área de um triângulo qualquer a uma expressão completamente distinta de sua forma visível. E como, pela natureza do triângulo, sabemos que a área dessa figura geométrica é sempre igual à metade do produto de sua base pela sua altura, isso nos permite comparar entre si os diversos valores de toda classe de triângulos e de todas as figuras retilíneas, já que todas elas podem reduzir-se a um certo número de triângulos.

Temos que seguir o mesmo processo para os valores das mercadorias. Temos que poder reduzi-los todos a uma expressão comum,

17 Em francês, no original: tocar de leve na questão. (N. do E.)

distinguindo-os unicamente pela proporção em que contêm essa mesma e idêntica medida. Como os *valores de troca* das mercadorias não passam de *funções sociais* delas, e nada têm a ver com suas propriedades *naturais*, devemos antes de mais nada perguntar: Qual é a *substância social* comum a todas as mercadorias? É o *trabalho*. Para produzir uma mercadoria tem-se que inverter nela, ou a ela incorporar, uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente *trabalho*, mas *trabalho social*. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um *produto*, mas não uma *mercadoria*. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem com a sociedade. Mas, para produzir uma *mercadoria*, não só se tem de criar um artigo que satisfaça a uma necessidade *social* qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que estar subordinado à *divisão de trabalho dentro da sociedade*. Não é nada sem os demais setores do trabalho, e, por sua vez, é chamado a integrá-los. Quando consideramos as *mercadorias como valores*, vemo-las somente sob o aspecto de *trabalho social realizado, plasmado* ou, se assim quiserdes, *cristalizado*. Consideradas desse modo, só podem *distinguir-se* umas das outras enquanto representem quantidades maiores ou menores de trabalho; assim, por exemplo, num lenço de seda pode encerrar-se uma quantidade maior de trabalho do que em um tijolo. Mas como se medem as *quantidades de trabalho*? Pelo *tempo que dura o trabalho*, medindo este em horas, em dias etc. Naturalmente, para aplicar essa medida, todas as espécies de trabalho se reduzem a trabalho médio, ou simples, como a sua unidade.

Chegamos, portanto, a esta conclusão. Uma mercadoria tem *um valor* por ser uma *cristalização de um trabalho social*. A *grandeza* de seu valor, ou seu valor *relativo*, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os *valores relativos dos mercadorias* se determinam pelas *correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas*. As quantidades *correspondentes* de mercadorias que foram produzidas no *mesmo tempo de trabalho são iguais*. Ou, dito de outro modo, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra, assim como a quantidade de trabalho plasmada numa está para a quantidade de trabalho plasmada na outra.

Suspeito que muitos de vós perguntareis: existe então uma diferença tão grande, supondo que exista alguma, entre a determinação dos valores das mercadorias na base dos *salários* e sua determinação pelas *quantidades relativas de trabalho* necessárias à sua produção? Não deveis perder de vista que a *retribuição* do trabalho e a *quantidade* de trabalho são coisas perfeitamente distintas. Suponhamos, por exemplo, que num *quarter* de trigo e numa onça de ouro se plasmam *quan-*

tidades iguais de trabalho. Valho-me desse exemplo porque já foi empregado por Benjamin Franklin[18] no seu primeiro ensaio, publicado em 1729, sob o título de *Uma Modesta Investigação Sobre a Natureza e a Necessidade do Papel-Moeda*, que é um dos primeiros livros em que se reconhece a verdadeira natureza do valor. Pois bem, suponhamos, como ficou dito, que um *quarter* de trigo e uma onça de ouro *são valores iguais ou equivalentes*, por serem *cristalizações de quantidades iguais de trabalho médio*, de tantos dias, ou tantas semanas de trabalho plasmado em cada uma delas. Acaso, ao determinar assim os valores relativos do ouro e do trigo, fazemos qualquer referência aos *salários* que percebem os operários agrícolas e os mineiros? Em absoluto, nem por sombra. Não dizemos, *sequer remotamente*, *como* se paga o *trabalho* diário ou semanal desses obreiros, nem ao menos dizemos se aqui se emprega, ou não, trabalho assalariado. Ainda supondo que se empregue trabalho assalariado, os salários podem ser muito desiguais. Pode acontecer que o operário cujo trabalho se plasma no *quarter* de trigo só perceba por ele dois *bushels*,[19] enquanto o operário na mina pode ter percebido pelo seu trabalho metade da onça de ouro. Ou, supondo que os seus salários sejam iguais, podem diferir nas mais diversas proporções dos valores das mercadorias por ele produzidas. Podem representar a metade, a terça, quarta ou quinta parte, ou outra fração qualquer daquele *quarter* de trigo, ou daquela onça de ouro. Naturalmente, os seus *salários* não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidas, não podem *ser maiores* que estas, mas podem, sim, ser *inferiores* em todos os graus imagináveis. Seus *salários* achar-se-ão *limitados* pelos *valores* dos produtos, mas os *valores de seus produtos* não se acharão limitados pelos salários. E sobretudo aqueles valores, os valores relativos do trigo e do ouro, por exemplo, se terão fixado sem atentar em nada no valor do trabalho invertido neles, isto é, sem atender em nada aos *salários*. A determinação dos valores das mercadorias pelas *quantidades relativas de trabalho nelas plasmado* difere, como se vê, radicalmente, do método tautológico da determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, ou seja, pelos *salários*. Contudo, no decurso de nossa investigação, teremos oportunidade de esclarecer ainda mais esse ponto. Para calcular o valor de troca de uma mercadoria, temos de acrescentar à quantidade de trabalho invertida nela, em *último lugar*, a que antes se incorporou nas matérias-primas com que se elaborou a mercadoria e o trabalho aplicado aos meios de trabalho — ferramentas, maquinaria e edifícios — que

18 Benjamin Franklin (1706-1790), filósofo e estadista norte-americano, tornou-se conhecido desde a publicação do seu primeiro ensaio: *A Modest Inquiry into the Nature and Necessity of a Paper Currency*. (N. do E.)

19 Medida inglesa para secos, equivalente, nos Estados Unidos, a 35,238 litros, e, na Inglaterra, a 36,367 litros. (N. do T.)

serviram para esse trabalho.[20] Por exemplo, o valor de uma determinada quantidade de fio de algodão é a cristalização da quantidade de trabalho incorporada ao algodão durante o processo de fiação e, além disso, da quantidade de trabalho anteriormente plasmado nesse algodão, da quantidade de trabalho encerrada no carvão, no óleo e em outras matérias auxiliares empregadas, bem como da quantidade de trabalho materializado na máquina a vapor, nos fusos, no edifício da fábrica etc. Os meios de trabalho propriamente ditos, tais como ferramentas, maquinaria e edifícios, utilizam-se constantemente, durante um período de tempo mais ou menos longo, em processos repetidos de produção. Se se consumissem de uma vez, como acontece com as matérias-primas, transferir-se-ia imediatamente todo o seu valor à mercadoria que ajudam a produzir. Mas como um fuso, por exemplo, só se desgasta aos poucos, calcula-se um termo médio tomando por base a sua duração média, o seu aproveitamento médio ou a sua deterioração ou desgaste durante um determinado tempo, digamos, um dia. Desse modo calculamos qual a parte do valor dos fusos que passa ao fio fabricado durante um dia e que parte, portanto, dentro da soma global de trabalho realizado, por exemplo, numa libra de fio, corresponde à quantidade de trabalho anteriormente incorporado nos fusos. Para o objetivo a que visamos é necessário insistir mais nesse ponto.

Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade de trabalho que se inverte na sua produção,* quanto mais preguiçoso ou inábil seja um operário, mais valiosa será a mercadoria por ele produzida, pois que o tempo de trabalho necessário para produzi-la será proporcionalmente maior. Mas aquele que assim pensa incorre num lamentável erro. Lembrai-vos que eu empregava a expressão "trabalho *social*" e nessa denominação de "*social*" cabem muitas coisas. Ao dizer que o valor de uma mercadoria é determinado pela *quantidade de trabalho* incorporado ou cristalizado nela, queremos referir-nos à *quantidade de trabalho necessário* para produzir essa mercadoria num dado estado social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma dada intensidade social média e com uma destreza média no trabalho que se emprega. Quando, na Inglaterra, o tear a vapor começou a competir com o tear manual, para converter uma determinada quantidade de fio numa jarda de tecido de algodão, ou pano, bastava a metade da duração de trabalho que anteriormente se invertia. Agora, o pobre tecelão manual tinha que trabalhar 17 ou 18 horas diárias, em vez das 9 ou 10 de antes. Não obstante, o produto de suas 20 horas de trabalho só representava 10 horas de trabalho social; isto é, as 10 horas de trabalho socialmente necessárias para converter uma determinada quantidade de fio em

20 Ver RICARDO, David. *Princípios de Economia Política.* Cap. 1, sec. IV. (N. do T.)

artigos têxteis. Portanto, seu produto de 20 horas não tinha mais valor do que aquele que antes elaborava em 10.

Se, então, a quantidade de trabalho socialmente necessário, materializado nas mercadorias, é o que determina o valor de troca destas, ao crescer a quantidade de trabalho exigível para produzir uma mercadoria aumenta necessariamente o seu valor e vice-versa, diminuindo aquela, baixa este.

Se as respectivas quantidades de trabalho necessário para produzir as respectivas mercadorias permanecessem constantes, seriam também constantes seus valores relativos. Porém, assim não sucede. A quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria varia constantemente, ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado. Quanto maiores são as forças produtivas do trabalho, mais produtos se elaboram num tempo de trabalho dado; e quanto menores são, menos se produzem na mesma unidade de tempo. Se, por exemplo, ao crescer a população, se fizesse necessário cultivar terras menos férteis, teríamos que inverter uma quantidade maior de trabalho para obter a mesma produção, e isso faria subir, por conseguinte, o valor dos produtos agrícolas. Por outro lado, se um só fiandeiro, com os modernos meios de produção, ao fim do dia converte em fio mil vezes mais algodão que antes fiava no mesmo espaço de tempo com auxílio da roca, é evidente que, agora, cada libra de algodão absorverá mil vezes menos trabalho de fiação que dantes e, por conseqüência, o valor que o processo de fiação incorpora em cada libra de algodão será mil vezes menor. E na mesma proporção baixará o valor do fio.

À parte as diferenças nas energias naturais e na destreza adquirida para o trabalho entre os diversos povos, as forças produtivas do trabalho dependerão, principalmente:

1 — Das condições *naturais* do trabalho: fertilidade do solo, riqueza das jazidas minerais, etc.

2 — Do aperfeiçoamento progressivo das *forças sociais do trabalho* por efeito da produção em grande escala, da concentração do capital, da combinação do trabalho, da divisão do trabalho, maquinaria, melhoria dos métodos, aplicação dos meios químicos e de outras forças naturais, redução do tempo e do espaço graças aos meios de comunicação e de transporte, e todos os demais inventos pelos quais mais a ciência obriga as forças naturais a servir ao trabalho, e pelos quais desenvolve o caráter social ou cooperativo do trabalho. Quanto maior é a força produtiva do trabalho, menos trabalho se inverte numa dada quantidade de produtos e, portanto, menor é o valor desses produtos. Quanto menores são as forças produtivas do trabalho, mais trabalho se emprega na mesma quantidade de produtos e, por conseqüência, maior é o seu valor. Podemos, então, estabelecer como lei geral o seguinte:

Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de

trabalho invertido em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado.

Como até aqui só temos falado do valor, acrescentarei algumas palavras acerca do *preço*, que é uma forma particular tomada pelo valor.

Em si mesmo, o *preço* outra coisa não é senão a *expressão em dinheiro do valor*. Os valores de todas as mercadorias deste país se exprimem, por exemplo, em preços-ouro, enquanto no Continente se expressam quase sempre em preços-prata. O valor do ouro, ou da prata, se determina como o de qualquer mercadoria, pela quantidade de trabalho necessário à sua extração. Permutais uma certa soma de vossos produtos nacionais, na qual se cristaliza uma determinada quantidade de vosso trabalho nacional, pelos produtos dos países produtores de ouro e prata, nos quais se cristaliza uma determinada quantidade de *seu* trabalho. É por esse processo, na verdade pela simples troca, que aprendeis a exprimir em ouro e prata os valores de todas as mercadorias, isto é, as quantidades respectivas de trabalho empregadas na sua produção. Se vos aprofundardes mais na *expressão em dinheiro do valor*, ou, o que vem a ser o mesmo, na *conversão do valor em preço*, vereis que se trata de um processo por meio do qual dais aos *valores* de todas as mercadorias uma forma *independente* e *homogênea*, por meio da qual exprimis esses valores como quantidades de *igual trabalho social*. Na medida em que é apenas a expressão em dinheiro do valor, o preço foi denominado *preço natural*, por Adam Smith, e *prix nécessaire*,[21] pelos fisiocratas franceses.

Que relação guardam, pois, o *valor e os preços do mercado ou os preços naturais e os preços do mercado*? Todos sabeis que o *preço do mercado é o mesmo* para todas as mercadorias da mesma espécie, por muito que variem as condições de produção dos produtores individuais. Os preços do mercado não fazem mais que expressar a *quantidade social média de trabalho*, que, nas condições médias de produção, é necessária para abastecer o mercado com determinada quantidade de um certo artigo. Calcula-se tendo em vista a quantidade global de uma mercadoria de determinada espécie.

Até agora o *preço* de uma mercadoria no *mercado* coincide com o seu *valor*. Por outra parte, as oscilações dos preços do mercado que umas vezes excedem o valor, ou preço natural, e outras vezes ficam abaixo dele dependem das flutuações da oferta e da procura. Os preços do mercado se desviam constantemente dos valores, mas, como diz Adam Smith:

> "O preço natural é (...) o preço central em torno do qual gravitam constantemente os preços das mercadorias. Circunstâncias

21 Em francês, no original, "preço necessário". (N. do E.)

diversas os podem manter erguidos muito acima desse ponto e, por vezes, precipitá-los um pouco abaixo. Quaisquer, porém, que sejam os obstáculos que os impeçam de se deter nesse centro de repouso e estabilidade, eles tendem continuamente para lá".[22]

Não posso agora esmiuçar esse assunto. Basta dizer que, se a oferta e a procura se equilibram, os preços das mercadorias no mercado corresponderão a seus preços naturais, isto é, a seus valores, os quais se determinam pelas respectivas quantidades de trabalho necessário para a sua produção. Mas a oferta e a procura devem constantemente tender para o equilíbrio, embora só o alcancem compensando uma flutuação com a outra, uma alta com uma baixa e vice-versa. Se, em vez de considerar somente as flutuações diárias, analisardes o movimento dos preços do mercado durante um espaço de tempo bastante longo, como o fez, por exemplo, o sr. Tooke, na sua *História dos Preços*, descobrireis que as flutuações dos preços no mercado, seus desvios dos valores, suas altas e baixas, se compensam umas com as outras e se neutralizam de tal maneira que, postas à margem a influência exercida pelos monopólios e algumas outras restrições que aqui temos de passar por alto, vemos que todas as espécies de mercadorias se vendem, em termo médio, pelos seus respectivos *valores* ou preços naturais. Os períodos médios de tempo, durante os quais se compensam entre si as flutuações dos preços no mercado, diferem segundo as distintas espécies de mercadorias, porque numas é mais fácil que em outras adaptar a oferta à procura.

Se, então, falando de um modo geral e abarcando períodos de tempo bastante longos, todas as espécies de mercadorias se vendem pelos seus respectivos valores, é absurdo supor que o lucro — não em casos isolados, mas o lucro constante e normal das diversas indústrias — brota de uma *majoração* dos preços das mercadorias, ou do fato de que se vendam por um preço que exceda consideravelmente o seu *valor*. O absurdo dessa idéia evidencia-se desde que a generalizamos. O que alguém ganhasse constantemente como vendedor, haveria de perder constantemente como comprador. De nada serve dizer que há pessoas que compram sem vender, consumidores que não são produtores. O que estes pagassem ao produtor, teriam antes de recebê-lo dele grátis. Se uma pessoa recebe o vosso dinheiro e logo vo-lo devolve comprando-vos as vossas mercadorias, por esse caminho nunca enriquecereis por mais caro que vendais. Essa espécie de negócios poderá reduzir uma perda, mas jamais contribuir para realizar um lucro. Portanto, para explicar o *caráter geral do lucro* não tereis outro remédio senão partir do teorema de que as mercadorias se *vendem*, em média, pelos seus *verdadeiros valores* e que os *lucros se obtêm vendendo as merca-*

22 SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*. Nova York, 1931. t. I. cap. 7, p. 57. (N. do T.)

dorias pelo seu valor, isto é, em proporção à quantidade de trabalho nelas materializado. Se não conseguistes explicar o lucro sobre essa base, de nenhum outro modo conseguireis explicá-lo. Isso parece um paradoxo e contrário à observação de todos os dias. Parece também paradoxal que a Terra gire ao redor do Sol e que a água seja formada por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas.

VII
Força de Trabalho

Depois de termos analisado, na medida em que podíamos fazê-lo, em um exame tão rápido, a natureza do *valor*, do *valor de uma mercadoria qualquer*, devemos volver nossa atenção para o *valor específico do trabalho*. E aqui tenho eu, novamente, que vos surpreender com outro aparente paradoxo. Todos vós estais completamente convencidos de que aquilo que vendeis todos os dias é vosso trabalho: de que, portanto, o trabalho tem um preço e que, embora o preço de uma mercadoria mais não seja que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir, sem dúvida alguma, qualquer coisa parecida com o *valor do trabalho*. E, não obstante, não existe tal coisa como o valor do trabalho, no sentido corrente da palavra. Vimos que a quantidade de trabalho necessário cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor. Aplicando agora esse conceito do valor, como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas, por exemplo? Quanto trabalho está contido nessa jornada? Dez horas de trabalho. Se disséssemos que o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas equivale a 10 horas de trabalho, ou à quantidade de trabalho contido nela, faríamos uma afirmação tautológica e, além disso, sem sentido. Naturalmente, depois de haver desentranhado o sentido verdadeiro, porém oculto, da expressão *valor do trabalho*, estaremos em condições de interpretar essa aplicação irracional e aparentemente impossível do valor, do mesmo modo que estamos em condições de explicar os movimentos, aparentes ou somente perceptíveis em certas formas, dos corpos celestes, depois de termos descoberto os seus movimentos reais.

O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua *força de trabalho*, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Tanto é assim que, não sei se as leis inglesas, mas, desde logo, algumas leis continentais fixam o *máximo de tempo* pelo qual uma pessoa pode vender a sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura. Semelhante venda, se o operário se vendesse por toda a vida, por exemplo, convertê-lo-ia sem demora em escravo do patrão até o final de seus dias.

Thomas Hobbes,[23] um dos economistas mais antigos e dos mais originais filósofos da Inglaterra, já havia assinalado em seu *Leviatã*, instintivamente, esse ponto que escapou a todos os seus sucessores. Dizia ele:

> "*O valor de um homem é*, como para todas as outras coisas, o seu *preço*; quer dizer, o que se pagaria pelo uso de *sua força*".

Partindo dessa base podemos determinar o *valor do trabalho*, como o de todas as outras mercadorias.

Mas, antes de fazê-lo, poderíamos perguntar: de onde provém esse fenômeno singular de que no mercado nós encontremos um grupo de compradores, que possuem terras, maquinaria, matérias-primas e meios de vida, coisas essas que, exceto a terra, em seu estado bruto, são *produtos de trabalho*, e, por outro lado, um grupo de vendedores que nada têm a vender senão sua força de trabalho, os seus braços laboriosos e cérebros? Como se explica que um dos grupos compre constantemente para realizar lucro e enriquecer-se, enquanto o outro grupo vende constantemente para ganhar o pão de cada dia? A investigação desse problema seria uma investigação do que os economistas chamam "*acumulação prévia ou originária*",[24] mas que deveria chamar-se *expropriação originária*. E veremos que essa chamada acumulação originária não é senão uma série de processos históricos que resultaram na *decomposição da unidade originária* existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho. Essa observação cai, todavia, fora da órbita do nosso tema atual. Uma vez consumada a *separação* entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, esse estado de coisas se manterá e se reproduzirá em escala sempre crescente, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção a deite por terra e restaure a primitiva unidade sob uma forma histórica nova.

Que é, pois, o *valor da força de trabalho*?

Como o de toda outra mercadoria, esse valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência; o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu *próprio* sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a descendência dos trabalhadores. Ademais,

23 Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo inglês, empírico e sensualista, ideólogo da nobreza aburguesada. Defendeu o poder ilimitado do Estado em suas obras, sobretudo no *Leviatã*, escrito em 1651, que foi queimado em público, após a restauração dos Stuarts. (N. do E.)

24 O mesmo que "acumulação primitiva", como Marx diria em *O Capital*. (N. do E.)

tem que gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade. Para o nosso objetivo bastar-nos-á considerar o trabalho *médio*, cujos gastos de educação e aperfeiçoamento são grandezas insignificantes. Devo, sem embargo, aproveitar a ocasião para constatar que, assim como diferem os custos de produção de força de trabalho de diferente qualidade, assim têm que diferir, também, os valores das forças de trabalho aplicadas nas diferentes indústrias. Por conseqüência, o grito pela *igualdade de salários* assenta num *erro*, é um desejo oco, que jamais se realizará. É um rebento desse falso e superficial radicalismo que admite as premissas e procura fugir às conclusões. Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer; e, como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, *necessariamente* têm que ter preços distintos no mercado de trabalho. Pedir *uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa*, na base do sistema do salariado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura. O que pudésseis considerar justo ou eqüitativo não vem ao caso. O problema está em saber o que vai acontecer necessária e inevitavelmente dentro de um dado sistema de produção.

Depois do que dissemos, o *valor da força de trabalho* é determinado pelo *valor dos artigos de primeira necessidade* exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho.

VIII
A Produção da Mais-Valia

Suponhamos agora que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade imprescindíveis à vida de um operário *exija 6 horas de trabalho médio* para a sua produção. Suponhamos, além disso, que essas 6 horas de trabalho médio se materializem numa quantidade de ouro equivalente a 3 xelins. Nestas condições, os 3 xelins seriam o *preço* ou a expressão em dinheiro do *valor diário da força de trabalho* desse homem. Se trabalhasse 6 horas diárias, ele produziria diariamente um valor que bastaria para comprar a quantidade média de seus artigos diários de primeira necessidade ou para se manter como operário.

Mas o nosso homem é um obreiro assalariado. Portanto, precisa vender a sua força de trabalho a um capitalista. Se a vende por 3 xelins diários, ou por 18 semanais, vende-a pelo seu valor. Vamos supor que se trata de um fiandeiro. Trabalhando 6 horas por dia, incorporará ao algodão, diariamente, um valor de 3 xelins. Esse valor diariamente incorporado por ele representaria um equivalente exato do salário, ou preço de sua força de trabalho, que recebe cada dia. Mas nesse caso

não iria para o capitalista nenhuma *mais-valia* ou *sobreproduto* algum. É aqui, então, que tropeçamos com a verdadeira dificuldade.

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o *dia* ou *toda a semana*. A jornada de trabalho, ou a semana de trabalho, têm naturalmente certos limites, mas a isso volveremos, em detalhe, mais adiante.

No momento, quero chamar-vos a atenção para um ponto decisivo.

O *valor* da força de trabalho se determina pela quantidade de trabalho necessário para a sua conservação, ou reprodução, mas o *uso* dessa força só é limitado pela energia vital e a força física do operário. O *valor* diário ou semanal da força de trabalho difere completamente do funcionamento diário ou semanal dessa mesma força de trabalho; são duas coisas completamente distintas, como a ração consumida por um cavalo e o tempo em que este pode carregar o cavaleiro. A quantidade de trabalho que serve de limite ao *valor* da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar. Tomemos o exemplo do nosso fiandeiro. Vimos que, para recompor diariamente a sua força de trabalho, esse fiandeiro precisava reproduzir um valor diário de 3 xelins, o que realizava com um trabalho diário de 6 horas. Isso, porém, não lhe tira a capacidade de trabalhar 10 ou 12 horas e mais, diariamente. Mas o capitalista, ao pagar o *valor* diário ou semanal da força de trabalho do fiandeiro, adquire o direito de usá-la durante *todo o dia ou toda a semana*. Fá-lo-á trabalhar, portanto, digamos, 12 horas diárias, quer dizer, *além* das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar *outras 6 horas*, a que chamarei de horas de *sobretrabalho*, e esse sobretrabalho irá traduzir-se em uma *mais-valia* e em um *sobreproduto*. Se, por exemplo, nosso fiandeiro, com o seu trabalho diário de 6 horas, acrescenta ao algodão um valor de 3 xelins, valor que constitui um equivalente exato de seu salário, em 12 horas acrescentará ao algodão um valor de 6 xelins e produzirá *a correspondente quantidade adicional de fio*. E, como vendeu sua força de trabalho ao capitalista, todo o valor, ou todo o produto, por ele criado pertence ao capitalista, que é dono de sua força de trabalho, *pro tempore*. Por conseguinte, desembolsando 3 xelins, o capitalista realizará o valor de 6, pois com o desembolso de um valor no qual se cristalizam 6 horas de trabalho receberá em troca um valor no qual estão cristalizadas 12 horas. Se repete, diariamente, essa operação, o capitalista desembolsará 3 xelins por dia e embolsará

6, cuja metade tornará a inverter no pagamento de novos salários, enquanto a outra metade formará a *mais-valia*, pela qual o capitalista não paga equivalente algum. *Esse tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho* é o que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema do salariado, e tem que conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista.

A *taxa de mais-valia* dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o *sobretempo* ou *sobretrabalho* realizado para o capitalista. Dependerá, por isso, da proporção *em que a jornada de trabalho se prolongue além do tempo* durante o qual o operário, com o seu trabalho, se limita a reproduzir o valor de sua força de trabalho ou a repor o seu salário.

IX
O Valor do Trabalho

Devemos voltar agora à expressão "*valor ou preço do trabalho*". Vimos que, na realidade, esse valor nada mais é que o da força de trabalho, medido pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção. Mas, como o operário só recebe o seu salário *depois* de realizar o seu trabalho e como, ademais, sabe que o que entrega realmente ao capitalista é o seu trabalho, ele necessariamente imagina que o valor ou preço de sua força de trabalho é o *preço* ou *valor do seu próprio trabalho*. Se o preço de sua força de trabalho é 3 xelins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, e ele trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 xelins como o valor ou preço de 12 horas de trabalho, se bem que estas 12 horas representem um valor de 6 xelins. Donde se chega a um duplo resultado:

Primeiro: *O valor ou preço da força de trabalho* toma a aparência *do preço ou valor do próprio trabalho*, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido.

Segundo: Ainda que só se *pague* uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica *sem remuneração*, e ainda que esse trabalho não remunerado ou sobretrabalho seja precisamente o fundo de que se forma a *mais-valia ou lucro*, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago.

Essa aparência enganadora distingue o *trabalho assalariado* das outras formas *históricas* do trabalho. Dentro do sistema do salariado, até o trabalho *não remunerado* parece trabalho *pago*. Ao contrário, no trabalho dos *escravos* parece ser trabalho não remunerado até a parte do trabalho que se paga. Claro está que, para poder trabalhar, o escravo tem que viver e uma parte de sua jornada de trabalho serve para repor o valor de seu próprio sustento. Mas, como entre ele e seu senhor

não houve trato algum, nem se celebra entre eles nenhuma compra e venda, todo o seu trabalho parece dado de graça.

Tomemos, por outro lado, o camponês servo, tal como existia, quase diríamos ainda ontem mesmo, em todo o oriente da Europa. Este camponês, por exemplo, trabalhava três dias para si, na sua própria terra, ou na que lhe havia sido atribuída, e nos três dias seguintes realizava um trabalho compulsório e gratuito na propriedade de seu senhor. Como vemos, aqui as duas partes do trabalho, a paga e a não paga, aparecem visivelmente separadas, no tempo e no espaço, e os nossos liberais podem estourar de indignação moral ante a idéia disparatada de que se obrigue um homem a trabalhar de graça.

Mas, na realidade, tanto faz uma pessoa trabalhar três dias na semana para si, na sua própria terra, e outros três dias de graça na gleba do senhor como trabalhar diariamente na fábrica, ou na oficina, 6 horas para si e 6 horas para o seu patrão; ainda que nesse caso a parte do trabalho pago e a do não remunerado apareçam inseparavelmente confundidas e o caráter de toda a transação se disfarce por completo com a *interferência de um contrato e o pagamento* recebido no fim da semana. No primeiro caso, o trabalho não remunerado é visivelmente arrancado pela força; no segundo, parece entregue voluntariamente. Eis a única diferença.

Sempre que eu empregue, portanto, a expressão "*valor do trabalho*", empregá-la-ei como termo popular, sinônimo de "*valor de força de trabalho*".

X
O Lucro Obtém-se Vendendo uma Mercadoria pelo seu Valor

Suponhamos que uma hora de trabalho médio materialize um valor de 6 pence ou 12 horas de trabalho médio, um valor de 6 xelins. Suponhamos, ainda, que o valor do trabalho represente 3 xelins ou o produto de 6 horas de trabalho. Se nas matérias-primas, maquinaria etc., consumidas para produzir uma determinada mercadoria, se materializam 24 horas de trabalho médio, o seu valor elevar-se-á a 12 xelins. Se, além disso, o operário empregado pelo capitalista junta a esses meios de produção 12 horas de trabalho, teremos que essas 12 horas se materializam num valor adicional de 6 xelins. Portanto, o *valor do produto* se elevará a 36 horas de trabalho materializado, equivalente a 18 xelins. Porém, como o valor do trabalho ou o salário recebido pelo operário só representa 3 xelins, decorre daí que o capitalista não pagou equivalente algum pelas 6 horas de sobretrabalho realizado pelo operário e materializadas no valor da mercadoria. Vendendo essa mercadoria pelo valor, por 18 xelins, o capitalista obterá, portanto, um valor de 3 xelins, para o qual não pagou equivalente. Esses 3 xelins representarão a mais-valia ou lucro que o capitalista embolsa. O capitalista obterá, por conseqüência, um lucro de 3 xelins,

não por vender a sua mercadoria a um preço que *exceda* o seu valor, mas por vendê-la *pelo seu valor real*.

O valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade total de trabalho* que encerra. Mas uma parte dessa quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual *nenhum* equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho *remunerado*; a outra parte, trabalho *não remunerado*. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria *pelo seu valor*, isto é, como cristalização da *quantidade total de trabalho* nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas. Repito, pois, que lucros normais e médios se obtêm vendendo as mercadorias não *acima* do que valem e sim pelo *seu verdadeiro valor*.

XI
As Diversas Partes em que se Divide a Mais-valia

À *mais-valia*, ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o *sobretrabalho*, ou *trabalho não remunerado*, eu chamo lucro. Esse lucro não o embolsa na sua totalidade o empregador capitalista. O monopólio do solo permite ao proprietário da terra embolsar uma parte dessa *mais-valia*, sob a denominação de *renda territorial*, quer o solo seja utilizado na agricultura ou se destine a construir edifícios, ferrovias, ou a outro qualquer fim produtivo. Por outro lado, o fato de ser a posse dos *meios de trabalho* o que possibilita ao empregador capitalista produzir *mais-valia*, ou, o que é o mesmo, *apropriar-se de uma determinada quantidade de trabalho não remunerado*, é precisamente o que permite ao proprietário dos meios de trabalho, que os empresta total ou parcialmente ao empregador capitalista, numa palavra, ao *capitalista que empresta o dinheiro*, reivindicar para si mesmo outra parte dessa mais-valia sob o nome de *juro*, de modo que ao capitalista empregador, *como tal*, só lhe sobra o chamado *lucro industrial* ou *comercial*. A questão de saber a que leis está submetida essa divisão da importância total da mais-valia entre as três categorias de pessoas aqui mencionadas é inteiramente estranha ao nosso tema. Mas, do que deixamos exposto depreende-se, pelo menos, o seguinte:

A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que *nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia* de uma mercadoria ou do *trabalho não remunerado, que nela se materializa*, e todos provêm por *igual dessa fonte e só dessa fonte*. Não provêm do *solo*, como tal, nem do *capital* em si; mas o solo e o capital permitem a seus possuidores obter a sua parte correspondente na mais-valia que o empregador capitalista extorque ao operário. Para o operário mesmo,

é uma questão de importância secundária que essa mais-valia, fruto de seu sobretrabalho, ou trabalho não remunerado, seja exclusivamente embolsada pelo empregador capitalista ou que este se veja obrigado a ceder parte a terceiros, com o nome de renda do solo, ou juro. Suponhamos que o empregador utiliza apenas capital próprio e seja ele mesmo o proprietário do solo; nesse caso, toda a mais-valia irá parar em seu bolso.

É o empregador capitalista quem extrai diretamente do operário essa mais-valia, seja qual for a parte que, em última análise, possa reservar para si. Por isso, dessa relação entre o empregador capitalista e o operário assalariado dependem todo o sistema do salariado e todo o regime atual de produção. Alguns dos cidadãos que intervieram em nosso debate, ao intentarem atenuar as proporções das coisas e apresentar essa relação fundamental entre o empregador capitalista e o operário como uma questão secundária, cometeram, portanto, um erro, embora, por outro lado, tivessem razão ao afirmar que, em dadas circunstâncias, um aumento dos preços pode afetar de um modo muito desigual o empregador capitalista, o dono da terra, o capitalista que empresta dinheiro e, se quereis, o arrecadador de impostos.

Do exposto resulta ainda outra conseqüência.

A parte do valor da mercadoria que representa unicamente o valor das matérias-primas e das máquinas, numa palavra, o valor dos meios de produção consumidos, *não* gera *nenhum rendimento,* mas se *limita* a repor o *capital*. Mas, afora isso, é falso que a outra parte do valor da mercadoria, *que forma o rendimento* ou pode ser gasta sob a forma de salário, lucro, renda territorial e juro, seja *constituída* pelo valor dos salários, pelo valor da renda territorial, pelo valor do lucro etc. Por ora deixaremos de lado os salários e só trataremos do lucro industrial, do juro e da renda territorial. Acabamos de ver que a *mais-valia contida* na mercadoria, ou a parte do valor desta na qual está incorporado *o trabalho não remunerado*, por sua vez se decompõe em várias partes, designadas por três nomes diferentes. Afirmar, porém, que seu valor se acha *integrado* ou *formado* pela *soma total dos valores independentes dessas três partes constituintes* seria afirmar o inverso da verdade.

Se 1 hora de trabalho se realiza num valor de 6 *pence* e se a jornada de trabalho do operário é de 12 horas e a metade desse tempo for trabalho não pago, esse sobretrabalho acrescentará à mercadoria uma *mais-valia* de 3 xelins, isto é, um valor pelo qual não se paga nenhum equivalente. Essa mais-valia de 3 xelins representa *todo o fundo* que o empregador capitalista pode repartir, na proporção que for, com o dono da terra e com o emprestador de dinheiro. O valor desses 3 xelins forma o limite do valor que eles podem repartir entre si. Mas não é o empregador capitalista que acrescenta ao valor da mercadoria um valor arbitrário para seu lucro, acrescentando em se-

guida outro valor para o proprietário da terra e assim por diante, de tal maneira que a soma desses valores arbitrariamente fixados constituísse o valor total. Vedes, portanto, o erro da idéia correntemente exposta, que confunde a *divisão de um dado valor* em três partes, com a formação desse valor mediante a soma de três valores *independentes*, convertendo dessa maneira numa grandeza arbitrária o valor total, de onde saem a renda territorial, o lucro e o juro.

Se o lucro total obtido por um capitalista for de 100 libras esterlinas, chamamos a essa soma, considerada grandeza *absoluta*, o montante do lucro. Mas, se calculamos a proporção entre essas 100 libras e o capital desembolsado, a essa grandeza *relativa* chamamos *taxa de lucro*. É evidente que se pode expressar essa taxa de lucro sob duas formas.

Vamos supor seja de 100 libras o capital *desembolsado em salários*. Se a mais-valia obtida for também de 100 libras — o que nos demonstraria que a metade da jornada do operário se compõe de trabalho *não remunerado* — e se medíssemos esse lucro pelo valor do capital desembolsado em salários, diríamos que a *taxa de lucro*[25] era de 100%. Já que o valor desembolsado seria 100 e o valor produzido 200.

Se, por outro lado, não só considerássemos o *capital desembolsado em salários* mas *todo o capital* desembolsado, digamos, por exemplo, 500 libras, das quais 400 representam o valor das matérias-primas, maquinaria, etc., diríamos que a taxa de lucro apenas se elevara a 20%, visto o lucro de 100 não ser mais que a quinta parte do capital *total* desembolsado.

O primeiro modo de expressar a taxa de lucro é o único que nos revela a proporção real entre o trabalho pago e o não remunerado, o grau real da *exploitation*[26] *do trabalho* (permiti-me o uso dessa palavra francesa). A outra forma é a usual, e para certos fins é, com efeito, a mais indicada. Em todo caso, prova ser muito útil, por ocultar o grau em que o capitalista arranca do operário trabalho gratuito.

Nas observações que ainda me restam por fazer, empregarei a palavra *lucro* para exprimir o montante total de mais-valia extorquida pelo capitalista, sem me preocupar com a divisão dessa mais-valia entre as diversas partes interessadas, e quando usar o termo *taxa de lucro* medirei sempre o lucro pelo valor do capital desembolsado em salário.

XII
A Relação Geral entre Lucros, Salários e Preços

Se do valor de uma mercadoria descontarmos a parte que se limita a repor o das matérias-primas e outros meios de produção em-

25 Mais tarde, em *O Capital*, Marx diria "taxa de mais-valia". Nessa obra só se emprega a expressão "taxa de lucro" como a relação entre o lucro e o capital total. (N. da Ed. Francesa.)
26 Exploração. (N. do E.)

pregados, isto é, se descontarmos o valor que representa o trabalho *pretérito* nela encerrado, o valor restante reduzir-se-á à quantidade de trabalho acrescentada pelo operário que por *último* se ocupa nela. Se esse operário trabalha 12 horas diárias, e 12 horas de trabalho médio cristalizam-se numa soma de ouro igual a 6 xelins, esse valor adicional de 6 xelins será o *único* valor criado por seu trabalho. Esse valor dado, determinado por seu tempo de trabalho, é o único fundo do qual tanto ele como o capitalista têm de retirar a respectiva participação ou dividendo, é o único valor a ser dividido entre salários e lucros. É evidente que esse valor não será em si mesmo alterado pelas proporções variáveis em que possa dividir-se entre ambas as partes. E tampouco haverá alteração se, em vez de um operário isolado, pormos toda a população trabalhadora, 12 milhões de jornadas de trabalho, por exemplo, em vez de uma.

Como o capitalista e o operário só podem dividir esse valor limitado, isto é, o valor medido pelo trabalho total do operário, quanto mais perceba um deles, menos obterá o outro, e reciprocamente. Partindo de uma dada quantidade, uma das partes aumentará sempre na mesma proporção em que a outra diminui. Se os salários se modificam, modificar-se-ão em sentido oposto aos lucros. Se os salários baixam, subirão os lucros; e, se os salários sobem, baixarão os lucros. Se o operário, na nossa suposição anterior, ganha 3 xelins, equivalentes à metade do valor criado por ele, ou se a metade da sua jornada de trabalho total é trabalho pago e a outra metade trabalho não remunerado, a *taxa de lucro* será de 100%, visto que o capitalista obterá também 3 xelins. Se o operário só recebe 2 xelins, ou só trabalha para ele a terça parte da jornada total, o capitalista obterá 4 xelins e a taxa de lucro será, nesse caso, de 200%. Se o operário percebe 4 xelins, o capitalista só poderá embolsar 2, e a taxa de lucro descerá, portanto, a 50%. Mas todas essas variações não influem no valor da mercadoria. Logo, um aumento geral de salários determinaria uma diminuição da taxa geral do lucro, mas não afetaria os valores.

No entanto, embora os valores das mercadorias, que, em última instância, hão de regular seus preços no mercado, estejam determinados exclusivamente pela quantidade total de trabalho plasmado nelas, e não pela divisão dessa quantidade em trabalho pago e trabalho não remunerado, daqui não se deduz, de modo algum, que os valores das diversas mercadorias ou lotes de mercadorias fabricadas em 12 horas, por exemplo, sejam sempre os mesmos. O *número*, ou a massa das mercadorias fabricadas num determinado tempo de trabalho, ou mediante uma determinada quantidade de trabalho, depende da *força produtiva* do trabalho empregado e não da sua *extensão* ou duração. Com um dado grau das forças produtivas do trabalho de fiação, por exemplo, poderão produzir-se, numa jornada de trabalho de 12 horas, 12 libras-peso de fio; com um grau mais baixo de força produtiva pro-

duzir-se-ão tão-somente 2. Portanto, no primeiro caso, se as 12 horas de trabalho médio se materializam num valor de 6 xelins, as 12 libras-peso de fio custarão 6 xelins, justamente o que custariam, no segundo caso, as 2 libras. Quer dizer que, no primeiro caso, a libra-peso de fio sairá por 6 pence e, no segundo, por 3 xelins. Essa diferença de preço seria uma conseqüência da diferença existente entre as forças produtivas do trabalho empregado. Com a maior força produtiva, 1 hora de trabalho materializar-se-ia em 1 libra-peso de fio, ao passo que, com a força produtiva menor, para obter 1 libra de fio haveria necessidade de 6 horas de trabalho. No primeiro caso, o preço da libra de fio não excederia 6 pence, apesar de os salários serem relativamente altos e a taxa de lucro, baixa; no segundo caso, elevar-se-ia a 3 xelins, mesmo com salários baixos e com uma taxa de lucro elevada. Assim sucederia porque o preço da libra-peso de fio é determinado pelo *total de trabalho que encerra* e não pela *proporção em que esse total se divide em trabalho pago e não pago.* O fato, antes apontado por mim, de que um trabalho bem pago pode produzir mercadorias baratas, e um mal pago, mercadorias caras, perde, com isso, a sua aparência paradoxal. Não é mais que a expressão da lei geral de que o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho nela invertido e de que essa quantidade de trabalho invertido depende exclusivamente da força produtiva do trabalho empregado, variando, por conseguinte, ao variar a produtividade do trabalho.

XIII
Casos Principais de Luta pelo Aumento de Salários ou Contra a sua Redução

Examinemos agora seriamente os casos principais em que se intenta obter um aumento dos salários, ou se opõe uma resistência à sua redução.

1 — Vimos que o *valor da força de trabalho,* ou, em termos mais populares, o *valor do trabalho,* é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade ou pela quantidade de trabalho necessária à sua produção. Por conseguinte, se num determinado país o valor dos artigos de primeira necessidade, em média diária consumidos por um operário, representa 6 horas de trabalho, expressa em 3 xelins, esse trabalhador terá de trabalhar 6 horas por dia a fim de produzir um equivalente do seu sustento diário. Sendo de 12 horas a jornada de trabalho, o capitalista pagar-lhe-ia o valor de seu trabalho entregando-lhe 3 xelins. Metade da jornada de trabalho será trabalho não remunerado e, portanto, a taxa de lucro se elevará a 100%. Mas vamos supor agora que, em conseqüência de uma diminuição da produtividade, se necessite de mais trabalho para produzir, digamos, a mesma quantidade de produtos agrícolas que dantes, com o que o preço médio dos víveres diariamente necessários subirá de 3 para 4 xelins. Nesse caso, o *valor* do trabalho aumentaria de um terço, ou seja, de 33,3%. A fim

de produzir o equivalente do sustento diário do trabalhador, dentro do padrão de vida anterior, seriam precisas 8 horas de jornada de trabalho. Logo, o sobretrabalho diminuiria de 6 para 4 horas e a taxa de lucro reduzir-se-ia de 100 para 50%. O trabalhador que nessas condições pedisse um aumento de salário limitar-se-ia a exigir que lhe pagassem o *valor incrementado de seu trabalho*, como qualquer outro vendedor de uma mercadoria que, quando aumenta o custo de produção desta, age de modo a conseguir que o comprador lhe pague esse incremento do valor. E, se os salários não sobem, ou não sobem em proporções suficientes para compensar o incremento do valor dos artigos de primeira necessidade, o preço do trabalho descerá *abaixo do valor do trabalho* e o padrão de vida do trabalhador piorará.

Mas também pode operar-se uma mudança em sentido contrário. Ao elevar-se a produtividade do trabalho pode acontecer que a mesma quantidade de artigos de primeira necessidade, consumidos em média, diariamente, baixe de 3 para 2 xelins, ou que, em vez de 6 horas de jornada de trabalho, bastem 4 para produzir o equivalente do valor dos artigos de primeira necessidade consumidos num dia. O operário poderia, então, comprar por 2 xelins exatamente os mesmos artigos de primeira necessidade que antes lhe custavam 3. Na realidade teria baixado o *valor do trabalho*; mas esse valor diminuído disporia da mesma quantidade de mercadorias que antes. O lucro subiria de 3 para 4 xelins e a taxa de lucro, de 100 para 200%. Ainda que o padrão de vida absoluto do trabalhador continuasse sendo o mesmo, seu salário *relativo*, e portanto a sua *posição social relativa*, comparada com a do capitalista, teria piorado. Opondo-se a essa redução de seu salário relativo, o trabalhador não faria mais que lutar para obter uma parte das forças produtivas incrementadas do seu próprio trabalho e manter a sua antiga situação relativa na escala social. Assim, após a abolição das Leis Cerealistas e violando, flagrantemente, as promessas soleníssimas que haviam feito, em sua campanha de propaganda contra aquelas leis, os donos das fábricas inglesas diminuíram, em geral, os salários de 10%. A princípio, a oposição dos trabalhadores foi frustrada; porém, mais tarde, logrou-se a recuperação dos 10% perdidos, em conseqüência de circunstâncias que não me posso deter a examinar agora.

2 — Os valores dos artigos de primeira necessidade e, por conseguinte, o *valor do trabalho* podem permanecer invariáveis, mas o *preço* deles em *dinheiro* pode sofrer alteração, desde que se opere uma prévia *modificação no valor do dinheiro*.

Com a descoberta de jazidas mais abundantes, etc., 2 onças de ouro, por exemplo, não suporiam mais trabalho do que antes exigia a produção de 1 onça. Nesse caso, o *valor* do ouro baixaria à metade, a 50%. E como, em conseqüência disso, os *valores* das demais mercadorias expressar-se-iam no dobro do seu *preço em dinheiro* anterior, o mesmo

aconteceria com o *valor do trabalho*. As 12 horas de trabalho, que antes se expressavam em 6 xelins, agora expressar-se-iam em 12. Logo, se o salário do operário continuasse a ser de 3 xelins, em vez de ir a 6, resultaria que *o preço em dinheiro do seu trabalho só corresponderia à metade do valor do seu trabalho*, e seu padrão de vida pioraria assustadoramente. O mesmo ocorreria, em grau maior ou menor, se seu salário subisse, mas não proporcionalmente à baixa do valor do ouro. Em tal caso, não se teria operado a menor mudança, nem nas forças produtivas do trabalho, nem na oferta e procura, nem tampouco nos valores. Só teria mudado o *nome* em dinheiro desses valores. Dizer, nesse caso, que o operário não deve lutar pelo aumento proporcional do seu salário equivale a pedir-lhe que se resigne a que se lhe pague o seu trabalho com nomes, não com coisas. Toda a história do passado prova que, sempre que se produz uma depreciação do dinheiro, os capitalistas se aprestam para tirar proveito da conjuntura e enganar os operários. Uma grande escola de economistas assevera que, em conseqüência das novas descobertas de terras auríferas, da melhor exploração das minas de prata e do barateamento do fornecimento do mercúrio, voltou a se depreciar o valor dos metais preciosos. Isso explicaria as tentativas generalizadas e simultâneas que se fazem no Continente[27] para conseguir um aumento de salários.

3 — Até aqui partimos da suposição de que a *jornada de trabalho* tem limites dados. Mas, na realidade, essa jornada, em si mesma, não tem limites constantes. O capital tende constantemente a dilatá-la ao máximo de sua possibilidade física, já que na mesma proporção aumenta o sobretrabalho e, portanto, o lucro que dele deriva. Quanto mais êxito tiverem as pretensões do capital para alongar a jornada de trabalho, maior será a quantidade de trabalho alheio de que se apropriará. Durante o século XVII, e até mesmo durante os primeiros dois terços do século XVIII, a jornada normal de trabalho, em toda a Inglaterra, era de 10 horas. Durante a guerra contra os jacobitas,[28] que foi, na realidade, uma guerra dos barões ingleses contra as massas trabalhadoras inglesas, o capital viveu dias de orgia e prolongou a jornada de 10 para 12, 14 e 18 horas. Malthus,[29] que não pode preci-

27 Refere-se Marx aos países do continente europeu. (N. do E.)

28 Jacobitas eram chamados os partidários de Jacques II (do latim Jacobus) e da Casa dos Stuarts, afastados pela revolução de 1688. Tentaram apoderar-se do poder em diversas ocasiões, a última das quais em 1745, mas sem o menor êxito. (N. do E.)

29 Thomas Robert Malthus (1766-1834) é principalmente conhecido pelo seu *Essay on the Principles of Population as it Affects the Future Improvement of Society* (*Ensaio Sobre o Princípio da População na Medida em Que Afeta a Futura Melhoria da Sociedade*), no qual conclui pela fórmula pessimista de que a população tenderia a aumentar em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência crescem em progressão aritmética, devendo-se atingir um ponto em que não seria mais possível arranjar alimentos para todos. Essa concepção, profundamente reacionária, ainda hoje figura, em primeiro plano, no arsenal ideológico do imperialismo. (N. do E.)

samente infundir suspeitas de terno sentimentalismo, declarou num folheto, publicado por volta de 1815, que a vida da nação estava ameaçada em suas raízes, caso as coisas continuassem assim. Alguns anos antes da generalização dos novos inventos mecânicos, cerca de 1765, veio à luz na Inglaterra um folheto intitulado *An Essay on Trade* (*Um Ensaio Sobre o Comércio*). O anônimo autor desse folheto, inimigo jurado da classe operária, clama pela necessidade de estender os limites da jornada de trabalho. Entre outras coisas, propõe criar, com esse objetivo, *casas de trabalho* para pobres, que, diz ele, deveriam ser "*casas de terror*". E qual é a duração da jornada de trabalho proposta para estas "*casas de terror*"? *Doze horas*, quer dizer, precisamente a jornada que, em 1832, os capitalistas, os economistas e os ministros declaravam não só vigente de fato, mas também o tempo de trabalho necessário para as crianças menores de 12 anos.

Ao vender a sua força de trabalho — e o operário é obrigado a fazê-lo, no regime atual —, ele cede ao capitalista o direito de empregar essa força, porém dentro de certos limites racionais. Vende a sua força de trabalho para conservá-la ilesa, salvo o natural desgaste, porém não para destruí-la. E como a vende por seu valor diário, ou semanal, se subentende que num dia ou numa semana não se há de arrancar à sua força de trabalho um uso, ou desgaste de dois dias ou duas semanas. Tomemos uma máquina que valha 1 000 libras. Se ela se usa em 10 anos, acrescentará no fim de cada ano 100 libras ao valor das mercadorias que ajuda a produzir. Se se usa em 5 anos, o valor acrescentado por ela será de 200 libras anuais, isto é, o valor de seu desgaste anual está em razão inversa à rapidez com que se esgota. Mas isso distingue o operário da máquina. A maquinaria não se esgota exatamente na mesma proporção em que se usa. Ao contrário, o homem se esgota numa proporção muito superior à que a mera soma numérica do trabalho acusa.

Nas tentativas para reduzir a jornada de trabalho à sua antiga duração racional, ou, onde não podem arrancar uma fixação legal da jornada normal de trabalho, nas tentativas para contrabalançar o trabalho excessivo por meio de um aumento de salário, aumento que não basta esteja em proporção com o sobretrabalho que os exaure, e deve, sim, estar numa proporção maior, os operários não fazem mais que cumprir um dever para com eles mesmos e a sua descendência. Limitam-se a refrear as usurpações tirânicas do capital. O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre,

implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação.

Pode acontecer que o capital, ao prolongar a jornada de trabalho, pague *salários mais altos* e que, sem embargo, *o valor do trabalho* diminua, se o aumento dos salários não corresponde à maior quantidade de trabalho extorquido e ao mais rápido esgotamento da força de trabalho que daí resultará. Isso pode ainda ocorrer de outro modo. Vossos estatísticos burgueses vos dirão, por exemplo, que os salários médios das famílias que trabalham nas fábricas do Lancashire subiram. Mas se esqueceram de que agora, em vez de ser só o homem, o cabeça da família, são também sua mulher e, talvez, três ou quatro filhos que se vêem lançados sob as rodas do carro de Jaguernaut[30] do capital e que a alta dos salários totais não corresponde à do sobretrabalho total arrancado à família.

Mesmo com uma jornada de trabalho de limites determinados, como existe hoje em dia em todas as indústrias sujeitas às leis fabris, pode-se tornar necessário um aumento de salários, ainda que somente seja com o fito de manter o antigo nível do *valor do trabalho*. Mediante o aumento da *intensidade* do trabalho, pode-se fazer com que um homem gaste em 1 hora tanta força vital como antes, em 2. É o que se tem produzido nas indústrias submetidas às leis fabris, até certo ponto, acelerando a marcha das máquinas e aumentando o número de máquinas de trabalho a que deve atender agora um só indivíduo. Se o aumento da intensidade do trabalho ou da quantidade de trabalho despendida em 1 hora se mantém abaixo da diminuição da jornada de trabalho, sairá então ganhando o operário. Se se ultrapassa esse limite, perderá por um lado o que ganhar por outro, e 10 horas de trabalho o arruinarão tanto como antes 12. Ao contrabalançar essa tendência do capital, por meio da luta pela alta dos salários, na medida correspondente à crescente intensidade do trabalho, o operário não faz mais que se opor à depreciação do seu trabalho e à degeneração da sua descendência.

4 — Sabeis todos que, por motivos que não me cabe aqui explicar, a produção capitalista move-se através de determinados ciclos periódicos. Passa por fases de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise e de estagnação. Os preços das mercadorias no mercado e a taxa de lucro no mercado seguem essas fases; ora descendo abaixo de seu nível médio ora ultrapassando-o. Se considerardes todo o ciclo, vereis que uns desvios dos preços do mercado são compensados por outros e que, tirando a média do ciclo, os preços das mercadorias do mercado se regulam por seus valores. Pois bem. Durante

30 Jaguernaut é o nome das imagens do deus indiano Vixnu. Nas festas em honra a essa divindade, celebrava-se uma procissão acompanhando o carro do deus, debaixo do qual se atiravam e pereciam muitos fanáticos. (N. do T.)

as fases de baixa dos preços no mercado e durante as fases de crise de estagnação, o operário, se é que não o põem na rua, pode estar certo de ver rebaixado o seu salário. Para que não o enganem, mesmo com essa baixa de preços no mercado, ver-se-á compelido a discutir com o capitalista em que proporção se torna necessário reduzir os salários. E se durante a fase de prosperidade, na qual o capitalista obtém lucros extraordinários, o operário não lutar por uma alta de salários, ao tirar a média de todo o ciclo industrial, veremos que ele nem sequer percebe o *salário médio*, ou seja, o *valor* do seu trabalho. Seria o cúmulo da loucura exigir que o operário, cujo salário se vê forçosamente afetado pelas fases adversas do ciclo, renunciasse ao direito de ser compensado durante as fases prósperas. Geralmente, os *valores* de todas as mercadorias só se realizam por meio da compensação que se opera entre os preços constantemente variáveis do mercado, variação proveniente das flutuações constantes da oferta e da procura. No âmbito do sistema atual, o trabalho é uma mercadoria como outra qualquer. Tem, portanto, que passar pelas mesmas flutuações, até obter o preço médio que corresponde ao seu valor. Seria um absurdo considerá-lo mercadoria para certas coisas e, para outras, querer excetuá-lo das leis que regem os preços das mercadorias. O escravo obtém uma quantidade constante e fixa de meios de subsistência; o operário assalariado, não. Ele não tem outro recurso senão tentar impor, em alguns casos, um aumento dos salários, ainda que seja apenas para compensar a baixa em outros casos. Se espontaneamente se resignasse a acatar a vontade, os ditames do capitalista, como uma lei econômica permanente, compartilharia de toda a miséria do escravo, sem compartilhar, em troca, da segurança deste.

5 — Em todos os casos que considerei, e que representam 99 em 100, vistes que a luta pelo aumento de salários vai sempre na pista de modificações *anteriores* e é o resultado necessário das modificações prévias operadas no volume de produção, nas forças produtivas do trabalho, no valor deste, no valor do dinheiro, na maior extensão ou intensidade do trabalho extorquido nas flutuações dos preços do mercado, que dependem das flutuações da oferta e da procura e se verificam em função das diversas fases do ciclo industrial; numa palavra, é a reação dos operários contra a ação anterior do capital. Se focalizássemos a luta pelo aumento de salários fazendo caso omisso de todas essas circunstâncias, apenas considerando as modificações operadas nos salários e passando por cima de modificações outras, das quais elas provêm, partiríamos de uma falsa premissa para chegar a conclusões falsas.

XIV
A Luta Entre o Capital e o Trabalho e seus Resultados

1 — Após demonstrar que a resistência periódica que os trabalhadores opõem à redução dos salários e suas tentativas periódicas

para conseguir um aumento de salários são fenômenos inseparáveis do sistema do salariado e ditadas pelo próprio fato de o trabalho se achar equiparado às mercadorias, por conseguinte submetido às leis que regulam o movimento geral dos preços, tendo demonstrado, ainda, que um aumento geral de salários resultaria numa diminuição da taxa geral de lucro, sem afetar, porém, os preços médios das mercadorias, nem os seus valores — surge a questão de saber até que ponto, na luta incessante entre o capital e o trabalho, tem este possibilidade de êxito.

Poderia responder com uma generalização, dizendo que o *preço* do trabalho no *mercado*, da mesma forma que o das demais mercadorias, tem que se adaptar, no decorrer do tempo, ao seu *valor*, que, portanto, a despeito de todas as altas e baixas e do que possa fazer, o operário acabará recebendo sempre, em média, somente o valor de seu trabalho, que se reduz ao valor da sua força de trabalho, a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessário para produzi-los.

Mas há certos traços peculiares que distinguem o *valor da força de trabalho* dos valores de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social.

Seu *limite mínimo* é determinado pelo *elemento físico*, quer dizer — para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade, absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O *valor* desses meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do *valor do trabalho*. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. Mas, como dizia, esse limite é muito elástico. Uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa.

Além desse mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o *padrão de vida tradicional em cada país*. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o padrão de vida de um camponês alemão ao de um camponês livônio.[31] A importância do papel que, a esse respeito, desempenham a tradição histórica e o costume social podereis vê-la no livro do sr. Thornton sobre

31 Habitante de uma antiga e atrasada província da Rússia czarista, hoje parte da Estônia e da Letônia. (N. do E.)

a *Superpopulação*, onde ele mostra que, em distintas regiões agrícolas da Inglaterra de nossos dias, os salários médios continuam a ser hoje diferentes, conforme as condições mais ou menos favoráveis em que essas regiões saíram da servidão.

Esse elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé *o limite físico*.

Durante a *guerra contra os jacobitas*, que, costumava dizer o incorrigível devorador de impostos e prebendas, o velho George Rose,[32] foi empreendida para que esses descrentes franceses não destruíssem os consolos da nossa santa religião — os honestos fazendeiros ingleses, a quem tratamos com tanto carinho num capítulo anterior, fizeram baixar os salários dos trabalhadores do campo para além daquele *mínimo estritamente físico*, completando a diferença indispensável para assegurar a perpetuação física da descendência, mediante as *leis dos pobres*. Era um glorioso método para converter o trabalhador assalariado em escravo e o orgulhoso *yeoman* de Shakespeare em mendigo.

Se comparais os salários normais ou valores do trabalho em diversos países e em épocas históricas distintas, dentro do mesmo país, vereis que o *valor do trabalho* não é por si uma grandeza constante, mas variável mesmo supondo que os valores das demais mercadorias permaneçam fixos. Um estudo comparativo semelhante das *taxas de lucro no mercado* provaria que não só elas se modificam como também as suas *taxas médias*.

Mas, no que se refere ao *lucro*, não existe nenhuma lei que lhe *fixe o mínimo*. Não podemos dizer qual seja o limite extremo de sua baixa. E por que não podemos estabelecer esse limite? Porque, embora possamos fixar o salário *mínimo*, não podemos fixar o salário *máximo*. Só podemos dizer que, dados os limites da jornada de trabalho, o *máximo de lucro* corresponde ao *mínimo físico dos salários* e que, partindo de dados salários, o *máximo de lucro* corresponde ao prolongamento da jornada de trabalho na medida em que seja compatível com as forças físicas do operário. Portanto, o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da *taxa máxima de lucro*, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário.

A questão se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes.

32 George Rose, estadista inglês (1744-1818), agente dedicado de Pitt e, depois, de Jorge III. (N. do E.)

2 — Pelo que concerne à *limitação da jornada de trabalho*, tanto na Inglaterra como em todos os outros países, nunca foi ela regulamentada senão por *intervenção legislativa*. E, sem a constante pressão dos operários agindo por fora, nunca essa intervenção dar-se-ia. Em todo caso, esse resultado não teria sido alcançado por meio de convênios privados entre os operários e os capitalistas. E essa necessidade mesma de uma *ação política geral* é precisamente o que demonstra que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte.

Quanto aos *limites do valor do trabalho*, sua fixação efetiva depende sempre da oferta e da procura, e refiro-me à procura de trabalho por parte do capitalista e à oferta de trabalho pelos operários. Nos países coloniais,[33] a lei da oferta e da procura favorece os operários. Daqui resulta o nível relativamente elevado dos salários nos Estados Unidos. Nesses países, faça o que fizer o capital, ele não pode nunca evitar que o mercado de trabalho seja constantemente desabastecido pela constante transformação dos trabalhadores assalariados em lavradores independentes com fontes próprias de subsistência. Para grande parte da população norte-americana, a posição de assalariados não é mais do que uma estação de trânsito, que estão seguros de abandonar, mais tarde ou mais cedo. Para remediar esse estado colonial de coisas, o paternal governo britânico adotou, há tempos, a chamada teoria moderna da colonização, que consiste em atribuir às terras coloniais um preço artificialmente elevado para, desse modo, obstar a transformação demasiado rápida do trabalhador assalariado em lavrador independente.

Mas passemos agora aos velhos países civilizados onde o capital domina todo o processo de produção. Tomemos, por exemplo, a elevação dos salários agrícolas ingleses, de 1849 a 1859. Qual foi a sua conseqüência? Os agricultores não puderam elevar o valor do trigo, como lhes teria aconselhado nosso amigo Weston, nem sequer o seu preço no mercado. Ao contrário, tiveram que resignar-se a vê-lo baixar. Mas durante esses onze anos introduziram máquinas de todas as classes e novos métodos científicos, transformaram uma parte das terras de lavoura em pastagens, aumentaram a extensão de suas fazendas e, com ela, a escala de produção; e por esses e outros processos, fazendo diminuir a procura de trabalho, graças ao aumento de suas forças produtivas, tornaram a criar um excedente relativo da população de trabalhadores rurais. Tal é o método geral segundo o qual opera o

33 No cap. XXV do Livro Primeiro de *O Capital*, onde Marx se detém a examinar minuciosamente esse problema, encontra-se a seguinte observação: "Aqui nos referimos às verdadeiras colônias, às terras virgens colonizadas por emigrantes livres. Os Estados Unidos, num sentido econômico, ainda são uma colônia da Europa. Quanto ao mais, isso diz respeito, também, àquelas antigas plantações, nas quais a abolição da escravatura transformou completamente as condições anteriores". MARX, Karl. *Das Kapital*. In: *Marx-Engels Werke*. Berlim, Dietz Verlag, 1977. v. 23, p. 792. Desde então, como em toda parte, a terra se converteu em propriedade privada, cerraram-se, também, as possibilidades de transformar, nos países coloniais, os trabalhadores assalariados em produtores livres. (N. do E.)

capital nos países antigos, de bases sólidas, para reagir, mais rápida ou mais lentamente, contra os aumentos de salários. Ricardo observou, com exatidão, que a máquina está em contínua concorrência com o trabalho e, amiúde, só pode ser introduzida quando o preço do trabalho alcança certo limite: mas a aplicação da maquinaria é apenas um dos muitos métodos empregados para aumentar a força produtiva do trabalho. Esse mesmo processo, que cria uma superabundância relativa de trabalho ordinário, simplifica muito o trabalho qualificado e, portanto, o deprecia.

A mesma lei se faz sentir em outra forma. Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, acelera-se a acumulação do capital, inclusive a despeito de uma taxa de salário relativamente alta. Daqui poderia inferir-se, conforme fez Adam Smith, em cujos tempos a indústria moderna ainda estava na sua infância, que a acumulação acelerada do capital tem forçosamente que fazer pender a balança a favor do operário, por garantir uma procura crescente de seu trabalho. Situando-se no mesmo ponto de vista, há muitos autores contemporâneos que se assombram de que, apesar de nos últimos vinte anos o capital inglês ter crescido mais rapidamente do que a população inglesa, os salários nem por isso registram um aumento maior. Mas é que, simultaneamente, com a acumulação progressiva, opera-se uma *mudança progressiva* na *composição do capital*. A parte do capital global formada por capital fixo:[34] maquinaria, matérias-primas, meios de produção de todo gênero, cresce com maior rapidez que a outra parte do capital destinada a salários, ou seja, à compra de trabalho. Essa lei foi estabelecida, sob uma forma mais ou menos precisa, pelos srs. Barton, Ricardo, Sismondi, prof. Richard Jones, prof. Ramsey, Cherbuliez e outros.

Se a proporção entre esses dois elementos do capital era, originariamente, de 1 para 1, com o progresso da indústria será de 5 para 1, e assim sucessivamente. Se de um capital global de 600 são desembolsados 300 para instrumentos, matérias-primas etc., e 300 para salários, basta dobrar o capital global para ser possível absorver 600 operários em vez de 300. Mas, se de um capital de 600 se invertem 500 em maquinaria, materiais, etc., e somente 100 em salários, este capital precisa aumentar de 600 a 3 600, para criar uma procura de 600 operários em lugar de 300. Portanto, ao se desenvolver a indústria, a procura de trabalho não avança com o mesmo ritmo da acumulação do capital. Aumenta, sem dúvida, mas aumenta numa proporção constantemente decrescente, quando comparada com o incremento do capital. Essas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força

34 Chamado mais tarde, por Marx, capital "constante" e oposto ao capital transformado em salários, ou capital "variável". (N. da Ed. Francesa.)

para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em conseqüência disso, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o *valor do trabalho* mais ou menos até seu *limite mínimo*. Porém, se tal é a *tendência* das coisas nesse sistema, quer isso dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado: que, em 99% dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura.

Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final dessas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõem, engendra simultaneamente as *condições materiais* e as *formas sociais necessárias* para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema *conservador* de: "*Um salário justo para uma jornada de trabalho justa*!", deverá inscrever na sua bandeira esta divisa *revolucionária*: "*Abolição do sistema de trabalho assalariado*!"

Depois dessa exposição longuíssima e, receio eu, fatigante, que julguei indispensável para esclarecer um pouco o nosso tema principal, vou concluir, propondo a aprovação da resolução seguinte:

1 — Uma alta geral da taxa de salários acarretaria uma baixa da taxa geral de lucro, mas não afetaria, em linhas gerais, os preços das mercadorias.

2 — A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo.

3 — Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência

contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.

A Respeito da Tradução de *O Capital*

Traduzir *O Capital* é uma tarefa incomum, como é incomum a própria obra. Trata-se de um dos textos mais importantes de toda a humanidade, sem dúvida o mais lido, o mais debatido, o mais criticado e o mais endeusado dos textos científicos. É possível que também seja o mais traduzido. Por isso tudo, vertê-lo mais uma vez apresenta certos dilemas que uma tradução comum não apresenta. Informar ao leitor mais exigente o modo como esses dilemas foram resolvidos, na presente tradução para o português, torna-se assim imprescindível, o que justifica esta nota.

A primeira questão é obviamente a fidelidade ao original. Cada tradução não pode deixar de ser também interpretação, na medida em que não há correspondência perfeita entre os vocábulos e a sintaxe das diferentes línguas. Cada autor luta com as limitações de sua própria língua para exprimir com a máxima perfeição seu pensamento. Que Marx mesmo travou essa luta contra as insuficiências do alemão, língua particularmente rica e flexível, provam as inúmeras expressões em inglês, francês, latim, grego etc. que se encontram em seus escritos, particularmente em *O Capital*. Quando o traduzir determinados trechos implica interpretar, coloca-se a questão: o que o autor de fato queria dizer? Embora nesses momentos a convicção do tradutor tenha seu peso, ele precisa seguir certas normas para que suas opções não sejam aleatórias ou inconsistentes. (Ver a esse respeito o "Apêndice" de F. Kothe, neste volume.)

Uma saída cômoda seria tornar a tradução a mais literal possível, escolhendo as palavras e a construção das frases de modo a reproduzir com a maior perfeição original. Só que essa maneira de proceder algumas vezes obscurece ou deturpa mesmo o sentido, sobretudo nas passagens mais complexas e mais densas de significado. Marx mesmo criticou o tradutor do volume I de *O Capital* para o francês, por ter sido literal demais.[35] Para Marx, traduzir significa interpretar em sen-

35 Ver o "Ao Leitor" do Posfácio da Edição Francesa, neste volume.

tido amplo, o objetivo maior sendo o de revelar o sentido essencial do enunciado, sem manter sempre respeito absoluto à forma. Ele mesmo procedeu assim em numerosas citações que apresenta vertidas para o alemão. Safar-se, portanto, das dificuldades apelando à autoridade do dicionário seria uma fuga à responsabilidade de apresentar ao leitor em língua portuguesa um texto fiel ao espírito do seu autor e não apenas a sua forma.

Esse dilema se desdobra em outro: simplificar a exposição para torná-la mais acessível ao leitor comum ou manter a magnífica complexidade do texto original? É preciso notar que Marx mesmo se esforçou ao máximo para ser claro, mantendo ao mesmo tempo a elegância do estilo, em si erudito. Daí ele freqüentemente apresentar a mesma idéia em seus vários desdobramentos tendo em vista sua completa elucidação. As primeiras traduções de *O Capital*, feitas ainda em vida de Marx e de Engels, tenderam a certa simplificação, o que se justificava, ao ver deles, pela necessidade de apresentar ao público um conjunto de noções e uma forma de interpretar a realidade que então eram inteiramente novos e inusitados. Hoje, cem anos após a morte de Marx, a situação é completamente outra. O marxismo é amplamente divulgado e estudado, impregnando de mil modos não só as teorias econômicas, sociológicas, políticas, antropológicas etc. mas também a literatura, o teatro, a poesia, a linguagem jornalística e até mesmo o linguajar comum. Conseqüentemente, o público está mais bem preparado do que há um século para penetrar nos meandros do pensamento de Marx, de modo que já não se justifica fazer uma tradução simplificadora de sua obra máxima.

Nesta tradução, deu-se prioridade à clareza do texto, sem, no entanto, tentar simplificá-lo. Procurou-se, sempre que possível, traduzir tanto a forma quanto o conteúdo do texto original. Ao mesmo tempo que se procurou a máxima fidelidade ao original, tentou-se recriar a sua beleza literária, no espírito da língua portuguesa. Esse propósito mostrou-se menos difícil de realizar do que se pensava a princípio. A explicação provável para isso é que, com a difusão do marxismo, o estilo da língua portuguesa foi, em alguma medida, influenciado pelas formas peculiares de Marx exprimir seu pensamento. O português que se pratica no Brasil no final do século XX é, sem dúvida, influenciado pelas grandes correntes universais de pensamento, que aqui encontram também sua ressonância. Cabe lembrar que textos primorosos, inspirados em Marx, já foram produzidos por autores em língua portuguesa. Esses textos fazem parte da cultura viva do país e contribuem para moldar-lhe a língua. De modo que o nosso português é hoje um instrumento bastante adequado para expressar a grande obra de Marx, inclusive quanto a sua qualidade literária. Muito do que é belo em alemão pode ser devidamente apreciado em português.

Passando agora aos aspectos mais técnicos da tradução, convém informar que o original adotado foi o publicado na coleção "Karl Marx.

Friedrich Engels Werke", volumes 23, 24 e 25, da editora Dietz Verlag, Berlim, 1977, que reproduz a 4ª edição de *O Capital*, revista e publicada por Engels, em 1890. Os prefácios publicados nesse volume mostram que essa edição é a mais completa e a mais autorizada da obra. Na tarefa de interpretar e desentranhar passagens difíceis ou obscuras, valemo-nos de traduções de *O Capital* em outras línguas, mas sempre dando prioridade ao original alemão. Esta tradução não é de modo algum uma tradução de traduções, mas seria faltar à verdade negar ou silenciar o fato de que, em vários momentos, soluções encontradas por tradutores para outras línguas foram úteis para que pudéssemos encontrar as mais adequadas em português. Confessamos com gratidão essa dívida e esperamos que esta tradução sirva, por sua vez, de apoio a futuras traduções de *O Capital* para outras línguas.

Adotou-se como norma utilizar as expressões marxistas vertidas ao português por economistas, sociólogos, filósofos etc. e de uso corrente, de modo a facilitar a compreensão do texto. Pareceu-nos que seria um purismo injustificável retraduzir por exemplo *Mehrwert* por *mais-valor* (em analogia com mais-trabalho e mais-produto), quando a expressão *mais-valia* é o vocábulo consagrado em português. Não obstante, um grande número de novas expressões — tais como produto-valor, objetividade do valor, forma-valor, mercadoria monetária, giro monetário etc. — tiveram que ser criadas. É preciso notar que boa parte dos termos técnicos de Economia, utilizados por Marx, são correntes na literatura econômica moderna e têm expressões portuguesas já consagradas, que foram, por isso, sistematicamente adotadas na tradução. Em suma, a invenção de novas expressões em português foi restrita ao indispensável, procurando-se adequá-las à terminologia corrente.

Como já mencionamos, Marx, ao citar autores em outras línguas que não o alemão, nem sempre foi completamente fiel ao original. Entendemos que não nos cabia "corrigi-lo". Todas as citações são traduzidas da versão alemã de Marx. Em alguns casos foram acrescentadas "notas do tradutor" em que se apresentam traduções mais literais dos referidos textos, de modo que o leitor possa apreciar a maneira de Marx interpretá-los.

Outro pormenor não desprezível é que o volume I de *O Capital* tinha, em sua 1ª edição, numerosos trechos e vocábulos em itálico. Em edição posterior, Marx retirou os grifos. Pedro Scaron, tradutor de *O Capital* para o espanhol[36] alega que isso se fez para reduzir os custos de impressão. Nas edições posteriores à primeira, do volume I, o texto foi em parte substancialmente alterado por Marx. Nesta parte do texto, assim como nos volumes de *O Capital* o método de grifar extensamente não foi utilizado. Resolveu-se por isso seguir nesse particular a 4ª edição,

36 MARX, K. *El Capital*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1975. v. I, p. XII.

que não contém os grifos, de modo a preservar a unidade de estilo da obra como um todo.

Finalmente, queremos assinalar que não se pretende que esta tradução de *O Capital* seja definitiva ou perfeita. É provável que contenha falhas e aspectos criticáveis. Pretendemos apenas ter realizado um trabalho consciencioso, visando corresponder às necessidades de um público de estudantes e estudiosos já consideravelmente sofisticado e exigente. Traduzir *O Capital* é uma aventura trabalhosa e até certo ponto esgotante, mas altamente compensadora em termos de satisfação e crescimento intelectual. Esperamos que os leitores participem da mesma com igual proveito.

São Paulo, 19 de maio de 1983

Flávio R. Kothe
Paul Singer
Regis Barbosa

ADVERTÊNCIA DO EDITOR

***N**otas de rodapé*

Chaves ou colchetes indicam acréscimos de Engels.

Dedicado a meu amigo inesquecível,
o corajoso, fiel e nobre pioneiro do proletariado

WILHELM WOLFF

Nascido em Tarnau, em 21 de junho de 1809.
Falecido no exílio, em Manchester, em 9 de maio de 1864.

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO[37]

A obra, cujo volume I entrego ao público, constitui a continuação de meu texto publicado em 1859: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. A longa pausa entre começo e continuação deve-se a uma enfermidade de muitos anos, que reiteradamente interrompeu o meu trabalho.

O conteúdo daquele texto anterior está resumido no capítulo I deste volume.[38] Isso aconteceu não só por causa da conexão e da necessidade de torná-lo completo. A exposição está aperfeiçoada. À medida que, de algum modo, o contexto o permitiu, pontos antes apenas indicados foram aqui desenvolvidos, enquanto, inversamente, o que lá foi amplamente desenvolvido é apenas indicado aqui. As partes sobre a história da teoria do valor e do dinheiro foram naturalmente eliminadas. O leitor do texto anterior encontra, no entanto, abertas novas fontes para a história daquela teoria nas notas do capítulo I.

Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência. O entendimento do capítulo I, em especial a parte que contém a análise da mercadoria, apresentará, portanto, a dificuldade maior. Quanto ao que se refere mais especificamente à análise da substância do valor e da grandeza do valor, procurei torná-las acessíveis ao máximo.[39] A forma

37 Para maiores esclarecimentos a respeito da obra, ver, neste volume, a *Apresentação* de Jacob Gorender. (N. do E.)

38 Marx refere-se aqui ao capítulo I da primeira edição (1867) e que tinha o título de "Mercadoria e Dinheiro". Para a segunda edição, Marx fez a revisão do volume e modificou a sua estruturação. Subdividiu o antigo primeiro capítulo em três capítulos autônomos que, agora, com o mesmo título, constituem a Seção I. (N. da Ed. Alemã.)

39 Isso pareceu tanto mais necessário quando até mesmo a parte do ensaio de F. Lassalle contra Schulze-Delitzsch, na qual pretende expor "a quinta-essência espiritual" de minhas idéias sobre o assunto, contém mal-entendidos graves. *En passant.*• Se F. Lassalle tomou todas as teses teóricas gerais de seus trabalhos sobre Economia, como, por exemplo, sobre o caráter histórico do capital, sobre a conexão entre as relações de produção e o modo de produção etc. etc., de minhas obras, quase literalmente, sem citar as fontes e até com a terminologia elaborada por mim, esse procedimento foi com certeza determinado por objetivos de propaganda. Obviamente não estou falando das suas exposições sobre detalhes nem das suas aplicações práticas, com as quais nada tenho a ver.

• De passagem. (N. dos T.)

do valor, cuja figura acabada é a forma do dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo. Mesmo assim, o espírito humano tem procurado fundamentá-la em vão há mais de 2 000 anos, enquanto, por outro lado, teve êxito, ao menos aproximado, a análise de formas muito mais complicadas e replenas de conteúdo. Por quê? Porque o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo. Além disso, na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos. Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria. Para o leigo, a análise parece perder-se em pedantismo. Trata-se, efetivamente, de pedantismo, mas daquele de que se ocupa a anatomia microscópica.

Por isso, com exceção da parte relativa à forma do valor, não se poderá acusar este livro de ser de difícil compreensão. Pressuponho, naturalmente, leitores que queiram aprender algo de novo e queiram, portanto, também pensar por conta própria.

O físico observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica. Caso o leitor alemão encolha, farisaicamente, os ombros ante a situação dos trabalhadores ingleses na indústria e na agricultura ou, então, caso otimisticamente se assossegar achando que na Alemanha as coisas estão longe de estar tão ruins, só posso gritar-lhe: *De te fabula narratur*![40]

Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo de desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais da produção capitalista. Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea. O país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro.

Deixemos, porém, isso de lado. Onde a produção capitalista se implantou plenamente entre nós, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, as condições são muito piores do que na Inglaterra, pois falta o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, tortura-nos — assim como em todo o resto do continente da Europa ocidental — não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência do seu desenvolvimento. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de

40 De ti fala a fábula! — Das sátiras de Horácio. Livro Primeiro. Sátira 1. 12. (N. da Ed. Alemã).

continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. *Le mort saisit le vif!*[41]

Comparada com a inglesa, a estatística social da Alemanha e do resto do continente europeu ocidental é miserável. Ainda assim, levanta o véu o bastante para deixar entrever atrás do mesmo uma cabeça de Medusa. Ficaríamos horrorizados ante a nossa própria situação caso nossos Governos e parlamentares constituíssem periodicamente, como na Inglaterra, comissões de inquérito acerca das condições econômicas; caso essas comissões fossem investidas, como na Inglaterra, da mesma plenitude de poderes para pesquisar a verdade; caso fosse possível encontrar, para tal missão, homens tão especializados, imparciais e intimoratos quanto o são os inspetores de fábrica na Inglaterra e os seus relatores médicos sobre *Public Health* (Saúde Pública), os seus comissários encarregados de examinar a exploração das mulheres e crianças, as condições de moradia e alimentação etc. Perseu precisava de um capacete da invisibilidade para perseguir os monstros. Nós puxamos o capacete mágico a fundo sobre nossos olhos e orelhas, para podermos negar a existência de monstros.

É preciso não se enganar quanto a isso. Assim como, no século XVIII, a Guerra da Independência americana tocou o sino de alarme para a classe média européia, no século XIX a Guerra Civil norte-americana tocou-o para a classe operária européia. Na Inglaterra, o processo de subversão tornou-se palpável. Quando alcançar certa altura, há de repercutir no continente. Ali, há de mover-se em formas mais brutais ou mais humanas, segundo o grau de desenvolvimento da própria classe operária. Abstraindo motivos mais elevados, os interesses mais específicos das atuais classes dominantes obrigam-nas à eliminação de todos os empecilhos legalmente controláveis que inibam o desenvolvimento da classe operária. Por isso é que me estendi tanto, neste volume, sobre a história, o conteúdo e os resultados da legislação inglesa relativa às fábricas. Uma nação deve e pode aprender das outras. Mesmo quando uma sociedade descobriu a pista da lei natural do seu desenvolvimento — e a finalidade última desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna —, ela não pode saltar nem suprimir por decreto as suas fases naturais de desenvolvimento. Mas ela pode abreviar e minorar as dores do parto.

Para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação eco-

41 O morto se apodera do vivo. (N. dos T.)

nômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas.

No campo da Economia Política, a livre pesquisa científica depara-se não só com o mesmo inimigo que em todos os outros campos. A natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado. A Igreja Anglicana da Inglaterra, por exemplo, perdoaria antes o ataque a 38 de seus 39 artigos de fé do que a 1/39 de suas rendas monetárias. Nos dias de hoje, o próprio ateísmo é uma *culpa levis*[42] se comparado com a crítica às relações tradicionais de propriedade. No entanto, aqui um avanço é inegável. Remeto, por exemplo, ao Livro Azul[43] publicado nas últimas semanas: *Correspondence with her Majesty's Missions Abroad, Regarding Industrial Questions and Trades Unions*. Os representantes da Coroa inglesa no exterior expõem aí, sem subterfúgios, que na Alemanha, na França, em suma, em todos os países cultos do continente europeu, é tão perceptível e tão inevitável uma modificação das relações vigentes entre capital e trabalho quanto na Inglaterra. Ao mesmo tempo, do outro lado do Atlântico, Mr. Wade, vice-presidente dos Estados Unidos da América, declarava em reuniões públicas que, depois da abolição da escravatura, a questão posta na ordem do dia seria a mudança das relações de capital e propriedade da terra. São esses os sinais dos tempos e que não se deixam encobrir por mantos purpúreos nem por sotainas negras. Não significam que milagres hão de ocorrer amanhã. Indicam que nas próprias classes dominantes já se insinua o pressentimento de que a atual sociedade não é um cristal sólido, mas um organismo capaz de mudar e que está em constante processo de mudança.

O segundo volume desta obra vai tratar do processo de circulação do capital (Livro Segundo) e das estruturações do processo global (Livro Terceiro); o terceiro (Livro Quarto), da história da teoria.

Todo julgamento da crítica científica será bem-vindo. Quanto aos preconceitos da assim chamada opinião pública, à qual nunca fiz concessões, tomo por divisa o lema do grande florentino:

Segui il tuo corso, e lascia dir le genti![44]

Londres, 25 de julho de 1867
Karl Marx

42 Pecado venial. (N. dos T.)

43 Livros Azuis (Blue Books). Denominação geral das publicações de materiais do Parlamento inglês e documentos diplomáticos do Ministério das Relações Exteriores. Os Livros Azuis, assim chamados devido a suas capas azuis, são publicados na Inglaterra desde o século XVII e são a fonte oficial mais importante para a história da economia e diplomacia desse país. (N. da Ed. Alemã.)

44 Segue o teu curso e deixa a gentalha falar! — Citação derivada de Dante. *A Divina Comédia*. "O Purgatório". Canto V. (N. da Ed. Alemã.)

POSFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO[45]

Antes de tudo, tenho de apresentar aos leitores da primeira edição esclarecimentos quanto às modificações feitas na segunda edição. É evidente a ordenação mais clara do livro. As notas adicionais estão sempre assinaladas como notas à segunda edição. Quanto ao próprio texto, eis o mais importante:

No capítulo I, 1, a dedução do valor por meio da análise das equações, nas quais se exprime todo valor de troca, é realizada com rigor científico maior, assim como é destacada expressamente a conexão, apenas indicada na primeira edição, entre a substância do valor e a determinação da grandeza do valor por meio do tempo de trabalho social necessário. O capítulo I, 3 (A forma do valor) está totalmente reelaborado, o que já se impunha pela exposição dupla na primeira edição. — De passagem observo que essa exposição dupla deveu-se a meu amigo, dr. L. Kugelmann de Hanover. Eu estava a visitá-lo na primavera de 1867 quando as primeiras provas chegaram de Hamburgo e ele me convenceu de que, para a maioria dos leitores, seria necessária uma discussão suplementar e mais didática da forma do valor. — A última parte do capítulo I, "O fetichismo da mercadoria etc.", está grandemente modificada. O capítulo III, 1 (Medida dos valores) foi cuidadosamente revisto porque essa parte tinha sido negligenciada na primeira edição, remetendo à discussão já feita na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Berlim, 1859. O capítulo VII, especialmente a Seção II, foi reformulado de modo significativo.

Seria inútil entrar detalhadamente nas modificações, muitas vezes apenas estilísticas, de trechos do texto. Elas se estendem por todo o livro. Apesar disso, creio que, após a revisão da tradução francesa a ser publicada em Paris, várias partes do original alemão exigiriam aqui uma reelaboração mais profunda, ali uma correção estilística maior

45 Na 4ª edição do volume I de *O Capital* (1890) foram deixados fora os quatro primeiros parágrafos deste prefácio. No presente volume, o prefácio é publicado integralmente. (N. da Ed. Alemã.)

ou até mesmo a eliminação cuidadosa de descuidos ocasionais. Para tanto faltou-me tempo, pois apenas no outono de 1871, em meio a outros trabalhos urgentes, recebi a notícia de que o livro estava esgotado e que a impressão da segunda edição já teria de ser iniciada em janeiro de 1872.

A compreensão que *O Capital* rapidamente encontrou em amplos círculos da classe operária alemã é a melhor recompensa de meu trabalho. Um homem, economicamente situado numa perspectiva burguesa, o sr. Mayer, industrialista vienense, afirmou com acerto, numa brochura publicada durante a guerra franco-alemã, que o grande senso teórico, considerado patrimônio hereditário alemão, teria desaparecido completamente das assim chamadas classes cultas da Alemanha, para ressuscitar, em compensação, na sua classe trabalhadora.

Na Alemanha, a Economia Política continuou sendo, até agora, uma ciência estrangeira. Gustav von Güllich, na *Representação Histórica dos Ofícios etc*., já discutiu em grande parte, especialmente nos dois primeiros volumes de sua obra publicados em 1830, as circunstâncias históricas que inibiam o desenvolvimento do modo de produção capitalista entre nós e, portanto, também a construção da moderna sociedade burguesa. Faltava, por conseguinte, o terreno vivo da Economia Política. Ela foi importada da Inglaterra e da França como mercadoria pronta e acabada; seus catedráticos alemães não passaram de estudantes. Em suas mãos, a expressão teórica de uma realidade estrangeira transformou-se numa coletânea de dogmas, por eles interpretada, de acordo com o mundo pequeno-burguês que os circundava, sendo portanto distorcida. Para dissimular a sensação, não completamente reprimível, de impotência científica, bem como a má consciência de ter que lecionar numa área de fato estranha, ostentava-se erudição histórico-literária ou misturava-se material estranho, emprestado às assim chamadas ciências cameralísticas, uma miscelânea de conhecimentos, purgatório pelo qual tem de passar o esperançoso[46] candidato à burocracia alemã.

Desde 1848, a produção capitalista tem crescido rapidamente na Alemanha, e já ostenta hoje seus frutos enganadores. Mas, para nossos especialistas, o destino continuou adverso. Enquanto podiam tratar de Economia Política de modo descomprometido, faltavam as relações econômicas modernas à realidade alemã. Assim que essas relações vieram à luz, isso ocorreu sob circunstâncias que não mais permitiam o seu estudo descompromissado na perspectiva burguesa. À medida que é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social, a Economia Política só pode permanecer como ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou só se manifestar em episódios isolados.

46 Na 3ª e 4ª edições: sem esperança. (N. da Ed. Alemã.)

Tomemos a Inglaterra. A sua Economia Política clássica cai no período em que a luta de classes não estava desenvolvida. O seu último grande representante, Ricardo, toma afinal conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a contradição dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra, considerando, ingenuamente, essa contradição uma lei natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia havia, porém, chegado aos seus limites intransponíveis. Ainda durante a vida de Ricardo apareceu, contra ele, a crítica na pessoa do Sismondi.[47]

Na Inglaterra, o período seguinte, de 1820 a 1830, destaca-se pela vivacidade científica no campo da Economia Política. Foi tanto o período de expansão e vulgarização da teoria de Ricardo, quanto de sua luta contra a velha escola. Celebraram-se brilhantes torneios. Do que então se fez, pouco chegou ao conhecimento do continente europeu, pois a polêmica encontra-se, em grande parte, esparsa em artigos de revistas, publicações ocasionais e panfletos. O caráter imparcial dessa polêmica — ainda que a teoria de Ricardo também já tivesse sido utilizada, excepcionalmente, como arma de ataque contra a economia burguesa — explica-se pelas circunstâncias da época. Por um lado, a grande indústria mesma apenas começava a sair da sua infância, o que se comprova pelo fato de que só com a crise de 1825 ela inaugura o ciclo periódico de sua vida moderna. Por outro lado, a luta de classes entre capital e trabalho ficou restrita a segundo plano; politicamente, por meio da contenda entre os governos e interesses feudais agrupados em torno da Santa Aliança e a massa popular conduzida pela burguesia; economicamente, por meio da disputa do capital industrial com a propriedade aristocrática da terra, que se escondia, na França, atrás da oposição entre minifúndio e latifúndio e que, na Inglaterra, irrompeu abertamente desde as leis do trigo. Nesse período, a literatura sobre Economia Política lembra, na Inglaterra, o período de tempestuoso avanço econômico ocorrido na França depois da morte do dr. Quesnay, mas apenas como nuvens ligeiras do verão tardio lembram a primavera. No ano de 1830 começou a crise que se tornou, de uma vez por todas, decisiva.

A burguesia tinha conquistado poder político na França e Inglaterra. A partir de então, a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má cons-

47 Ver minha obra *Zur Kritik* etc. p. 39.*

* Publicado em MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos.* (N. dos T.)

ciência e a má intenção da apologética. No entanto, mesmo os importunos tratadozinhos que a *Anti-Com-Law-League*,[48] chefiada pelos industrialistas Cobden e Bright, lançava aos quatro ventos, possuíam, se não um interesse científico, ao menos histórico por sua polêmica contra a aristocracia fundiária. Desde Sir Robert Peel, também este último esporão crítico foi extraído da economia vulgar pela legislação livre-cambista.

A revolução continental de 1848 também repercutiu na Inglaterra. Homens que ainda pretendiam ter algum significado científico e que queriam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes procuravam sintonizar a Economia Política do capital com as reivindicações não mais ignoráveis do proletariado. Daí surge um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill. É uma declaração de falência da economia "burguesa", que o grande erudito e crítico russo N. Tchernichveski já evidenciou magistralmente em sua obra *Delineamentos da Economia Política Segundo Mill*.

Na Alemanha, o modo de produção capitalista atingiu a maturidade depois que o seu caráter antagônico já tinha se revelado ruidosamente na França e na Inglaterra por meio de lutas históricas, enquanto o proletariado alemão já possuía uma consciência teórica de classe muito mais decidida do que a burguesia alemã. Assim que uma ciência burguesa da Economia Política pareceu tornar-se possível aqui [na Alemanha], ela havia-se tornado, portanto, novamente impossível.

Nessas circunstâncias, seus porta-vozes dividiram-se em dois grupos. Uns, astutos, ambiciosos e pragmáticos, juntaram-se sob a bandeira de Bastiat, o mais superficial e, por isso mesmo, o mais bem-sucedido representante da economia apologética vulgar; outros, ciosos da catedrática dignidade de sua ciência, seguiram J. St. Mill na tentativa de reconciliar o irreconciliável. Assim como na época clássica da economia burguesa, também na época da sua decadência os alemães permaneceram meros discípulos, repetidores e imitadores, mascates modestos do grande atacado estrangeiro.

O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia bur-

48 Liga-Anti-Lei-do-Trigo. — União livre-cambista que foi fundada em 1838 em Manchester pelos fabricantes Cobden e Bright. As assim chamadas leis do trigo, que tinham por finalidade a limitação, talvez a proibição, da importação do trigo do estrangeiro, foram introduzidas na Inglaterra, no ano de 1815, no interesse dos latifundiários, dos lordes da terra. A Liga pleiteou a exigência de total liberdade de comércio e lutava em prol da eliminação das leis do trigo com a finalidade de baixar os salários dos trabalhadores e enfraquecer as posições políticas da aristocracia fundiária. Em sua luta contra os proprietários rurais, a Liga procurava explorar as massas operárias. Mas exatamente nessa época os trabalhadores mais progressistas da Inglaterra aceitaram o caminho de um movimento operário politicamente autônomo (cartismo). A luta entre a burguesia industrial e a aristocracia rural terminou em 1846 com a promulgação da lei sobre a eliminação das leis do trigo. Depois disso, a Liga se dissolveu. (N. da Ed. Alemã.)

guesa, mas não a sua — crítica. À medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes — o proletariado.

Os porta-vozes eruditos e não eruditos da burguesia alemã procuraram primeiro aniquilar *O Capital* por meio do silêncio, como tinham conseguido fazer com os meus escritos anteriores. Quando essa tática já não correspondia às circunstâncias da época, passaram a redigir, pretextando criticar meu livro, instruções "Para tranqüilizar a consciência burguesa", mas encontraram na imprensa operária — vejam-se, por exemplo, os artigos de Joseph Dietzgen no *Volksstaat*[49] — lutadores de maior porte, aos quais estão devendo resposta até hoje.[50]

Em Petersburgo foi publicada uma excelente tradução russa de *O Capital* na primavera de 1872. A edição de 3 mil exemplares já se encontra agora quase esgotada. Em 1871, o sr. N. Sieber, catedrático de Economia Política na Universidade de Kiev, em seu escrito *A Teoria de D. Ricardo do Valor e do Capital etc.*, já apontava a minha teoria do valor, do dinheiro e do capital como, em suas linhas básicas, continuação necessária da doutrina de Smith e de Ricardo. O que surpreende o europeu ocidental, ao ler seu valioso livro, é a manutenção conseqüente do ponto de vista puramente teórico.

O método aplicado em *O Capital* foi pouco entendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias do mesmo.

Assim, a *Revue Positiviste*[51] me acusa de que eu, por um lado, trato a Economia metafisicamente e, por outro — adivinhem! —, de que eu me limitaria à mera análise crítica do dado, em vez de prescrever

49 O artigo de J. Dietzgen "Das Kapital. Kritik der politischen Oekonomie von Karl Marx",[•] Hamburgo, 1867, foi publicado no "Demokratischen Wochenblatt"[••] nº 31, 34, 35 e 36. De 1869 até 1876, esse jornal apareceu com o título de "Der Volksstaat".[•••] (N. da Ed. Alemã.)
[•] "O Capital. Crítica da Economia Política de Karl Marx". (N. dos T.)
[••] "Seminário Democrático". (N. dos T.)
[•••] "O Estado do Povo". (N. dos T.)

50 Os embusteiros grandiloqüentes da Economia vulgar alemã censuraram o estilo e o modo de exposição do meu livro. Ninguém pode julgar mais severamente do que eu as carências literárias de *O Capital*. Ainda assim, para alegria e proveito desses senhores e de seu público, quero citar um juízo inglês e um russo. O *Saturday Review*, que é totalmente hostil às minhas idéias, disse em sua nota sobre a primeira edição alemã: o modo de exposição "confere um charme peculiar até mesmo às questões econômicas mais áridas". O *Jornal de São Petersburgo* observa, entre outras coisas, em seu número de 20 de abril de 1872: "A exposição, excetuadas algumas partes demasiadamente especializadas, distingue-se por sua geral acessibilidade, pela clareza e, apesar da altura científica do objeto, pela extraordinária vivacidade. Quanto a isso (...), não existe nem de longe qualquer semelhança do autor com a maioria dos intelectuais alemães, que (...) escrevem os seus livros numa linguagem tão obscura e árida que faz estourar a cabeça dos mortais comuns". Aos leitores da literatura catedrática teuto-nacional-liberal contemporânea estoura, porém, algo completamente diverso da cabeça.

51 *La Philosophie Positive. Revue.* Revista que apareceu em Paris de 1867 até 1883. No número 3 de novembro/dezembro de 1868, ela publicou uma curta resenha sobre o volume I de *O Capital*, da pena de De Reborty, um discípulo do filósofo positivista Auguste Comte. (N. da Ed. Alemã.)

receitas (comteanas?) para a cozinha do futuro. Contra a acusação de metafísica, o prof. Sieber observa:

> "No que tange à teoria propriamente dita, o método de Marx é o método dedutivo de toda a escola Inglesa, cujos defeitos e virtudes são comuns aos melhores economistas teóricos".[52]

O sr. M. Block descobre em "Les Théoriciens du Socialisme en Allemagne. Extrait du *Journal des Économistes*, juillet et aout 1872",[53] que o meu método é analítico e, entre outras coisas, afirma que:

> "Par cet ouvrage M. Marx se classe parmi les esprits analytiques les plus éminentes".[54]

Os resenhistas alemães gritam, obviamente, contra a sofística hegeliana. O *Correio Europeu*, de Petersburgo, num artigo que examina exclusivamente o método de *O Capital* (número de maio de 1872, p. 427-436), considera o meu método de pesquisa rigorosamente realista, mas o meu método de exposição desgraçadamente teuto-dialético. Ele afirma:

> "À primeira vista, se julgado pela forma externa de exposição, Marx é o maior filósofo idealista, no sentido germânico, ou seja, no mau sentido da palavra. De fato ele é, porém, infinitamente mais realista do que os seus predecessores na tarefa da crítica econômica. (...) Não se pode, de modo algum, chamá-lo de idealista".

A melhor resposta que possa dar ao autor é mediante alguns extratos de sua própria crítica, cuja transcrição poderá interessar a muitos dos meus leitores, para os quais o original russo não seja acessível. Depois de uma citação de meu prefácio da "Contribuição à Crítica da Economia Política" (Berlim, 1859, p. IV-VII), onde eu expus a fundamentação materialista do meu método, continua o senhor autor:

> "Para Marx, só importa uma coisa: descobrir a lei dos fenômenos de cuja investigação ele se ocupa. E para ele é importante não só a lei que os rege, à medida que eles têm forma definida e estão numa relação que pode ser observada em determinado período de tempo. Para ele, o mais importante é a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Uma vez descoberta essa lei, ele examina detalhadamente as conseqüências por meio das quais ela se manifesta na vida social. (...)

52 ENGELS. *Teoria do Valor e do Capital de David Ricardo em Relação com Posteriores Complementos e Esclarecimentos*. Kiev, 1871, p. 170. (N. da Ed. Alemã.)

53 "Os Teóricos do Socialismo na Alemanha. Extrato do *Jornal dos Economistas*, julho e agosto de 1872."(N. dos T.)

54 Com esta obra, o sr. Marx se classifica entre os espíritos analíticos mais eminentes. (N. dos T.)

Por isso, Marx só se preocupa com uma coisa: provar, mediante escrupulosa pesquisa científica, a necessidade de determinados ordenamentos das relações sociais e, tanto quanto possível, constatar de modo irrepreensível os fatos que lhe servem de pontos de partida e de apoio. Para isso, é inteiramente suficiente que ele prove, com a necessidade da ordem atual, ao mesmo tempo a necessidade de outra ordem, na qual a primeira inevitavelmente tem que se transformar, quer os homens acreditem nisso, quer não, quer eles estejam conscientes disso, quer não. Marx considera o movimento social um processo histórico-natural, dirigido por leis que não apenas são independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas, pelo contrário, muito mais lhes determinam a vontade, a consciência e as intenções. (...) Se o elemento consciente desempenha papel tão subordinado na história da cultura, é claro que a crítica que tenha a própria cultura por objeto não pode, menos ainda do que qualquer outra coisa, ter por fundamento qualquer forma ou qualquer resultado da consciência. Isso quer dizer que o que lhe pode servir de ponto de partida não é a idéia, mas apenas o fenômeno externo. A crítica vai limitar-se a comparar e confrontar um fato não com a idéia, mas com o outro fato. Para ela, o que importa é que ambos os fatos sejam examinados com o máximo de fidelidade e que constituam, uns em relação aos outros, momentos diversos de desenvolvimento; mas, acima de tudo, importa que sejam estudadas de modo não menos exato a série de ordenações, a seqüência e a conexão em que os estágios de desenvolvimento aparecem. Mas, dir-se-á, as leis gerais da vida econômica são sempre as mesmas, sejam elas aplicadas no presente ou no passado. (...) É exatamente isso o que Marx nega. Segundo ele, essas leis abstratas não existem. (...) Segundo sua opinião, pelo contrário, cada período histórico possui suas próprias leis. Assim que a vida já esgotou determinado período de desenvolvimento, tendo passado de determinado estágio a outro, começa a ser dirigida por outras leis. Numa palavra, a vida econômica oferece-nos um fenômeno análogo ao da história da evolução em outros territórios da Biologia. (...) Os antigos economistas confundiram a natureza das leis econômicas quando as compararam às leis da Física e da Química. (...) Uma análise mais profunda dos fenômenos demonstrou que organismos sociais se distinguem entre si tão fundamentalmente quanto organismos vegetais e animais. (...) Sim, um mesmo fenômeno rege-se por leis totalmente diversas em conseqüência da estrutura diversa desses organismos, da modificação em alguns de seus órgãos, das condições diversas em que funcionam etc. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todos os tempos e em todos os lugares. Ele assegura, pelo

> contrário, que cada estágio de desenvolvimento tem uma lei demográfica própria. (...) Com o desenvolvimento diferenciado da força produtiva, modificam-se as circunstâncias e as leis que as regem. Marx, ao se colocar a meta de pesquisar e esclarecer, a partir desta perspectiva, a ordenação econômica do capitalismo, apenas formula, com todo rigor científico, a meta que deve ter qualquer investigação exata da vida econômica. (...) O valor científico de tal pesquisa reside no esclarecimento das leis específicas que regulam nascimento, existência, desenvolvimento e morte de dado organismo social e a sua substituição por outro, superior. E o livro de Marx tem, de fato, tal mérito".

Ao descrever de modo tão acertado e, tanto quanto entra em consideração a minha aplicação pessoal do mesmo, de modo tão benévolo aquilo que o autor chama de "meu verdadeiro método", o que descreveu ele senão o método dialético?

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Há quase trinta anos, numa época em que ela ainda estava na moda, critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana. Quando eu elaborava o primeiro volume de *O Capital*, epígonos[55] aborrecidos, arrogantes e medíocres, que agora pontificam na Alemanha culta, se permitiam tratar Hegel como o bravo Moses Mendelssohn tratou Espinosa na época de Lessing, ou seja, como um "cachorro morto". Por isso, confessei-me abertamente discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre o valor, até andei namorando aqui e acolá os seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.

55 Marx refere-se aí aos filósofos burgueses alemães Büchner, Lange, Dühring, Fechner e outros. (N. da Ed. Alemã.)

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparição inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária.

O movimento, repleno de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivéns do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante — a crise geral. Esta se aproxima novamente, embora ainda se encontre nos estágios preliminares, e, tanto pela sua presença por toda parte quanto pela intensidade de seus efeitos, há de enfiar a dialética até mesmo na cabeça dos parasitas afortunadas do novo Sacro Império Teuto-Prussiano.

Londres, 24 de janeiro de 1873

Karl Marx

PREFÁCIO DA EDIÇÃO FRANCESA

Londres, 18 de março de 1872

Ao cidadão Maurice La Châtre
Caro Cidadão!

Aplaudo a sua idéia de publicar a tradução de *O Capital* em fascículos. Dessa forma, a obra será mais acessível à classe operária e, para mim, isso é mais importante do que todo o resto.

Esse é o lado bom, mas é preciso considerar o reverso da medalha: o método que utilizei e que ainda não havia sido aplicado aos assuntos econômicos torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos, e é de se temer que o público francês, sempre impaciente em chegar às conclusões e ávido em conhecer a conexão entre os fundamentos gerais e as questões imediatas que o apaixonam, venha a desanimar em prosseguir a leitura porque tudo não se encontra logo no começo.

Essa é uma desvantagem contra a qual nada posso fazer, exceto prevenir e acautelar os leitores sequiosos da verdade. Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos.

Karl Marx

POSFÁCIO DA EDIÇÃO FRANCESA

Ao leitor

O sr. J. Roy se propôs fazer uma tradução tão exata e até mesmo literal quanto possível; ele cumpriu com extrema exatidão a sua tarefa. Mas essa extrema exatidão me obrigou a modificar a redação para torná-la mais acessível ao leitor. Esses remanejamentos, feitos no dia-a-dia, pois o livro foi editado em fascículos, foram executados com cuidado desigual e tinham de originar discrepâncias de estilo.

Uma vez empreendido esse trabalho de revisão, fui levado a aplicá-lo também ao texto original subjacente (a segunda edição alemã), simplificando algumas assertivas, completando outras, acrescentando material histórico ou estatístico, incorporando observações críticas etc. Sejam quais forem as imperfeições literárias dessa edição francesa, ela possui valor científico independente do original e deve ser consultada mesmo pelos leitores familiarizados com a língua alemã.

Reproduzo, mais adiante, as passagens do posfácio da segunda edição alemã relativas ao desenvolvimento da Economia Política na Alemanha e ao método empregado nesta obra.

Londres, 28 de abril de 1875

Karl Marx

PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO ALEMÃ

Não foi possível ao próprio Marx aprontar, para ser impressa, esta terceira edição. O poderoso pensador, ante cuja grandeza até os adversários agora se curvam, faleceu no dia 14 de março de 1883.

Sobre mim que perdi, com ele, o melhor e por quatro décadas o mais constante dos amigos, o amigo a quem devo mais do que palavras permitem dizer, sobre mim recai agora a obrigação de providenciar esta terceira edição, bem como preparar o segundo volume, deixado em manuscrito. Ao leitor tenho de prestar aqui contas de como desempenhei a primeira parte dessa obrigação.

De início, Marx pretendia reelaborar grandemente o texto do volume I, formulando de modo mais preciso certos pontos teóricos, acrescentando novos e complementando, até o presente, o material histórico e estatístico. Seu mau estado de saúde e o desejo de chegar à redação final do volume II obrigaram-no a renunciar a isso. Só o mais necessário devia ser modificado, só deviam ser inseridos os acréscimos contidos na edição francesa (*Le Capital. Par Karl Marx.* Paris, Lachâtre, 1873)[56] e publicada nesse ínterim.

No espólio foi encontrado também um exemplar em alemão que havia sido corrigido por ele em alguns trechos e que tinha referências remissivas à edição francesa; encontrou-se também um exemplar em francês, no qual ele havia indicado com precisão as passagens a serem utilizadas. Essas modificações e esses acréscimos limitam-se, com raras exceções, à última parte do livro, intitulada "O Processo de Acumulação do Capital". Aqui, o texto publicado até agora seguia mais a redação original, enquanto os capítulos anteriores tinham sido muito mais reelaborados. O estilo era, portanto, mais vivo, mais de uma só fornada, mas também mais descuidado, recheado de anglicismos e pouco claro em alguns trechos;

56 A edição francesa do volume I de *O Capital* apareceu em cadernos seriados de 1872 até 1875. (N. da Ed. Alemã.)

o transcurso da exposição apresentava lacunas aqui e ali, enquanto alguns momentos importantes tinham sido apenas esboçados.

Quanto ao estilo, Marx havia revisto cuidadosamente vários subcapítulos, dando-me com isso, bem como por freqüentes indicações orais, a medida para eu saber até onde ir na eliminação de termos técnicos ingleses e de outros anglicismos. Marx teria, em todo caso, reelaborado os acréscimos e as complementações, substituindo, além disso, o francês fluente pelo seu próprio alemão conciso; eu tive de me limitar a transpô-los com o máximo de integração ao texto original.

Nenhuma palavra foi, portanto, modificada nesta terceira edição sem que eu não tivesse certeza de que o próprio autor a modificaria. Não me passa pela cabeça introduzir em *O Capital* o jargão corrente em que os economistas alemães costumam expressar-se, forma tão confusa que, por exemplo, aquele que, mediante pagamento em dinheiro, faz com que outros lhe dêem trabalho é chamado de "Arbeit*geber*",[57] enquanto aquele de quem o trabalho é extraído mediante salário é chamado de "Arbeit*nehmer*".[58] Também em francês *travail* é usado, na linguagem corrente, no sentido de "ocupação". Mas os franceses, com razão, considerariam louco o economista que quisesse chamar o capitalista de *donneur de travail* e o trabalhador de *receveur de travail*.

Tampouco eu me permiti reduzir o dinheiro, os pesos e as medidas ingleses usados ao longo de todo o texto a seus equivalentes alemães atuais. Quando surgiu a primeira edição, havia na Alemanha tantos tipos de peso e medida quantos dias no ano; além disso, havia duas espécies de marco (naqueles tempos o *Reichs-mark*[59] só tinha validade na cabeça de Soetbeers, que o inventou no final dos anos 30), duas espécies de florim e ao menos três de táler, das quais uma cuja unidade era o "novo dois terços".[60] Nas ciências naturais dominava o sistema métrico; no mercado mundial, os pesos e medidas ingleses. Nessas circunstâncias, as unidades inglesas de medida impunham-se naturalmente a um livro que tinha de basear-se em dados factuais oriundos quase exclusivamente de condições industriais inglesas. E esse último motivo continua válido ainda hoje, tanto mais que quase não houve maiores modificações no mercado mundial quanto a isso, e notadamente nas indústrias mais significativas — ferro e algodão — predominam até hoje quase exclusivamente pesos e medidas ingleses.

Por fim, ainda uma palavra sobre o pouco compreendido modo de Marx fazer citações. Quando se trata de informações e descrições apenas factuais, as citações, como, por exemplo, as dos Livros Azuis

57 *Dador* de trabalho. (N. dos T.)
58 *Tomador* de trabalho. (N. dos T.)
59 Marco alemão. (N. dos T.)
60 Moeda de prata no valor de 2/3 de táler, que circulou do final do século XVII até metade do século XIX em diferentes territórios alemães. (N. da Ed. Alemã.)

ingleses, servem evidentemente como simples elementos de comprovação. É diferente, porém, quando são citadas teorias de outros economistas. Nesse caso, a citação visa apenas constatar onde, quando e por quem foi claramente expresso pela primeira vez um pensamento econômico mencionado no decorrer do desenvolvimento do texto. Importa aí apenas que a concepção econômica em questão tenha significado para a história da ciência, que ela seja a expressão teórica mais ou menos adequada da situação econômica de sua época. Mas não interessa, de modo algum, saber se essa proposição tem valor absoluto ou relativo para a perspectiva do autor ou se ela já tinha sido ultrapassada pela História. Essas citações constituem, por conseguinte, apenas comentários ao longo do texto emprestados da história da ciência econômica e patenteiam cada um dos avanços mais importantes da teoria econômica de acordo com a data e o autor. E isso era muito necessário numa ciência cujos historiadores têm-se destacado até agora apenas pela ignorância tendenciosa e quase orgulhosa. Tornar-se-á então também compreensível por que Marx, de acordo com o posfácio da segunda edição, só muito excepcionalmente tenha chegado a citar economistas alemães.

Espero que o segundo volume possa vir a ser publicado no transcorrer do ano de 1884.

Londres, 7 de novembro de 1883

Friedrich Engels

PREFÁCIO DA EDIÇÃO INGLESA

A publicação de uma edição inglesa de *O Capital* não precisa ser justificada. Pelo contrário, pode-se esperar uma explicação do porquê foi retardada até agora esta edição inglesa, quando há vários anos as teorias deste livro têm sido constantemente citadas, atacadas e defendidas, explicadas e distorcidas, tanto na imprensa periódica e cotidiana da Inglaterra quanto da América.

Quando, pouco após a morte do autor em 1883, se tornou claro que se tornava realmente necessária uma edição inglesa da obra, o sr. Samuel Moore, velho amigo de Marx e do autor destas linhas, pessoa talvez a mais familiarizada com o livro do que qualquer outra, prontificou-se a fazer a tradução que os testamenteiros literários de Marx instavam que fosse publicada. Ficou acertado que eu deveria comparar o manuscrito com o original e propor as modificações que me parecessem aconselháveis. Quando pouco a pouco se mostrou que as ocupações profissionais impediam o sr. Moore de concluir a tradução tão rapidamente quanto todos nós desejávamos, aceitamos com alegria a oferta do dr. Aveling de incumbir-se de parte do trabalho. Ao mesmo tempo, a sra. Aveling, a filha mais jovem de Marx, ofereceu-se para conferir as citações e recuperar o texto original das numerosas passagens de autores ingleses e dos Livros Azuis traduzidas por Marx para o alemão.

Foram traduzidas pelo dr. Aveling as seguintes partes do livro: 1) os capítulos X ("A Jornada de Trabalho") e XI ("Taxa e Massa de Mais-valia"); 2) a Seção VI ("O Salário"), compreendendo os capítulos XIX a XXII; 3) do capítulo XXIV, Seção IV ("Circunstâncias que" etc.) até o final do livro, abrangendo a última parte do capítulo XXIV, capítulo XXV e toda a Seção VIII (os capítulos XXVI até XXXIII); 4) os dois prefácios do autor. Todo o resto do livro foi traduzido pelo sr. Moore.[61] Enquanto cada tradutor é responsável apenas por sua parte, cabe-me responsabilidade geral pelo todo.

61 A numeração dos capítulos da edição inglesa do volume I de *O Capital* não coincide com a numeração das edições alemãs. (N. da E. Alemã.)

A terceira edição alemã, na qual se baseou inteiramente o nosso trabalho, foi preparada por mim em 1883, levando em consideração as notas deixadas pelo autor, que indicam as passagens da segunda edição que deveriam ser substituídas por passagens correspondentes do texto francês publicado em 1873.[62] As modificações assim introduzidas no texto da segunda edição coincidiam, geralmente, com as alterações que Marx recomendara numa série de instruções do próprio punho para uma versão para o inglês que havia sido planejada nos Estados Unidos há dez anos, mas da qual se desistiu principalmente por falta de um tradutor capaz e adequado. Esse manuscrito foi colocado à nossa disposição por nosso velho amigo, o sr. F. A. Sorge, de Hoboken, New Jersey. Continha ainda a indicação de inserir alguns outros trechos da edição francesa; mas, como ele era vários anos mais antigo do que as últimas instruções para a terceira edição, não me considerei autorizado a fazer uso delas a não ser em casos excepcionais e especialmente quando nos ajudavam a superar dificuldades. Igualmente o texto francês foi usado, na maioria das passagens difíceis, para indicar o que o próprio autor estava preparado para sacrificar, sempre que algo do sentido integral do original tivesse que ser sacrificado na tradução.

Uma dificuldade persiste, no entanto, e dela não podemos poupar o leitor: o emprego de certas expressões em sentido diferente não só do uso na linguagem cotidiana, mas também na Economia Política usual. Isso era, porém, inevitável. Cada concepção nova de uma ciência implica uma revolução nos termos técnicos dessa ciência. Isso se evidencia melhor na Química, cuja terminologia toda está sendo radicalmente alterada a cada vinte anos mais ou menos e na qual dificilmente se pode encontrar um composto orgânico que não tenha tido toda uma série de nomes diferentes. A Economia Política geralmente tem-se contentado em tomar, tal como se encontram, as expressões da vida comercial e industrial e operar com elas sem se dar em absoluto conta de que ela, com isso, se restringe ao círculo estreito das idéias que essas palavras exprimem. Assim, a própria Economia Política clássica — embora tivesse consciência plena de que tanto o lucro quanto a renda são apenas subdivisões, parcelas daquela parte não paga do produto que o trabalhador tem de fornecer ao patrão (o primeiro que dela se apropria, ainda que não seja seu último nem único dono) — jamais ultrapassou os conceitos usuais de lucro e renda, jamais examinou em seu conjunto, como um todo, essa parte não paga do produto (que Marx chamou de mais-valia) e, por isso, ela jamais atingiu uma compreensão clara, seja de sua origem e de sua natureza, seja também das leis que regulam a posterior repartição do seu valor. De modo

62 *Le Capital. Par Karl Marx*. Tradução de M. J. Roy, totalmente revista pelo autor, Paris, Lachâtre. Essa tradução contém, especialmente na última parte do livro, consideráveis mudanças e complementações em relação ao texto da 2ª edição alemã.

semelhante, toda a indústria, excetuando-se a agricultura e o artesanato, é subsumida, sem nenhuma diferenciação, no termo "manufatura" e, com isso, apaga-se a diferença entre dois períodos importantes e essencialmente diversos: o período da manufatura propriamente dita, baseado na divisão do trabalho manual, e o período da indústria moderna, baseado na maquinaria. É no entanto evidente que uma teoria que considera a moderna produção capitalista mera etapa de evolução da história econômica da humanidade tenha de empregar outras expressões do que aqueles autores que encaram essa forma de produção como imperecível e definitiva.

Talvez não seja inoportuna uma palavra quanto ao método de citar empregado pelo autor. Na maioria dos casos, as citações servem, como é usual, para documentar asserções feitas no texto. Mas, em muitos casos, são transcritas passagens de economistas para mostrar quando, onde e por quem determinado ponto de vista foi pela primeira vez claramente expresso. Isso ocorre nos casos em que a opinião transcrita é importante como expressão mais ou menos adequada das condições sociais de produção e de troca dominantes em determinada época, independentemente do fato de Marx a aceitar ou se ela tinha validade geral. Essas citações enriquecem, portanto, o texto com um comentário corrente extraído da história da ciência.

A nossa tradução compreende apenas o Livro Primeiro da obra. Mas esse livro é em grande medida um todo em si mesmo e, por vinte anos, passou por obra autônoma. O Livro Segundo, que editei em alemão em 1885, fica decididamente incompleto sem o Livro Terceiro, que não poderá ser publicado antes do final de 1887. Quando sair à luz, no original alemão, o Livro Terceiro, haverá bastante tempo para pensar em preparar uma edição inglesa de ambos.

O Capital, no continente europeu, é chamado freqüentemente de "Bíblia da classe operária". Que as conclusões sustentadas nesta obra se tornam cada dia mais os princípios fundamentais do grande movimento da classe operária, não só na Alemanha e na Suíça, mas também na França, na Holanda e na Bélgica, na América e até mesmo na Itália e na Espanha; que, por toda parte, a classe operária reconheça cada vez mais nessas conclusões a expressão mais adequada da sua situação e dos seus anseios, isso ninguém que esteja a par desse movimento há de negar. E, neste instante, também na Inglaterra as teorias de Marx exercem influência poderosa sobre o movimento socialista, que se expande nas fileiras das "pessoas cultas" não menos que nas fileiras da classe operária. Mas isso não é tudo. Depressa se aproxima o tempo em que há de se impor uma investigação profunda da situação econômica da Inglaterra como uma irresistível necessidade nacional. A marcha do sistema industrial da Inglaterra, que é impossível sem uma expansão rápida e permanente da produção e, portanto, dos mercados, está emperrada. O livre-cambismo esgotou seus recursos; até

mesmo Manchester perdeu a fé nesse seu antigo evangelho econômico.[63] A indústria estrangeira, que se desenvolve rapidamente, desafia a produção inglesa por toda parte, não só em mercados defendidos por tarifas aduaneiras, mas também em mercados neutros, até mesmo deste lado do canal. Enquanto a força produtiva cresce em progressão geométrica, a expansão dos mercados cresce, na melhor das hipóteses, em progressão aritmética. O ciclo decenal de estagnação, prosperidade, superprodução e crise, que se repetiu sempre de 1825 a 1867, parece ter-se esgotado; mas só para deixar-nos aterrissar no lodaçal desesperador de uma depressão crônica e duradoura. O almejado período de prosperidade reluta em voltar; toda vez que acreditamos divisar os sintomas que a anunciam, eles desaparecem novamente no ar. Entrementes, cada novo inverno recoloca a questão: "O que fazer com os desempregados?" Mas enquanto se avoluma, a cada ano, o número de desempregados, não há ninguém para responder a essa pergunta; e quase podemos calcular o momento em que os desempregados vão perder a paciência e tomar o seu destino em suas próprias mãos. Em tal momento, deveria certamente ser ouvida a voz de um homem cuja teoria é, toda ela, o resultado de uma vida inteira de estudos da história e da situação econômica da Inglaterra, levando-o à conclusão de que, ao menos na Europa, a Inglaterra é o único país onde a inevitável revolução social poderia realizar-se inteiramente por meios pacíficos e legais. Certamente ele nunca se esqueceu de acrescentar que não esperava que as classes dominantes da Inglaterra se submetessem a essa revolução pacífica e legal sem tentar uma *proslavery rebellion*.[64]

5 de novembro de 1886

Friedrich Engels

63 Na reunião trimestral da Câmara de Comércio de Manchester, efetuada hoje à tarde, ocorreu um animado debate sobre a questão do livre-cambismo. Foi apresentada uma resolução declarando que "por quarenta anos se tinha esperado em vão que outras nações seguissem o exemplo inglês do livre-cambismo e que a Câmara considera ter chegado a hora de mudar esse ponto de vista". A resolução foi rejeitada por uma maioria de apenas um voto, havendo 21 a favor e 22 contra. (*Evening Standard*, 1º de novembro de 1886.)

64 Rebelião em prol da escravatura. Levante que os donos de escravos do sul dos Estados Unidos desencadearam e que levou à Guerra Civil de 1861/65. (N. da Ed. Alemã.)

PREFÁCIO DA QUARTA EDIÇÃO ALEMÃ

A quarta edição me obrigou a estabelecer uma versão tão definitiva quanto possível do texto e das notas. Sobre como procurei fazê-lo, algumas palavras:

Depois de confrontar mais uma vez a edição francesa e as notas manuscritas de Marx, tomei daquela alguns acréscimos para o texto alemão. Encontram-se à p. 80 (na terceira edição, p. 88), p. 458 a 460 (terceira edição, p. 509-510), p. 547-551 (terceira, p. 600), 591 a 593 (terceira, p. 644) e p. 596 (terceira, p. 648) na nota 79. De conformidade com as edições francesa e inglesa, incorporei ao texto (quarta edição, p. 461 a 467)[65] a longa nota sobre os trabalhadores das minas (terceira edição, p. 509 a 515). As outras pequenas modificações são de natureza puramente técnica.

Acrescentei ainda algumas notas explicativas, principalmente onde a mudança das circunstâncias históricas parecia exigi-lo. Todas essas notas adicionais estão colocadas entre colchetes e assinaladas com minhas iniciais ou com D. H.

Uma revisão completa das numerosas citações tornou-se necessária devido à edição inglesa surgida nesse ínterim. Para essa edição, a filha mais jovem de Marx, Eleanor, deu-se ao trabalho de comparar com os originais todas as passagens citadas, de modo que o próprio texto das citações de fontes inglesas, as mais numerosas, não aparecesse numa retradução do alemão, mas com o texto inglês original. Esse texto estava, portanto, a meu dispor para a quarta edição. Assim foram descobertas diversas pequenas imprecisões. Indicações erradas de páginas, em parte cometidas ao copiar dos cadernos, em parte devidas a erros de impressão acumulados ao longo de três edições. Aspas ou reticências mal colocadas, como é inevitável num volume tão grande de citações tiradas de cadernos de notas, aqui e ali a tradução menos

65 Ver v. I, t. II. (N. do E.)

feliz de uma palavra. Certas citações tiradas dos velhos cadernos de Paris, de 1843 a 1845, quando Marx não sabia inglês e lia os economistas ingleses em traduções para o francês, casos em que a dupla tradução acarretava leve mudança de colorido, por exemplo, com Steuart, Ure e outros — quando então o texto inglês tinha de ser usado. E todos os casos semelhantes de pequenos lapsos e inexatidões. Quando agora se compara a quarta edição com as anteriores, pode-se ver que todo esse trabalhoso processo de correção nada modificou no livro que mereça menção. Apenas uma única citação não pôde ser encontrada, a extraída de Richard Jones (quarta edição, p. 562, nota 47);[66] Marx provavelmente se enganou ao transcrever o título do livro. Todas as demais conservam todo o seu poder comprobatório ou o reforçam na atual forma exata.

Aqui sou forçado, porém, a voltar a uma velha história.

Só conheço um caso em que a correção de uma citação de Marx foi posta em dúvida. Como continuou, porém, a circular mesmo depois da morte de Marx, não posso deixar de aventá-lo aqui.[67]

Em 7 de março de 1872, apareceu no *Concórdia* de Berlim, órgão da União dos Fabricantes Alemães, um artigo anônimo: "Como Karl Marx cita". Nele se afirma, com um gasto enorme de indignação moral e de expressões nada parlamentares, que teria sido falsificada (na saudação inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, de 1864,[68] e repetida em *O Capital* I, p. 617, quarta edição e p. 670-671 da terceira edição)[69] a citação extraída do discurso pronunciado a 16 de abril de 1863 por Gladstone sobre o orçamento. Nenhuma palavra da frase "este aumento embriagador de riqueza e poder (...) está totalmente limitado às classes possuidoras" constaria no relatório estenográfico (quase-oficial) de Hansard.

> "Essa frase não consta em parte alguma do discurso de Gladstone. Exatamente o contrário é que é dito." (Com negrito) **"Formal e materialmente, Marx mentiu acrescentando essa frase."**

Marx, a quem esse número do *Concórdia* foi enviado no mês de maio seguinte, respondeu ao Anônimo no *Volksstaat* de 1º de junho. Como não se lembrava mais que relato jornalístico havia citado, limitou-se, primeiro, a comprovar a mesma citação em duas publicações inglesas e citar, em seguida, o relato do *Times*, segundo o qual Gladstone afirma:

66 Ver t. II. (N. do E.)

67 Engels ocupou-se com o desmascaramento de reiterados ataques difamatórios por parte de representantes da burguesia, no sentido de que Marx teria falsificado uma citação de um discurso de Gladstone de 16 de abril de 1863, num trabalho especial: "Quando à questão de Brentano contra Marx por causa de pretensa falsificação de citação". Esse trabalho apareceu em Hamburgo, em 1891. Ver v. 22 da edição *MEW*. (N. da Ed. Alemã.)

68 Ver v. 16 da edição *MEW*, p. 3-13. (N. do E.)

69 Ver t. II. (N. do E.)

> "That is the state of the case as regards the wealth of this country. I must say for one, I should look almost with apprehension and with pain upon this intoxicating augmentation of wealth and power, if it were my belief that it was confined to classes who are in easy circunstances. This takes no cognizance at all of the condition of the labouring population. The augmentation I have described and which is founded, I think, upon accurate returns, is an augmentation entirely confined to classes of property".[70]

Gladstone afirma aqui, por conseguinte, que lastimaria se assim fosse, mas que *é* assim: que esse aumento embriagador de riqueza e poder *está* totalmente limitado às classes possuidoras. E quanto ao quase-oficial Hansard, Marx acrescenta:

> "Aqui, Mr. Gladstone, em edição posteriormente ajeitada, foi bastante esperto para fazer sumir a passagem que seria comprometedora na boca de um Chanceler do Tesouro inglês. Esse é, aliás, um consagrado costume parlamentar britânico e, de modo algum, uma invenção do pequeno Lasker contra Bebel".[71]

O Anônimo se irrita cada vez mais. Desprezando as fontes de segunda mão em sua resposta no *Concórdia* de 4 de julho, sugere envergonhadamente que é "costume" citar discursos parlamentares segundo o registro estenográfico; mas também o relato do *Times* (no qual está a frase "mentirosamente acrescentada") e o de Hansard (no qual ela não está) "coincidem inteiramente no plano material", e mesmo o relato do *Times* conteria "diretamente o oposto daquela famigerada passagem do discurso inaugural", com o que o homem cuidadosamente silencia que, ao lado desse pretenso "oposto", ele contém expressamente "aquela famigerada passagem". Apesar de tudo isso, o Anônimo sente que está encalhado e que só um novo subterfúgio pode salvá-lo. Portanto, enquanto ele criva seu artigo "atrevidamente mentiroso", como foi mostrado há pouco, de edificantes xingamentos como "*Mala fides*",[72]

70 Essa é a situação do caso no que concerne à riqueza deste país. Devo dizer por mim que eu veria com apreensão e com dor esse embriagador acúmulo de riqueza e poder se eu acreditasse estar ele confinado às classes abastadas. Isso não toma absolutamente conhecimento das condições da população trabalhadora. O aumento que acabo de descrever e que se fundamenta, creio, em informes exatos, é um aumento inteiramente confinado às classes proprietárias. (N. dos T.)

71 Na sessão parlamentar de 8 de novembro de 1871, o deputado liberal nacionalista Lasker declarou, numa polêmica contra Bebel, que se os trabalhadores alemães pusessem na cabeça imitar o exemplo dos integrantes da Comuna de Paris, o honesto proprietário burguês iria "matá-lo a porretaço". O orador não se decidiu, porém, a publicar essas formulações e já no registro estenográfico constavam, em vez de "matá-lo a porretaço", as palavras "subjugá-los com poder próprio". Bebel descobriu essa falsificação. Lasker tornou-se objeto de escárnio entre os operários. Por causa de sua estatura diminuta, deu-se-lhe o apelido de "pequeno Lasker". (N. da Ed. Alemã.)

72 Má fé. (N. dos T.)

"desonestidade", "assertiva mentirosa", "aquela citação mentirosa", "mentira deslavada", "uma citação completamente forjada", "esta falsificação", "simplesmente infame" etc., considera necessário deslocar a questão para outro terreno e promete, portanto, "explicar num próximo artigo o sentido que nós (o não-"mentiroso" Anônimo) damos ao conteúdo das palavras de Gladstone". Como se essa sua opinião sem autoridade tivesse o mínimo a ver com a coisa! Esse segundo artigo está no *Concórdia* de 11 de julho.

Marx respondeu mais uma vez no *Volksstaat* de 7 de agosto, trazendo os relatos do *Morning Star* e do *Morning Advertiser* [73] de 17 de abril de 1863. De acordo com ambos, Gladstone diz que veria com preocupação etc. esse aumento embriagador de riqueza e poder se o acreditasse limitado às classes realmente abastadas (*classes in easy circunstances*). Mas que esse aumento *estaria* realmente limitado a classes possuidoras de propriedades (*entirely confined to classes possessed of property*). Portanto, também esses relatos reproduzem de modo literal a frase considerada "mentirosamente acrescentada". Além disso, confrontando os textos do *Times* e de Hansard, Marx novamente constatou que nos relatos de três jornais, independentes entre si, publicados na manhã seguinte, estava a mesma frase como tendo sido realmente dita, faltando ela no texto de Hansard porque revisto segundo o notório "costume", ou seja, Gladstone "escamoteou-a posteriormente", segundo as palavras de Marx, que, para concluir, declarava não ter mais tempo para perder com o Anônimo. Este parecia também estar saturado; ao menos não foram enviados a Marx números posteriores do *Concórdia*.

Com isso, a coisa parecia estar morta e enterrada. Desde então chegaram-nos, no entanto, uma ou duas vezes, por meio de pessoas que tinham relações com a Universidade de Cambridge, rumores quanto a um inominável crime literário que Marx teria cometido em *O Capital*; mas, apesar de todas as nossas investigações, nada se conseguiu apurar de concreto. De repente, em 26 de novembro de 1883, oito meses depois da morte de Marx, apareceu no *Times* uma carta, oriunda do Trinity College, Cambridge, e assinada por Sedley Taylor, na qual o homenzinho, que mexe com o tipo mais inofensivo de cooperativismo, de súbito, inoportunamente, lançou-nos luz afinal não só sobre a boataria de Cambridge, como também sobre o Anônimo do *Concórdia*:

> "O que parece extraordinário ao extremo", diz o homenzinho do Trinity College, "é ter sido reservado ao *prof. dr. Brentano* (na ocasião, em Breslau, hoje, em Estrasburgo) (...) revelar a *Mala fides* que, evidentemente, ditou aquela citação do discurso de Gladstone na oração" (inaugural). "O sr. Karl Marx, que (...) procurou defender a citação, teve a audácia de afirmar — em

73 *Morning Star*. Estrela da Manhã. — *Morning Advertiser*. Anunciador da Manhã. (N. dos T.)

> meio aos estertores mortais a que rapidamente o lançaram os ataques magistrais de Brentano — que o sr. Gladstone teria retocado o relato do seu discurso no *Times* de 17 de abril de 1863, antes de ser publicado em Hansard, para fazer sumir uma passagem que seria um tanto comprometedora para um Chanceler do Tesouro inglês. Quando Brentano, por meio de uma comparação minuciosa dos textos, provou que os relatos do *Times* e de Hansard coincidiam em excluírem de modo absoluto o sentido que a citação ladinamente isolada imputava às palavras de Gladstone, então Marx bateu em retirada sob o pretexto de falta de tempo!"

Esse era, finalmente, o osso enterrado! E assim se refletiu, gloriosamente, na fantasia cooperativista de Cambridge, a campanha anônima do sr. Brentano no *Concórdia*! Assim se postava ele, e assim ele brandia a sua espada,[74] "num ataque conduzido magistralmente", este São Jorge da União dos Fabricantes Alemães, enquanto o dragão dos infernos, Marx, estertorava a seus pés "rapidamente em meio a agonias mortais".

No entanto, toda essa descrição épica a Ariosto só serve para encobrir os truques desse São Jorge. Aqui já não se fala de "acréscimos mentirosos", de "falsificação", mas de "citação capciosamente isolada" (*craftily isolated quotation*). Toda a questão tinha sido deslocada, e São Jorge e seu escudeiro cambridgeano sabiam muito bem por quê.

Como o *Times* recusou publicar a réplica, Eleanor Marx encaminhou-a à revista mensal *To-Day* de fevereiro de 1884, reconduzindo o debate ao único ponto de que se tratava: Marx havia ou não "acrescentado mentirosamente aquela frase"? O sr. Sedley replicou:

> "A questão de saber se determinada frase constou ou não no discurso do sr. Gladstone era", na sua opinião, "de importância muito subalterna" na disputa entre Marx e Brentano, "se comparada com a questão de saber se a citação fora feita com a intenção de reproduzir ou de deformar o sentido de Gladstone".

E, então, ele admite que o relato do *Times* "contém de fato uma contradição nas palavras"; mas, o resto do contexto explicaria, mostraria, corretamente, isto é, no sentido liberal-gladstoniano, o que o sr. Gladstone teria *desejado* dizer (*To-Day*, março de 1884). O cômico é que o nosso homenzinho de Cambridge empenha-se agora em *não* citar o discurso conforme Hansard, como seria "costumeiro", segundo o anônimo Brentano, mas conforme o relato do *Times*, designado pelo mesmo Brentano como "necessariamente malfeito". Naturalmente, já que a frase fatal *falta* no Hansard!

74 Engels faz aí uma variação em torno das palavras do fanfarrão e covarde Falstaff, que conta como ele teria, sozinho, lutado contra cinqüenta pessoas. (SHAKESPEARE. *Henrique IV*. Parte Primeira. Ato II. Cena IV.) (N. da Ed. Alemã.)

Foi fácil a Eleanor Marx, no mesmo número do *To-Day*, reduzir essa argumentação a pó. Ou o sr. Taylor tinha lido a controvérsia de 1872 e, nesse caso, tinha agora "mentido", não só "acrescentando", mas também "indo além". Ou não a tinha lido e, então, era sua obrigação calar a boca. De um modo ou de outro, ficou claro que ele não ousou, em nenhum momento, manter de pé a acusação do seu amigo Brentano de que Marx teria "acrescentado mentiras". Pelo contrário, agora Marx não teria acrescentado mentiras, mas teria deixado fora uma frase importante. Mas essa mesma frase é citada à p. 5 do Discurso Inaugural, poucas linhas antes do que teria sido "acrescentado mentirosamente". E no que se refere à "contradição" no discurso de Gladstone, quem é senão exatamente Marx quem fala, na nota 105[75] de *O Capital*, à p. 618 (terceira edição, p. 672), das "sucessivas e gritantes contradições nos discursos de Gladstone sobre os orçamentos de 1863 e 1864"! Só que Marx não se lança à maneira de Sedley Taylor a diluí-los em amabilidades liberais. E o resumo conclusivo, na resposta de E. Marx, afirma então:

> "Pelo contrário, Marx nada ocultou digno de menção nem acrescentou a mínima mentira. Mas ele reconstituiu e arrancou do esquecimento determinada frase do discurso de Gladstone que indubitavelmente foi dita, mas que, de um jeito ou de outro, encontrou o seu caminho — para fora de Hansard".

Com isso, o sr. Sedley Taylor também achou que bastava, e desse conluio de catedráticos tramado durante duas décadas e em dois grandes países resultou que não mais se ousou questionar a probidade literária de Marx, enquanto o sr. Sedley, a partir de então, há de confiar tão pouco nos boletins de guerra do sr. Brentano quanto o sr. Brentano na infalibilidade papal de Hansard.

Londres, 25 de junho de 1890

F. Engels

75 Ver t. 2. (N. do E.)

LIVRO PRIMEIRO

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL

SEÇÃO I

MERCADORIA E DINHEIRO

CAPÍTULO I

A MERCADORIA

1. Os dois fatores da mercadoria: Valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor)

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma "imensa coleção de mercadorias"[76] e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa.[77] Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico.[78] Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. A diversidade das medidas de mercadorias origina-se em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, em parte de convenção.

76 MARX, Karl. *Zur Kritik der politischen Oekonomie.* Berlim, 1859, p. 3.

77 "Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo. (...) a maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito." (BARBON, Nicholas. *A Discourse on Coining the New Money Lighter. In Answer to Mr. Locke's Considerations* etc. Londres, 1696. p. 2-3.)

78 "Coisas têm uma *intrinsick vertue*" (isto para Barbon é a específica designação para valor de uso) "que é igual em toda parte, assim como a do ímã de atrair o ferro" (*op. cit.*, p. 6). A propriedade do ímã de atrair ferro só se tornou útil depois de descobrir-se por meio dela a polaridade magnética.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.[79] Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina própria, a merceologia.[80] O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca.

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam[81] contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrensèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*.[82] Observemos a coisa mais de perto.

Determinada mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, troca-se por *x* de graxa de sapato, ou por *y* de seda, ou por *z* de ouro etc., resumindo por outras mercadorias nas mais diferentes proporções. Assim, o trigo possui múltiplos valores de troca em vez de um único. Porém, sendo *x* de graxa, assim como *y* de seda ou *z* de ouro o valor de troca de 1 *quarter* de trigo, *x* de graxa, *y* de seda, *z* de ouro etc. têm de ser valores de troca permutáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a "forma de manifestação" de um conteúdo dele distinguível.

79 "O *worth* natural de cada coisa consiste em sua aptidão para satisfazer as necessidades ou servir às comodidades da vida humana." (LOCKE, John. *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest*. 1691. In: Works. Edit. Londres, 1777. v. II, p. 28.) No século XVII encontramos ainda, com freqüência, nos escritores ingleses, *worth* para valor de uso e *value* para valor de troca, totalmente no espírito de um idioma que gosta de expressar as coisas diretas com um termo germânico, e as coisas refletidas com um termo românico.

80 Na sociedade burguesa domina a *fictio juris*, que cada pessoa, como comprador, possui um conhecimento enciclopédico das mercadorias.

81 "O valor consiste na relação de troca que se estabelece entre uma coisa e outra, entre a quantidade de um produto e a de outro." (LE TROSNE. "De l'Intérêt Social". In: *Physiocrates*. Ed. Daire, Paris, 1846. p. 889.)

82 "Nada pode ter um valor de troca intrínseco" (BARBON, N. *Op. cit.*, p. 6), ou, como diz Butler: "O valor de uma coisa é justamente tanto quanto ela renda."*

* Modificação de um citado da epopéia *Hudibras* de Samuel Butler. Parte Segunda. Canto I. (N. da Ed. Alemã.)

Tomemos ainda duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, poder-se-á, sempre, representá-la por uma equação em que dada quantidade de trigo é igualada a alguma quantidade de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = *a* quintais de ferro. Que diz essa equação? Que algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e igualmente em *a* quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que em si e para si não é nem uma nem outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira.

Um simples exemplo geométrico torna isso evidente. Para determinar e comparar as áreas de todas as figuras retilíneas tem-se que decompô-las em triângulos. O triângulo, por sua vez, reduz-se a uma expressão completamente diferente de sua figura visível — a metade do produto de sua base pela sua altura. O mesmo ocorre com os valores de troca das mercadorias: tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou um menos.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada. Ou como diz o velho Barbon:

> "Uma espécie de mercadoria é tão boa quanto a outra se o seu valor de troca for igual. Pois não existe nenhuma diferença ou distinção entre coisas de valor de troca igual".[83]

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto

83 "One sort of wares are as good as another, if the value be equal. There is no difference or distinction in things of equal value. (...) One hundred pounds worth of lead or iron, is of as great a value as one hundred pounds worth of silver and gold."* (BARBON, N. *Op. cit.*, p. 53 e 7.)

* "... 100 libras esterlinas de chumbo ou ferro têm o mesmo valor que 100 libras esterlinas de ouro ou prata." (N. dos T.)

do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis.

Na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independentemente dessa forma.

Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da "substância constituidora do valor", o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.

Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la. O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em

média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. Na Inglaterra, por exemplo, depois da introdução do tear a vapor, bastava talvez somente metade do trabalho de antes para transformar certa quantidade de fio em tecido. O tecelão manual inglês precisava para essa transformação, de fato, do mesmo tempo de trabalho que antes, porém agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior.

É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor.[84] A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie.[85] Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra.

> "Enquanto valores todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado."[86]

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. Assim, por exemplo, o mesmo *quantum* de trabalho em condições climáticas favoráveis, se representa em 8 *bushels* de trigo, em

84 Nota à 2ª edição. "The value of them (the necessaries of life) when they are exchanged the one for another, is regulated by the quantity of labour necessarily required, and commonly taken in producing them." "O valor de objetos de uso, tão logo eles são trocados entre si, é determinado pelo *quantum* de trabalho necessariamente exigido e habitualmente usado para sua produção." (*Some Thoughts on the Interest of Money in General, and Particularly in the Public Funds* etc. Londres. p. 36-37). Esse notável escrito anônimo do século passado não traz data. De seu conteúdo deduz-se, entretanto, que ele apareceu sob Jorge II, por volta de 1739 ou 1740.

85 "Todos os produtos da mesma espécie formam propriamente apenas uma massa, cujo preço é determinado de forma geral e sem consideração às situações especiais." (LE TROSNE, *Op. cit.*, p. 893.)

86 MARX, K. *Op. cit.*, p. 6.

condições climáticas desfavoráveis, em somente 4. A mesma quantidade de trabalho fornece mais metais em minas ricas do que em minas pobres etc. Diamantes aparecem muito raramente na crosta terrestre; encontrá-los custa, portanto, em média, muito tempo de trabalho. Em conseqüência representam, em pouco volume, muito trabalho. Jacob duvida que o ouro tenha alguma vez pago seu valor total.[87] Com maior razão, vale isso para o diamante. Segundo Eschwege, em 1823 a exploração de oitenta anos das minas de diamante, no Brasil, não alcançava sequer o preço do produto médio de 1,5 ano das plantações brasileiras de açúcar ou café, apesar de que ela representava muito mais trabalho e, portanto, mais valor. Com minas mais ricas o mesmo *quantum* de trabalho representar-se-ia em mais diamantes, e diminuiria o seu valor. Caso se conseguisse, com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, o valor deste poderia cair abaixo do de tijolos. Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza.[88]

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. {E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.}[89] Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso.

87 JACOB, William. *An Historical Inquiry into the Production and Consumption of the Precious Metals*. Londres, 1831. (N. da Ed. Alemã.)

88 Na 1ª edição segue: Conhecemos agora a *substância* do valor. É o *trabalho*. Conhecemos sua *medida de grandeza*. É o tempo de trabalho. Sua *forma*, que justamente cunha o *valor* ao *valor de troca*, resta ainda para analisar. Antes, porém, é necessário desenvolver mais de perto as determinações já encontradas. (N. da Ed. Alemã.)

89 Nota à 4ª edição. Eu introduzo o trecho entre chaves porque sua omissão tem freqüentemente originado o mal-entendido de considerar que, para Marx, vale como mercadoria todo produto que é consumido por outro, que não o produtor. — F. E.

Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor.

2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. Depois mostrou-se que também o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim.[90] Como esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto.

Tomemos duas mercadorias, digamos um casaco e 10 varas de linho. Que a primeira tenha o dobro do valor da última, de modo que, se 10 varas de linho = *W*, o casaco = *2W*.

O casaco é um valor de uso que satisfaz a uma necessidade específica. Para produzi-lo, precisa-se de determinada espécie de atividade produtiva. Ela é determinada por seu fim, modo de operar, objeto, meios e resultado. O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil.

Como casaco e linho são valores de uso qualitativamente diferentes, assim os trabalhos aos quais devem sua existência são também qualitativamente diferentes — o trabalho de alfaiataria e o de tecelagem. Se aquelas coisas não fossem valores de uso qualitativamente diferentes e, por isso, produtos de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, elas não poderiam, de nenhum modo, confrontar-se como mercadorias. Casaco não se troca por casaco, o mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso.

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis — uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho. Na antiga comunidade hindu o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias. Ou, um exemplo mais próximo, em cada fábrica o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não se realiza mediante a troca, pelos trabalhadores, de seus produtos individuais. Apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias.

90 *Op. cit.*, p. 12-13 *et passim*.

Viu-se, portanto: o valor de uso de cada mercadoria encerra determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Valores de uso não podem defrontar-se como mercadoria, caso eles não contenham trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho.

Para o casaco, tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. Em ambos os casos ele funciona como valor de uso. Tampouco a relação entre o casaco e o trabalho que o produz muda, em si e para si, pelo fato de a alfaiataria tornar-se uma profissão específica, um elo autônomo da divisão social do trabalho. Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se um alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Os valores de uso casaco, linho etc., enfim, os corpos das mercadorias, são ligações de dois elementos, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Subtraindo-se a soma total de todos os trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem, fornecido pela natureza. Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias.[91] Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe.[92]

91 "Todas as manifestações do universo, sejam elas causadas pela mão do homem ou pelas leis gerais da Física, não são realmente novas criações, apenas pura e simplesmente uma transformação da matéria. Associação e dissociação são os únicos elementos que o espírito humano encontra sempre de novo ao analisar a idéia da reprodução; e do mesmo modo comporta-se com a reprodução do valor" (valor de uso, apesar de que aqui Verri, em sua polêmica contra os fisiocratas, não sabe ao certo de que espécie de valor ele fala) "e da riqueza, quando terra, ar e água transformam-se em cereais sobre os campos ou também quando pela mão do homem a secreção de um inseto transforma-se em seda, ou algumas partezinhas de metal ordenam-se para formarem um relógio de repetição." (VERRI, Pietro. *Meditazioni sulla Economia Politica*. Impresso primeiro em 1771, na edição dos economistas italianos, de Custodi. Parte Moderna, v. XV, p. 21-22.)

92 PETTY, W. *A Treatise of Taxes and Contributions*. Londres, 1667, p. 47. (N. da Ed. Alemã)

Passemos, agora, da mercadoria, enquanto objeto de uso, para o valor-mercadoria.

Segundo nosso suposto, o casaco tem o dobro do valor do linho. Isto é, porém, só uma diferença quantitativa que por agora não nos interessa ainda. Recordemos, por isso, que, se um casaco vale duas vezes mais que 10 varas de linho, 20 varas de linho têm a mesma grandeza de valor de um casaco. Enquanto valores, casaco e linho são coisas de igual substância, expressões objetivas do mesmo tipo de trabalho. Mas a alfaiataria e a tecelagem são trabalhos qualitativamente diferentes. Existem, entretanto, circunstâncias sociais em que a mesma pessoa, alternadamente, costura e tece. Esses dois modos diferentes de trabalho são, por isso, apenas modificações do trabalho do mesmo indivíduo, e ainda não funções fixas, específicas de indivíduos diferentes, assim como o casaco feito, hoje, por nosso alfaiate, e as calças que ele faz amanhã somente pressupõem variações do mesmo trabalho individual. A evidência ensina ainda que em nossa sociedade capitalista, conforme a mutável orientação da procura de trabalho, dada porção do trabalho humano deverá ser alternadamente oferecida ora sob a forma de alfaiataria, ora sob a forma de tecelagem. Essa variação da forma do trabalho pode não transcorrer sem atritos, mas ela tem de ocorrer. Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despender força humana de trabalho. Contudo, para poder ser despendido dessa ou daquela forma, precisa a força humana de trabalho estar mais ou menos desenvolvida. Mas o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano sobretudo. Assim como na sociedade burguesa um general ou banqueiro desempenha um grande papel, enquanto o homem simples, ao contrário, desempenha um papel ordinário,[93] assim é também aqui com o trabalho humano. Ele é dispêndio da força de trabalho simples que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico. Embora o próprio *trabalho médio simples* mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é porém dado em uma sociedade particular. Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de maneira que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples. Que essa redução ocorre constantemente, mostra-o a experiência. Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho

93 Ver HEGEL. *Philosophie des Rechts.** Berlim, 1840. p. 250, § 190.
* *Filosofia do Direito.*

mais complexo, seu *valor* a equipara ao produto do trabalho simples e, por isso, ele mesmo representa determinado *quantum* de trabalho simples.[94] As diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida, são fixadas por meio de um processo social por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição. Para efeitos de simplificação valerá a seguir cada espécie de força de trabalho, diretamente, como força de trabalho simples, com o que apenas se poupa o esforço de redução.

Assim como nos valores casaco e linho é abstraída a diferença de seus valores de uso, também nos trabalhos que se representam nesses valores abstrai-se a diferença de suas formas úteis, a alfaiataria e a tecelagem. Assim como os valores de uso casaco e linho resultam de ligações de atividades produtivas internacionais com tecido e fio, os valores casaco e linho são, ao contrário, simples gelatinas homogêneas de trabalho, assim os trabalhos contidos nestes valores não valem devido à relação produtiva que mantêm com tecido e fio, mas apenas como dispêndios de força de trabalho do homem. Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, graças às suas diferentes qualidades; elas somente são substâncias do valor do casaco e do valor do linho na medida em que se abstrai sua qualidade específica e ambas possuem a mesma qualidade, a qualidade do trabalho humano.

Casaco e linho não são apenas valores ao todo, mas valores de determinada grandeza, e segundo nossa suposição, o casaco tem o dobro do valor de 10 varas de linho. De onde vem essa diferença de suas grandezas de valor? De que o linho só contém metade do trabalho que o casaco, pois para a produção do último a força de trabalho precisa ser despendida durante o dobro do tempo que para a produção do primeiro.

Se, portanto, em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente, em relação à grandeza do valor ele vale só quantitativamente, depois de já reduzido a trabalho humano, sem outra qualidade. Lá, trata-se do como e do quê do trabalho, aqui do seu quanto, da sua duração temporal. Como a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas o *quantum* de trabalho nela contido, mercadorias devem, em determinadas proporções, ser sempre valores da mesma grandeza.

Permanecendo inalterada a força produtiva, digamos, de todos os trabalhos úteis necessários à produção de um casaco, a grandeza de valor do casaco sobe com a sua própria quantidade. Se um casaco

94 O leitor deve estar atento para o fato de aqui não se falar de salário ou valor, que o trabalhador obtém aproximadamente por um dia de trabalho, mas sim do valor de mercadorias em que se materializa seu dia de trabalho. A categoria salário ainda não existe de forma alguma nesta altura de nossa apresentação.

representa *x* dias de trabalho, dois casacos representam 2 *x* e assim por diante. Suponha, porém, que o trabalho necessário para a produção de um casaco suba para o dobro ou caia para metade. No primeiro caso um casaco possui tanto valor quanto antes dois casacos, no segundo caso dois casacos apenas tanto valor quanto anteriormente um, apesar de que em ambos os casos um casaco, tanto depois como antes, presta os mesmos serviços e da mesma forma o trabalho útil nele contido permanece, tanto antes como depois, com a mesma qualidade. Mudou, porém, o *quantum* de trabalho despendido em sua produção.

Um *quantum* maior de valor de uso representa em si e para si maior riqueza material, dois casacos mais que um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa etc. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor. Esse movimento contraditório origina-se do duplo caráter do trabalho. Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva. Ao contrário, uma mudança da força produtiva não afeta, em si e para si, de modo algum o trabalho representado no valor. Como a força produtiva pertence à forma concreta útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo faça-se abstração da sua forma concreta útil. O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.[95]

95 Nota à 2ª edição. Para provar "que o trabalho, sozinho, é a medida real e definitiva com o que se avalia e pode ser comparado o valor de todas as mercadorias em todos os tempos", diz A. Smith: "Quantidades iguais de trabalho precisam em todos os tempos e em todos os lugares ter para o próprio trabalhador o mesmo valor. Em seu estado normal de saúde, força e atividade, e com o grau médio de habilidade, que ele possua, precisa ceder a mesma porção de seu sossego, sua liberdade e sua felicidade". (*Wealth of Nations*. v. I, cap. V, [p.

3. A forma de valor ou o valor de troca

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor.

A objetividade do valor das mercadorias diferencia-se de Wittib Hurtig, pois não se sabe por onde apanhá-la.[96] Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. Nós precisamos agora voltar a essa forma de manifestação do valor.

Toda pessoa sabe, ainda que não saiba mais do que isso, que as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso — a forma dinheiro. Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acom-

104-105].) De um lado, confunde A. Smith aqui (nem sempre) a determinação do valor pelo *quantum* de trabalho despendido na produção da mercadoria com a determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, e procura, portanto, comprovar que as mesmas quantidades de trabalho têm sempre o mesmo valor. Por outro lado, pressente ele que o trabalho, na medida em que se representa no valor das mercadorias, vale apenas como dispêndio de força de trabalho, mas capta esse dispêndio apenas como sacrifício do sossego, liberdade e felicidade, e não como uma atividade também normal de vida. Na realidade, ele tem em vista o trabalhador assalariado moderno. — Muito mais preciso, diz o antecessor anônimo de A. Smith, citado anteriormente: "Um homem empregou uma semana no fabrico deste objeto necessário (...) e aquele que lhe dará outro objeto em troca não pode estimar melhor o que seria um equivalente apropriado, senão por meio do cômputo do que lhe custa a mesma quantidade de trabalho e tempo. Isso significa de fato a troca do trabalho que uma pessoa, em determinado tempo, empregou em um objeto, pelo trabalho de outra, no mesmo tempo aplicado a outro objeto." (*Some Thoughts on the Interest of Money in General* etc. p. 39.) — {Â 4ª edição: A língua inglesa tem a vantagem de possuir duas palavras distintas para esses dois aspectos diferentes do trabalho. O trabalho que gera valores de uso e é qualitativamente determinado chama-se de *work*, em oposição a *labour*; o trabalho que cria valor e é medido apenas quantitativamente chama-se *labour*, em oposição a *work*. Ver nota à p. 14 da tradução inglesa. — F. E.}

96 SHAKESPEARE. *Henrique IV*. Parte Primeira. Ato III. Cena III. (N. da Ed. Alemã.)

panhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro.

A relação mais simples de valor é evidentemente a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria de tipo diferente, não importa qual ela seja. A relação de valor entre duas mercadorias fornece, por isso, a expressão mais simples de valor para uma mercadoria.

A) Forma Simples, Singular ou Acidental de Valor

> *x* mercadoria *A* = *y* mercadoria *B*, ou: *x* mercadoria *A* vale *y* mercadoria *B*.
> (20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco.)

1) Os dois pólos da expressão de valor: forma relativa de valor e forma equivalente

O segredo de toda forma de valor encerra-se nessa forma simples de valor. Na sua análise reside a verdadeira dificuldade.

Duas mercadorias diferentes, A e B, em nosso exemplo linho e casaco, representam aqui, evidentemente, dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco, o casaco serve de material para essa expressão de valor. A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo ou ela encontra-se sob forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou encontra-se em forma equivalente.

Forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diversas mercadorias relacionadas entre si pela expressão de valor. Eu não posso, por exemplo, expressar o valor do linho em linho. 20 varas de linho = 20 varas de linho não é nenhuma expressão de valor. A equação diz, ao contrário: 20 varas de linho são nada mais que 20 varas de linho, um *quantum* determinado do objeto de uso linho. O valor do linho pode assim ser expresso apenas relativamente, isto é, por meio de outra mercadoria. A forma relativa de valor do linho supõe, portanto, que alguma outra mercadoria a ela se oponha na forma equivalente. Por outro lado, essa outra mercadoria, que figura como equivalente, não pode ao mesmo tempo encontrar-se em forma relativa de valor. Não é ela que expressa seu valor. Ela fornece apenas o material à expressão do valor de outra mercadoria.

É verdade que a expressão 20 varas de linho = 1 casaco, ou 20 varas de linho valem 1 casaco, encerra também as relações contrárias: 1 casaco = 20 varas de linho, ou 1 casaco vale 20 varas de linho.

Porém, assim preciso inverter a equação para poder expressar o valor relativo do casaco, e tão logo eu faço isso, torna-se o linho equivalente em vez do casaco. A mesma mercadoria não pode, portanto, aparecer, ao mesmo tempo, sob ambas as formas na mesma expressão de valor. Essas formas antes excluem-se polarmente.

Se uma mercadoria encontra-se sob a forma relativa de valor ou sob a forma oposta, a forma equivalente, depende exclusivamente da posição que essa mercadoria ocupe na expressão de valor, em cada momento, ou seja, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou aquela na qual é expresso o valor.

2) A forma relativa de valor

a) Conteúdo da forma relativa de valor

Para descobrir como a expressão simples do valor de uma mercadoria se esconde na relação de valor entre duas mercadorias, deve-se considerar essa relação, de início, totalmente independente de seu lado quantitativo. Procede-se, na maioria das vezes, justamente ao contrário, e vê-se na relação de valor apenas a proporção na qual determinados quanta de duas espécies de mercadoria se equiparam. Perde-se de vista que as grandezas de coisas diferentes tornam-se quantitativamente comparáveis só depois de reduzidas à mesma unidade. Somente como expressões da mesma unidade, são elas homônimas, por conseguinte, grandezas comensuráveis.[97]

Se 20 varas de linho = 1 casaco ou = 20 ou = *x* casacos, isto é, se dado *quantum* de linho vale muitos ou poucos casacos, cada uma dessas proporções implica sempre que linho e casaco, como grandezas de valor, sejam expressões da mesma unidade, coisas da mesma natureza. Linho = casaco é o fundamento da equação.

Mas as duas mercadorias quantitativamente equiparadas não desempenham o mesmo papel. Apenas o valor do linho é expresso. E como? Por meio de sua relação com o casaco como seu "equivalente", ou seu "permutável". Nessa relação, o casaco vale como forma de existência de valor, como coisa de valor, pois apenas como tal é o mesmo que o linho. Por outro lado, a própria existência do valor do linho vem à tona ou obtém uma expressão autônoma, pois somente como valor pode o linho relacionar-se com o casaco como equivalente ou com ele permutável. Assim, o ácido butírico é um corpo diferente do formiato de propilo. Ambos, entretanto, são constituídos das mesmas substâncias químicas — carbono (C), hidrogênio (H) e oxigênio (O), combinadas na

97 Os poucos economistas que, como S. Bailey, se ocuparam com a análise da forma de valor não podiam chegar a nenhum resultado, primeiro porque confundem forma de valor e valor, segundo porque eles, sob a influência crua do burguês prático, de início, consideram exclusivamente a determinação quantitativa. "A disposição sobre a quantidade (...) faz o valor." (*Money and its Vicissitudes.* Londres, 1837. p. 11.) Autor S. Bailey.

mesma percentagem, a saber, $C_4H_8O_2$. Se fossem equiparados ácido butírico e formiato de propilo, valeria nessa relação, primeiro, o formiato de propilo como simples forma de existência do $C_4H_8O_2$, e segundo, seria dito que o ácido butírico compõe-se também de $C_4H_8O_2$. Pela equiparação do formiato de propilo com o ácido butírico seria expressa portanto sua substância química em contraste com sua forma corpórea.

Digamos: como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais. A coisa é diferente na relação de valor de uma mercadoria à outra. Seu caráter de valor revela-se aqui por meio de sua própria relação à outra mercadoria.

Ao equiparar-se, por exemplo, o casaco, como coisa de valor, ao linho, é equiparado o trabalho inserido no primeiro com o trabalho contido neste último. Na verdade, a alfaiataria que faz o casaco é uma espécie de trabalho concreto diferente da tecelagem que faz o linho. Porém, a equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria realmente àquilo em que ambos são iguais, a seu caráter comum de trabalho humano. Indiretamente é então dito que também a tecelagem, contanto que ela teça valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, trabalho humano abstrato. Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral.[98]

Não basta, porém, expressar o caráter específico do trabalho em que consiste o valor do linho. A força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. Ele torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta. Para expressar o valor do linho como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma "objetividade" concretamente diferente do linho mesmo e simultaneamente comum ao linho e a outra mercadoria. A tarefa já está resolvida.

Na relação de valor do linho vale o casaco como seu igual em qualidade, como coisa da mesma natureza, porque é um valor. Ele vale aqui, portanto, como coisa, na qual aparece valor ou a qual em sua forma natural palpável representa valor. Na verdade, o casaco, o

98 Nota à 2ª edição. Um dos primeiros economistas que após William Petty enfocou a natureza do valor, o famoso Franklin, diz: "Uma vez que o comércio nada mais é que a troca de um trabalho por outro, o valor de todas as coisas será avaliado mais justamente em trabalho". (*The Works of B. Franklin* etc. Edit. por Sparks, Boston, 1836. v. II, p. 267.) Ao avaliar o valor de todas as coisas "em trabalho", Franklin não está consciente de que abstrai a diversidade dos trabalhos trocados — e assim os reduz a trabalho humano igual. Diz contudo o que não sabe. Ele fala primeiro de "um trabalho", depois de "outro trabalho" e finalmente de "trabalho" sem outra qualificação, como substância do valor de todas as coisas.

corpo da mercadoria casaco, é um mero valor de uso. Um casaco expressa tão pouco valor quanto qualquer peça de linho. Isso comprova apenas que ele significa mais dentro da relação de valor com o linho que fora dela, assim como algumas pessoas significam mais dentro de um casaco com galões que fora dele.

Na produção do casaco foi realmente despendida força de trabalho humana sob a forma de alfaiataria. É, portanto, trabalho humano nele acumulado. Por esse lado, é o casaco "portador de valor", ainda que essa sua propriedade não se veja mesmo através de sua forma mais puída. E na relação de valor do linho ele vale apenas segundo esse lado, portanto como valor corporificado, como corpo de valor. Apesar de sua aparição abotoada, o linho reconheceu nele a bela alma de valor de origem comum. O casaco, em relação ao linho, não pode representar valor, sem que para este o valor assuma simultaneamente a forma de um casaco. Assim o indivíduo A não pode comportar-se para o indivíduo B como uma majestade, sem que para A majestade assuma simultaneamente a forma corpórea de B e, portanto, que modifique feições, cabelos e várias outras características cada vez que muda o pai do povo.

Na relação de valor, na qual o casaco constitui o equivalente do linho, vale, portanto, a forma de casaco como forma de valor. O valor da mercadoria linho é assim expresso no corpo da mercadoria casaco, o valor de uma mercadoria no valor de uso da outra. Como valor de uso é o linho uma coisa fisicamente diferente do casaco, como valor é algo igual ao casaco e parece, portanto, como um casaco. Assim, o linho recebe uma forma de valor diferente de sua forma natural. Sua existência de valor aparece em sua igualdade com o casaco, assim como a natureza de carneiro do cristão em sua igualdade com o cordeiro de Deus.

Vê-se, tudo que nos disse antes a análise do valor das mercadorias, diz-nos o linho logo que entra em relação com outra mercadoria, o casaco. Só que ele revela seu pensamento em sua linguagem exclusiva, a linguagem das mercadorias. Para dizer que o seu próprio valor foi gerado pelo trabalho em sua abstrata propriedade de trabalho humano, ele diz que o casaco, na medida em que ele lhe equivale, portanto é valor, compõe-se do mesmo trabalho que o linho. Para dizer que a sua sublime objetividade de valor é distinta de seu corpo entretelado, ele diz que o valor se parece com um casaco e que, portanto, ele mesmo, como coisa de valor, iguala-se ao casaco, como um ovo ao outro. Diga-se de passagem que a linguagem das mercadorias, além do hebraico, possui também muitos outros idiomas mais ou menos corretos. A palavra alemã *Wertsein* (valer) expressa, por exemplo, com menos acerto que o verbo romano *valere, valer, valoir*, que a equiparação da mercadoria *B* com *A* é a própria expressão de valor da mercadoria *A*. *Paris vaut bien une messe*.[99]

99 "Paris vale bem uma missa", teria dito Henrique IV em 1593 quando de sua conversão ao catolicismo, em favor de uma política nacional. (N. da Ed. Alemã.)

Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* torna-se a forma de valor da mercadoria *A* ou o corpo da mercadoria *B* o espelho do valor da mercadoria *A*.[100] Ao relacionar-se com a mercadoria *B* como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria *A* torna o valor de uso de *B* material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria *A*, assim expresso no valor de uso da mercadoria *B*, possui a forma do valor relativo.

b) Determinação quantitativa da forma de valor relativa

Toda mercadoria, cujo valor deve ser expresso, é um objeto de uso em dado *quantum*, 15 arrobas de trigo, 100 libras de café etc. Esse dado *quantum* de mercadoria contém determinado *quantum* de trabalho humano. A forma de valor tem de expressar não só valor em geral, mas também valor determinado quantitativamente, ou grandeza de valor. Na relação de valor da mercadoria *A* com a mercadoria *B*, do linho com o casaco, é equiparada não apenas qualitativamente ao linho a espécie de mercadoria casaco como corpo de valor em geral, mas determinado *quantum* de linho, por exemplo 20 varas, equipara-se a determinado *quantum* do corpo de valor ou equivalente, por exemplo 1 casaco.

A equação: "20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco" pressupõe que 1 casaco contém tanta substância de valor quanto 20 varas de linho, que ambas as quantidades de mercadorias custam assim o mesmo trabalho ou igual quantidade de tempo de trabalho. O tempo de trabalho necessário para a produção de 20 varas de linho ou 1 casaco altera-se, porém, com cada alteração na força produtiva da tecelagem ou da alfaiataria. A influência de tais mudanças sobre a expressão relativa da grandeza de valor deve agora ser examinada mais de perto.

I. Que mude o valor do linho,[101] enquanto o valor do casaco permanece constante. Se o tempo de trabalho necessário para a produção do linho dobra, talvez em conseqüência de crescente infertilidade do solo em que se produz o linho, então duplica seu valor. Em vez de 20 varas de linho = 1 casaco, teríamos 20 varas de linho = 2 casacos, pois 1 casaco contém agora apenas metade do tempo de trabalho das 20 varas de linho. Ao contrário, se diminui à metade o tempo de trabalho

100 De certa forma, sucede ao homem como à mercadoria. Pois ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como um filósofo fichtiano: eu sou eu, o homem se espelha primeiro em outro homem. Só por meio da relação com o homem Paulo, como seu semelhante, reconhece-se o homem Pedro a si mesmo como homem. Com isso vale para ele também o Paulo, com pele e cabelos, em sua corporalidade paulínica, como forma de manifestação do gênero humano.

101 A expressão "valor", como já ocorreu anteriormente algumas vezes, é usada aqui para valor quantitativamente determinado, portanto, para grandeza de valor.

necessário para a produção do linho em conseqüência, por exemplo, da melhoria dos teares, cai também o valor do linho pela metade. Conseqüentemente, agora: 20 varas de linho = 1/2 casaco. O valor relativo da mercadoria *A*, isto é, seu valor expresso na mercadoria *B*, sobe e cai, portanto, diretamente com o valor da mercadoria *A*, enquanto permanece o mesmo o valor da mercadoria *B*.

II. Que o valor do linho permaneça constante, enquanto muda o valor do casaco. Duplica, sob essas circunstâncias, o tempo de trabalho necessário para a produção do casaco, eventualmente, em conseqüência de uma tosquia desfavorável, então temos em vez de 20 varas de linho = 1 casaco, agora: 20 varas de linho = 1/2 casaco. Se, ao contrário, o valor do casaco cai à metade, então 20 varas de linho = 2 casacos. Permanecendo constante o valor da mercadoria *A*, cai ou sobe, portanto, seu valor relativo expresso na mercadoria *B*, em relação inversa à mudança de valor de *B*.

Ao se compararem os diferentes casos, sob I e II, resulta que a mesma mudança de grandeza do valor relativo pode provir de causas totalmente opostas. Assim 20 varas de linho = 1 casaco se transforma em: 1) a equação 20 varas de linho = 2 casacos, ou porque o valor do linho duplica-se, ou porque o valor dos casacos cai à metade; e 2) a equação 20 varas de linho = 1/2 casaco, ou porque o valor do linho cai à metade ou porque o valor do casaco sobe ao dobro.

III. As quantidades de trabalho necessárias para a produção de linho e casaco podem variar simultaneamente, na mesma direção e na mesma proporção. Nesse caso, depois como antes, 20 varas de linho = 1 casaco, quaisquer que sejam as mudanças de seus valores. Descobre-se sua mudança de valor tão logo se as compare com uma terceira mercadoria, cujo valor permaneceu constante. Subissem ou caíssem os valores de todas as mercadorias simultaneamente e na mesma proporção, então seus valores relativos permaneceriam imutáveis. Sua real mudança de valor seria inferida do fato de que no mesmo tempo de trabalho seria agora fornecido, em geral, um *quantum* maior ou menor de mercadorias do que antes.

IV. Os tempos de trabalho necessários à produção de linho e casaco, respectivamente, e, portanto, seus valores, podem variar simultaneamente, na mesma direção, porém em grau diferente, ou em direção contrária etc. A influência de todas as possíveis espécies de combinações sobre o valor relativo de uma mercadoria obtém-se pela simples aplicação dos casos I, II e III.

As mudanças reais na grandeza de valor não se refletem nem clara nem completamente, em sua expressão relativa ou na grandeza do valor relativo. O valor relativo de uma mercadoria pode mudar,

apesar de seu valor permanecer constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, apesar de mudar seu valor e, finalmente, não necessitam, de nenhuma forma, coincidir as mudanças simultâneas em sua grandeza de valor e na expressão relativa dessa grandeza. [102]

3) A forma equivalente

Viu-se: ao expressar uma mercadoria *A* (o linho) seu valor no valor de uso de uma mercadoria diferente *B* (o casaco) imprime a esta última uma forma peculiar de valor, a de equivalente. A mercadoria linho traz sua própria qualidade de ter valor à luz, pelo fato de que o casaco, sem assumir uma forma de valor diferente de sua forma corpórea, se lhe equipara. O linho exprime assim, de fato, sua própria qualidade de ter valor na circunstância de que o casaco é com ele diretamente permutável. A forma equivalente de uma mercadoria é conseqüentemente a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria.

Quando uma espécie de mercadoria, como casaco, serve de equivalente a outra espécie de mercadoria, como linho, e por conseguinte casacos receberam a propriedade característica de se encontrarem em forma permutável direta com o linho, não é dada, de nenhuma maneira, a proporção na qual o linho e o casaco são trocáveis. Ela depende da grandeza de valor dos casacos, já que a grandeza de valor do linho é dada. Se se expressa o casaco como equivalente e o linho como valor relativo, ou ao contrário, o linho como equivalente e o casaco como valor relativo, sua grandeza de valor permanece, depois como antes, determinada pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, portanto, independente de sua forma de valor. Tão logo, porém, a espécie de mercadoria casaco assume na expressão de valor o lugar de equivalente, sua grandeza de valor não adquire nenhuma expressão

102 Nota à 2ª edição. Essa incongruência entre grandeza de valor e sua expressão relativa foi explorada com habitual sagacidade pela economia vulgar. Por exemplo: "Admita que *A* baixa, porque *B*, com o que é trocado, sobe, embora na ocasião não decresça o trabalho despendido em *A*, e seu princípio geral de valor cai por terra (...) Quando se admite que o valor de *B* cai relativamente ao de *A* porque o valor de *A* sobe em relação ao de *B*, destrói-se a base sobre a qual Ricardo estabelece sua grande proposição de que o valor de uma mercadoria é sempre determinado pelo *quantum* de trabalho nela incorporado; pois quando uma mudança nos custos de *A* altera não somente seu próprio valor em relação a *B*, com o que se troca, mas também o valor de *B* relativamente ao de *A*, sem ter ocorrido nenhuma mudança no *quantum* de trabalho requerido para a produção de *B*, então cai por terra não apenas a doutrina que assegura que a quantidade de trabalho despendida em um artigo regula seu valor, mas também a doutrina que assegura que os custos de produção de um artigo regulam seu valor". (BROADHURST, J. *Political Economy*. Londres, 1842. p. 11-14.)

O sr. Broadhurst poderia também dizer: Considere-se as frações 10/20, 10/50, 10/100 etc. O número 10 permanece inalterado e apesar disso decresce constantemente sua grandeza proporcional, sua grandeza relativa aos denominadores, 20, 50, 100. Assim, cai por terra o grande princípio de que a grandeza de um número inteiro, como 10, por exemplo, é "regulada" por meio da quantidade de unidades nela contidas.

como grandeza de valor. Ela figura na equação de valor muito mais apenas como determinado *quantum* de uma coisa.

Por exemplo: 40 varas "valem" — o quê? Dois casacos. Como a espécie de mercadoria casaco desempenha aqui o papel de equivalente, o valor de uso em face do linho como corpo de valor, basta também determinado *quantum* de casacos para expressar determinado *quantum* de valor de linho. Dois casacos podem expressar, portanto, a grandeza de valor de 40 varas de linho, mas não podem nunca expressar sua própria grandeza de valor, a grandeza de valor de casacos. A interpretação superficial dessa realidade, que o equivalente sempre possui na equação de valor apenas a forma de simples *quantum* de uma coisa, de um valor de uso, induziu Bailey, como muitos de seus antecessores e sucessores, a ver na expressão de valor apenas uma relação quantitativa. Pelo contrário, a forma equivalente de uma mercadoria não contém nenhuma determinação quantitativa de valor.

A primeira peculiaridade que chama a atenção quando se observa a forma equivalente é esta: o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor.

A forma natural da mercadoria torna-se forma de valor. Porém, *nota bene*, esse qüiproqüó ocorre para uma mercadoria *B* (casaco ou trigo ou ferro etc.) apenas internamente à relação de valor, na qual outra mercadoria qualquer *A* (linho etc.) junta-se a ela, apenas no interior dessa relação. Como nenhuma mercadoria pode figurar como equivalente de si mesma, portanto tão pouco podendo fazer de sua própria pele natural expressão de seu próprio valor, ela tem de relacionar-se como equivalente a outra mercadoria, ou fazer da pele natural de outra mercadoria sua própria forma de valor.

Que nos ilustre isso o exemplo de uma medida que se aplica aos corpos de mercadorias como corpos de mercadorias, isto é, como valores de uso. Um pão de açúcar sendo corpo é pesado e tem, portanto, peso, porém não se pode ver ou servir o peso de nenhum pão de açúcar. Tomemos então pedaços diferentes de ferro, cujo peso foi determinado antes. Considerada em si, a forma do ferro é tão pouco forma de manifestação do peso quanto a do pão de açúcar. Contudo, para expressar o pão de açúcar como peso, nós o colocamos numa relação de peso com o ferro. Nessa relação o ferro figura como um corpo, que nada representa além de peso. Quantidades de ferro servem, portanto, como medida de peso do açúcar e representam perante o corpo do açúcar mera figuração do peso, forma de manifestação de peso. O ferro desempenha esse papel apenas dentro dessa relação, na qual entra o açúcar ou qualquer outro corpo, cujo peso deve ser encontrado. Caso ambas as coisas não fossem pesadas, não poderiam entrar nessa relação, e um não poderia sentir, portanto, de expressão do peso do outro. Lancemos ambos sobre uma balança, e veremos de fato que eles enquanto peso são o mesmo e, portanto, em proporção determinada, são do mesmo

peso. Como medida de peso, o ferro representa em confronto com o pão de açúcar apenas peso, e assim, em nossa expressão de valor, o corpo do casaco representa em relação ao linho apenas valor.

Aqui termina, entretanto, a analogia. O ferro representa na expressão de peso do pão de açúcar uma propriedade natural comum a ambos os corpos, seu peso, enquanto o casaco representa na expressão de valor do linho uma propriedade sobrenatural a ambas as coisas: seu valor, algo puramente social.

Expressando a forma relativa de valor de uma mercadoria, por exemplo do linho, sua qualidade de ter valor como algo inteiramente distinto de seu corpo e suas propriedades, por exemplo, como algo igual a um casaco, essa expressão mesma indica que nela se oculta uma relação social. Com a forma equivalente se dá o contrário. Ela consiste justamente em que um corpo de mercadoria, como o do casaco, tal qual ela é, expressa valor, possuindo portanto, por natureza, forma de valor. É verdade que isso vale apenas internamente à relação de valor, na qual a mercadoria linho está relacionada à mercadoria casaco enquanto equivalente.[103] Como, porém, as propriedades de uma coisa não se originam de sua relação com outras coisas, antes apenas atuam em tal relação, parece também que o casaco possui, por natureza, sua forma equivalente, sua propriedade de ser diretamente trocável, tanto quanto sua propriedade de ser pesado ou de manter alguém aquecido. Daí o enigmático da forma equivalente, que de início fere o olhar burguês rústico de economista político, tão logo esta se apresenta a ele, já pronta, sob a forma dinheiro. Então, ele busca explicações que ponham de lado o caráter místico de ouro e prata, substituindo-os por mercadorias menos ofuscantes, e salmodiando, com sempre renovado prazer, o catálogo das mercadorias vulgares, que em outros tempos desempenharam o papel do equivalente de mercadorias. Ele não suspeita que a mais simples expressão de valor, como 20 varas de linho = 1 casaco, já dá a solução do enigma da forma equivalente.

O corpo da mercadoria que serve de equivalente figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato e é sempre o produto de determinado trabalho concreto, útil. Esse trabalho concreto torna-se portanto expressão de trabalho humano abstrato. Se o casaco figura, por exemplo, como simples realização, então a alfaiataria, a qual nele realmente se realiza, vale como simples forma de realização do trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade da alfaiataria não consiste em fazer roupas, portanto também pessoas, mas sim em que ela faz um corpo em que é visível que é valor, por conseguinte, gelatina de trabalho, que em nada se diferencia do trabalho

103 Em geral, essas determinações reflexivas são muito peculiares. Esse homem, por exemplo, é rei apenas porque outros homens comportam-se como súditos diante dele. Eles pensam, ao contrário, que são súditos porque ele é rei.

objetivado no valor do linho. Para fazer tal espelho do valor, é preciso que a alfaiataria mesma não reflita nada a não ser sua propriedade abstrata de ser trabalho humano.

Na forma de alfaiataria como na forma de tecelagem é despendida força de trabalho do homem. Ambas as atividades possuem, portanto, a propriedade geral do trabalho humano e, por conseguinte, em determinados casos, como, por exemplo, na produção de valor, podem ser consideradas somente sob esse ponto de vista. Tudo isso não é misterioso. Mas na expressão de valor da mercadoria a coisa torna-se distorcida. Por exemplo, para expressar que a tecelagem, não em sua forma concreta como tecelagem, mas sim em sua propriedade geral como trabalho humano, gera o valor do linho, ela é confrontada com a alfaiataria, o trabalho concreto que produz o equivalente do linho, como a forma de realização palpável do trabalho humano abstrato.

É portanto uma segunda peculiaridade da forma equivalente que trabalho concreto se converta na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato.

Mas na medida em que esse trabalho concreto, a alfaiataria, funciona como mera expressão de trabalho humano indiferenciado, possui ele a forma da igualdade com outro trabalho, o trabalho contido no linho, e é, portanto, ainda que trabalho privado, como todos os outros, trabalho que produz mercadorias, por conseguinte, trabalho em forma diretamente social. Por isso mesmo, apresenta-se ele num produto que é diretamente trocável por outra mercadoria. É, portanto, uma terceira peculiaridade da forma equivalente que trabalho privado se converta na forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social.

As duas peculiaridades da forma equivalente desenvolvidas por último tornam-se ainda mais palpáveis, quando retornamos ao grande pesquisador que primeiramente analisou a forma de valor, assim como muitas formas de pensamento, de sociedade e da natureza. Este é Aristóteles.

De início declara Aristóteles claramente que a forma dinheiro da mercadoria é apenas a figura mais desenvolvida da forma simples de valor, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria qualquer. Pois ele diz:

"5 almofadas = 1 casa"

("Κλιναι πεντε αντι οιχιας")

"não se diferencia" de:

"5 almofadas = tanto dinheiro"

("Κλιναι πεντε αντι... οσου αι πεντε χλιναι")

Ele reconhece, ademais, que a relação de valor, em que essa expressão de valor está contida, condiciona por seu lado que a casa é

equiparada qualitativamente à almofada e que essas coisas perceptivelmente diferentes, sem tal igualdade de essências, não poderiam ser relacionadas entre si, como grandezas comensuráveis.

> "A troca", diz ele, "não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade sem a comensurabilidade" ("ουτ' ισοτης μη ουσης συμμετριας")

Mas aqui ele se detém desconfiado e renuncia a seguir, analisando a forma de valor.

> É, porém, em verdade, impossível ("τη μεν ουν αληθεια αδυνατον") que coisas de espécies tão diferentes sejam comensuráveis, isto é, qualitativamente iguais. Essa equiparação pode apenas ser algo estranho à verdadeira natureza das coisas, por conseguinte, somente um artifício para a necessidade prática."[104]

O próprio Aristóteles nos diz em que fracassa o prosseguimento de sua análise, a saber, na falta do conceito de valor. Que é o igual, isto é, a substância comum que a casa representa para a almofada na expressão de valor da almofada? Tal coisa não pode "em verdade existir", diz Aristóteles. Por quê? A casa representa, contraposta à almofada, algo igual, na medida em que represente o que é realmente igual em ambas, a almofada e a casa. E isso é — trabalho humano.

Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles resplandece justamente em que ele descobre uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade, na qual ele viveu, o impediram de descobrir em que consiste "em verdade" essa relação de igualdade.

4) O conjunto da forma simples de valor

A forma simples de valor de uma mercadoria está contida em

104 Marx cita aqui a obra de Aristóteles *Ethica Nicomachea* de "Aristotelis opera ex recensione Immanuelis Bekkeri", v. 9. Oxonii, 1837. p. 99-100. (N. da Ed. Alemã.)

sua relação de valor com outra mercadoria de tipo diferente, ou na relação de troca com a mesma. O valor da mercadoria *A* é expresso quantitativamente por meio da permutabilidade direta da mercadoria *B* com a mercadoria *A*. Ele é expresso qualitativamente por meio da permutabilidade de um *quantum* determinado da mercadoria B por dado *quantum* da mercadoria *A*. Em outras palavras: o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como "valor de troca". Quando no início deste capítulo, para seguir a maneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e "valor". Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é, tão logo seu valor possua uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. No entanto, uma vez conhecido isso, aquela maneira de falar não causa prejuízo, mas serve como abreviação.

Nossa análise provou que a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria origina-se da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que valor e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca. Essa é, entretanto, a ilusão, tanto dos mercantilistas e seus modernos requentadores, como Ferrier, Gamillo etc.[105] quanto também de seus antípodas, os modernos *commis-voyageurs* do livre-cambismo, como Bastiat e consortes. Os mercantilistas dão a maior importância ao lado qualitativo da expressão de valor, portanto, na forma equivalente da mercadoria, que possui no dinheiro sua forma completa — os modernos mascates do livre-cambismo, que necessitam desembaraçar-se de suas mercadorias a qualquer preço ressaltam, ao contrário, exclusivamente o lado quantitativo da forma relativa de valor. Para eles não existem, em conseqüência, nem valor nem grandeza de valor da mercadoria, exceto na expressão por meio da relação de troca, portanto, apenas no boletim diário dos preços. O escocês Macleod, em sua função de ordenar a adornar, com a maior erudição possível, as confusas idéias de Lombardstreet,[106] forma a síntese bem-sucedida entre os mercantilistas supersticiosos e os mascates esclarecidos do livre-cambismo.

O exame mais pormenorizado da expressão de valor da mercadoria *A*, contida na relação de valor com a mercadoria *B*, demonstrou que dentro da mesma a forma natural da mercadoria *A* funciona apenas

105 Nota à 2ª edição. FERRIER, F. L. A. (*sous-inspecteur des douanes*[*]. *Du Gouvernement Considéré dans ses Rapports avec le Commerce.* Paris, 1805; e GANILH, Charles. *Des Systèmes d'Économie Politique.* 2ª ed., Paris, 1821.

[*] Subinspetor de aduanas. (N. dos T.)

106 Lombardstreet. Rua na "City" de Londres onde se encontram as mais significativas empresas bancárias e comerciais da Inglaterra. (N. da Ed. Alemã.)

como figuração de valor de uso, a forma natural da mercadoria *B* apenas como forma valor ou figuração de valor. A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso vale diretamente apenas como valor de troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida.

O produto de trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento — a qual apresenta o trabalho despendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade "objetiva", isto é, como seu valor — transforma o produto de trabalho em mercadoria. Segue daí que a forma simples de valor da mercadoria é ao mesmo tempo a forma mercadoria simples do produto do trabalho e, que, portanto, também o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor.

O primeiro olhar mostra a insuficiência da forma simples de valor, esta forma embrionária que somente amadurece por meio de uma série de metamorfoses até a forma preço.

A expressão em qualquer mercadoria *B* distingue o valor da mercadoria *A* apenas de seu próprio valor de uso e a coloca, portanto, numa relação de troca com alguma espécie individual de mercadoria, diferente dela mesma, em vez de representar sua igualdade qualitativa e sua proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias. A forma simples de valor relativo de uma mercadoria corresponde à forma de equivalente individual de outra mercadoria. Assim o casaco possui, na expressão relativa de valor do linho, apenas a forma de equivalente ou a forma de permutabilidade direta com relação a essa espécie individual de mercadoria, o linho.

Entretanto, a forma individual de valor passa por si mesma a uma forma mais completa. Por meio da mesma, o valor de uma mercadoria *A* é certamente expresso apenas em uma mercadoria de outro tipo. Qual é, porém, a espécie dessa segunda mercadoria, se casaco, se ferro, se trigo etc., é totalmente indiferente. Assim, conforme ela entre numa relação de valor com esta ou aquela outra espécie de mercadoria, surgem diferentes expressões simples de valor, de uma mesma mercadoria.[107] O número de suas possíveis expressões de valor é apenas limitado pelo número de espécies de mercadorias diferentes dela. Sua expressão individualizada de valor converte-se, portanto, em uma série constantemente ampliável de suas diferentes expressões simples de valor.

107 Nota à 2ª edição. Em Homero, por exemplo, o valor de uma coisa é expresso numa série de coisas diferentes.

B) Forma de Valor Total ou Desdobrada

z mercadoria *A* = *u* mercadoria *B* ou = *v* mercadoria *C* ou = *w* mercadoria *D* ou = *x* mercadoria *E* ou = etc.

(20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 40 libras de café ou = 1 *quarter* de trigo ou = 2 onças de ouro ou = 1/2 tonelada de ferro ou = etc.)

1) A forma relativa de valor desdobrada

O valor de uma mercadoria, do linho, por exemplo, é agora expresso em inumeráveis outros elementos do mundo das mercadorias. Qualquer outro corpo de mercadorias torna-se espelho do valor do linho.[108] Assim, aparece esse valor mesmo pela primeira vez verdadeiramente como gelatina de trabalho humano indiferenciado. Pois o trabalho que o gera é agora expressamente representado como trabalho equiparado a qualquer outro trabalho humano, seja qual for a forma natural que ele possua e se, portanto, se objetiva em casaco ou trigo ou ferro ou ouro etc. Por meio de sua forma valor, o linho se encontra portanto agora também em relação social não mais apenas com outra espécie individual de mercadoria, mas sim com o mundo das mercadorias. Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo. Ao mesmo tempo, depreende-se da interminável série de suas expressões que é indiferente ao valor mercantil a forma específica do valor de uso na qual ele se manifesta.

Na primeira forma: 20 varas de linho = 1 casaco, pode ser casual que essas duas mercadorias sejam permutáveis em determinada relação quantitativa. Na segunda forma, ao contrário, transparece imediatamente um fundamento essencialmente diferente da manifestação casual e que a determina. O valor do linho permanece de igual tamanho, seja ele representado em casaco, ou café, ou ferro etc., em inumeráveis mercadorias que pertencem aos mais diferentes proprietários. Desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias.

108 Fala-se, por isso, do valor do linho em casaco, quando seu valor se representa em casacos, de seu valor em grão, quando em grão etc. Cada expressão dessas diz que é o seu valor o que se manifesta nos valores de uso casaco, grão etc. "Como o valor de cada mercadoria denomina sua relação na troca, podemos tratá-lo como (...) valor em grão, valor em pano, segundo a mercadoria com a qual ela é comparada; e, portanto, existem milhares de diferentes espécies de valores, tanto quanto as mercadorias existentes, e todas são igualmente reais e igualmente nominais." (*A Critical Dissertation on the Nature, Measures and Causes of Value; chiefly in reference to the writings of Mr. Ricardo and his followers. By the Author of Essays on the Formation etc. of Opinions*. Londres, 1825. p. 39.) S. Bailey, o autor desse escrito anônimo, que a seu tempo causou muita celeuma na Inglaterra, imagina ter destruído toda determinação de conceito do valor, por meio dessa indicação sobre as variadas expressões relativas do mesmo valor mercantil. Que ele, de resto, apesar de sua própria estreiteza, tenha tocado em feridas da teoria ricardiana, é comprovado pela irritação com que a escola ricardiana o atacou, por exemplo, na *Westminster Review*.

Evidencia-se que não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca.

2) A forma equivalente particular

Cada mercadoria, casaco, trigo, chá, ferro etc., vale na expressão de valor do linho como equivalente e, portanto, como corpo de valor. A forma natural determinada de cada uma dessas mercadorias é agora uma forma equivalente particular ao lado de muitas outras. Do mesmo modo, as variadas espécies de trabalho, determinadas, concretas, úteis, contidas nos diferentes corpos de mercadorias figuram, agora, como outras tantas formas particulares de efetivação ou de manifestação do trabalho humano como tal.

3) Insuficiências da forma de valor total ou desdobrada

Primeiro, a expressão relativa de valor da mercadoria é incompleta, porque sua série de representações não termina nunca. A corrente em que uma equiparação de valor se liga à outra permanece sempre prolongável por meio de cada nova espécie de mercadoria que surge, a qual fornece o material para nova expressão de valor. Segundo, ela forma um mosaico colorido de expressões de valor, desconexas e diferenciadas. Se finalmente, como deve ocorrer, o valor relativo de cada mercadoria for expresso nessa forma desdobrada, então a forma relativa de valor de cada mercadoria é uma série infinita de expressões de valor, diferente da forma relativa de valor de qualquer outra mercadoria. As insuficiências da forma relativa de valor desdobrada refletem-se na sua forma equivalente correspondente. Como aqui a forma natural de cada espécie particular de mercadoria é uma forma equivalente particular ao lado de inumeráveis outras formas equivalentes particulares, existem, em geral, apenas formas equivalentes limitadas, das quais cada uma exclui a outra. Do mesmo modo, é a espécie de trabalho determinada, concreta, útil, contida em cada mercadoria equivalente particular, apenas forma de manifestação particular — portanto não exaustiva — do trabalho humano. Este possui, em verdade, sua forma de manifestação completa ou total no ciclo inteiro daquelas formas particulares de manifestação. Porém, assim ele não possui nenhuma forma de manifestação unitária.

A forma relativa de valor desdobrada consiste numa soma de expressões de valor ou equações da primeira forma, como:

20 varas de linho = 1 casaco
20 varas de linho = 10 libras de chá etc.

Cada uma dessas equações contém, reciprocamente, a equação idêntica:

1 casaco = 20 varas de linho
10 libras de chá = 20 varas de linho etc.

De fato: quando um homem troca seu linho por muitas outras mercadorias e, portanto, expressa seu valor numa série de outras mercadorias, então necessariamente os muitos outros possuidores de mercadorias precisam também trocar as suas mercadorias por linho e, por conseguinte, expressar os valores de suas diferentes mercadorias na mesma terceira mercadoria em linho. — Invertamos, portanto a série: 20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá = etc., isto é, expressemos a relação recíproca implicitamente já contida na série, então obtemos:

C) Forma Geral de Valor

1 casaco	=	20 varas de linho
10 libras de chá	=	
40 libras de café	=	
1 *quarter* de trigo	=	
2 onças de ouro	=	
1/2 tonelada de ferro	=	
x mercadoria A	=	
etc. mercadoria	=	

1) Caráter modificado da forma valor

As mercadorias representam agora seus valores 1) de modo simples, porque na mesma mercadoria, e 2) de modo unitário, porque na mesma mercadoria. Sua forma valor é simples e comum a todas, portanto, geral.

As formas I e II chegaram ambas a expressar apenas o valor de uma mercadoria como algo distinto de seu próprio valor de uso ou de seu corpo de mercadoria.

A primeira forma resultou em equações de valor como: 1 casaco = 20 varas de linho, 10 libras de chá = 1/2 tonelada de ferro etc. O valor do casaco se expressa como algo igual ao linho, o valor do chá como algo igual ao ferro etc., mas algo igual ao linho e algo igual ao ferro, estas expressões de valor do casaco e do chá são tão diferentes quanto linho e ferro. Essa forma evidentemente só se encontra na prática dos primeiros começos, quando produtos de trabalho se transformam em mercadorias por meio de troca casual e ocasional.

A segunda forma distingue o valor de uma mercadoria de seu próprio valor de uso de maneira mais completa, pois o valor do casaco, por exemplo, confronta agora sua forma natural em todas as formas possíveis, como algo igual ao linho, ao ferro, ao chá etc., como tudo mais, exceto algo igual ao casaco. Por outro lado, toda expressão comum de valor é aqui diretamente excluída, pois na expressão de valor de

uma mercadoria aparecem agora todas as outras mercadorias apenas sob a forma de equivalentes. A forma de valor desdobrada encontra-se, de fato, pela primeira vez tão logo um produto do trabalho, gado, por exemplo, seja trocado por diversas outras mercadorias, não mais por exceção mas habitualmente.

A forma obtida por último expressa os valores do mundo das mercadorias numa e mesma espécie de mercadoria, isolada das outras, por exemplo, no linho, e representa assim os valores de todas as mercadorias por meio de sua igualdade com o linho. Como algo igual ao linho, o valor de cada mercadoria não apenas distingue-se de seu próprio valor de uso, mas de qualquer valor de uso e justamente por isso ele é expresso como aquilo que ela tem em comum com todas as mercadorias. Essa forma é a primeira portanto a relacionar realmente as mercadorias entre si como valores, ou as deixa aparecer reciprocamente como valores de troca.

As duas formas anteriores expressam o valor de cada mercadoria, seja numa única mercadoria de espécie diferente, seja numa série de muitas mercadorias diferentes dela. Em ambos os casos é, por assim dizer, questão particular da mercadoria individual dar-se uma forma valor e ela o realiza sem que contribuam as outras mercadorias. Estas desempenham, contrapostas a ela, o papel meramente passivo do equivalente. A forma valor geral surge, ao contrário, apenas como obra comum do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só ganha a expressão geral do valor porque simultaneamente todas as demais mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente e cada nova espécie de mercadoria que aparece tem que fazer o mesmo. Evidencia-se, com isso, que a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera "existência social" dessas coisas, somente pode ser expressa por sua relação social por todos os lados, e sua forma, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida.

Na forma de igual ao linho, todas as mercadorias aparecem agora não só qualitativamente iguais, como valores sobretudo, mas também, ao mesmo tempo, como grandezas de valor quantitativamente comparáveis. Ao espelhar suas grandezas de valor num único material, no linho, essas grandezas de valor refletem-se mutuamente. Por exemplo, 10 libras de chá = 20 varas de linho, e 40 libras de café = 20 varas de linho. Então, 10 libras de chá = 40 libras de café. Ou, 1 libra de café contém apenas 1/4 da substância de valor, trabalho, contida em 1 libra de chá.

A forma valor geral relativa do mundo das mercadorias imprime à mercadoria equivalente, excluída dele, ao linho, o caráter de equivalente geral. Sua própria forma natural é a figura de valor comum a esse mundo, o linho sendo, por isso, diretamente trocável por todas as outras mercadorias. Sua forma corpórea passa pela encarnação visível, pela crisálida social geral de todo trabalho humano. A tecelagem,

o trabalho privado que produz linho, encontra-se, ao mesmo tempo, em forma social geral, na forma da igualdade com todos os outros trabalhos. As inumeráveis equações em que consiste a forma valor geral equiparam, sucessivamente, o trabalho realizado no linho a cada trabalho contido em outra mercadoria e tornam, com isso, a tecelagem a forma geral de manifestação do trabalho humano enquanto tal. Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias não se representa apenas de um modo negativo, como trabalho em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídas. Sua própria natureza positiva é expressamente ressaltada. Ele é a redução de todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano, ao dispêndio de força de trabalho do homem.

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social.

2) Relação de desenvolvimento da forma valor relativa e da forma equivalente

Ao grau de desenvolvimento da forma valor relativa corresponde o grau de desenvolvimento da forma equivalente. Mas é de se notar que o desenvolvimento da forma equivalente é apenas expressão e resultado do desenvolvimento da forma valor relativa.

A forma valor relativa simples ou individualizada de uma mercadoria faz de outra mercadoria equivalente individual. A forma desdobrada do valor relativo, esta expressão do valor de uma mercadoria em todas as outras mercadorias, imprime nelas a forma de equivalentes particulares de diferentes espécies. Por fim, uma espécie particular de mercadoria recebe a forma geral de equivalente, porque todas as outras mercadorias fazem dela o material de sua forma valor unitário e geral.

No mesmo grau, porém, em que se desenvolve a forma valor em geral, desenvolve-se também a antítese entre ambos os pólos, a forma valor relativa e a forma equivalente.

Já a primeira forma — 20 varas de linho = 1 casaco — contém essa antítese, mas não a fixa. Conforme se leia essa mesma equação de frente para trás ou de trás para frente, cada uma das duas mercadorias extremas, como linho e casaco, encontra-se na mesma medida, ora na forma valor relativa, ora na forma equivalente. Aqui ainda requer esforço fixar a antítese polar.

Na forma II, só uma das espécies de mercadoria pode de cada vez desdobrar totalmente seu valor, ou ela mesma possui apenas a forma valor relativa desdobrada, porque e na medida em que todas as outras mercadorias se encontram, em confronto com ela, na forma equivalente. Aqui não se pode mais inverter os dois lados da equação de

valor — como 20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 1 *quarter* de trigo etc. — sem modificar seu caráter global e transformá-la da forma valor total na geral.

A última forma, a forma III, por fim, dá ao mundo das mercadorias forma valor relativa social geral, porque e na medida em que, com uma única exceção, todas as mercadorias que lhe pertencem são excluídas de forma equivalente geral. Uma mercadoria, o linho, encontra-se, pois, na forma de permutabilidade direta em todas as outras mercadorias ou na forma diretamente social, porque e na medida em que todas as demais mercadorias não se encontram nela.[109]

E, inversamente, a mercadoria que figura como equivalente geral é excluída da forma valor relativa unitária e, portanto, geral do mundo das mercadorias. Para que o linho, isto é, qualquer mercadoria que se encontra na forma equivalente geral, possa, ao mesmo tempo, participar da forma valor relativa geral, ela teria de servir de equivalente a si mesma. Nós obteríamos então: 20 varas de linho = 20 varas de linho, uma tautologia, em que não se expressa nem valor nem grandeza de valor. Para expressar o valor relativo do equivalente geral temos sobretudo de inverter a forma III. Ele não possui nenhuma forma valor relativa em comum com as outras mercadorias, mas seu valor se expressa relativamente na série infinita de todos os outros corpos de mercadorias. Assim apresenta-se agora a forma valor relativa desdobrada ou a forma II como forma valor relativa específica da mercadoria equivalente.

3) Transição da forma valor geral para a forma dinheiro

A forma equivalente geral é uma forma do valor em si. Ela pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria encontra-se apenas na forma equivalente geral (forma III),

109 De fato, a forma de permutabilidade direta geral não sugere, de modo algum, que é uma forma mercantil antitética, tão inseparável da forma de permutabilidade não direta como a positividade de um pólo magnético da negatividade do outro. Pode-se, portanto, imaginar que se possa imprimir ao mesmo tempo a toda mercadoria o carimbo de permutabilidade direta, da mesma maneira como se poderia imaginar que se possa fazer de todos os católicos papas. Para o pequeno burguês, que vê na produção de mercadorias o *nec plus ultra*[*] da liberdade humana e da independência individual, seria naturalmente muito desejável que ele estivesse livre das calamidades ligadas a essa forma, a saber, também da permutabilidade não direta das mercadorias. A descrição dessa utopia filistéia constitui o socialismo de Proudhon, que como já demonstrei em outra parte[**] nem possui o mérito da originalidade, pois muito antes dele foi mais bem desenvolvida por Gray, Bray e outros. Isso não impede, hoje em dia, tal sabedoria de grassar em certos círculos sob o nome de *science*. Jamais uma escola alardeou mais a palavra "science" que a proudhoniana, pois

> "onde conceitos faltam,
> ali encaixa-se no momento certo uma palavra".[***]

[*] A expressão máxima. (N. dos T.)

[**] MARX, Karl. *Misère de la Philosophie. Réponse à la Philosophie de la Misère de M. Proudhon*. Paris, Bruxelas, 1847. Cap. 1. (N. da Ed. Alemã.)

[***] Modificação de um citado do *Fausto* de Goethe. Parte Primeira. "Quarto de Estudos". (N. da Ed. Alemã.)

porque e na medida em que é excluída por todas as demais mercadorias como equivalentes. E só a partir do momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um gênero específico de mercadorias, a forma valor relativa unitária do mundo das mercadorias adquire consistência objetiva e validade social geral.

Então, o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. Torna-se sua função especificamente social e, portanto, seu monopólio social, desempenhar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias. Entre as mercadorias que na forma II figuram como equivalentes particulares do linho, e na forma III expressam em comum seu valor relativo em linho, determinada mercadoria conquistou historicamente essa posição privilegiada, o ouro. Se substituímos, pois, na forma III, a mercadoria linho pela mercadoria ouro, obtemos:

D) Forma Dinheiro

20 varas de linho	=	2 onças de ouro
1 casaco	=	
10 libras de chá	=	
40 libras de café	=	
1 *quarter* de trigo	=	
1/2 tonelada de ferro	=	
x mercadoria *A*	=	

Ocorrem modificações essenciais na transição da forma I para a forma II, da forma II para a forma III. Em compensação, a forma IV não difere em nada da forma III, a não ser que agora, em vez do linho, possui o ouro a forma de equivalente geral. O ouro se torna na forma IV o que o linho era na forma III — equivalente geral. O progresso apenas consiste em que a forma de permutabilidade direta geral ou a forma equivalente geral se fundiu agora definitivamente, por meio do hábito social, com a forma natural específica da mercadoria ouro.

O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias funcionou também como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes mercantis. Pouco a pouco, passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos, como equivalente geral. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria dinheiro, e só a partir do momento em que já se converteu em mercadoria dinheiro distingue-se a forma IV da forma III, ou a forma valor geral se transforma em forma dinheiro.

A expressão relativa simples de valor de uma mercadoria, por

exemplo, do linho, na mercadoria que já funciona como mercadoria dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço. A "forma preço" do linho é, pois:

20 varas de linho = 2 onças de ouro

ou, se 2 libras esterlinas foi o nome monetário de 2 onças de ouro,

20 varas de linho = 2 libras esterlinas

A dificuldade no conceito da forma dinheiro se limita à compreensão da forma equivalente geral, portanto, da forma valor geral como tal, da forma III. A forma III se resolve, retroativamente, na forma II, a forma valor desdobrada e seu elemento constitutivo é forma I: 20 varas de linho = 1 casaco, ou *x* mercadoria *A* = *y* mercadoria *B*. A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro.

4. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo

À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante, a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa.[110]

O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro,

110 Recorda-se que a China e as mesas começaram a dançar, quando todo o resto do mundo parecia estar tranqüilo — *pour encourager les autres.*[*]

[*] Para encorajar os outros. — Depois da derrota das revoluções de 1848/49 começou na Europa um período da mais obscura política reacionária. Enquanto, neste tempo, as rodas aristocráticas e também as burguesas se entusiasmaram pelo espiritismo, especialmente por fazer a mesa andar, desenvolveu-se na China um poderoso movimento de libertação antifeudal, particularmente entre os camponeses, que entrou para a História como a revolução de Taiping. (N. da Ed. Alemã.)

nervos, músculos, sentidos etc. humanos. Segundo, quanto ao que serve de base à determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento.[111] Finalmente, tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social.

De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas caraterísticas sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse qüiproqüó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens.

111 Nota à 2ª edição. Entre os antigos germanos o tamanho de um *Morgen*• de terra era calculado segundo o trabalho de um dia, e daí denominado *Morgen Tagwerk* (também *Tagwanne*) (*jurnale* ou *jurnalis*, terra *jurnalis*, *jornalis* ou *diurnalis*), *Mannwerk*, *Mannskraft*, *Mannsmaad*, *Mannhauet* etc. Ver MAURER, Georg Ludwig von. *Einletung zur Geschichte der Mark-, Hofit-, usw. Verfassung.* Munique, 1854, p. 129 *et seqs.*
• Jeira. (N. dos T.)

Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias.

Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas.

Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale. A igualdade de trabalhos *toto coelo*[112] diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato. O cérebro dos produtores privados apenas reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados sob aquelas formas que aparecem na circulação prática, na troca dos produtos — o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados, portanto, sob aquela forma

112 Totalmente. (N. dos T.)

que o produto de trabalho tem de ser útil, isto é, útil aos outros — o caráter social da igualdade dos trabalhos de diferentes espécies sob a forma do caráter do valor comum a essas coisas materialmente diferentes, os produtos de trabalho.

Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem.[113] Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieroglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieroglifo, descobrir o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social. A tardia descoberta científica, de que os produtos de trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho. O que somente vale para esta forma particular de produção, a produção de mercadorias, a saber, o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste na sua igualdade como trabalho humano e assume a forma de caráter de valor dos produtos de trabalho, parece àqueles que estão presos às circunstâncias de produção mercantil, antes como depois dessa descoberta, tão definitivo quanto a decomposição científica do ar em seus elementos deixa perdurar a forma do ar, enquanto forma de corpo físico.

O que, na prática, primeiro interessa aos que trocam produtos é a questão de quantos produtos alheios eles recebem pelo seu, em quais proporções, portanto, se trocam os produtos. Tão logo essas proporções amadurecem, alcançando certa estabilidade costumeira, elas parecem provir da natureza dos produtos de trabalho, de modo que, por exemplo, 1 tonelada de ferro e 2 onças de ouro têm o mesmo valor, como 1 libra de ouro e 1 libra de ferro têm, apesar de suas diferentes propriedades físicas e químicas, o mesmo peso. De fato, o caráter de valor dos produtos de trabalho apenas se consolida mediante sua efetivação como grandezas de valor. As últimas variam sempre, independentemente da vontade, da previsão e da ação dos que trocam. Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las. É

113 Nota à 2ª edição. Quando, portanto, Galiani diz: O valor é uma relação entre pessoas — "La Ricchezza è una ragione tra due persone" —, ele deveria ter acrescentado: uma relação oculta sob uma capa material. (GALLIANI. *Della Moneta*. p. 221, t. III da coleção de Custodi. "Scrittori Classici Italiani di Economia Politica". Parte Moderna, Milão, 1803.)

mister uma produção de mercadorias totalmente desenvolvida antes que da experiência mesma nasça o reconhecimento científico, que os trabalhos privados, empreendidos de forma independente uns dos outros, mas universalmente interdependentes como membros naturalmente desenvolvidos da divisão social do trabalho, são o tempo todo reduzidos à sua medida socialmente proporcional porque, nas relações casuais e sempre oscilantes de troca dos seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça.[114] A determinação da grandeza de valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta supera a aparência da determinação meramente casual das grandezas de valor dos produtos de trabalho, mas de nenhum modo sua forma material.

A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram imutáveis, mas sobre seu conteúdo. Assim, somente a análise dos preços das mercadorias levou à determinação da grandeza do valor, somente a expressão monetária comum das mercadorias levou à fixação de seu caráter de valor. É exatamente essa forma acabada — a forma dinheiro — do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados. Quando eu digo casaco, botas etc. se relacionam ao linho como a corporificação geral de trabalho humano abstrato, salta aos olhos o absurdo dessa expressão. Mas quando os produtores de casaco, botas etc. relacionam essas mercadorias ao linho — ou ao ouro e à prata, que em nada muda a coisa — como equivalente geral, a relação dos seus trabalhos privados com o trabalho social total lhes aparece exatamente nessa forma absurda.

Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. Todo o misticismo

114 "Que se deve pensar de uma lei que se pode impor apenas por meio de revoluções periódicas? É, pois, uma lei natural, que se baseia na inconsciência dos participantes." (ENGELS, Friedrich. "Umrisse zu einer Kritik der Nationaloekonomie". In: *Deutsch-Franzoesische Jahrbuecher*. Editado por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844.)

do mundo das mercadorias, toda a magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção.

Como a Economia Política gosta de robinsonadas,[115] aparece primeiro Robinson em sua ilha. Moderado por origem, ele precisa satisfazer, entretanto, a várias necessidades e, por isso, tem de executar trabalhos úteis de diferentes espécies, fazer ferramentas, fabricar móveis, domesticar lhamas, pescar, caçar etc. Não falamos aqui das orações e coisas semelhantes, porque nosso Robinson se compraz nelas e considera tais atividades recreio. Apesar da diversidade de suas funções produtivas ele sabe que elas são apenas diferentes formas da atividade do mesmo Robinson, portanto, somente modos diferentes de trabalho humano. A própria necessidade o obriga a distribuir seu tempo minuciosamente entre suas diferentes funções. Se uma ocupa mais, outra menos espaço na sua atividade total depende da maior ou menor dificuldade que se tem de vencer para conseguir o efeito útil pretendido. A experiência lhe ensina isso, e nosso Robinson, que salvou do naufrágio o relógio, o livro razão, tinta e caneta, começa, como bom inglês, logo a escriturar a si mesmo. Seu inventário contém uma relação dos objetos de uso que ele possui, das diversas operações requeridas para sua produção e, finalmente, do tempo de trabalho que em média lhe custam determinadas quantidades desses diferentes produtos. Todas as relações entre Robinson e as coisas que formam sua riqueza, por ele mesmo criada, são aqui tão simples e transparentes que até o sr. M. Wirth deveria entendê-las, sem extraordinário esforço intelectual. E todavia já contém todas as características essenciais do valor.

Desloquemo-nos da ilha luminosa de Robinson à sombria Idade Média européia. Em vez do homem independente, encontramos aqui todos dependentes — servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela. Mas, justamente porque relações de dependência pessoal constituem a base social dada, os trabalhos e produtos não precisam

115 Nota à 2ª edição. Ricardo também não está livre de sua robinsonada. "Ele faz imediatamente o pescador e o caçador primitivos, como possuidores de mercadorias, trocar o peixe e a caça, em proporção ao tempo de trabalho materializado nesses valores de troca. Nessa oportunidade ele cai no anacronismo de fazer com que pescadores e caçadores primitivos, para calcular o valor de seus instrumentos de trabalho, utilizem as tabelas de anuidades de uso corrente em 1817 na Bolsa de Londres. Os 'paralelogramos do sr. Owen'* parecem ser a única forma de sociedade que ele conhecia além da burguesa." (MARX, Karl. *Zur Kritik* etc. p. 38-39.)

* Ricardo menciona os "paralelogramos do sr. Owen" em seu escrito *On Protection to Agriculture.* 4ª ed., Londres, 1822. p. 21. Em seus planos utópicos de uma reforma social, Owen procurou comprovar que tanto sob o aspecto da rentabilidade como da vida doméstica seria mais conveniente assentar uma colônia em forma de um paralelogramo. (N. da Ed. Alemã.)

adquirir forma fantástica, diferente de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em *natura*. A forma natural do trabalho, sua particularidade, e não, como na base da produção de mercadorias, a sua generalidade, é aqui sua forma diretamente social. A corvéia mede-se tanto pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força pessoal de trabalho que ele despende no serviço do seu senhor. O dízimo, a ser pago ao cura, é mais claro que a bênção do cura. Portanto, como quer que se julguem as máscaras que os homens, ao se defrontarem aqui, vestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho.

Para observar o trabalho comum, isto é, o trabalho diretamente socializado, não precisamos voltar à forma naturalmente desenvolvida do mesmo que encontramos no limiar da história de todos os povos civilizados.[116] A indústria rural patriarcal de uma família camponesa, que produz para seu próprio uso cereais, gado, fio, linho, peças de roupa etc., constitui um exemplo mais próximo. Essas diversas coisas defrontam-se à família como produtos diferentes de seu trabalho familiar mas não se relacionam entre si como mercadorias. Os trabalhos diferentes que criam esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc., são na sua forma natural funções sociais, por serem funções da família, que possui sua própria divisão de trabalho naturalmente desenvolvida, assim como a tem a produção de mercadorias. Diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho, que mudam com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família. O dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pela sua duração, aparece aqui, porém, desde sua origem como determinação social dos próprios trabalhos, porque as forças de trabalho individuais a partir de sua origem só atuam como órgãos da força comum de trabalho da família.

Imaginemos, finalmente, para variar, uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunais, e despendem suas numerosas forças de trabalho individuais conscientemente como uma única força social de trabalho. Repetem-se aqui todas as determinações do trabalho de Robinson, só que de modo social em vez de

116 Nota à 2ª edição. "É um preconceito ridículo, difundido recentemente, de que a forma de propriedade comunal que se desenvolveu de modo natural seja especificamente forma eslava, até mesmo exclusivamente forma russa. Ela é a forma original, que podemos comprovar entre romanos, germanos, celtas, da qual, porém, um mostruário completo com múltiplas provas se encontra ainda hoje entre os hindus, mesmo que parcialmente em ruínas. Um estudo mais exato das formas asiáticas de propriedade comunal, especialmente das indianas, comprovaria como das distintas formas de propriedade comunal desenvolvida naturalmente resultam diferentes formas de sua dissolução. Assim podem ser derivados, por exemplo, os diferentes tipos originais de propriedade privada romana e germânica das diferentes formas de propriedade coletiva indiana." (MARX, Karl. *Zur Kritik* etc. p. 10.)

individual. Todos os produtos de Robinson eram exclusivamente produto pessoal seu, e, por isso, diretamente objetos de uso para ele. O produto total da associação é um produto social. Parte desse produto serve novamente como meio de produção. Ela permanece social. Mas parte é consumida pelos sócios como meios de subsistência. Por isso, tem de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição variará com a espécie particular do próprio organismo social de produção e o correspondente nível de desenvolvimento histórico dos produtores. Só para fazer um paralelo com a produção de mercadorias, pressupomos que a parte de cada produtor nos meios de subsistência seja determinada pelo seu tempo de trabalho. O tempo de trabalho desempenharia, portanto, duplo papel. Sua distribuição socialmente planejada regula a proporção correta das diferentes funções de trabalho, conforme as diversas necessidades. Por outro lado, o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida da participação individual dos produtores no trabalho comum e, por isso, também na parte a ser consumida individualmente do produto comum. As relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho continuam aqui transparentemente simples tanto na produção quanto na distribuição.

Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc. Nos modos de produção da velha Ásia e da Antiguidade etc., a transformação do produto em mercadoria, e, portanto, a existência dos homens como produtores de mercadorias, desempenha papel subordinado, que porém se torna tanto mais importante quanto mais as comunidades entram na fase de declínio. Povos propriamente comerciantes só existem nos intermúndios do mundo antigo, como os deuses de Epicuro[117] ou como os judeus nos poros da sociedade polonesa. Aqueles antigos organismos sociais de produção são extraordinariamente mais simples e transparentes que o organismo burguês mas eles baseiam-se na imaturidade do homem individual, que não se desprendeu do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero, ou em relações diretas de domínio e servidão. Eles são condicionados por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e com a natureza. Essa restrição real se reflete ideal-

117 Segundo a idéia do antigo filósofo grego Epicuro, os deuses existiram nos intermúndios, os espaços entre os mundos; eles não têm nenhuma influência nem sobre o desenvolvimento do universo nem sobre a vida do homem. (N. da Ed. Alemã.)

mente nos cultos da Natureza e nas religiões populares da Antiguidade. O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa.

A Economia Política analisou, de fato, embora incompletamente,[118] valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas. Mas nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por quê, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto de trabalho.[119] Fórmulas que não deixam lugar a dúvidas de que per-

118 A insuficiência da análise de Ricardo da grandeza de valor — e ela é a melhor — será demonstrada nos Livros Terceiro e Quarto desse escrito. Quanto ao valor em geral, a Economia Política clássica, em lugar algum, distingue expressamente e com consciência clara o trabalho, como ele se representa no valor, do mesmo trabalho, como ele se representa no valor de uso de seu produto. Naturalmente, ela faz de fato essa distinção, pois por um lado considera o trabalho sob o aspecto quantitativo, por outro sob o aspecto qualitativo. Não lhe ocorre, porém, que a mera diferença quantitativa entre os trabalhos pressupõe sua unidade ou igualdade qualitativa, portanto, sua redução a trabalho humano abstrato. Ricardo, por exemplo, declara-se de acordo com Destutt de Tracy, quando este diz: "Visto que é seguro que somente nossas capacidades físicas e espirituais são nossa riqueza original, é o uso dessas capacidades, certa espécie de trabalho, nosso tesouro original; é sempre esse uso aquele que cria todas aquelas coisas, que denominamos riqueza. (...) Além disso é sabido que todas essas coisas representam apenas o trabalho que as criou, e se elas têm um valor ou até mesmo dois valores diferentes, então apenas podem tê-los a partir (do valor) do trabalho do qual eles se originam". (RICARDO. *The Principles of Pol. Econ*. 3ª ed., Londres, 1821. p. 334.•) Apenas indicamos que Ricardo atribui a Destutt seu próprio sentido mais profundo. Destutt, de fato, diz, por um lado, que todas as coisas que formam a riqueza "representam o trabalho que as criou", por outro lado, porém, que elas recebem seus "dois valores diferentes" (valor de uso e valor de troca) do "valor do trabalho". Ele cai assim na superficialidade da economia vulgar, que pressupõe o valor de uma mercadoria (aqui do trabalho) para por meio disso determinar depois o valor das outras mercadorias. Ricardo o lê de tal forma que, tanto no valor de uso como no valor de troca, representa-se trabalho (não o valor do trabalho). Ele mesmo, porém, distingue tão pouco as duas faces do caráter do trabalho que se representa duplamente, que é obrigado por todo o capítulo "Value and Riches, their Distinctive Properties" a se haver, com muito esforço, com as trivialidades de um J.-B. Say. No fim, ele fica, portanto, todo surpreendido que Destutt concorde com ele sobre o trabalho como fonte de valor e ainda assim com Say, sobre o conceito de valor.

• Compare DESTUTT DE TRACY. *Éléments d'Idéologie*. Partes Quarta e Quinta. Paris, 1826. p. 35-36. (N. da Ed. Alemã.)

119 É uma das falhas básicas da Economia Política clássica não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especialmente, do valor das mercadorias, a forma valor, que justamente o torna valor de troca. Precisamente, seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam a forma valor como algo totalmente indiferente ou como algo externo à própria natureza da mercadoria. A razão não é apenas que a análise da grandeza de valor absorve totalmente sua atenção. É mais profunda. A forma valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de

tencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo. Por isso, ela trata as formas pré-burguesas do organismo social de produção como os padres da Igreja as religiões pré-cristãs.[120]

produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. Se no entanto for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto, da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital etc. Encontram-se por isso entre economistas, que concordam inteiramente com a medida da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho, os mais contraditórios e confusos conceitos de dinheiro, isto é, da figura terminada do equivalente geral. Isso apresenta-se de forma mais cabal, por exemplo, no tratamento do sistema bancário, no qual já não bastam as definições banais do dinheiro. Como antítese, portanto, criou-se um mercantilismo restaurado (Ganilh etc.), o qual vê no valor apenas a forma social ou, mais precisamente, apenas sua aparência sem substância. — E para esclarecer de uma vez por todas, entendo como Economia Política clássica toda economia desde W. Petty que investiga o nexo interno das condições de produção burguesas como antítese da economia vulgar, que apenas se move dentro do nexo aparente, rumina constantemente de novo o material já há muito fornecido pela economia científica oferecendo um entendimento plausível dos fenômenos, por assim dizer, mais grosseiros e para o uso caseiro, da burguesia, e limita-se, de resto, a sistematizar, pedantizar e proclamar como verdades eternas as idéias banais e presunçosas que os agentes da produção burguesa formam sobre seu mundo, para eles o melhor possível.

120 "Os economistas têm um modo peculiar de proceder. Para eles há apenas duas espécies de instituição, as artificiais e as naturais. As instituições do feudalismo são artificiais, as da burguesia, naturais. Eles igualam-se nisso aos teólogos, que também distinguem dois tipos de religião. Toda religião, que não sua própria, é uma invenção dos homens, a sua própria no entanto uma revelação divina. — Assim portanto houve história, mas agora não há mais." (MARX, Karl. *Misère de la Philosophie. Réponse a la Philosophie de la Misère de M. Proudhon*. 1847. p. 113.) Verdadeiramente engraçado é o senhor Bastiat, que imagina que os antigos gregos e romanos teriam vivido apenas do roubo. Quando porém se vive muitos séculos do roubo, tem que haver constantemente algo para roubar, ou seja, o objeto do roubo tem que reproduzir-se incessantemente. Parece, portanto, que também os gregos e romanos tinham um processo de produção, portanto, uma economia, a qual formava a base material de seu mundo, tanto quanto a economia burguesa forma a do mundo atual. Ou talvez Bastiat queira dizer que um sistema de produção, que se baseia em trabalho escravo, se apóia num sistema de roubo? Ele coloca-se, então, em terreno perigoso. Se um gigante do pensamento como Aristóteles, em sua apreciação do trabalho escravo, errou, por que deveria um economista anão em sua apreciação do trabalho assalariado acertar? Aproveito essa oportunidade para refutar, de forma breve, uma objeção que me foi feita, quando do aparecimento de meu escrito *Zur Kritik der Pol. Oekonomie*, 1859, por um jornal teuto-americano. Este dizia, minha opinião, que determinado sistema de produção e as relações de produção a ele correspondentes, de cada vez, em suma, "a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência", que "o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral" — tudo isso estaria até mesmo certo para o mundo atual, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. Em primeiro lugar, é estranhável que alguém prefira supor que esses lugares-comuns arquiconhecidos sobre a Idade Média e o mundo antigo sejam ignorados por alguma pessoa. Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. De resto basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta. Por outro lado, Dom Quixote já pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante seria igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade.

Até que ponto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo aderido ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho demonstra, entre outras coisas, a disputa aborrecida e insípida sobre o papel da Natureza na formação do valor de troca. Como o valor de troca é uma maneira social específica de expressar o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais matéria natural do que, por exemplo, a cotação de câmbio.

Como a forma mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa, razão por que aparece cedo, embora não da mesma maneira dominante e, portanto, característica como hoje em dia, seu caráter fetichista parece ainda relativamente fácil de penetrar. Nas formas mais concretas desaparece mesmo essa aparência da simplicidade. De onde provieram as ilusões do sistema monetário? Não reconheceu ao ouro e à prata que eles representam, como dinheiro, uma relação social de produção, porém, na forma de objetos naturais com insólitas propriedades sociais. E a Economia moderna, que sobranceira olha o sistema monetário de cima para baixo, não se torna evidente seu fetichismo logo que trata do capital? Há quanto tempo desapareceu a ilusão fisiocrática de que a renda da terra origina-se do solo e não da sociedade?

Para não antecipar, porém, limitamo-nos aqui a dar mais um exemplo relativo à própria forma mercadoria. Se as mercadorias pudessem falar, diriam: É possível que nosso valor de uso interesse ao homem. Ele não nos compete enquanto coisas. Mas o que nos compete enquanto coisas é nosso valor. Nossa própria circulação como coisas mercantis demonstra isso. Nós nos relacionamos umas com as outras somente como valores de troca. Ouçamos agora como a fala do economista revela a alma da mercadoria:

> "Valor (valor de troca) é propriedade das coisas, riqueza (valor de uso) do homem. Valor, nesse sentido, implica necessariamente troca, riqueza não.[121] Riqueza (valor de uso) é um atributo do homem, valor um atributo das mercadorias. Um homem, ou uma comunidade, é rico; uma pérola ou um diamante, é valiosa. (...) Uma pérola ou um diamante tem valor como pérola ou diamante".[122]

Até agora nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes. Os descobridores econômicos dessa substância química, que se pretendem particularmente profundos na crítica, acham, porém, que o valor de uso das coisas é independente de suas propriedades

121 "Value is a property of things, riches of man. Value, in this sense, necessarily implies exchanges, riches do not." (*Observations on some Verbal Disputes in Pol. Econ., Particularly Relating to Value, and to Supply and Demand*. Londres, 1821. p. 16.)

122 "Riches are the attribute of man, value is the attribute of commodites. A man or a community is rich a pearl or a diamond is valuable. (...) A pearl or a diamond is valuable as a pearl or diamond." (BAILEY, S. *Op. cit.*, p. 165 *et seqs*.)

enquanto coisas, que seu valor, ao contrário, lhes é atribuído enquanto coisas. O que lhes confirma isso é a estranha circunstância que o valor de uso das coisas se realiza para o homem sem troca, portanto, na relação direta entre coisa e homem, mas seu valor, ao contrário, se realiza apenas na troca, isto é, num processo social. Quem não se lembra aqui do bom Dogberry, ensinando ao vigilante Seacoal:[123]

> "Ser um homem de boa aparência é uma dádiva das circunstâncias, mas saber ler e escrever provém da natureza."[124]

123 SHAKESPEARE. *Much Ado About Nothing.* Ato III. Cena III. (N. da Ed. Alemã.)

124 O autor de *Observations* e S. Bailey acusam Ricardo de que ele teria transformado o valor de troca de algo apenas relativo em absoluto. Ao contrário. Ele reduziu a relatividade aparente, que estas coisas, diamante e pérola, por exemplo, possuem como valores de troca, à verdadeira relação, que se oculta por trás dessa aparência, à sua relatividade como meras expressões do trabalho humano. Se os ricardianos respondem a Bailey com grosseria, mas não com acerto, isso se deve somente a que eles não encontraram no próprio Ricardo nenhuma explicação sobre a conexão interna entre valor e forma valor ou valor de troca.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE TROCA

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las.[125] Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma.[126] As pessoas aqui só existem, reciproca-

125 No século XII, renomado por sua piedade, encontramos freqüentemente entre essas mercadorias coisas muito delicadas. Um poeta francês dessa época conta, por exemplo, entre as mercadorias que se viam no mercado de Landit,* além de tecidos, sapatos, couro, instrumentos agrícolas, peles etc., *femmes folles de leurs corps*.**

* Landit. Vila perto de Paris, onde todos os anos tinha lugar uma grande feira, do século XII até o século IX. (N. da Ed. Alemã.)

** Mulheres de corpos fogosos. (N. dos T.)

126 Proudhon cria, primeiramente, seu ideal de justiça, da *justice éternelle*,* a partir das relações jurídicas correspondentes à produção de mercadorias, com o que, diga-se de passagem, proporciona a prova tão consoladora a todos os filisteus de que a forma de produção de mercadorias é algo tão eterno quanto a justiça. Depois inversamente, ele pretende remodelar a produção real de mercadorias e o direito real correspondente a ela segundo esse ideal. Que pensaríamos de um químico, que, em vez de estudar as verdadeiras leis do metabolismo e com base nelas resolver determinados problemas, resolvesse remodelar o metabolismo por meio das "idéias eternas", da *naturalité* ** e da *affinité*?*** Acaso sabe-se mais sobre a "usura" quando diz-se que ela contraria a *justice éternelle*, a *équité éternelle*,**** a *mutualité éternelle* ***** e outras *vérités éternelles*,****** do que os padres da Igreja sabiam, quando diziam que a usura contraria a *grâce éternelle*, a *foi éternelle* e a *volonté éternelle de Dieu*?*******

mente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam.

O que distingue sobretudo o possuidor de mercadoria desta última é que para ela cada outro corpo de mercadoria conta apenas como forma de manifestação de seu próprio valor. Igualitária e cínica nata, a mercadoria está sempre disposta a trocar não só a alma, como também o corpo, com qualquer outra mercadoria, mesmo quando esta seja tão desagradável como Maritornes. Esse sentido, que falta à mercadoria, para apreciar o concreto do corpo da mercadoria, o dono da mercadoria supre por meio dos seus cinco ou mais sentidos. Sua mercadoria não tem para ele nenhum valor de uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca.[127] Por isso, ele quer aliená-la por mercadoria cujo valor de uso o satisfaça. Todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Elas precisam, portanto, universalmente mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca e essa troca as refere como valores entre si e as realiza como valores. As mercadorias têm que realizar-se, portanto, como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso.

Por outro lado, as mercadorias têm de comprovar-se como valores de uso, antes de poderem realizar-se como valores. Pois o trabalho humano, despendido em sua produção, conta somente na medida em que seja despendido de forma útil para outros. Se o trabalho é útil para outros, se, portanto, seu produto satisfaz as necessidades alheias, somente sua troca pode demonstrar.

Cada possuidor de mercadorias só quer alienar sua mercadoria por outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça sua necessidade. Nessa medida, a troca é para ele apenas um processo individual. Por outro lado, ele quer realizar sua mercadoria enquanto valor, em qualquer outra mercadoria que o agrade do mesmo valor, quer a sua própria

* Justiça eterna. (N. dos T.)
** Naturalidade. (N. dos T.)
*** Afinidade. (N. dos T.)
**** Eqüidade eterna. (N. dos T.)
***** Reciprocidade eterna. (N. dos T.)
****** Verdades eternas. (N. dos T.)
******* A graça eterna; a fé eterna; a vontade eterna de Deus. (N. dos T.)

127 "Pois duplo é o uso de cada bem. Um é próprio à coisa, como tal, o outro não, como para uma sandália servir para calçar e ser trocável por outro objeto. Ambos são valores de uso da sandália, pois também quem troca a sandália por algo que lhe falta, alimento, por exemplo, usa a sandália como sandália. Porém, não em seu modo natural de uso, pois a sandália não existe para ser trocada." (ARISTÓTELES. *De Republica.* Livro Primeiro. Cap. 9.)

mercadoria tenha ou não valor de uso para o possuidor da outra. Nessa medida, a troca é para ele um processo genericamente social. Mas o mesmo processo não pode ser simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias apenas individual e, ao mesmo tempo, apenas genericamente social.

Vista a coisa mais de perto, percebe-se que para todo possuidor de mercadoria toda mercadoria alheia funciona como equivalente particular de sua mercadoria, sua mercadoria, portanto, como equivalente geral de todas as outras mercadorias. Mas como todos os possuidores de mercadorias fazem o mesmo, nenhuma mercadoria é equivalente geral e por isso as mercadorias não possuem também nenhuma forma valor geral relativa, na qual elas possam equiparar-se como valores e comparar-se como grandezas de valor. Portanto, elas não se defrontam, de modo algum, como mercadorias, mas apenas como produtos ou valores de uso.

Em sua perplexidade, pensam os nossos possuidores de mercadorias como Fausto. No começo era a ação. Eles já agiram, portanto, antes de terem pensado. As leis da natureza das mercadorias atuam através do instinto natural dos seus possuidores. Eles somente podem referir suas mercadorias, umas às outras, como valores, e por isso apenas como mercadorias ao referi-las, antiteticamente, a outra mercadoria como equivalente geral. É o que resultou da análise da mercadoria. Mas apenas a ação social pode fazer de uma mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias, portanto, exclui determinada mercadoria para nela representar universalmente seus valores. A forma natural dessa mercadoria vem a ser assim a forma equivalente socialmente válida. Ser equivalente geral passa, por meio do processo social, a ser a função especificamente social da mercadoria excluída. Assim ela torna-se — dinheiro.

> "Illi unum consilium habent et virtutem et potestatem suam bestiae tradunt. Et ne quis possit emere aut vendere, nisi qui habet characterem aut nomen bestiae, aut numerum nominis ejus."[128] (*Apocalipse*.[129])

O cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são, de fato, igualados entre si e, portanto, convertidos em mercadorias. A ampliação e aprofunda-

128 Estes têm um desígnio e darão sua força e seu poder à besta. E que ninguém possa comprar ou vender a não ser aquele que tenha o sinal, ou seja, o nome da besta ou o número do seu nome." (N. dos T.)

129 Obra da literatura cristã da primeira fase, que foi incluída no Novo Testamento; a autoria é geralmente atribuída ao Apóstolo João. O *Apocalipse* contém profecias místicas do "fim do mundo" e de uma "volta de Cristo", o que na Idade Média freqüentemente levou a movimentos populares heréticos. Posteriormente, a Igreja usava as profecias do *Apocalipse* ao intimidar as massas do povo. Marx cita aqui dos capítulos 17, 13 e 13, 17 do *Apocalipse* de São João. (N. da Ed. Alemã.)

mento históricos da troca desenvolvem a antítese entre valor de uso e valor latente na natureza da mercadoria. A necessidade de dar a essa antítese representação externa para a circulação leva a uma forma independente do valor da mercadoria e não se detém nem descansa até tê-la alcançado definitivamente por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e em dinheiro. Na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro.[130]

A troca direta de produtos possui já, por um lado, a forma da expressão simples do valor e, por outro lado, ainda não a tem. Aquela forma era *x* mercadoria *A* = *y* mercadoria *B*. A forma da troca direta de produtos é: *x* objeto de uso *A* = *y* objeto de uso *B*.[131] As coisas *A* e *B* não são aqui mercadorias antes da troca, mas tornam-se tais por meio da mesma. O primeiro modo, pelo qual um objeto de uso é possivelmente valor de troca, é sua existência como não-valor de uso, como *quantum* de valor de uso que ultrapassa as necessidades diretas de seu possuidor. As coisas são, em si e para si, externas ao homem e, portanto, alienáveis. Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado inca[132] etc. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. Sua relação quantitativa de troca é por enquanto inteiramente casual. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente. Nesse meio tempo, se consolida, pouco a pouco, a necessidade por objetos de uso estrangeiros. A constante repetição da troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário,

130 Julgue-se, pois, a habilidade do socialismo pequeno-burguês que quer eternizar a produção de mercadorias e, ao mesmo tempo, abolir a "antítese entre dinheiro e mercadoria" e, portanto, o próprio dinheiro, pois este somente existe dentro dessa antítese. Do mesmo modo poder-se-ia abolir o papa e deixar permanecer o catolicismo. Ver pormenores em minha obra *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*. p. 61 *et seqs*.

131 Enquanto não se trocam ainda dois diferentes objetos de uso, porém, como verificamos freqüentemente entre selvagens, uma massa caótica de coisas é oferecida como equivalente de um terceiro, a própria troca direta está ainda em seu limiar.

132 Estado escravagista com restos significantes da sociedade primitiva. A base da organização social e econômica era a parentela ou comunidade camponesa (*aylla*), que possuía terras e gado em comum. O Estado inca viveu seu florescimento no fim do século XV até a conquista espanhola, e seu extermínio total nos anos trinta do século XVI; naquela época ela se estendeu sobre os territórios do Peru, Equador, Bolívia e norte do Chile, de hoje (N. da Ed. Alemã.)

portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento, consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. Por outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente de sua própria produção. O costume fixa-as como grandezas de valor.

Na troca direta de produtos, cada mercadoria é diretamente meio de troca para seu possuidor, equivalente para seu não-possuidor, mas somente enquanto for valor de uso para ele. O artigo de troca não adquire ainda nenhuma forma valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos permutantes. A necessidade dessa forma desenvolve-se com o crescente número e variedade das mercadorias que vão entrando no processo de troca. O problema surge simultaneamente com os meios para sua solução. Uma circulação em que possuidores de mercadorias trocam e comparam seus artigos com outros artigos diferentes jamais se realiza sem que diferentes mercadorias de diferentes possuidores de mercadorias em sua circulação sejam trocadas e comparadas como valores com uma terceira mercadoria, sempre a mesma. Tal terceira mercadoria, ao se tornar equivalente de outras mercadorias diferentes, recebe diretamente, ainda que em limites estreitos, a forma de equivalente geral ou social. Essa forma de equivalente geral surge e desaparece com o contato social momentâneo que lhe deu vida. É atribuída alternativa e transitoriamente a esta ou àquela mercadoria. Com o desenvolvimento da troca de mercadorias ela se fixa exclusivamente em espécies particulares de mercadorias ou se cristaliza na forma dinheiro. A que classe de mercadorias ela adere é, no início, algo ocasional. No entanto, existem duas circunstâncias que *grosso modo* são decisivas. A forma fixa-se ou nos artigos de troca mais importantes vindos do estrangeiro, os quais de fato são formas de manifestação naturalmente desenvolvidas do valor de troca dos produtos locais, ou no objeto de uso que representa o elemento principal do patrimônio local alienável, como o gado, por exemplo. Os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma dinheiro, porque todos os seus haveres e bens têm forma móvel e, portanto, diretamente alienável e porque seu modo de vida os põe em constante contato com comunidades estrangeiras, solicitando-os à troca de produtos. Os homens fizeram, freqüentemente, do próprio homem, na figura do escravo, a matéria original de dinheiro, porém nunca as terras. Tal idéia somente poderia surgir numa sociedade burguesa já desenvolvida. Data do último terço do século XVII e só se tentou concretizá-la, em escala nacional, um século mais tarde, na revolução burguesa dos franceses.

Na mesma medida em que a troca de mercadorias rompe seus laços apenas locais e, com isso, o valor das mercadorias se desenvolve

para vir a ser materialização do trabalho humano em geral, a forma dinheiro transpõe-se a mercadorias que por natureza são adequadas para a função social de equivalente geral, os metais preciosos.

Que "ouro e prata, por natureza, não sejam dinheiro, embora dinheiro, por natureza, seja de ouro e prata",[133] demonstra a congruência de suas propriedades naturais com suas funções.[134] Mas até agora conhecemos apenas uma função do dinheiro, a de servir de forma de manifestação do valor das mercadorias ou de material, no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente. Forma adequada de manifestação do valor ou materialização de trabalho humano abstrato e, portanto, igual, pode ser apenas uma matéria cujos diversos exemplares possuam todos a mesma qualidade uniforme. Por outro lado, como a diferença das grandezas de valor é puramente quantitativa, é necessário que a mercadoria monetária seja capaz de expressar variações meramente quantitativas, portanto, possa ser dividida à vontade e novamente recomposta a partir de suas partes. Ouro e prata possuem, porém, essas propriedades por natureza.

O valor de uso da mercadoria monetária dobra. Além de seu valor de uso particular como mercadoria, como ouro por exemplo serve para obturar dentes, como matéria-prima para artigos de luxo etc., ela adquire um valor de uso formal decorrente de suas funções sociais específicas.

Sendo todas as mercadorias meros equivalentes particulares do dinheiro e o dinheiro seu equivalente geral, elas se relacionam como mercadorias particulares em relação ao dinheiro, como a mercadoria geral.[135]

Viu-se que a forma dinheiro é apenas o reflexo aderente a uma única mercadoria das relações de todas as outras mercadorias. Que o dinheiro seja mercadoria[136] é, portanto, apenas uma descoberta para aquele que parte de sua forma acabada para posteriormente analisá-la. O processo de troca dá à mercadoria, a qual é por ele transformada em dinheiro, não o seu valor, porém sua forma valor específica. A

133 MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 135. "Os metais (...) são, por natureza, dinheiro." (GALIANI. *Della Moneta*. Na coleção de Custodi, Parte Moderna, t. III, p. 137.)

134 Ver mais detalhes em minha obra acima citada no capítulo "Os Metais Preciosos".

135 "O dinheiro é a mercadoria geral." (VERRI. *Op. cit.*, p. 16.)

136 "Prata e ouro em si, aos quais podemos dar o nome geral de metais preciosos, são (...) mercadorias (...) que sobem e baixam (...) de valor. Ao metal precioso pode-se reconhecer um valor mais alto quando por um peso menor dele compra-se maior quantidade do produto ou manufatura do país etc." ([CLEMENT, S.] *A Discourse of the General Notions of Money Trade, and Exchange as they Stand in Relations to each Other*. By a Merchant. Londres 1695. p. 7.) "Ainda que o ouro e a prata cunhados ou sem cunhar sejam usados como unidade de medida de todas as demais coisas, não são menos mercadoria que vinho, óleo, tabaco, pano ou tecido." ([CHILD, J.] *A Discourse Concerning Trade, and that in Particular of the East-Indies* etc. Londres 1689. p. 2.) "A fortuna e a riqueza do reino tomadas com precisão não podem se limitar a dinheiro, nem o ouro nem a prata podem deixar de ser considerados mercadorias." [PAPILLON, Th.] *The East India Trade a most Profitable Trade.* Londres 1677. p. 4.)

confusão entre essas duas determinações levou a considerar o valor do ouro e da prata como sendo imaginário.[137] Podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por meros signos dele mesmo, surgiu o outro erro, que ele seja mero signo. Por outro lado, essa noção implicava vislumbrar que a forma dinheiro da coisa é externa a ela mesma e mera forma de manifestação de relações humanas ocultas atrás dela. Nesse sentido, cada mercadoria seria um signo, pois, como valor, é apenas um invólucro reificado do trabalho humano nela despendido.[138] Mas, ao considerar signos os caracteres sociais que as coisas ou os caracteres reificados que as determinações sociais do trabalho recebem, com base em determinado modo de produção, como meros signos, eles passam, ao mesmo tempo, a ser explicados como produto arbitrário da reflexão dos homens. Essa era uma mania de esclarecer muito apreciada, no século XVIII, para eliminar pelo menos transitoriamente a aparência estranha das formas enigmáticas de que se revestiam as condições humanas, cujo processo de formação não se podia ainda decifrar.

Observou-se anteriormente que a forma equivalente de uma mercadoria não implica a determinação quantitativa de sua grandeza de

137 "O ouro e a prata têm valor como metais, antes de serem dinheiro." (GALIANI. *Op. cit.*, [p. 72].) Locke diz: "A opinião geral das pessoas atribuiu à prata, devido às suas qualidades que a tornam adequada para ser dinheiro, um valor imaginário". [LOCKE, John. *Some Considerations* etc. 1691. In: *Works*. Ed. 1777. v. II p. 15.] Ao contrário, Law: "Como poderiam diferentes nações atribuir um valor imaginário a uma coisa qualquer (...) ou como deveria ter podido manter-se este valor?" Mas quão pouco ele mesmo entendia sobre o assunto: "A prata trocava-se segundo o valor de uso que possuía, ou seja, segundo seu valor real; por meio de sua determinação como dinheiro ela adquiriu um valor adicional (*une valeur additionnelle*). (LAW, Jean. *Considérations sur le Numéraire et le Commerce*. Na edição de E. Daire dos *Économistes Financiers du XVIII Siècle*, p. 469-470.)

138 "O dinheiro é seu (das mercadorias) signo." (Ver DE FORBONNAIS. *Élements du Commerce*. Nouv. Édit., Leyde, 1766 t. II p. 143.) "Como signo é atraído pelas mercadorias." (*Op. cit.*, p. 155.) "O dinheiro é signo de uma coisa e a representa." (MONTESQUIEU. *Esprit des Lois*. Oeuvres, Londres 1767. t. II p. 3.) "O dinheiro não é mero signo, ele é por si mesmo riqueza; ele não representa os valores, ele é o equivalente deles." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 910.) "Se examinamos o conceito de valor, a própria coisa somente é considerada um signo, e ela não conta como ela mesma, senão como o que vale." (HEGEL. *Op. cit.*, p. 100.) Muito antes dos economistas, os juristas impulsionaram a idéia do dinheiro como mero signo e do valor simplesmente imaginário dos metais preciosos, com o que prestavam um serviço de sicofantas ao poder real, cujo direito de falsificar moeda fundamentaram, durante toda a Idade Média, sobre as tradições do Império Romano e os conceitos monetários das Pandectas.* Num decreto de 1346, diz seu dócil discípulo Philippe de Valois: "Ninguém pode nem deve levantar dúvidas de que só cabe a Nós e a Nossa Majestade real (...) a operação monetária, a fabricação, a disposição, o aprovisionamento e toda regulamentação relativa às moedas, colocá-las em circulação assim e a tal preço, conforme nos compraza e bom nos pareça". Era dogma do direito romano que o imperador decretasse o valor do dinheiro. Era expressamente proibido tratar o dinheiro como mercadoria. "Não deve, entretanto ser permitido a ninguém comprar dinheiro, pois, tendo sido criado para uso geral, não deve ser mercadoria." A obra de G. F. Pagnini, *Saggio Sopra il Giusto Pregio delle Cose*, 1751, Ed. de Custodi, Parte Moderna, t. II, contém boa exposição a respeito. Notadamente na segunda parte da obra, Pagnini polemiza contra os senhores juristas.

* Pandectas (grego) ou digestos (latim). Parte principal do direito civil romano (*corpus juris civilis*). As pandectas eram uma composição de excertos das obras de juristas romanos e corresponderam aos interesses dos escravagistas. Elas foram redigidas por incumbência do imperador bizantino Justiniano I e proclamadas como lei no ano 533. (N. da Ed. Alemã.)

valor. Sabe-se que ouro é dinheiro, sendo, portanto, diretamente permutável com todas as mercadorias. Mas nem por isso sabe-se quanto valem, por exemplo, 10 libras de ouro. Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro pode expressar sua própria grandeza de valor apenas relativamente em outras mercadorias. Seu próprio valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e se expressa naquele *quantum* de qualquer outra mercadoria em que está cristalizado o mesmo tempo de trabalho.[139] Essa constatação de sua grandeza relativa de valor ocorre em sua fonte de produção, por meio da troca direta. Quando entra em circulação, como dinheiro, seu valor já está dado. Se já nas últimas décadas do século XVII, uma vez amplamente superado o começo da análise do dinheiro, sabia-se que dinheiro é mercadoria, isso era apenas o começo. A dificuldade não reside em compreender que dinheiro é mercadoria, porém como, por quê, por meio de que mercadoria é dinheiro.[140]

Já vimos que na expressão mais simples de valor, *x* mercadoria *A* = *y* mercadoria *B*, a coisa, em que a grandeza de valor de outra coisa é representada, parece possuir sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social de sua natureza. Já investigamos a consolidação dessa falsa aparência. Ela completou-se tão logo a forma de equivalente geral se fundiu com a forma natural de uma espécie particular de mercadoria ou cristalizou-se na forma dinheiro. Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas

139 "Se alguém pode trazer 1 onça de prata a Londres, desde as entranhas da terra no Peru, utilizando o mesmo tempo que necessitaria para produzir 1 *bushel* de trigo, então um é o preço natural do outro; se ele agora, em virtude da abertura de novas minas mais ricas, em vez de uma, conseguir 2 onças com o mesmo esforço de antes, o trigo pelo preço de 10 xelins por *bushel* será tão barato agora quanto antes pelo preço de 5 xelins *coeteris paribus*." (PETTY, William. *A Treatise on Taxes and Contributions*. Londres 1667. p. 31.)

140 Depois que o prof. Roscher nos ensinou: "As falsas definições do dinheiro podem dividir-se em dois grupos principais: aqueles que o consideram mais e aqueles que o consideram menos que uma mercadoria", segue um catálogo embaralhado de escritos sobre o sistema monetário, em que também não transparece a mais remota compreensão da história real da teoria, e então vem a moral: "De resto não se pode negar que a maioria dos economistas mais jovens não tenha considerado suficientemente as especificidades que distinguem o dinheiro das demais mercadorias" (portanto, apesar de tudo mais ou menos do que mercadoria?). "Nesse sentido, a reação semimercantilista de Ganilh (...) não é totalmente sem motivo." (ROSCHER, Wilhelm. *Die Grundlagen der Nationaloekonomie*. 3ª ed., 1858. p. 207-210.) Mais — menos — insuficiente — na medida em que — não totalmente! Que determinações conceituais! E semelhante prosa eclética professoral o senhor Roscher batiza modestamente de "método anatômico-fisiológico" da Economia Política. Devemos-lhe, no entanto, uma descoberta, a saber, que o dinheiro é "uma mercadoria agradável".

coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante.

CAPÍTULO III

O DINHEIRO OU A CIRCULAÇÃO DAS MERCADORIAS

1. Medida dos valores

A fim de simplificar, pressuponho sempre neste escrito o ouro como a mercadoria monetária.

A primeira função do ouro consiste em fornecer ao mundo das mercadorias o material para sua expressão de valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas de mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, ele funciona como medida geral dos valores e é apenas por meio dessa função que o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna inicialmente dinheiro.

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho.[141]

141 A pergunta por que o dinheiro não representa diretamente o próprio tempo de trabalho, de forma que, por exemplo, uma nota de papel represente *x* horas de trabalho, se reduz simplesmente à pergunta por que, na base da produção de mercadorias, os produtos de trabalho precisam representar-se como mercadorias, pois a representação de mercadoria implica sua duplicação em mercadoria e mercadoria monetária. Ou por que o trabalho privado não pode ser tratado como seu contrário, trabalho diretamente social. Já tratei minuciosamente, em outra parte, do utopismo superficial de uma "moeda trabalho", com base na produção de mercadorias. (*Op. cit.*, p. 61 *et seqs.*) Observaria ainda que, por exemplo, a "moeda trabalho" de Owen é tão pouco "dinheiro" como um bilhete de teatro. Owen pressupõe trabalho diretamente socializado, uma forma de produção diametralmente oposta à produção de mercadorias. O certificado de trabalho constata apenas a participação individual do produtor no trabalho comum e seu direito individual à parte do produto comum destinada ao consumo. Porém, a Owen não ocorre pressupor a produção de mercadorias e, apesar disso, querer escamotear suas condições necessárias por meio de artimanhas monetárias.

A expressão de valor de uma mercadoria em ouro — *x* da mercadoria *A* = *y* da mercadoria monetária — é sua forma de dinheiro ou seu preço. Uma equação isolada, como 1 tonelada de ferro = 2 onças de ouro, basta agora para representar o valor do ferro de uma maneira socialmente válida. A equação já não tem de marchar em fila e coluna com as equações de valor das outras mercadorias, porque a mercadoria equivalente, o ouro, já possui o caráter de dinheiro. A forma valor relativa geral das mercadorias tem assim de novo a figura de sua forma valor relativa original, simples ou singular. Por outro lado, a expressão relativa de valor desdobrada ou a infinita série de expressões relativas de valor torna-se a forma de valor especificamente relativa da mercadoria dinheiro. Mas essa série agora já está dada socialmente nos preços das mercadorias. Basta ler, ao revés, as cotações de uma lista de preços, para encontrar a grandeza de valor do dinheiro, representada em todas as mercadorias possíveis. Dinheiro, por sua vez, não tem preço. Para participar dessa forma relativa unitária das outras mercadorias, teria de ser relacionado a si mesmo, como seu próprio equivalente.

O preço ou a forma monetária das mercadorias, como sua forma valor em geral, é distinta de sua forma corpórea real e tangível, uma forma somente ideal ou imaginária. O valor de ferro, linho, trigo etc., embora invisível, existe nessas coisas mesmas; ele é imaginado por sua igualdade com ouro, uma relação com o ouro que, por assim dizer, só assombra suas cabeças. O guardião das mercadorias tem, por isso, de meter sua língua na cabeça delas ou pendurar nelas pedaços de papel para comunicar seus preços ao mundo exterior.[142] Como a expressão dos valores das mercadorias em ouro é ideal, aplica-se nessa operação também somente ouro ideal ou imaginário. Cada guardião de mercadorias sabe que ainda está longe de dourar suas mercadorias, quando dá a seu valor a forma de preço ou forma ouro imaginária e que ele não precisa de nenhuma migalha de ouro real para avaliar, em ouro, milhões de valores mercantis. Em sua função de medida de

142 O selvagem ou semi-selvagem usa a língua de outro modo. O Capitão Parry observa, por exemplo, nos habitantes da costa ocidental da baía de Baffin: "Nesse caso" (ao intercambiar produtos) "(...) eles o lambiam" (o que lhes foi oferecido) "duas vezes com a língua, com o que pareciam considerar o negócio concluído satisfatoriamente".* Do mesmo modo, entre os esquimós orientais, o permutante lambia o artigo ao recebê-lo. Se a língua no norte, portanto, serve de órgão de apropriação, não é de admirar que no sul a barriga funciona como órgão de propriedade acumulada e que o cafre calcule a riqueza de um homem segundo a sua pança. Os cafres são tipos muito espertos, pois enquanto o relatório oficial inglês sobre a saúde, de 1864, deplora a falta de substâncias formadoras de gorduras em grande parte da classe trabalhadora, um certo dr. Harvey, não o que descobriu a circulação do sangue, no mesmo ano fez a sua fortuna por meio de receitas charlatanescas que prometiam livrar a burguesia e a aristocracia da carga de gordura excessiva.

* PARRY, W. E. *Journal of a Voyage for the Discovery of a North-West Passage from the Atlantic to the Pacific; Performed in the Years 1819-1820, in His Majesty's Ships Hecla and Griper, under the Orders of William Edward Parry*. 2ª ed. Londres, 1821. p. 277-278. (N. da Ed. Alemã.)

valor, o dinheiro serve, portanto, como dinheiro apenas imaginário ou ideal. Essa circunstância deu origem às mais absurdas teorias.[143] Embora apenas dinheiro imaginário sirva para a função de medida do valor, o preço depende totalmente do material monetário real. O valor, isto é, o *quantum* de trabalho humano contido, por exemplo, numa tonelada de ferro, é expresso num *quantum* imaginário da mercadoria monetária, que contém a mesma quantidade de trabalho. Por isso, conforme ouro, prata ou cobre sirvam de medida do valor, o valor da tonelada de ferro recebe expressões de preço inteiramente diferentes ou é apresentado em quantidades de ouro, prata ou cobre totalmente diversas.

Se, por isso, duas mercadorias diferentes, por exemplo ouro e prata, servem, ao mesmo tempo, de medidas de valor, então todas as mercadorias possuem duas expressões diferentes de preços, o preço em ouro e o preço em prata, que correm tranqüilamente um ao lado do outro, enquanto a relação de valor entre ouro e prata ficar inalterada, por exemplo 1: 15. Mas cada alteração dessa relação de valores perturba a relação entre os preços em ouro e os preços em prata das mercadorias, provando assim, de fato, que a duplicação da medida de valor contradiz sua função.[144]

Todas as mercadorias com preços determinados apresentam-se sob a forma: a mercadoria $A = x$ ouro, b mercadoria $b = z$ ouro, c mercadoria $C = y$ ouro etc., em que a, b, c representam certas quantidades das espécies de mercadorias A, B, C, e x, y, z certas quantidades de ouro. Os valores das mercadorias são assim transformados em quantidades imaginárias de ouro de tamanhos diferentes, portanto, apesar

143 Ver MARX, Karl. *Zur Kritik* etc., "Theorien von der Masseinheit des Geldes", p. 53 *et seqs.*

144 Nota à 2ª edição. "Onde o ouro e a prata permanecem legalmente um ao lado do outro, como dinheiro, isto é, como medida de valor, sempre tentou-se, em vão, tratá-los como uma única e mesma matéria. Se foi admitido que o mesmo tempo de trabalho tem que, imutavelmente, objetivar-se na mesma proporção de prata e de ouro, admite-se de fato que prata e ouro são a mesma matéria e que determinada quantidade do metal menos valioso, da prata, forma uma fração imutável de determinada massa de ouro. Do governo de Eduardo III até o tempo de George II, a história do sistema monetário inglês decorre numa série progressiva de perturbações resultante da colisão entre a fixação legal da relação de valor entre ouro e prata e suas reais oscilações de valor. Ora era o ouro avaliado em demasia, ora era a prata. O metal subavaliado era retirado de circulação, fundido e exportado. A relação de valor de ambos os metais era então legalmente alterada, mas o novo valor nominal entrava logo no mesmo conflito com a relação de valor real, como o antigo. — Em nossa própria época, a queda muito fraca e passageira no valor do ouro em relação à prata, em conseqüência da demanda de prata na Índia e na China, produziu o mesmo fenômeno na maior escala, na França: exportação da prata e sua expulsão da circulação pelo ouro. Durante os anos de 1855, 1856 e 1857, o excedente de importação de ouro pela França sobre a exportação de ouro pela França montou a 41,58 milhões de libras esterlinas, enquanto o excedente de exportação de prata sobre a importação de prata foi de 34,704 milhões de libras esterlinas. De fato, nos países onde os dois metais são as medidas legais de valor, portanto, onde ambos têm que ser aceitos em pagamento, mas qualquer um pode pagar à vontade em ouro e prata, o metal com valor em alta porta um ágio e mede como qualquer outra mercadoria seu preço no metal superavaliado, enquanto o último é o único que serve de medida de valor. Toda a experiência histórica nessa área se reduz simplesmente a que, onde duas mercadorias estão legalmente providas com a função de medida de valor, só uma delas se impõe como tal." (MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 52-53.)

da confusa variedade dos corpos das mercadorias, em grandezas de mesma denominação, grandezas de ouro. Como tais quantidades de ouro, elas se comparam e medem entre si e se desenvolve tecnicamente a necessidade de relacioná-las a um *quantum* fixado de ouro como sua unidade de medida. Essa mesma unidade de medida, por meio de posterior divisão em partes alíquotas, é transformada em padrão de medida. Antes de se tornarem dinheiro, o ouro, a prata e o cobre já possuíam tais padrões de medida em seus pesos metálicos, de modo que, por exemplo, uma libra serve de unidade de medida, subdividindo-a, por um lado, outra vez em onças etc., e somando-a, por outro lado, em quintais etc.[145] Assim, em toda circulação metálica, as denominações preexistentes do padrão de peso formam também as denominações originais do padrão monetário ou padrão de medida dos preços.

Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. Na medida dos valores, as mercadorias se medem como valores; o padrão dos preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro em um *quantum* de ouro, e não o valor de um *quantum* de ouro no peso do outro. Para o padrão dos preços, determinado peso de ouro tem de ser fixado como unidade de medida. Aqui, como em todas as outras determinações de medida de grandeza de mesma denominação, a estabilidade das relações de medida torna-se decisiva. Por isso, o padrão de preços cumpre sua função tanto melhor quanto mais invariavelmente um mesmo *quantum* de ouro sirva de unidade de medida. Como medida de valores o ouro somente pode servir porque ele mesmo é produto de trabalho, sendo, portanto, um valor potencialmente variável.[146]

É claro, agora, que uma mudança de valor do ouro não prejudica, de modo algum, sua função como padrão de preços. Por mais que varie o valor do ouro, diferentes quantidades de ouro mantêm entre si sempre a mesma relação de valor. Caia de 1 000% o valor do ouro, depois como antes, 12 onças de ouro terão 12 vezes o valor de 1 onça de ouro e no que se refere aos preços trata-se apenas das relações de várias

145 Nota à 2ª edição. A singularidade de, na Inglaterra, a onça de ouro como unidade do padrão monetário não estar dividida em partes alíquotas explica-se do seguinte modo: "Nosso sistema monetário originariamente estava adaptado apenas à utilização de prata — portanto, 1 onça de prata pode sempre ser dividida em determinado número alíquoto de peças monetárias; visto, porém, que o ouro somente foi introduzido numa época posterior num sistema de moedas que estava adaptado apenas à prata, 1 onça de ouro não poderia ser cunhada num número alíquoto de moedas". (MACLAREN. *History of the Currency*. Londres, 1858, p. 16.)

146 Nota à 2ª edição. Nos escritos ingleses é indizível a confusão sobre medida dos valores (*measure of values*) e padrão dos preços (*standard of value*). As funções e, portanto, seus nomes são constantemente trocados.

quantidades de ouro entre si. Como, por outro lado, 1 onça de ouro não muda de nenhuma forma seu peso com a queda ou subida de seu valor, tampouco muda o peso de suas partes alíquotas, e assim o ouro, como padrão fixo dos preços, presta sempre o mesmo serviço, qualquer que seja a mudança do seu valor.

A mudança de valor do ouro também não impede sua função de medida de valor. Ela atinge simultaneamente todas as mercadorias, deixando assim, *coeteris paribus*, inalterados seus valores recíprocos relativos, embora eles todos se expressem agora em preços de ouro mais altos ou mais baixos do que antes.

Como na representação do valor de uma mercadoria no valor de uso de qualquer outra, também na avaliação das mercadorias em ouro somente se pressupõe que, na época dada, a produção de determinado *quantum* de ouro custa dado *quantum* de trabalho. Com relação ao movimento dos preços das mercadorias em geral, valem as leis anteriormente desenvolvidas da expressão relativa simples de valor.

Os preços das mercadorias só podem subir generalizadamente, permanecendo igual o valor do dinheiro, se os valores das mercadorias sobem; permanecendo iguais os valores das mercadorias, se cai o valor do dinheiro. E vice-versa. Os preços das mercadorias só podem cair generalizadamente, permanecendo igual o valor do dinheiro, se caem os valores das mercadorias; permanecendo iguais os valores das mercadorias, se sobe o valor do dinheiro. Não segue daí, de modo algum, que uma subida do valor do dinheiro acarreta uma queda proporcional dos preços das mercadorias, e uma queda do valor do dinheiro uma subida proporcional dos preços das mercadorias. Isso somente vale para mercadorias de valor inalterado. Mercadorias, por exemplo, cujo valor sobe proporcional e simultaneamente com o valor do dinheiro mantêm os mesmos preços. Se seu valor sobe mais lenta ou mais rapidamente que o valor do dinheiro, a queda ou a subida de seus preços será determinada pela diferença entre o movimento do valor delas e o do dinheiro etc.

Voltemos agora à observação da forma preço.

As denominações monetárias dos pesos metálicos se desligam, pouco a pouco, de suas denominações originais de peso por diferentes motivos, sendo os seguintes os historicamente decisivos: 1) Introdução de dinheiro estrangeiro em países menos desenvolvidos; na Roma Antiga, por exemplo, circulavam, inicialmente, moedas de prata e de ouro, como mercadorias estrangeiras. As denominações desse dinheiro estrangeiro são diferentes das denominações de peso do país. 2) Com o desenvolvimento da riqueza, o metal menos nobre é deslocado da função de medida de valor pelo mais nobre. O cobre pela prata, a prata pelo ouro, por mais que essa seqüência contradiga[147] a cronologia poética.[148]

147 De resto, ela também não possui validade histórica universal.

148 Cronologia poética. Na mitologia antiga a história da humanidade era dividida em cinco períodos. Na idade do ouro, os homens viviam mais felizes e sem preocupações; a terra era

Libra, por exemplo, era então a denominação monetária de uma verdadeira libra de prata. Tão logo o ouro desloca a prata da função de medida de valor, o mesmo nome associa-se talvez a 1/15 etc. de 1 libra de ouro, conforme a relação de valor entre o ouro e a prata. Libra como denominação monetária, e libra, como denominação ordinária de peso do ouro, são agora separadas.[149] 3) A falsificação de dinheiro, continuada durante séculos pelos príncipes, que do peso original das moedas deixou, de fato, apenas o nome.[150]

Esses processos históricos convertem em costume popular a separação da denominação monetária dos pesos metálicos de sua denominação corrente de peso. Como padrão monetário é, por um lado, puramente convencional e como necessita, por outro lado, de validade geral, ele acaba sendo regulado por lei. Determinado peso do metal nobre, por exemplo, 1 onça de ouro, é oficialmente dividido em partes alíquotas, que recebem nomes de batismo legais como libra, táler etc. Tal parte alíquota, que funciona agora como a verdadeira unidade de medida do dinheiro, é dividida em outras partes alíquotas com nomes de batismo legais, como xelim, pêni etc.[151] Agora como antes, determinados pesos metálicos permanecem como padrão do dinheiro metálico. O que mudou foi a divisão e a denominação.

Os preços, ou as quantidades de ouro, em que se transformam idealmente os valores reais das mercadorias, são expressos agora nas denominações monetárias ou nas denominações de conta do padrão ouro legalmente válidos. Portanto, em lugar de dizer que o *quarter* de trigo é igual a 1 onça de ouro, diríamos, na Inglaterra, que é igual a 3 libras esterlinas, 17 xelins e 10 1/2 pence. As mercadorias comunicam-se mutuamente, assim, em suas denominações monetárias, quanto valem e o dinheiro serve de dinheiro de conta sempre que se trata de fixar uma coisa como valor e, portanto, em forma dinheiro.[152]

propriedade comum e produzia tudo o que era necessário à vida. A esse estado perfeito seguiu, porém, uma piora gradual do mundo, representada como idade da prata, idade do bronze, idade dos heróis e idade do ferro. Esta última época era caracterizada por trabalho penoso e solo infecundo; a vida era cheia de injustiça, violência e homicídio. — A lenda das cinco idades é retomada novamente nas obras do épico grego Hesíodo e, posteriormente, nas do poeta lírico romano Ovídio. (N. da Ed. Alemã.)

149 Nota à 2ª edição. Assim, a libra inglesa significa menos de 1/3 de seu peso original, a libra escocesa antes da Union* apenas 1/36, a libra francesa 1/74, o maravedi espanhol menos de 1/1 000, o real português uma proporção ainda muito menor.

* A união entre Inglaterra e Escócia, que se deu em 1707, ligou a Escócia definitivamente à Inglaterra. O Parlamento escocês foi dissolvido e todas as barreiras econômicas entre os dois países removidas. (N. da Ed. Alemã.)

150 Nota à 2ª edição. As moedas cujas denominações hoje são apenas ideais, são em todas as nações as mais antigas; outrora foram todas reais, e justamente porque foram reais, calculava-se com elas." (GALIANI. *Della Moneta. Op. cit.*, p. 153.)

151 Nota à 2ª edição. O sr. David Urquhart observa, em suas *Familiar Words*, sobre a monstruosidade (!) de que hoje em dia 1 libra (£ St.), a unidade do padrão monetário inglês, é aproximadamente igual a 1/4 de onça de ouro: "Isso é falsificação de uma medida e não fixação de um padrão". [p. 105.] Ele vê nessa "falsa denominação" do peso do ouro, como em tudo mais, a mão falsificadora da civilização.

152 Nota à 2ª edição. Quando se perguntou a Anacharsis para que os helenos precisavam de

A denominação de uma coisa é totalmente extrínseca à sua natureza. Eu não sei nada sobre um homem sabendo que o seu nome é Jacobus. Do mesmo modo desaparece nos nomes monetários libra, táler, franco, ducado etc. qualquer vestígio da relação de valor. A confusão sobre o sentido secreto desses signos cabalísticos é tanto maior na medida em que as denominações monetárias expressam ao mesmo tempo o valor das mercadorias e partes alíquotas de um peso metálico, do padrão monetário.[153] Por outro lado, é necessário que o valor, em contraste com os coloridos corpos do mundo das mercadorias, evolua para essa forma reificada sem sentido próprio, mas também simplesmente social.[154]

O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. Por isso, a equivalência da mercadoria e do *quantum* de dinheiro, cuja denominação é o preço dela, é uma tautologia,[155] como a expressão relativa de valor de uma mercadoria por si é sempre a expressão da equivalência de duas mercadorias. Mas se o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente de sua relação de troca com dinheiro, não se segue, ao contrário, que o expoente de sua relação de troca com dinheiro seja necessariamente o expoente de sua grandeza de valor. Suponhamos que o trabalho socialmente necessário de igual grandeza represente-se em 1 *quarter* de trigo e em 2 libras esterlinas (cerca de 1/2 onça de ouro). As 2 libras esterlinas são a expressão monetária da grandeza de valor do *quarter* de trigo ou seu preço. Se as circunstâncias permitirem sua cotação a 3 libras esterlinas ou forçarem sua cotação a 1 libra esterlina, então como ex-

dinheiro, respondeu ele: para fazer contas." (ATHEN[AEUS]. *Deipn*. Livro Quarto, 49, v. 2, p. 120, ed. Schweighaeuser, 1802.)

153 Nota à 2ª edição. "Como o ouro, como padrão dos preços, aparece com denominações de conta iguais às dos preços das mercadorias, de forma que, por exemplo, 1 onça de ouro tanto quanto o valor de 1 tonelada de ferro é expressa em 3 libras esterlinas, 17 xelins e 10 1/2 pence, essas suas denominações de conta foram designadas como o seu preço monetário. Surgiu, por isso, essa estranha concepção de que o ouro (respectivamente a prata) seria avaliado em seu próprio material e, em contraste com todas as outras mercadorias, receberia do Estado um preço fixo. Confundiu-se a fixação dessas denominações de conta de determinados pesos de ouro com a fixação do valor desses pesos." (MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 52.)

154 Ver "Teorias da Unidade de Medida do Dinheiro". In: *Zur Kritik der Pol. Oekon*. etc. p. 53 *et seqs*. As fantasias sobre o aumento ou a diminuição do "preço da moeda", que consistem em que as denominações monetárias legais de pesos legalmente fixados de ouro ou prata sejam transferidas, por parte do Estado, para pesos maiores ou menores, e assim passar a cunhar 1/4 de onça de ouro, em 40 xelins em vez de em 20 — essas fantasias, na medida em que não objetivem operações financeiras inábeis contra credores públicos ou privados, mas sim "curas milagrosas" econômicas, já foram tratadas tão exaustivamente por Petty em *Quantulumcumque Concerning Money. To the Lorde Marquis of Halifax, 1682*, que seus sucessores imediatos, Sir Dudley North e John Locke, para não falar nos posteriores, puderam apenas vulgarizá-lo. "Se a riqueza de uma nação", diz ele, entre outras coisas, "pudesse ser decuplicada por meio de um decreto, seria de estranhar que nossos governos não tivessem já há muito tempo promulgado tais decretos." (*Op. cit.*, p. 36.)

155 "Ou então deve-se reconhecer que 1 milhão em dinheiro tem mais valor que igual valor em mercadorias" (LETROSNE, *Op. cit.*, p. 919), portanto, "que um valor vale mais que outro valor igual."

pressão da grandeza de valor do trigo 1 libra esterlina e 3 libras esterlinas são ou pequenas ou grandes demais, mas mesmo assim elas são preços do mesmo, pois são, primeiro, sua forma valor, dinheiro, e segundo, expoentes de sua relação de troca com dinheiro. Com condições de produção constantes ou força produtiva do trabalho constante, deve-se despender para a reprodução de 1 *quarter* de trigo, tanto antes como depois, a mesma quantidade de tempo social de trabalho. Essa circunstância não depende da vontade do produtor do trigo nem da de outros possuidores de mercadorias. A grandeza de valor da mercadoria expressa, assim, uma relação necessária imanente a seu processo de formação com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela. Mas nessa relação pode expressar-se tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dadas circunstâncias, ela é alienável. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra.

A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor. A expressão de preço torna-se aqui imaginária, como certas grandezas da Matemática. Por outro lado, a forma imaginária de preço, como, por exemplo, o preço da terra não cultivada, que não tem valor, pois nela não está objetivado trabalho humano, pode encerrar uma relação real de valor ou uma relação derivada dela.

Como a forma relativa de valor em geral, o preço expressa o valor de uma mercadoria, por exemplo, de 1 tonelada de ferro, pelo fato de que certo *quantum* do equivalente, por exemplo, 1 onça de ouro, seja diretamente trocável por ferro, mas de modo algum o contrário, que o ferro, por sua parte, seja diretamente trocável por ouro. Portanto, para exercer praticamente a ação de valor de troca, a mercadoria tem de desfazer-se de seu corpo natural, transformar-se de ouro imaginário em ouro real, ainda que essa transubstanciação lhe seja mais "árdua" do que ao "conceito" hegeliano a transição da necessidade para a liberdade, ou a uma lagosta o romper de sua casca,

ou ao Padre da Igreja, São Jerônimo, o despojar-se do velho Adão.[156] Além de sua forma real, por exemplo, ferro, a mercadoria pode possuir, no preço, forma ideal de valor ou forma imaginária de ouro, mas ela não pode ser, ao mesmo tempo, realmente ferro e realmente ouro. Para dar-lhe um preço, basta equipará-la a ouro imaginário. A fim de prestar a seu possuidor o serviço de equivalente geral, ela tem de ser substituída por ouro. Se o possuidor do ferro confrontar-se com o possuidor de uma mercadoria mundana e o remeter ao preço do ferro, como forma de dinheiro, o mundano responderia como no céu, São Pedro ao Dante, que lhe recita a fórmula da fé:[157]

> "Assai bene è trascorsa
> D'esta moneta già la lega e'l peso,
> Ma dimmi se tu l'hai nella tua borsa."[158]

A forma preço implica a alienabilidade das mercadorias contra dinheiro e a necessidade dessa alienação. Por outro lado, ouro funciona somente como medida ideal de valor, porque já está circulando no processo de troca, como mercadoria monetária. Na medida ideal dos valores espreita, por isso, o dinheiro sonante.

2. Meio de circulação

a) A metamorfose das mercadorias

Viu-se que o processo de troca das mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. Esse é, em geral, o método com o qual contradições reais se resolvem. É uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente em outro e, com a mesma constância, fuja dele. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve.

Na medida em que o processo de troca transfira mercadorias da mão em que elas são não-valores de uso para a mão em que elas são valores de uso, ele é metabolismo social. O produto de uma modalidade útil de trabalho substitui o da outra. Uma vez tendo alcançado o lugar

156 Se São Jerônimo, em sua juventude, teve de lutar muito contra a carne material, como o demonstra sua luta no deserto com as imagens de lindas mulheres, assim, na velhice, com a carne espiritual. "Eu acreditei", diz ele, "estar em espírito diante do juiz do mundo." "Quem és tu?", perguntou uma voz. "Eu sou um cristão." "Tu mentes", trovejou o juiz do mundo. "Tu és apenas um ciceroniano."*

* Marx cita aqui São Jerônimo, "Epístola a Eustóquio — sobre a conservação da virgindade". (N. da Ed. Alemã.)

157 DANTE. *A Divina Comédia*. "O Paraíso". Canto XXIV. (N. da Ed. Alemã.)

158 "Cuidadosamente examinados
Já estão a lei e o peso dessa moeda.
Mas, dize-me, tens dela em tua bolsa?" (N. dos T.)

em que serve de valor de uso, a mercadoria cai da esfera de intercâmbio das mercadorias na esfera do consumo. Apenas a primeira é que nos interessa aqui. Temos, por isso, de observar o processo inteiro segundo o aspecto formal, portanto somente a mudança de forma ou a metamorfose das mercadorias, a qual media o metabolismo social.

A interpretação inteiramente defeituosa dessa mudança de forma, deixando de lado a falta de clareza sobre o próprio conceito do valor, é devida à circunstância de que cada mudança de forma de uma mercadoria realiza-se na troca de duas mercadorias, uma mercadoria comum e a mercadoria monetária. Atendo-se somente a esse momento material, o intercâmbio de mercadoria por ouro, deixa-se de ver o que deve ser visto, isto é, o que ocorre com a forma. Não se percebe que o ouro, como simples mercadoria, não é dinheiro e que as outras mercadorias em seus preços se relacionam a si mesmas com ouro, como sua própria figura monetária.

A princípio, as mercadorias entram no processo de intercâmbio sem serem douradas, nem açucaradas, da forma que chegam ao mundo. Esse processo produz uma duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma antítese externa, dentro da qual elas representam sua antítese imanente entre valor de uso e valor. Nessa antítese, as mercadorias confrontam-se, como valores de uso, com o dinheiro, como valor de troca. Por outro lado, ambos os lados da antítese são mercadorias, portanto, unidades de valor de uso e valor. Mas essa unidade de diferenças se representa inversamente em cada um dos dois pólos, e por isso representa, ao mesmo tempo, a correlação entre eles. A mercadoria é realmente valor de uso, a sua existência como valor aparece apenas idealmente no preço, que a relaciona com o ouro, situado no outro pólo, como sua figura real de valor. Ao contrário, o material ouro somente funciona como materialização do valor, dinheiro. Por isso, é realmente valor de troca. Seu valor de uso se apresenta apenas idealmente na série das expressões relativas de valor em que se relaciona com as mercadorias situadas de outro lado, como o círculo de suas figuras de uso reais. Essas formas antitéticas das mercadorias são os movimentos reais de seu processo de intercâmbio.

Acompanhemos agora um possuidor qualquer de mercadorias, por exemplo, nosso velho conhecido tecelão de linho, à cena do processo de intercâmbio, ao mercado. Sua mercadoria, 20 varas de linho, tem preço determinado. Seu preço é 2 libras esterlinas. Ele a troca por 2 libras esterlinas e, homem de velha cepa, troca as 2 libras esterlinas, por sua vez, por uma Bíblia familiar do mesmo preço. O linho, para ele apenas mercadoria, portador de valor, é alienado por ouro, sua figura de valor; e dessa figura volta a ser alienado por outra mercadoria, a Bíblia, que, porém, como objeto de uso, deve ir para a casa do tecelão e lá satisfazer às necessidades de edificação. O processo de intercâmbio da mercadoria opera-se, portanto, por meio de duas metamorfoses opos-

tas e reciprocamente complementares — transformação da mercadoria em dinheiro e sua retransformação de dinheiro em mercadoria.[159] Os momentos da metamorfose da mercadoria são, ao mesmo tempo, transações do possuidor de mercadoria — venda, intercâmbio da mercadoria por dinheiro; compra, intercâmbio do dinheiro por mercadoria e unidade de ambos os atos: vender, para comprar.

Contemplando agora o resultado final da transação, o tecelão de linho possui uma Bíblia, em vez de linho, em vez de sua mercadoria original outra do mesmo valor, mas de utilidade diferente. Do mesmo modo, ele se apropria de seus outros meios de subsistência e de produção. De seu ponto de vista, todo o processo somente media a troca de seu produto de trabalho por produto do trabalho alheio, o intercâmbio de produtos.

O processo de intercâmbio da mercadoria se completa, portanto, na seguinte mudança de forma:

Mercadoria — Dinheiro — Mercadoria
M — D — M

Segundo seu conteúdo material, o movimento é *M — M*, troca de mercadoria por mercadoria, metabolismo do trabalho social, em cujo resultado o próprio processo se extingue.

M — D. Primeira metamorfose da mercadoria ou venda. O salto do valor da mercadoria, do corpo da mercadoria para o corpo do ouro, é, como o designei em outro lugar, o salto mortal da mercadoria. Caso ele falhe, não é a mercadoria que é depenada, mas sim o possuidor dela. A divisão social do trabalho torna tão unilateral seu trabalho quanto multilaterais suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor de troca. Mas ele somente obtém a forma equivalente geral, socialmente válida, como dinheiro e o dinheiro encontra-se em bolso alheio. Para tirá-lo de lá, a mercadoria tem de ser, sobretudo, valor de uso para o possuidor do dinheiro, que o trabalho despendido nela, portanto, tenha sido despendido em forma socialmente útil ou que se confirme como elo da divisão social do trabalho. Mas a divisão do trabalho é um organismo de produção que se desenvolveu naturalmente e cujos fios se teceram e continuam a tecer-se às costas dos produtores de mercadorias. Talvez a mercadoria seja produto de uma nova modalidade de trabalho, que pretende satisfazer a uma necessidade recentemente surgida ou que pretende ainda provocar por iniciativa própria uma necessidade. Função que era ainda ontem uma entre as muitas funções do mesmo produtor de mercadorias, uma operação particular se desprende hoje desse conjunto, torna-se autônoma

159 "Do (...) fogo, entretanto, provém tudo, disse Heráclito, e de tudo, fogo, como do ouro, os bens e dos bens, ouro." (LASSALLE, F. *Die Philosophie Herakleitos des Dunklen*. Berlim, 1858. Livro Primeiro. p. 222.) Nota de Lassalle a essa passagem, p. 224, nº 3, declara o dinheiro, incorretamente, como mero signo de valor.

e, por isso, envia seu produto parcial como mercadoria independente ao mercado. As circunstâncias podem estar maduras ou imaturas para esse processo de separação. O produto satisfaz hoje a uma necessidade social. Amanhã será, talvez, deslocado parcial ou totalmente, de seu lugar, por uma espécie semelhante de produto. Mesmo que o trabalho, como o de nosso tecelão de linho, seja um elo patenteado da divisão social de trabalho, não está com isso garantido, de modo algum, o valor de uso precisamente de suas 20 varas de linho. Se a necessidade social de linho, e ela tem sua medida como tudo mais, estiver saturada por tecelões rivais, o produto de nosso amigo torna-se excedente, supérfluo e com isso inútil. A cavalo dado não se olha o dente, mas ele não vai ao mercado para distribuir presentes. Suponhamos, porém, que o valor de uso de seu produto se confirme e o dinheiro seja portanto atraído pela mercadoria. Mas agora se pergunta: Quanto dinheiro? A resposta já está de certo modo antecipada no preço da mercadoria, no expoente de sua grandeza de valor. Deixamos de lado eventuais erros de cálculo puramente subjetivos do possuidor de mercadorias, que são logo corrigidos objetivamente no mercado. Supomos que tenha despendido em seu produto apenas a média socialmente necessária de tempo de trabalho. O preço da mercadoria é, portanto, apenas o nome monetário do *quantum* de trabalho social objetivado nela. Mas, sem pedir licença e às costas de nosso tecelão, as condições já há muito estabelecidas, de produção da tecelagem de linho, entraram em efervescência. O que ontem, sem dúvida, era tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de 1 vara de linho, hoje deixa de o ser, conforme o possuidor de dinheiro se empenhe em demonstrar com as cotações de preços de diversos competidores de nosso amigo. Para sua infelicidade, há muitos tecelões no mundo. Admitamos, finalmente, que cada peça de linho existente no mercado contenha apenas o tempo de trabalho socialmente necessário. Apesar disso, a soma total dessas peças pode conter tempo de trabalho supérfluo. Se o estômago do mercado não pode absorver o *quantum* total de linho, ao preço de 2 xelins por vara, isso comprova que foi despendida parte excessiva do tempo de trabalho social total em forma de tecelagem de linho. O efeito é o mesmo que se cada tecelão individual de linho tivesse utilizado em seu produto individual mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário. Aqui vale o ditado: Presos juntos, juntos enforcados.[160] Todo o linho existente no mercado vale como um único artigo comercial, cada peça apenas como parte alíquota. E, de fato, o valor de cada vara individual é somente a materialização do mesmo *quantum*, socialmente determinado, de trabalho humano homogêneo.[161]

160 *Mitgefangen, mitgehangen.* Provérbio alemão. (N. dos T.)

161 Em carta de 28 de novembro de 1878, dirigida a N. F. Damelson, o tradutor de *O Capital* para o russo, Marx altera o último período nos seguintes termos: "De fato, o valor de cada vara individual não é senão a materialização de uma parte da quantidade de trabalho social gasta na quantidade total de varas". A mesma correção também se encontra no exemplar pessoal de Marx, na segunda edição alemã do volume I de *O Capital*, mas não anotada de próprio punho. (N. da Ed. Alemã.)

Como se vê, a mercadoria ama o dinheiro, mas *the course of true love never does run smooth*.[162] Tão naturalmente aleatória como a qualitativa é a articulação quantitativa do organismo social de produção, que representa seus *membra disjecta*[163] no sistema da divisão do trabalho. Nossos possuidores de mercadorias descobrem por isso que a mesma divisão de trabalho, que os torna produtores privados independentes, torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo, e que a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal.

A divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando, com isso, necessária sua transformação em dinheiro. Ao mesmo tempo, ela torna aleatório o sucesso dessa transubstanciação. Mas temos de observar aqui o fenômeno em sua pureza, pressupondo assim seu transcurso normal. Quando, de resto, transcorre de todo, não sendo, portanto, a mercadoria invendável, realiza-se sempre sua mudança de forma, ainda que nessa mudança de forma substância — grandeza de valor — anormalmente possa haver prejuízo ou acréscimo.

A um dos possuidores de mercadoria o ouro substitui sua mercadoria e ao outro a mercadoria substitui seu ouro. O fenômeno evidente é a mudança de mãos ou de lugar de mercadoria e dinheiro, de 20 varas de linho e 2 libras esterlinas, isto é, seu intercâmbio. Mas por que coisa se troca a mercadoria? Por sua própria figura geral de valor. E por que coisa o ouro? Por uma figura particular de seu valor de uso. Por que o ouro defronta-se com o linho como dinheiro? Porque o seu preço, 2 libras esterlinas ou sua denominação monetária, já o refere ao ouro como dinheiro. A alienação de sua forma original de mercadoria se realiza pela alienação da mercadoria, isto é, no momento em que seu valor de uso atrai realmente o ouro que em seu preço era apenas imaginário. A realização do preço ou da forma valor meramente ideal da mercadoria é, por isso, simultânea e inversamente, a realização do valor de uso somente ideal do dinheiro; a transformação de mercadoria em dinheiro é, ao mesmo tempo, transformação de dinheiro em mercadoria. O processo uno é processo bilateral, do pólo do possuidor de mercadorias, venda, do pólo contrário, do possuidor de dinheiro, compra. Ou venda é compra, M — D ao mesmo tempo D — M.[164] Não conhecemos, até agora, nenhuma outra relação econômica dos homens, além da de possuidores de mercadorias, uma relação em que eles somente

162 "O curso do verdadeiro amor nunca é suave." SHAKESPEARE. *A Midsummer Night's Dream*. Ato I. Cena I. (N. da Ed. Alemã.)

163 Membros dispersos. (N. dos T.)

164 "Toda venda é compra" (Dr. QUESNAY, "Dialogues sur le Commerce et les Travaux des Artisans." In: *Physiocrates*. Ed. Daire, I Partie, Paris, 1846, p. 170), ou como Quesnay, em suas *Maximes Générales, diz*: "Vender é comprar".*

* Esse citado de Quesnay encontra-se na obra de Dupont de Nemours, "Maximes du Docteur Quesnay, ou résumé de ses principes d'économie sociale". In: *Physiocrates (...) par Eugène Daire*. Parte Primeira. Paris, 1846. p. 392. (N. da Ed. Alemã.)

se apropriam do produto do trabalho alheio, alienando o próprio. Portanto, um possuidor de mercadorias apenas pode defrontar-se com o outro, como possuidor de dinheiro porque seu produto possui, por natureza, a forma monetária, portanto é monetário, ouro etc., ou porque a sua própria mercadoria já mudou de pele e desfez-se de sua forma de uso original. Para funcionar como dinheiro, o ouro evidentemente tem de entrar no mercado por algum ponto. Esse ponto se situa em sua fonte de produção, onde se troca como produto direto de trabalho por outro produto de trabalho do mesmo valor. Mas, a partir desse momento, representa constantemente preços realizados de mercadorias.[165] Exceto no momento da troca de ouro por mercadoria, em sua fonte de produção, o ouro é na mão de cada possuidor de mercadorias a figura alienada de sua mercadoria alienada, produto da venda ou da primeira metamorfose da mercadoria, *M — D*.[166] O ouro se tornou dinheiro ideal ou medida de valor porque todas as mercadorias medem nele seus valores e, assim, o faziam a contrapartida imaginária de sua figura de uso, a sua figura de valor. Torna-se dinheiro real porque as mercadorias, pela sua alienação universal, fazem dele sua figura de uso realmente alienada ou transformada e, por isso, sua figura real de valor. Em sua figura de valor, a mercadoria desfaz-se de qualquer vestígio de seu valor de uso natural e do trabalho útil particular ao qual deve sua origem, para se metamorfosear na materialização social uniforme de trabalho humano indistinto. Não se reconhece, portanto, no dinheiro, a espécie de mercadoria nele transformada. Em sua forma monetária, uma parece exatamente igual à outra. Dinheiro, por isso, pode ser lixo, embora lixo não seja dinheiro. Suporemos que as duas moedas de ouro pelas quais o nosso tecelão de linho aliena sua mercadoria sejam a figura transformada de 1 *quarter* de trigo. A venda do linho, *M — D*, é, ao mesmo tempo, sua compra, *D — M*. Mas, como venda do linho, inicia esse processo um movimento que termina com sua contrapartida, com a compra da Bíblia; como compra do linho ele termina um movimento que começou com seu contrário, com a venda do trigo. *M — D* (linho — dinheiro), essa primeira fase de *M — D — M* (linho — dinheiro — Bíblia), é, ao mesmo tempo, *D — M* (dinheiro — linho), a última fase de outro movimento *M — D — M* (trigo — dinheiro — linho). A primeira metamorfose de uma mercadoria, sua transformação da forma mercadoria em dinheiro, é sempre, simultaneamente, a segunda metamorfose inversa de outra mercadoria, sua retransformação da forma dinheiro em mercadoria.[167]

165 "O preço de uma mercadoria pode apenas ser pago com o preço de outra mercadoria." (RIVIÈRE, Mercier de la. "L'Ordre Naturel et Essentiel des Sociétés Politiques." In: *Physiocrates*. Ed. Daire, Parte Segunda. p. 554.)

166 "Para ter esse dinheiro, é preciso ter vendido." (*Op. cit.*, p. 543.)

167 Constitui exceção, como já foi observado anteriormente, o produtor de ouro (ou prata), que intercambia seu produto sem o ter vendido antes.

D — M. Metamorfose segunda ou final da mercadoria: compra. Por ser a figura alienada de todas as outras mercadorias ou o produto da sua alienação geral, é o dinheiro a mercadoria absolutamente alienável. Ele lê todos os preços ao revés e se reflete, assim, em todos os corpos das mercadorias como o material ofertado à sua própria conversão em mercadoria. Ao mesmo tempo, os preços, os olhos amorosos com que as mercadorias piscam ao dinheiro, mostram o limite de sua capacidade de transformação, isto é, sua própria quantidade. Como a mercadoria desaparece ao converter-se em dinheiro, não se reconhece no dinheiro como chegou às mãos de seu possuidor ou o que transformou-se nele. *Non olet*,[168] qualquer que seja sua origem. Se por um lado representa mercadoria vendida, por outro representa mercadorias compráveis.[169]

D — M, a compra, é ao mesmo tempo venda, *M — D*; a última metamorfose de uma mercadoria é, por isso, simultaneamente, a primeira metamorfose de outra mercadoria. Para nosso tecelão de linho, o curso da vida de sua mercadoria acaba com a Bíblia, em que ele reconverteu as 2 libras esterlinas. Mas o vendedor da Bíblia converte as 2 libras esterlinas ganhadas do tecelão de linho em aguardente. D — M, a fase final de *M — D — M* (linho — dinheiro — Bíblia), é, ao mesmo tempo, *M — D*, a primeira fase de *M — D — M* (Bíblia — dinheiro — aguardente). Como produtor de mercadorias fornece apenas um produto unilateral, ele o vende freqüentemente em grandes quantidades, enquanto suas necessidades multilaterais o obrigam a fragmentar constantemente o preço realizado ou a soma de dinheiro recebida em numerosas compras. Uma venda desemboca, por isso, em muitas compras de várias mercadorias. A metamorfose final de uma mercadoria constitui, assim, uma soma de primeiras metamorfoses de outras mercadorias.

Observando, agora, a metamorfose total de uma mercadoria, por exemplo, do linho, vemos, em primeiro lugar, que consiste em dois movimentos que se opõem e se completam, *M — D* e *D — M*. Essas duas transformações contrapostas da mercadoria operam em dois processos sociais contrapostos do possuidor de mercadorias e se refletem em dois caracteres econômicos contrapostos do mesmo. Como agente da venda ele se torna vendedor, como agente da compra, comprador. Mas, como em cada transformação da mercadoria existem, ao mesmo tempo, as duas formas dela, forma mercadoria e forma dinheiro, apenas em pólos contrapostos, assim o mesmo possuidor de mercadorias como vendedor se defronta com outro comprador e como comprador com outro

168 "Não fede", disse o imperador romano Vespasiano (69-79) sobre o dinheiro quando seu filho o repreendeu por lançar impostos sobre as retretas públicas. (N. da Ed. Alemã.)

169 "Se o dinheiro em nossas mãos representa as coisas que podemos desejar comprar, representa também as coisas que vendemos por esse dinheiro." (RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 586.)

vendedor. Como a mesma mercadoria percorre as duas transformações inversas sucessivamente — de mercadoria se torna dinheiro e de dinheiro mercadoria — assim o mesmo possuidor de mercadorias troca os papéis de vendedor e comprador. Esses não são, portanto, caracteres fixos, mas que mudam constantemente de pessoa dentro da circulação de mercadorias.

A metamorfose global de uma mercadoria implica, em sua forma mais simples, quatro extremos e três *personae dramatis*.[170] Primeiro, o dinheiro defronta-se à mercadoria como sua figura de valor, que no outro lado, no bolso alheio, possui realidade reificadamente contundente. Assim, ao possuidor de mercadorias se defronta um possuidor de dinheiro. Tão logo a mercadoria se transforma em dinheiro, torna-se este último a forma equivalente transitória dela, cujo valor ou conteúdo de uso existe desse lado, nos corpos das outras mercadorias. Como ponto final de primeira transformação da mercadoria, o dinheiro é ao mesmo tempo ponto de partida da segunda. Assim, o vendedor do primeiro ato torna-se comprador, no segundo, onde com ele se defronta um terceiro possuidor de mercadorias, como vendedor.[171]

As duas fases inversas da metamorfose das mercadorias formam um ciclo: forma mercadoria, abandono da forma mercadoria, volta à forma mercadoria. Aqui, no entanto, a própria mercadoria é determinada antiteticamente. Ela é não-valor de uso no ponto de partida, valor de uso no ponto final para seu possuidor. Assim, o dinheiro aparece, primeiro, como sólido cristal de valor, no qual a mercadoria se transforma, para diluir-se depois como simples forma equivalente dela.

As duas metamorfoses que formam o ciclo de uma mercadoria constituem, ao mesmo tempo, as metamorfoses parciais inversas de duas outras mercadorias. A mesma mercadoria (linho) inicia a série de suas próprias metamorfoses e termina a metamorfose total de outra mercadoria (trigo). Durante sua primeira transformação, a venda, ela desempenha esses dois papéis em pessoa. Como crisálida de ouro, ao contrário, forma em que ela cumpre o destino de toda a carne, ela completa, ao mesmo tempo, a primeira metamorfose de uma terceira mercadoria. O ciclo descrito pela série de metamorfoses de cada mercadoria entrelaça-se portanto, inextricavelmente, com os ciclos de outras mercadorias. O processo em seu conjunto apresenta-se como circulação de mercadorias.

A circulação de mercadorias distingue-se não só formalmente, mas também essencialmente, do intercâmbio direto de produtos. Basta lançar um olhar retrospectivo ao percurso. O tecelão de linho trocou, sem dúvida, linho por Bíblia, mercadoria própria por alheia. Mas esse

170 Pessoas atuantes. (N. dos T.)

171 "Existem, portanto, quatro pontos finais e três contratantes, dos quais um intervém duas vezes." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 909.)

fenômeno é verdadeiro somente para ele. O vendedor de Bíblias, que prefere o calor ao frio, não pensou trocar a Bíblia por linho, assim como o tecelão de linho não sabe que seu linho foi trocado por trigo etc. A mercadoria de *B* substitui a mercadoria de *A*, mas *A* e *B* não trocam suas mercadorias reciprocamente. Pode, de fato, ocorrer que *A* e *B* comprem reciprocamente um do outro, mas tal relação particular não é condicionada, de modo algum, pelas relações gerais da circulação de mercadorias. Por um lado, vê-se aqui como o intercâmbio de mercadorias rompe as limitações individuais e locais do intercâmbio direto de produtos e desenvolve o metabolismo do trabalho humano. Por outro lado, desenvolve-se todo um círculo de vínculos naturais de caráter social, incontroláveis pelas pessoas atuantes. O tecelão somente pode vender linho porque o camponês já vendeu trigo, o cabeça quente apenas pode vender a Bíblia porque o tecelão já vendeu linho, o destilador só pode vender aguardente porque o outro já vendeu a água da vida eterna etc.

Por isso, o processo de circulação não se extingue, como o intercâmbio direto de produtos, ao mudarem de lugar ou de mãos os valores de uso. O dinheiro não desaparece, ao sair, finalmente, da série de metamorfose de uma mercadoria. Ele sempre se deposita em algum ponto de circulação abandonado pelas mercadorias. Por exemplo, na metamorfose total do linho: linho — dinheiro — Bíblia, primeiro sai o linho da circulação e o dinheiro ocupa seu lugar, depois sai a Bíblia e o dinheiro toma seu lugar. A substituição de mercadoria por mercadoria deixa, ao mesmo tempo, a mercadoria monetária nas mãos de um terceiro.[172] A circulação exsuda, constantemente, dinheiro.

Nada pode ser mais ridículo que o dogma de que a circulação de mercadorias condiciona um equilíbrio necessário entre as vendas e compras, porque cada venda é compra e vice-versa. Se isso significa que o número das vendas efetivamente realizadas é igual ao mesmo número de compras é uma trivial tautologia. Mas a intenção é provar que o vendedor conduz seu próprio comprador ao mercado. Venda e compra são um ato idêntico, ao constituir uma relação recíproca entre duas pessoas polarmente contrapostas, o possuidor de mercadoria e o possuidor de dinheiro. Enquanto ações da mesma pessoa, elas formam dois atos polarmente contrapostos. A identidade de venda e compra implica, portanto, que se torna inútil a mercadoria que, jogada na retorta alquimista da circulação, não sai como dinheiro, não sendo vendida pelo possuidor de mercadoria, portanto tampouco comprada pelo possuidor de dinheiro. Aquela identidade compreende, além disso, que o processo, no caso de realizar-se, constitui um ponto de repouso, uma fase da vida da mercadoria, que pode durar mais ou menos tempo.

172 Nota à 2ª edição. Apesar desse fenômeno ser tão evidente, não é notado pelos economistas políticos, na maioria das vezes, nomeadamente pelo livre-cambista *vulgaris*.

Como a primeira metamorfose da mercadoria é, ao mesmo tempo, venda e compra, esse processo parcial é, simultaneamente, um processo autônomo. O comprador tem a mercadoria, o vendedor o dinheiro, isto é, uma mercadoria que conserva uma forma apta para a circulação, quer apareça mais cedo ou mais tarde de novo no mercado. Ninguém pode vender, sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar imediatamente apenas por ter vendido. A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte a identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na antítese entre venda e compra. Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna, significa por outro lado que a sua unidade interna se move em antíteses externas. Se a autonomização externa dos internamente não-autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma — crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas — essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises. O desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize exige todo um conjunto de condições que do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum.[173]

Como mediador da circulação das mercadorias, o dinheiro assume a função do meio circulante.

b) O curso do dinheiro

A mudança de forma, por meio da qual o metabolismo dos produtos do trabalho se realiza, *M — D — M*, exige que o mesmo valor, como mercadoria, forme o ponto de partida do processo e retorne ao

173 Compare minhas observações sobre James Mill, *Zur Kritik* etc. p. 74-76. Dois pontos aqui são característicos para o método da apologia economística. Primeiro, a identificação de circulação das mercadorias e a troca direta dos produtos por meio da simples abstração de suas diferenças. Segundo, a tentativa de escamotear as contradições do processo de produção capitalista ao dissolver as relações de seus agentes de produção nas relações simples que se originam da circulação de mercadorias. Produção de mercadorias e circulação de mercadorias são, porém, fenômenos que pertencem aos mais diferentes modos de produção, embora com extensão e alcance diferentes. Não se sabe, portanto, ainda nada sobre a *differentia specifica*• desses modos de produção e não se pode, assim, julgá-los, quando apenas as categorias abstratas da circulação de mercadorias que lhes são comuns são conhecidas. Em nenhuma outra ciência, além da Economia Política, predomina tanta pretensão fundada em vulgaridades elementares. Por exemplo, J.-B. Say se arroga julgar as crises porque ele sabe que a mercadoria é produto.

• Diferença específica. (N. dos T.)

mesmo ponto como mercadoria. Esse movimento das mercadorias é, portanto, um ciclo. Por outro lado, essa mesma forma exclui o ciclo do dinheiro. Seu resultado é o distanciamento constante do dinheiro de seu ponto de partida e não o retorno a esse mesmo ponto. Enquanto o vendedor mantiver consigo a figura transformada de sua mercadoria, o dinheiro, a mercadoria encontra-se na fase da primeira metamorfose ou apenas percorreu a primeira metade de sua circulação. Se o processo, vender para comprar, estiver completado, então também o dinheiro estará outra vez afastado das mãos de seu proprietário original. Se, entretanto, o tecelão de linho, depois que comprou a Bíblia, vender novamente linho, o dinheiro também retornará às suas mãos. Porém, ele não retorna por meio da circulação das primeiras 20 varas de linho, por meio da qual antes afastou-se das mãos do tecelão para as mãos do vendedor de Bíblias. Ele retorna apenas pela renovação ou repetição do mesmo processo de circulação para nova mercadoria e termina tanto aqui como lá com o mesmo resultado. Essa forma de movimento diretamente conferida ao dinheiro pela circulação das mercadorias é, portanto, seu afastamento constante do ponto de partida, seu percurso das mãos de um possuidor de mercadoria para as de outro ou seu curso (*currency, cours de la monnaie*).

O curso do dinheiro mostra uma constante, monótona repetição do mesmo processo. A mercadoria permanece sempre ao lado do vendedor, o dinheiro sempre ao lado do comprador, como meio de compra. Ele funciona como meio de compra ao realizar o preço da mercadoria. Enquanto ele o realiza, transfere a mercadoria das mãos do vendedor para as do comprador, ao passo que ele, ao mesmo tempo, se afasta das mãos do comprador para as do vendedor, para repetir o mesmo processo com outra mercadoria. Que essa forma unilateral do movimento do dinheiro nasça do movimento de forma bilateral das mercadorias é ocultado. A natureza da própria circulação das mercadorias produz uma aparência contrária. A primeira metamorfose da mercadoria é visível não apenas como movimento do dinheiro, mas também como seu próprio movimento, porém sua segunda metamorfose é apenas visível como movimento do dinheiro. Na primeira metade de sua circulação, a mercadoria troca de lugar com o dinheiro. E com isso, sua forma de uso sai da circulação e entra para o consumo.[174] Sua figura de valor ou larva do dinheiro coloca-se em seu lugar. A segunda metade de sua circulação, ela percorre não mais em sua própria pele natural, mas sim em sua pele de ouro. A continuidade do movimento fica, com isso, totalmente ao lado do dinheiro, e o mesmo movimento, que para a mercadoria encerra dois processos contrapostos, encerra como movi-

174 Mesmo se a mercadoria é vendida repetidas vezes, um fenômeno que não existe ainda aqui para nós, ela sai com a última venda definitiva da esfera de circulação para a de consumo, para servir aqui de meio de subsistência ou de meio de produção.

mento próprio do dinheiro sempre o mesmo processo, sua troca de posição, cada vez com outra mercadoria. O resultado da circulação, substituição de uma mercadoria por outra mercadoria, aparece portanto intermediado não pela própria mudança de forma, porém pela função do dinheiro como meio circulante, o qual circula as mercadorias em si mesmas inertes, transferindo-as das mãos nas quais elas são não-valores de uso para as mãos nas quais elas são valores de uso, sempre em direção contrária ao seu próprio curso. O dinheiro afasta as mercadorias constantemente da esfera de circulação, ao colocar-se continuamente em seus lugares na circulação e, com isso, distanciando-se de seu próprio ponto de partida. Embora o movimento do dinheiro seja portanto apenas a expressão da circulação de mercadorias, a circulação de mercadorias aparece, ao contrário, apenas como resultado do movimento do dinheiro.[175]

Por outro lado, cabe ao dinheiro a função de meio circulante somente porque é ele o valor autonomizado das mercadorias. Por isso, seu movimento como meio circulante é, de fato, apenas o próprio movimento da forma delas. Este deve, portanto, refletir-se também sensivelmente no curso do dinheiro. Assim, por exemplo, o linho transforma, primeiro, sua forma de mercadoria em sua forma de dinheiro. O último extremo de sua primeira metamorfose *M — D*, a forma dinheiro, torna-se então o primeiro extremo de sua última metamorfose, *D — M*, sua reconversão à Bíblia. Cada uma, porém, dessas duas mudanças de forma realiza-se mediante uma troca entre mercadoria e dinheiro, mediante mudança recíproca de suas posições. As mesmas moedas chegam às mãos do vendedor como figura alienada da mercadoria e as deixam como figura absolutamente alienável da mercadoria. Elas mudam duas vezes de posição. A primeira metamorfose do linho traz essas moedas para o bolso do tecelão, a segunda leva-as, de novo, para fora. Ambas as mudanças opostas de forma da mesma mercadoria refletem-se, assim, na dupla mudança de posição do dinheiro, em direções opostas.

Se, no entanto, só têm lugar metamorfoses unilaterais de mercadorias, meras compras ou meras vendas, como se queira, o mesmo dinheiro também só muda uma vez de lugar. Sua segunda mudança de posição expressa sempre a segunda metamorfose da mercadoria, sua reconversão em dinheiro. Na repetição freqüente da troca de posição das mesmas moedas reflete-se não somente a série de metamorfoses de uma única mercadoria, mas também o entrelaçamento das inumeráveis metamorfoses do mundo das mercadorias, em geral. É facilmente compreensível que tudo isso é válido apenas para a forma simples da circulação de mercadorias, aqui considerada.

Cada mercadoria, ao dar seu primeiro passo na circulação, à sua

175 "Ele" (o dinheiro) "não tem nenhum outro movimento além daquele que lhe é dado por meio dos produtos." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 885.)

primeira mudança de forma, cai fora da circulação, na qual sempre entra nova mercadoria. O dinheiro, ao contrário, como meio circulante, mora constantemente na esfera da circulação e movimenta-se continuamente nela. Surge portanto a pergunta, quanto dinheiro essa esfera continuamente absorve.

Num país, ocorrem todos os dias, simultaneamente e portanto correndo paralelamente no espaço, numerosas metamorfoses unilaterais de mercadorias, ou, em outras palavras, meras vendas por um lado, meras compras por outro. Em seus preços as mercadorias já estão equiparadas a determinadas quantidades imaginárias de dinheiro. Como a forma direta de circulação, aqui considerada, sempre confronta entre si mercadoria e dinheiro, de forma tangível, uma no pólo da venda, o outro no pólo oposto da compra, o volume de meio circulante requerido para o processo de circulação do mundo das mercadorias já está determinado pela soma dos preços das mercadorias. De fato, o dinheiro representa apenas de modo real a soma de ouro já expressa idealmente na soma dos preços das mercadorias. A igualdade dessas somas entende-se, portanto, por si mesma. Sabemos, entretanto, que, permanecendo iguais os valores das mercadorias, seus preços variam com o valor do próprio ouro (do material monetário), proporcionalmente subindo, quando ele cai, e caindo quando ele sobe. Conforme a soma dos preços das mercadorias assim subir ou cair, deve o volume do dinheiro circulante subir ou cair na mesma medida. A mudança no volume do meio circulante origina-se aqui, na verdade, do próprio dinheiro, porém não de sua função como meio circulante, mas sim de sua função como medida de valor. O preço das mercadorias muda, primeiro, inversamente ao valor do dinheiro, e depois muda o volume do meio circulante diretamente com o preço das mercadorias. Sucederia o mesmo fenômeno, por exemplo, se não caísse o valor do ouro, mas que a prata o substituísse como medida de valor ou se não subisse o valor da prata, mas que o ouro a deslocasse da função de medida de valor. Em um caso deveria circular mais prata que anteriormente ouro, no outro menos ouro que anteriormente prata. Em ambos os casos teria mudado o valor do material monetário, isto é, da mercadoria que funciona como medida dos valores e, por conseguinte, a expressão em preço dos valores das mercadorias e, por isso, o volume do dinheiro circulante, que serve à realização desses preços. Viu-se que a esfera de circulação das mercadorias tem um buraco através do qual o ouro (prata, em suma, o material monetário) nela penetra como mercadoria de dado valor. Esse valor está pressuposto na função do dinheiro como medida de valor, portanto, na determinação de preços. Se, então, por exemplo, o valor da própria medida de valor cai, isso aparece primeiro na mudança de preço daquelas mercadorias, que são trocadas diretamente, nas fontes da produção dos metais nobres pelos mesmos enquanto mercadorias. Especialmente em estágios menos desenvolvidos

da sociedade burguesa, grande parte das demais mercadorias continua durante longo tempo a ser avaliada pelo valor ultrapassado e agora ilusório da medida de valor. Entretanto, uma mercadoria contagia a outra por meio de sua relação de valor à mesma, os preços em ouro ou em prata das mercadorias se ajustam, progressivamente, às proporções determinadas pelos seus valores mesmos, até que por fim todos os valores das mercadorias são fixados de acordo com o novo valor do metal monetário. Esse processo de ajustamento é acompanhado pelo aumento contínuo dos metais preciosos, os quais afluem em substituição às mercadorias diretamente intercambiadas por eles. Na mesma medida, portanto, em que a fixação ajustada dos preços das mercadorias se generaliza, ou em que seus valores são fixados segundo o novo valor reduzido e até certo ponto continuando a se reduzir, do metal, já está disponível uma massa adicional necessária à sua realização. Uma observação unilateral dos fatos conseqüentes à descoberta das novas fontes de ouro e de prata induziu, no século XVII e notadamente, no século XVIII, à conclusão errônea de que os preços das mercadorias ter-se-iam elevado porque mais ouro e prata funcionaram como meio circulante. No que segue, o valor do ouro é pressuposto como dado, como ele, de fato, no momento da fixação dos preços, é dado.

Sob esse pressuposto, portanto, o volume do meio circulante é determinado pela soma dos preços das mercadorias a ser realizada. Consideremos, além disso, o preço de cada espécie de mercadoria como dado; então a soma dos preços das mercadorias depende evidentemente da massa de mercadorias em circulação. Não se necessita quebrar a cabeça para entender que, se 1 *quarter* de trigo custa 2 libras esterlinas, 100 *quarters* custam 200 libras esterlinas, 200 *quarters*, 400 libras esterlinas etc.; com a massa de trigo deve, portanto, crescer a massa do dinheiro que, na realização da venda, troca de lugar com ele.

Pressuposto o volume de mercadorias como dado, a massa do dinheiro circulante oscila para cima e para baixo com as flutuações de preços das mercadorias. Ele sobe e cai, porque a soma dos preços das mercadorias, em conseqüência da mudança dos preços das mesmas, cresce ou diminui. Para isso, não é, de nenhuma forma, necessário que os preços de todas as mercadorias subam ou caiam, ao mesmo tempo. O aumento de preços de certo número de artigos líderes, em um caso, ou a queda de seus preços, em outro, basta para que a soma de preços a ser realizada de todas as mercadorias em circulação aumente ou diminua, e portanto para colocar mais ou menos dinheiro em circulação. Quer a mudança de preços das mercadorias reflita reais mudanças de valores ou meras oscilações dos preços de mercado, o efeito sobre o volume do meio circulante permanece o mesmo.

Seja dado certo número de vendas ou metamorfoses parciais não relacionadas, simultâneas e, portanto, espacialmente paralelas, como, por exemplo, de 1 *quarter* de trigo, 20 varas de linho, 1 Bíblia, 4 galões

de aguardente. Se o preço de cada artigo for de 2 libras esterlinas, e a soma de preços a realizar for, por isso, de 8 libras esterlinas, deve entrar na circulação um volume de dinheiro de 8 libras esterlinas. Mas se, ao contrário, as mesmas mercadorias formam os elos de nossa já conhecida cadeia de metamorfoses: 1 *quarter* de trigo — 2 libras esterlinas — 20 varas de linho — 2 libras esterlinas — 1 Bíblia — 2 libras esterlinas — 4 galões de aguardente — 2 libras esterlinas, as 2 libras esterlinas terão feito circular as diversas mercadorias, em série, realizando sucessivamente seus preços e, por conseguinte a soma deles, de 8 libras esterlinas, para finalmente repousar nas mãos do destilador. Eles executam quatro cursos. Essa repetida mudança de posição das mesmas moedas representa a dupla mudança de forma da mercadoria, seu movimento através de dois estágios opostos da circulação e o entrelaçamento das metamorfoses de mercadorias diferentes.[176] As fases opostas e mutuamente complementares, percorridas por esse processo, não podem ocorrer paralelamente no espaço, mas apenas sucessivamente no tempo. Períodos formam, assim, a medida de sua duração, ou o número de cursos das mesmas moedas, em dado tempo, mede a velocidade do curso do dinheiro. Que o processo de circulação daquelas quatro mercadorias dure, por exemplo, um dia. Assim, a soma de preços a realizar importa em 8 libras esterlinas, o número de cursos das mesmas moedas, durante o dia: 4, e o volume de dinheiro circulante, 2 libras esterlinas ou, para dado período de tempo do processo de circulação:

$$\frac{\text{Soma dos preços das mercadorias}}{\text{Número de cursos das peças monetárias da mesma denominação}} = \text{Volume do dinheiro funcionando como meio circulante}$$

Essa lei vale em geral. O processo de circulação em um país, em dado período, compreende na verdade, por um lado, muitas vendas (compras) ou metamorfoses parciais dispersas, simultâneas e espacialmente paralelas, nas quais as mesmas moedas apenas uma vez mudam de posição ou realizam apenas um só curso. Por outro lado, há muitas cadeias de metamorfoses, com maior ou menor número de elos, que em parte correm paralelas, em parte entrelaçam-se e nas quais as mesmas peças monetárias percorrem cursos mais ou menos numerosos. Do número total de cursos de todas as peças monetárias que se encontram em circulação, com a mesma denominação, resulta, contudo,

176 "São os produtos que o põem" (o dinheiro) "em movimento e o fazem circular. (...) Por meio da velocidade de seu" (isto é, do dinheiro) "movimento é complementada sua quantidade. Se necessário, desliza apenas de uma mão à outra, sem deter-se um momento." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 915-916.)

o número médio de cursos da peça monetária individual ou a velocidade média do giro monetário. O volume de dinheiro, que, por exemplo, no começo do processo de circulação é jogado nele, é naturalmente determinado pela soma dos preços das mercadorias que circulam simultânea e paralelamente no espaço. Porém, internamente ao processo, uma peça monetária, por assim dizer, é tornada responsável pela outra. Acelera uma a velocidade de seu curso, a outra a desacelera, ou ela cai inteiramente fora da esfera de circulação, pois esta pode apenas absorver uma massa de ouro, a qual, multiplicada pelo número médio de cursos de seu elemento individual, é igual à soma dos preços a ser realizada. Se, por conseguinte, o número de cursos das peças monetárias cresce, diminui o seu volume circulante. Decresce o número de seus cursos, cresce o seu volume. Como o volume de dinheiro, que pode funcionar como meio circulante, é dado a determinada velocidade média, tem-se, por exemplo, apenas de jogar na circulação determinada quantidade de notas de 1 libra, para expulsar outros tantos *sovereigns*, proeza muito bem conhecida de todos os bancos.

Como no curso do dinheiro, em geral, só aparece o processo de circulação das mercadorias, isto é, seu ciclo através de metamorfoses opostas, assim na velocidade do giro monetário aparece a velocidade de sua mudança de forma, o contínuo entrelaçamento das séries de metamorfoses, a pressa do metabolismo, o rápido desaparecimento das mercadorias da esfera de circulação e sua substituição, igualmente rápida, por novas mercadorias. Na velocidade de circulação do dinheiro aparece assim a unidade fluida das fases opostas e complementares, transformação da figura de uso em figura de valor e retransformação de sua figura de valor em figura de uso, ou de ambos os processos de venda e compra. Inversamente, na desaceleração do curso do dinheiro aparece o fato de esses processos se dissociarem e se tornarem antagonicamente autônomos, a paralisia da mudança de forma, e por conseguinte do metabolismo. A própria circulação, naturalmente, não nos deixa ver de onde provém essa estagnação. Ela nos mostra apenas o próprio fenômeno. A interpretação popular, que vê, com um giro monetário mais lento, o dinheiro aparecer ou desaparecer menos freqüentemente em todos os pontos da periferia da circulação, tende a atribuir esse fenômeno à quantidade insuficiente do meio circulante.[177]

177 "Como o dinheiro (...) representa a medida comum para a compra e venda, qualquer um que tenha algo para vender, mas não encontra comprador, está imediatamente propenso a pensar que a culpa de suas mercadorias não encontrarem saída seria da falta de dinheiro no *kingdom** ou no país; daí a gritaria por toda parte contra a falta de dinheiro, o que, entretanto, é um grande erro. (...) De que precisam essas pessoas que gritam por dinheiro? (...) O arrendatário queixa-se, (...) ele pensa, se houvesse mais dinheiro no país, poderia obter um preço para seus bens. (...) Então, parece que falta-lhe não dinheiro, porém um preço para seu grão e gado que ele gostaria de vender, mas não pode. (...) Por que ele não pode conseguir preço? (...) 1) Ou há trigo e gado demais no país e a maioria dos que vão ao mercado tem, como ele, necessidade de vender, e poucos de comprar; ou 2) a saída

A quantidade global do dinheiro funcionando como meio circulante, em cada período, é assim determinada, por um lado, pela soma de preços do mundo das mercadorias circulantes, por outro, pelo fluxo mais lento ou mais rápido de seus processos antitéticos de circulação, do qual depende que fração dessa soma de preços pode ser realizada por intermédio das mesmas peças monetárias. A soma de preços das mercadorias depende, porém, tanto do volume como dos preços de cada espécie de mercadoria. Os três fatores: o movimento dos preços, o volume de mercadorias circulantes e, finalmente, a velocidade de circulação do dinheiro podem no entanto mudar em direções e proporções diferentes, de modo que a soma de preços a realizar e, por conseguinte, o volume do meio circulante por ela determinado podem, portanto, passar por numerosas combinações. Nós enumeramos aqui apenas as mais importantes na história dos preços das mercadorias.

Permanecendo constantes os preços das mercadorias, pode crescer o volume do meio circulante, porque aumenta a massa da mercadoria em circulação ou porque diminui a velocidade de circulação do dinheiro ou porque ambos ocorrem conjuntamente. Ao contrário, o volume do meio circulante pode diminuir ao diminuir a massa de mercadorias ou ao aumentar a velocidade de circulação.

Subindo, em geral, os preços das mercadorias, o volume do meio circulante pode permanecer constante, se a massa das mercadorias em circulação diminuir na mesma proporção em que seu preço aumenta ou se a velocidade de circulação do dinheiro aumentar tão rapidamente quanto a subida dos preços, enquanto a massa de mercadorias em circulação permanecer constante. O volume do meio circulante pode diminuir, porque a massa de mercadorias decresce mais rapidamente ou a velocidade de giro cresce mais rapidamente que os preços.

Caindo, em geral, os preços das mercadorias, o volume do meio circulante pode permanecer constante se a massa de mercadorias crescer na mesma proporção em que seu preço estiver caindo ou se a ve-

habitual, por meio de exportação, paralisa-se (...) ou 3) o consumo reduz-se, quando, por exemplo, as pessoas, em conseqüência da pobreza, já não despendem tanto para a manutenção doméstica como antes. Por isso, não é o aumento do dinheiro, puro e simples, que repercutiria favoravelmente sobre os bens do arrendatário, mas sim a eliminação de uma dessas três causas que realmente deprimem o mercado. (...) Comerciante e merceeiro necessitam igualmente de dinheiro, isto é, como os mercados param, falta-lhes a saída para os bens, com os quais negociam. (...) Uma nação nunca prospera mais do que quando as riquezas passam rapidamente de mão em mão." (NORTH, Sir Dudley. *Discourses upon Trade*. Londres, 1691, p. 11-15, *passim*.) Todos os embustes de Herrenschwand se resumem na idéia de que as contradições que se originam da natureza da mercadoria e, portanto, aparecem na circulação mercantil, podem ser suprimidas mediante aumento do meio circulante. Da ilusão popular que atribui a paralisação dos processos de produção e circulação a uma falta de meio circulante, não segue, de modo algum, o oposto, ou seja, que a falta real de meio circulante, por exemplo, em conseqüência de trapalhadas oficiais com a *regulation of currency*,** não possa, por seu lado, provocar paralisações.

* Reino. (N. dos T.)

** Regulação do curso monetário. (N. dos T.)

locidade de circulação do dinheiro diminuir na mesma proporção que os preços. Ela pode crescer se a massa de mercadorias crescer mais rápido ou a velocidade de circulação diminuir mais rapidamente do que os preços das mercadorias estiverem caindo.

As variações dos diferentes fatores podem compensar-se reciprocamente, de tal forma que, a despeito de sua contínua instabilidade, a soma total dos preços das mercadorias a realizar permanece constante e, por conseqüência, também o volume de dinheiro circulante. Encontra-se por isso, sobretudo ao observar períodos mais longos, um nível médio muito mais constante do volume de dinheiro circulante em cada país assim como — com exceção de fortes perturbações que se originam periodicamente das crises da produção e do comércio, mais raramente de uma mudança do próprio valor do dinheiro — desvios muito menores desse nível médio, do que à primeira vista seria de se esperar.

A lei, segundo a qual a quantidade do meio circulante é determinada pela soma de preços das mercadorias em circulação e pela velocidade média de circulação do dinheiro,[178] pode também ser expressa assim: dadas a soma de valores das mercadorias e a velocidade média de suas metamorfoses, a quantidade do dinheiro ou do material monetário em circulação depende de seu próprio valor. A ilusão de que, ao contrário, os preços das mercadorias são determinados pelo volume do meio circulante e o último, por seu lado, pelo volume do material monetário existente em um país[179] tem suas raízes nos repre-

178 "Existe determinada medida e proporção de dinheiro necessárias para manter em marcha o comércio de uma nação; um mais ou menos provocar-lhe-ia uma quebra. Assim como num pequeno estabelecimento varejista é necessária certa quantidade de *farthings* para trocar moedas de prata e para fazer pagamentos que não podem ser efetuados com as menores moedas de prata. (...) Assim como a proporção numérica de *farthings* necessários para o comércio depende do número de compradores, da frequência de suas compras e, sobretudo, também do valor da menor moeda de prata, de modo semelhante, a proporção do dinheiro necessário para nosso comércio (moedas de ouro e prata) é determinada pela freqüência das transações e pelo tamanho dos pagamentos." (PETTY, William. *A Treatise on Taxes and Contributions*. Londres, 1667. p. 17.) A. Young defendeu a teoria de Hume, contra J. Steuart e outros, em seu *Political Arithmetic*, Londres, 1774, num capítulo próprio: "Prices Depend on Quantity of Money", p. 112 *et seqs.* Eu observo em *Zunt Kritik* etc. p. 149: "A questão da quantidade da moeda circulante, ele (Adam Smith) suprime tacitamente, ao tratar o dinheiro de modo totalmente errôneo, como simples mercadoria". Isso vale apenas na medida em que A. Smith trata *ex officio*• do dinheiro. Ocasionalmente, entretanto, por exemplo, na crítica aos sistemas mais antigos de Economia Política, ele se pronuncia corretamente: "A quantidade de dinheiro cunhado de cada país é regulada por meio do valor das mercadorias, cuja circulação ela tem de mediar. (...) O valor dos bens comprados e vendidos anualmente num país exige certa quantidade de dinheiro para fazê-los circular e distribuí-los aos seus verdadeiros consumidores, mas não pode criar para mais dinheiro nenhuma aplicação. O canal da circulação atrai necessariamente uma soma que é suficiente para preenchê-lo, mas nunca absorve uma maior". (*Wealth of Nations* [v. III] 1. IV. cap. I [p. 87-89].) De forma semelhante A. Smith inicia sua obra *ex officio* com uma apoteose da divisão do trabalho. Depois, no último livro sobre as fontes das rendas do Estado, reproduz ele, ocasionalmente, a denúncia da divisão do trabalho, de A. Ferguson, seu mestre.

• Explicitamente. (N. dos T.)

179 "Os preços das coisas subirão seguramente em cada país, na medida em que cresce a quantidade de ouro e prata entre as pessoas; por conseguinte quando o ouro e a prata

sentantes originais da insossa hipótese de que mercadorias sem preço e dinheiro sem valor entram no processo de circulação e lá então uma parte alíquota do angu formado pelas mercadorias é intercambiada por uma parte alíquota da montanha de metal.[180]

c) A moeda. O signo do valor

Da função do dinheiro como meio circulante surge sua figura de moeda. A fração de peso do ouro, representada pelo preço ou nome monetário das mercadorias, tem de defrontar-se com estas na circulação

num país se reduzem, os preços de todas as mercadorias devem cair também proporcionalmente a essa diminuição do dinheiro." (VANDERLINT, Jacob. *Money Answers all Things*. Londres, 1734. p. 5.) Uma comparação mais pormenorizada entre Vanderlint e os "Essays" de Hume não deixa a mim a menor dúvida de que Hume conheceu e utilizou o escrito, aliás significativo, de Vanderlint. A idéia de que o volume do meio circulante determina os preços encontra-se também em Barbon e em outros escritores ainda muito mais antigos. "Nenhuma inconveniência", diz Vanderlint, "pode surgir do comércio desimpedido, mas apenas grandes vantagens, pois quando a quantidade de dinheiro efetivo da nação for diminuída por meio dele, o que as medidas de proibição devem impedir, as outras nações, para as quais flui o dinheiro, verificarão certamente que os preços de todas as coisas subirão na medida em que nelas cresce a quantidade de dinheiro efetivo. E (...) nossos produtos de manufatura e todas as outras mercadorias logo ficarão tão baratos que a balança comercial outra vez se tornará favorável a nós e, em conseqüência disso, o dinheiro flui de volta para Nós." (*Op. cit.*, p. 43-44.)

180 É evidente que cada tipo individual de mercadoria constitui, por meio de seu preço, um elemento da soma dos preços de todas as mercadorias em circulação. Porém, como valores de uso incomensuráveis entre si devem trocar-se *en masse*[•] com a massa de ouro ou prata existente num país é totalmente incompreensível. Se ardilosamente se converte o mundo das mercadorias em uma única mercadoria global, da qual cada mercadoria constitui apenas uma parte alíquota, obtém-se o lindo exemplo aritmético: Mercadoria global = *x* quintais de ouro. Mercadoria *A* = parte alíquota da mercadoria global = a mesma parte alíquota de *x* quintais de ouro. Montesquieu expressa isso honestamente: "Quando se compara a massa de ouro e prata existente no mundo com a soma das mercadorias existentes, do mesmo modo pode-se certamente comparar cada produto específico, isto é, mercadoria, com uma quantidade determinada de dinheiro. Suponhamos que exista apenas um único produto, ou seja, uma única mercadoria, no mundo, ou que apenas uma seja comprada, e que ela seja divisível, da mesma forma que o dinheiro: certa parte dessa mercadoria corresponderá então à parte da massa de dinheiro; a metade da totalidade das mercadorias à metade da massa total de dinheiro etc. (...) a determinação dos preços das mercadorias depende sempre, fundamentalmente, da relação entre a quantidade total das mercadorias e a quantidade total dos signos monetários". (MONTESQUIEU. *Op. cit.*, t. III, p. 12-13.) Sobre o desenvolvimento ulterior dessa teoria, por Ricardo, seu discípulo James Mill, Lord Overstone etc. compare *Zur Kritik* etc., p. 140-146 e p. 150 *et seqs*. O sr. J. St. Mill consegue, com sua habitual lógica eclética, adotar o ponto de vista de seu pai, J. Mill, e simultaneamente o oposto. Compare-se o texto de seu compêndio *Princ. of Pol. Econ.* com o prefácio (primeira edição), no qual ele mesmo se anuncia como o Adam Smith contemporâneo, então não se sabe o que mais admirar, se a ingenuidade do homem ou a do público que o aceita credulamente como um Adam Smith, com o qual ele se assemelha tanto quanto o General Williams Kars von Kars ao Duque de Wellington. As pesquisas originais do sr. J. St. Mill, nem extensas nem ricas em conteúdo, no campo da Economia Política, desfilam todas em formação em sua brochurinha aparecida em 1844: *Some Unsettled Questions of Political Economy*. Locke enuncia diretamente a conexão entre a inexistência de valor em ouro e prata e a determinação de seu valor por meio da quantidade. "Tendo a humanidade acordado em conferir ao ouro e à prata um valor imaginário (...) o valor intrínseco, que se observa nesses metais, é nada mais que a sua quantidade." (*Some Considerations* etc. 1691, In: *Works*. Ed. 1777. v. II, p. 15.)

[•] Em massa. (N. dos T.)

sob a forma de uma peça de ouro de igual denominação ou moeda. Assim como a fixação do padrão dos preços, a cunhagem é incumbência do Estado. Nos diversos uniformes nacionais vestidos pelo ouro e a prata enquanto moedas e dos quais são desvestidos no mercado mundial, aparece o divórcio entre as esferas internas ou nacionais de circulação das mercadorias e a sua esfera geral, o mercado mundial.

Moeda de ouro e barras de ouro diferenciam-se originalmente apenas pela gravação, e o ouro é suscetível de passar constantemente de uma forma à outra.[181] Mas o caminho para deixar de ser moeda é, ao mesmo tempo, a marcha ao cadinho. Pois, na circulação, as moedas de ouro se desgastam, uma mais, a outra menos. O título de ouro e a substância de ouro, o conteúdo nominal e conteúdo real começam seu processo de dissociação. Moedas de ouro de mesma denominação assumem valor desigual, por terem pesos diferentes. O ouro como meio circulante diferencia-se do ouro como padrão dos preços e deixa com isso de ser também equivalente verdadeiro das mercadorias, cujos preços realiza. A história dessa desordem forma a história das moedas da Idade Média e dos tempos modernos até o século XVIII. A tendência naturalmente espontânea do processo de circulação de converter a essência áurea da moeda em aparência áurea ou a moeda num símbolo de seu conteúdo metálico oficial é reconhecida mesmo pelas leis mais modernas sobre o grau de perda metálica que torna uma peça de ouro incapaz de circular ou a desmonetiza.

Se o próprio curso do dinheiro dissocia o conteúdo real do conteúdo nominal da moeda, sua existência metálica de sua existência funcional, ele já contém latentemente a possibilidade de substituir o dinheiro metálico em sua função de moeda por senhas de outro material ou por símbolos. As dificuldades técnicas para cunhar frações pequeníssimas de peso de ouro ou prata e o fato de que originariamente se empregassem, como medidas de valores, e circulassem, como dinheiro, outros metais de categoria inferior à dos metais preciosos, prata em vez de ouro e cobre em vez de prata, até o instante em que o metal precioso

181 Está, naturalmente, muito além do meu objetivo tratar de detalhes como cunhagem e outros semelhantes. A propósito da admiração que o sicofanta romântico Adam Mueller devota à "grandiosa liberalidade", com a qual "o Governo inglês cunha gratuitamente",* vejamos o seguinte parecer de Sir Dudley North: "Prata e ouro apresentam, como outras mercadorias, fluxo e refluxo. Quando chega um carregamento da Espanha, (...) ele é trazido ao Tower e cunhado. Não muito depois, surge procura por barras para a exportação. Quando no entanto não há nenhuma disponível, porque todas estão, por acaso, cunhadas, o que fazer? Fundi-las de novo; isso não significa nenhuma perda, pois cunhar não custa nada ao proprietário. Mas a nação tem o prejuízo, pois ela paga pelo entrançar da palha, com que se alimenta depois o burro. "Se o comerciante" (North era ele mesmo um dos maiores comerciantes ao tempo de Charles II) "tivesse de pagar um preço pela cunhagem, não enviaria sua prata ao Tower sem refletir, e dinheiro cunhado teria sempre um valor mais alto que prata não amoedada." (NORTH. *Op. cit.*, p. 18.)

* MUELLER, A. H. *Die Elemente der Staatskunst*. Parte Segunda. Berlim, 1809. p. 280 (N. da Ed. Alemã.)

os destrona, explicam historicamente o papel das senhas de prata e cobre como substitutos da moeda de ouro. Elas substituem o ouro naqueles setores da circulação de mercadorias em que a moeda circula com maior rapidez e, portanto, desgasta-se mais rapidamente, isto é, onde as compras e as vendas sucedem incessantemente em proporções ínfimas. Para impedir esses satélites de ocuparem definitivamente o lugar do ouro, a lei se encarrega de determinar as proporções muito reduzidas em que é obrigatório serem aceitas em pagamento, em lugar de ouro. As esferas particulares, em que circulam as diversas classes de moedas, confundem-se naturalmente. A moeda divisionária aparece ao lado do ouro, para o pagamento de frações da menor moeda de ouro; o ouro penetra constantemente na circulação varejista, mas é daí expulso com a mesma constância mediante a troca por moedas divisionárias.[182]

O conteúdo metálico das senhas de prata e de cobre é determinado de forma arbitrária pela lei. Na circulação elas se desgastam ainda mais rapidamente que a moeda de ouro. E, portanto, sua função monetária torna-se, de fato, totalmente independente de seu peso, isto é, de todo o valor. A existência do ouro como moeda dissocia-se radicalmente de sua substância de valor. Coisas relativamente sem valor, bilhetes de papel, podem portanto funcionar, em seu lugar, como moeda. Nas senhas metálicas de dinheiro, o caráter puramente simbólico ainda está em certa medida oculto. Na moeda papel revela-se plenamente. Como se vê, *ce n'est pas que le premier pas que coûte*.[183]

Trata-se aqui apenas de moeda papel do Estado com curso forçado. Origina-se diretamente do curso metálico. O dinheiro de crédito pressupõe, ao contrário, relações que, do ponto de vista da circulação simples das mercadorias, ainda nos são inteiramente desconhecidas. Observemos, porém, de passagem, que, do mesmo modo que a verdadeira moeda papel origina-se da função do dinheiro como meio circulante, o dinheiro de crédito possui sua raiz naturalmente desenvolvida na função do dinheiro como meio de pagamento.[184]

182 "Quando já não há dinheiro de prata além do necessário para os pequenos pagamentos, não pode ser reunido em quantidades suficientes para pagamentos maiores. (...) O uso de ouro para grandes pagamentos implica também, necessariamente, seu uso no comércio varejista: Quem possui moedas de ouro usa-as também para compras menores e recebe de volta com as mercadorias compradas o resto em prata; assim é o resto excedente em prata, que de outra maneira pesaria ao comerciante varejista, retirado deste e lançado de volta na circulação geral. Quando, porém, existe tanta prata que os pequenos pagamentos podem ser realizados independentemente do ouro, então o varejista receberá prata por pequenas compras, que será necessariamente acumulada por ele." (BUCHANAN, David. *Inquiry into the Taxation and Commercial Policy of Great Britain*. Edimburgo, 1844, p. 248-249.)

183 Somente o primeiro passo é que custa. (N. dos T.)

184 O mandarim das finanças Wan-mao-in se permitiu submeter ao Filho do Céu um projeto cujo objetivo secreto era transformar os *assignats* imperiais chineses em notas bancárias conversíveis. No relatório do comitê de *assignats* de abril de 1854 recebeu merecida reprimenda. Se ele recebeu também as obrigatórias vergastadas de bambu, não está relatado. "O comitê", diz o final do relatório, "examinou atentamente seu projeto e acha que tudo

Bilhetes de papel que levam impressos denominações monetárias, como 1 libra esterlina, 5 libras esterlinas etc., são lançados de fora pelo Estado no processo de circulação. Na medida em que realmente circulam em lugar da soma de ouro de mesma denominação, refletem-se em seu movimento apenas as leis do próprio curso do dinheiro. Uma lei específica da circulação do papel somente pode originar-se de sua relação de representatividade do ouro. E a lei é simplesmente esta: que a emissão de moeda papel deve limitar-se à quantidade na qual o ouro (ou a prata), simbolicamente por ela representado, realmente teria que circular. É claro que a quantidade de ouro que a esfera da circulação pode absorver oscila continuamente acima ou abaixo de determinado nível médio. Entretanto, o volume do meio circulante, em dado país, nunca desce abaixo de determinado mínimo, que se fixa segundo a experiência. O fato de que essa massa mínima muda continuamente seus componentes, isto é, de que ela se compõe de peças de ouro sempre diferentes, naturalmente não altera nada em seu tamanho e em seu constante movimento na esfera da circulação. Ela pode, por isso, ser substituída por símbolos do papel. Se hoje todos os canais de circulação são preenchidos com moeda papel em grau pleno de sua capacidade de absorção de dinheiro, amanhã, em virtude das oscilações na circulação de mercadorias, eles podem estar supercheios. Perdem-se então todas as medidas. Ultrapassa o papel, porém, sua medida, isto é, a quantidade de moeda de ouro com a mesma denominação que poderia circular abstraindo-se o perigo do descrédito geral, e ele representa no mundo das mercadorias apenas a quantidade de ouro determinada pelas suas leis imanentes, portanto, somente a que é suscetível de ser representada. Se, por exemplo, a massa de bilhetes de papel representa 2 onças de ouro, por cada onça, então 1 libra esterlina torna-se, de fato, a denominação monetária de, digamos, 1/8 de onça em vez de 1/4 de onça. O efeito é o mesmo que se o ouro tivesse sido modificado em sua função como medida dos preços. Os mesmos valores, portanto, que se expressavam antes no preço de 1 libra esterlina, expressam-se agora no preço de 2 libras esterlinas.

A moeda papel é o signo de ouro ou signo de dinheiro. Sua relação

nele resulta vantajoso para os comerciantes e nada sendo de vantagem para a Coroa." (*Arbeiten der Kaiserlich Russischen Gesandtschaft zu Peking ueber China.* Aus dem Russischen von dr. K. Abelund F. A. Mecklenburg. v. I, Berlim, 1858, p. 54.) Sobre a contínua desmetalização das moedas de ouro, devida a seu curso, diz um *governor*[*] do Bank of England, como testemunha perante o House of Lord's Committee (sobre *Bankacts*[**]): "Todo ano uma nova classe de *sovereigns*"[***] (estes não políticos, pois *sovereign* é o nome da libra esterlina) "torna-se leve demais. A classe que num ano passa por ter peso pleno, perde pelo desgaste o bastante para tornar-lhe, no ano seguinte, a balança desfavorável". (House of Lord's Committee 1848, nº 429.)

[*] Governador. (N. dos T.)

[**] Leis bancárias. (N. dos T.)

[***] Um jogo de palavras: *Sovereign* significa "soberano", "monarca", mas é, ao mesmo tempo, o nome de uma moeda de ouro inglesa (1 libra esterlina). (N. da Ed. Alemã.)

com os valores mercantis consiste apenas em que estes estão expressos idealmente nas mesmas quantidades de ouro que são representadas simbólica e sensivelmente pelo papel. Somente na medida em que representa quantidades de ouro, que são também, como todas as quantidades de mercadorias, quantidades de valor, a moeda papel é signo de valor.[185]

Pergunta-se, finalmente, por que o ouro pode ser substituído por meros signos de si mesmo, sem valor? Porém, como já foi visto, o ouro é somente substituível na medida em que, em sua função como moeda ou como meio circulante, é isolado ou tornado autônomo. Entretanto, essa função não se torna autônoma para moedas individuais de ouro, embora sua autonomia apareça no fato de que peças de ouro desgastadas continuam a circular. As peças de ouro são simples moedas ou meio circulante somente enquanto efetivamente circulam. O que, porém, não vale para uma moeda individual de ouro, é aplicável à massa mínima de ouro substituível por moeda papel. Esta reside constantemente na esfera de circulação, funciona continuamente como meio circulante e existe, portanto, exclusivamente como portador dessa função. Seu movimento limita-se a representar as mutações recíprocas contínuas que formam os processos antagônicos da metamorfose das mercadorias, *M — D — M*, em que à mercadoria se defronta sua figura de valor para imediatamente desaparecer de novo. A representação autônoma do valor de troca da mercadoria é, aqui, apenas um momento efêmero. É substituída de imediato por outra mercadoria. Por isso, basta que o dinheiro exista apenas de forma simbólica num processo que o faz passar continuamente de mão em mão. Sua existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material. Reflexo objetivado evanescente dos preços das mercadorias, funciona apenas como signo de si mesmo e, por isso, pode ser substituído por outros signos.[186]

185 Nota à 2ª edição. Como falta clareza à concepção das diferentes funções do dinheiro, mesmo nos melhores escritores sobre o sistema monetário, demonstra, por exemplo, a seguinte passagem de Fullarton: "Quanto à nossa troca interna, todas as funções do dinheiro, que são costumeiramente preenchidas por moedas de ouro e prata, podem ser desempenhadas com a mesma eficácia por uma circulação de notas não conversíveis, que não têm nenhum outro valor senão esse valor artificial e fundamentado em convenção, que receberam por lei — um fato que, penso eu, não pode ser contestado. Um valor dessa espécie poderia servir a todos os objetivos de um valor intrínseco e até mesmo tornar supérflua a necessidade de um padrão de valor, desde que a quantidade de suas emissões seja mantida dentro dos limites pertinentes". (FURLLARTON. *Regulation of Currencies.* 2ª ed., Londres, 1845. p. 21.) Assim, como a mercadoria monetária pode ser substituída na circulação por meros signos de valor, é ela supérflua como medida dos valores e padrão dos preços!

186 Do fato de ouro e prata, enquanto moeda ou na função exclusiva de meio circulante, tornarem-se símbolos deles mesmos, deriva Nicholas Barbon o direito dos governos *to raise money*,* isto é, por exemplo, dar a um *quantum* de prata, que se chamou *Groschen*, a denominação de um *quantum* maior de prata, como *Taler*, e assim pagar os credores com *Groschen*, em vez de *Taler*. "Dinheiro se desgasta e torna-se mais leve pelas múltiplas vezes que é contado. (...) É a denominação e o curso do dinheiro o que as pessoas que comerciam observam, e não a quantidade de prata. (...) É a autoridade do Estado que faz do metal dinheiro." (BARBON, N. *Op. cit.*, p. 29-30, 25.)

* Elevar o dinheiro. (N. dos T.)

O signo do dinheiro só necessita de sua validade social objetiva própria e esta é recebida pelo símbolo de papel mediante o curso forçado. Esse curso forçado pelo Estado rege somente dentro das fronteiras de uma comunidade ou na esfera interna de circulação, mas também somente aqui o dinheiro reduz-se totalmente à sua função de meio circulante ou de moeda, e pode, portanto, receber na moeda papel uma modalidade de existência puramente funcional e exteriormente separada de sua substância metálica.

3. Dinheiro

A mercadoria que funciona como medida de valor e também, corporalmente ou por intermédio de representantes, como meio circulante, é dinheiro. O ouro (ou prata) é, portanto, dinheiro. Como dinheiro funciona, por um lado, onde aparece em sua corporalidade áurea (ou prateada), isto é, como mercadoria monetária, portanto, nem apenas de forma ideal, como na medida de valor, nem sendo suscetível de representação, como no meio circulante; por outro lado, onde sua função, quer a execute em pessoa, quer por meio de representantes, fixa-o como figura de valor exclusiva ou única existência adequada do valor de troca perante todas as demais mercadorias, enquanto simples valores de uso.

a) Entesouramento

O ciclo contínuo das duas metamorfoses contrapostas da mercadoria ou a rotação fluida de compra e venda revela-se no infatigável curso do dinheiro ou em sua função de *perpetuum mobile* da circulação. O dinheiro imobiliza-se ou transforma-se, como disse Boisguillebert, de *meuble* em *immeuble*,[187] de moeda em dinheiro, assim que se interrompa a série de metamorfoses e a venda não se completa com a compra seguinte.

Com o desenvolvimento inicial da própria circulação de mercadorias, desenvolve-se a necessidade e a paixão de fixar o produto da primeira metamorfose, a forma modificada da mercadoria ou a sua crisálida áurea.[188] Vendem-se mercadorias não para comprar mercadorias, mas para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. De simples intermediação do metabolismo, essa mudança de forma torna-se fim em si mesma. A figura alienada da mercadoria é impedida de funcionar como sua figura absolutamente alienável ou como sua forma dinheiro apenas evanescente. O dinheiro petrifica-se, então, em tesouro e o vendedor de mercadorias torna-se entesourador.

187 Móvel em imóvel. — BOISGUILLEBERT. "Le Détail de la France". In: *Économistes Financiers du XVIII^e Siècle* (...) *par Eugène Daire*. Paris, 1843. p. 213. (N. da Ed. Alemã.)

188 "Riqueza em dinheiro nada mais é (...) que a riqueza em produtos que foram transformados em dinheiro." (RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 573.) "Um valor na forma de produtos apenas mudou de forma." (*Ibid.*, p. 486.)

Precisamente no começo da circulação de mercadorias, apenas o excesso de valores de uso converte-se em dinheiro. Ouro e prata tornam-se assim, por si mesmos, expressões sociais do excedente ou da riqueza. Essa forma ingênua de entesouramento eterniza-se naqueles povos em que o modo de produção tradicional e orientado à auto-subsistência corresponde a um círculo de necessidades fortemente delimitado. Tal como acontece com os asiáticos, nomeadamente os indianos. Vanderlint, que acredita serem os preços das mercadorias determinados pela massa de ouro e prata existente num país, pergunta-se por que as mercadorias indianas são tão baratas. Resposta: porque os indianos enterram o dinheiro. De 1602 a 1734, observa, eles enterraram 150 milhões de libras esterlinas em prata, que vieram originalmente da América para a Europa.[189] De 1856 a 1866, em dez anos, portanto, a Inglaterra exportou para a Índia e para a China (o metal exportado para a China reflui, em grande parte, para a Índia) 120 milhões de libras esterlinas em prata, a qual, antes, havia sido trocada por dinheiro australiano.

Com a produção de mercadorias mais desenvolvida, cada produtor de mercadorias tem de assegurar-se o *nervus rerum* ou o "penhor social".[190] Suas necessidades renovam-se incessantemente e exigem compra incessante de mercadorias alheias, enquanto a produção e venda de suas próprias mercadorias custam tempo e dependem de acasos. Para comprar sem vender, tem de haver vendido antes, sem haver comprado. Essa operação, executada em escala geral, parece contradizer a si mesma. Entretanto, em suas fontes de produção, os metais preciosos se trocam diretamente por outras mercadorias. Aí realizam-se vendas (por parte dos possuidores das mercadorias) sem compras (por parte dos possuidores de ouro e prata).[191] Vendas posteriores não seguidas de compras apenas mediam a distribuição ulterior dos metais preciosos entre todos os possuidores de mercadorias. Assim, surgem, em todos os pontos da circulação, tesouros de ouro e prata, de tamanhos os mais diferentes. Com a possibilidade de manter a mercadoria como valor de troca ou o valor de troca como mercadoria, desperta a cobiça pelo ouro. Com a ampliação da circulação de mercadorias, aumenta o poder do dinheiro, da forma sempre disponível e absolutamente social de riqueza.

> "O ouro é uma coisa maravilhosa! Quem o possui é senhor de tudo o que deseja. Com o ouro pode-se até fazer entrar almas no paraíso." (Colombo, em carta da Jamaica, 1503.)

189 "Por meio dessa medida eles mantêm tão baixos os preços de todos os bens e manufaturados." (VANDERLINT. *Op. cit.*, p. 95-96.)

190 "Dinheiro é um penhor." (BELLERS, John. *Essays about the Poor, Manufacturers, Trade, Plantations, and Immorality.* Londres, 1699. p. 13.)

191 Compra em sentido categórico pressupõe ouro ou prata como figura já transformada da mercadoria ou como produto da venda.

Como ao dinheiro não se pode notar o que se transformou nele, converte-se tudo, mercadoria ou não, em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável. A circulação torna-se a grande retorta social, na qual lança-se tudo, para que volte como cristal monetário. E não escapam dessa alquimia nem mesmo os ossos dos santos nem as *res sacrosanctae, extra commercium hominum*.[192, 193] Como no dinheiro é apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, ele apaga por sua vez, como *leveller*[194] radical, todas as diferenças.[195] O dinheiro mesmo, porém, é uma mercadoria, uma coisa externa, que pode converter-se em propriedade privada de qualquer um. O poder social torna-se, assim, poder privado da pessoa privada. A sociedade antiga o denuncia, portanto, como elemento dissolvente de sua ordem econômica e moral. A moderna sociedade, que já em seus anos de infância arranca Plutão pelos cabelos das entranhas da Terra,[196] saúda no Graal de ouro a resplandecente encarnação de seu mais autêntico princípio de vida.

A mercadoria, como valor de uso, satisfaz a uma necessidade particular e constitui um elemento específico da riqueza material. Mas o valor da mercadoria mede o grau de sua força de atração sobre todos os elementos da riqueza material, portanto mede a riqueza social de

192 Coisas sacrossantas, excluídas do comércio humano. (N. dos T.)

193 Henrique III, rei cristianíssimo da França, rouba aos mosteiros etc. suas relíquias para convertê-las em prata. Sabe-se qual o papel que desempenhou o roubo dos tesouros do templo de Delfos pelos fócios, na história grega. Para o deus das mercadorias, o templo, na Antiguidade, servia de moradia. Eles eram "bancos sagrados". Aos fenícios, um povo comerciante *par excellence*, o dinheiro valia como a figura alienada de todas as coisas. Era, entretanto, lógico que as virgens que se entregavam aos estranhos por ocasião da festa da deusa do amor ofertassem à deusa a moeda recebida em pagamento.

194 Nivelador. (N. dos T.)

195
"Ouro! Ouro vermelho, fulgurante, precioso!
Uma porção dele faz do preto, branco, do feio, bonito;
Do ruim, bom, do velho, jovem, do covarde, valente, do vilão, nobre.
... Ó deuses! Por que isso? Por que isso, deuses;
Ah, isso vos afasta o sacerdote e do altar;
E arranca o travesseiro do que nele repousa;
Sim, esse escravo vermelho ata e desata
Vínculo sagrados; abençoa o amaldiçoado;
Faz a lepra adorável; honra o ladrão,
Dá-lhe títulos, genuflexões e influência,
No conselho dos senadores;
Traz à viúva carregada de anos pretendentes;
... Metal maldito,
És da humanidade a comum prostituta."
(SHAKESPEARE. *Timão de Atenas*.)

"Nada suscitou nos homens tantas ignomínias
Como o ouro. É capaz de arruinar cidades,
De expulsar os homens de seus lares;
Seduz e deturpa o espírito nobre
Dos justos, levando-os a ações abomináveis;
Ensina aos mortais os caminhos da astúcia e da perfídia,
E os induz a cada obra amaldiçoada pelos deuses."
(SÓFOCLES. *Antígona*.)

196 "A avareza espera arrancar o próprio Plutão do interior da Terra." (ATHEN[AEUS]. *Deipnos*.)

seu possuidor. Para o barbaramente simples possuidor de mercadorias, mesmo para um camponês da Europa ocidental, o valor é inseparável da forma valor, portanto acréscimo do tesouro e da prata é para ele acréscimo de valor. O valor do dinheiro varia, entretanto, em conseqüência da variação seja de seu próprio valor, seja do valor das mercadorias. Porém, isso não impede, por um lado, que 200 onças de ouro continuem contendo mais valor que 100, 300 mais que 200 etc., nem impede, por outro lado, que a forma metálica natural dessa coisa continue sendo a forma equivalente geral de todas as mercadorias, a encarnação diretamente social de todo trabalho humano. O impulso para entesourar é por natureza sem limite. Qualitativamente ou segundo a sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, pois pode trocar-se diretamente por qualquer mercadoria. Porém, ao mesmo tempo, toda a soma efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, portanto também apenas meio de compra de eficácia limitada. Essa contradição entre a limitação quantitativa e o caráter qualitativamente ilimitado do dinheiro impulsiona incessantemente o entesourador ao trabalho de Sísifo da acumulação. Acontece a ele como ao conquistador do mundo, que com cada novo país somente conquista uma nova fronteira.

Para reter o ouro como dinheiro e, portanto, como elemento de entesouramento, é necessário impedi-lo de circular ou de dissolver-se como meio de compra, em artigos de consumo. O entesourador sacrifica, por isso, ao fetiche do ouro os seus prazeres da carne. Abraça com seriedade o evangelho da abstenção. Por outro lado, somente pode subtrair da circulação em dinheiro o que a ela incorpora em mercadoria. Quanto mais ele produz, tanto mais pode vender. Laboriosidade, poupança e avareza são, portanto, suas virtudes cardeais, vender muito e comprar pouco são o resumo de sua economia política.[197]

Paralelo à forma direta do tesouro, ocorre sua forma estética, a posse de mercadorias de ouro e prata. E esta cresce com a riqueza da sociedade burguesa. "*Soyons riches ou paraissons riches*."[198] (Diderot.) Forma-se assim, em parte, um mercado cada vez mais extenso para o ouro e a prata, independentemente de suas funções como dinheiro, em parte, uma fonte latente de oferta de dinheiro, a qual flui notadamente em períodos de agitação social.

O entesouramento desempenha diversas funções na economia de circulação metálica. A função mais próxima decorre das condições de curso da moeda de ouro e prata. Vimos como, com as contínuas oscilações da circulação das mercadorias em volume, preços e velocidade,

197 "Aumentar o mais possível o número dos vendedores de cada mercadoria, diminuir o mais possível o número dos compradores, estes são os pontos cruciais em torno dos quais giram todas as medidas da Economia Política." (VERRI. *Op. cit.*, p. 52-53.)

198 Sejamos ricos ou pareçamos ricos. (N. dos T.)

a quantidade de dinheiro em curso diminui e aumenta infatigavelmente. É necessário, portanto, que seja capaz de contrair-se e expandir-se. Ora dinheiro tem de ser atraído como moeda; ora moeda tem de ser repelida como dinheiro. Para que a massa de dinheiro realmente circulante corresponda, a todo momento, ao grau de saturação da esfera de circulação, é necessário que o *quantum* de ouro e prata existente num país exceda o *quantum* absorvido pela função monetária. Essa condição é satisfeita por meio do dinheiro em forma de tesouro. As reservas de tesouro servem, ao mesmo tempo, de canais de adução e de derivação do dinheiro circulante, o qual, por isso, nunca transborda os canais de seu curso.[199]

b) Meio de pagamento

Na forma direta de circulação de mercadorias, que vimos até agora, a mesma grandeza de valor está sempre presente duplamente, mercadoria num pólo e dinheiro no pólo oposto. Os possuidores de mercadorias portanto entravam em contato apenas como representantes de equivalentes reciprocamente presentes. Com o desenvolvimento da circulação de mercadorias, porém, desenvolvem-se condições em que a alienação da mercadoria separa-se temporalmente da realização de seu preço. Basta indicar aqui a mais simples dessas condições. Uma classe de mercadorias requer mais, outra menos, tempo para ser produzida. A produção de diversas mercadorias depende das diversas estações do ano. Uma mercadoria nasce no lugar de seu mercado, outra

199 "Para comerciar, cada nação precisa de uma soma determinada de *specifick money* * que varia, sendo uma vez maior, outra vez menor, conforme exijam as circunstâncias. (...) Esses fluxos e refluxos de dinheiro regulam-se por si mesmos, sem nenhuma ajuda dos políticos. (...) Os baldes trabalham alternadamente: quando é escasso o dinheiro, amoedam-se barras; sendo escassas as barras, fundem-se moedas." (NORTH, Sir D. *Op. cit.* [*postscript.*], p. 3.) John Stuart Mill, durante muito tempo funcionário da Companhia das Índias Orientais,** confirma que na Índia os ornamentos de prata funcionam ainda diretamente como tesouro. Os "ornamentos de prata são levados à cunhagem quando há uma alta taxa de juros; eles voltam quando a taxa de juros cai". ("J. St. Mill's Evidence." In: *Repts. on Bankacts.* 1857, nº 2 084, 2 101.) Segundo um documento parlamentar de 1864 sobre a importação e exportação de ouro e prata na Índia,*** em 1863, a importação de ouro e prata ultrapassou a exportação em 19 367 764 libras esterlinas. Nos últimos oito anos antes de 1864, o excedente da importação sobre a exportação dos metais preciosos montou a 109 652 917 libras esterlinas. No curso deste século, cunharam-se na Índia bem mais de 200 milhões de libras esterlinas.

* Dinheiro metálico. (N. dos T.)

** Companhia das Índias Orientais — companhia comercial inglesa que existiu de 1600 a 1858. Ela era um instrumento da política colonial de roubo da Inglaterra na Índia, China e em outros países asiáticos. Por meio dela, os colonizadores ingleses conseguiram a paulatina conquista da Índia. A Companhia das Índias Orientais dispôs por muito tempo do monopólio do comércio com a Índia e tinha em suas mãos as funções administrativas mais importantes, nesse país. O levante para a libertação nacional na Índia (1857/59) forçou os ingleses a mudarem as formas de seu domínio colonial; a Companhia das Índias Orientais foi dissolvida e a Índia declarada posse da Coroa inglesa. (N. da Ed. Alemã.)

*** "East India (Bullion). Return to an address of the Honourable House of Commons, dated 8 February 1864." (N. da Ed. Alemã.)

tem de viajar para um mercado distante. Assim, um possuidor de mercadorias pode apresentar-se como vendedor antes que outro como comprador. Com constante repetição das mesmas transações entre as mesmas pessoas, as condições de venda das mercadorias se regulam pelas suas condições de produção. Por outro lado, vende-se o uso de certas classes de mercadorias, por exemplo, uma casa, por determinado espaço de tempo. Somente após o decurso do prazo fixado recebe o comprador realmente o valor de uso da mercadoria. Ele a compra, portanto, antes de pagá-la. Um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como simples representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro. O vendedor torna-se credor, o comprador, devedor. Como a metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma valor se altera aqui, o dinheiro assume outra função. Converte-se em meio de pagamento.[200]

O caráter de credor ou devedor origina-se aqui da circulação simples de mercadorias. Sua mudança de forma imprime esse novo cunho ao vendedor e ao comprador. Inicialmente, trata-se pois de papéis evanescentes e desempenhados alternadamente pelos mesmos agentes de circulação, do mesmo modo que os de vendedor e comprador. Porém, a antítese parece agora desde sua origem menos confortável e tem maior capacidade de cristalizar-se.[201] Mas os mesmos caracteres podem também apresentar-se em cena, independentemente da circulação de mercadorias. Assim, por exemplo, a luta de classe no mundo antigo apresenta-se principalmente sob a forma de uma luta entre credor e devedor e termina em Roma com a decadência do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média essa luta termina com a decadência do devedor feudal, que perde seu poder político com sua base econômica. Contudo, a forma dinheiro — a relação entre credor e devedor possui a forma de uma relação monetária — somente reflete o antagonismo de condições de existências econômicas mais profundas.

Voltemos à esfera da circulação de mercadorias. Cessou o aparecimento simultâneo dos equivalentes mercadoria e dinheiro, sobre os dois pólos de processo de venda. O dinheiro funciona agora, primeiro, como medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida. Seu preço fixado contratualmente mede a obrigação do comprador, isto

200 Lutero distingue dinheiro como meio de compra e como meio de pagamento. "Fazes de mim um gêmeo do avarento, de modo que não posso pagar aqui, nem comprar ali." (LUTHER, Martin. *An die Pfarrherrn, wider den Wucher zu predigen*. Wittenberg. 1540.)*

201 Sobre as relações entre devedor e credor, entre os comerciantes ingleses, no início do século XVIII: "Entre os comerciantes, aqui na Inglaterra, reina tal espírito de crueldade que não se encontra em nenhuma outra sociedade humana nem em nenhum outro país do mundo." (*An Essay on Credit and the Bankrupt Act*. Londres, 1707. p. 2.)

* Nós citamos Lutero conforme a 4ª edição de *O Capital*. (N. da Ed. Alemã.)

é, a soma de dinheiro, a qual ele deve em certo prazo. Segundo, funciona como meio ideal de compra. Embora apenas exista no compromisso monetário do comprador, faz com que a mercadoria mude de mãos. Apenas ao vencer o prazo fixado para o pagamento, o meio de pagamento entra realmente em circulação, isto é, ele passa realmente das mãos do comprador para as do vendedor. O meio circulante converteu-se em tesouro, ao interromper o processo de circulação em sua primeira fase ou ao ser subtraída da circulação a forma transformada da mercadoria. O meio de pagamento entra na circulação, porém depois que a mercadoria já se retirou dela. O dinheiro já não media o processo. Ele o fecha de modo autônomo, como existência absoluta do valor de troca ou mercadoria geral. O vendedor converte sua mercadoria em dinheiro para satisfazer a uma necessidade por meio do dinheiro, o entesourador, para preservar a mercadoria em forma de dinheiro, o comprador que ficou devendo, para poder pagar. Se não pagar, seus bens são vendidos judicialmente. A figura de valor da mercadoria, dinheiro, torna-se, portanto, agora um fim em si da venda, em virtude de uma necessidade social que se origina das condições do próprio processo de circulação.

O comprador retransforma dinheiro em mercadoria antes de ter convertido mercadoria em dinheiro ou realiza a segunda metamorfose da mercadoria antes da primeira. A mercadoria do vendedor circula, mas realiza seu preço somente sob a forma de um título de crédito de direito privado. Converte-se em valor de uso antes de haver-se convertido em dinheiro. Sua primeira metamorfose somente se realiza *a posteriori*.[202]

Em todo período determinado do processo de circulação, as obrigações vencidas representavam a soma de preços das mercadorias cuja venda as fez surgir. A massa de dinheiro necessária para realizar essa soma de preços depende, antes de tudo, da velocidade de circulação dos meios de pagamento. Esta é condicionada por duas circunstâncias: o encadeamento das relações entre credor e devedor, pelas quais *A* recebe o dinheiro de seu devedor *B*, e paga com ele ao seu credor *C* etc.; e o lapso de tempo entre os diversos prazos de pagamento. Essa cadeia em processamento de pagamentos ou das primeiras metamor-

202 Nota à 2ª edição. Vê-se, pela seguinte citação de meu escrito surgido em 1859, por que, no texto, não tomo em consideração uma forma oposta: "Inversamente, o dinheiro pode, no processo *D — M*, ser alienado como verdadeiro meio de compra e assim ser realizado o preço da mercadoria antes de realizar-se o valor de uso do dinheiro ou alienar-se a mercadoria. Isso ocorre, por exemplo, na forma costumeira dos pagamentos adiantados. Ou na forma em que o Governo inglês (...) compra o ópio dos Ryots na Índia. Desse modo, porém, o dinheiro atua somente na forma já conhecida como meio de compra. (...) Naturalmente que também se adianta capital sob a forma de dinheiro. (...) Mas esse aspecto não cabe no horizonte da circulação simples". (*Zur Kritik* etc. p. 119-120.)

foses *a posteriori* distingue-se essencialmente do entrelaçamento das séries de metamorfoses, apreciadas anteriormente. No curso do meio circulante a conexão entre compradores e vendedores não é apenas expressa. A própria conexão surge primeiro no curso do dinheiro e com ele. O movimento dos meios de pagamento expressa, ao contrário, uma conexão social que já se tinha completado antes dele.

A simultaneidade e o paralelismo das vendas limitam a substituição da massa de moedas mediante a velocidade de circulação. Elas proporcionam, ao contrário, nova alavanca na economia dos meios de pagamento. Com a concentração dos pagamentos na mesma praça desenvolvem-se naturalmente instituições e métodos próprios para sua compensação. Assim, por exemplo, os *virements* de Lyon, na Idade Média. Os créditos de *A* contra *B*, *B* contra *C* e *C* contra *A* etc. precisam apenas ser confrontados para se cancelar mutuamente, até certo total, como grandezas positivas e negativas. Assim fica somente um saldo devedor a ser liquidado. Quanto mais maciça for a concentração de pagamentos, tanto menor será relativamente o saldo e, portanto, a massa dos meios de pagamento em circulação.

A função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como dinheiro de conta ou medida de valor. Na medida em que tem-se de fazer pagamentos efetivos, ele não se apresenta como meio circulante, como forma apenas evanescente e intermediária do metabolismo, senão como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição estoura no momento de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de crise monetária.[203] Ela ocorre somente onde a cadeia em processamento dos pagamentos e um sistema artificial para sua compensação estão plenamente desenvolvidos. Havendo perturbações as mais gerais desse mecanismo, seja qual for a sua origem, o dinheiro se converte súbita e diretamente de figura somente ideal de dinheiro de conta em dinheiro sonante. Torna-se insubstituível por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria torna-se sem valor e seu valor desaparece diante de sua própria forma de valor. Ainda há pouco o cidadão, presumindo-se esclarecido e ébrio de prosperidade, proclamava o dinheiro como uma paixão inútil. Somente a mercadoria é dinheiro. Apenas o dinheiro é mercadoria, clama-se agora por todo o mercado mundial. E como o cervo que grita

203 Deve-se distinguir bem a crise monetária, definida no texto como fase particular de cada crise geral de produção e comércio, do tipo especial de crise que se chama também de crise monetária, mas que pode aparecer independentemente, de modo que ela só afeta indústria e comércio por repercussão. Estas são crises cujo movimento se centra no capital monetário e, por isso, bancos, bolsas de valores e finanças são sua esfera imediata. (Nota de Marx à 3ª edição.)

por água fresca, assim grita a sua alma por dinheiro, a única riqueza.[204] Na crise, a antítese entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma contradição absoluta. A forma de manifestação do dinheiro é aqui portanto também indiferente. A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro ou em dinheiro de crédito, em notas de banco, por exemplo.[205]

Se observarmos agora a soma total do dinheiro em circulação durante dado período, verificamos que, dada a velocidade de circulação do meio circulante e dos meios de pagamento, ela é igual à soma dos preços das mercadorias a serem realizados mais a soma dos pagamentos vencidos menos os pagamentos que se compensam e, finalmente, menos o número de giros que a mesma moeda descreve, funcionando alternadamente como meio de circulação e como meio de pagamento. Assim, por exemplo, o camponês vende seu grão por 2 libras esterlinas, que servem, desse modo, de meio circulante. No dia do vencimento, ele paga com elas o linho que lhe forneceu o tecelão. As mesmas 2 libras esterlinas funcionam agora como meio de pagamento. O tecelão, por sua vez, compra com elas uma Bíblia e paga à vista — elas funcionam de novo como meio circulante — etc. Mesmo sendo dados os preços, a velocidade de circulação de dinheiro e a economia dos pagamentos, já não coincidem a massa de dinheiro que gira e a massa de mercadorias que circula durante um período, durante um dia, por exemplo. Está em curso dinheiro que representa mercadorias retiradas há muito tempo de circulação. Circulam mercadorias cujo equivalente em dinheiro só aparece no futuro. Por outro lado, os pagamentos contraídos cada dia e os pagamentos que vencem nesse mesmo dia são grandezas absolutamente incomensuráveis.[206]

204 "Esse salto brusco do sistema de crédito para o sistema monetário acrescenta o susto teórico ao pânico prático: e os agentes da circulação estremecem perante o mistério impenetrável de suas próprias relações." (MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 126.) "Os pobres não têm trabalho, porque os ricos não têm dinheiro para empregá-los, embora possuam as mesmas terras e as mesmas forças de trabalho que antes, para poder produzir alimentos e roupas; são estas, porém, que constituem a verdadeira riqueza de uma nação e não o dinheiro." (BELLERS, John. *Proposals for Raising a Colledge of Industry*. Londres, 1696, p. 3-4.)

205 Como tais momentos são explorados pelos *amis du commerce:** "Certa ocasião" (1839) "um velho e ávido banqueiro" (da "City") "levantou a tampa da escrivaninha, em sua sala privada, à qual ele se sentava, e exibiu a um amigo maços de notas bancárias; com prazer efusivo, ele contou que eram 600 mil libras esterlinas, que teriam sido retidas para tornar o dinheiro escasso e seriam todas postas em circulação depois das 3 horas, no mesmo dia". ([ROY, H.] *The Theory of the Exchanges. The Bank Charter Act of 1844*. Londres, 1864. p. 81.) O órgão semi-oficial *The Observer* relata que no dia 24 de abril de 1864: "Estão circulando rumores muito estranhos sobre os meios empregados com o fim de provocar uma escassez de notas bancárias. (...) Por mais questionável que possa parecer admitir-se que truques desse tipo pudessem ter sido empregados, difundiu-se tanto a notícia a respeito que ela tem, de fato, de ser mencionada".

* Amigos do comércio. (N. dos T.)

206 "O volume de vendas ou contratos, realizados durante um dia determinado, não influi na quantidade de dinheiro que circula nesse dia, mas, na grande maioria dos casos, vai se traduzir em múltiplas emissões de letras de câmbio sobre a quantidade de dinheiro que poderá estar em curso no futuro, em dias mais ou menos distantes. As letras concedidas

O dinheiro de crédito se origina diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas por mercadorias vendidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Enquanto tal, recebe forma própria da existência, na qual ocupa a esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e prata ficam confinadas à esfera do varejo.[207]

Com certo nível e volume de produção de mercadorias, a função do dinheiro como meio de pagamento ultrapassa a esfera da circulação de mercadorias. Ele torna-se a mercadoria geral dos contratos.[208] Rendas, impostos etc. transformam-se de entregas em natura em pagamentos em dinheiro. Até que ponto essa transformação é condicionada pela configuração geral do processo de produção é demonstrado, por exemplo, pelo fato de que tenha fracassado por duas vezes a tentativa do Império Romano de cobrar todos os tributos em dinheiro. E a indescritível miséria da população camponesa da França, sob o reinado

ou créditos abertos hoje não precisam, no que diz respeito ao seu número, montante ou prazo, ter nenhuma semelhança com aqueles que foram concedidos ou aceitos para amanhã ou depois de amanhã; antes, pelo contrário, muitos dos créditos e das letras de hoje, quando vencidos, se cobrem com um montante de obrigações cuja origem se distribui por uma série de datas anteriores, totalmente indeterminadas. Letras de câmbio com prazos se 12 meses, 6, 3 ou 1 coincidem muitas vezes de tal modo que aumentam extraordinariamente as obrigações vencidas em determinado dia." (*The Currency Theory Reviewed; a Letter to the Scotch People. By a Banker in England*. Edimburgo, 1845, p. 29-30 *passim*.)

207 Como um exemplo de quão pequena é a quantidade de dinheiro real que entra nas verdadeiras operações comerciais, segue aqui o esquema de uma das maiores casas de comércio de Londres (Morrison, Dillon & Co.) sobre seus recebimentos e pagamentos monetários anuais. Suas transações, no ano de 1856, que abrangem muitos milhões de libras, estão reduzidas à escala de 1 milhão.

Recebimentos	*Libras esterlinas*	*Pagamentos*	*Libras esterlinas*
Letras de banqueiros e comerciantes pagáveis a prazo	553 596	Letras pagáveis a prazo	302 674
Cheques de banqueiros etc. pagáveis à vista	357 715	Cheques sobre banqueiros de Londres	663 672
Notas bancárias provinciais	9 627	Notas do Bank of England	22 743
Notas do Bank of England	68 554	Ouro	9.427
Ouro	28 089	Prata e cobre	1 484
Prata e cobre	1 486		
Post Office Ordens*	933		
Total	1 000 000		1 000 000

(*Report from the Select Committee on the Bank Acts*. Julho de 1858. p. LXXI.)

208 "O caráter do comércio mudou de tal maneira que agora, em vez da troca de bens por bens ou entrega e recepção, há venda e pagamento e todos os negócios (...) apresentam-se atualmente como negócios puros de dinheiro." (DEFOE, D. *An Essay upon Publick Credit*. 3ª ed., Londres, 1710. p. 8.)

* Vales postais. (N. dos T.)

de Luís XIV, que com tanta eloqüência foi denunciada por Boisguillebert, Marechal Vauban etc., não se devia somente ao montante dos impostos, mas também à conversão dos impostos em natura em impostos em dinheiro.[209] Por outro lado, se a forma natural da renda do solo, que constitui, na Ásia, ao mesmo tempo, o elemento fundamental do imposto público, baseia-se lá em condições de produção que se reproduzem com a imutabilidade de condições naturais, aquela forma de pagamento repercurte sobre a forma antiga de produção, conservando-a. É um dos segredos da autoconservação do Império Turco. E se, no Japão, o comércio externo imposto pela Europa provoca a conversão da renda em natura em renda em dinheiro, será à custa de sua agricultura exemplar. Suas estreitas condições econômicas de existência dissolver-se-ão.

Em cada país se fixam certos prazos gerais de pagamento. Esses prazos, abstraindo outros ciclos da reprodução, obedecem em parte às condições naturais da produção, vinculadas às mudanças de estação. Esses prazos regulam também pagamentos que não surgem diretamente da circulação de mercadorias, tais como impostos, rendas etc. O volume de dinheiro que é exigido, em certos dias do ano, para pagamentos dispersos por toda a superfície da sociedade, origina perturbações periódicas, mas que são completamente superficiais, na economia dos meios de pagamento.[210] Da lei que regula a velocidade de circulação dos meios de pagamento depreende-se que para todos os pagamentos periódicos, qualquer que seja a sua origem, o volume de meios de pagamento necessário está em proporção direta à duração dos prazos de pagamento.[211]

209 "O dinheiro tornou-se o verdugo de todas as coisas." A arte financeira é "a retorta na qual se evaporou uma quantidade assustadora de bens e mercadorias a fim de obter esse fatal extrato". "O dinheiro declara guerra a todo o gênero humano." (BOISGUILLEBERT. "Dissertation sur la Nature des Richesses, de l'Argent et des Tributs". Edit. Daire. *Économistes Financiers.* Paris, 1843, t. I, p. 413, 417, 418, 419.)

210 "Segunda-feira de Pentecostes de 1824", conta o sr. Craig à comissão de investigação parlamentar de 1826, "havia uma procura tão imensa por notas bancárias em Edimburgo que às 11 horas não tínhamos mais nenhuma nota sob nossa custódia. Dirigimo-nos aos diferentes bancos, um após o outro, para obter algumas emprestadas, mas não foi possível e muitas transações só puderam ser acertadas por meio de *slips of paper.*• Às 3 horas da tarde, porém, diversas notas já haviam retornado aos bancos dos quais haviam saído. Elas apenas tinham mudado de mãos." Embora a circulação média efetiva das notas bancárias na Escócia importe em menos de 3 milhões de libras esterlinas, são postas em atividade em diversos dias de pagamento do ano, todas as notas que se encontram na posse dos banqueiros, num total de cerca de 7 milhões de libras esterlinas. Nessas ocasiões, as notas têm de exercer uma função única e específica e tão logo esteja exercida, refluem aos respectivos bancos dos quais saíram." (FULLARTON, John. *Regulation of Currencies.* 2ª ed., Londres, 1845, nota à p. 86.) A título de esclarecimento acrescente-se que na Escócia, ao tempo do escrito de Fullarton, não se emitiam cheques, mas só notas para os depósitos.
• Pedaços de papel. (N. dos T.)

211 À pergunta "se houvesse a necessidade de movimentar 40 milhões por ano, bastariam os mesmos 6 milhões" (ouro) "para os giros e ciclos, que se dão por exigência do comércio" Petty responde com sua costumeira mestria: "Eu respondo sim: para a quantia de 40 milhões bastariam 40/52 de 1 milhão, se os ciclos durassem um período tão curto isto é,

O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento exige certa acumulação monetária, nas datas de vencimento das somas devidas. Enquanto o entesouramento desaparece como forma autônoma de enriquecimento, com o progresso da sociedade burguesa, ele, ao contrário, cresce na forma de fundos de reserva dos meios de pagamento.

c) Dinheiro mundial

Ao sair da esfera interna de circulação, o dinheiro desprende-se das formas locais do padrão de preços, moeda, moeda divisionária e signo de valor, e reassume a forma originária de barras dos metais preciosos. No comércio mundial as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Sua figura autônoma de valor se defronta, portanto, aqui também com elas sob a forma de dinheiro mundial. É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito.

Na esfera interna de circulação pode servir como medida de valor e, portanto como dinheiro, somente uma mercadoria. No mercado mundial domina dupla medida de valor, o ouro e a prata.[212]

semanal, como acontece com pobres artesãos e trabalhadores, que recebem e pagam todos os sábados; se, porém os prazos forem trimestrais, conforme nosso costume de pagar arrendamento e de coletar impostos, então seriam necessários 10 milhões. Se supusermos, portanto, que os pagamentos geralmente ocorrem em prazos diferentes, entre 1 e 13 semanas, então tem-se de adicionar 10 milhões a 40/52, cuja metade é cerca de 5 1/2 milhões, de modo que 5 1/2 milhões seriam suficientes". (PETTY, William. *Political Anatomy of Ireland, 1672*. Edit. Londres, 1691. p. 13-14.)*

* Marx cita aqui o escrito de Petty "Verbum sapienti", que foi publicado como suplemento da obra *Political Anatomy of Ireland*. (N. da Ed. Alemã.)

212 Daí a inadequação de qualquer legislação que prescreva aos bancos nacionais só entesourarem o metal precioso que funciona como dinheiro no interior do país. Os "doces impedimentos" assim auto-impostos do Bank of England, por exemplo, são conhecidos. Sobre as grandes épocas históricas da mudança do valor relativo do ouro e da prata, ver MARX, Karl. *Op. cit*., p. 136 *et seqs*. — Aditamento à 2ª edição. Sir Robert Peel procurou em sua lei bancária de 1844 remediar esse mal, permitindo ao Bank of England emitir notas garantidas por barras de prata, de tal maneira porém que a reserva de prata nunca fora mais que 1/4 da reserva de ouro. O valor da prata estima-se, nesse caso, segundo seu preço de mercado (em ouro) no mercado de Londres. {À 4ª edição. Encontramo-nos, de novo, numa época de grande mudança do valor relativo do ouro e da prata. Há cerca de 25 anos, a relação de valor do ouro à prata era de 15 1/2: 1, hoje é de aproximadamente 22: 1, e a prata está caindo ainda continuamente em relação ao ouro. Isso é no essencial a conseqüência de uma mudança no modo de produção de ambos os metais. Antigamente, extraía-se o ouro quase exclusivamente por meio da lavagem de camadas aluviais, produtos da erosão de rochas auríferas. Agora já não basta esse método, que foi relegado a segundo plano pelo processamento dos próprios filões auríferos de quartzo, método que, embora bem conhecido dos antigos (DIODOR. III, 12-14), era utilizado antes apenas em segundo lugar. Por outro lado, não apenas descobriram-se novas jazidas imensas de prata a oeste das montanhas Rochosas americanas, mas também estas e as minas de prata mexicanas foram abertas ao tráfego por vias férreas, possibilitando a introdução de maquinaria moderna e de combustíveis e, desse modo, a extração de prata em maior escala e a custos mais baixos. Existe, porém, grande diferença quanto ao modo de ocorrência dos dois metais nos filões. O ouro está geralmente em estado puro, mas em compensação disperso no quartzo em quantidades

O dinheiro mundial funciona como meio geral de pagamento, meio geral de compra e materialização social absoluta da riqueza em geral (*universal wealth*). A função como meio de pagamento, para a compensação de saldos internacionais, é predominante. Daí a palavra de ordem dos mercantilistas — balança comercial![213] O ouro e a prata funcionam como meio internacional de compra sobretudo cada vez que se perturba bruscamente o equilíbrio tradicional do metabolismo entre nações diferentes. Finalmente, como materialização social absoluta da riqueza, onde não se trata nem de compras nem de pagamentos, mas

minúsculas; por isso, toda a ganga tem de ser triturada, extraindo-se depois o ouro por meio de lavagem ou por meio de mercúrio. Freqüentemente obtém-se de 1 milhão de gramas de quartzo apenas 1 a 3 gramas, muito raramente 30 a 60 gramas de ouro. A prata quase nunca ocorre pura, mas em compensação em minérios próprios, que podem ser separados com relativa facilidade da ganga e contêm geralmente 40 a 90% de prata; ou é contida em quantidades menores nos minérios de cobre, chumbo etc., cujo processamento já é por si mesmo lucrativo. Daí já se vê que, enquanto o trabalho de produção do ouro tende a aumentar, ao passo que o da prata indubitavelmente diminui, a queda do valor da última se explica de maneira inteiramente natural. Essa queda do valor expressar-se-ia em queda ainda maior de preço, caso não se mantivesse o preço da prata elevado por meios artificiais. Os tesouros de prata da América, porém, só foram colocados ao alcance dos exploradores em pequena parte, e assim toda a perspectiva é de que o valor da prata continue a baixar por mais tempo. Contribui ainda para isso a relativa diminuição da demanda de prata para artigos de uso e de luxo, sua substituição por mercadorias prateadas, alumínio etc. Daí avalie-se o utopismo da idéia bimetalista de que um curso forçado internacional elevaria a prata à antiga proporção de valor 1: 15 1/2. É mais provável que a prata perca também no mercado mundial, cada vez mais, sua qualidade monetária. — F. E.}

213 Os antagonistas do sistema mercantilista, que considerava a liquidação do saldo excedente da balança comercial por meio de ouro e prata como objetivo do comércio internacional, desconheceram totalmente, por seu lado, a função do dinheiro mundial. Como a concepção falsa das leis que regulam o volume do meio circulante se reflete na concepção falsa sobre o movimento internacional dos metais preciosos, demonstrei minuciosamente em Ricardo. (*Op. cit.*, p. 150 *et seqs.*) Seu falso dogma: "Uma balança comercial desfavorável só pode originar-se de um excesso de meio circulante. (...) A exportação de moedas é devido a seu preço baixo e não é conseqüência, porém causa, de uma balança desfavorável."* Já se encontra em Barbon: "A balança comercial, quando existe uma, não é a causa de que o dinheiro seja exportado de um país. A exportação resulta antes da diferença de valor dos metais preciosos em cada país". (BARBON, N. *Op. cit.*, p. 59.) MacCulloch em *The Literature of Political Economy: a Classified Catalogue*, Londres, 1845, louva Barbon por essa antecipação, mas evita prudentemente mencionar as formas ingênuas, em que aparecem ainda em B., os pressupostos absurdos do *currency principle*.** A falta de crítica e mesmo a desonestidade desse catálogo culminam nas seções sobre a história da teoria monetária, porque aqui McCulloch está bajulando como sicofanta de Lord Overstone (o ex-banqueiro Loyd), a quem chama "*facile princeps argentariorum*".***

* Marx cita aqui o livro de RICARDO, D. *The High Price of Bullion a Proof of the Depreciation of Bank Notes.* 4ª ed., Londres, 1811.

** Teoria monetária muito divulgada na Inglaterra na primeira metade do século XIX, que partiu da teoria quantitativa do dinheiro. Os representantes da teoria quantitativa afirmam que os preços das mercadorias seriam determinados pela quantidade de dinheiro em circulação. Os representantes do *currency principle* queriam imitar as leis da circulação metálica. No *currency* (meio circulante) incluíam, além do dinheiro metálico, também as notas bancárias. Eles acreditavam alcançar um curso estável do dinheiro por meio da plena cobertura em ouro das notas; a emissão devia ser regulada conforme a importação e exportação do metal precioso. As tentativas do Governo inglês (lei bancária de 1844) de basear-se nessa teoria não tiveram nenhum sucesso e somente confirmaram sua falta de sustentação científica e sua total inutilidade para fins práticos. (N. da Ed. Alemã.)

*** O reconhecido rei da gente de dinheiro. (N. dos T.)

sim de transferência de riqueza de um país a outro e onde essa transferência não é permitida sob a forma de mercadoria, seja pelas conjunturas do mercado, seja pelo fim que se busca alcançar.[214]

Do mesmo modo como para sua circulação interna, necessita todo país contar com um fundo de reserva para a circulação do mercado mundial. As funções dos tesouros surgem, assim, em parte da função do dinheiro como meio interno de pagamento ou de circulação, em parte de sua função como dinheiro mundial.[215] Neste último papel sempre é exigida a mercadoria monetária efetiva, o ouro e a prata em pessoa; daí ter James Stewart expressamente caracterizado ouro e prata em contraste com suas representações puramente locais, como *money of the world*.[216]

O movimento do fluxo de ouro e prata é duplo. De um lado, ele se espalha a partir de suas fontes, sobre todo o mercado mundial, onde é absorvido, em diferentes volumes, pelas distintas esferas nacionais de circulação, para penetrar pelos seus canais internos de circulação, substituir moedas de ouro e prata desgastadas, fornecer material para mercadorias de luxo e imobilizar-se como tesouros.[217] Esse primeiro movimento é efetuado por meio do intercâmbio direto dos trabalhos nacionais realizados em mercadorias, pelo trabalho realizado em metais preciosos dos países produtores de ouro e prata.

Por outro lado, o ouro e a prata fluem constantemente de lá para cá entre as diferentes esferas nacionais de circulação, um movimento que acompanha as incessantes oscilações do curso de câmbio.[218]

Os países de produção burguesa desenvolvida limitam os tesouros

214 Por exemplo, nos casos de subsídios, de empréstimos de dinheiro para condução de guerras ou para a retomada dos pagamentos a vista pelos bancos etc., o valor pode ser exigido justamente na forma de dinheiro.

215 Nota à 2ª edição. "De fato, eu não posso imaginar nenhuma prova mais convincente de que o mecanismo do entesouramento, em países de padrão metálico, é capaz de desempenhar cada função necessária à compensação de obrigações internacionais, sem nenhum apoio perceptível por parte da circulação geral, do que a facilidade com que a França, ainda em vias de se recuperar do abalo de uma destruidora invasão estrangeira, conseguiu efetuar, num período de 27 meses, o pagamento de quase 20 milhões de indenização de guerra, imposta a elas pelas potências aliadas, sendo de se notar que parte considerável dessa soma em dinheiro metálico, sem restrição ou perturbação visível do curso interno do dinheiro ou sem quaisquer oscilações alarmantes de seu curso de câmbio." (FULLARTON. *Op. cit.*, p. 141.) (À 4ª edição. — Um exemplo de maior impacto temos na facilidade com que a mesma França, de 1871 a 1873, conseguiu pagar, em 30 meses, uma indenização de guerra mais de dez vezes superior, sendo, da mesma forma, uma parte significativa em dinheiro metálico. — F. E.}

216 Dinheiro do mundo. (N. dos T.)

217 "O dinheiro distribui-se pelas nações segundo suas necessidades (...) ao ser atraído sempre pelos produtos." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 916.) "As minas, que estão fornecendo continuamente ouro e prata, são suficientemente fecundas para fornecer a cada nação esse *quantum* necessário." (VANDERLINT, J. *Op. cit.*, p. 40.)

218 "Os cursos de câmbio sobem e descem toda semana; em certos períodos do ano, sobem em prejuízo de uma nação, em outros chegam à mesma altura em favor desta." (BARBON, N. *Op. cit.*, p. 39.)

maciçamente concentrados nas reservas bancárias ao mínimo requerido por suas funções específicas.[219] Embora haja exceções, o crescimento extraordinário da reserva do tesouro, acima de seu nível médio, indica estancamento da circulação das mercadorias ou interrupção do fluxo de metamorfose das mercadorias.[220]

219 Essas funções diferentes podem entrar em conflito perigoso logo que se lhes adiciona a função de um fundo de conversão para notas bancárias.

220 "O que existe em dinheiro além do mínimo indispensável para o comércio interno representa capital morto, e não traz nenhum ganho ao país que o possui, exceto quando ele mesmo é exportado respectivamente importado." (BELLERS, John. *Essays* etc. p. 13.) "O que acontece se temos dinheiro cunhado em demasia? Poderemos fundir o mais pesado e transformá-lo em suntuosas baixelas, vasos e utensílios domésticos de ouro e prata; ou enviá-lo como mercadoria para onde há necessidade e procura por ele; ou emprestá-lo a juros, onde se paga alta taxa de juros." (PETTY, W. *Quantulumcumque.* p. 39.) "O dinheiro é apenas a gordura do corpo do Estado, e por isso seu excesso afeta tanto sua mobilidade quanto sua falta torna-o doente (...) como a gordura lubrifica o movimento dos músculos, substitui alimentos faltantes, aplaina desníveis e embeleza o corpo, assim o dinheiro facilita os movimentos do Estado, traz alimentos do exterior quando há carestia no país, paga dívidas (...) e embeleza o conjunto; porém particularmente", conclui ironicamente, "os indivíduos que possuem muito dele." (PETTY, W. *Political Anatomy of Ireland.* p. 14-15.)

Seção II

A Transformação do Dinheiro em Capital

CAPÍTULO IV

TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

1. A fórmula geral do capital

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital.

Abstraiamos o conteúdo material da circulação de mercadorias, o intercâmbio dos diferentes valores de uso, e consideremos apenas as formas econômicas engendradas por esse processo, então encontraremos como seu produto último o dinheiro. Esse produto último da circulação de mercadorias é a primeira forma de aparição do capital.

Historicamente, o capital se defronta com a propriedade fundiária, no início, em todo lugar, sob a forma de dinheiro, como fortuna em dinheiro, capital comercial e capital usurário.[221] No entanto, não se precisa remontar à história da formação do capital para reconhecer o dinheiro como a sua primeira forma de aparição. A mesma história se desenrola diariamente ante nossos olhos. Cada novo capital pisa em primeira instância o palco, isto é, o mercado, mercado de mercadorias, mercado de trabalho ou mercado de dinheiro, sempre ainda como dinheiro, dinheiro que deve transformar-se em capital por meio de determinados processos.

Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação.

A forma direta de circulação de mercadorias é *M — D — M*,

221 A antítese entre o poder da propriedade fundiária, repousando sobre relações pessoais de servidão e senhorio, e o poder impessoal do dinheiro, está claramente captada em dois ditos franceses. *Nulle terre sans seigneur.** *L'argent n'a pas de maître.***

* "Nenhuma terra sem senhor."(N. dos T.)

** "O dinheiro não tem mestre."(N. dos T.)

transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma *D — M — D*, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital.

Vejamos mais de perto a circulação *D — M — D*. Ela percorre, como a circulação simples de mercadorias, duas fases antitéticas. Na primeira fase, *D — M*, compra, o dinheiro é transformado em mercadoria. Na segunda fase, *M — D*, venda, a mercadoria é retransformada em dinheiro. A unidade de ambas as fases é, porém, o movimento global, que troca dinheiro por mercadoria e, novamente, a mesma mercadoria por dinheiro, compra mercadoria para vendê-la, ou, se não se consideram as diferenças formais entre compra e venda, compra mercadoria com o dinheiro e dinheiro com a mercadoria.[222] O resultado, em que todo o processo se apaga, é troca de dinheiro por dinheiro, *D — D*. Se com 100 libras esterlinas compro 2 000 libras de algodão e revendo as 2 000 libras de algodão por 110 libras esterlinas, então troquei afinal 100 libras esterlinas por 110 libras esterlinas, dinheiro por dinheiro.

É agora evidente que o processo de circulação *D — M — D* seria insosso e sem conteúdo caso se quisesse, por intermédio de seu rodeio, permutar o mesmo valor em dinheiro por igual valor em dinheiro, assim, por exemplo, 100 libras esterlinas por 100 libras esterlinas. Incomparavelmente mais simples e mais seguro seria o método do entesourador, que retém as suas 100 libras esterlinas em vez de expô-las ao perigo da circulação. Por outro lado, se o comerciante revende por 110 libras esterlinas o algodão comprado a 100 libras esterlinas ou se é forçado a desfazer-se dele por 100 libras esterlinas ou até mesmo por 50 libras esterlinas, em qualquer circunstância seu dinheiro descreveu um movimento próprio e original, de espécie totalmente diversa da descrita na circulação simples de mercadorias, por exemplo, nas mãos do camponês, que vende grão e, com o dinheiro obtido, compra roupas. Por enquanto, vale a característica das diferenças formais entre os ciclos *D — M — D* e *M — D — M*. Com isso há de se revelar logo a diferença de conteúdo que espreita por trás dessas diferenças formais.

Examinemos, antes de tudo, o que é comum a ambas as formas.

Ambos os ciclos se decompõem nas duas mesmas fases contrapostas, *M — D*, venda, e *D — M*, compra. Em cada uma das duas fases se confrontam os mesmos dois elementos materiais, mercadoria

222 "Com dinheiro se compram mercadorias e com mercadorias se compra dinheiro." (RIVIÈRE, Mercier de la. *L'Ordre Naturel et Essentiel des Sociétés Politiques.* p. 543.)

e dinheiro — e duas pessoas, nas mesmas máscaras de personagens econômicas, um comprador e um vendedor. Cada um dos dois ciclos é a unidade das mesmas fases contrapostas e, em ambos os casos, essa unidade é mediada pelo surgimento de três contraentes, dos quais um apenas vende, outro apenas compra, mas o terceiro alternadamente compra e vende.

O que, no entanto, separa de antemão ambos os ciclos *M — D — M* e *D — M — D* é a sucessão inversa das mesmas fases contrapostas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Lá a mercadoria, aqui o dinheiro constitui o ponto de partida e o ponto de chegada do movimento. Na primeira forma é o dinheiro, no outro, inversamente, é a mercadoria que media o transcurso global.

Na circulação *M — D — M*, o dinheiro é finalmente transformado em mercadoria que seria de valor de uso. O dinheiro está, pois, definitivamente gasto. Na forma inversa, *D — M — D*, o comprador gasta dinheiro para como vendedor receber dinheiro. Com a compra, ele lança dinheiro na circulação, para retirá-lo dela novamente pela venda da mesma mercadoria. Ele libera o dinheiro só com a astuciosa intenção de apoderar-se dele novamente. Ele é, portanto, apenas adiantado.[223]

Na forma *M — D — M*, a mesma peça monetária muda duas vezes de lugar. O vendedor a recebe do comprador e paga-a adiante a outro vendedor. O processo global, que começa com o recebimento do dinheiro por mercadoria, termina com a entrega de dinheiro por mercadoria. Inversamente, na forma *D — M — D*. Não é a mesma peça monetária que muda aqui duas vezes de lugar, mas a mesma mercadoria. O comprador a recebe das mãos do vendedor e a depõe nas mãos de outro comprador. Assim como na circulação simples de mercadorias a dupla mudança de lugar da mesma peça monetária acarreta a sua transferência definitiva de uma mão para outra, assim aqui a dupla mudança de lugar da mesma mercadoria acarreta o refluxo do dinheiro a seu primeiro ponto de partida.

O refluxo do dinheiro a seu ponto de partida não depende de a mercadoria ser vendida mais cara do que ela foi comprada. Essa circunstância influi apenas na grandeza da soma de dinheiro refluente. O próprio fenômeno do refluxo ocorre assim que a mercadoria comprada é revendida, portanto o ciclo *D — M — D* está completamente descrito. Essa é, portanto, uma diferença que salta aos olhos entre a circulação do dinheiro como capital e sua circulação como mero dinheiro.

223 "Se uma coisa é comprada para ser novamente vendida, chama-se a soma aplicada nisso de dinheiro adiantado; se comprada para não ser revendida, ela pode ser designada como gasta." (STEUART, James. *Works* etc. Edit. por General Sir James Steuart, seu filho. Londres, 1805. v. I, p. 274.)

O ciclo *M — D — M* está percorrido completamente assim que a venda de uma mercadoria traga dinheiro que a compra de outra mercadoria novamente retira. Se ainda ocorrer refluxo de dinheiro ao seu ponto de partida, isso apenas pode ser por meio da renovação ou repetição de todo o percurso. Se vendo 1 *quarter* de grão por 3 libras esterlinas e compro roupas com essas 3 libras esterlinas, as 3 libras esterlinas estão definitivamente gastas para mim. Eu nada mais tenho a fazer com elas. Elas são do comerciante de roupas. Se, agora, vendo um segundo *quarter* de grão, então o dinheiro reflui para mim, mas não em conseqüência da primeira transação, e sim apenas em conseqüência de sua repetição. Ele se afasta novamente de mim assim que levo a cabo a segunda transação e compro de novo. Na circulação *M — D — M*, o gasto do dinheiro nada tem, pois, a ver com seu refluxo. Na circulação *D — M — D*, pelo contrário, o refluxo do dinheiro é determinado pelo modo de seu próprio gasto. Sem esse refluxo, a operação está fracassada ou o processo interrompido e ainda não acabado, porque falta a sua segunda fase, a venda, que complementa e completa a compra.

O ciclo *M — D — M* parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai da circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final. O ciclo *D — M — D*, pelo contrário, parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca.

Na circulação simples de mercadorias, ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Eles são ambos mercadoria. Eles são também mercadorias de mesma grandeza de valor. Mas eles são qualitativamente valores de uso diferentes, por exemplo, grão e roupas. O intercâmbio de produtos, a mudança dos diferentes materiais em que o trabalho social se representa, constitui aqui o conteúdo do movimento. De outro modo na circulação *D — M — D*. Ela parece à primeira vista sem conteúdo porque tautológica. Ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Eles são ambos dinheiro, portanto não-valores de uso qualitativamente diferenciados, pois dinheiro é a figura metamorfoseada das mercadorias, em que seus valores de uso específicos estão apagados. Primeiro trocar 100 libras esterlinas por algodão e, então, trocar novamente o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, portanto, intercambiar por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece uma operação tão sem finalidade quanto insossa.[224]

224 "Não se troca dinheiro por dinheiro", clama Mercier de la Rivière aos mercantilistas (*Op. cit.*, p. 486). Numa obra que *ex professo* trata do "comércio" e da "especulação", lê-se: "Todo comércio consiste na troca de coisas de espécies diferentes; e o proveito" (para o comerciante?) "se origina mesmo dessa diferença. Trocar 1 libra de pão por 1 libra de pão não traria

Uma soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma de dinheiro tão somente mediante sua grandeza. Portanto, o processo D — M — D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa. No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo. O algodão comprado por 100 libras esterlinas é, por exemplo, revendido a 100 + 10 libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas. A forma completa desse processo é, portanto, D — M — D', em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.

É também possível que em M — D — M ambos os extremos, M, M, por exemplo, grão e roupas, sejam grandezas de valor quantitativamente diferentes. O camponês pode vender seu grão acima do valor ou comprar as roupas abaixo do valor delas. Ele pode, por sua vez, ser enganado pelo comerciante de roupas. Tal diferença de valor permanece, no entanto, para essa mesma forma de circulação, puramente casual. Ela não perde simplesmente sentido e entendimento como o processo D — M — D, se os dois extremos, grão e roupas, por exemplo, são equivalentes. Sua igualdade de valor é aqui muito mais condição do transcurso normal.

A repetição ou renovação da venda para compra encontra, como este mesmo processo, medida e alvo num objetivo final situado fora dela, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para a venda, pelo contrário, começo e término são o mesmo, dinheiro, valor de troca, e já por isso o movimento é sem fim. Sem dúvida, de D adveio $D + \Delta D$, das 100 libras esterlinas, 100 + 10. Mas consideradas apenas qualitativamente, 110 libras esterlinas são o mesmo que 100 libras esterlinas, ou seja, dinheiro. E consideradas quantitativamente

nenhuma vantagem (...) daí o contraste vantajoso entre comércio e jogo, sendo este apenas intercâmbio de dinheiro por dinheiro". (CORBET, Th. *An Inquiry into the Causes and Modes of the Wealth of Individuals; or the Principles of Trade and Speculation explained*". Londres, 1841. p. 5) Embora Corbet não veja que D — D, trocar dinheiro por dinheiro, é a forma característica de circulação não só do capital comercial, mas de todo capital, pelo menos admite que essa forma de uma espécie de comércio, da especulação, é comum ao jogo, mas então aparece MacCulloch e acha que comprar para vender seja especular, e que, portanto, a diferença entre especulação e comércio se desfaz. "Cada negócio em que uma pessoa compra um produto para revendê-lo é, de fato, uma especulação." (MACCULLOCH. *A Dictionary, Practical etc. of Commerce.* Londres, 1847. p. 1009.) Incomparavelmente mais ingênuo, Pinto, o Píndaro da Bolsa de Amsterdã: "O comércio é um jogo" (essa frase, emprestada de Locke) "e com mendigos não se pode ganhar nada. Se, durante longo tempo, se ganhasse tudo de todos, ter-se-ia, mediante acordo amigável, de devolver de novo a maior parte do lucro para novamente iniciar o jogo". (PINTO. *Traité de la Circulation et du Crédit.* Amsterdã, 1771. p. 231.)

* De cátedra. (N. dos T.)

110 libras esterlinas são uma soma tão limitada de valor quanto 100 libras esterlinas. Se as 110 libras esterlinas fossem gastas como dinheiro, deixariam de desempenhar o seu papel. Deixariam de ser capital. Retiradas de circulação, se petrificariam em tesouro e nenhum *farthing*[225] se acrescenta a elas, ainda que fiquem guardadas até o Dia do Juízo Final. Caso se trate de valorização do valor, existe então tanta necessidade da valorização de 110 libras esterlinas quanto da de 100 libras esterlinas, já que ambas são expressões limitadas do valor de troca, ambas, portanto, tendo a mesma vocação de se aproximarem da riqueza simplesmente por meio da expansão de grandeza. De fato, o valor originalmente adiantado de 100 libras esterlinas diferencia-se, por um instante, da mais-valia de 10 libras esterlinas, que lhe foi acrescentada na circulação, mas essa diferença se esvai logo de novo. No fim do processo, o que surge não é, de um lado, o valor original de 100 libras esterlinas e, do outro, a mais-valia de 10 libras esterlinas. O que surge é um valor de 110 libras esterlinas que se encontra na mesma forma adequada para começar o processo de valorização, como as 100 libras esterlinas iniciais. Dinheiro surge de novo no fim do movimento como seu início.[226] O fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda, constitui, portanto, por si mesmo o início de novo ciclo. A circulação simples de mercadorias — a venda para a compra — serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a aprorriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável.[227]

225 Moeda inglesa no valor de 1/4 de pêni. (N. dos T.)

226 "O capital se divide (...) em capital original e lucro, o incremento do capital (...) embora a própria práxis converta logo esse lucro novamente em capital e o coloque com este em fluxo." (ENGELS, F. "Esboço de uma Crítica da Economia Nacional". In: Anuários Teuto-Franceses. Editados por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844, p. 99)*

* Ver v. I da edição MEW, p. 511. (n. da Ed. Alemã.)

227 Aristóteles contrapõe à Crematística a Economia. Ele parte da Economia. Enquanto arte da aquisição, ela se limita à obtenção dos bens necessários à vida e úteis ao lar e ao Estado. "A verdadeira riqueza (ο αληθινος πλουτος) consiste em tais valores de uso; pois para a boa vida, a medida suficiente dessa espécie de propriedade não é limitada. Existe, porém, uma segunda arte da aquisição chamada preferencialmente e com direito de Crematística, segundo a qual não parece existir limite à riqueza e à propriedade. O comércio de mercadorias ("η χαπηλιχη" significa literalmente comércio de retalhos, e Aristóteles usa essa forma porque nela predomina o valor de uso) não pertence por natureza à Crematística, pois aqui o valor de troca só se refere ao que é necessário a eles mesmos (compradores e vendedores). Por isso", continua ele adiante, "a forma original do comércio de mercadorias também era o escambo, mas com a sua expansão surgiu necessariamente o dinheiro. Com a invenção do dinheiro, o escambo tinha de evoluir necessariamente para χαπηλιχη, comércio de mercadorias, e este, em contradição com sua tendência original, evoluiu para a Crematística, a arte de fazer dinheiro. A Crematística distingue-se agora da Economia porque para ela a circulação é a fonte da riqueza (ποιητιχη χρηματων... δια χρηματων μεταβολης). E ela parece girar em torno do dinheiro, pois o dinheiro é o começo e o fim dessa espécie de troca (το γαρ νομισμα στοιχειον χαι περας της αλλαγης εστιν). Por isso, a riqueza, como a

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo.[228] Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho.[229] Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor[230] é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação,[231] é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação.[232]

As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação *D — M — D*, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência.[233] Ele passa continua-

Crematística pretende, também é ilimitada. Assim como toda arte, para a qual sua meta não vale como meio, mas como finalidade última, é ilimitada, em sua aspiração, pois procura aproximar-se dela sempre mais, enquanto as artes, que só perseguem meios para fins, não são ilimitadas, já que a própria meta é o enriquecimento absoluto. A Economia, não a Crematística, tem um limite (...) a primeira intenciona algo diferente do próprio dinheiro, a outra, a sua multiplicação (...). A confusão de ambas as formas, que se sobrepõem entre si, induz alguns a ver na conservação e multiplicação do dinheiro ao infinito a finalidade última da Economia." (ARISTÓTELES. *De Rep*. Edit. Bekker, Livro Primeiro. Cap. 8 e 9 *passim*.)

228 "Mercadorias" (aqui no sentido de valores de uso) "não são a finalidade última do capitalista que comercia (...) a sua finalidade última é dinheiro." (CHALMERS, *Th. On Politic. Econ.* etc. 2ª ed., Glasgow, 1832, p. 165-166.)

229 "Ainda que o comerciante também não menospreze o lucro já alcançado, o seu olhar está, no entanto, sempre voltado para o lucro futuro." (GENOVESI, *A. Lezioni di Economia Civile* (1765). Edição dos economistas italianos de Custodi, Parte Moderna. t. VIII, p. 139.)

230 "A paixão inextinguível pelo lucro, *a auri sacra fames*,• sempre caracteriza o capitalista." (MACCULLOCH. *The Principles of Polit. Econ.* Londres, 1830. p. 179.) Naturalmente essa compreensão não impede o mesmo McCulloch e consortes, em dificuldades teóricas, por exemplo, no tratamento da superprodução, metamorfosear o mesmo capitalista em um bom cidadão, para o qual só se trata do valor de uso e que até desenvolve uma verdadeira fome de lobisomem por botas, chapéus, ovos, chitas e outras espécies de valor de uso extremamente familiares.

• A sagrada fome de ouro. (N. dos T.)

231 "Σωζειν!" •• é uma das expressões características dos gregos para entesourar. Igualmente, *to save* significa ao mesmo tempo salvar e poupar.

•• "Salvar". (N. dos T.)

232 "O infinito que as coisas não têm no progredir, elas o têm no ciclo." (GALIANI. [*Op. cit.*, p. 156].)

233 "Não é o material que constitui o capital, mas o valor desses materiais." (SAY, J.-B. *Traité d'Écon. Polit.* 3ª ed., Paris, 1817. t. II, p. 429.)

mente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria.[234] De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro.

Como sujeito usurpador de tal processo, em que ele ora assume, ora se desfaz da forma dinheiro e da forma mercadoria, mas se conserva e se dilata nessa mudança, o valor precisa, antes de tudo, de uma forma autônoma, por meio da qual a sua identidade consigo mesmo é constatada. E essa forma ele só possui no dinheiro. Este constitui, por isso, o ponto de partida e o ponto final de todo processo de valorização. Ele era 100 libras esterlinas, agora é 110 libras esterlinas etc. Mas o próprio dinheiro vale aqui apenas como uma forma do valor, pois ele tem duas. Sem assumir a forma de mercadoria, o dinheiro não se torna capital. O dinheiro não se apresenta aqui, portanto, polemicamente contra a mercadoria, como no entesouramento. O capitalista sabe que todas as mercadorias, por mais esfarrapadas que elas pareçam ou por pior que elas cheirem, são, na verdade e na fé, dinheiro, judeus no íntimo circuncisos e além disso meios milagrosos para fazer de dinheiro mais dinheiro.

Se na circulação simples o valor das mercadorias adquire no máximo, em confronto com seu valor de uso, a forma autônoma de dinheiro, aqui ele se apresenta subitamente como uma substância em processo e semovente, para a qual mercadorias e dinheiro são ambos meras formas. Mas ainda mais. Em vez de representar relações mercantis, ele entra agora, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo. Ele se distingue, como valor original, de si mesmo como mais-valia, assim como Deus Pai se distingue de si mesmo como Deus Filho, e ambos são de mesma idade e constituem, de fato, uma só pessoa, pois só por meio da mais-valia de 10 libras esterlinas tornam-se as 100 libras esterlinas adiantadas capital, e assim que se tornam isso, assim que é gerado o filho e, por meio do filho, o pai, desaparece a sua diferença e ambos são unos, 110 libras esterlinas.

O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em pro-

234 "O meio circulante (!) que é usado para fins produtivos é capital." (MACLEOD. *The Theory and Practice of Banking*. Londres, 1855. v. I, cap. 1, p. 55.) "Capital é igual a mercadorias." (MILL, James. *Elements of Pol. Econ*. Londres, 1821. p. 74.)

cesso e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo.[235] *D — D'*, dinheiro que gera dinheiro — *money which begets money* —, diz a descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas.

Comprar para vender, ou melhor, comprar para vender mais caro, *D — M — D'*, parece ser decerto apenas uma espécie do capital, a forma peculiar do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro, que se transforma em mercadoria e por meio da venda de mercadoria retransforma-se em mais dinheiro. Atos que ocorram eventualmente entre a compra e a venda fora da esfera da circulação nada mudam nessa forma de movimento. No capital a juros a circulação *D — M — D'* apresenta-se, afinal, abreviada, em seu resultado sem a mediação, por assim dizer em estilo lapidar, como D — D, dinheiro que é igual a mais dinheiro, valor que é maior do que ele mesmo.

De fato, portanto, *D — M — D* é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação.

2. Contradições da fórmula geral

A forma de circulação, pela qual o dinheiro se revela como capital, contradiz todas as leis anteriormente desenvolvidas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação. O que a distingue da circulação simples de mercadorias é a seqüência inversa dos mesmos dois processos contrapostos, venda e compra. E como poderia tal diferença puramente formal mudar por encanto a natureza desses processos?

Ainda mais. Essa inversão só existe para um dos três parceiros que comerciam uns com os outros. Como capitalista, compro mercadoria de *A* e a revendo para *B*, enquanto como simples possuidor de mercadorias vendo mercadoria para B e compro então mercadoria de *A*. Para os parceiros *A* e *B* essa diferença não existe. Eles aparecem apenas como comprador ou vendedor de mercadorias. Eu mesmo me confronto com eles, toda vez, como mero possuidor de dinheiro ou como possuidor de mercadorias, comprador ou vendedor, e apareço em ambas as seqüências defrontando-me com uma pessoa somente como comprador e com a outra somente como vendedor, com uma somente como dinheiro, com a outra somente como mercadoria; com nenhum deles como capital ou capitalista ou representante de qualquer outra coisa que fosse mais que dinheiro ou mercadoria ou que pudesse surtir qualquer outro efeito, exceto o do dinheiro ou da mercadoria. Para mim, compra de *A* e venda para *B* constituem uma seqüência. Mas a conexão entre esses dois

235 "Capital (...) valor que se multiplica permanentemente." (SISMONDI. *Nouveaux Principes d'Écon. Polit.* t. L, p. 89.)

atos existe apenas para mim. *A* não se importa com a minha transação com *B*, e *B* também não com a minha transação com *A*. Caso eu quisesse esclarecê-los quanto ao mérito particular que por meio da inversão da seqüência granjeio, eles me demonstrariam que me engano na própria seqüência e que a transação global não começou com uma compra e terminou com uma venda, mas que, inversamente, começou com uma venda e se encerrou com uma compra. De fato, meu primeiro ato, a compra, foi do ponto de vista de *A* uma venda, e meu segundo ato, a venda, foi do ponto de vista de *B* uma compra. Não satisfeitos com isso, *A* e *B* esclarecerão que toda a seqüência foi supérflua e abracadabra. *A* vai vender a mercadoria diretamente para *B*, e *B* comprá-la diretamente de *A*. Com isso, toda a transação se reduz a um ato unilateral de circulação habitual de mercadorias, da perspectiva de *A* mera venda e da perspectiva de *B* mera compra. Portanto, por meio da inversão da seqüência, nós não transcendemos a esfera da circulação simples de mercadorias, e devemos muito mais verificar se ela permite, de acordo com sua natureza, valorização do valor que nela penetra e, daí, geração de mais-valia.

Tomemos o processo de circulação numa forma em que ele se apresenta como mero intercâmbio de mercadorias. Esse é sempre o caso quando ambos os possuidores de mercadorias compram mercadorias um do outro e a balança de suas obrigações recíprocas de dinheiro se compensa no dia do pagamento. O dinheiro serve aqui como dinheiro de conta para expressar os valores das mercadorias em seus preços, mas não se confronta materialmente com as próprias mercadorias. À medida que se trata do valor de uso, é claro que ambos os permutadores podem ganhar. Ambos alienam mercadorias que lhes são inúteis como valor de uso, e recebem mercadorias de que necessitam para o seu uso. E essa vantagem pode não ser a única. *A*, que vende vinho e compra cereal, produz talvez mais vinho do que o plantador de cereal *B* poderia produzir no mesmo período de tempo de trabalho, e o plantador de cereal *B* poderia produzir no mesmo tempo de trabalho mais cereal do que o vinicultor *A*. *A* recebe, portanto, pelo mesmo valor de troca, mais cereal e *B* mais vinho do que se cada um, sem troca, tivesse de produzir vinho e cereal para si mesmo. No que se refere ao valor de uso, pode ser, portanto, dito que "a troca é uma transação em que ambas as partes ganham".[236] Com o valor de troca é diferente.

> "Um homem que possui muito vinho e nenhum cereal comercia com um homem que tem muito cereal e nenhum vinho, e entre eles

236 "L'échange est une transaction admirable dans laquelle les deux contractants gagnent — toujours (!)."* (DESTUTT DE TRACY. *Traité de la Volonté et de ses Effects.* Paris, 1826. p. 68.) O mesmo livro apareceu também como *Traité d'Éc. Pol.*

* A troca é uma transação admirável, na qual os dois contratantes ganham — sempre. (N. dos T.)

se troca trigo no valor de 50 por um valor de 50 em vinho. Esse intercâmbio não é um aumento do valor de troca, seja para um, seja para o outro; pois cada um deles já possuía, antes do intercâmbio, um valor igual àquele que obteve por meio dessa operação."[237]

Nada muda na coisa se o dinheiro se interpõe como meio circulante entre as mercadorias e os atos de compra e venda se separam perceptivelmente.[238] O valor das mercadorias está representado em seus preços, antes que entrem na circulação, sendo, portanto, pressuposto e não resultado da mesma.[239]

Considerado abstratamente, isto é, deixando de considerar as circunstâncias que não decorrem das leis imanentes da circulação simples de mercadorias, o que ocorre nela, fora a substituição de um valor de uso por outro, nada mais é que uma metamorfose, mera mudança de forma da mercadoria. O mesmo valor, isto é, o mesmo *quantum* de trabalho social objetivado, permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadoria, primeiro na figura de sua mercadoria, depois na do dinheiro em que se transforma, finalmente na da mercadoria na qual esse dinheiro se retransforma. Essa mudança de forma não inclui nenhuma mudança de grandeza do valor. Mas a mudança que o valor da própria mercadoria sofre nesse processo limita-se a uma mudança da sua forma monetária. Ela existe primeiro como preço da mercadoria posta à venda, em seguida como uma soma de dinheiro, que já estava, porém, expressa no preço, finalmente como preço de uma mercadoria equivalente. Essa mudança de forma implica em si e para si tão pouco numa mudança na grandeza do valor quanto a troca de uma nota de 5 libras esterlinas por *sovereigns*, meio *sovereign* e xelins. Portanto, à medida que a circulação da mercadoria só condiciona uma mudança formal do seu valor, ela condiciona, quando o fenômeno ocorre em sua pureza, troca de equivalentes. A própria economia vulgar, por pouco que pressinta o que seja valor, supõe por isso, sempre que ela, à sua maneira, queira considerar o fenômeno em sua pureza, que procura e oferta se igualam, isto é, que seu efeito simplesmente cessa. Se, portanto, em relação ao valor de uso, ambos os permutantes podem lucrar, ambos não podem ganhar no valor de troca. Aqui significa sobretudo: "Onde há igualdade, não há lucro".[240] Mercadorias podem chegar a ser vendidas por preços que se desviam de seus valores, mas esse desvio aparece como violação da lei da troca de mercadorias.[241] Em sua figura

237 RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 544.

238 "Que uma dessas mercadorias seja dinheiro ou que ambas sejam mercadorias comuns, nada pode ser em si mais indiferente." (RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 543.)

239 "Sobre o valor não decidem os parceiros de contrato; ele já está fixado antes do acordo." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 906.)

240 "Dove c'è egualità non c'è lucro." (GALIANI. *Della Moneta*. In: CUSTODI. Parte Moderna. t. IV, p. 244.)

241 "O intercâmbio torna-se desvantajoso para uma das partes se qualquer circunstância es-

pura, ela é uma troca de equivalentes, portanto não um meio de enriquecer em valor.[242]

Por trás das tentativas de apresentar a circulação de mercadorias como fonte de mais-valia, espreita, portanto, geralmente um qüiproqüó, uma confusão entre valor de uso e valor de troca. Assim, por exemplo, em Condillac:

> "É falso que na troca de mercadorias se troque valor igual por valor igual. Pelo contrário. Cada um dos contraentes sempre dá um valor menor por um valor maior. (...) Caso se trocassem de fato sempre valores iguais, então não haveria ganho para nenhum dos contraentes mas os dois ganham ou deveriam então ganhar. Por quê? O valor das coisas baseia-se apenas em sua relação com nossas necessidades. O que para um é mais, é menos para o outro, e viceversa. (...) Não se pressupõe que ofereçamos à venda coisas indispensáveis ao nosso consumo. Queremos dar uma coisa inútil para nós, a fim de conseguir uma que nos é necessária; queremos dar menos por mais. (...) Era natural julgar que na troca se dê igual valor por valor igual, sempre que cada uma das coisas trocadas era igual em valor ao mesmo *quantum* de dinheiro. (...) Mas outra consideração precisa ainda entrar no cálculo; é de se perguntar se ambos trocamos um supérfluo por algo necessário".[243]

Vê-se como Condillac não só confunde valor de uso como valor de troca mas atribui de modo verdadeiramente infantil, a uma sociedade com produção desenvolvida de mercadorias, uma situação em que o produtor produz ele mesmo seus meios de subsistência e só joga na circulação o que excede sua própria necessidade, o supérfluo.[244] Apesar disso, o argumento de Condillac é repetido freqüentemente por economistas modernos, sobretudo quando se trata de apresentar a figura desenvolvida do intercâmbio de mercadorias, o comércio, como produtor de mais-valia.

"O comércio", diz-se, por exemplo, "adiciona valor aos produtos,

tranha diminui ou aumenta o preço: então a igualdade é violada, mas essa violação é acarretada por aquela causa e não pela troca." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 904.)

242 "O intercâmbio é, por sua natureza, um contrato baseado na igualdade, ou seja, que ocorre entre dois valores iguais. Ele não é, portanto, um meio de se enriquecer, pois dá-se tanto quanto se recebe." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 903-904.)

243 CONDILLAC. "Le Commerce et le Gouvernement" (1776). Édit. Daire et Molinari. In: *Mélanges d'Économie Politique.* Paris, 1847. p. 267-291.

244 Por isso, Le Trosne responde muito acertadamente ao seu amigo Condillac: "Na sociedade desenvolvida não existe, a rigor, nada supérfluo". Ao mesmo tempo, faz troça dele com a glosa de que "se ambos os participantes de troca recebem igualmente mais por igualmente menos, ambos recebem por igual". Como Condillac ainda não tem a mínima noção da natureza do valor de troca, é ele o fiador adequado do sr. prof. Wilhelm Roscher para os seus próprios conceitos infantis. Vejam dele: *Die Grundlagen der Nationalökonomie.** 3ª ed., 1858.

* Os Fundamentos da Economia Política. (N. dos T.)

pois os mesmos produtos têm mais valor nas mãos dos consumidores do que nas mãos dos produtores, e deve ser, portanto, considerado estritamente (*strictly*) ato de produção."[245]

Mas não se pagam as mercadorias duplamente, uma vez seu valor de uso e outra vez seu valor. E se o valor de uso da mercadoria é mais útil ao comprador do que ao vendedor, a sua forma dinheiro é mais útil ao vendedor do que ao comprador. Se assim não fosse, iria ele vendê-la? E assim se poderia igualmente dizer que o comprador realiza estritamente (*strictly*) um "ato de produção" ao transformar, por exemplo, as meias do comerciante em dinheiro.

Se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela. Então não ocorre nenhuma formação de mais-valia. Mas, em sua forma pura, o processo de circulação das mercadorias condiciona o intercâmbio de equivalentes. No entanto, as coisas na realidade não se passam de modo puro. Suponhamos, portanto, intercâmbio de não-equivalentes.

Em todo caso, no mercado de mercadorias, só possuidor de mercadorias se confronta com possuidor de mercadorias e o poder que essas pessoas exercem umas sobre as outras é somente o poder de suas mercadorias. A diferença material das mercadorias é o motivo central do intercâmbio e torna os possuidores de mercadorias reciprocamente dependentes, pois nenhum deles tem o objeto de suas próprias necessidades e cada um deles tem em suas mãos o objeto da necessidade do outro. Além dessa diferenciação material de seus valores de uso, só existe uma diferença entre as mercadorias, a diferença entre a sua forma natural e a sua forma transformada, entre mercadoria e dinheiro. E, assim, os possuidores de mercadorias só se diferenciam enquanto vendedores, possuidores de mercadoria, e enquanto compradores, possuidores de dinheiro.

Admita-se agora que seja permitido aos vendedores, por um privilégio inexplicável, vender a mercadoria acima do seu valor, a 110 quando ela vale 100, portanto com um aumento nominal de preço de 10%. O vendedor cobra, portanto, uma mais-valia de 10. Mas depois de ter sido vendedor, ele se torna comprador. Um terceiro possuidor de mercadorias encontra-o agora como vendedor e goza por sua vez do privilégio de vender a mercadoria 10% mais cara. Nosso homem ganhou 10 como vendedor para perder 10 como comprador.[246] O todo acaba redundando no fato de que todos os possuidores de mercadorias vendam reciprocamente as suas mercadorias 10% acima do valor, o

245 NEWMAN, S. P. *Elements of Polit. Econ.* Andover e Nova York, 1835. p. 175.

246 "Por meio da elevação do valor nominal do produto (...) os vendedores não ficam mais ricos (...) já que o que eles ganham como vendedores eles gastam exatamente de novo em sua qualidade de compradores." ([GRAY, J.] *The Essential Principles of the Wealth of Nations* etc. Londres, 1797. p. 66.)

que é inteiramente o mesmo que venderem as mercadorias por seus valores. Tal aumento nominal e geral do preço acarreta o mesmo efeito que se os valores das mercadorias fossem avaliados em prata em vez de em ouro. As denominações monetárias, isto é, os preços das mercadorias iriam inchar, mas as suas relações de valor ficariam inalteradas.

Suponhamos, pelo contrário, que seja privilégio do comprador comprar as mercadorias abaixo de seu valor. Aqui não é sequer necessário recordar que o comprador se torna novamente vendedor. Ele era vendedor antes de se tornar comprador. Ele já perdeu 10% como vendedor antes de ganhar 10% como comprador.[247] Tudo fica como dantes.

A formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor.[248]

De modo algum se simplifica o problema inserindo de contrabando nele considerações estranhas, dizendo com o Coronel Torrens:

> "A procura efetiva consiste na faculdade e propensão (!) dos consumidores, seja pela troca direta ou indireta, de dar pelas mercadorias certa porção maior de todos os ingredientes do capital do que custa a sua produção".[249]

Na circulação, produtores e consumidores só se confrontam como vendedores e compradores. Afirmar que a mais-valia para os produtores surja de que os consumidores pagam as mercadorias acima do valor significa apenas mascarar essa simples frase: o possuidor de mercadorias possui como vendedor o privilégio de vender caro demais. O vendedor produziu ele mesmo a mercadoria ou então representa seus produtores, porém o comprador produziu não menos a mercadoria representada em seu dinheiro ou representa seus produtores. Portanto, produtor se defronta com produtor. O que os distingue é que um compra e o outro vende. Não nos leva um passo adiante que o possuidor de mercadorias venda, sob o nome de produtor, a mercadoria acima de seu valor e, sob o nome de consumidor, pague demais por ela.[250]

Os representantes conseqüentes da ilusão de que a mais-valia

247 "Caso se tenha de vender por 18 *livres** uma quantidade de determinado produto que vale 24 *livres*, ao se aplicar a mesma soma de dinheiro para a compra, há de se obter também por 18 *livres* tanto quanto por 24 *livres*." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 897.)
* Libras (moeda). (N. dos T.)

248 "Nenhum vendedor pode, portanto, aumentar habitualmente o preço de suas mercadorias sem ter de pagar também mais caro as mercadorias dos outros vendedores; e pela mesma razão nenhum consumidor habitualmente pode comprar mais barato sem ter de diminuir igualmente o preço das mercadorias que ele vende." (RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 555.)

249 TORRENS, R. *An Essay on the Production of Wealth*. Londres, 1821. p. 349.

250 "O pensamento de que os lucros sejam pagos pelos consumidores é decerto totalmente absurdo. Quem são os consumidores?" (RAMSAY, G. *An Essay on the Distribution of Wealth*. Edimburgo, 1836. p. 183.)

se origina de um aumento nominal de preço ou do privilégio do vendedor de vender a mercadoria caro demais pressupõem, portanto, uma classe que só compra sem vender, por conseguinte, só consome sem produzir. A existência de tal classe é, do ponto de vista alcançado por nós até agora, o da circulação simples, ainda inexplicável. Mas antecipemo-nos. O dinheiro, com que tal classe continuamente compra, deve fluir continuamente dos próprios possuidores de mercadorias, sem intercâmbio, gratuitamente, por quaisquer títulos de direito e poder. Vender, a essa classe, as mercadorias acima do valor significa apenas recuperar ardilosamente em parte dinheiro dado gratuitamente.[251] Assim, as cidades da Ásia Menor pagavam um tributo anual em dinheiro à Roma Antiga. Com esse dinheiro, Roma comprava mercadorias delas e as comprava caras demais. Os asiáticos menores enganavam os romanos, sugando de volta dos conquistadores parte do tributo por meio do comércio. Mas, mesmo assim, esses asiáticos continuavam sendo depenados. Depois como antes suas mercadorias lhes eram pagas com o seu próprio dinheiro. Esse não é um método de enriquecimento ou de formação de mais-valia.

Mantenhamo-nos, portanto, dentro dos limites do intercâmbio de mercadorias, onde vendedores são compradores e compradores são vendedores. Nosso embaraço se origina talvez de que tenhamos tomado as pessoas apenas como categorias personificadas e não individualmente.

O possuidor de mercadorias *A* pode ser tão esperto que passa a perna nos seus colegas *B* e *C*, enquanto estes ficam devendo a revanche por mais boa vontade que tenham. *A* vende vinho para *B* no valor de 40 libras esterlinas e adquire em troca cereal no valor de 50 libras esterlinas. *A* converteu as suas 40 libras esterlinas em 50 libras esterlinas, fez mais dinheiro de menos dinheiro e transformou a sua mercadoria em capital. Vejamos mais de perto. Antes da troca, tínhamos vinho em mãos de *A* por 40 libras esterlinas e cereal em mãos de *B* por 50 libras esterlinas; valor global de 90 libras esterlinas. Depois da troca, temos o mesmo valor global de 90 libras esterlinas. O valor circulante não aumentou um único átomo, a sua repartição entre *A* e *B* é que se modificou. De um lado aparece como mais-valia o que do outro é menos-valia, de um lado como *plus*, do outro como *minus*. A mesma mudança teria ocorrido se *A*, sem a forma dissimuladora da troca, tivesse roubado 10 libras esterlinas diretamente de *B*. A soma dos valores circulantes não pode evidentemente ser aumentada por meio de nenhuma mudança em sua distribuição, tampouco quanto um

251 "Se a alguém falta demanda, aconselha-o o sr. Malthus a pagar a outra pessoa para que esta lhe compre as suas mercadorias?" pergunta um indignado ricardiano a Malthus, que, como seu discípulo, o padre Chalmers, diviniza economicamente a classe dos meros compradores ou consumidores. Ver *An Inquiry into those Principles, Respecting the Nature of Demand and the Necessity of Consumption, Lately Advocated by Mr. Malthus* etc. Londres, 1821. p. 55.

judeu aumenta a massa dos metais preciosos num país vendendo 1 *farthing* do tempo da rainha Ana por 1 guinéu. A totalidade da classe dos capitalistas de um país não pode tirar vantagem de si mesma.[252]

Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia.[253] A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.[254]

Entende-se daí por que, em nossa análise da forma básica do capital, da forma pela qual ele determina a organização econômica da sociedade moderna, as suas figuras populares e, por assim dizer, antediluvianas, capital comercial e capital usurário, de início permanecem totalmente fora de cogitação.

No capital comercial autêntico, a forma $D — M — D$, comprar para revender mais caro, aparece na maior pureza. Por outro lado, todo o seu movimento ocorre dentro da esfera da circulação. Mas já que é impossível explicar por meio da própria circulação a transformação de dinheiro em capital, a formação de mais-valia, o capital comercial parece impossível na medida em que se permutam equivalentes,[255] só sendo ele, portanto, dedutível do duplo prejuízo infligido aos produtores de mercadorias que compram e vendem pelo comerciante que se atravessa parasitariamente entre eles. Nesse sentido, diz Franklin: "Guerra é roubo, comércio é engodo". [256] Para que a valorização do capital comercial não seja explicada por mero engodo dos produtores de mercadorias, é preciso dispor de uma longa série de elos interme-

252 Destutt de Tracy, embora — talvez porque — *membre de l'Institut,*• era de opinião contrária. Os capitalistas industriais, diz ele, obtêm os seus lucros "por venderem tudo mais caro do que custou produzi-lo. E a quem eles o vendem? Primeiro, uns aos outros". (*Op. cit.*, p. 239.)
• Membro do Instituto. — *Institut de France.* A mais elevada corporação da França, constituída por várias classes ou academias. Destutt de Tracy foi membro da Academia de Ciências Morais e Políticas. (N. da Ed. Alemã.)

253 "O intercâmbio de dois valores iguais não aumenta a massa dos valores existentes na sociedade nem a diminui. O intercâmbio de dois valores desiguais (...) também não altera nada na soma dos valores sociais, já que acrescenta à fortuna de um o que retira da do outro." (SAY, J.-B. *Op. cit.*, t. II, p. 443-444.) Say, naturalmente despreocupado quanto às conseqüências dessa frase, tomou-a quase literalmente dos fisiocratas. A maneira como ele explora os textos deles, esgotados na sua época, para o aumento do seu próprio "valor", mostra o seguinte exemplo. A "mais famosa" frase de Monsieur Say "só se pode comprar produtos com produtos" (*Op. cit.*, t. II, p. 438) reza no original fisiocrático: "produtos só se podem pagar com produtos". (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 899.)

254 "O intercâmbio não transfere valor de nenhuma espécie aos produtos." (WAYLAND, F. *The Elements of Pol Econ.* Boston, 1843. p. 168.)

255 "Sob o domínio de equivalentes imutáveis, o comércio seria impossível." (OPDYKE, G. *A Treatise on Polit. Economy.* Nova York, 1851. p. 66-69.) "Sob a diferença entre valor real e valor de troca jaz um fato — ou seja, que o valor de uma coisa é diferente do assim chamado equivalente que por ela é dado no comércio, isto é, que esse equivalente não é equivalente." (ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 95-96.)•
• Ver v. I da edição *MEW*, p. 508. (N. da Ed. Alemã.)

256 FRANKLIN, Benjamin. *Works.* v. II, edit. Sparks. In: *Positions to be Examined Concerning National Wealth.* [p. 376.]

diários, que ainda falta completamente aqui onde a circulação de mercadorias e seus momentos simples constituem nosso único pressuposto.

O que vale para o capital comercial, vale ainda mais para o capital usurário. No capital comercial, os extremos, o dinheiro lançado no mercado e o dinheiro aumentado que é retirado do mercado, são ao menos mediados por compra e venda, pelo movimento da circulação. No capital usurário, a forma $D — M — D'$ é reduzida aos extremos não mediados $D — D'$, dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias. Daí Aristóteles:

> "Como a Crematística é dupla, uma pertencente ao comércio, a outra à Economia, a última necessária e louvável, a primeira baseada na circulação e justamente criticada (pois ela não se baseia na natureza, mas no engodo mútuo), assim também o agiota é odiado com toda justiça, porque o próprio dinheiro é aqui a fonte do ganho e não é usado de acordo com o fim para o qual ele foi inventado. Pois ele surgiu para o intercâmbio de mercadorias, mas o juro faz de dinheiro mais dinheiro. Daí também o seu nome (τοχος — juro e nascido). Pois os nascidos são semelhantes aos que os geraram. Mas o juro é dinheiro de dinheiro, de modo que, de todas as modalidades de ganho, esse é o mais antinatural".[257]

Do mesmo modo que o capital comercial, encontraremos, ao longo de nossa pesquisa, o capital a juros como forma derivada e, ao mesmo tempo, veremos por que ambos aparecem historicamente antes da moderna forma básica do capital.

Mostrou-se que a mais-valia não pode originar-se da circulação, que, portanto, em sua formação deve ocorrer algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível.[258] Mas pode a mais-valia originar-se de outro lugar que não da circulação? A circulação é a soma de todas as relações recíprocas[259] dos possuidores de mercadorias. Fora da mesma o possuidor de mercadoria só está ainda em relação com sua própria mercadoria. No que tange ao valor dela, a relação se limita ao fato de que ela contém um *quantum* de seu próprio trabalho medido segundo determinadas leis sociais. Esse *quantum* de trabalho se expressa na grandeza de valor de sua mercadoria e, como grandeza de valor, se representa em dinheiro de conta, num preço de, por exemplo, 10 libras esterlinas. Mas o seu trabalho não se representa no valor

257 ARISTÓTELES, *Op. cit.*, cap. 10, [p. 17].

258 "Sob as condições costumeiras do mercado, o lucro não é gerado pelo intercâmbio. Se ele não tivesse estado antes presente, tampouco poderia existir depois dessa transação." (RAMSAY. *Op. cit.*, p. 184.)

259 3ª e 4ª ed.: relações mercantis. (N. da Ed. Alemã.)

da mercadoria e num excedente acima do seu próprio valor, não num preço de 10 que seja, ao mesmo tempo, um preço de 11, não num valor que seja maior do que ele mesmo. O possuidor de mercadorias pode formar valores por meio do seu trabalho, mas não valores que se valorizem. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor porque ele contém um *quantum* maior de trabalho. A bota tem, por isso, mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não se acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital.

Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela.

Um resultado duplo foi, portanto, alcançado.

A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida.[260] Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar, tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. São essas as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta*![261]

260 De acordo com essa discussão, o leitor compreende que isso significa apenas: a formação de capital tem de ser possível também quando o preço da mercadoria seja igual ao valor da mercadoria. Ela não pode ser explicada pelo desvio dos preços das mercadorias em relação aos valores das mercadorias. Se os preços se desviam realmente dos valores, então é preciso começar por reduzi-los aos últimos, ou seja, abstrair essa circunstância como sendo casual, para ter pela frente, em sua pureza, o fenômeno da formação de capital com base no intercâmbio de mercadorias e não ser confundido em sua observação por circunstâncias secundárias, perturbadoras e estranhas ao verdadeiro decurso. Sabe-se, aliás, que essa redução não é, de modo algum, um mero procedimento científico. As constantes oscilações dos preços de mercado, o seu aumento e queda se compensam, se anulam reciprocamente e se reduzem a um preço médio como sua regra imanente. Esta constitui a estrela-guia, por exemplo, do comerciante ou do industrial, em cada empreendimento que abranja espaço de tempo maior. Ele sabe, por conseguinte, que, considerando-se um período mais longo como um todo, as mercadorias realmente não são vendidas nem abaixo nem acima, mas de acordo com o seu preço médio. Se o pensamento desinteressado fosse ao todo de seu interesse, então ele precisaria colocar o problema da formação de capital assim: como pode surgir o capital sendo os preços regulados pelo preço médio, ou seja, em última instância, pelo valor das mercadorias? Digo "em última instância" porque os preços médios não coincidem diretamente com as grandezas de valor das mercadorias, conforme acreditam A. Smith, Ricardo etc.

261 De uma fábula de Esopo em que um fanfarrão sustenta ter dado um salto prodigioso em Rodos. A ele se replicou: Aqui está Rodos, aqui salta. (N. da Ed. Alemã.)

3. Compra e venda da força de trabalho

A modificação do valor de dinheiro, que deve transformar-se em capital, não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois como meio de compra e como meio de pagamento ele só realiza o preço da mercadoria que ele compra ou paga, enquanto, persistindo em sua própria forma, petrifica-se numa grandeza de valor permanentemente igual.[262] Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato apenas retransforma a mercadoria da forma natural na forma dinheiro. A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato *D — M*, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

Para que, no entanto, o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições precisam ser preenchidas. O intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa.[263] Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo portanto ambos pessoas juridicamente iguais. O pros-

262 "Na forma de dinheiro (...) o capital não gera lucro." (RICARDO. *Princ. of Pol. Econ.* p. 267.)

263 Nas enciclopédias sobre a antiguidade clássica, pode-se ler o disparate de que no mundo antigo o capital estava plenamente desenvolvido "exceto que faltavam o trabalhador livre e o sistema de crédito". Também o sr. Mommsen, em sua *História Romana*, pratica um qüiproqüó depois do outro.

seguimento dessa relação exige que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois, se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria. Como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode na medida em que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação.[264]

A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em lugar de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva.

Para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fazer botas sem couro. Precisa, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um músico do porvir, pode alimentar-se com produtos do futuro, portanto também não de valores de uso cuja produção não esteja concluída, e, como nos primeiros dias de sua aparição sobre o palco do mundo, o homem ainda precisa consumir a cada dia, antes

264 Diversas legislações estabeleceram por isso um máximo para o contrato de trabalho. Todos os códigos legais em países de trabalho livre regulam condições de rescisão do contrato. Em diversos países, notadamente no México (antes da Guerra Civil americana, também nos territórios arrancados ao México e, de acordo com a coisa, até a revolução de Kusa,* nas províncias do Danúbio), a escravatura se oculta sob a forma de peonagem. Por meio de adiantamentos resgatáveis em trabalho e que passam de geração em geração, não só o trabalhador individual, mas também sua família, torna-se de fato propriedade de outras pessoas e de suas famílias. Juárez tinha abolido a peonagem. O assim chamado Imperador Maximiliano restabeleceu-a mediante um decreto, que foi acertadamente denunciado na Câmara dos Representantes em Washington como decreto para o restabelecimento da escravatura no México. "De minhas específicas habilidades e possibilidades físicas e espirituais de atividade posso (...) alienar a outrem um uso limitado no tempo, porque elas por essa limitação recebem uma relação externa com minha totalidade e universalidade. Por meio da alienação de todo o meu tempo concreto pelo trabalho e da totalidade de minha produção, eu converteria em propriedade de outro o substancial da mesma, minha atividade e realidade gerais, a minha personalidade." (HEGEL *Philosophie des Rechts*. Berlim, 1840. p. 104, § 67.)

* Revolução de Kusa. Em janeiro de 1859, Alexandre Kusa foi eleito hospodar da Moldávia e pouco depois da Valáquia. Pela unificação desses dois principados danubianos, que durante muito tempo estiveram submetidos ao domínio do império otomano, criou-se um Estado unitário romeno. Kusa se colocou como meta realizar uma série de reformas democrático-burguesas. Sua política encontrou, no entanto, forte resistência dos proprietários fundiários e de certa parte da burguesia. Depois que a Assembléia Nacional, na qual os representantes dos proprietários fundiários predominavam, rejeitou o projeto de reforma agrária apresentado pelo Governo, Kusa dissolveu essa corporação reacionária. Foi proclamada uma constituição, o círculo de eleitores foi ampliado e o poder do Governo fortalecido. A reforma agrária aceita nessa nova situação política previa a abolição da servidão e a repartição da terra entre os camponeses mediante sua recompra. (N. da Ed. Alemã.)

de produzir e enquanto produz. Caso os produtos sejam produzidos como mercadorias, então precisam ser vendidos depois de produzidos, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda. Ao tempo da produção se acresce o tempo necessário à venda.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

Por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação é questão que não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social.

Também as categorias econômicas que observamos antes ostentam a sua marca histórica. Na existência do produto como mercadoria estão envolvidas determinadas condições históricas. Para se tornar mercadoria o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor. Se tivéssemos pesquisado mais: sob que circunstâncias todos os produtos tomam ou também apenas a maioria deles toma a forma de mercadoria, então se teria descoberto que isso só ocorre com base em um modo de produção bem específico, o capitalista. Tal pesquisa não se coadunava, no entanto, com a análise da mercadoria. Produção de mercadorias e circulação de mercadorias podem ocorrer embora a grande massa de produtos, orientada diretamente ao autoconsumo, não se transforme em mercadoria e portanto o processo de produção social ainda esteja muito longe de estar dominado em toda a sua extensão e profundidade pelo valor de troca. A representação do produto como mercadoria supõe uma divisão de trabalho tão desenvolvida dentro da sociedade, que a separação entre valor de uso e valor de troca, que apenas principia no escambo direto, já se tenha completado. Tal estágio de desenvolvimento é, porém, comum às formações sócioeconômicas historicamente as mais diversas.

Ou se consideramos o dinheiro, então precisamos pressupor que a troca de mercadorias tenha atingido certo nível. As formas específicas de dinheiro, mero equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro e dinheiro mundial, apontam, de acordo

com a extensão diversa e a predominância relativa de uma ou de outra função, para estágios muito diferentes do processo de produção social. Apesar disso, de acordo com a experiência, basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para a constituição de todas essas formas. Diversamente com o capital. Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social.[265]

Essa mercadoria peculiar, a força de trabalho, tem de ser agora examinada mais de perto. Como todas as outras mercadorias, ela tem um valor.[266] Como ele é determinado?

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado *quantum* de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser reposto. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida.[267] Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias

265 O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

266 "O valor de um homem é, como o de todas as outras coisas, igual ao seu preço: isso quer dizer tanto quanto é pago para o uso de sua força."(HOBBES, Th. *Leviathan*. In: *Works*. Edit. Molesworth, Londres, 1839-1844. v. III, p. 76.)

267 O *villicus* da Roma Antiga, como feitor de escravos nos trabalhos agrícolas, recebia, "por ter trabalho mais leve que o dos escravos, uma ração menor do que estes". (MOMMSEN, Th. *Römische Geschichte*.* 1867. p. 810.)

* *História Romana*. (N. dos T.)

necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres.[268] Em antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado.

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se "como todo indivíduo se perpetua pela procriação".[269] As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa *race*[270] de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias.[271]

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção.

O valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção.

Parte dos meios de subsistência, por exemplo, alimentação, aquecimento etc., é diariamente consumida e precisa ser diariamente re-

268 Cf. THORNTON, W. Th. *Over-Population and its Remedy*. Londres, 1846.
269 Petty.
270 Raça. (N. dos T.)
271 "Seu" (do trabalho) "preço natural (...) consiste em tal quantidade de meios de subsistência e objetos de conforto, como são necessários de acordo com o clima e com os hábitos de um país para manter o trabalhador e possibilitar-lhe criar uma família que possa assegurar no mercado uma oferta de trabalho sem diminuição." (TORRENS, R. *An Essay on the External Corn Trade*. Londres, 1815. p. 62.) A palavra trabalho está aí erroneamente em lugar de força de trabalho.

posta. Outros meios de subsistência, como roupas, móveis etc., gastam-se em períodos mais extensos de tempo e, por isso, só precisam ser repostos em períodos mais extensos de tempo. Mercadorias de uma espécie precisam ser compradas ou pagas diariamente, outras semanalmente, trimestralmente etc. Mas como quer que a soma dessas despesas se possa repartir durante, por exemplo, um ano, ela precisa ser coberta pela receita média dia por dia. Seja a massa das mercadorias exigidas diariamente para a produção da força de trabalho = *A*, a exigida semanalmente = *B*, a exigida trimestralmente = *C* etc., então a média diária dessas mercadorias seria = $\frac{365\,A + 52\,B + 4\,C + \text{etc}}{365}$.

Supondo-se que 6 horas de trabalho social estão contidas nessa massa de mercadorias necessária ao dia médio, então se objetiva diariamente na força de trabalho meio dia de trabalho social médio, ou meio dia de trabalho é exigido para a produção diária da força de trabalho. Esse *quantum* de trabalho exigido para sua produção diária forma o valor de um dia de força de trabalho ou o valor da força de trabalho reproduzida em um dia. Se meio dia de trabalho social médio se representa igualmente numa massa de ouro de 3 xelins ou em 1 táler, então 1 táler é o preço correspondente ao valor de um dia da força de trabalho. Se o possuidor da força de trabalho oferece-a por 1 táler ao dia, então o seu preço de venda é igual ao seu valor e, de acordo com nossos pressupostos, o possuidor de dinheiro, que cobiça transformar o seu táler em capital, paga esse valor.

O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo portanto o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada. Mas o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal.

É sentimentalismo extraordinariamente barato considerar brutal essa determinação do valor da força de trabalho que decorre da natureza da coisa e lamentar-se, por exemplo, com Rossi:

> "Conceber a capacidade de trabalho (*puissance de travail*), abstraindo-se dos meios de subsistência do trabalho durante o processo de produção, significa conceber um ser da razão (*être de raison*). Quem diz trabalho, quem diz capacidade de trabalho, diz ao mesmo tempo trabalhador e meios de subsistência, trabalhador e salário".[272]

272 ROSSI. *Cours d'Écon. Polit.* Bruxelas, 1843. p. 370-371.

Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão tampouco diz digestão. Para esse último processo é reconhecidamente necessário mais do que um bom estômago. Quem diz capacidade de trabalho não abstrai dos meios necessários à sua subsistência. O valor deles é antes expresso no valor dela. Se não é vendida, de nada serve ao trabalhador, ele então a percebe muito mais como uma cruel necessidade natural que a sua capacidade de trabalho tenha exigido determinado *quantum* de meios de subsistência para sua produção e constantemente exige de novo para a sua reprodução. Ele descobre, então, com Sismondi:

"A capacidade de trabalho (...) nada é se não é vendida".[273]

A natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, faz com que, com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não se tenha verdadeiramente transferido para as mãos do comprador. O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado *quantum* de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força. Por isso, a alienação da força e a sua verdadeira exteriorização, ou seja, a sua existência como valor de uso, se separam no tempo. No caso de mercadorias,[274] porém, em que a alienação formal do valor de uso mediante a venda e sua verdadeira entrega ao comprador se separam no tempo, o dinheiro do comprador funciona geralmente como meio de pagamento. Em todos os países com modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra, por exemplo, no final de cada semana. Por toda parte, portanto, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa consumi-la pelo comprador, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista. Que esse fornecimento de crédito não é nenhuma fantasia vã, mostra-o não só a perda ocasional do salário creditado quando ocorre bancarrota do capitalista,[275] mas também uma série de efeitos mais duradouros.[276] No entanto, nada muda na natureza do próprio

273 SISMONDI. *Nouv. Princ.* etc. t. I, p. 113.

274 "Todo trabalho é pago depois de concluído" (*An Inquiry into those Principles, Respecting the Nature of Demand* etc. p. 104). "O crédito comercial tinha de começar no momento em que o trabalhador, o primeiro criador da produção, estava em condições, com base em suas economias, de esperar pelo salário de seu trabalho até o final de uma a duas semanas, um mês, um trimestre etc." (GANILH. Ch. *Des Systèmes d'Écon. Polit.* 2ª ed., Paris, 1821. t. II, p. 150.)

275 "O trabalhador empresta seu esforço", mas, acrescenta Storch, astutamente: ele "nada arrisca", exceto "perder o seu salário (...) o trabalhador não transfere nada material." (STORCH. *Cours d'Écon. Polit.* Petersburgo, 1815, t. II, p. 36-37.)

276 Um exemplo. Em Londres existem duas espécies de padeiros, os *full priced*, que vendem o pão por seu valor pleno, e os *undersellers*, que o vendem abaixo desse valor. Essa última classe constitui 3/4 do número total dos padeiros (p. XXXII no *Report* do Comissário Go-

intercâmbio de mercadorias se o dinheiro funciona como meio de compra ou como meio de pagamento. O preço da força de trabalho está fixado contratualmente, ainda que ele só venha a ser realizado depois, como o preço do aluguel de uma casa. A força de trabalho está vendida, ainda que ela só seja paga posteriormente. Para a concepção pura da relação é, no entanto, útil pressupor, por enquanto, que o possuidor da força de trabalho recebe com sua venda cada vez e também prontamente o preço estipulado contratualmente.

Conhecemos agora a maneira pela qual é determinado o valor, que é pago ao possuidor dessa mercadoria peculiar, a força de trabalho, pelo possuidor de dinheiro. O valor de uso, que este último recebe por sua vez na troca, só se mostra na utilização real, no processo de consumo da força de trabalho. Todas as coisas necessárias a esse processo, como matéria-prima etc., o possuidor de dinheiro compra no mercado e paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é, simul-

vernamental H. S. Tremenheere sobre as *Grievances complained of by the journeymen bakers* etc. Londres, 1862). Esses *undersellers* vendem, quase sem exceção, pão falsificado com a mistura de alúmen, sabão, potassa, cal, pó de pedra de Derbyshire e outros ingredientes saborosos, nutritivos e saudáveis. (Ver o Livro Azul acima citado, bem como o relatório do "Committee of 1855 on the Adulteration of Bread" e do dr. HASSALL. *Adulterations Detected*. 2ª ed., Londres, 1861.) Sir John Gordon declarou perante o Comitê de 1855 que "em conseqüência dessas falsificações, o pobre, que vive de 2 libras-peso de pão por dia, agora não recebe verdadeiramente nem a quarta parte do material nutriente, sem considerar os efeitos prejudiciais sobre sua saúde". Como motivo para que "uma parte muito grande da classe operária", ainda que bem informada sobre as falsificações, mesmo assim aceite na compra alúmen, pó de pedra etc., Tremenheere (1.c, p. XLVIII) informa que para eles "é uma questão de necessidade aceitar do seu padeiro ou do *chandler's shop*[•] o pão como eles queiram fornecê-lo". Como eles só são pagos no final da semana de trabalho, só podem também "pagar no final da semana o pão consumido pela família durante a semana"; e, acrescenta Tremenheere, apoiado em assertivas de testemunhas: "É notório que pão preparado com tais misturas é feito expressamente para essa espécie de fregueses". ("It is notorious that bread composed of those mixtures, is made expressly for sale in this manner.") "Em muitos distritos agrícolas ingleses" (mas ainda mais em escoceses) "o salário é pago a cada catorze dias e até mesmo mensalmente. Com esses longos prazos de pagamento o trabalhador agrícola tem de comprar as suas mercadorias a crédito. (...) Ele tem de pagar preços mais altos e está preso de fato ao armazém que lhe fia. Assim, em Horningsham, em Wilts, onde o salário é mensal, a mesma farinha que em outro lugar, ele paga com 1 xelim e 10 pence, custa-lhe 2 xelins e 4 pence por *stone*".[••] ("Sixth Report" on "Public Health" by "The Medical Officer of the Privy Council etc.", 1864, p. 264.) "Os estampadores manuais de tecido de Paisley e Kilmarnock" (Escócia ocidental) "conquistaram em 1853, por meio de *strike*,[•••] a redução do prazo de pagamento de um mês para catorze dias". (*Reports of the Inspectors of Factories for 31st Oct.* 1853. p. 34.) Como outra espécie de desenvolvimento do crédito, que o trabalhador fornece ao capitalista, pode ser considerado o método de muitos proprietários ingleses de minas de carvão, pelo qual o trabalhador apenas é pago no fim do mês e, no meio tempo, recebe adiantamentos do capitalista, muitas vezes em mercadorias, que ele precisa pagar acima do preço do mercado (*Trucksystem*). "É uma prática costumeira dos donos de minas de carvão pagar a seus trabalhadores uma vez por mês e dar a seus trabalhadores um adiantamento a cada semana intermediária. Esse adiantamento é dado no armazém" (ou seja, no *tommy-shop* ou loja que pertence ao próprio patrão). "Os homens recebem-no de um lado do armazém e o gastam do outro." (*Children's Employment Commission, III Report*. Londres, 1864. p. 38, nº 192.)

[•] Loja de miudezas. (N. dos T.)

[••] Medida inglesa de peso equivalente a 6,35 quilos. (N. dos T.)

[•••] Greve. (N. dos T.)

taneamente, o processo de produção de mercadoria e de maisvalia. O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria, ocorre fora do mercado ou da esfera de circulação. Abandonemos então, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business*.[277] Aqui há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido, o capital. O segredo da fabricação de mais-valia há de se finalmente desvendar.

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma previdência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral.

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*.[278] O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o — curtume.

277 Não se permite a entrada a não ser a negócio. (N. dos T.)
278 Personagens do drama. (N. dos T.)

SEÇÃO III

A PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA ABSOLUTA

CAPÍTULO V

PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

1. O processo de trabalho

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*,[279] força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia*.[280] Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma

279 De fato. (N. dos T.)
280 Em potencial. (N. dos T.)

em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.

A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem,[281] é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo.[282]

281 "Os produtos naturais da terra, existentes em pequenas quantidades e totalmente independentes do homem, parecem ser dados pela Natureza do mesmo modo que se dá a um jovem uma pequena soma para que possa trabalhar e fazer sua fortuna." (STEUART, James. *Principles of Polit. Econ.* Edit. Dublin, 1770, v. I, p. 116.)

282 "A razão é tão ardilosa como poderosa. O ardil consiste na atividade mediadora, a qual, ao fazer os objetos atuarem uns sobre os outros e desgastarem-se mutuamente, segundo sua própria natureza, sem se inserir diretamente nesse processo, todavia, realiza apenas seu próprio fim." (HEGEL. *Enzyklopaedie.* Parte Primeira. "Die Logik". Berlim, 1840. p. 382.)

O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente — abstraindo a coleta de meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meios de trabalho — não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Assim, mesmo o natural torna-se órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua figura natural, apesar da Bíblia. Do mesmo modo como a terra é sua despensa original, é ela seu arsenal original de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que ele lança, com que raspa, prensa, corta etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho.[283] Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de meios de trabalho já trabalhados. Nas cavernas humanas mais antigas encontramos instrumentos de pedra e armas de pedra. Ao lado de pedra, madeira, osso e conchas trabalhados, o animal domesticado e, portanto, já modificado por trabalho, desempenha no início da história humana o papel principal como meio de trabalho.[284] O uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano e Franklin define, por isso, o homem como a *toolmaking animal*, um animal que faz ferramentas. A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações sócioeconômicas desaparecidas. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas.[285] Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. Entre os meios de trabalho mesmos, os meios mecânicos de trabalho, cujo conjunto pode-se chamar de sistema ósseo e muscular da produção, oferecem marcas características muito mais decisivas de uma época social de produção do que aqueles meios de trabalho que apenas servem de recipientes do objeto de trabalho e cujo conjunto pode-se designar, generalizando, de sistema vascular da produção, como, por exemplo, tubos, barris, cestas, cântaros etc. Eles só começam a desempenhar papel significativo na fabricação química.[286]

283 Ganilh, em seu escrito, de resto miserável, *Théorie de l'Écon. Polit.*, Paris, 1815, confronta acertadamente os fisiocratas com a larga série de processos de trabalho que constituem o pressuposto da própria agricultura.

284 Em *Réflexions sur la Formation et la Distribution des Richesses* (1766) Turgot desenvolve bem a importância do animal domesticado para os inícios da cultura.

285 As próprias mercadorias de luxo são, de todas as mercadorias, as menos significativas para a comparação tecnológica de diversas épocas de produção.

286 Nota à 2ª edição. Por pouco que a historiografia até agora conheça o desenvolvimento da produção material, a base, portanto, de toda vida social e por isso de toda verdadeira

Além das coisas que mediam a atuação do trabalho sobre seu objeto e, por isso, servem, de um modo ou de outro, de condutor da atividade, o processo de trabalho conta, em sentido lato, entre seus meios com todas as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize. Estas não entram diretamente nele, mas sem elas ele não pode decorrer ao todo ou só deficientemente. O meio universal de trabalho desse tipo é a própria terra, pois ela dá ao trabalhador o *locus standi*[287] e ao processo dele o campo de ação (*field of employment*). Meios de trabalho desse tipo, já mediados pelo trabalho, são por exemplo edifícios de trabalho, canais, estradas etc.

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio.

Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção,[288] e o trabalho mesmo como trabalho produtivo.[289]

Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele. Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho.

Exceto as indústrias extrativas, cujo objeto de trabalho é preexistente por natureza, como mineração, caça, pesca etc. (a agricultura só no caso em que se desbravam terras virgens), todos os ramos industriais processam um objeto que é matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele mesmo já produto de trabalho. Assim, por exemplo, a semente na agricultura. Animais e plantas, que se costumam considerar produtos da Natureza, não são apenas produtos talvez do trabalho do ano passado, mas, em suas formas atuais, produtos de uma transformação continuada por muitas gerações, sob con-

História, pelo menos dividiu-se o tempo pré-histórico com base em pesquisas das ciências naturais e não das chamadas históricas, em idade da pedra, do bronze e do ferro, segundo o material das ferramentas e das armas.

287 Lugar para ficar. (N. dos T.)

288 Parece um paradoxo, por exemplo, considerar o peixe que ainda não foi pescado meio de produção da pesca. Mas até agora não se inventou a arte de pescar em águas onde não haja peixes.

289 Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista.

trole humano e mediada por trabalho humano. Quanto aos meios de trabalho, particularmente, a grande maioria deles mostra até ao olhar mais superficial os vestígios de trabalho anterior.

A matéria-prima pode constituir a substância principal de um produto ou só entrar em sua formação como matéria auxiliar. A matéria auxiliar é consumida pelo meio de trabalho, como carvão pela máquina a vapor, óleo pela roda, feno pelo cavalo de tiro, ou é acrescentada à matéria-prima para modificá-la materialmente, como cloro ao linho não branqueado, carvão ao ferro, tinta à lã, ou apóia a execução do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias usadas para iluminar e aquecer o local de trabalho. A diferença entre matéria principal e matéria auxiliar se confunde na fabricação propriamente química, porque nenhuma das matérias-primas aplicadas reaparece como substância do produto.[290]

Como cada coisa possui muitas propriedades e, por isso, é capaz de diversas aplicações úteis, o mesmo produto pode constituir a matéria-prima de processos de trabalho muito diferentes. Grão, por exemplo, é matéria-prima do moleiro, do fabricante de amido, do destilador, do criador de gado etc. Torna-se matéria-prima de sua própria produção, como semente. Assim, o carvão provém, como produto, da indústria de mineração, e entra nela como meio de produção.

O mesmo produto pode no mesmo processo de trabalho servir de meio de trabalho e de matéria-prima. Na engorda do gado, por exemplo, o gado, a matéria-prima trabalhada, é ao mesmo tempo meio de obtenção de estrume.

Um produto que existe numa forma pronta para o consumo, pode tornar-se, de novo, matéria-prima de outro produto, como a uva torna-se matéria-prima do vinho. Ou o trabalho despacha seu produto em formas em que só pode ser usado, de novo, como matéria-prima. Matéria-prima nessa condição se chama produto semi-elaborado e seria mais bem denominada produto intermediário, como, por exemplo, algodão, linho, fio etc. Embora mesmo já sendo produto, a matéria-prima original pode ter que percorrer todo um escalão de processos diferentes, nos quais funciona sempre de novo, em forma cada vez mais alterada, como matéria-prima, até o último processo de trabalho que a expele como meio acabado de subsistência ou meio acabado de trabalho.

Vê-se: o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função de-

290 Storch distingue entre a própria matéria-prima, *matière*, e as matérias auxiliares, *materiaux*.* Cherbuliez denomina as matérias auxiliares de *matières instrumentales*.**
* STORCH, Henri. *Cours d'Économie Politique, ou Exposition des Principes qui Déterminent la Prospérité des Nations*. v. 1, São Petersburgo, 1815. p. 228. (N. da Ed. Alemã.)
** CHERBULIEZ, A. *Richesse ou Pauvreté. Exposition des Causes et des Effets de la Distribution Actuelle des Richesses Sociales*. Paris, 1841, p. 14. (N. da Ed. Alemã.)

terminada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações.

Ao entrar em novos processos de trabalho como meios de produção, os produtos perdem, por isso, o caráter de produto. Eles só funcionam agora como fatores objetivos do trabalho vivo. O fiandeiro trata o fuso apenas como o meio com o qual fia e o linho como objeto que fia. Com efeito não se pode ficar sem material de fiar e sem fuso. A existência desses produtos[291] é portanto pressuposta ao começar a fiar. Mas nesse processo mesmo importa tão pouco que o linho e o fuso sejam produtos de trabalho passado, como no ato da alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados do camponês, do moleiro, do padeiro etc. Ao contrário, se os meios de produção fazem valer, no processo de trabalho, seu caráter como produtos de trabalho passado, isso acontece somente por intermédio de seus defeitos. Uma faca que não corta, o fio que se parte constantemente etc., lembram vivamente o cuteleiro *A* e o fiandeiro *E*. No produto bem elaborado, extinguiu-se a aquisição de suas propriedades úteis por intermédio do trabalho passado.

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, sucumbe à força destruidora do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção.

Se, portanto, produtos existentes são não só resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado é sua introdução nele, isto é, seu contato com trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valores de uso.

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seu meio, os devora e é, portanto, processo de consumo. Esse consumo produtivo distingue-se do consumo individual por consumir o último os produtos como meios de subsistência do indivíduo vivo, o primeiro, porém, como meios de subsistência do trabalho, da força de trabalho ativa do indivíduo. O produto de consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor.

291 4ª ed.: desse produto. (N. da Ed. Alemã.)

Na medida em que seu meio e objeto mesmos já sejam produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos ou gasta produtos como meios de produção de produtos. Como o processo de trabalho se passa originalmente só entre o homem e a terra, que preexistia sem sua colaboração, continuam a servir-lhe ainda tais meios de produção preexistentes por natureza e que não representam nenhuma combinação de matéria natural e trabalho humano.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. Tão pouco quanto o sabor do trigo revela quem o plantou, podem-se reconhecer nesse processo as condições em que ele decorre, se sob o brutal açoite do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se Cincinnatus o realiza ao cultivar suas poucas *jugera*[292] ou o selvagem ao abater uma fera com uma pedra.[293]

Voltemos ao nosso capitalista *in spe*.[294] Deixamo-lo logo depois de ele ter comprado no mercado todos os fatores necessários a um processo de trabalho, os fatores objetivos ou meios de produção e o fator pessoal ou a força de trabalho. Com o olhar sagaz de conhecedor, ele escolheu os meios de produção e as forças de trabalho adequados para seu negócio particular, fiação, fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou, a força de trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho. A natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo. Mas também o modo específico de fazer botas ou de fiar não pode alterar-se de início pela intromissão do capitalista. Ele tem de tomar a força de trabalho, de início, como a encontra no mercado e, portanto, também seu trabalho da maneira como se originou em um

292 Jeiras. (N. dos T.)

293 Por essa razão altamente lógica, o Coronel Torrens deve ter descoberto na pedra do selvagem — a origem do capital. "Na primeira pedra que o selvagem atira na besta que persegue, no primeiro pau que apanha para derrubar a fruta que não pode alcançar com as mãos, vemos a apropriação de um artigo para o fim de adquirir outro e descobrimos assim — a origem do capital." (TORRENS, R. *An Essay on the Production of Wealth* etc. p. 70-71.) Daquele primeiro pau* *explica-se provavelmente por que, em inglês, stock* é sinônimo de capital.

* Stock, em alemão (N. dos T.)

294 Em aspiração. (N. dos T.)

período em que ainda não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde e deve por isso ser considerada somente mais adiante.

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija.

Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega.[295]

295 "Os produtos são apropriados antes de se transformarem em capital, essa transformação não os livra daquela apropriação". (CHERBULIEZ. *Richesse ou Pauvreté.* Édit. Paris, 1841. p. 54.) "Ao vender seu trabalho por determinado *quantum* de meios de subsistência (*approvisionnement*), renuncia o proletário inteiramente a toda participação no produto. A apropriação dos produtos fica a mesma que antes; ela não se altera, de modo algum, pelo convênio mencionado. O produto pertence exclusivamente ao capitalista, que forneceu as matérias-primas e o *approvisionnement*. Essa é uma conseqüência rigorosa da lei da apropriação, cujo princípio fundamental era inversamente o direito exclusivo de propriedade de cada trabalhador do seu produto." (*Op. cit.*, p. 58.) MILL, James. *Elements of Pol. Econ.* etc. p. 70-71: "Se os trabalhadores trabalham por um salário, é o capitalista proprietário não só do capital" (o que significa, aqui, dos meios de produção) "mas também do trabalho (*of the labour also*). Incluindo-se, como é costume, no conceito de capital o que se paga como salário, é absurdo falar do trabalho separadamente do capital. A palavra capital, nesse sentido, compreende ambos, capital e trabalho".

2. O processo de valorização

O produto — a propriedade do capitalista — é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*.[296] Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria: Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

De fato, tratando-se aqui de produção de mercadorias, consideramos, até agora, evidentemente apenas um lado do processo. Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor.

Consideremos o processo de produção agora também como processo de formação de valor.

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso vale também para o produto que nosso capitalista obteve como resultado do processo de trabalho. De início, tem-se portanto de calcular o trabalho materializado nesse produto.

Seja, por exemplo, fio.

Para a fabricação do fio precisa-se, em primeiro lugar, de sua matéria-prima, por exemplo, 10 libras de algodão. Não é necessário investigar o valor do algodão pois o capitalista o comprou no mercado pelo seu valor, por exemplo, 10 xelins. No preço do algodão já está representado o trabalho exigido para sua produção, como trabalho geral social. Suponhamos ainda que a massa de fusos desgastada no processamento do algodão, que representa, para nós, todos os outros meios de trabalho empregados, tenha um valor de 2 xelins. Se uma massa de ouro de 12 xelins é o produto de 24 horas ou 2 dias de trabalho, segue-se, de início, que no fio estão objetivados 2 dias de trabalho.

Não nos deve desconcertar a circunstância de que o algodão mu-

296 Que se ama por si mesma. (N. dos T.)

dou sua forma e a massa de fusos consumida desapareceu totalmente. Segundo a lei geral do valor, 10 libras de fio, por exemplo, são um equivalente de 10 libras de algodão mais 1/4 de fuso, desde que o valor de 40 libras de fio seja = o valor de 40 libras de algodão + o valor de um fuso inteiro, isto é, que o mesmo tempo de trabalho seja exigido para produzir o que está em cada um dos lados dessa equação. Nesse caso, o mesmo tempo de trabalho representa-se uma vez no valor de uso fio, e a outra vez nos valores de uso algodão e fuso. Ao valor é indiferente se aparece em fio, fuso ou algodão. O fato de que fuso e algodão, em vez de ficarem parados, um ao lado do outro, se unem no processo de fiação, que modifica suas formas de uso transformando-se em fio, afeta tão pouco o seu valor quanto se fossem realizados, mediante simples intercâmbio, contra um equivalente de fio.

O tempo de trabalho exigido para a produção do algodão é parte do tempo de trabalho exigido para a produção do fio, ao qual serve de matéria-prima, e por isso está contido no fio. O mesmo vale para o tempo de trabalho exigido para produzir a massa de fusos, sem cuja depreciação ou consumo o algodão não poderia ser fiado.[297]

Na medida em que, portanto, o valor do fio, o tempo de trabalho exigido para sua produção, é considerado, os diferentes processos particulares de trabalho separados no tempo e no espaço, que tem que ser percorridos para produzir o próprio algodão e a massa de fusos desgastada e para fazer, finalmente, de algodão e fuso fio, podem ser considerados como diversas fases sucessivas do mesmo processo de trabalho. Todo o trabalho contido no fio é trabalho passado. Que o tempo de trabalho exigido para a produção dos elementos constitutivos do fio tenha passado antes, estando no mais-que-perfeito, enquanto o trabalho empregado diretamente no processo final, a fiação, encontra-se mais perto do presente, no pretérito perfeito, é uma circunstância absolutamente indiferente. Se determinada quantidade de trabalho, 30 dias de trabalho por exemplo, é necessária para construir uma casa, não se altera nada no *quantum* total do tempo de trabalho incorporado à casa pelo fato de que o trigésimo dia de trabalho entrou na produção 29 dias depois do primeiro dia de trabalho. E assim pode considerar-se o tempo de trabalho contido no material de trabalho e nos meios de trabalho como se tivesse sido despendido numa fase anterior do processo de fiação, antes do trabalho finalmente acrescentado, sob a forma de fiação.

Os valores dos meios de produção, do algodão e do fuso, expressos no preço de 12 xelins, formam, portanto, partes integrantes do valor do fio ou do valor do produto.

Só duas condições têm de ser preenchidas. Primeiro, algodão e

297 "No valor das mercadorias não influi apenas o trabalho nelas diretamente aplicado, mas também o trabalho aplicado nos instrumentos, ferramentas e edifícios que apóiam o trabalho diretamente despendido." (RICARDO. *Op. cit.*, p. 16.)

fuso devem ter servido realmente à produção de um valor de uso. Devem ter-se tornado em nosso caso fio. Que valor de uso o porta é indiferente ao valor, mas um valor de uso tem de portá-lo. Segundo, pressupõe-se que somente o tempo de trabalho necessário, sob dadas condições sociais de produção, foi aplicado. Se, portanto, apenas 1 libra de algodão fosse necessária para fiar 1 libra de fio, então deve-se consumir apenas 1 libra de algodão na fabricação de 1 libra de fio. O mesmo vale para o fuso. Ainda que o capitalista tivesse a fantasia de empregar fusos de ouro em vez de fusos de ferro, no valor do fio só conta, todavia, o trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho necessário para a produção de fusos de ferro.

Sabemos agora qual parte do valor do fio forma os meios de produção, algodão e fuso. É igual a 12 xelins, ou à materialização de 2 dias de trabalho. Trata-se agora daquela parte de valor que o trabalho do próprio fiandeiro acrescenta ao algodão.

Agora temos de observar esse trabalho sob um aspecto totalmente diverso daquele sob o qual o consideramos durante o processo de trabalho. Lá, tratava-se da atividade orientada ao fim de transformar algodão em fio. Quanto mais adequado o trabalho a esse, tanto melhor o fio, supondo-se inalteradas todas as demais circunstâncias. O trabalho do fiandeiro era especificamente diferente de outros trabalhos produtivos, e a diversidade manifestava-se subjetiva e objetivamente no fim particular da fiação, em seu modo particular de operar, na natureza particular de seus meios de produção, no valor de uso particular de seu produto. Algodão e fuso servem de meios de subsistência do trabalho de fiar, mas não se pode com eles fazer canhões raiados. Na medida em que o trabalho do fiandeiro é, pelo contrário, formador de valor, isto é, fonte de valor, não se distingue em nada do trabalho do perfurador de canhões, ou, que está aqui mais próximo, dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fusos, realizados nos meios de produção do fio. É apenas por causa dessa identidade que plantar algodão, fazer fusos e fiar podem formar partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor total, do valor do fio. Aqui já não se trata da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade. É fácil calculá-la. Pressupomos que o trabalho de fiar é trabalho simples, trabalho social médio. Ver-se-á depois que o pressuposto contrário não altera nada na coisa.

Durante o processo de trabalho, o trabalho se transpõe continuamente da forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de 1 hora, o movimento de fiar está representado em determinado *quantum* de fio, portanto determinado *quantum* de trabalho, 1 hora de trabalho, está objetivado no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, o dispêndio da força vital do fiandeiro durante 1 hora, pois o trabalho de fiar apenas vale aqui enquanto dispêndio de força de trabalho e não enquanto trabalho específico de fiação.

Agora é de importância decisiva que durante o processo, isto é, durante a transformação do algodão em fio, somente o tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido. Se sob condições sociais de produção normais, isto é, médias, *A* libras de algodão têm de ser transformadas, durante 1 hora de trabalho, em *B* libras de fio, então somente vale como jornada de trabalho de 12 horas aquela jornada de trabalho que transforma 12 x *A* libras de algodão em 12 x *B* libras de fio. Pois apenas o tempo de trabalho socialmente necessário conta como formando valor.

Como o próprio trabalho, assim a matéria-prima e o produto aparecem aqui sob uma luz totalmente diferente da projetada pelo ponto de vista do processo de trabalho propriamente dito. A matéria-prima funcionou aqui apenas como algo que absorve determinado *quantum* de trabalho. Por meio dessa absorção transforma-se, de fato, em fio, porque a força de trabalho foi despendida e lhe foi acrescentada sob a forma de fiação. Mas o produto, o fio, é agora apenas uma escala graduada que mede o trabalho absorvido pelo algodão. Se em 1 hora 1 2/3 libra de algodão é fiada ou transformada em 1 2/3 libra de fio, então 10 libras de fio indicam 6 horas de trabalho absorvidas. Quantidades de produto determinadas, verificadas pela experiência, representam agora nada mais que determinadas quantidades de trabalho, determinada massa de tempo de trabalho solidificado. São apenas a materialização de 1 hora, de 2 horas, de 1 dia de trabalho social.

Que o trabalho seja precisamente trabalho de fiar, seu material o algodão e seu produto o fio interessa aqui tão pouco quanto o objeto do trabalho, por sua vez, ser já produto, portanto, matéria-prima. Se o trabalhador, em vez de fiar, estivesse ocupado numa mina de carvão, o objeto de trabalho, o carvão, seria preexistente por natureza. Apesar disso, determinado *quantum* de carvão arrancado da rocha, 1 quintal por exemplo, representaria determinado *quantum* de trabalho absorvido.

Ao tratar da venda da força de trabalho, foi suposto que seu valor diário = 3 xelins e que nestes últimos estão incorporadas 6 horas de trabalho, sendo, portanto, exigido esse *quantum* de trabalho para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do trabalhador. Se nosso fiandeiro, durante 1 hora de trabalho, transforma 1 2/3 libra de algodão em 1 2/3 libra de fio,[298] então transformará, em 6 horas, 10 libras de algodão em 10 libras de fio. Durante o processo da fiação o algodão absorve, portanto, 6 horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho representa-se num *quantum* de ouro de 3 xelins. Mediante a própria fiação acrescenta-se, pois, ao algodão um valor de 3 xelins.

Vejamos agora o valor total do produto, das 10 libras de fio. Nelas se objetivam 2 1/2 dias de trabalho, sendo 2 dias contidos no

298 Esses números são totalmente arbitrários.

algodão e na massa de fusos, e 1/2 dia absorvido durante o processo da fiação. O mesmo tempo de trabalho representa-se numa massa de ouro de 15 xelins. O preço adequado ao valor das 10 libras de fio é, portanto, 15 xelins, o preço de 1 libra de fio, 1 xelim e 6 pence.

Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não produziu mais-valia, o dinheiro não se transformou pois em capital. O preço das 10 libras de fio é 15 xelins, e 15 xelins foram despendidos no mercado pelos elementos constitutivos do produto ou, o que é o mesmo, para os fatores do processo de trabalho: 10 xelins para o algodão, 2 xelins para a massa de fusos consumida e 3 xelins para a força de trabalho. O valor inchado do fio em nada ajuda, pois seu valor é apenas a soma dos valores que antes se distribuíram entre algodão, fuso e força de trabalho, e de tal adição simples de valores preexistentes não pode agora e jamais surgir uma mais-valia.[299] Esses valores estão concentrados agora numa só coisa, mas já o estavam na soma de dinheiro de 15 xelins antes que esta se fragmentasse por meio de três compras de mercadorias.

Em si para si, esse resultado não tem nada de estranho. O valor de 1 libra de fio é 1 xelim e 6 pence, e por 10 libras de fio nosso capitalista teria de pagar no mercado, portanto, 15 xelins. Tanto faz que compre no mercado sua casa particular já pronta, ou que a mande construir, nenhuma dessas operações aumentará o dinheiro gasto na aquisição da casa.

O capitalista, familiarizado com a economia vulgar, dirá talvez que adiantou seu dinheiro com a intenção de, com isso, fazer mais dinheiro. Mas o caminho ao inferno está calçado de boas intenções e ele poderia, do mesmo modo, ter a intenção de fazer dinheiro sem produzir nada.[300] Ameaça. Não o apanharão de novo. Futuramente, comprará a mercadoria pronta no mercado em vez de fabricá-la. Mas se todos os seus irmãos capitalistas fizerem o mesmo, onde deverá ele encontrar mercadorias prontas? E dinheiro ele não pode comer. Ele faz um sermão. Deve-se levar em consideração sua abstinência. Poderia esbanjar seus 15 xelins. Em lugar disso, os consumiu produtivamente

299 Essa é a proposição fundamental em que se baseia a doutrina fisiocrática da improdutividade de todo trabalho não agrícola, e ela é irrefutável para o economista — de profissão. "Essa maneira de imputar a um único objeto os valores de vários outros" (por exemplo, ao linho a subsistência do tecelão), "de acumular, por assim dizer, diversos valores em camadas sobre um único, faz com que este cresça na mesma proporção. (...) A palavra adição designa muito bem o modo como se forma o preço das manufaturas; este preço é apenas a soma total de vários valores consumidos e adicionados; mas adicionar não é multiplicar." (RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 599.)

300 Assim, por exemplo, ele retirou de 1844 a 1847 parte de seu capital do negócio produtivo para perdê-la na especulação com ações ferroviárias. Assim, ao tempo da Guerra de Secessão americana, fechou a fábrica e lançou o operário na rua, para jogar na Bolsa de algodão de Liverpool.

e os transformou em fio. Mas, graças a isso, ele tem fio em vez de remorsos. Ele não deve, de modo algum, recair no papel do entesourador que já nos mostrou o que se obtém do ascetismo. Além disso, onde nada existe, o imperador perdeu seu direito. Qualquer que seja o mérito de sua renúncia, não existe nada para pagá-lo adicionalmente, uma vez que o valor do produto que resulta do processo é apenas igual à soma dos valores das mercadorias lançadas nele. Tem de consolar-se com a idéia de a virtude ser a recompensa da virtude. Mas, em vez disso, ele se torna importuno. O fio não lhe serve de nada. Ele o produziu para a venda. Assim que ele o venda ou, melhor ainda, que produza no futuro apenas coisas para seu próprio uso, receita que seu médico da família, MacCulloch, já prescrevera como remédio comprovado contra a epidemia da superprodução. Ele se torna teimoso. Deveria o trabalhador, com seus próprios membros, criar no éter figurações de trabalho, produzir mercadorias? Não lhe deu ele a matéria, com a qual e na qual pode dar corpo a seu trabalho? Sendo a maior parte da sociedade constituída dos que nada têm não prestou ele um serviço inestimável à sociedade com seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, e também ao próprio trabalhador, ao qual forneceu ainda meios de subsistência? Não deve ele apresentar a conta por tal serviço? Mas não prestou-lhe o trabalhador em contrapartida o serviço de transformar algodão e fuso em fio? Além disso, não se trata aqui de serviços.[301] Um serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho.[302] Mas aqui trata-se do valor de troca. O capitalista pagou ao trabalhador o valor de 3 xelins. O trabalhador devolveu-lhe um equivalente exato, no valor de 3 xelins, acrescido ao algodão. Valor contra valor. Nosso amigo, até há pouco capitalisticamente arrogante, assume subitamente a atitude modesta de seu próprio trabalhador. Não trabalhou ele mesmo? Não executou o trabalho de vigilância e superintendência sobre o fiandeiro? Não cria valor também esse seu trabalho? Mas seu próprio *overlooker*[303] e seu gerente encolhem os ombros. Entrementes, já recobrou com um sorriso

301 "Deixa que se exaltem, se adornem e se enfeitem. (...) Mas que toma mais ou algo melhor" (do que dá) "pratica usura e não presta serviço, mas causa prejuízo a seu próximo, como se furtasse ou roubasse. Nem tudo que se chama de serviço e benefício ao próximo é serviço e benefício. Pois um adúltero e uma adúltera se prestam mutuamente grande serviço e prazer. Um cavaleiro presta grande serviço ao incendiário e assassino, ajudando-o a roubar nas estradas, a fazer guerra a terras e gentes. Os papistas prestam aos nossos grande serviço, ao não afogarem, queimarem, assassinarem ou fazerem apodrecer a todos nas prisões, mas deixam alguns viverem, desterrando-os ou despojando-os de seus haveres. O próprio diabo presta a seus servidores grande e inestimável serviço (...) Em resumo, o mundo está cheio de grandes e excelentes serviços e benefícios diários." (LUTHER, Martin. *An die Pfarrherrn, wider den Wucher zu Predigen* etc. Wittenberg, 1540.)

302 Em *Zur Kritik der Pol. Oek.*, p. 14, observo sobre isso, entre outras coisas: "Compreende-se qual 'serviço' a categoria 'serviço' (*service*) deve prestar a uma espécie de economistas como J.-B. Say e F. Bastiat".*

* Ver v. 13 da *MEW*. p. 24. (N. da Ed. Alemã.)

303 Fiscal. (N. dos T.)

alegre sua fisionomia anterior. Ele troçou de nós com toda essa ladainha. Não daria um centavo por ela. Ele deixa esses e semelhantes subterfúgios e petas vazias aos professores da Economia Política, expressamente pagos para isso. Ele mesmo é um homem prático que nem sempre pensa no que diz fora do negócio, mas sempre sabe o que faz dentro dele.

Examinemos a coisa mais de perto. O valor de um dia da força de trabalho importava em 3 xelins, porque nela mesma está objetivada meia jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*,[304] pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor.

Nosso capitalista previu o caso que o faz sorrir.[305] O trabalhador encontra, por isso, na oficina, os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6 horas, mas de 12. Se 10 libras de

304 Condição indispensável. (N. dos T.)

305 "Kasus, der ihn lachen macht", citação modificada de Goethe, *Fausto*. Parte Primeira. "Quarto de Estudante". (N. da Ed. Alemã.)

algodão absorviam 6 horas de trabalho e transformavam-se em 10 libras de fio, então 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas agora 5 jornadas de trabalho: 4 na massa consumida de algodão e fusos, 1 absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. Mas a expressão em ouro de 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou 1 libra esterlina e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. Uma libra de fio custa, depois como antes, 1 xelim e 6 pence. Mas a soma dos valores das mercadorias lançadas no processo importou em 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto ultrapassou de 1/9 o valor adiantado para sua produção. Dessa maneira, transformaram-se 27 xelins em 30. Deram uma mais-valia de 3 xelins. Finalmente a artimanha deu certo. Dinheiro se transformou em capital.

Todas as condições do problema foram resolvidas e, de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou, como comprador, toda mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho. Depois fez o que faz qualquer outro comprador de mercadorias. Consumiu seu valor de uso. Do processo de consumo da força de trabalho, ao mesmo tempo processo de produção da mercadoria, resultou um produto de 20 libras de fio com um valor de 30 xelins. O capitalista volta agora ao mercado e vende mercadoria, depois de ter comprado mercadoria. Vende a libra de fio por 1 xelim e 6 pence, nenhum centavo acima ou abaixo de seu valor. E, não obstante, tira da circulação 3 xelins mais do que nela lançou. Todo esse seguimento, a transformação de seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção. E assim é *tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*.[306]

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a "trabalhar" como se tivesse amor no corpo.[307]

Se comparamos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto.

306 "Tudo pelo melhor no melhor dos mundos possíveis." Aforismo do romance satírico de Voltaire *Candide, ou l'Optimisme*. (N. da Ed. Alemã.)

307 "Como se tivesse amor no corpo" — *als haett'es Lieb im Leibe* — citação modificada de Goethe. *Fausto*. Parte Primeira. "Adega de Auerbach, em Leipzig." (N. da Ed. Alemã.)

Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização.

Se comparamos, além disso, o processo de formação de valor com o processo de trabalho, vemos que este consiste no trabalho útil que produz valores de uso. O movimento é considerado aqui qualitativamente, em seu modo e maneira particular, segundo seu objetivo e conteúdo. O mesmo processo de trabalho apresenta-se no processo de formação de valor somente em seu aspecto quantitativo. Trata-se aqui apenas do tempo que o trabalho precisa para sua operação ou da duração na qual a força de trabalho é despendida de forma útil. Também as mercadorias que entram no processo de trabalho aqui já não valem como fatores materiais, determinados funcionalmente, da força de trabalho atuando orientadamente para um fim. Apenas contam com determinadas quantidades de trabalho objetivado. O trabalho, seja contido nos meios de produção, seja acrescido a eles pela força de trabalho, somente conta por sua duração. Representa tantas horas, dias etc.

Mas conta somente na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário. Isso envolve vários fatores. A força de trabalho tem de funcionar em condições normais. Se a máquina de fiar é o instrumento de trabalho socialmente dominante para a fiação, então não se deve pôr uma roda de fiar nas mãos do trabalhador. Ele não deve receber, em vez de algodão de qualidade normal, um refugo que rasga a todo instante. Em ambos os casos, ele precisaria de mais do que o tempo socialmente necessário para a produção de 1 libra de fio, mas esse tempo excedente não geraria valor em dinheiro. O caráter normal dos fatores materiais de trabalho não depende, porém, do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser despendida no grau médio habitual de esforço, com o grau de intensidade socialmente usual. Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Insiste em ter o que é seu. Não quer ser roubado. Finalmente — e para isso tem ele seu próprio *code pénal*[308] — não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor.[309]

308 Código penal. (N. dos T.)

309 Essa é uma das circunstâncias que encarecem a produção baseada na escravidão. O tra-

Vê-se: a diferença obtida anteriormente da análise da mercadoria, entre o trabalho enquanto criador de valor de uso e o mesmo trabalho enquanto criador de valor, apresenta-se agora como diferenciação dos diferentes aspectos do processo de produção.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.

Observamos anteriormente que para o processo de valorização é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior. O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples. Se o valor dessa força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. Qualquer que seja, porém, a

balhador aí, segundo a expressão acertada dos antigos, apenas se distingue do animal, como *instrumentum semivocale,** e dos instrumentos de trabalhos mortos, como *instrumentum mutum,*** por ser *instrumentum vocale.**** Mas ele mesmo faz o animal e os instrumentos de trabalho sentirem que não é seu igual, mas um homem. Ele proporciona a si mesmo a autoconsciência de ser diferente deles ao maltratá-los e destruí-los *con amore*. Vale, por isso, nesse modo de produção, como princípio econômico, apenas empregar os instrumentos de trabalho mais toscos, mais pesados, porém exatamente devido à sua canhestra rusticidade difíceis de serem estragados. Até a eclosão da Guerra de Secessão encontravam-se, por isso, nos Estados escravocratas sobre o golfo do México arados construídos como os dos antigos chineses, que fuçavam a terra como um porco ou uma toupeira, sem fendê-la nem revirá-la. Ver CAIRNES, J. E. *The Slave Power*. Londres, 1862. p. 46 *et seqs.* Em seu *Seaboard Slave States* [p. 46-47], conta Olmsted, entre outras coisas: "Mostraram-me aqui instrumentos que, entre nós, nenhuma pessoa razoável imporia a seu trabalhador, a quem pagasse salário. Seu peso extraordinário e sua rusticidade tornam o trabalho executado com ele, na minha opinião pelo menos, 10% mais difícil do que seria com os instrumentos que nós geralmente usamos. Como me asseguraram, porém, o modo negligente e inepto com que os escravos aparentemente os manejam, não permite confiar-lhes, com bom resultado, instrumentos mais leves ou menos toscos; instrumentos como os que nós confiamos aos nosso trabalhadores e aliás com bom lucro para nós, não durariam um dia num campo de cereais da Virgínia — embora a terra seja mais leve e menos pedregosa que a nossa. Do mesmo modo, quando perguntei por que nas fazendas se usavam geralmente mulas em vez de cavalos, me apresentaram como razão primordial e decisiva a de que os cavalos não suportam o tratamento que contínua e inevitavelmente recebem dos negros. Os cavalos, em pouco tempo, são inutilizados e aleijados de tanto apanhar, enquanto as mulas agüentam as bordoadas e a falta ocasional de uma ou duas rações, sem prejuízo físico. Não se resfriam, nem adoecem por descuido ou excesso de trabalho. Mas não preciso ir além da janela do quarto em que estou escrevendo para ver, quase a qualquer hora, o gado ser tratado de modo que levaria qualquer *farmer* **** do norte a despedir imediatamente o vaqueiro".

* Instrumento semivocal (N. dos T.)

** Instrumento mudo. (N. dos T.)

*** Instrumento vocal. (N. dos T.)

**** Agricultor. (N. dos T.)

diferença de grau entre o trabalho do fiandeiro e o do joalheiro, a porção de trabalho com que o joalheiro apenas repõe o valor de sua própria força de trabalho não se distingue qualitativamente, de modo algum, da porção de trabalho adicional, com que gera mais-valia. Depois como antes, a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, que é em um caso o processo da produção de fios, em outro, o processo da produção de jóias.[310]

Por outro lado, em todo processo de formação de valor, o trabalho superior sempre tem de ser reduzido a trabalho social médio, por exemplo, uma jornada de trabalho superior a *x* jornadas de trabalho simples.[311] Evita-se, portanto, uma operação supérflua e simplifica-se a análise, por meio da suposição de que o trabalhador empregado pelo capital executa trabalho social médio simples.

310 A diferença entre trabalho superior e trabalho simples, *skilled* e *unskilled labour*, baseia-se, em parte, em meras ilusões ou pelo menos diferenças que há muito tempo cessaram de ser reais e só perduram em convenções tradicionais; em parte baseia-se na situação desamparada de certas camadas da classe trabalhadora, situação que lhes permite menos que as outras exercer pressão para obterem o valor de sua força de trabalho. Circunstâncias acidentais desempenham no caso um papel tão importante que os mesmos tipos de trabalho invertem suas posições. Onde, por exemplo, a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente esgotada, como em todos os países de produção capitalista desenvolvida, os trabalhos em geral brutais, que exigem muita força muscular, se tornam geralmente superiores em confronto com trabalhos muito mais delicados, que descendem ao nível de trabalho simples, como, por exemplo, na Inglaterra, o trabalho de um *bricklayer* (pedreiro) ocupa um nível muito mais alto que o de um tecedor de damasco. Por outro lado, o trabalho de um *fustian cutter* (tosador de veludo) figura como trabalho "simples", embora exija muito esforço físico e faça, além disso, muito mal à saúde. De resto, ninguém deve se iludir que o chamado *skilled labour* represente uma proporção quantitativamente significativa do trabalho nacional. Laing calcula que na Inglaterra (e País de Gales) a existência de mais de 11 milhões baseia-se em trabalho simples. Depois de descontar 1 milhão de aristocratas e 1,5 milhão de mendigos, vagabundos, criminosos, prostitutas etc. da população de 18 milhões que existia ao publicar-se sua obra, ficam 4,65 milhões para a classe média, inclusive pequenos rentistas, funcionários, escritores, artistas, professores etc. Para chegar a esses 4 2/3 milhões, ele inclui na parte trabalhadora da classe média, além de banqueiros etc., todos os "trabalhadores de fábrica" mais bem remunerados! Também os *bricklayers* não faltam nessa categoria de "trabalhadores potenciados". Restam-lhe então os referidos 11 milhões. (LAING, S. *National Distress* etc. Londres, 1844. [p. 49-52 *passim*.]) "A grande classe que, em troca de alimento, nada mais pode dar que trabalho comum, é a grande maioria do povo." (MILL, James. No artigo "Colony". In: *Supplement to the Encyclop. Brit.* 1831.)

311 "Quando se fala de trabalho como padrão do valor, subentende-se necessariamente determinada espécie de trabalho (...) a proporção em que as outras espécies de trabalho estão em relação a ela é fácil de averiguar." (CAZENOVE, J. *Outlines of Polit. Economy*. Londres, 1832. p. 22-23.)

CAPÍTULO VI

CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL

Os diferentes fatores do processo de trabalho tomam parte de diferentes modos na formação do valor do produto.

O trabalhador acrescenta ao objeto do trabalho novo valor, por meio do acréscimo de determinado *quantum* de trabalho, abstraindo o conteúdo determinado, a finalidade e o caráter técnico do trabalho. Por outro lado, reencontramos os valores dos meios de produção consumidos como partes integrantes do valor do produto, por exemplo, os valores do algodão e do fuso no valor do fio. O valor dos meios de produção conserva-se, portanto, pela sua transferência ao produto. Essa transferência ocorre durante a transformação dos meios de produção em produto, no processo de trabalho. É mediada pelo trabalho. Mas como?

O trabalhador não trabalha duas vezes ao mesmo tempo, uma vez para agregar, por meio de seu trabalho, valor ao algodão, e outra vez para conservar seu valor anterior, ou, o que é o mesmo, para transferir ao produto, o fio, o valor do algodão que transforma e do fuso com o qual ele trabalha. Antes, pelo contrário, pelo mero acréscimo de novo valor conserva o valor antigo. Mas como o acréscimo de novo valor ao objeto de trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados totalmente diferentes que o trabalhador alcança ao mesmo tempo, embora trabalhe uma só vez durante esse tempo, essa dualidade do resultado só pode explicar-se, evidentemente, pela dualidade de seu próprio trabalho. No mesmo instante, o trabalho, em uma condição, tem de gerar valor e em outra condição deve conservar ou transferir valor.

Como é que todo trabalhador agrega tempo de trabalho e, portanto, valor? Sempre apenas sob a forma de seu modo peculiar de trabalho produtivo. O fiandeiro só agrega tempo de trabalho, fiando, o tecelão, tecendo, o ferreiro, forjando. Mediante essa forma orientada a um fim, porém, sob a qual agregam trabalho em geral e, por isso, novo valor, mediante o fiar, tecer e forjar, os meios de produção algodão

e fuso, fio e tear, ferro e bigorna tornam-se elementos constituintes de um produto, de um novo valor de uso.[312] A forma antiga de seu valor de uso desaparece, mas só para aparecer sob nova forma de valor de uso. Ao considerar o processo de formação de valor vimos que, na medida em que se consome um valor de uso a fim de produzir novo valor de uso, o tempo de trabalho necessário para a produção do valor de uso consumido forma parte do tempo de trabalho necessário para a produção do novo valor de uso, portanto é tempo de trabalho que se transfere do meio de produção consumido ao novo produto. O trabalhador conserva, portanto, os valores dos meios de produção consumidos ou os transfere, como partes componentes do valor, ao produto, não pelo seu acréscimo de trabalho em geral, mas pelo caráter particularmente útil, pela forma específica produtiva desse trabalho adicional. Como atividade produtiva, adequada a um fim — fiar, tecer, forjar —, o trabalho, através de seu mero contato, ressuscita dos mortos os meios de produção, os vivifica para serem fatores do processo de trabalho e se combina com eles para formar produtos.

Se o trabalho específico produtivo do trabalhador não fosse o de fiar, ele não transformaria o algodão em fio e, portanto, não transferiria os valores do algodão e do fuso ao fio. Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado. Portanto, em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso, e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, como processo de fiação, transfere o valor desses meios de produção ao produto e recebe assim seu valor no produto. Daí a dualidade do seu resultado no mesmo instante.

Pela mera agregação quantitativa de trabalho, valor novo é agregado; pela quantidade do trabalho agregado os valores antigos dos meios de produção são conservados no produto. Esse efeito dual do mesmo trabalho em virtude de seu caráter dual se mostra tangivelmente em diversos fenômenos.

Suponha que uma invenção qualquer capacite o fiandeiro a fiar em 6 horas a mesma quantidade de algodão que fiava antes em 36. Como atividade adequada a um fim, útil e produtiva, seu trabalho aumentou sua força seis vezes. Seu produto é seis vezes maior, 36 libras de fio em vez de 6. Mas as 36 libras de algodão absorvem agora

312 "O trabalho gera uma nova criação em lugar de uma aniquilada." (*An Essay on the Polit. Econ. of Nations.* Londres, 1821. p. 13.)

apenas o mesmo tempo de trabalho que antes absorviam 6. Seis vezes menos trabalho novo lhes é agregado em comparação com o método antigo, portanto apenas 1/6 do valor anterior. Por outro lado existe agora um valor em algodão seis vezes maior no produto, nas 36 libras de fio. Nas 6 horas de fiação um valor em matéria-prima seis vezes maior é conservado e transferido ao produto, embora à mesma matéria-prima seja agregado um valor novo seis vezes menor. Isso demonstra que a propriedade em virtude da qual o trabalho, durante o mesmo processo indivisível, conserva valores é essencialmente diferente da propriedade em virtude da qual ele cria valores. Quanto mais tempo de trabalho necessário é absorvido durante a operação de fiar pelo mesmo *quantum* de algodão, tanto maior é o novo valor agregado ao algodão; mas quanto mais libras de algodão são fiadas no mesmo tempo de trabalho, tanto maior é o valor antigo conservado no produto.

Suponha, ao contrário, que a produtividade do trabalho de fiação fique a mesma, o fiandeiro precisando, depois como antes, do mesmo tempo para transformar 1 libra de algodão em fio. Mas suponha que mude o valor de troca do próprio algodão, 1 libra de algodão suba ou caia no preço, de seis vezes. Em ambos os casos, o fiandeiro continua a acrescentar ao mesmo *quantum* de algodão o mesmo tempo de trabalho, portanto o mesmo valor, e em ambos os casos produz no mesmo tempo a mesma quantidade de fio. Todavia, o valor que transfere do algodão ao fio, ao produto, é num caso seis vezes menor, noutro caso, seis vezes maior que antes. O mesmo ocorre quando os meios de trabalho se tornam mais caros ou mais baratos, prestando, porém, sempre o mesmo serviço no processo de trabalho.

Se as condições técnicas do processo de fiação não se alterarem, nem houver mudança de valor nos meios de produção, o fiandeiro consome, depois como antes, no mesmo tempo de trabalho, as mesmas quantidades de matéria-prima e de maquinaria com os mesmos valores. O valor, que ele conserva no produto, se mantém em razão direta ao novo valor que ele agrega. Em duas semanas agrega duas vezes mais trabalho do que em uma, portanto duas vezes mais valor, e ao mesmo tempo consome duas vezes mais material, de duas vezes mais valor, e deprecia duas vezes mais maquinaria, de um valor duas vezes maior; ele conserva, portanto, no produto de duas semanas mais valor do que no produto de uma semana. Sob condições dadas imutáveis de produção, o trabalhador conserva tanto mais valor quanto mais valor agrega, mas não conserva mais valor porque agrega mais valor, mas por agregá-lo sob condições invariáveis e independentes de seu próprio trabalho.

No entanto, pode-se dizer, em sentido relativo, que o trabalhador sempre conserva valores antigos na mesma proporção em que acrescenta valor novo. Suba o algodão de 1 para 2 xelins, ou caia para 6 pence, ele conservará no produto de 1 hora sempre apenas metade do

valor em algodão que conserva em 2 horas, qualquer que seja a variação desse valor. Varie ainda a produtividade de seu próprio trabalho, aumentando ou diminuindo, ele fiará em 1 hora de trabalho, por exemplo, mais ou menos algodão que antes, e conservará correspondentemente mais ou menos valor em algodão no produto de 1 hora de trabalho. Contudo, conservará em 2 horas de trabalho duas vezes mais valor do que em 1.

Valor, abstraindo sua representação puramente simbólica no signo de valor, existe apenas num valor de uso, numa coisa. (O próprio homem, considerado mera existência de força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva, consciente, e o próprio trabalho é manifestação material dessa força.) Portanto, se o valor de uso se perde, perde-se também o valor. Os meios de produção não perdem, simultaneamente com seu valor de uso, seu valor, porque de fato só perdem a figura originária de seu valor de uso, por meio do processo de trabalho, para ganhar no produto a figura de outro valor de uso. Por mais, porém, que importe ao valor existir num valor de uso qualquer, lhe é igualmente indiferente em qual deles ele existe, como o mostra a metamorfose das mercadorias. Segue-se daí que no processo de trabalho só se transfere valor do meio de produção ao produto, na medida em que o meio de produção, juntamente com seu valor de uso independente, também perca seu valor de troca. Ele cede ao produto apenas o valor que perde como meio de produção. Os fatores objetivos do processo de trabalho, porém, comportam-se, a esse respeito, diferentemente.

O carvão com que se aquece a máquina desaparece sem deixar vestígios, do mesmo modo o óleo com que se lubrifica o eixo da roda etc. Tinta e outras matérias auxiliares desaparecem, mas se mostram nas propriedades do produto. A matéria-prima constitui a substância do produto, mas mudou sua forma. Matéria-prima e matérias auxiliares perdem, portanto, a figura independente com que entram no processo de trabalho como valores de uso. Isso é diferente com os meios de trabalho propriamente ditos. Um instrumento, uma máquina, um edifício de fábrica, um recipiente etc. prestam serviço no processo de trabalho apenas enquanto conservam sua figura originária, entrando amanhã no processo de trabalho com a mesma forma com que entraram ontem. Como durante sua vida, durante o processo de trabalho, conservam sua figura independente em face do produto, assim também o fazem após sua morte. Os cadáveres de máquinas, instrumentos, edifícios industriais etc. continuam a existir separados dos produtos que ajudaram a formar. Se considerarmos todo o período em que tal meio de trabalho presta serviço, desde o dia de sua entrada na oficina até o dia de seu banimento ao despejo, veremos que, durante esse período, seu valor de uso foi inteiramente consumido pelo trabalho e seu valor de troca transferiu-se, por isso, totalmente ao produto. Se, por exemplo,

uma máquina de fiar teve vida útil de 10 anos, então seu valor total transferiu-se, durante o processo de trabalho de 10 anos, ao produto de 10 anos. O período de vida de um meio de trabalho compreende, portanto, um número maior ou menor de processos de trabalho, repetidos com ele sempre de novo. E acontece ao meio de trabalho o mesmo que ao homem. Todo homem perece diariamente por 24 horas. Mas não se nota em ninguém por quantos dias já pereceu. Isso não impede, entretanto, as companhias de seguros de vida de tirarem, da vida média dos homens, conclusões muito seguras e, o que é muito mais, muito lucrativas. O mesmo ocorre com o meio de trabalho. Sabe-se, por experiência, quanto tempo um meio de trabalho, determinado tipo de máquina, por exemplo, dura em média. Suponhamos que seu valor de uso, no processo de trabalho, dure apenas 6 dias. Perde então, em cada dia de trabalho, 1/6 de seu valor de uso e cede, por isso, 1/6 de seu valor ao produto diário. Desse modo calcula-se a depreciação de todos os meios de trabalho, isto é, por exemplo, sua perda diária de valor de uso e sua correspondente transferência diária de valor ao produto.

Isso demonstra convincentemente que um meio de produção nunca transfere mais valor ao produto do que perde no processo de trabalho pela destruição de seu próprio valor de uso. Se não tivesse valor a perder, isto é se não fosse ele mesmo produto do trabalho humano, então não transferiria nenhum valor ao produto. Serviria de formador de valor de uso sem servir de formador de valor de troca. Isso ocorre com todos os meios de produção preexistentes por natureza, sem colaboração humana, como a terra, o vento, a água, o ferro no filão, a madeira da floresta virgem etc.

Outro fenômeno interessante apresenta-se-nos aqui. Suponhamos que uma máquina tenha, por exemplo, um valor de 1 000 libras esterlinas e se deprecie em 1 000 dias. Nesse caso, todo dia 1/1 000 do valor da máquina passa dela mesma a seu produto diário. Ao mesmo tempo, a máquina inteira continua a atuar, embora com decrescente força vital, no processo de trabalho. Vê-se, portanto, que um fator do processo de trabalho, um meio de produção, entra em sua totalidade no processo de trabalho, mas só em parte no processo de valorização. A diferença entre processo de trabalho e processo de valorização reflete-se aqui em seus fatores objetivos, dado que o mesmo meio de produção conta, em sua totalidade, como elemento do processo de trabalho, e apenas em parte como elemento da formação de valor.[313]

313 Não se trata aqui de consertos dos meios de trabalho, máquinas, construções etc. Uma máquina que está sendo consertada não funciona como meio de trabalho, mas como material de trabalho. Não se trabalha com ela, mas ela mesma é trabalhada, para remendar seu valor de uso. Para nosso fim, pode-se considerar tais trabalhos de reparação sempre incluídos no trabalho exigido para a produção do meio de trabalho. No texto trata-se da depreciação que nenhum médico pode curar e que progressivamente leva à morte, de "aquela espécie de desgaste que não se pode reparar de tempo a tempo e que, por exemplo, leva uma faca

Por outro lado, um meio de produção pode, ao contrário, entrar totalmente no processo de valorização, embora apenas parcialmente no processo de trabalho. Suponha que, ao fiar o algodão, haja a cada 115 libras 15 que não constituem fio, mas apenas *devil's dust*.[314] Apesar disso, se esse desperdício de 15 libras for normal e inseparável da elaboração média do algodão, o valor dessas 15 libras, que não constituem elemento do fio, entra do mesmo modo no valor do fio que o valor das 100 libras que constituem sua substância. O valor de uso de 15 libras de algodão tem de tornar-se pó para fazer 100 libras de fio. A perda desse algodão é, portanto, uma condição da produção do fio. Por isso mesmo transfere seu valor ao fio. Isso vale para todos os excrementos do processo de trabalho, pelo menos na medida em que esses excrementos não constituem outra vez novos meios de produção e, por conseguinte, novos valores de uso independentes. Vê-se, por exemplo, nas grandes fábricas de máquinas em Manchester, montanhas de refugos de ferro, produzidos por máquinas ciclópicas como se fossem aparas de madeira, que são transportados à noite em grandes carros da fábrica à fundição de ferro, para voltarem no dia seguinte da fundição de ferro à fábrica como ferro maciço.

Os meios de produção, apenas na medida em que, durante o processo de trabalho, perdem valor na figura de seus valores antigos de uso, transferem valor à nova figura do produto. O máximo de perda de valor que podem sofrer no processo de trabalho está evidentemente limitado pela grandeza originária de valor com que entram no processo de trabalho, ou pelo tempo de trabalho exigido para sua própria produção. Meios de produção nunca podem, por isso, agregar ao produto mais valor do que possuem, independentemente do processo de trabalho a que servem. Por mais útil que seja um material de trabalho, uma máquina, um meio de produção: se custa 150 libras esterlinas, digamos 500 dias de trabalho, nunca agregará ao produto total, que contribui a formar, mais que 150 libras esterlinas. Seu valor não é determinado

finalmente a tal estado que o cuteleiro diz não valer mais a pena colocar uma lâmina nova". Viu-se no texto que uma máquina, por exemplo, entra por inteiro em cada processo de trabalho, mas só em parte no processo de valorização que se realiza simultaneamente. Julgue-se, em função disso, a seguinte confusão de conceitos: "Ricardo fala da quantidade de trabalho despendida na fabricação de uma máquina de fazer meias, pelo construtor de máquinas", como contida, por exemplo, no valor de um par de meias. "Entretanto, a totalidade de trabalho que produz cada par de meias (...) inclui a totalidade do trabalho do construtor de máquinas e não apenas uma parte; pois uma máquina faz na verdade muitos pares de meias, mas nenhum desses pares poderia ter sido fabricado com a renúncia a alguma parte da máquina". (*Observations on Certain Verbal Disputes in Pol. Econ. Particularly Relating to Value, and to Demand and Supply*. Londres, 1821. p. 54.) O autor, um "*wiseacre*"* extremamente presunçoso, só tem razão com sua confusão e, por isso, com sua polêmica na medida em que nem Ricardo nem qualquer outro economista, antes ou depois dele, distinguiu exatamente os dois aspectos do trabalho, tendo, portanto, menos ainda seus diferentes papéis na formação do valor.

* Sabichão. (N. dos T.)

314 Pó de algodão. (N. dos T.)

pelo processo de trabalho em que entra como meio de produção, mas pelo processo de trabalho de que sai como produto. No processo de trabalho só serve de valor de uso, de coisa com propriedades úteis, e não transferiria, por isso, nenhum valor ao produto, se já não tivesse possuído valor antes de sua entrada no processo.[315]

Ao transformar o trabalho produtivo meios de produção em elementos constituintes de um novo produto, ocorre com o seu valor uma transmigração de almas. Ele transmigra do corpo consumido ao corpo recém-estruturado. Mas essa transmigração de almas ocorre igualmente às costas do verdadeiro trabalho. O trabalhador não pode agregar novo trabalho e, portanto, criar novo valor, sem conservar valores antigos, pois ele tem de agregar o trabalho sempre sob uma forma útil, e ele não pode agregá-lo em forma útil sem fazer de produtos meios de produção de um novo produto e, com isso, transferir seu valor ao novo produto. É portanto um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor ao agregar valor, um dom natural que nada custa ao trabalhador mas que rende muito ao capitalista, a conservação do valor preexistente do capital.[316] Enquanto o negócio marcha bem, o capitalista está aprofundado demais no ganho de excedente para ver esse dom gratuito do trabalho. Interrupções violentas do processo de trabalho, crises, tornam-no sensivelmente perceptível.[317]

315 Compreende-se, por isso, a falta de senso do insípido J.-B Say, que quer deduzir a mais-valia (juros, lucro, renda) dos *services productifs*[•] que os meios de produção terra, instrumentos, couro etc. prestam no processo de trabalho por meio de seus valores de uso. O sr. Wilhelm Roscher, que dificilmente deixa de registrar preto no branco especiosas idéias apologéticas, exclama: "J.-B. Say observa com muita razão em *Traité*, t. I, cap. 4, que o valor produzido por um moinho de azeite, depois de deduzir todos os custos, é algo novo, essencialmente diferente do trabalho que criou o próprio moinho". (*Op. cit.*, p. 82, nota.) Muito certo. O "óleo" produzido pelo moinho de azeite é algo muito diferente do trabalho que custa a construção do moinho. E por "valor" entende o sr. Roscher coisas como "óleo", pois "óleo" tem valor e "na Natureza" encontra-se óleo mineral, embora relativamente "não muito", fato a que se refere sua outra observação: "Ela" (a Natureza!) "quase não produz valores de troca". [*Op. cit.*, p. 79.] Sucede à Natureza de Roscher com o valor de troca o mesmo que à virgem tola com o filho, que apenas "era muito pequeno". Esse mesmo "sábio" (*savant sérieux*) observa ainda, na ocasião mencionada acima: "A escola de Ricardo costuma subordinar também o capital no conceito de trabalho, como 'trabalho poupado'. Isso é inadequado (!) como (!) o possuidor do capital (!), sem dúvida (!), fez mais (!) do que a mera (?!) produção (?) e (??) conservação do mesmo (do quê?): a saber (?!?) a abstinência do próprio prazer, pelo que exige, por exemplo (!!!) juros". (*Op. cit.*, [p. 82].) Quão adequado (!) é esse "método anatômico-fisiológico" da Economia Política que do mero "desejo" desenvolve pois o "valor".

[•] Serviços produtivos. (N. dos T.)

316 "De todos os recursos auxiliares na agricultura, o trabalho do homem é (...) aquele do qual o *farmer* mais depende para a reposição de seu capital. Os outros dois — a disponibilidade de animais de trabalho e (...) os carros, arados, pás etc. — não são nada sem certa quantidade do primeiro." (BURKE, Edmund. *Thoughts and Details on Scarcity, Originally Presented to the Rt. Hon. W. Pitt in the Month of November 1795*. Edit. Londres, 1800, p. 10.)

317 No *Times* de 26 de novembro de 1862, um fabricante cuja fiação ocupa 800 trabalhadores e consome semanalmente, em média, 150 fardos de algodão da Índia, ou aproximadamente 130 fardos de algodão americano, queixa-se ao público sobre os custos anuais ocasionados pela paralisação de sua fábrica. Ele as avalia em 6 mil libras esterlinas. Entre esses custos encontram-se muitos itens que não nos interessam aqui, como renda da terra, impostos, prêmios de seguro, ordenados de trabalhadores contratados anualmente, *manager*,[•] contador,

O que se consome dos meios de produção é seu valor de uso, pelo consumo do qual o trabalho forma produtos. Seu valor não é, de fato, consumido,[318] nem pode, portanto, ser reproduzido. Ele é conservado, não porque uma operação ocorre com ele mesmo no processo de trabalho, mas porque o valor de uso, em que existia originalmente, na verdade desaparece, mas desaparece apenas em outro valor de uso. O valor dos meios de produção reaparece, por isso, no valor do produto, mas, falando exatamente, ele não é reproduzido. O que é produzido é o novo valor de uso, em que reaparece o antigo valor de troca.[319]

É diferente o que acontece com o fator subjetivo do processo de trabalho, a força de trabalho em ação. Enquanto o trabalho, por meio de sua forma adequada a um fim, transfere o valor dos meios de produção ao produto e o conserva, cada momento de seu movimento cria valor adicional, novo valor. Suponhamos que o processo de produção se interrompa no ponto em que o trabalhador tenha produzido um equivalente do valor de sua própria força de trabalho, tendo agregado mediante trabalho de 6 horas, por exemplo, um valor de 3 xelins. Esse valor forma o excedente do valor do produto sobre seus componentes devidos ao valor dos meios de produção. Ele é o único valor original que surgiu de dentro desse processo, a única parte de valor do produto que é produzida pelo próprio processo. Certamente, substitui apenas o dinheiro adiantado pelo capitalista na compra da força de trabalho e gasto pelo próprio trabalhador em meios de subsistência. No que se refere aos 3 xelins despendidos, o novo valor de 3 xelins aparece apenas como reprodução. Mas ele é reproduzido realmente, e não só aparen-

engenheiro etc. Mas então calcula 150 libras esterlinas por carvão, a fim de aquecer de tempos em tempos a fábrica e pôr em movimento, ocasionalmente, a máquina a vapor, além disso, salários para trabalhadores que, mediante trabalho de ocasião, mantêm a maquinaria em "fluxo". Finalmente 1 200 libras esterlinas pela deterioração da maquinaria, uma vez que "o tempo e as causas naturais da decadência não suspendem sua atuação porque a máquina a vapor deixa de girar". Observa expressamente que essa soma de 1 200 libras esterlinas é tão baixa porque o estado da maquinaria é de muito uso.

* Gerente. (N. dos T.)

318 "Consumo produtivo: onde o consumo de uma mercadoria é parte do processo de produção. (...) Nesses casos, não há consumo de valor." (NEWMAN, S. P. *Op. cit.*, p. 296.)

319 Num compêndio norte-americano, do qual houve talvez 20 edições, lê-se: "Não é significativa a forma sob a qual o capital reaparece". Depois de uma loquaz enumeração de todos os possíveis ingredientes da produção cujo valor reaparece no produto, diz-se finalmente: "As diferentes espécies de alimentos, roupas e habitações necessárias à existência e ao conforto do homem são igualmente transformadas. São consumidas de tempo em tempo, e seu valor reaparece na nova força que emprestam ao seu corpo e ao seu espírito, constituindo assim novo capital que se aplica de novo no processo de produção". (WAYLAND, F. *Op. cit.*, p. 31-32.) Abstraindo todas as demais esquisitices, não é, por exemplo, o preço do pão que reaparece na força renovada, mas suas substâncias formadoras de sangue. O que reaparece, ao contrário, como valor da força, não são os meios de subsistência, mas seu valor. Se os mesmos alimentos custam apenas a metade, produzirão exatamente a mesma quantidade de músculos, ossos etc., em suma, a mesma força, mas não força do mesmo valor. Essa conversão de "valor" em "força" e toda essa indeterminação farisaica, dissimulam a tentativa, de resto vã, de fazer surgir uma mais-valia do mero reaparecimento de valores adiantados.

temente, como o valor dos meios de produção. A substituição de um valor pelo outro é mediada aqui por criação nova de valor.

Já sabemos, entretanto, que o processo de trabalho perdura além do ponto em que seria reproduzido um simples equivalente do valor da força de trabalho e agregado ao objeto de trabalho. Em vez das 6 horas, que bastam para isso, o processo dura, por exemplo, 12 horas. Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho.

Ao apresentar os papéis que os diversos fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, caracterizamos, de fato, as funções das diferentes partes componentes do capital em seu próprio processo de valorização. O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente adiantado. Meios de produção, de um lado, e força de trabalho, do outro, são apenas as diferentes formas de existência que o valor do capital originário assumiu ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo de trabalho.

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante.

A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável. As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável.

O conceito do capital constante não exclui, de modo algum, uma revolução do valor de suas partes componentes. Suponha que 1 libra de algodão custe hoje 6 pence e suba amanhã, em virtude de uma queda na colheita de algodão, a 1 xelim. O algodão velho, que continua a ser elaborado, foi comprado ao valor de 6 pence, mas agrega agora ao produto um valor de 1 xelim. E o algodão que já está fiado e talvez esteja circulando no mercado, sob a forma de fio, agrega também ao produto o dobro de seu valor original. Vê-se, porém, que essas alterações de valor são independentes da valorização do algodão no próprio processo de fiação. Se o algodão velho não tivesse entrado ainda no processo de trabalho, poderia ser revendido agora por 1 xelim, em vez de 6

pence. Ao contrário: quanto menos processos de trabalho ele ainda tenha a percorrer, tanto mais seguro é esse resultado. Por isso, é uma lei da especulação, em tais revoluções de valor, especular com a matéria-prima em sua forma menos elaborada, isto é, antes com o fio do que com o tecido e antes com o próprio algodão do que com o fio. A mudança de valor se origina aqui no processo que produz algodão, e não no processo em que funciona como meio de produção e, por isso, como capital constante. Ainda que o valor de uma mercadoria seja determinado pelo *quantum* de trabalho contido nela, esse próprio *quantum* é socialmente determinado. Se muda o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção — e o mesmo *quantum* de algodão, por exemplo, representa maior *quantum* de trabalho em colheitas desfavoráveis do que em favoráveis — há um efeito retroativo sobre a mercadoria antiga, que sempre vale como exemplo isolado de sua espécie,[320] cujo valor sempre se mede pelo trabalho socialmente necessário, isto é, sempre pelo trabalho necessário nas condições sociais presentes.

Assim como o valor da matéria-prima, o valor dos meios de produção que já prestam serviço no processo de produção, da maquinaria, por exemplo, pode variar, e, portanto, também a parte de valor que transferem ao produto. Se, por exemplo, em conseqüência de uma nova invenção, se reproduz maquinaria da mesma espécie com menos dispêndio de trabalho, a antiga maquinaria é mais ou menos desvalorizada e transfere, por isso, relativamente menos valor ao produto. Mas também aqui a mudança de valor origina-se fora do processo de produção, em que a máquina funciona como meio de produção. Nesse processo nunca cede mais valor do que possui independentemente dele.

Assim como uma mudança no valor dos meios de produção, mesmo quando ocorre retroativamente após sua entrada no processo, não altera seu caráter como capital constante, tampouco uma mudança na proporção entre o capital constante e variável atinge sua diferença funcional. As condições técnicas do processo de trabalho podem ser transformadas de forma que, por exemplo, onde antes 10 trabalhadores com 10 ferramentas de pouco valor processavam uma massa relativamente pequena de matéria-prima, agora 1 trabalhador com 1 máquina cara processa cem vezes mais matéria-prima. Nesse caso, o capital constante, isto é, a massa de valor dos meios de produção empregados, teria crescido consideravelmente e a parte do capital variável, adiantada sob a forma de força de trabalho, teria caído muito. Essa mudança altera, entretanto, apenas a relação de grandezas entre o capital constante e o variável, ou a proporção em que o capital total se decompõe em componentes constantes e variáveis, mas em contraposição não atinge a diferença entre constante e variável.

320 "Todos os produtos da mesma espécie formam, na verdade, nada mais que uma massa cujo preço é determinado de modo geral e sem consideração às circunstâncias específicas." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 893.)

CAPÍTULO VII

A TAXA DE MAIS-VALIA

1. O grau de exploração da força de trabalho

A mais-valia que o capital *C* adiantado no processo de produção produziu, ou a valorização do capital adiantado *C*, apresenta-se, de início, como excedente do valor do produto sobre a soma de valor de seus elementos de produção.

O capital *C* decompõe-se em duas partes, uma soma de dinheiro *c* despendida com meios de produção, e outra *v*, despendida com força de trabalho; *c* representa a parte do valor transformada em capital constante e *v* a parte que se transformou em capital variável. Originalmente, portanto, é $C = c + v$, por exemplo, o capital adiantado de 500 libras esterlinas = $\overbrace{410}^{c}$ libras esterlinas + $\overbrace{90}^{v}$ libras esterlinas. No fim do processo de produção surge a mercadoria cujo valor é = $\overbrace{c + v}$ + *m*, representando *m* a mais-valia, por exemplo, $\overbrace{410}^{c}$ libras esterlinas + $\overbrace{90}^{v}$ libras esterlinas + $\overbrace{90}^{m}$ libras esterlinas. O capital original *C* transformou-se em *C'*, e de 500 libras esterlinas em 590 libras esterlinas. A diferença entre ambos é = *m*, uma mais-valia de 90. Como o valor dos elementos de produção é igual ao valor do capital adiantado, é de fato uma tautologia dizer que o excedente do valor do produto sobre o valor de seus elementos de produção é igual à valorização do capital adiantado ou igual à mais-valia produzida.

Essa tautologia, entretanto, exige determinação mais precisa. O que se compara com o valor do produto é o valor dos elementos de produção consumidos em sua formação. Vimos, porém, que a parte do capital constante aplicado que consiste em meios de trabalho transfere ao produto apenas uma porção de seu valor, enquanto a outra porção persiste em sua antiga forma de existência. Como esta última não

desempenha nenhum papel na formação do valor, deve-se aqui abstraí-la. Sua inclusão nos cálculos nada alteraria. Suponha que c = 410 libras esterlinas componha-se de 312 libras esterlinas de matéria-prima, 44 libras esterlinas de matérias auxiliares, 54 libras esterlinas de maquinaria que se deprecia no processo, mas que o valor da maquinaria realmente empregada seja de 1 054 libras esterlinas. Como adiantado para gerar o valor do produto, só contamos o valor de 54 libras esterlinas, que a máquina perde devido ao seu funcionamento, transferindo-o, portanto, ao produto. Se incluíssemos as 1 000 libras esterlinas que continuam existindo em sua forma antiga como máquina a vapor etc., teríamos de somá-las aos dois lados, ao lado do valor adiantado e ao lado do valor do produto,[321] e obteríamos assim respectivamente 1 500 libras esterlinas e 1 590 libras esterlinas. A diferença ou a mais-valia seria, depois como antes, 90 libras esterlinas. Por capital constante, adiantado para a produção de valor, compreendemos, por isso, sempre apenas o valor dos meios de produção consumidos na produção, a não ser que o contrário se evidencie do contexto.

Isso posto, voltamos à fórmula $C = c + v$, que se transforma em $C' = \overbrace{c + v} + m$ e em virtude disso transforma C em C'. Sabe-se que o valor do capital constante apenas reaparece no produto. O produto de valor realmente criado no processo distingue-se, portanto, do valor do produto obtido dele. Por isso, esse produto de valor não é, como parece à primeira vista, $\overbrace{c + v} + m$ ou $\overbrace{410}^{c}$ libras esterlinas + $\overbrace{90}^{v}$ libras esterlinas + $\overbrace{90}^{m}$ libras esterlinas, mas sim $v + m$ ou $\overbrace{90}^{v}$ libras esterlinas + $\overbrace{90}^{m}$ libras esterlinas, não 590 libras esterlinas, mas 180 libras esterlinas. Se c, o capital constante, fosse = 0, em outras palavras, se houvesse ramos industriais em que o capitalista não tivesse de aplicar meios de produção produzidos, nem matéria-prima nem matérias auxiliares nem instrumentos de trabalho, mas apenas tivesse de aplicar matérias preexistentes na Natureza e força de trabalho, não haveria, portanto, nenhuma parte de valor constante a ser transferida ao produto. Esse elemento do valor do produto, em nosso exemplo 410 libras esterlinas, não existiria, mas o produto de valor de 180 libras esterlinas, contendo 90 libras esterlinas de mais-valia, permaneceria inteiramente de mesma grandeza, como se c representasse a maior soma de valores. Teríamos $C = \overbrace{0 + v} = v$, e C', o capital valorizado, $= v + m$; $C' - C$ seria,

321 "Se considerarmos o valor do capital fixo aplicado parte do capital adiantado, teremos de calcular, no fim do ano, o valor remanescente desse capital como parte da receita anual." (MALTHUS. *Princ. of Pol. Econ.* 2ª ed., Londres, 1836. p. 269.)

depois como antes, = *m*. Se, inversamente, *m* = 0, em outras palavras, se a força de trabalho, cujo valor é adiantado na forma de capital variável, produzisse apenas um equivalente, então $C = \overbrace{c + v}$, e *C'* (o valor do produto) = *c* + *v* + 0, por isso, *C* = *C'*. O capital adiantado não teria então se valorizado.

Já sabemos, de fato, que a mais-valia é mera conseqüência da mudança de valor que ocorre com v, a parte do capital convertida em força de trabalho, portanto, *v* + *m* = *v* + Δ*v* (*v* mais incremento de *v*). Mas a verdadeira mudança de valor e a proporção em que se altera o valor são obscurecidas pelo fato de que em conseqüência do crescimento de sua parte variável, cresce também o capital total. Este era 500 e tornou-se 590. A análise pura do processo exige, portanto, a abstração total da parte do valor do produto em que apenas reaparece o valor do capital constante, isto é, supõe-se o capital constante *c = 0* e aplica-se uma lei da Matemática, pela qual opera-se com grandezas variáveis e constantes, e a grandeza constante só esteja ligada por adição ou subtração à variável.

Outra dificuldade surge da forma original do capital variável. Assim, no exemplo acima, *C'* = 410 libras esterlinas de capital constante + 90 libras esterlinas de capital variável + 90 libras esterlinas de mais-valia. Noventa libras esterlinas são, porém uma grandeza dada, portanto constante, e por isso parece inconsistente tratá-la como grandeza variável. Mas $\overbrace{90}^{v}$ libras esterlinas ou 90 libras esterlinas de capital variável são aqui, de fato, nada mais que um símbolo do processo que esse valor percorre. A parte do capital adiantada na compra da força de trabalho é determinado *quantum* de trabalho objetivado, portanto grandeza constante de valor, como o valor da força de trabalho comprada. No próprio processo de produção, porém, toma o lugar das 90 libras esterlinas adiantadas a força de trabalho em ação, em lugar de trabalho morto, trabalho vivo, em lugar de uma grandeza estática, uma em fluxo, em lugar de uma constante uma variável. O resultado é a reprodução de *v* mais o incremento de *v*. Do ponto de vista da produção capitalista, todo esse percurso é o movimento autônomo do valor originalmente constante, convertido em força de trabalho. Atribui-se a ele o processo e seu resultado. Se a fórmula 90 libras esterlinas de capital variável ou valor que se valoriza parece portanto contraditória, ela apenas expressa uma contradição imanente à produção capitalista.

À primeira vista, parece estranho igualar o capital constante a 0. Entretanto, é o que se faz constantemente na vida cotidiana. Se alguém quiser calcular, por exemplo, o quanto ganha a Inglaterra com a indústria de algodão, começaria por descontar o preço do algodão pago aos Estados Unidos, Índia, Egito etc., quer dizer, ele iguala a *0* o valor do capital que apenas reaparece no valor do produto.

No entanto, a relação da mais-valia não só com a parte do capital da qual ela diretamente se origina e cuja mudança de valor representa, mas também com o capital total adiantado tem grande significação econômica. Por isso, tratamos dessa relação pormenorizadamente no Livro Terceiro. Para valorizar parte do capital mediante sua conversão em força de trabalho, a outra parte do capital tem que ser transformada em meios de produção. Para que o capital variável funcione, capital constante em proporções adequadas, segundo o caráter técnico determinado do processo de trabalho, tem que ser adiantado. A circunstância de que se precisa de retortas e de outros recipientes para um processo químico não impede, porém, que na análise a própria retorta seja abstraída. Na medida em que a criação de valor e a mudança de valor são encaradas em si mesmas, isto é, em sua pureza, os meios de produção, essas formas materiais do capital constante, só fornecem a matéria em que a força em fluxo, formadora do valor, se deve fixar. A natureza dessa matéria é por isso indiferente, se algodão ou ferro. Também o valor dessa matéria é indiferente. Ela tem que existir em volume suficiente para poder absorver o *quantum* de trabalho a ser despendido durante o processo de produção. Dado o volume, seu valor pode subir ou baixar ou ela pode não ter valor, como terra e mar, o processo da criação de valor e de mudança do valor não é afetado.[322]

De início, igualamos portanto a parte constante do capital a 0. O capital adiantado se reduz assim de $c + v$ a v, e o valor do produto $\overbrace{c + v} + m$ ao produto de valor $\overbrace{v + m}$. Dado o produto de valor = 180 libras esterlinas, no qual se representa o trabalho que fluiu durante todo o processo de produção, temos de deduzir o valor do capital variável = 90 libras esterlinas para obter a mais-valia = 90 libras esterlinas. O número 90 libras esterlinas = m expressa aqui a grandeza absoluta da mais-valia produzida. Mas sua grandeza proporcional, isto é, a proporção em que se valorizou o capital variável, é evidentemente determinada pela relação entre a mais-valia e o capital variável, expressando-se como $\frac{m}{v}$. No exemplo acima é, portanto, $\frac{90}{90}$ = 100%. Essa valorização proporcional do capital variável ou a grandeza proporcional da mais-valia, eu chamo de taxa de mais-valia.[323]

Vimos que o trabalhador, durante parte do processo de trabalho,

322 Nota à 2ª edição. Entende-se por si mesmo o que diz Lucrécio "*nil posse creari de nihilo*". De nada sai nada.* "Criação de valor" é conversão de força de trabalho em trabalho. A força de trabalho, por sua vez, é sobretudo matéria natural convertida no organismo humano.
* LUCRÉCIO. *Da Natureza.* Livro primeiro. Versos 156/57. (N. da Ed. Alemã.)

323 Do mesmo modo como os ingleses utilizam *rate of profits*,* *rate of interest*** etc. Reconhecer-se-á no Livro Terceiro que é fácil compreender a taxa de lucro, tão logo se conheçam as leis da mais-valia. Pelo caminho inverso não se entende *ni l'un, ni l'autre.****
* Taxa de lucro. (N. dos T.)
** Taxa de juros. (N. dos T.)
*** Nem um, nem outro. (N. dos T.)

apenas produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência de que necessita. Produzindo num contexto que se baseia na divisão social de trabalho, ele não produz seus meios de subsistência diretamente, mas sob a forma de uma mercadoria particular, fio, por exemplo, um valor igual ao valor de seus meios de subsistência, ou ao dinheiro com o qual os compra. A parte de sua jornada de trabalho que ele precisa para isso é maior ou menor conforme o valor de seus meios de subsistência diários médios, conforme, portanto, o tempo de trabalho diário médio exigido para a sua produção. Se o valor de seus meios diários de subsistência representa em média 6 horas de trabalho objetivado, o trabalhador necessita trabalhar em média 6 horas por dia para produzi-lo. Se ele não trabalhasse para o capitalista, mas para si mesmo, independentemente, teria, permanecendo iguais as demais circunstâncias, de trabalhar, depois como antes, em média a mesma parte alíquota da jornada para produzir o valor de sua força de trabalho e assim obter os meios de subsistência necessários à sua manutenção ou reprodução contínua. Mas, como na parte da jornada de trabalho em que produz o valor diário da força de trabalho, digamos 3 xelins, ele produz apenas um equivalente ao valor dela já pago[324] pelo capitalista e, portanto, repõe apenas o valor adiantado do capital variável pelo novo valor criado, aparece essa produção de valor como mera reprodução. A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo.[325] Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador a sua base.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de

324 {Nota à 3ª edição. O autor usa aqui a linguagem econômica corrente. É de se lembrar que na penúltima página do capítulo IV ficou demonstrado que, na verdade, não é o capitalista que "adianta" ao trabalhador, mas o trabalhador ao capitalista. — F. E.}

325 Empregamos até agora nesta obra a expressão "tempo de trabalho necessário" para designar o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria, em geral. Daqui em diante empregá-la-emos também para indicar o tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria específica força de trabalho. O uso dos mesmos *termini technici** com sentidos diferentes é melindroso, mas em nenhuma ciência pode-se evitá-lo inteiramente. Compare-se, por exemplo, os níveis superiores e inferiores da Matemática.

* Termos técnicos. (N. dos T.)

mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócioeconômicas, por exemplo a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado.[326]

Como o valor do capital variável = ao valor da força de trabalho comprada por ele, como o valor dessa força de trabalho determina a parte necessária da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia, por seu lado, é determinada pela parte excedente da jornada de trabalho, segue-se: a mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho para o necessário, ou a taxa da mais-valia $\frac{m}{v} = \frac{\text{mais–trabalho}}{\text{trabalho–necessário}}$. Ambas as proporções expressam a mesma relação de forma diferente, uma vez na forma de trabalho objetivado, outra vez na forma de trabalho em fluxo.

A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista.[327]

Segundo nossa suposição, o valor do produto era = $\overbrace{410}^{c}$ libras esterlinas + $\overbrace{90}^{v}$ libras esterlinas + $\overbrace{90}^{m}$, o capital adiantado = 500 libras esterlinas. Como a mais-valia = 90 e o capital adiantado = 500, obter-se-ia, segundo o modo costumeiro de cálculo, uma taxa de mais-valia (que é confundida com a taxa de lucro) = 18%, uma proporção tão

326 Com uma genialidade gottschediana,* o sr. Wilhelm Tucídides Roscher** descobre que, se hoje em dia a formação da mais-valia ou mais-produto e a acumulação daí decorrente são devidas à "parcimônia" do capitalista, que em compensação "exige, por exemplo, juros", ao contrário, "nos níveis mais baixos de cultura, (...) os mais fracos são obrigados pelos mais fortes a serem parcimoniosos". (*Op. cit.*, p. 82, 78.) A poupar trabalho? Ou produtos excedentes de que não dispõem? Além da ignorância real, é o receio apologético de analisar conscienciosamente o valor e a mais-valia, e chegar eventualmente a um resultado comprometedor e subversivo, que força Roscher e consortes a converterem as justificações mais ou menos plausíveis que o capitalista dá para sua apropriação das mais-valias existentes em causas da origem da mais-valia.

* Alusão irônica ao escritor e crítico de literatura alemão Johann Christoph Gottsched, que desempenhou certo papel positivo na literatura, mas ao mesmo tempo manifestou intolerância extraordinária contra novas tendências literárias. Por isso, seu nome tornou-se símbolo de altivez e obtusidade literária. (N. da Ed. Alemã.)

** Marx chama Wilhelm Roscher ironicamente de Wilhelm Tucídides Roscher, porque este, no prefácio à primeira edição de seu livro *Die Grundlagen der Nationaloekonomie* (*Fundamentos da Economia Política*), anunciou-se, como diz Marx, "modestamente como o Tucídides da Economia Política". (Ver MARK, Karl. *Theorien ueber den Mehrwert (Teorias da Mais-Valia)*. [v. IV de *Das Capital*.] Parte Terceira. Berlim, 1962. p. 499) (N. da Ed. Alemã.)

327 Nota à 2ª edição. Apesar de ser expressão exata do grau de exploração da força de trabalho, a taxa de mais-valia não expressa a grandeza absoluta da exploração. Se, por exemplo, o trabalho necessário = 5 horas e o mais-trabalho = 5 horas, o grau de exploração = 100%. A grandeza da exploração mede-se aqui em 5 horas. Mas se o trabalho necessário = 6 horas e o trabalho excedente = 6 horas, o grau de exploração de 100% permanece inalterado, enquanto a grandeza da exploração aumenta a 20%, de 5 para 6 horas.

baixa que comoveria o sr. Carey e outros pregadores da harmonia. Na realidade, porém, a taxa de mais-valia não é $\frac{m}{C}$ ou $\frac{m}{c+v}$, mas = $\frac{m}{v}$, não é, portanto, $\frac{90}{500}$, mas $\frac{90}{90}$ = 100%, mais de cinco vezes o grau aparente de exploração. Embora não conheçamos, no caso dado, a grandeza absoluta da jornada de trabalho, nem o período do processo de trabalho (dia, semana etc.), nem, finalmente, o número de trabalhadores postos em movimento simultaneamente, pelo capital variável de 90 libras esterlinas, a taxa de mais-valia $\frac{m}{v}$ indica-nos, por meio de sua convertibilidade em $\frac{\text{mais–trabalho}}{\text{trabalho–necessário}}$, exatamente a relação mútua entre as duas partes componentes da jornada de trabalho. É de 100%. O trabalhador trabalhou, portanto, metade da jornada para si mesmo e a outra para o capitalista.

Em resumo, o método de calcular a taxa de mais-valia é o seguinte: tomamos o valor total do produto e igualamos a zero o valor do capital constante que apenas reaparece nele. A soma de valor restante é no processo de formação da mercadoria o único produto de valor realmente produzido. Dada a mais-valia, descontamo-la desse produto de valor para encontrar o capital variável. Procedemos inversamente, se é dado esse último e procuramos a mais-valia. Sendo ambos dados, temos apenas de executar a operação final, calcular a relação da mais-valia para com o capital variável, $\frac{m}{v}$.

Por simples que seja o método, parece conveniente exercitar o leitor por meio de alguns exemplos no modo de ver que o fundamenta e ao qual não está acostumado.

Comecemos pelo exemplo de uma fiação de 10 mil fusos "Mule" que produz fio nº 32 de algodão americano, fabricando por semana 1 libra de fio por fuso. O refugo é de 6%. Portanto, 10 600 libras de algodão são transformadas semanalmente em 10 mil libras de fio e 600 libras de refugo. Em abril de 1871, esse algodão custava 7 3/4 pence por libra; portanto, o preço arredondado de 10 600 libras de algodão é de 342 libras esterlinas. Os 10 mil fusos, inclusive a maquinaria preparatória da fiação e a máquina a vapor, custam 1 libra esterlina por fuso, portanto 10 mil libras esterlinas. Sua depreciação monta a 10% = 1 000 libras esterlinas, ou 20 libras esterlinas por semana. O aluguel do edifício da fábrica é 300 libras esterlinas, ou 6 libras esterlinas por semana. Carvão (4 libras por hora e HP, para 100 HP (indicador) e 60 horas por semana, inclusive aquecimento do edifício): 11 *tons*[328] por semana, a 8 xelins e 6 pence por tonelada, custam arredondados 4 1/2 libras por semana, gás, 1 libra esterlina

por semana, óleo, 4 1/2 libras esterlinas por semana, portanto, todas as matérias auxiliares 10 libras esterlinas por semana. Assim, a parte de valor constante é de 378 libras esterlinas por semana. Os salários importam em 52 libras esterlinas por semana. O preço do fio é de 12 1/4 pence por libra, ou 10 mil libras = 510 libras esterlinas, a mais-valia, portanto, 510 – 430 = 80 libras esterlinas. Fazemos a parte de valor constante de 378 libras esterlinas = 0, porque não participa na formação semanal de valor. Resta o produto semanal de valor de 132 = $\overbrace{52}^{v} + \overbrace{80}^{m}$ libras esterlinas. A taxa de mais-valia é, portanto, = 80/52 = 153 11/13%. Para uma jornada de trabalho média de 10 horas obtemos: trabalho necessário = 3 31/33 horas e mais-trabalho = 6 2/33 horas.[329]

Jacob faz, para o ano de 1815, um cálculo bastante defeituoso por ter compensado previamente várias partidas, o qual serve, porém, para nossos fins.[330] Ele supõe um preço de trigo de 80 xelins por *quarter* e uma colheita média de 22 *bushels* por acre, rendendo assim cada acre 11 libras esterlinas.

Produção de valor por acre

Sementes (trigo)	1 lib. est. 9 xel.
Adubo	2 lib. est. 10 xel.
Salários	3 lib. est. 10 xel.
Soma:	7 lib. est. 9 xel

Dízimo, taxas, impostos	1 lib. est. 1 xel.
Arrendamento	1 lib. est. 8 xel.
Lucro de arrendatário e juros ..	1 lib. est. 2 xel.
Soma:	3 lib. est. 11 xel.

A mais-valia, pressupondo-se sempre ser o preço do produto = seu valor distribui-se aqui nas diversas rubricas lucro, juros, dízimo etc. Essas rubricas são indiferentes para nós. Nós as somamos e obtemos uma mais-valia de 3 libras esterlinas e 11 xelins. As 3 libras esterlinas e 19 xelins para sementes e adubos, como parte constante do capital, fazemos igual a 0. Resta um capital variável adiantado de 3 libras esterlinas e 10 xelins, em lugar do qual se produziu um novo valor de 3 libras esterlinas 10 xelins + 3 libras esterlinas 11 xelins.

328 Toneladas. (N. dos T.)

329 Nota à 2ª edição. O exemplo de uma fiação do ano 1860, dado na 1ª edição, continha alguns erros factuais. Os dados completamente exatos que constam do texto foram-me fornecidos por um fabricante de Manchester. — Deve-se observar que na Inglaterra se calculava os antigos HP pelo diâmetro do cilindro, enquanto os novos se contam segundo a força real que mostra o indicador.

330 JACOB, William. *A Letter to Samuel Withbread, being a Sequel to Considerations on the Protection Required by British Agriculture.* Londres, 1815. p. 33. (N. da Ed. Alemã.)

Portanto, $\frac{m}{v} = \frac{3 \text{ libras esterlinas } 11 \text{ xelins}}{3 \text{ libras esterlinas } 10 \text{ xelins}}$, mais de 100%. O trabalhador emprega mais da metade de sua jornada de trabalho para produzir uma mais-valia que várias pessoas sob diversos pretextos repartem entre si.[331]

2. Representação do valor do produto em partes proporcionais do produto

Voltemos ao exemplo que nos mostrou como o capitalista faz de dinheiro capital. O trabalho necessário de seu fiandeiro era de 6 horas, o mais trabalho era o mesmo, o grau de exploração da força de trabalho era, portanto, de 100%.

O produto da jornada de trabalho de 12 horas são 20 libras de fio, com um valor de 30 xelins. Nada menos que 8/10 do valor desse fio (24 xelins) estão formados pelo valor que só reaparece dos meios de produção consumidos (20 libras de algodão por 20 xelins, fuso etc. por 4 xelins), ou seja, consistem em capital constante. Os 2/10 restantes são o novo valor de 6 xelins, surgido durante o processo de fiação, metade do qual repõe o valor adiantado de um dia da força de trabalho, ou seja, o capital variável, e a outra metade constitui uma mais-valia de 3 xelins. O valor total das 20 libras de fio está composto, portanto, do seguinte modo:

$$\underbrace{\text{Valor do fio, de 30 xelins} = 24 \text{ xelins}}_{c} + \overbrace{3 \text{ xelins}}^{v} + \underbrace{3 \text{ xelins}}_{m}$$

Como esse valor total se representa no produto total de 20 libras de fio, deve ser possível representar os diferentes elementos de valor em partes proporcionais do produto.

Se existe um valor de fio de 30 xelins em 20 libras de fio, então 8/10 desse valor, ou seja, sua parte constante de 24 xelins, está contida em 8/10 do produto, isto é, em 16 libras de fio. Destas, 13 1/3 libras representam o valor da matéria-prima, do algodão elaborado na fiação, por 20 xelins, e 2 2/3 libras o valor das matérias auxiliares e meios de trabalho consumidos, fusos etc. por 4 xelins.

13 1/3 libras de fio representam, portanto, o algodão elaborado de um produto total de 20 libras de fio, a matéria-prima do produto total, porém, nada mais. Embora elas contenham apenas 13 1/3 libras de algodão, com um valor de 13 1/3 xelins, seu valor adicional de 6 2/3 xelins forma um equivalente para o algodão elaborado nas outras

331 Os cálculos dados servem apenas de ilustração. É porque se admite que os preços = os valores. No Livro Terceiro ver-se-á que essa equiparação, nem mesmo para os preços médios, funciona dessa maneira tão simples.

6 2/3 libras de fio. É como se destas últimas houvesse sido arrancado o algodão e o algodão do produto total houvesse sido comprimido em 13 1/3 libras de fio. Estas, por outro lado, não contêm agora nenhum átomo do valor das matérias auxiliares e meios de trabalho consumidos, nem do novo valor criado no processo de fiação.

Do mesmo modo, as outras 2 2/3 libras de fio que contêm o resto do capital constante (= 4 xelins) não representam nada mais que o valor das matérias auxiliares e meios de trabalho despendidos no produto total de 20 libras de fio.

Por isso, 8/10 do produto, ou seja, 16 libras de fio, apesar de serem fisicamente vistos como valor de uso, como fio, não menos produtos do trabalho de fiação que as demais partes do produto, neste caso não contêm nenhum trabalho de fiação, isto é, nenhum trabalho absorvido durante o próprio processo de fiação. É como se tivessem sido transformados em fio sem fiação e como se sua figura de fio fosse mera mentira e fraude. De fato, quando o capitalista os vende por 24 xelins e compra assim de volta seus meios de produção, vê-se que as 16 libras de fio não são nada mais que algodão, fuso, carvão etc. disfarçados.

Inversamente, os 2/10 restantes do produto ou 4 libras de fio representam agora nada mais que o novo valor de 6 xelins produzido nas 12 horas do processo de fiação. O que se encontrava neles do valor das matérias-primas e meios de trabalho consumido já foi extirpado e incorporado às primeiras 16 libras de fio. O trabalho de fiação corporificado em 20 libras de fio concentra-se em 2/10 do produto. É como se o fiandeiro tivesse feito 4 libras de fio do ar ou com algodão e fusos preexistentes na Natureza, sem colaboração de trabalho humano, que não acrescentassem nenhum valor ao produto.

Das 4 libras de fio, nas quais se encontra, assim, todo o produto de valor do processo diário de fiação, metade representa apenas o valor de reposição da força de trabalho consumida, portanto o capital variável de 3 xelins, as outras 2 libras de fio, a mais-valia de 3 xelins.

Como 12 horas de trabalho do fiandeiro se objetivam em 6 xelins, no valor de fio de 30 xelins estão objetivadas 60 horas de trabalho. Elas existem em 20 libras de fio, das quais 8/10 ou 16 libras são a materialização de 48 horas de trabalho passado antes do processo de fiação, isto é, do trabalho objetivado nos meios de produção do fio, enquanto 2/10 ou 4 libras são a materialização das 12 horas de trabalho despendidas no próprio processo de fiação.

Vimos anteriormente que o valor do fio é igual à soma do novo valor criado em sua produção mais os valores preexistentes em seus meios de produção. Verificou-se agora como as partes componentes do valor do produto, diferenciadas funcional ou conceitualmente, podem ser representadas pelas partes proporcionais do próprio produto.

Essa decomposição do produto — resultado do processo de produção — em um *quantum* de produto que representa somente o trabalho

contido nos meios de produção ou a parte do capital constante, em outro *quantum* que representa somente o trabalho necessário agregado durante o processo de produção ou a parte do capital variável, e num último *quantum* que representa somente o mais-trabalho agregado durante o mesmo processo ou a mais-valia, essa decomposição é tão simples quanto importante, conforme evidenciará sua aplicação posterior a problemas complicados e ainda não resolvidos.

Acabamos de considerar o produto total o resultado completo da jornada de trabalho de 12 horas. Podemos, porém, acompanhá-lo em seu processo de formação e, apesar disso, representar os produtos parciais como partes do produto funcionalmente diferenciados.

O fiandeiro produz em 12 horas 20 libras de fio, portanto em 1 hora 1 2/3 libra e em 8 horas 13 1/3 libras, isto é, um produto parcial do valor total do algodão fiado durante a jornada de trabalho inteira. Do mesmo modo, o produto parcial da hora e 36 minutos seguintes = 2 2/3 libras de fio e representa o valor dos meios de trabalho consumidos durante as 12 horas de trabalho. No período seguinte de 1 hora e 12 minutos, o fiandeiro produz 2 libras de fio = 3 xelins, um valor de produto igual ao valor do produto de valor inteiro, que ele cria em 6 horas de trabalho necessário. Finalmente, produz nas últimas 6/5 horas outra vez 2 libras de fio cujo valor é igual à mais-valia gerada pela sua meia jornada de mais-trabalho. Esse modo de calcular serve ao fabricante inglês para o uso doméstico, e ele dirá, por exemplo, que nas primeiras 8 horas ou 2/3 da jornada de trabalho ele recupera seu algodão etc. Como se vê, a fórmula é certa; na verdade, nada mais é que a primeira fórmula transferida do espaço, onde as partes do produto ficam prontas, lado a lado, ao tempo, onde elas se sucedem. Mas a fórmula pode também estar acompanhada de idéias muito bárbaras, sobretudo em cabeças cujo interesse prático no processo de valorização não é inferior ao interesse teórico de interpretá-lo equivocadamente. Assim, pode-se imaginar que nosso fiandeiro, por exemplo, nas primeiras 8 horas de sua jornada de trabalho produz ou repõe o valor do algodão, na 1 hora e 36 minutos seguintes o valor dos meios de trabalho consumidos, na 1 hora e 12 minutos seguintes o valor do salário, dedicando ao patrão, à produção da mais-valia, apenas a famosa "última hora". Impõe-se assim ao fiandeiro o duplo milagre de produzir algodão, fuso, máquina a vapor, carvão, óleo etc. no mesmo instante em que com eles fia, e de fazer de uma jornada de trabalho de dado grau de intensidade, cinco dessas jornadas. É que em nosso caso a produção da matéria-prima e dos meios de trabalho exige 24/6 = 4 jornadas de trabalho de 12 horas e a transformação deles em fio mais uma jornada de 12 horas. Que a rapacidade acredita em tais milagres e nunca falta o sicofanta doutrinário que os prova, será mostrado agora mediante um exemplo famoso na História.

3. A "última hora" de Senior

Numa bela manhã do ano de 1836, Nassau W. Senior, afamado por sua ciência econômica e seu belo estilo e, de certo modo, o Clauren entre os economistas ingleses, foi chamado de Oxford a Manchester, a fim de aprender aí Economia Política, em vez de ensiná-la em Oxford. Os fabricantes elegeram-no para ser seu campeão contra o *Factory Act*[332] recentemente promulgado e contra a agitação ainda mais ambiciosa pelas 10 horas. Com sua costumeira sagacidade prática, reconheceram que o sr. prof. *wanted a good deal of finishing*.[333] Por isso, mandaram-no vir a Manchester. O professor, por sua vez, estilizou a lição recebida dos fabricantes em Manchester no panfleto *Letters on the Factory Act, as it Affects the Cotton Manufacture*, Londres, 1837. Nele pode-se ler, entre outras, a seguinte passagem edificante:

> "De acordo com a lei atual, nenhuma fábrica que emprega pessoas com menos de 18 anos pode trabalhar mais de 11 1/2 horas por dia, isto é, 12 horas durante os primeiros 5 dias e 9 horas aos sábados. A seguinte análise (!) mostra que em tal fábrica todo o lucro líquido deriva da última hora. Um fabricante gasta 100 mil libras esterlinas — 80 mil nos edifícios da fábrica e máquinas, 20 mil em matéria-prima e salários. A venda anual da fábrica, supondo-se que o capital gire uma vez por ano e o lucro bruto seja de 15%, deve corresponder a mercadorias no valor de 115 mil libras esterlinas (...) Dessas 115 mil libras esterlinas, cada uma das 23 meias horas de trabalho produz diariamente 5/115 ou 1/23. Dos 23/23 que constituem o total das 115 mil libras esterlinas (*constituting the whole* 115 mil libras esterlinas), 20/23, isto é, 100 mil das 115 mil, repõem apenas o capital; 1/23 ou 5 mil libras esterlinas das 15 mil de lucro bruto (!) repõem o desgaste da fábrica e da maquinaria. Os restantes 2/23, isto é, as duas últimas meias horas de cada jornada, produzem o lucro líquido de 10%. Se, por isso, permanecendo os preços inalterados, a fábrica pudesse trabalhar 13 horas em vez de 11 1/2, poderia, com um acréscimo de aproximadamente 2 600 libras esterlinas ao capital circulante, mais que dobrar o lucro líquido. Por outro lado, se o tempo de trabalho fosse reduzido de 1 hora por dia, o lucro líquido desapareceria, se de 1 1/2 hora, também o lucro bruto".[334]

332 Aqui: lei fabril inglesa de 1833. (N. da Ed. Alemã.)
333 Necessitava de um bocado de acabamento. (N. dos T.)
334 SENIOR. *Op. cit.*, p. 12-13. Deixamos de lado certas passagens curiosas, que são indiferentes para nosso propósito, por exemplo, a afirmação de que os fabricantes incluem, em seus cálculos, a reposição da maquinaria desgastada etc., isto é, de um componente do capital, no lucro, bruto ou líquido, sujo ou limpo. O mesmo quanto à correção ou falsidade dos

E a isso chama o sr. Professor de "análise". Se acreditasse na queixa dos fabricantes de que os trabalhadores desperdiçam a melhor parte do dia na produção, portanto na reprodução ou reposição do valor de edifícios, máquinas, algodão, carvão etc., então toda análise seria supérflua. Ele teria de responder simplesmente: Meus senhores!, se fazeis trabalhar 10 horas em vez de 11 1/2, permanecendo inalteradas as demais circunstâncias, o consumo diário de algodão, maquinaria etc. diminuirá de 1 1/2 hora. Ganharíeis, portanto, exatamente o que perderíeis. Vossos trabalhadores desperdiçarão no futuro 1 1/2 hora menos para reproduzir ou repor o valor do capital adiantado. Se não acreditasse nas palavras dos fabricantes e como perito considerasse necessária uma análise, teria sobretudo de pedir-lhes, numa questão que gira exclusivamente em torno da relação do lucro líquido para com a grandeza da jornada de trabalho, que não baralhem aleatoriamente maquinaria e edifícios de fábrica, matéria-prima e trabalho, mas tenham a bondade de colocar o capital constante contido no edifício, na maquinaria, na matéria-prima etc., de um lado, e o capital adiantado para os salários, do outro. Se verificar, eventualmente, que segundo o cálculo dos fabricantes o trabalhador reproduz ou repõe o salário em 2/2 horas de trabalho, ou em 1 hora, então o analista teria que prosseguir:

Segundo vossas informações, o trabalhador produz seu salário na penúltima hora e, na última, vossa mais-valia ou o lucro líquido. Como produz em períodos iguais valores iguais, o produto da penúltima hora tem o mesmo valor do da última. Além disso, ele só produz valor enquanto despende trabalho, e o *quantum* de seu trabalho é medido por seu tempo de trabalho. Este, segundo vossa informação, é de 11 1/2 horas por dia. Parte dessas 11 1/2 horas ele emprega para produzir

dados numéricos. Que eles não valem mais que a chamada "análise" demonstrou Leonard Horner em *A Letter to Mr. Senior* etc. Londres, 1837. Leonard Horner, um dos *factory inquiry commissioners*[*] de 1833 e inspetor de fábrica, na realidade censor de fábrica, até 1859, adquiriu méritos imorredouros a serviço da classe trabalhadora inglesa. Lutou uma vida inteira não só contra os exasperados fabricantes mas também contra os ministros, para os quais era incomparavelmente mais importante contar os "votos" dos fabricantes na Câmara dos Comuns do que as horas de trabalho das "mãos" na fábrica. A exposição de Senior é confusa, independentemente da falsidade do seu conteúdo. O que ele realmente queria dizer era isto: O fabricante ocupa os trabalhadores 11 1/2 ou 23/2 horas por dia. Como cada jornada de trabalho, o trabalho anual consiste em 11 1/2 ou 23/2 horas (multiplicadas pelo número de dias de trabalho do ano). Pressuposto isto, produzem as 23/2 horas de trabalho o produto anual de 115 mil libras esterlinas; 1/2 hora de trabalho produz 1/23 x 115 mil libras esterlinas; 20/2 horas de trabalho produzem 20/23 x 115 mil libras esterlinas = 100 mil libras esterlinas, isto é, repõem apenas o capital adiantado. Restam 3/2 horas de trabalho que produzem 3/23 x 115 mil libras esterlinas = 15 mil, isto é, o lucro bruto. Destas 3/2 horas de trabalho, 1/2 hora de trabalho produz 1/23 x 115 mil libras esterlinas = 5 mil libras esterlinas, isto é, ela produz apenas a reposição do desgaste da fábrica e da maquinaria. As duas últimas meias horas, isto é, a última hora de trabalho, produz 2/23 x 115 mil libras esterlinas = mil libras esterlinas, isto é, o lucro líquido. No texto, Senior converte os últimos 2/23 do produto em partes da própria jornada de trabalho.

[*] Comissários investigadores das condições fabris. (N. dos T.)

ou repor seu salário, a outra para produzir vosso lucro líquido. Nada mais faz além disso durante a jornada de trabalho. Mas como, segundo a informação, seu salário e a mais-valia fornecida por ele são valores iguais, ele produz evidentemente seu salário em 5 3/4 horas e vosso lucro líquido em outras 5 3/4 horas. Sendo, além disso, o valor do fio produzido em 2 horas igual à soma de valor de seu salário mais vosso lucro líquido, esse valor do fio tem de medir-se por 11 1/2 horas de trabalho, o produto da penúltima hora por 5 3/4 horas de trabalho e o da última, idem. Chegamos agora a um ponto delicado. Por isso, atenção. A penúltima hora de trabalho é uma hora comum de trabalho como a primeira. *Ni plus, ni moins*.[335] Como pode então o fiandeiro produzir em 1 hora de trabalho um valor de fio que representa 5 3/4 horas de trabalho? De fato, não faz tal milagre. O que produz em 1 hora de trabalho em valor de uso é determinado *quantum* de fio. O valor desse fio mede-se por 5 3/4 horas de trabalho, das quais 4 3/4, sem sua colaboração, estão contidas nos meios de produção consumidos por hora, no algodão, na maquinaria etc., e 4/4 ou 1 hora é agregada por ele mesmo. Como, portanto, seu salário é produzido em 5 3/4 horas e o fio produzido em 1 hora de fiação contém também 5 3/4 horas de trabalho, não é nenhuma bruxaria que o produto de valor de suas 5 3/4 horas de fiação seja igual ao valor do produto de 1 hora de fiação. Estais, porém, no caminho errado, pensando que ele perde um único átomo de tempo de sua jornada de trabalho com a reprodução ou "reposição" dos valores de algodão, maquinaria etc. Por seu trabalho de transformar algodão e fuso em fio, por ele fiar, o valor de algodão e fuso transfere-se ao fio, por si mesmo. Deve-se isto à qualidade de seu trabalho, não à quantidade. É verdade que transferirá ao fio mais valor de algodão etc. em 1 hora do que em 1/2 hora, mas só por fiar mais algodão em 1 hora do que em 1/2. Compreendeis, portanto: Vossa expressão de que o trabalhador produz, na penúltima hora, o valor de seu salário e na última, o lucro líquido, não significa nada mais do que no fio produzido em 2 horas de sua jornada de trabalho, estejam elas no início ou no final, estão corporificadas 11 1/2 horas de trabalho, exatamente tantas quantas dura toda a sua jornada de trabalho. E a expressão de que durante as primeiras 5 3/4 horas ele produz seu salário e durante as últimas 5 3/4 horas vosso lucro líquido, mais uma vez significa apenas que as primeiras 5 3/4 horas vós pagais e que as últimas 5 3/4 horas não pagais. Falo de pagamento do trabalho e não de pagamento da força de trabalho, para usar vosso *slang*.[336] Se considerardes agora a relação entre o tempo de trabalho que pagais e o que não pagais, verificareis que é da metade de uma jornada à outra

335 Nem mais, nem menos. (N. dos T.)
336 Linguagem. (N. dos T.)

metade, portanto, de 100%, o que é, por certo, uma bela porcentagem. Não há, também, a menor dúvida de que se fizerdes vossas "mãos" esfalfar-se 13 horas em vez de 11 1/2 e — o que vos parece ter tanta semelhança quanto um ovo a outro — se juntardes a 1 1/2 hora excedente simplesmente ao mais-trabalho, o último cresceria de 5 3/4 horas para 7 1/4 horas e a taxa da mais-valia, por isso, de 100% para 126 2/23%. No entanto, seríeis exageradamente otimistas, se esperásseis que ela, pelo acréscimo de 1 1/2 hora, subiria de 100% a 200% e até a mais de 200%, o que seria "mais que dobrar". Por outro lado — e o coração do homem é algo surpreendente, sobretudo quando ele o tem no bolso —, sois pessimistas adoidados demais se temeis que com a redução da jornada de trabalho de 11 1/2 a 10 1/2 horas perder-se-á todo vosso lucro líquido. De modo algum. Permanecendo iguais todas as demais circunstâncias, o mais-trabalho cairá de 5 3/4 horas a 4 3/4 horas, o que ainda proporciona uma taxa de mais-valia bem considerável, a saber, 82 14/23%. A "última hora" fatal, porém, sobre a qual tendes fabulado mais que os quiliastas[337] sobre o fim do mundo, é *all bosh*.[338] A perda dela não vos custará o "lucro líquido" nem às crianças de ambos os sexos, que fazeis trabalhar para vós, a "pureza da alma".[339]

337 Os quiliastas (grego: *chilioi* = mil) pregaram a doutrina religiosa-mística da segunda aparição de Cristo e da edificação do "reinado milenar" na Terra, de um reinado da justiça, da igualdade e da prosperidade. A fé quiliasta surgiu durante a decadência da ordem escravocrata em conseqüência de jugo insuportável e dos sofrimentos dos trabalhadores, que procuraram uma saída em sonhos fantásticos de salvação. Esta fé era muito difundida e reapareceu mais tarde continuamente nas doutrinas de diversas seitas da Idade Média. (N. da Ed. Alemã.)

338 Puro absurdo. (N. dos T.)

339 Se Senior comprovou que da "última hora de trabalho" depende o lucro líquido dos fabricantes, a existência da indústria têxtil algodoeira inglesa e a grandeza da Inglaterra no mercado mundial, o dr. Andrew Ure,* por sua vez, comprovou que as crianças e jovens menores de 18 anos, ocupados nas fábricas, que não são retidos 12 horas inteiras na atmosfera moralmente aquecida e pura da fábrica, mas lançadas "1 hora" antes no frio e frívolo mundo exterior, correm o perigo de perder pelo ócio e pelos vícios a salvação de suas almas. Desde 1848, os inspetores de fábrica não se cansam, em seus *reports* semestrais, de zombar dos fabricantes com a "última hora", a "hora fatal". O sr. Howell, por exemplo, diz em seu relatório fabril de 31 de maio de 1855: "Se o seguinte cálculo engenhoso" (ele cita Senior) "fosse correto, toda fábrica de tecidos de algodão do Reino Unido teria trabalhado com prejuízo desde 1850". (*Reports of the Insp. of Fact. for the Half Year Ending 30th April 1855*. p. 19-20.) Quando, em 1848, a lei das 10 horas passou pelo Parlamento, os fabricantes impuseram a alguns trabalhadores normalmente ocupados nas fiações de linho rurais, dispersas entre os condados de Dorset e Somerset, uma petição contra a lei, em que se dizia, entre outras coisas: "Vossos peticionários, pais, acreditam que 1 hora adicional de folga não pode ter outro efeito do que a desmoralização de seus filhos, pois o ócio é a mãe de todos os vícios". A propósito disso, observa o relatório fabril de 31 de outubro de 1848: "A atmosfera das fiações de linho em que trabalham os filhos desses ternos e virtuosos pais está tão impregnada de inúmeras partículas de pó e de fibras da matéria-prima que se torna extremamente desagradável permanecer mesmo 10 minutos nas salas de fiação, pois é impossível deixar de experimentar a mais penosa sensação, já que os olhos, as orelhas, as narinas e a boca imediatamente se enchem de nuvens de pó de linho, das quais não há escapatória. O próprio trabalho, em virtude da velocidade febril da maquinaria, exige um dispêndio infatigável de habilidade e de movimento, controlados por uma atenção que nunca se cansa, e parece algo duro permitir que os pais apliquem a expressão 'ociosidade'

Quando vossa "última horazinha" realmente soar pensai no professor de Oxford. E agora: Num mundo melhor, eu desejaria mais de vossa prezada companhia. *Addio*![340] (...) O sinal da "última hora" descoberto por Senior em 1836 foi, em 15 de abril de 1848, tocado novamente por James Wilson, um dos principais mandarins da Economia, no *London Economist*, polemizando contra a lei da jornada de 10 horas.

4. O mais-produto

A parte do produto em que se representa a mais-valia (1/10 de 20 libras de fio ou 2 libras de fio, no exemplo do parágrafo 2) chamamos de mais-produto (*surplus produce, produit net*). Como a taxa de mais-valia determina-se pela sua relação não com a soma total, mas com a parte do capital variável, assim a grandeza do mais produto determina-se pela sua relação não com o resto do produto total, mas com aquela parte do produto em que se representa o trabalho necessário. Como a produção de mais-valia é o objetivo determinante da produção

a respeito de seus próprios filhos que, descontando o tempo de refeições, ficam encadeados durante 10 horas inteiras em tal ocupação, em tal atmosfera. (...) Essas crianças trabalham mais que os servos de lavoura nas aldeias vizinhas. (...) Esse palavrório sem carinho sobre 'ociosidade e vício' deve ser estigmatizado como a mais pura *cant* [**] e o fingimento mais desavergonhado. (...) Aquela parte do público que, há uns doze anos, se surpreendeu com a segurança com que se proclamava publicamente e com toda a seriedade, sancionado por alta autoridade, que todo o 'lucro líquido' dos fabricantes decorre da 'última hora' de trabalho e, por isso, a redução de 1 hora da jornada de trabalho destruiria o lucro líquido; essa parte do público, dizemos, mal acreditará em seus próprios olhos quando verificar que a descoberta original das virtudes da 'última hora' foi desde então tão aperfeiçoada que inclui 'moral' e 'lucro' igualmente: de modo que, se a duração do trabalho das crianças for reduzida a 10 horas inteiras, a moral das crianças perder-se-ia simultaneamente com o lucro líquido de seus patrões, sendo ambos dependentes desta fatal hora última". (*Repts. of Insp. of Fact. for 31st Oct. 1838.* p. 101.) O mesmo relatório fabril apresenta em seguida provas da "moral" e da "virtude" desses senhores fabricantes, das artimanhas, dos truques, dos engodos, das ameaças, das falsificações que aplicaram para fazer uns poucos trabalhadores totalmente desamparados assinarem tais petições, tendo em vista enganar o Parlamento, fazendo-as passar por petições de todo um ramo industrial, de condados inteiros — É altamente característico do estado atual da chamada "ciência" econômica que nem Senior, que mais tarde, para sua honra, defendeu energicamente a legislação fabril, nem seus opositores originais e posteriores tenham sabido resolver os sofismas da "descoberta original". Eles apelaram à experiência real. O *why* e *wherefore* [***] continuaram sendo um mistério.

[*] URE, A *The Philosophy of Manufactures.* Londres, 1835. p. 406. (N. da Ed. Alemã.)

[**] Hipocrisia. (N. dos T.)

[***] O porquê e a causa. (N. dos T.)

340 Contudo, o Senhor Professor acabou por lucrar algo com sua excursão a Manchester! Nas *Letters on the Factory Act*, todo o ganho líquido, "lucro" e "juros" e até something more[*] dependem de uma hora de trabalho não paga do trabalhador. Um ano antes, em *Outlines of Political Economy*, composta para o bem comum dos estudantes de Oxford e filisteus cultos, ele ainda tinha "descoberto", contra a determinação ricardiana do valor pelo tempo de trabalho, que o lucro se origina do trabalho do capitalista e os juros de sua ascese, de sua "abstinência". A patranha mesma era velha, mas a palavra "abstinência" nova. O sr. Roscher a traduziu corretamente para o alemão pela palavra *Enthaltung.* Seus compatriotas menos versados em latim, Wirte, Schulzen e demais Michels traduziram-na, monasticamente, por *Entsagung* (renúncia).

[*] Algo mais. (N. dos T.)

capitalista, não é a grandeza absoluta do produto mas a grandeza relativa do mais-produto que mede o grau de riqueza.[341]

A soma do trabalho necessário e do mais-trabalho, dos períodos em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho e a mais-valia, forma a grandeza absoluta de seu tempo de trabalho — a jornada de trabalho (*working day*).

341 "Para um indivíduo com um capital de 20 mil libras esterlinas, cujos lucros anuais importassem em 2 mil esterlinas, seria totalmente indiferente que seu capital ocupe 100 ou 1 000 trabalhadores ou que as mercadorias produzidas se vendam por 10 mil ou 20 mil libras esterlinas, desde que seus lucros, em todos os casos, não caia abaixo de 2 mil libras esterlinas. Não é o mesmo o interesse real de uma nação? Supondo-se que sua renda líquida real, suas rendas e lucros permaneçam os mesmos, não tem a mínima importância que a nação tenha 10 ou 12 milhões de habitantes." (RICARDO. *Op. cit.*, p. 416). Bem antes de Ricardo, o fanático do mais-produto, Arthur Young, de resto um autor palrador e sem juízo crítico, cuja fama está na razão inversa de seu mérito, dizia, entre outras coisas: "Que utilidade teria num reino moderno um província inteira cujas terras fossem ao modo dos antigos romanos cultivadas, ainda que da melhor maneira, por pequenos camponeses, independentes? Que finalidade teria isso a não ser a de procriar homens (*the mere purpose of breeding men*), o que, em si e para si, não tem finalidade nenhuma (*is a most useless purpose*)". (YOUNG, Arthur. *Political Arithmetic* etc. Londres, 1774, p. 47). É estranha a "forte propensão a apresentar a renda líquida como vantajosa para a classe trabalhadora, (...) embora seja evidente que esta não é vantajosa por ser líquida". (HOPKINS, Th. *On Rent of Land* etc. Londres, 1828. p. 126).

CAPÍTULO VIII

A JORNADA DE TRABALHO

1. Os limites da jornada de trabalho

Partimos do pressuposto de que a força de trabalho seja comprada e vendida pelo seu valor. Seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Se, portanto, a produção dos meios de subsistência médios diários do trabalhador exige 6 horas, então ele precisa trabalhar 6 horas por dia para produzir diariamente sua força de trabalho ou para reproduzir o valor recebido por sua venda. A parte necessária de sua jornada de trabalho compreende então 6 horas e é, portanto, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, uma grandeza dada. Mas com isso não é dada a grandeza da própria jornada de trabalho.

Admitamos que a linha *a* ——— *b* represente a duração ou o comprimento do tempo de trabalho necessário, digamos 6 horas. Conforme o trabalho seja prolongado em 1, 3 ou 6 horas, obtemos as três diferentes linhas:

Jornada de trabalho I
a ——— *b* — *c*,

Jornada de trabalho II
a ——— *b* — *c*,

Jornada de trabalho III
a ——— *b* — *c*

que representam três diferentes jornadas de trabalho de 7, 9 e 12 horas. O prolongamento *bc* representa a duração do mais-trabalho. Como a jornada de trabalho = *ab* + *bc* ou *ac*, ela varia com a grandeza variável *bc*. Sendo *ab* dado, a proporção de *bc* em relação a *ab* pode ser sempre medida. Na jornada de trabalho I é 1/6, na jornada de trabalho II, 3/6 e na jornada de trabalho III, 6/6 de *ab*. Ademais, como a proporção $\frac{\text{tempo de mais trabalho}}{\text{tempo de trabalho necessário}}$ determina a taxa da mais-

valia, esta é dada por aquela proporção. Ela se eleva nas três diferentes jornadas de trabalho, respectivamente, a 16 2/3, a 50 e a 100%. Inversamente, a taxa da mais-valia apenas não nos daria a grandeza da jornada de trabalho. Fosse ela, por exemplo, de 100%, poderia a jornada de trabalho ser de 8, 10, 12 horas etc., ou mais. Ela indicaria que as duas partes componentes da jornada de trabalho, trabalho necessário e mais-trabalho, são iguais, não porém o tamanho de cada uma das partes.

A jornada de trabalho não é, portanto, constante, mas uma grandeza variável. É verdade que uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho exigido para a contínua reprodução do próprio trabalhador, mas sua grandeza total muda com o comprimento ou a duração do mais-trabalho. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas em si e para si, indeterminada.[342]

Porém, ainda que não seja uma grandeza fixa, mas fluente, a jornada de trabalho, por outro lado, pode variar somente dentro de certos limites. Seu limite mínimo é, entretanto, indeterminável. É certo que, se estabelecermos o prolongamento *bc* ou o mais-trabalho = 0, obtemos assim um limite mínimo, isto é, a parte do dia que o trabalhador necessariamente precisa trabalhar para sua auto-sustentação. Com base no modo de produção capitalista, no entanto, o trabalho necessário pode constituir apenas parte de sua jornada de trabalho, isto é, a jornada de trabalho não pode jamais reduzir-se a esse mínimo. Em contraposição, a jornada de trabalho possui um limite máximo. Ela não é, a partir de certo limite, mais prolongável. Esse limite máximo é duplamente determinado. Uma vez pela limitação física da força de trabalho. Uma pessoa pode, durante o dia natural de 24 horas, despender apenas determinado *quantum* de força vital. Dessa forma, um cavalo pode trabalhar, um dia após o outro, somente 8 horas. Durante parte do dia, a força precisa repousar, dormir, durante outra parte a pessoa tem outras necessidades físicas a satisfazer, alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em limites morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer a necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura. A variação da jornada de trabalho se move, portanto, dentro de barreiras físicas e sociais. Ambas as barreiras são de natureza muito elástica e permitem as maiores variações. Dessa forma encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, portanto, com as mais variadas durações.

O capitalista comprou a força de trabalho pelo seu valor de 1 dia. A ele pertence seu valor de uso durante uma jornada de trabalho.

342 "Uma jornada de trabalho é uma grandeza indeterminada, podendo ser longa ou curta." (*An Essay on Trade and Commerce, Containing Observations on Taxation etc.* Londres, 1770. p. 73.)

Obteve assim o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante 1 dia. Porém, o que é uma jornada de trabalho?[343] Em todo caso, menos que 1 dia de vida natural. Quanto menos? O capitalista tem sua própria visão sobre esta última Thule,[344] o limite necessário da jornada de trabalho. Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho.[345] O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou.[346] Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista.[347]

O capitalista apóia-se pois sobre a lei do intercâmbio de mercadorias. Ele, como todo comprador, procura tirar o maior proveito do valor de uso de sua mercadoria. De repente, porém, levanta-se a voz do trabalhador, que estava emudecida pelo estrondo do processo de produção:

A mercadoria que te vendi distingue-se da multidão das outras

343 Essa pergunta é infinitamente mais importante que a famosa pergunta de Sir Robert Peel à Câmara do Comércio de Birmingham: *What is a pound?*,* uma pergunta que somente poderia ser colocada porque Peel tinha tão pouca clareza sobre a natureza do dinheiro quanto os *little shilling men*** de Birmingham.

* O que é uma libra? (N. dos T.)

** "Homens do xelim pequeno" de Birmingham. — Representantes de uma teoria do dinheiro na primeira metade do século XIX. Seus partidários propagavam a doutrina de uma medida monetária ideal e consideravam, em conformidade com isso, o dinheiro meramente uma entidade de cálculo. Os representantes dessa escola, os irmãos Thomas e Matthias Attwood, Spooner e outros, apresentaram um projeto sobre a baixa do conteúdo de ouro da unidade monetária, na Inglaterra, que foi denominado como "projeto do xelim pequeno". Daí decorre a denominação da própria escola. Ao mesmo tempo, os "homens do xelim pequeno" foram contra as medidas do governo visando ao rebaixamento da massa de dinheiro em circulação. Eles defendiam a idéia de que a aplicação de sua teoria contribuiria por meio de um aumento artificial dos preços para reanimar a indústria e garantir a prosperidade geral do país. Na realidade, no entanto, a proposta desvalorização do dinheiro podia servir simplesmente para amortizar as dívidas do Estado e dos grandes empresários, que eram os principais tomadores dos mais diferentes créditos. (N. da Ed. Alemã.)

Marx fala também sobre os "homens do xelim pequeno" em seu trabalho *Zur Kritik der politischen Oekonomie*. (N. dos T.)

344 Descoberta pelo grego Píteas de Marsella no século IV a.C., parece ter sido o ponto mais setentrional alcançado pelos viajantes da antiguidade clássica, sendo considerada paradigma do remoto, limite último do mundo. (N. dos T.)

345 "É tarefa do capitalista obter, com o capital despendido, a maior soma possível de trabalho" (*D'obtenir du capital dépensé la plus forte somme de travail possible*). (COURCELLE-SENEUIL, J-G. *Traité Téorique et Pratique des Entreprises Industrielles*. 2ª ed., Paris, 1857. p. 62.)

346 "A perda de 1 hora de trabalho por dia representa um prejuízo extraordinário para um Estado que comercia." "O consumo de artigos de luxo pelos pobres que trabalham deste reino é muito grande, especialmente entre a plebe ocupada nas manufaturas: ao fazê-lo, consomem também seu tempo, um consumo mais fatídico que qualquer outro." (*An Essay on Trade and Commerce* etc. p. 47 e 153.)

347 "Quando o trabalhador livre repousa um instante, a economia sórdida, que o segue com olhos inquietos, afirma que ele a está roubando." (LINGUET, N. *Théorie des Loix Civiles* etc. Londres, 1767, t. III, p. 466.)

mercadorias pelo fato de que seu consumo cria valor e valor maior do que ela mesma custa. Essa foi a razão por que a compraste. O que do teu lado aparece como valorização do capital é da minha parte dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos, no mercado, uma lei, a do intercâmbio de mercadorias. E o consumo da mercadoria não pertence ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. A ti pertence, portanto, o uso de minha força de trabalho diária. Mas por meio de seu preço diário de venda tenho de reproduzi-la diariamente para poder vendê-la de novo. Sem considerar o desgaste natural pela idade etc., preciso ser capaz amanhã de trabalhar com o mesmo nível normal de força, saúde e disposição que hoje. Tu me predicas constantemente o evangelho da "parcimônia" e da "abstinência". Pois bem! Quero gerir meu único patrimônio, a força de trabalho, como um administrador racional, parcimonioso, abstendo-me de qualquer desperdício tolo da mesma. Eu quero diariamente fazer fluir, converter em movimento, em trabalho, somente tanto dela quanto seja compatível com a sua duração normal e seu desenvolvimento sadio. Mediante prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, podes em 1 dia fazer fluir um *quantum* de minha força de trabalho que é maior do que o que posso repor em 3 dias. O que tu assim ganhas em trabalho, eu perco em substância de trabalho. A utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes. Se o período médio que um trabalhador médio pode viver com um volume razoável de trabalho corresponde a 30 anos, o valor de minha força de trabalho que me pagas, um dia pelo outro, é $\frac{1}{365x30}$ ou $\frac{1}{3.650}$ de seu valor global. Se, porém, tu a consomes em 10 anos, pagas-me diariamente $\frac{1}{10.950}$ em vez de $\frac{1}{3.650}$ seu valor global, portanto, apenas 1/3 de seu valor de 1 dia, e furtas-me assim diariamente 2/3 do valor de minha mercadoria. Pagas-me a força de trabalho de 1 dia, quando utilizas a de 3 dias. Isso é contra nosso trato e a lei do intercâmbio de mercadorias. Eu exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal e a exijo sem apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a boa vontade. Poderás ser um cidadão modelar, talvez sejas membro da sociedade protetora dos animais, podes até estar em odor de santidade, mas a coisa que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate nenhum coração. O que parece bater aí é a batida de meu próprio coração. Eu exijo a jornada normal de trabalho, porque eu exijo o valor de minha mercadoria, como qualquer outro vendedor.[348]

348 Durante a grande *strike*• dos *builders*,•• em Londres, em 1860/61, pela redução da jornada de trabalho a 9 horas, publicou o comitê dos trabalhadores uma declaração que coincidia aproximadamente com a argumentação de nosso trabalhador. A declaração aludia, não sem ironia, que o mais ávido por lucro entre os "building masters"••• — um certo Sir M. Peto

Vê-se que: abstraindo limites extremamente elásticos, da natureza do próprio intercâmbio de mercadorias não resulta nenhum limite à jornada de trabalho, portanto, nenhuma limitação ao mais-trabalho. O capitalista afirma seu direito como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar onde for possível uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada grandeza normal. Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho — uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora.

2. A avidez por mais-trabalho. Fabricante e boiardo

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção,[349] seja esse proprietário χαλος χ'αγαθος[350] ateniense, teocrata etrusco, *civis romanus*,[351] barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, *landlord* [352] moderno ou capitalista.[353] É claro, entretanto, que se numa formação sócioeconômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção. O sobretrabalho mostra-se tenebrosamente na

— encontrava-se em "odor de santidade". (O mesmo Peto chegou ao fim depois de 1867, junto com — Strousberg!)[****]

[*] Greve. (N. dos T.)

[**] Trabalhadores da construção. (N. dos T.)

[***] Empreendedores de obras. (N. dos T.)

[****] Barthel Heinrich Strousberg foi empresário ferroviário na Alemanha e sua falência, em 1873, teve muita repercussão. (N. dos T.)

349 "Aqueles que trabalham (...) alimentam na realidade tanto os pensionistas, a quem chamamos de ricos, quanto a si mesmos." (BURKE, Edmund. *Op. cit.*, p. 2-3.)

350 Aristocrata. (N. dos T.)

351 Cidadão romano. (N. dos T.)

352 Senhor de terras. (N. dos T.)

353 Niebuhr observa muito ingenuamente em sua *Römischen Geschichte*:[*] "Não se pode encobrir que obras como as etruscas, que em suas ruínas nos assombram, pressupõem, em pequenos (!) Estados, senhores e servos". Com muito maior profundidade observa Sismondi que as "rendas de Bruxelas" pressupõem empregadores e assalariados.

[*] *História de Roma*. (N. dos T.)

Antiguidade, por conseguinte, onde se trata de ganhar o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata. Trabalho forçado até a morte é aqui a forma oficial de sobretrabalho. Basta ler Diodorus Siculus.[354] Entretanto, estas constituem exceções no mundo antigo. Tão logo porém os povos, cuja produção se move ainda nas formas inferiores do trabalho escravo, corvéia etc., são arrastados a um mercado mundial, dominado pelo modo de produção capitalista, o qual desenvolve a venda de seus produtos no exterior como interesse preponderante, os horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Por isso, o trabalho dos negros nos Estados sulistas da União Americana preservou um caráter moderadamente patriarcal, enquanto a produção destinava-se sobretudo ao autoconsumo direto. Na medida, porém, em que a exportação de algodão tornou-se interesse vital daqueles Estados, o sobretrabalho dos negros, aqui e ali o consumo de suas vidas em 7 anos de trabalho, tornou-se fator de um sistema calculado e calculista. Já não se tratava de obter deles certa quantidade de produtos úteis. Tratava-se, agora, da produção da própria mais-valia. Algo semelhante sucedeu com a corvéia nos principados do Danúbio.

A comparação da avidez por mais-trabalho nos principados do Danúbio com a mesma avidez nas fábricas inglesas oferece interesse especial, porque o mais-trabalho na corvéia possui forma independente, palpável.

Suponha que a jornada de trabalho constitua-se de 6 horas de trabalho necessário e 6 horas de mais-trabalho. Assim, o trabalhador livre fornece semanalmente ao capitalista 6 x 6 ou 36 horas de mais-trabalho. É o mesmo se ele trabalhasse 3 dias por semana para si e 3 dias por semana gratuitamente para o capitalista. Isso não é, porém, visível. O mais-trabalho e o trabalho necessário confundem-se um com o outro. Posso exprimir a mesma relação, por exemplo, dizendo que o trabalhador em cada minuto trabalha 30 segundos para si e 30 segundos para o capitalista etc. Já com a corvéia é diferente. O trabalho necessário que, por exemplo, o camponês valáquio executa para sua automanutenção está espacialmente separado de seu mais-trabalho para o boiardo. Um ele realiza em seu próprio campo, o outro na propriedade do senhor. Ambas as partes do tempo de trabalho existem, independentemente, uma ao lado da outra. Na forma de corvéia, o mais-trabalho está nitidamente dissociado do trabalho necessário. Na relação quantitativa entre mais-trabalho e trabalho necessário, essa forma diferente de manifestação evidentemente nada muda. Três dias de mais-trabalho

354 "Não se pode ver esses infelizes" (nas minas de ouro entre o Egito, Etiópia e Arábia) "que nem podem manter limpos os próprios corpos nem cobrir sua nudez sem lamentar seu miserável destino. Pois lá não se encontra remissão nem indulgência para os doentes, os débeis, os velhos, nem para a fragilidade feminina. Todos têm de continuar trabalhando, forçados por pancadas, até que a morte ponha fim a seus sofrimentos e à sua desgraça." (DIOD. SIC., *Historische Bibliothek*. Livro Terceiro. Cap. 13 [p. 260].)

na semana permanecem 3 dias de trabalho que não cria nenhum equivalente para o próprio trabalhador, seja ele denominado corvéia ou trabalho assalariado. Todavia, a avidez do capitalista por mais-trabalho manifesta-se no empenho em prolongar desmedidamente a jornada de trabalho, a do boiardo mais simplesmente na caça direta por dias de corvéia.[355]

Nos principados do Danúbio, a corvéia estava associada à renda natural e demais complementos da servidão, mas constituía o tributo decisivo pago à classe dominante. Onde esse é o caso, raramente a corvéia originou-se da servidão, a servidão, ao contrário, muito mais da corvéia.[356] E assim foi nas províncias romenas. Seu modo original de produção baseava-se na propriedade comum, porém não a propriedade comum sob a forma eslava, ou menos ainda indiana. Parte das terras era cultivada independentemente pelos membros da comunidade, como propriedade privada livre; outra parte — o *ager publicus*[357] — era cultivada em comum por eles. Parte dos produtos desse trabalho comunal servia de fundo de reserva para o caso de más colheitas e outras casualidades, parte de tesouro do Estado para cobrir os custos de guerra, religião e outras despesas comunais. Com o decorrer do tempo, dignitários militares e eclesiásticos usurparam a propriedade comunal e as prestações devidas à mesma. O trabalho dos camponeses livres sobre sua terra comunal transformou-se em corvéia para os ladrões da terra comunal. Com isso, desenvolveram-se simultaneamente relações de servidão, no entanto apenas de fato, não legalmente, até que a Rússia, libertadora universal sob pretexto de abolir a servidão, elevou-a à categoria de lei. O código de corvéia proclamado pelo general russo Kisselev, em 1831, foi naturalmente ditado pelos próprios boiardos. A Rússia conquistou, desse modo, com um só golpe, os magnatas dos principados danubianos e os aplausos dos cretinos liberais de toda a Europa.

Segundo o *Règlement Organique*,[358] como se intitula o código da

355 O que segue refere-se à situação das províncias romenas antes da revolução que sucedeu desde a Guerra da Criméia.

356 {Nota à 3ª edição. Isso se aplica também à Alemanha e especialmente à Prússia, a leste do Elba. No século XV, o camponês alemão estava mais submetido em quase toda parte a certas prestações em produtos e em trabalho, mas era de fato, quanto ao resto, um homem livre. Os colonos alemães em Brandenburgo, Pomerânia, Silésia e Prússia Oriental eram até mesmo juridicamente considerados livres. A vitória da nobreza na Guerra dos Camponeses pôs fim a isso. Não apenas os camponeses vencidos da Alemanha meridional tornaram-se de novo servos. Já desde meados do século XVI os camponeses livres da Prússia Oriental, de Brandenburgo, Pomerânia e Silésia e pouco depois os de Schleswig-Holstein foram rebaixados à categoria de servos. (MAURER. *Fronhoefe.* v. IV; MEITZEN. *Der Boden des Pr. Staats;* HANSSEN. *Leibeigenschaft in Schleswig-Holstein.*) — F. E.}

357 Campo público. (N. dos T.)

358 *Règlement Organique* de 1831. — A primeira constituição dos principados do Danúbio (Moldávia e Valáquia) que foram ocupados por tropas russas, com base no tratado de paz de Adrianópolis de 14 de setembro de 1829, terminando com a guerra russo-turca de 1828/29. P. D. Kisselev, chefe superior da administração desses principados, tinha elaborado o projeto para essa constituição. Segundo o Regulamento, o poder legislativo foi concedido,

corvéia, cada camponês valáquio deve, além de uma quantidade detalhada de pagamento em natura, ao assim chamado proprietário da terra, o seguinte: 1) 12 jornadas de trabalho em geral, 2) uma jornada de trabalho no campo e 3) uma jornada para o transporte de lenha. *Summa summarum*[359] 14 dias por ano. Com profunda visão da Economia Política, a jornada de trabalho não é considerada em seu sentido comum, mas como a jornada de trabalho necessária para a realização de um produto diário médio; determina, porém, o produto diário médio de maneira tão astuciosa que mesmo um ciclope não poderia completá-lo em 24 horas. Nas palavras secas de autêntica ironia russa, declara o próprio *Règlement*, portanto, que por 12 jornadas de trabalho deve-se entender o produto de um trabalho manual de 36 dias, por uma jornada de trabalho no campo 3 dias e por 1 dia para transporte de madeira do mesmo modo o triplo. *Summa*: 42 dias de corvéia. Mas acresce-se a isso a chamada *jobagie*, prestações de serviços devidos ao senhor para necessidades extraordinárias de produção. Em proporção ao tamanho de sua população cada aldeia deve fornecer anualmente um contingente determinado para a *jobagie*. Essa corvéia adicional é calculada em 14 dias para cada camponês valáquio. Assim, a corvéia prescrita perfaz 56 jornadas de trabalho por ano. O ano agrícola, na região da Valáquia, porém, por causa do péssimo clima, conta apenas com 210 dias, dos quais 40 para os domingos e feriados e em média 30 dias de mau tempo, ao todo 70 dias devem ser descontados. Restam 140 jornadas de trabalho. A proporção entre a corvéia e o trabalho necessário, 56/84 ou 66 2/3%, expressa uma taxa da mais-valia muito menor do que aquela que regula o trabalho do trabalhador agrícola ou industrial na Inglaterra. Esta é, entretanto, apenas a corvéia legalmente prescrita. E ainda com um espírito mais "liberal" que a legislação fabril inglesa, o *Règlement Organique* soube facilitar sua própria transgressão. Depois de transformar 12 dias em 54, a tarefa diária nominal de cada uma dessas 54 jornadas de corvéia é determinada de tal forma que tem-se de suplementá-la nos dias seguintes. Em um dia, por exemplo, deve-se mondar uma extensão de terra que para essa operação, sobretudo nas plantações de milho, exige o dobro do tempo. A tarefa diária legal para atividades agrícolas individuais pode ser inter-

em cada principado, à assembléia, eleita pelos proprietários fundiários, e o poder executivo foi transmitido vitaliciamente aos hospodares, eleitos por representantes dos proprietários fundiários, do clero e das cidades. (N. da Ed. Alemã.) *Hospodar* — Título da nobreza eslávica, proprietária de terras. Foi mantida a ordem feudal anterior, e nesta, entre outras coisas, a corvéia. O poder político concentrou-se em mãos dos proprietários. O Regulamento introduziu, ao mesmo tempo, uma série de reformas burguesas: as barreiras alfandegárias internas foram abolidas, foi introduzida a liberdade de comércio, a justiça separada da administração; foi permitido aos camponeses trocarem de senhores e foi abolida a tortura. Durante a revolução de 1848, o *Règlement Organique* foi posto de lado. (N. dos T.)

359 Total. (N. dos T.)

pretada de tal modo, que o dia começa no mês de maio e termina no mês de outubro. Para a Moldávia as determinações são ainda mais duras.

> "Os 12 dias de corvéia do *Règlement Organique*", proclamou um boiardo na embriaguez da vitória, "correspondem aos 365 dias do ano."[360]

Se o *Règlement Organique* dos principados danubianos foi uma expressão positiva da avidez por mais-trabalho, a qual cada parágrafo legaliza, as Leis Fabris inglesas são uma expressão negativa da mesma avidez. Essas leis refreiam o impulso do capital por sucção desmesurada da força de trabalho, por meio da limitação coercitiva da jornada de trabalho pelo Estado e na verdade por um Estado que capitalista e Landlord dominam. Abstraindo um movimento dos trabalhadores que cresce cada dia mais ameaçadoramente, a limitação da jornada de trabalho nas fábricas foi ditada pela mesma necessidade que levou à aplicação do guano nos campos ingleses. A mesma cega rapacidade, a qual, em um caso, esgotou a terra, em outro afetou pelas raízes a força vital da nação. Epidemias periódicas manifestam-se aqui tão claramente como a diminuição da altura dos soldados na Alemanha e na França.[361]

A *Factory Act* [362] atualmente (1867) em vigor permite como média diária de trabalho nos dias de semana 10 horas, a saber, para os primeiros 5 dias da semana 12 horas, das 6 da manhã até as 6 da tarde, das quais, porém, desconta-se, por lei, 1/2 hora para o café da manhã e 1 hora para o almoço, restando, portanto, 10 1/2 horas de trabalho; e 8 horas aos sábados, das 6 da manhã até as 2 horas da tarde, das quais subtrai-se 1/2 hora para o café da manhã. Restam 60 horas de trabalho, 10 1/2 para os primeiros 5 dias da semana, 7 1/2 para o último dia da semana.[363] Guardiões próprios da lei foram nomeados os inspetores de fábrica subordinados diretamente ao Minis-

360 Mais detalhes encontram-se em *Histoire Politique et Sociale des Principautés Danubiennes.* Paris, 1855. [p. 304 *et seqs.*]

361 "Em geral, ultrapassar o tamanho médio de sua espécie indica, dentro de certos limites, desenvolvimento dos seres orgânicos. Quanto ao homem, reduz-se sua altura, quando seu desenvolvimento é prejudicado por condições físicas ou sociais. Em todos os países europeus, onde existe a conscrição, diminuiu, desde sua introdução, o tamanho médio dos homens adultos e, de modo geral, sua aptidão para o serviço militar. Antes da Revolução (1789), o mínimo de altura para os soldados de infantaria na França era de 165 cm; em 1818 (lei de 10 de março), 157, segundo a lei de 21 de março de 1832, 156 cm; em média, mais de metade dos conscritos são considerados inaptos, na França, por insuficiência de altura e por debilidade. Na Saxônia, em 1780, a altura exigida era de 178 cm, agora, 155. Na Prússia é de 157. Segundo informou o dr. Meyer no jornal *Bayerische Zeitung* de 9 de maio de 1862, verificou-se em média na Prússia, durante 9 anos, que de 1 000 conscritos, 716 eram inaptos para o serviço militar: 317 em virtude do tamanho e 399 por deficiência. (...) Em 1858, Berlim não pôde apresentar seu contingente de reserva, faltavam 156 homens." (LIEBIG, J. V. *Die Chemie in ihrer Anwendung auf Agrikultur und Physiologie.* 7ª ed., 1862, v. I, p. 117-118.)

362 Lei Fabril. (N. dos T.)

363 A história da Lei Fabril de 1850 segue no decorrer deste capítulo.

tério do Interior cujos relatórios são publicados semestralmente pelo Parlamento. Eles portanto fornecem uma estatística contínua e oficial sobre a avidez dos capitalistas por mais-trabalho.

Ouçamos por um momento os inspetores de fábrica:[364]

> "O fabricante fraudulento começa o trabalho 1/4 de hora antes das 6 da manhã, às vezes antes, às vezes mais tarde, e encerra 1/4 de hora depois das 6 da tarde, às vezes antes, às vezes mais tarde. Ele corta 5 minutos tanto no começo como ao final da 1/2 hora nominalmente destinada ao café da manhã, e retira 10 minutos tanto no começo como ao final da hora reservada para o almoço. Aos sábados, ele trabalha 1/4 de hora depois das 2 horas da tarde, às vezes mais, às vezes menos. Dessa forma, o seu ganho perfaz:

Antes das 6 horas da manhã	15	minutos	} Soma em 5 dias = 300 minutos
Depois das 6 horas da tarde	15	"	
No café da manhã	10	"	
No almoço	20	"	
	60	minutos	

Aos sábados			
Antes das 6 horas da manhã	15	minutos	} Total do ganho semanal = 340 minutos
No café da manhã	10	"	
Depois das 2 horas da tarde	15	"	

> Ou 5 horas e 40 minutos semanais, o que, multiplicado por 50 semanas, depois de subtrair 2 semanas para os dias festivos ou interrupções ocasionais, dá 27 dias de trabalho".[365]

364 Do período que vai do começo da grande indústria na Inglaterra até 1845, ocupo-me apenas aqui e ali e recomendo a esse respeito ao leitor a obra de ENGELS, Friedrich. *Die lage der arbeitenden Klasse in England*. Leipzig, 1845. A profundidade com que Engels apreendeu o espírito do modo de produção capitalista demonstram os *Factory Reports*,* *Reports on Mines*** e outros, que apareceram a partir de 1845, e como ele nos pintou admiravelmente as condições em detalhes, evidencia-se mesmo com a comparação mais superficial entre seu trabalho e os *Reports* oficiais da Children's Employment Commission*** (1863/67), publicados 18 a 20 anos mais tarde. Estes tratam na verdade de ramos industriais, nos quais até 1862 a legislação fabril não havia sido introduzida, em parte ainda não foi introduzida. Aqui ainda não foi imposta coercitivamente nenhuma modificação mais ou menos grande nas condições descritas por Engels. Tomo meus exemplos principalmente do período do livre-câmbio posterior a 1848, daquela época paradisíaca, sobre a qual os mascates do livre-câmbio, tão fanfarrões quão cientificamente negligentes, tanto de fabuloso impingem aos alemães. De resto, a Inglaterra figura aqui apenas em primeiro plano, porque ela representa classicamente a produção capitalista e é a única a possuir, sobre os assuntos tratados, uma estatística oficial ininterrupta.

* Relatórios Fabris. (N. dos T.)

** Relatórios sobre Minas. (N. dos T.)

*** Comissão de Emprego Infantil. (N. dos T.)

365 "Suggestions etc. by Mr. L. Horner, Inspector of Factories". In: *Factories Regulation Act. Ordered by the House of Commons to be printed 9 Aug. 1859.* p. 4-5.

> "Se se prolonga a jornada de trabalho diariamente de 5 minutos, acima da duração normal, obtém-se 2 1/2 dias de produção por ano."[366] "Uma hora adicional diariamente, ganha com o furto de um pedacinho de tempo aqui, logo ali de outro pedacinho, faz dos 12 meses do ano 13."[367]

Crises, durante as quais a produção é interrompida, trabalhando-se apenas "curto tempo" durante alguns dias da semana, não mudam em nada, naturalmente, o empenho de prolongar a jornada de trabalho. Quanto menos negócios são feitos, tanto maior deve ser o ganho sobre o negócio feito. Quanto menos tempo pode ser trabalhado, tanto mais tempo excedente de trabalho deve ser trabalhado. Assim relatam os inspetores de fábrica sobre o período da crise de 1857 a 1858:

> "Pode-se considerar uma inconseqüência que qualquer sobretrabalho seja realizado num tempo em que o comércio vá tão mal, porém a má conjuntura incita pessoas inescrupulosas a praticarem transgressões; assegura-se assim um lucro extra." (...) "Ao mesmo tempo", diz Leonard Horner, "que 122 fábricas em meu distrito encerraram suas atividades, 143 estão paradas e todas as outras trabalham com tempo reduzido, prossegue-se com o sobretrabalho além do tempo legalmente determinado."[368] "Embora", diz o sr. Howell, "na maioria das fábricas, em virtude da má conjuntura dos negócios, só se trabalhe meio período, continuo a receber, depois como antes, o mesmo número de queixas de que 1/2 hora ou 3/4 de hora são furtados (*snatched*) diariamente aos trabalhadores por meio de incursões nos prazos que lhes são legalmente assegurados para as refeições e descanso".[369]

O mesmo fenômeno repete-se, em escala menor, durante a terrível crise do algodão de 1861 a 1865.[370]

> "Às vezes, quando surpreendemos os trabalhadores em atividade durante as horas das refeições ou durante outras horas ilegais, é dada a desculpa de que estes não querem de modo algum abandonar a fábrica e é necessário coagi-los a interromper seu trabalho" (limpeza de máquinas etc.) "nomeadamente aos sábados à tarde. Mas se os braços permanecem nas fábricas depois de parada a maquinaria, isso acontece apenas porque, entre as

366 *Reports of the Insp. of Fact. for the Half Year, Oct. 1856.* p. 35.
367 *Reports etc. 30th April 1858.* p. 9.
368 *Reports etc. Op. cit.,* p. 10.
369 *Reports etc. Op. cit.,* p. 25.
370 *Reports etc. for the Half Year Ending 30th April 1861.* Ver Apêndice nº 2; *Reports etc.* 31st Oct. 1862. p. 7, 52 e 53. As transgressões tornam-se mais numerosas de novo no segundo semestre de 1863. Ver *Reports etc. Ending 31st Oct. 1863.* p. 7.

6 horas da manhã e as 6 horas da tarde, no horário legal de trabalho nenhum tempo lhes é concedido para executar tais tarefas."[371]

"O lucro extra obtido por meio de sobretrabalho além do tempo legal parece ser tentação demasiadamente grande para que os fabricantes possam resistir a ela. Eles contam com a chance de não serem descobertos e calculam, caso sejam, que o pequeno valor da multa e dos custos judiciais assegura-lhes ainda um saldo lucrativo."[372] "Onde o tempo adicional é obtido mediante a multiplicação de pequenos furtos (*a multiplication of small thefts*) no curso do dia, os inspetores enfrentam dificuldades quase insuperáveis para conseguirem provas."[373]

A esses "pequenos furtos" pelo capital do tempo das refeições e do tempo de descanso dos trabalhadores chamam os inspetores também de "*petty pilferings of minutes*", pequenas furtadelas de minutos,[374] "*snatching a few minutes*", escamotear minutos,[375] ou, como os trabalhadores os denominam tecnicamente, "*nibbling and cribbling at meal times*".[376, 377]

Vê-se que nessa atmosfera a formação de mais-valia por meio do mais-trabalho não é nenhum segredo.

371 *Reports etc. 31st Oct. 1860*. p. 23. Com que fanatismo, segundo as declarações dos fabricantes perante os tribunais, os seus trabalhadores se opunham a qualquer interrupção do trabalho da fábrica mostra o seguinte caso curioso: Em começo de junho de 1836 foram encaminhadas denúncias aos *magistrates*• de Dewsbury (Yorkshire) relativas à violação da Lei Fabril por proprietários de 8 grandes fábricas, nas proximidades de Batley. Parte desses senhores era acusada de ter posto a trabalhar 5 meninos de 12 a 15 anos das 6 horas da manhã de sexta-feira até as 4 da tarde do sábado seguinte, sem lhes conceder nenhum descanso, além do tempo para as refeições e 1 hora para dormir à meia-noite. E esses meninos tiveram de realizar essas 30 horas de trabalho permanecendo no *shoddyhole*, como se chama a caverna, onde são desmanchados os trapos de lã e onde nuvens de poeira, de resíduos etc. forçam mesmo os trabalhadores adultos a tapar continuamente sua boca com lenços a fim de proteger os pulmões! Os senhores acusados asseguraram em lugar do juramento — como os quacres eram homens religiosos demasiado escrupulosos para prestarem juramento — que tinham com sua grande compaixão permitido aos miseráveis meninos dormir 4 horas, mas que os cabeças-duras não quiseram de modo algum ir para a cama! Os senhores quacres foram condenados a pagar 20 libras de multa. Dryden pressentia esses quacres:

"Uma raposa cheia de hipocrisia,
que mente como o diabo, entretanto
tem medo de jurar,
que aparece como impenitente, mas lança para os lados
olhares gananciosos,
não ousa pecar, sem antes dizer
sua prece."••

• Magistrados. (N. dos T.)

•• DRYDEN. *The Cock and the Fox; on the Tale of the Nun's Priest*. (N. da Ed. Alemã.)

372 *Rep. etc. 31st Oct. 1856*. p. 34.

373 *Op. cit.*, p. 35.

374 *Op. cit.*, p. 48.

375 *Op. cit.*

376 Roer e peneirar o tempo das refeições. (N. dos T.)

377 *Op. cit.*

" 'Se o senhor me permite', disse-me um fabricante muito respeitável, 'que eu deixe, diariamente, trabalhar apenas 10 minutos de tempo extra, o senhor colocará anualmente em meu bolso 1 000 libras esterlinas.' "[378] "Átomos de tempo são os elementos do lucro."[379]

Nada é nesse sentido mais característico do que a designação dada aos trabalhadores que trabalham todo o tempo, de *full times*,[380] e às crianças de menos de 13 anos, que só podem trabalhar 6 horas, de *half times*.[381, 382] O trabalhador não é aqui mais que tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças individuais reduzem-se às de "tempo integral" e "meio tempo".

3. Ramos da indústria inglesa sem limite legal da exploração

O impulso à prolongação da jornada de trabalho, a feroz voracidade por mais-trabalho, que temos observado até agora numa área, na qual os abusos desmesurados não ultrapassados, como disse um economista burguês da Inglaterra, pelas crueldades dos espanhóis contra os índios na América,[383] colocaram finalmente o capital sob os grilhões da regulação legal. Lancemos agora o olhar sobre alguns ramos da produção, em que a espoliação da força de trabalho ainda hoje não conhece limites ou até ontem não os conhecia.

"O sr. Broughton, um *county magistrate*,[384] como presidente de uma reunião realizada na prefeitura da cidade de Nottingham, em 14 de janeiro de 1860, declarou que no setor da população urbana que vivia da fabricação de rendas reinava um grau de sofrimento e miséria desconhecido no resto do mundo civilizado. (...) Às 2, 3, 4 horas da manhã, crianças de 9 a 10 anos são arrancadas de suas camas imundas e obrigadas, para ganhar sua mera subsistência, a trabalhar até as 10, 11 ou 12 horas da noite, enquanto seus membros definham, sua estatura se atrofia, suas linhas faciais se embotam e sua essência se imobiliza num torpor pétreo, cuja aparência é horripilante. (...) Não nos surpreendemos que o sr. Mallett e outros fabricantes tenham-se ma-

378 *Op. cit.*, p. 48.
379 "Moments are the elements of profit." (*Rep. of the Insp. etc. 30th April 1860.* p. 56.)
380 Tempo integral (N. dos T.)
381 Meio tempo. (N. dos T.)
382 A expressão tem foros de cidadania tanto nas fábricas como nos relatórios fabris.
383 "A voracidade dos donos de fábrica, cujas crueldades na caça ao lucro mal foram ultrapassadas por aquelas perpetradas pelos espanhóis, por ocasião da conquista da América, na caça ao ouro." (WADE, John. *History of the Middle and Working Classes.* 3ª ed., Londres, 1835. p. 114.) A parte teórica desse livro, uma espécie de fundamento da Economia Política, contém, para seu tempo, algumas idéias originais, sobre as crises econômicas, por exemplo. A parte histórica sofre de um plágio desavergonhado da obra de EDEN, M., Sir. *The State of the Poor.* Londres, 1797.
384 Juiz de condado. (N. dos T.)

> nifestado em protesto contra qualquer discussão. (...) O sistema, como o reverendo Montagu Valpy o descreveu, é um sistema de ilimitada escravidão, escravidão no sentido social, físico, moral e intelectual. (...) O que se deve pensar de uma cidade que realiza uma assembléia pública para peticionar que o tempo de trabalho para homens se limite a 18 horas por dia! (...) Peroramos contra os plantadores da Virgínia e da Carolina. É, entretanto, seu mercado de negros, com todos os horrores do látego e do tráfego de carne humana, por acaso mais ignóbil do que essa lenta imolação de seres humanos, praticada a fim de que se produzam véus e colarinhos em proveito dos capitalistas?"[385]

A indústria cerâmica (*pottery*) de Staffordshire foi durante os últimos 22 anos objeto de três inquéritos parlamentares. Os resultados constam do relatório do sr. Scriven, de 1841, dirigido aos *Children's Employment Comissioners*[386] no informe do dr. Greenhow de 1860, publicado por determinação do funcionário médico do *Privy Council*[387] (*Public Health, 3rd Report*. I, 102-113), e finalmente no relatório do sr. Longe, 1863, no *First Report of the Children's Employment Comission* de 13 de junho de 1863. Para meu objetivo basta citar dos relatórios de 1860 e 1863 algumas declarações de testemunhos das próprias crianças exploradas. A partir do que ocorre com as crianças, pode-se deduzir o que se passa com os adultos, principalmente com meninas e mulheres, num ramo industrial ao lado do qual a fiação de algodão e outras atividades semelhantes pareceriam um negócio muito agradável e saudável.[388]

Wilhelm Wood, 9 anos de idade, tinha 7 anos e 10 meses quando começou a trabalhar. "Desde o começo, ele *ran moulds* (levava a peça modelada à câmara de secagem e trazia de volta depois a fôrma vazia). Chega todos os dias da semana às 6 horas da manhã e pára por volta das 9 horas da noite. 'Eu trabalho todos os dias da semana até as 9 horas da noite. Assim, por exemplo, durante as últimas 7 a 8 semanas.'" Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de 7 anos! J. Murray, um menino de 12 anos, declara:

> "*I run moulds and turn jigger* (giro a roda). Eu chego às 6 horas, às vezes às 4 horas da manhã. Trabalhei durante toda a noite passada indo até as 6 horas da manhã. Eu não estive na cama desde a última noite. Além de mim trabalharam 8 ou 9

385 London *Daily Telegraph* de 17 de janeiro de 1860.
386 Comissários de Emprego Infantil. (N. dos T.)
387 Conselho Secreto — Um órgão especial junto ao rei da Inglaterra, constituído por ministros e outros funcionários, assim como por dignitários clericais. O Conselho Secreto foi constituído no século XIII. Ele possuiu, durante longo tempo, direitos legislativos e era responsável apenas perante o rei, mas não perante o Parlamento. Nos séculos XVIII e XIX diminuiu bastante o significado do Conselho Secreto. Atualmente ele não tem, na Inglaterra, nenhum significado prático. (N. da Ed. Alemã.)
388 Cf. ENGELS. *Die Lage* etc. p. 249-251.

outros meninos toda a última noite. Todos, com exceção de um, retornaram esta manhã. Eu recebo semanalmente 3 xelins e 6 pence" (1 táler e 5 groschen). "Eu não recebo nada a mais, quando trabalho toda a noite. Eu trabalhei, na última semana, durante 2 noites inteiras".

Fernyhough, um menino de 10 anos:

"Nem sempre tenho 1 hora inteira para o almoço: freqüentemente só tenho 1/2 hora; cada quinta, sexta e sábado".[389]

Dr. Greenhow declara que é extraordinariamente curto o tempo de vida nos distritos cerâmicos de Stoke-upon-Trent e Wolstanton. Embora no distrito de Stoke apenas 36,6% e em Wolstanton apenas 30,4% da população masculina acima de 20 anos esteja empregada nas cerâmicas, a incidência de mais da metade, no primeiro distrito, e de cerca de 2/5, no segundo, dos óbitos causados por doenças pulmonares, entre os homens dessa categoria, recai sobre os ceramistas. O dr. Boothroyd, médico prático em Hanley, declara:

"Cada geração sucessiva de ceramistas é mais raquítica e mais fraca que a anterior".

Da mesma forma, outro médico, Mr. McBean, afirma:

"Desde que iniciei minha clínica entre os ceramistas há 25 anos, a degeneração dessa classe tem-se manifestado progressivamente na redução de estatura e peso".

Essas declarações foram tomadas do relatório do dr. Greenhow de 1860.[390]

Do relatório dos comissários de 1863 o seguinte: Dr. J. T. Arledge, médico-chefe do hospital de North Staffordshire, diz:

"Como uma classe, os ceramistas, homens e mulheres (...) representam uma população física e moralmente degenerada. São em regra raquíticos, mal construídos e freqüentemente deformados no peito. Eles envelhecem antes do tempo e são de vida curta; flegmáticos e anêmicos, denunciam a fraqueza de sua constituição por meio de obstinados ataques de dispepsia, perturbações hepáticas e renais e reumatismo. Sobretudo sofrem sob as doenças do peito, pneumonia, tísica, bronquite e asma. Sofrem de uma forma peculiar desta última conhecida como asma de ceramista ou tísica de ceramista. A escrofulose, que ataca as

389 *Children's Employment Commission, First Report etc. 1863.* Apêndice. p. 16, 19, 18.
390 *Public Health, 3rd Report etc.* p. 103, 105.

> amígdalas, ossos ou outras partes do corpo é uma doença que afeta mais de 2/3 dos ceramistas. A degenerescência (*degenerescence*) da população deste distrito não é muito maior exclusivamente graças ao recrutamento dos distritos rurais circunvizinhos e ao casamento com raças mais sadias".

O sr. Charles Parsons, ainda há pouco *house surgeon*[391] do mesmo hospital, escreve numa carta ao comissário Longe, entre outras coisas:

> "Posso falar com base somente em observações pessoais não estatísticas, mas nem por isso posso deixar de afirmar que sentia mais e mais revolta ao ver essas pobres crianças, cuja saúde foi sacrificada para satisfazer a avareza de seus pais e de seus empregadores".

Ele enumera as causas das doenças dos ceramistas e encerra a lista culminando com as *long hours* (longas horas de trabalho). O relatório da comissão espera que

> "uma manufatura de posição tão destacada aos olhos do mundo já não irá ostentar a mácula de ter seu grande sucesso acompanhado pela degenerescência física, pelos sofrimentos corporais generalizados e pela morte prematura da população trabalhadora por meio de cujo trabalho e habilidade foram atingidos tão grandes resultados".[392]

O que vale para as cerâmicas da Inglaterra vale também para as da Escócia.[393]

A manufatura de fósforos data de 1833, quando se inventou o processo de aplicar o fósforo ao próprio palito. Desde 1845 desenvolveu-se rapidamente na Inglaterra, espalhando-se das zonas mais populosas de Londres nomeadamente para Manchester, Birmingham, Liverpool, Bristol, Norwich, Newcastle e Glasgow e junto com ela o trismo, que, segundo a descoberta de um médico de Viena já em 1845, é doença peculiar dos produtores de fósforos. A metade dos trabalhadores são crianças com menos de 13 anos e jovens com menos de 18. A manufatura é tão mal-afamada, por ser insalubre e repugnante, que somente a parte mais degradada da classe trabalhadora, viúvas famintas, entre outras, cede-lhe crianças, "crianças esfarrapadas, meio famintas, totalmente desamparadas e não educadas".[394] Das testemunhas inquiridas pelo comissário White (1863), 270 tinham menos de 18 anos, 40 menos de 10, 10 apenas 8, e 5 apenas 6. A jornada de trabalho variava entre 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno, refeições irregulares,

391 Médico interno. (N. dos T.)
392 *Children's Employment Commission, 1863.* p. 24, 22 e XI.
393 *Op. cit.*, p. XLVII.
394 *Op. cit.*, p. LIV.

em regra no próprio local de trabalho, empestado pelo fósforo. Dante sentiria nessa manufatura suas fantasias mais cruéis sobre o inferno ultrapassadas.

Na fábrica de papéis de parede, as espécies mais grosseiras são impressas com máquinas, as espécies mais finas, manualmente (*block printing*). Os meses de negócios mais movimentados caem entre o começo de outubro e fim de abril. Durante esse período, o trabalho dura freqüentemente e quase sem interrupção das 6 horas da manhã até as 10 da noite ou ainda mais tarde.

J. Leach declara:

> "No inverno passado" (1862) "de 19 moças, 6 deixaram de vir em conseqüência das doenças provocadas por excesso de trabalho. Para mantê-las acordadas, preciso gritar-lhes." W. Duffy: "As crianças não podiam, freqüentemente devido ao cansaço, manter-se de olhos abertos, na realidade nós mesmos quase não o conseguimos". T. Lightbourne: "Eu tenho 13 anos. (...) No último inverno trabalhávamos até 9 horas da noite e no inverno anterior, até as 10 horas. No inverno passado, eu costumava gritar quase todas as noites devido à dor causada pelos meus pés feridos". G. Aspden: "Este meu filho, quando tinha 7 anos de idade, eu costumava carregá-lo nas costas para lá e para cá através da neve, e ele costumava trabalhar 16 horas. (...) Eu freqüentemente me ajoelhei para alimentá-los enquanto ele estava junto à máquina, pois ele não podia abandoná-la ou desligá-la". Smith, o dirigente *associè*[395] de uma fábrica de Manchester: "Nós" (ele quer dizer seus "braços" que trabalham para "nós") "trabalhamos sem interrupção para as refeições, de modo que o trabalho diário de 10 1/2 horas está terminado às 4 1/2 horas da tarde e tudo o que vem depois é sobretrabalho".[396] (Acaso esse sr. Smith não faz alguma refeição durante as 10 1/2 horas?) "Nós" (o mesmo Smith) "raramente paramos antes das 6 horas da tarde" (ele se refere ao consumo de "nossas" máquinas de força de trabalho), "de modo que nós" (*iterum Crispinus*)[397] "de fato, trabalhamos o ano todo,

395 Associado. (N. dos T.)

396 Isso não se deve compreender como tempo de mais-trabalho, segundo nosso conceito. Esses senhores consideram as 10 1/2 horas de trabalho como jornada normal de trabalho, a qual inclui também o mais-trabalho normal. Então começa "o tempo extra", que é algo mais bem pago. Ver-se-á em uma oportunidade mais adiante que a utilização da força de trabalho durante a chamada jornada normal é paga abaixo do valor, de modo que o "tempo extra" é mera artimanha dos capitalistas para extrair mais "mais-trabalho", o que continuaria sendo, mesmo se fosse paga plenamente a força de trabalho aplicada durante a "jornada normal de trabalho".

397 *Ecce iterum Crispinus* — Assim começa a quarta sátira de Juvenal, em cuja primeira parte Crispinus, um cortesão do imperador romano Domiciano, é criticado duramente. Em sentido transposto, essas palavras significam "outra vez a mesma pessoa" ou "outra vez o mesmo". (N. da Ed. Alemã.)

> tempo extra. (...) As crianças e adultos" (152 crianças e pessoas jovens menores de 18 anos e 140 adultos) "trabalharam igualmente em média, durante os últimos 18 meses, em média pelo menos 7 jornadas e 5 horas por semana, ou seja, 78 1/2 horas semanalmente. Nas 6 semanas que terminaram a 2 de maio deste ano" (1863), "a média foi superior: 8 jornadas ou 84 horas por semana".

Porém, prossegue sorrindo satisfeito o mesmo sr. Smith, que é tão dado ao *pluralis majestatis*:[398] "Trabalho a máquina é fácil". E assim dizem os usuários do *block printing*: "Trabalho manual é mais saudável que trabalho a máquina". E os senhores fabricantes, como um todo, declaram-se com indignação contra a proposta "de pararem as máquinas, pelo menos durante as refeições".

> "Uma lei", diz o sr. Ottley, gerente de uma fábrica de papéis de parede em Borough (Londres), "que permitisse o horário de trabalho das 6 horas da manhã até as 9 horas da noite, far-nos-(!)ia muito bem, entretanto o horário da Factory Act, das 6 horas da manhã até as 6 horas da tarde, não nos (!) serve. (...) Nossa máquina fica parada durante o almoço" (que magnanimidade). "A paralisação não origina nenhuma perda digna de menção de papel ou tinta." "Porém", prossegue ele simpaticamente, "posso compreender que não gostem do prejuízo daí decorrente."

O relatório da comissão opina ingenuamente que o temor de algumas "firmas líderes" de perderem tempo, isto é, tempo de apropriação do trabalho alheio, e por meio disso "perderem lucro", não é "motivo suficiente" para "privar" crianças com menos de 13 anos e jovens com menos de 18, "de seu almoço" durante 12 a 16 horas, ou para fazê-los ingerirem sua refeição como a máquina a vapor consome carvão e água, a lã, sabão, e a roda, óleo, e assim por diante — durante o próprio processo de produção, como mera matéria auxiliar do meio de trabalho.[399]

Nenhum ramo industrial na Inglaterra (abstraímos o pão elaborado mecanicamente, que começa a abrir caminho) manteve até hoje um modo de produção tão arcaico, chegando a ser, conforme revelam os poetas da época do império romano pré-cristão, como a panificação. Ao capital, porém, como já foi observado antes, é indiferente, de início, o caráter técnico do processo de trabalho, do qual se apossa. No começo, ele o toma como o encontra.

A inacreditável adulteração do pão, especialmente em Londres, foi primeiramente desvendada pelo comitê da Câmara dos Comuns "sobre a adulteração de alimentos" (1855/56) e pelo escrito do dr. Hassall

398 Plural majestático. (N. dos T.)
399 *Op. cit.*, Apêndice, p. 123, 124, 125, 140 e LXIV.

Adulterations detected.[400, 401] A conseqüência dessas revelações foi a lei de 6 de agosto de 1860: *for preventing the adulteration of articles of food and drink*,[402] uma lei ineficaz, pois, como é natural, observa-se a mais alta delicadeza contra todo *freetrader*[403] que se propõe, por meio da compra e venda de mercadorias adulteradas, *to turn an honest penny*.[404, 405] O próprio comitê formulou, mais ou menos ingenuamente, sua convicção de que o comércio livre significaria substancialmente o comércio com matérias falsificadas ou, como os ingleses jocosamente os denominam, "matérias sofisticadas". De fato essa espécie de "sofistas" sabe melhor que Protágoras como fazer preto de branco e branco de preto, e melhor que os *eleatas*[406] demonstrar, *ad oculos*,[407] a mera aparência de todo real.[408]

De qualquer modo, o comitê dirigiu a atenção do público para seu "pão de cada dia" e com isso para a panificação. Ao mesmo tempo, ressoou em *meetings*[409] e em petições ao Parlamento o grito dos oficiais de padeiros de Londres, contra o sobretrabalho etc. A grita tornou-se tão insistente que o sr. H. S. Tremenheere, membro da comissão de 1863, já várias vezes mencionada, foi nomeado comissário real de inquérito. Seu relatório,[410] juntamente com as declarações das testemunhas, tocou não o coração, mas o estômago do público. O inglês apegado

400 Adulterações detectadas. (N. dos T.)

401 Alúmen, ralado fino ou misturado com sal, é um artigo normal de comércio que leva o nome significativo de *baker's* stuff.•
• Material de padeiro. (N. dos T.)

402 Para impedir a adulteração de produtos alimentícios e bebida. (N. dos T.)

403 Livre-cambista. (N. dos T.)

404 Ganhar um pêni honesto. (N. dos T.)

405 Fuligem é conhecida como uma forma muito enérgica de carbono e constitui um adubo que os limpa-chaminés capitalistas vendem a arrendatários ingleses. Em 1862, um *juryman*• inglês teve de decidir num processo se fuligem misturada com 90% de pó e areia, sem conhecimento do comprador, era fuligem "verdadeira" no sentido "comercial" ou fuligem "adulterada" no sentido "legal". Os *amis du commerce*•• decidiram que era fuligem comercial "verdadeira" e rejeitaram a queixa do arrendatário, que ainda teve de pagar as custas do processo.
• Jurado. (N. dos T.)
•• Amigos do comércio. (N. dos T.)

406 Orientação idealista na filosofia grega antiga, dos séculos VI e V a.C. Seus representantes mais significativos foram Xenofonte, Parmênides e Zenon. Os eleatas procuraram, entre outras coisas, comprovar que o movimento e a variedade dos fenômenos existiam não na realidade, mas somente em pensamento. (N. da Ed. Alemã.)

407 Aos olhos. (N. dos T.)

408 O químico francês Chevalier, em um tratado sobre as *sophistications*• das mercadorias, apresenta para muitos dos mais de 600 artigos, que passa em revista, 10, 20, 30 diferentes métodos de adulteração. Acrescenta que não conhece todos os métodos e que não menciona todos que conhece. Para o açúcar, dá 6 espécies de adulteração, 9 para o azeite de oliva, 10 para a manteiga, 12 para o sal, 19 para o leite, 20 para o pão, 23 para a aguardente, 24 para a farinha, 28 para o chocolate, 30 para o vinho, 32 para o café etc. Nem mesmo o bom Deus escapa desse destino. Ver CARD, Rouard de. *De La Falsification des Substances Sacramentelles*. Paris, 1856.
• Adulterações. (N. dos T.)

409 Comícios políticos. (N. dos T.)

410 *Report etc. Relating to the Grievances Complained of by the Journeymen Bakers etc.* Londres, 1862; e *Second Report etc.* Londres, 1863.

à Bíblia sabia que o ser humano, quando graças à Divina Providência não se torna capitalista ou landlord ou sinecurista, está condenado a comer pão com o suor de seu rosto; mas ele não sabia que tinha de comer com seu pão diário certo *quantum* de suor humano, embebido com supurações de abcessos, teia de aranha, baratas mortas e fermento podre alemão, além de alúmen, arenito e outros agradáveis ingredientes minerais. Sem nenhuma consideração pela sua santidade, o *freetrade*, a panificação, até então "livre", foi submetida à fiscalização de inspetores do Estado (final da legislatura de 1863), e pelo mesmo ato do Parlamento foi proibido o horário de trabalho das 9 horas da noite até as 5 da manhã aos oficiais de padeiros menores de 18 anos. A última cláusula vale por volumes inteiros no que se refere ao excesso de trabalho nesse ramo de negócio para nós tão paternalmente caseiro.

> "O trabalho de um oficial de padeiro, londrino, começa em regra às 11 horas da noite. A essa hora ele prepara a massa, um processo muito cansativo, que dura de 1/2 a 3/4 de hora, segundo o tamanho da fornada e a sua finura. Ele deita-se então sobre a tábua de amassar, que serve ao mesmo tempo como tampa da amassadeira onde é feita a massa, e dorme algumas horas com um saco de farinha sob a cabeça e outro saco sobre o corpo. Em seguida começa um trabalho rápido e ininterrupto de 5 horas, jogar, passar, modelar a massa, levá-la ao forno, retirá-la do forno etc. A temperatura numa padaria varia de 75 a 90,[411] e nas pequenas panificadoras antes mais do que menos. Quando termina o trabalho de fazer o pão, pãezinhos etc., começa o trabalho de distribuição do pão; e parte considerável dos diaristas, depois de ter levado a cabo o duro trabalho noturno anteriormente descrito, dedica-se durante o dia a distribuir os pães com cestos ou em carrinhos de mão, que empurra de casa em casa, e às vezes ainda opera entrementes também na padaria. Segundo a estação e o volume de negócios, o trabalho termina entre 1 e 6 horas da tarde, enquanto outra parte dos oficiais continua ocupada até o fim da tarde na padaria."[412] "Durante a temporada de Londres, os oficiais das padarias que vendem pão a preço integral, em West-End, começam regularmente às 11 horas da noite e estão ocupados assando pão, interrompidos por um ou dois intervalos, freqüentemente muito curtos, até as 8 horas da manhã seguinte. Em seguida, são desgastados até 4, 5 e 6 horas da tarde e mesmo 7 da noite para a entrega do pão ou às vezes para assar biscoitos na padaria. Depois de concluído o trabalho, desfrutam de um sono de 6 horas, muitas vezes de apenas 5 ou 4 horas. Nas sex-

411 Fahrenheit. (N. da Ed. Alemã.)
412 *Op. cit., First Report* etc. p. VI-VII.

> tas-feiras, o trabalho começa sempre mais cedo, digamos às 10 horas da noite, e dura sem interrupção, seja na preparação, seja na distribuição do pão, até as 8 horas da noite do sábado seguinte, porém, o mais das vezes até as 4 ou 5 horas da manhã do domingo. Também nas padarias de luxo, que vendem pães a preços integrais, tem-se de executar, nos domingos, 4 a 5 horas de trabalho de preparação para o dia seguinte. (...) Os oficiais de padeiros que trabalham para *underselling masters* (aqueles que vendem o pão abaixo do preço integral), e estes constituem, como foi observado anteriormente, mais de 3/4 dos padeiros de Londres, têm jornada de trabalho ainda mais longa, seu trabalho, porém, limita-se quase totalmente à padaria, pois seus mestres, com exceção do fornecimento a pequenas mercearias, vendem apenas em sua própria loja. Ao final da semana (...) isto é, na quinta-feira, começa o trabalho aqui às 10 horas da noite e dura, com pequenas interrupções apenas, até bem tarde no domingo à noite."[413]

A respeito dos *underselling masters* até o ponto de vista burguês: "o trabalho não pago dos oficiais (*the unpaid labour of the men*) constitui a base de sua concorrência".[414] E o *full priced bake*[415] denuncia seus concorrentes *underselling* à Comissão de Inquérito, como ladrões de trabalho alheio e adulteradores.

> "Têm êxito apenas enganando o público e extraindo dos seus oficiais 18 horas por um salário de 12 horas."[416]

A adulteração do pão e a formação de uma classe de padeiros que vende o pão abaixo do preço integral desenvolveram-se na Inglaterra desde o começo do século XVIII, tão logo decaiu o caráter corporativo do ofício e surgiu o capitalista na figura do moleiro ou do intermediário da farinha por trás do mestre-padeiro nominal.[417] Com isso estava constituída a base para a produção capitalista, para o des-

413 *Op. cit.*, p. LXXI.
414 READ, George. *The History of Baking.* Londres, 1848. p. 16.
415 Padeiro que vende a preço integral. (N. dos T.)
416 *Report (First)* etc. *Evidence.* Depoimento do *full priced baker* Cheesmnan. p. 108.
417 READ, George. *Op. cit.* No fim do século XVII e começo do XVIII, ainda eram denunciados oficialmente como *public nuisances** os *factors* (agentes) que se intrometiam em todos os ofícios possíveis. Assim, por exemplo, na sessão trimestral dos juízes de paz do condado de Somerset, o *Grand Jury*** fez uma *presentment**** à Câmara dos Comuns, onde se diz, entre outras coisas, que "os agentes de Blackwell Hall são malfeitores públicos, que causam danos ao comércio de panos e deveriam ser reprimidos como elementos nocivos". (*The Case of our English Wool etc.* Londres, 1865. p. 6 e 7.)
* Malfeitores públicos. (N. dos T.)
** Na Inglaterra, até 1933, um colegiado de 23 jurados, escolhidos pelo Sheriff, entre "os homens bons e fiéis" do condado em que ocorreu o evento a ser investigado. Ele decidia se o material probatório apresentado conduzia à culpabilidade dos acusados pela ação ou não, e tinha de declarar o acusado livre ou remetê-lo à corte criminal.
*** Representação. (N. dos T.)

mesurado prolongamento da jornada de trabalho e para o trabalho noturno, ainda que este último só se tenha firmado, mesmo em Londres, em 1824.[418]

Entende-se, pelo exposto, por que o relatório da Comissão classifica os oficiais de padeiros entre os trabalhadores de vida curta, que, depois de terem a sorte de escapar à dizimação normal de crianças que se verifica em todos os setores da classe trabalhadora, raramente alcançam o 42º ano de vida. E, apesar disso, a indústria de pães está sempre abarrotada de candidatos. As fontes de oferta dessas "forças de trabalho" para Londres são a Escócia, os distritos agrícolas ocidentais da Inglaterra e — a Alemanha.

Nos anos de 1858/60, os oficiais de padeiros, na Irlanda, organizaram às suas próprias custas grandes *meetings*[419] para agitação contra o trabalho noturno e aos domingos. O público, como ocorreu, por exemplo, na manifestação de maio em Dublin, 1860, tomou com calor irlandês partido por eles. Por meio desse movimento, conseguiu-se estabelecer, de fato, exclusivamente o trabalho diurno em Wexford, Kilkenny, Clonmel, Waterford etc.

> "Em Limerick, onde os sofrimentos desses oficiais assalariados ultrapassaram reconhecidamente todas as medidas, esse movimento foi derrotado pela oposição dos mestres padeiros, notadamente dos padeiros-moleiros. O exemplo de Limerick levou ao retrocesso em Ennis e Tipperary. Em Cork, onde a indignação pública manifestou-se de forma mais forte, os mestres conseguiram derrotar o movimento utilizando seu poder de pôr na rua os oficiais. Em Dublin, os mestres opuseram a mais decidida resistência e, perseguindo os oficiais que estavam à frente da agitação, obrigaram os restantes a ceder, a conformar-se com o trabalho noturno e aos domingos."[420]

A comissão do Governo inglês, o qual na Irlanda estava armado até os dentes, objeta amargamente contra os implacáveis mestres-padeiros de Dublin, Limerick, Cork etc.:

> "O comitê acredita que as horas de trabalho são limitadas por leis naturais que não podem ser violadas impunemente. Os mestres, ao forçar, mediante ameaças de pô-los na rua, seus trabalhadores a violarem suas convicções religiosas, a desobedecerem à lei do país e a desprezarem a opinião pública" (isso tudo refere-se ao trabalho aos domingos) "espalham a cizânia entre o capital e o trabalho e dão um exemplo perigoso para a religião, a mora-

418 *First Report* etc. p. VIII.
419 Manifestações. (N. dos T.)
420 *Report of Commitee on the Baking Trade in Ireland for 1861.*

lidade e a ordem pública. (...) O comitê acredita que o prolongamento da jornada de trabalho, além das 12 horas, é um ataque usurpador à vida privada e doméstica do trabalhador e leva a resultados moralmente funestos por interferirem na vida doméstica de um homem e no cumprimento de suas obrigações familiares como filho, irmão, esposo e pai. O trabalho além de 12 horas tende a minar a saúde do trabalhador, fá-lo envelhecer antes do tempo e morrer prematuramente e, portanto, causa infelicidade às famílias dos trabalhadores, que, no momento em que mais necessitam, são roubadas (*are deprived*) do cuidado e do apoio do chefe de família".[421]

Nós estivemos há pouco na Irlanda. Do outro lado do canal, na Escócia, o trabalhador agrícola, o homem do arado, denuncia suas 13 até 14 horas de trabalho, no clima mais rigoroso, com trabalho adicional de 4 horas aos domingos (nesse país do sábado santificado!),[422] enquanto, ao mesmo tempo, estão perante um *Grand Jury* de Londres três ferroviários, um condutor, um maquinista e um sinalizador. Um grande desastre ferroviário despachou centenas de passageiros para o outro mundo. A negligência dos ferroviários é a causa do desastre. Eles declaram, unanimemente, perante os jurados, que há 10 ou 12 anos seu trabalho durava diariamente apenas 8 horas. Durante os últimos 5-6 anos ele foi sendo aumentado para 14, 18 e 20 horas e quando a afluência de viajantes é particularmente intensa, como no período dos trens de excursões, estendia-se muitas vezes a 40 ou 50 horas sem interrupção. Eles são homens comuns e não ciclopes. Além de certo ponto falha sua força de trabalho. O torpor os domina. Seus cérebros param de pensar e seus olhos de ver. O totalmente *respectable British Juryman*,[423] responde por meio de um veredicto que os envia, por *manslaughter* (homicídio), ao juízo criminal e num adendo moderado expressa o piedoso desejo de que os senhores magnatas do capital da estrada-de-ferro, no futuro, sejam mais gastadores na compra do número

421 *Op. cit.*

422 *Meeting* público dos trabalhadores agrícolas em Lasswade, perto de Glasgow, de 5 de janeiro de 1866. (Ver *Workman's Advocate* de 13 de janeiro de 1866.) A formação, desde os fins de 1865, de uma *trade's union*• dos trabalhadores agrícolas, começando pela Escócia, é um acontecimento histórico. Em um dos distritos rurais mais oprimidos da Inglaterra, em Buckinghamshire, realizaram os trabalhadores assalariados em março de 1867 uma grande *strike* pelo aumento do salário semanal de 9-10 xelins para 12 xelins. — (Vê-se dos fatos mencionados que o movimento do proletariado agrícola, desde a repressão às suas poderosas demonstrações a partir de 1830, e notadamente desde a introdução da nova lei de assistência aos pobres, foi inteiramente destroçado, recomeça nos anos de 1860 a 1870, para se projetar, por fim, de maneira memorável, em 1872. Volto ao assunto no volume II, do mesmo modo que aos Livros Azuis aparecidos desde 1867 sobre a situação do trabalhador agrícola inglês — Adendo à 3ª edição.)

• Sindicato. (N. dos T.)

423 Respeitável jurado britânico. (N. dos T.)

necessário de "forças de trabalho" e mais "abstinentes" ou "mais renunciadores" ou "mais econômicos" na exploração da força de trabalho paga.[424]

Da colorida multidão de trabalhadores de todas as profissões, idades, sexos, que nos atropelam com mais zelo que a Odisseu as almas dos assassinados, e nos quais se reconhece à primeira vista, sem levarem sob seus braços os Livros Azuis, as marcas do sobretrabalho, selecionaremos, ainda, duas figuras, cujo contraste flagrante demonstra que, diante do capital, todos os seres humanos são iguais — uma modista e um ferreiro.

Nas últimas semanas de junho de 1863, todos os jornais de Londres trouxeram um parágrafo com o título *sensational*: *Death from simple Overwork* (morte por simples sobretrabalho). Trata-se da morte da modista Mary Anne Walkley, de 20 anos, que trabalhava numa manufatura de modas muito respeitável, fornecedora da Corte, explorada por uma dama com o agradável nome de Elise. A velha história, tantas vezes contada, foi de novo agora descoberta,[425] de que essas moças trabalham em média 16 1/2 horas, porém, durante a temporada freqüentemente 30 horas sem interrupção, sendo reanimadas por meio de oferta oportuna de Sherry, vinho do Porto ou café, quando sua "força de trabalho" fraqueja. Estava-se então no ponto alto da temporada. Era necessário concluir, num abrir e fechar de olhos, como num passe de mágica, os vestidos de luxo das nobres *ladies* para o baile em homenagem à recém-importada princesa do País de Gales. Mary Anne Walkley tinha trabalhado 26 1/2 horas ininterruptas, juntamente com 60 outras moças, cada 30 num quarto, cuja capacidade cúbica mal chegava para conter 1/3 do ar necessário, enquanto à noite partilhavam, duas a duas, uma cama num dos buracos sufocantes em que se subdivide um quarto de dormir, por meio de paredes de tábuas.[426] E essa era

424 *Reynold's Paper* [21] de janeiro de 1866. Semana trás semana publica o mesmo semanário sobre os *sensational headings: Fearful and fatal accidents, Apalling tragedies*• etc., uma lista completa de novos acidentes ferroviários. Em resposta, comenta um trabalhador da linha de North Staffordshire: "Todos conhecem as conseqüências, quando fraqueja por um instante a atenção do maquinista e do foguista. E como poderia ser diferente, com prolongamento desmedido do trabalho, sem pausa e nem repouso, no tempo mais inclemente? Tome-se por exemplo, como ocorre diariamente, o seguinte caso. Na última segunda-feira um foguista começou seu dia de trabalho muito cedo. Terminou-o depois de 14 horas e 50 minutos. Antes de ter tido tempo de ao menos tomar seu chá, foi de novo chamado ao trabalho. Teve assim de trabalhar ininterruptamente 29 horas e 15 minutos. O restante de sua semana de trabalho teve o seguinte horário: quarta-feira, 15 horas; quinta-feira, 15 horas e 35 minutos; sexta-feira, 14 1/2 horas; sábado, 14 horas e 10 minutos: o total da semana elevou-se a 88 horas e 30 minutos. E agora imaginem sua surpresa, quando recebeu o pagamento de somente 6 jornadas de trabalho. O homem era um novato e perguntou o que se entendia por uma jornada de trabalho. Resposta: 13 horas, portanto 78 horas por semana. Mas, e o pagamento das 10 horas e 30 minutos excedentes? Após longo debate, recebeu uma compensação de 10 pence" (menos que 10 *Silbergroschen*). (*Op. cit.*, nº de 4 de fevereiro de 1866.)

• Manchetes sensacionais. — Acidentes temíveis e fatais. — Tragédias terríveis. (N. dos T.)

425 Ver ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 253-254.

426 Dr. Letheby, médico do Board of Health• declarou então: "O mínimo de ar necessário para

uma das melhores casas de moda de Londres. Mary Anne Walkley adoeceu na sexta-feira e morreu no domingo, sem haver, para a surpresa de Dona Elise, terminado antes a última peça. O médico, dr. Keys, chamado muito tarde ao leito de morte, testemunhou perante o *Coroner's Jury*[427] em secas palavras:

> "Mary Anne Walkley morreu, por excesso de horas de trabalho numa oficina superlotada e por dormir num cubículo superestreito e mal ventilado".

Para dar ao médico uma lição de boas maneiras, declarou o *Coroner's Jury*:

> "A vítima morrera de apoplexia, havendo porém razão para temer que sua morte tenha sido apressada por sobretrabalho numa oficina superlotada etc."

Nossos "escravos brancos", bradou o *Morning Star*, órgão dos livre-cambistas Cobden e Bright,

> "nossos escravos brancos são forçados ao túmulo pelo trabalho, arruínam-se e morrem sem canto nem glória."[428]

um adulto num quarto de dormir deve ser de 300 pés cúbicos e numa sala de estar, de 500 pés cúbicos". Dr. Richardson médico-chefe de um hospital de Londres: "As costureiras de toda espécie, as modistas, costureiras de vestidos e costureiras ordinárias sofrem de tríplice infortúnio: excesso de trabalho, carência de ar e deficiência de alimentação ou deficiência de digestão. De modo geral, esse tipo de trabalho é mais adequado, sob qualquer circunstância, para mulheres do que para homens. Por desgraça, esse negócio é monopolizado, notadamente na capital, por uns 26 capitalistas, que, com as armas que decorrem do capital (*that spring from capital*), espremem economia do trabalho (*force economy out of labour*; ele pensa economizar despesas mediante desperdício da força de trabalho). Seu poder é sentido nos limites de toda essa classe de trabalhadoras. Se uma costureira consegue um pequeno círculo de clientes, a concorrência a força a se matar de trabalhar em casa, para conservá-lo, e o mesmo sobre/trabalho ela tem de impor necessariamente às suas auxiliares. Se o negócio fracassa ou se ela não pode estabelecer-se por conta própria, então se dirige a um *établissement*,[**] onde o trabalho não é menor, mas o pagamento é seguro. Assim posta, torna-se uma simples escrava, jogada para cá e para lá conforme cada flutuação da sociedade: ora está em casa, num pequeno cubículo, passando fome ou quase; ora está de novo ocupada de 15, 16 até 18 horas em 24 horas em atmosfera quase insuportável e com alimentação que, mesmo se fosse boa, não poderia ser digerida devido à falta de ar puro. É por causa dessas vítimas que prolifera a tísica, que não é nada mais que uma doença oriunda do ar viciado". (Dr. RICHARDSON, "Work and Overwork. In: *Social Science Review*. 18 de julho de 1863.

[*] Repartição de saúde. (N. dos T.)

[**] Estabelecimento. (N. dos T.)

427 Júri que averigua a causa da morte. (N. dos T.)

428 *Morning Star*. 23 de junho de 1863. O *Times* aproveitou o sucedido para defender os senhores de escravos da América contra Bright etc. "Muitos de nós", diz, "acham que enquanto fizermos trabalhar até a morte nossas jovens mulheres, utilizando o flagelo da fome em lugar do estalar do chicote, quase não temos o direito de iniciar a que se empreguem o fogo e a espada contra famílias que desde o berço possuem escravos e pelo menos os alimentam bem, fazendo-os trabalhar moderadamente." (*Times*. 2 de julho de 1863.) Do mesmo modo o *Standard*, um jornal dos *tories*, repreendeu o reverendo Newman Hall: "Ele excomunga os senhores de escravos, mas reza com a boa gente que fazia trabalhar os condutores e os cocheiros de ônibus de Londres apenas 16 horas diariamente, por um

"Trabalhar até a morte está na ordem do dia, não apenas na oficina das modistas, mas em milhares de outros lugares, na verdade em cada lugar onde o negócio floresce. (...) Permita-nos tomar o exemplo do ferreiro. Se se deve acreditar nos poetas, não existe nenhum homem tão cheio de vida, nem mais alegre que o ferreiro. Ele se levanta cedo e tira faíscas ao sol; ele come, bebe e dorme como nenhum outro homem. Considerado o aspecto puramente físico, ele se encontra com trabalho moderado, de fato numa das melhores posições humanas. Porém, seguimo-lo à cidade e vemos que carga de trabalho é lançada sobre esse homem forte, e qual posição ocupa na lista de mortalidade em nosso país. Em Marylebone" (um dos maiores bairros de Londres) "os ferreiros morrem na proporção de 31 por 1 000 anualmente, ou 11 acima da média de mortalidade dos homens adultos na Inglaterra. A ocupação, uma arte quase instintiva da humanidade, em si e para si irrepreensível, torna-se, em virtude do excesso de trabalho, destruidora do homem. Ele pode vibrar tantas pancadas por dia, andar tantos passos, respirar tantas vezes, realizar tanto trabalho e viver em média, digamos, 50 anos. Obrigam-no a vibrar tantas pancadas a mais, a andar tantos passos a mais, a respirar durante o dia mais freqüentemente, e tudo junto a aumentar assim diariamente de 1/4 seu dispêndio vital. Ele realiza a tentativa, e como resultado realiza, num período limitado, 1/4 a mais de trabalho e morre aos 37 anos e não aos 50."[429]

4. Trabalho diurno e noturno. O sistema de revezamento

O capital constante, os meios de produção, só existem, considerados do ponto de vista do processo de valorização, para absorver trabalho e com cada gota de trabalho um *quantum* proporcional de mais-trabalho. Na medida em que não fazem isso, constitui sua mera existência prejuízo negativo para o capitalista, pois, durante o tempo em que estão ociosos, representam adiantamento inútil de capital, e esse prejuízo torna-se positivo tão logo a interrupção exigir gastos adicionais para o reinício do trabalho. O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural por noite adentro serve apenas de

salário de cão". Finalmente falou o oráculo, Mr. Thomas Carlyle, sobre o qual publiquei em 1850:• "Ao diabo o gênio, ficou o culto". Ele reduz em uma curta parábola o único acontecimento grandioso da História contemporânea, a Guerra Civil americana, a que o Pedro do Norte quer com toda violência arrebentar o crânio de Paulo do Sul, porque Pedro do Norte aluga sua mão-de-obra "diariamente" e Paulo do Sul aluga-se pela "vida toda". (*Macmillan's Magazine.* Ilias Americana in nuce. Caderno de agosto de 1863.) Por fim a bolha de sabão da simpatia dos *tories* pelo assalariado urbano — a qual não se estende de modo algum ao rural — arrebentou. O âmago chama-se — escravatura.

• Marx refere-se à sua recensão sobre o livro de Th. Carlyle, *Latter-Day Pamphlets.* (N. Ed. Alemã.)

429 Dr. RICHARDSON. *Op. cit.*

paliativo, apenas mitiga a sede vampiresca por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho durante todas as 24 horas do dia é, por conseguinte, o impulso imanente da produção capitalista. Sendo porém fisicamente impossível sugar as mesmas forças de trabalho continuamente dia e noite, necessita pois, para superar esse obstáculo físico, do revezamento entre as forças de trabalho consumidas de dia e de noite, um revezamento que admite diferentes métodos, por exemplo, podendo ser ordenado de tal forma que parte do pessoal operário faça numa semana o trabalho diurno, na outra, o trabalho noturno etc. Sabe-se que esse sistema de revezamento, essa economia de alternância predominava no período pletórico inicial da indústria têxtil inglesa, florescendo hoje nas fiações de algodão no *gouvernement*[430] de Moscou. Como sistema, existe esse processo de produção de 24 horas ainda hoje em muitos ramos industriais até agora "livres", da Inglaterra, entre outros, nos altos-fornos, forjas, laminações e outras manufaturas metalúrgicas da Inglaterra, do País de Gales e da Escócia. O processo de trabalho compreende aqui, além das 24 horas dos 6 dias úteis da semana, em grande parte dos casos também as 24 horas do domingo. Os trabalhadores são homens e mulheres, adultos e crianças de ambos os sexos. A idade das crianças e das pessoas jovens percorre todas as etapas intermediárias dos 8 anos (em alguns casos, dos 6) até os 18 anos.[431] Em alguns ramos, as meninas e as mulheres trabalham também à noite junto com o pessoal masculino.[432]

Abstraindo os efeitos geralmente prejudiciais do trabalho noturno,[433] a duração ininterrupta de 24 horas do processo de produção

430 Distrito. (N. dos T.)

431 *Children's Employment Commission. Third Report.* Londres 1864. p. IV, V, VI.

432 Em Staffordshire, como também no sul de Gales, moças jovens e mulheres são empregadas para trabalhar nas minas de carvão e nas pilhas de coque não apenas durante o dia, mas também à noite. Nos relatórios dirigidos ao Parlamento, isso foi muitas vezes mencionado como prática que dá origem a males notórios. Essas mulheres que trabalham junto com os homens e que pelas roupas mal se distinguem deles, sujas e enfumaçadas, expõem-se à degenerescência de caráter, causada pela perda de seu auto-respeito, conseqüência quase inevitável dessa ocupação não feminina." (*Op. cit.*, p. 194, p. XXVI. Ver *Fourth Report* (1865) 61, p. XII.) Da mesma forma em fábricas de vidros.

433 "Parece natural", observou um fabricante de aço que utiliza crianças para o trabalho noturno, "que meninos que trabalham à noite não durmam durante o dia e não possam encontrar nenhum descanso regular, porém perambulam no dia seguinte infatigavelmente." (*Op. cit., Fourth Rep.*, 63, p. XII.) Sobre a importância da luz solar para a manutenção e o desenvolvimento do corpo, observa um médico, entre outras coisas: "A luz atua diretamente sobre os tecidos do corpo, endurecendo-os e dando-lhes elasticidade. Os músculos dos animais aos quais se priva o *quantum* normal de luz tornam-se esponjosos e inelásticos, a força dos nervos perde seu tônus por falta de estímulos e o acabamento de tudo que está crescendo torna-se raquítico. No caso de crianças, o acesso contínuo à abundante luz do dia e aos raios diretos do sol, durante parte do dia, é essencial para a saúde. A luz ajuda a transformar os alimentos em bom sangue plástico e endurece a fibra depois de formada. Estimula os órgãos da visão e provoca, desse modo, maior atividade das diferentes funções do cérebro". Dr. W. Strange, médico-chefe do General Hospital de Worcester, de cuja obra sobre "Saúde" (1864) essa citação foi tomada, escreve numa carta ao sr. White, um dos comissários de inquéritos: "Eu tive anteriormente, em Lancashire, oportunidade de observar os efeitos do trabalho noturno sobre as crianças das fábricas e não hesito em dizer, contrariando o que

oferece a oportunidade altamente bem-vinda de ultrapassar os limites da jornada nominal de trabalho. Assim, por exemplo, nos ramos industriais mencionados anteriormente, extremamente fatigantes, a jornada oficial de trabalho está fixada para cada trabalhador, na maioria das vezes, em 12 horas, diurnas ou noturnas. Mas o trabalho extraordinário além desse limite é em muitos casos, para usar a expressão do relatório oficial inglês, "realmente horrorizante" (*truly fearful*).[434]

> "Nenhuma mente humana", diz o relatório, "pode pensar na quantidade de trabalho que, segundo os depoimentos das testemunhas, é realizado por meninos de 9 a 12 anos, sem concluir irresistivelmente que não se pode mais permitir que continue esse abuso de poder dos pais e dos patrões."[435]

> "O método de fazer meninos trabalhar alternadamente de dia e de noite leva ao iníquo prolongamento da jornada de trabalho, tanto nos períodos de maior pressão dos negócios, quanto no seu decurso normal. Esse prolongamento em muitos casos não é apenas cruel, mas também simplesmente inacreditável. Não pode deixar de ocorrer que, por esse ou aquele motivo, um menino falte vez ou outra ao revezamento. Um ou mais dos meninos presentes que já concluíram sua jornada de trabalho têm então de preencher a falta. Esse sistema é tão conhecido que o gerente de uma laminação, quando perguntei-lhe como seria substituído o menino que faltara ao seu turno, respondeu: Eu sei que o senhor sabe disso tão bem quanto eu, e não hesitou em admitir o fato."[436]

> "Numa laminação em que a jornada nominal de trabalho ia das 6 horas da manhã até as 5 1/2 da tarde, um menino trabalhava 4 noites cada semana, até pelo menos 8 1/2 horas da noite do dia seguinte (...) e isso durante 6 meses." "Outro, com a idade de 9 anos, trabalhava às vezes 3 turnos de 12 horas seguidos e quando tinha 10 anos trabalhava 2 dias e 2 noites consecutivos." "Um terceiro, agora com 10 anos, trabalhava das 6 da manhã até a meia-noite por 3 noites e até as 9 horas da noite durante as outras noites." "Um quarto, agora com 13 anos, trabalhava durante toda a semana, das 6 horas da tarde até as 12 horas do dia seguinte, e às vezes em 3 turnos consecutivos, por exemplo,

alguns patrões gostam de assegurar, que a saúde das crianças rapidamente foi afetada". (*Children's Employment Commission. Fourth Report*, 284, p. 55.) O fato de que coisas dessa natureza constituem objeto de sérias controvérsias demonstra do melhor modo como a produção capitalista atua sobre as "funções do cérebro" dos capitalistas e de seus *retainers*.[**] [*] STRANGE, W. *The Seven Sources of Health*. Londres, 1864. p. 84. (N. da Ed. Alemã.) [**] Vassalos. (N. dos T.)

434 *Op. cit.*, 57, p. XII.

435 *Op. cit.* (*4th Rep.*, 1865), 58, p. XII.

436 *Op. cit.*

de segunda-feira da manhã até terça à noite." "Um quinto, agora com 12 anos, trabalhava numa fundição de ferro em Stavely, das 6 horas da manhã até a meia-noite durante 14 dias, sendo incapaz de fazê-lo por mais tempo." George Allinsworth, de 9 anos de idade: "Vim pra cá sexta-feira passada. No dia seguinte tivemos de começar às 3 horas da manhã. Por isso fiquei aqui a noite inteira. Moro a 5 milhas daqui. Dormi no chão com um avental embaixo de mim e com um casaco pequeno em cima de mim. Os outros dois dias estive aqui às 6 horas da manhã. Sim, este é um lugar quente. Antes de vir para cá, trabalhei também durante um ano inteiro num alto-forno. Era uma grande usina no campo. Começava também aos sábados às 3 horas da manhã, mas pelo menos podia ir dormir em casa, pois era perto. Nos outros dias começava às 6 da manhã e terminava às 6 ou 7 da noite" etc.[437]

437 *Op. cit.*, p. XIII. O nível de instrução dessa força de trabalho deve ser assim como se revela nos diálogos seguintes com um dos membros da comissão de inquérito! Jeremias Haynes, de 12 anos de idade: "(...) 4 vezes 4 são 8, mas quatro quartos (4 *fours*) são 16. (...) Um rei é quem tem todo o dinheiro e todo o ouro. (*A king is him that has all the money and gold*.) Dizem que temos um rei, dizem que ele é uma rainha, chamam-no princesa Alexandra. Dizem que ela se casou com o filho da rainha. Uma princesa é um homem". William Turner, de 12 anos: "Não vivo na Inglaterra. Penso que há tal país, mas não sabia disso antes". John Morris, de 14 anos: "Ouvi dizer que Deus fez o mundo e que todo o povo se afogou, exceto um; ouvi que este era um passarinho". William Smith, de 15 anos: "Deus fez o homem; o homem fez a mulher". Edward Taylor, de 15 anos: "Nada sei de Londres". Henry Matthewman, de 17 anos: "Às vezes vou à igreja... um nome sobre que pregam era um certo Jesus Cristo, mas não posso dizer nenhum outro nome e também nada posso dizer sobre ele. Ele não foi assassinado, morreu como outras pessoas. Ele não era como as outras pessoas, de certo modo, pois era religioso de certo modo, e outros não é. (*He was not the same as other people in some ways, because he was religious in some ways, and others isn't.*)" (*Op. cit.* 74, p. XV.) "O diabo é uma boa pessoa. Eu não sei onde ele vive. Cristo foi um mau sujeito." (*The devil is a good person. I don't know where he lives; Christ was a wicked man.")* "Esta menina de 10 anos soletra *God* como se fosse *dog* e não sabe o nome da rainha." (*Ch. Empl. Comm. V. Rep.* 1866. p. 55 nº 278.) O mesmo sistema dominante nas mencionadas manufaturas de metal vigora nas fábricas de vidro e papel. Nas fábricas de papel onde o papel é feito a máquina, o trabalho noturno é a regra para todos os processos, exceto para a seleção dos trapos. Em alguns casos, o trabalho noturno por revezamento prossegue sem interrupção por toda a semana, indo geralmente de domingo à noite até a meia-noite do sábado seguinte. A turma que se encontra no turno diurno trabalha 5 dias de 12 horas e 1 dia de 18 e a turma do turno noturno 5 noites de 12 horas e uma de 6 horas por semana. Em outros casos, cada turma trabalha 24 horas, uma depois da outra, em dias alternados. Uma turma trabalha 6 horas segunda-feira e 18 no sábado, para completar as 24 horas. Em outros casos, foi introduzido ainda um sistema intermediário, em que todos os empregados na maquinaria de fazer papel trabalham 15-16 horas cada dia da semana. Esse sistema, diz o comissário de inquérito Lord, parece unir todos os males dos revezamentos de 12 e de 24 horas. Crianças com menos de 13 anos, adolescentes com menos de 18 e mulheres trabalham sob esse sistema noturno. Às vezes, no sistema de 12 horas, tinham eles, em virtude da ausência de quem devia rendê-los, de trabalhar o turno duplo de 24 horas. Os depoimentos das testemunhas provam que meninos e meninas realizam com muita freqüência sobretrabalho, que não raro se estende a 24 e até 36 horas de trabalho sem interrupção. No processo "contínuo e imutável" das oficinas de polimento, encontram-se meninas de 12 anos que, durante o mês inteiro, trabalham 14 horas por dia, "sem nenhum descanso ou interrupção regular, além de duas no máximo três de 1/2 hora, para refeições". Em algumas fábricas onde se aboliu o trabalho noturno regular, trabalham-se horas extras numa extensão terrível e "isso freqüentemente nos processos mais

Ouçamos agora como o próprio capital concebe o sistema de 24 horas. Naturalmente deixa passar em silêncio os excessos do sistema, seu abuso do "cruel e incrível" prolongamento da jornada de trabalho. Ele fala somente do sistema em sua forma "normal".

Os srs. Naylor e Vickers, fabricantes de aço, que empregam entre 600 e 700 pessoas, e entre elas apenas 10% menores de 18 anos, e destas somente 20 meninos no trabalho noturno, se pronunciam como segue:

> "Os garotos não sofrem com o calor. A temperatura é provavelmente de 86º até 90º. (...) Nas oficinas de forja e de laminação, os braços trabalham dia e noite por sistema de turnos, mas, ao contrário, todos os demais trabalhos são trabalhos diurnos, das 6 da manhã até as 6 horas da tarde. Na forja trabalha-se das 12 às 12 horas. Alguns braços trabalham continuamente no horário noturno, sem revezamento entre turno diurno e noturno. (...) Achamos que não faz nenhuma diferença para a saúde" (dos senhores Naylor e Vickers?) "o trabalho noturno ou diurno, e provavelmente as pessoas dormem melhor quando gozam do mesmo período de descanso do que quando ele muda. (...) Aproximadamente 20 garotos menores de 18 anos trabalham com a turma da noite. (...) Não poderíamos fazê-lo bem (*not wall do*) sem o trabalho noturno de jovens menores de 18 anos. Nossa objeção é — ao aumento dos custos da produção. Braços hábeis e chefes de departamento são difíceis de conseguir, jovens, entretanto, obtêm-se tantos quantos se queira. (...) Naturalmente, considerando-se a pequena proporção de jovens que nós utilizamos, limitações do trabalho noturno seriam de pouca importância, ou interesse para nós".[438]

O sr. J. Ellis, da firma John Brown & Co., usinas de ferro e aço que empregam 3 mil homens e jovens, e na verdade em [uma] parte do trabalho pesado com aço e ferro "de dia e de noite, por revezamento" declara que há no trabalho pesado com aço 1 ou 2 jovens para 2 homens. No seu negócio existem 500 jovens com menos de 18 anos, dos quais 1/3, ou 170, tem menos de 13 anos. Com respeito à proposta de mudança na legislação, o senhor Ellis opina:

> "Não creio que haveria muito que objetar (*very objectionable*) contra exigir que qualquer pessoa menor de 18 anos não trabalhe mais de 12 horas em cada 24. Mas não creio que se possa traçar uma linha para dispensar do trabalho noturno jovens com mais de 12 anos. Aceitaríamos antes uma lei que proíba utilizar jovens

sujos, mais abrasantes e mais monótonos". (*Children's Employment Commission, Report IV*. 1865. p. XXXVIII e XXXIX.)

438 *Fourth Report* etc. 1865. 79, p. XVI.

com menos de 13 ou até com menos de 15 anos, a uma proibição de utilizar durante a noite os jovens que já temos. Os jovens da turma diurna têm de trabalhar de maneira alternada no período noturno, pois os homens não podem incessantemente realizar trabalho noturno; isso arruinaria sua saúde. Acreditamos, entretanto, que trabalho noturno, em semanas alternadas, não é prejudicial".

(Os srs. Naylor e Vickers acreditavam, de acordo com o melhor de seu negócio, que, ao contrário, o trabalho noturno alternado, em lugar do continuado, seja possivelmente prejudicial.)

"Achamos que as pessoas que realizam trabalho noturno alternado são tão sadias quanto as que só trabalham de dia. (...)

"Nossas objeções contra a não utilização de jovens menores de 18 anos para o trabalho noturno seriam feitas considerando o aumento das despesas, mas este seria também o único motivo." (Que cínica ingenuidade!) "Acreditamos que esse aumento seria maior do que o negócio (*the trade*) poderia eqüitativamente suportar, com a devida consideração à sua realização com êxito. (*As the trade with due regards to etc. could fairly bear.*)" (Que fraseologia pastosa!) "Trabalho é raro aqui e poderia tornar-se insuficiente sob tal regulamentação."

(Isto é, Ellis, Brown & Co. poderiam defrontar-se com o fatal embaraço de precisar pagar plenamente o valor da força de trabalho.)[439]

A Cyklops — usinas de aço e ferro dos srs. Cammell & Co. — é conduzida em escala igualmente grande como as do citado John Brown & Co. O diretor-gerente encaminhou seu testemunho por escrito ao comissário do governo White, porém achou conveniente mais tarde extraviar o manuscrito que lhe foi devolvido para revisão. Entretanto, o sr. White tem memória eficaz. Ele recorda-se com toda certeza de que, para esses senhores ciclopes, a proibição do trabalho noturno para crianças e pessoas jovens seria "uma coisa impossível; seria o mesmo que parar suas usinas" e ainda assim seu negócio conta com pouco mais de 6% de jovens menores de 18 anos e apenas 1% de menores de 13 anos.[440]

Sobre o mesmo assunto, declara o sr. E. F. Sanderson, da firma Sanderson, Bros. & Co., com usinas de aço, laminação e forja, em Attercliffe:

"Grandes dificuldades surgiriam da proibição de jovens menores de 18 anos trabalharem à noite. A principal dificuldade adviria do aumento dos custos, o qual seria uma conseqüência

439 *Op. cit.*, 80, p. XVI, XVII.
440 *Op. cit.*, 82, p. XVII.

inevitável da substituição do trabalho infantil por trabalho de adultos. Quanto isso importaria, não posso dizer, mas provavelmente não seria tanto que o fabricante pudesse aumentar o preço do aço, de modo que o prejuízo recairia sobre ele, uma vez que os trabalhadores" (que povo teimoso!) "naturalmente se recusariam a suportá-lo".

O sr. Sanderson não sabe quanto ele paga às crianças, mas

"talvez perfaça 4 até 5 xelins por cabeça semanalmente. (...) O trabalho dos meninos é de uma espécie para a qual em geral" (*generally*, naturalmente nem sempre "em especial") "a força dos rapazes é apenas suficiente e conseqüentemente não resultaria nenhum lucro da força maior dos homens, para compensar o prejuízo, a não ser nos poucos casos em que o metal é muito pesado. "Os homens não gostariam de não ter nenhum menino sob seu comando, pois homens são menos obedientes. Além disso, os jovens precisam começar cedo para aprender o ofício. A limitação dos jovens a mero trabalho diurno não preencheria esse objetivo."

E por que não? Por que não podem jovens aprender seu ofício durante o dia? Suas razões?

"Porque os homens, que trabalham em semanas alternadas, ora durante o dia, ora à noite, ficariam separados dos jovens de seu turno durante o mesmo tempo e perderiam metade do lucro que extraem deles. A orientação que dão aos jovens é considerada parte do salário desses jovens e possibilita aos homens obterem mais barato o trabalho juvenil. Cada homem perderia metade do seu lucro."

Em outras palavras, os srs. Sanderson teriam de pagar parte dos salários dos homens adultos de seu próprio bolso e não com trabalho noturno dos jovens. O lucro dos srs. Sanderson cairia um pouco, neste caso, e essa é a boa razão sandersoniana por que menores não podem aprender seu ofício de dia.[441] Ademais, isso faria o trabalho regular noturno recair sobre os homens, que se revezam agora com os jovens, e eles não o suportariam. Em suma, as dificuldades seriam tão grandes que provavelmente levariam à supressão total do trabalho noturno.

"No que se refere à própria produção de aço", diz E. F. Sanderson, "não faria a menor diferença, porém!"

Porém os srs. Sanderson têm mais o que fazer do que fabricar

441 "Em nossa época rica em reflexão e raciocínio, não deve ter subido muito quem não sabe apresentar uma boa razão para tudo, mesmo para o que há de pior e de mais errado. Tudo o que foi estragado neste mundo, foi estragado por boas razões." (HEGEL. *Op. cit.*, p. 249.)

aço. A produção de aço é mero pretexto para a produção de mais-valia. Os fornos de fundição, as oficinas de laminação etc., as construções, a maquinaria, o ferro, o carvão etc., têm mais o que fazer do que transformar-se em aço. Eles estão lá para absorver mais-trabalho, e absorvem naturalmente mais em 24 horas do que em 12. Na realidade dão aos Sanderson, por graça de Deus e de direito, um cheque sobre o tempo de trabalho de certo número de "braços" por 24 horas inteiras do dia e perdem seu caráter de capital, sendo, portanto, prejuízo puro para os Sanderson, tão logo seja interrompida sua função de sugar trabalho.

> "Mas então haveria o prejuízo de maquinaria tão cara ficar durante metade do tempo ociosa, e para a mesma quantidade de produtos, que podemos fabricar com o sistema atual, teríamos de duplicar nossas construções e equipamentos, o que duplicaria a despesa."

Mas por que exigem exatamente estes Sanderson um privilégio em relação aos demais capitalistas que só podem deixar trabalhar durante o dia e cujas construções, maquinaria, matéria-prima, portanto, permanecem "ociosas" durante a noite?

> "É verdade", responde E. F. Sanderson em nome de todos os Sanderson, "é verdade que esse prejuízo oriundo da maquinaria ociosa atinge todas as manufaturas em que se trabalha apenas de dia. Mas o uso dos fornos de fundição provocaria, em nosso caso, prejuízo extra. Mantendo-os em funcionamento, desperdiça-se combustível" (enquanto agora é a matéria vital dos trabalhadores que é desperdiçada), "e se não forem mantidos em funcionamento, haveria perda de tempo para acendê-los e obter o grau necessário de calor" (enquanto perda de tempo de sono, mesmo para crianças de 8 anos, é ganho de tempo de trabalho para o clã dos Sanderson), "e os próprios fornos sofreriam com a mudança de temperatura" (enquanto os mesmos fornos nada sofrem com o revezamento do trabalho diurno e noturno).[442]

442 *Children's Employment Commission, Fourth Report. 1865. 85*, p. XVII. À preocupação de delicadeza semelhante dos senhores fabricantes de vidros, que não era possível conceder às crianças "refeições regulares", porque, desse modo, determinado *quantum* de calor que os fornos irradiam seria "puro prejuízo" ou seria "desperdiçado", responde o comissário de inquérito White, de nenhum modo igual a Ure, Senior etc., e seus estreitos imitadores alemães, como Roscher etc., comovidos pela "abstinência", pela "abnegação" e "parcimônia" dos capitalistas no dispêndio de seu dinheiro, e pela sua "prodigalidade" com vidas humanas, próprias de um Timur-Tamerlão, dizendo: "É possível que se desperdice determinado *quantum* de calor, acima da medida atual, por assegurar-se refeições regulares, mas mesmo em valor monetário não é nada, comparado com a devastação de força vital (*the waste of animal power*) que hoje o reino sofre, em virtude de as crianças em fase de crescimento, empregadas nas vidrarias, não disporem de tempo suficiente para tomar comodamente seus alimentos e digeri-los". (*Op. cit.*, p. XLV.) E isso no "ano do progresso", 1865! Abstraindo o dispêndio de energia para levantar e carregar, tal criança marcha, nas usinas que fazem garrafas e *flint glass*,* durante a execução contínua de seu trabalho, 15 a 20 milhas (inglesas)

5. A luta pela jornada normal de trabalho. Leis compulsórias para o prolongamento da jornada de trabalho, da metade do século XIV ao fim do século XVII

"Que é uma jornada de trabalho?" De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho? A essas perguntas, viu-se que o capital responde: a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo — e mesmo no país do sábado santificado[443] — pura futilidade! Mas em seu impulso

em 6 horas! E o trabalho dura freqüentemente 14 a 15 horas. Em muitas dessas vidrarias vigora, como nas fiações de Moscou, o sistema de revezamento de 6 horas. "Durante o tempo de trabalho da semana, o período ininterrupto mais longo de descanso é de 6 horas, e dele tem de ser deduzido o tempo para ir à fábrica, voltar, lavar-se, vestir-se, alimentar-se, e tudo isso custa tempo. Assim só fica para descanso um período extremamente curto. Não sobra tempo para brincar e ar puro, a não ser à custa do sono, tão indispensável às crianças que executam um trabalho tão fatigante numa atmosfera tão quente. (...) Mesmo o breve sono é interrompido, pois o menino tem de despertar a si mesmo, à noite, ou é despertado por ruídos externos de dia." O senhor White apresenta casos, de um jovem que trabalhou 36 horas consecutivas; outros, de meninos de 12 anos que se esfalfam até as 2 horas da noite dormindo na fábrica até as 5 horas da manhã (3 horas!) para começar de novo o trabalho! "A massa de trabalho", dizem os redatores do relatório geral, Tremenheere e Tufnell, "que os meninos, as meninas e mulheres realizam, no curso de seu período de trabalho (*spell of labour*) diário, noturno ou diurno, é fabulosa." (*Op. cit.*, p. XLIII e XLIV.) Enquanto isso cambaleia, talvez tarde da noite, o capital do vidro "cheio de abstinência" e de vinho do Porto, do clube para casa, cantarolando imbecilmente: *Britons never, never, shall be slaves!*[**]

[*] Cristal. (N. dos T.)

[**] Ingleses nunca, nunca serão escravos! (N. dos T.)

443 Na Inglaterra, por exemplo, ainda se condena às vezes, no campo, um trabalhador à prisão por profanação do sábado, por trabalhar no jardinzinho em frente à sua casa. O mesmo trabalhador é punido por quebra de contrato, se falta ao trabalho aos domingos, seja mesmo por beatice religiosa, nas usinas metalúrgicas, de papel ou vidro. O parlamento ortodoxo não tem ouvidos para a profanação dos sábados, quando ela se dá no "processo de valorização" do capital. Num memorial (agosto de 1863) em que os diaristas londrinos das peixarias e casas de aves reivindicam a supressão do trabalho aos domingos, consta que seu trabalho nos primeiros 6 dias da semana dura, em média, 15 horas diárias, e no domingo, 8 a 10 horas. Por esse memorial ficamos sabendo, ao mesmo tempo, que a refinada *gourmandise*[*] dos beatos aristocráticos de Exeter Hall[**] incentiva esse "trabalho aos domingos". Esses "santos" tão cuidadosos *in cute curanda*[***] demonstram seu cristianismo pelo modo resignado com que suportam a estafa, as privações e a fome de terceiros. *Obsequium ventria istis* (dos trabalhadores) *perniciosius est*.[****]

cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis. Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentiamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um *maximum* de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que consegue aumentar o rendimento do solo por meio do saqueio da fertilidade do solo.

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho.[444] Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

O valor da força de trabalho compreende, entretanto, o valor das mercadorias necessárias para a reprodução do trabalhador ou a propagação da classe trabalhadora. Portanto, se esse prolongamento antinatural da jornada de trabalho, a que o capital visa em seu impulso desmedido de autovalorização, encurta o período de vida dos trabalhadores individuais e com isso a duração de sua força de trabalho, torna-se necessária a mais rápida substituição dos que foram desgastados. Torna-se portanto necessário incluir custos maiores de depreciação na re-

* Glutonaria. (N. dos T.)

** Edifício em Londres, lugar de assembléia de sociedades religiosas e filantrópicas. (N. da Ed. alemã.)

*** Em preocupar-se com seu bem-estar corporal. (N. dos T.)

**** A glutonaria é para eles (os trabalhadores) perniciosa. (N. dos T.)

444 "Em nossos relatórios anteriores reproduzimos as constatações de vários fabricantes experientes que afirmam que horas extraordinárias (...) trazem em si, seguramente, o perigo de exaurir prematuramente a força de trabalho dos seres humanos." (*Op. cit.* 64, p. XIII.)

produção da força de trabalho, do mesmo modo como a parte do valor que tem de reproduzir-se diariamente de uma máquina é tanto maior quanto mais rápido seja o seu desgaste. Parece, portanto, como sendo do próprio interesse do capital uma jornada normal de trabalho.

O senhor de escravos compra seu trabalhador como ele compra seu cavalo. Com o escravo, ele perde um capital que tem que ser reposto, mediante nova despesa no mercado de escravos. Porém

> "os campos de arroz da Geórgia e os pântanos do Mississípi podem exercer fatalmente sua ação destruidora sobre a constituição humana; apesar de tudo, esse desperdício de vida humana não é tão grande que não possa ser reparado pelas pujantes reservas de Virgínia e Kentucky. Considerações econômicas que poderiam oferecer uma espécie de segurança para o tratamento humano dos escravos, na medida em que identificam o interesse do senhor com a preservação dos escravos, transformam-se no seu inverso, após a introdução do tráfego negreiro, em razões para elevar a exploração do escravo ao máximo, pois logo que o lugar de um escravo possa ser preenchido por suprimentos de reservas estrangeiras de negros, a duração de sua vida cede em importância à sua produtividade enquanto ela durar. É por isso uma máxima da economia escravagista, em países de importação de escravos, que a economia mais eficaz consiste em extrair do gado humano (*human chattle*) a maior massa possível de trabalho no menor tempo possível. Justamente nas culturas tropicais, onde os lucros anuais igualam-se com freqüência ao capital global das plantações, a vida dos negros é mais inescrupulosamente sacrificada. É a agricultura das Índias Ocidentais, há séculos berço de riquezas fabulosas, que tem devorado milhões de homens da raça africana. Atualmente é em Cuba, cujas rendas contam-se por milhões e cujos plantadores são verdadeiros príncipes, onde vemos, além da alimentação mais grosseira e da faina mais esgotante e interminável, boa parte da classe escrava ser cada ano destruída diretamente pela tortura lenta do sobretrabalho e da falta de sono e de descanso".[445]

Mutato nomine de te fabula narratur![446] Leia-se, em vez de mercado de escravos, mercado de trabalho, em vez de Kentucky e Virgínia, Irlanda e os distritos agrícolas da Inglaterra, Escócia e País de Gales, em vez de África, Alemanha! Ouvimos como o sobretrabalho dizima em Londres os empregados das padarias, e apesar disso o mercado de trabalho londrino está sempre abarrotado de alemães e de outros can-

445 CAIRNES. *Op. cit.*, p. 110-111.
446 Sob outro nome, aqui é narrado de ti. — HORÁCIO. *Sátiras.* Livro Primeiro. Sát. 1. (N. da Ed. Alemã.)

didatos à morte na panificação. A cerâmica, conforme vimos, é um dos ramos industriais em que a vida é mais curta. Faltam, por isso, ceramistas? Josiah Wedgwood, o inventor da cerâmica moderna, um simples trabalhador de origem, declarou em 1785 perante a Câmara dos Comuns que toda a manufatura ocupava de 15 mil até 20 mil pessoas.[447] No ano de 1861, só a população dos centros urbanos dessa indústria na Grã-Bretanha elevava-se a 101 302 pessoas.

> "A indústria de tecelagem de algodão conta 90 anos. (...) Durante três gerações da *race* inglesa, ela devorou nove gerações de trabalhadores algodoeiros."[448]

Certamente em algumas épocas de prosperidade febril, o mercado de trabalho mostrou lacunas preocupantes. Assim, por exemplo, em 1834. Os senhores fabricantes, porém, propuseram então aos *Poor Law Commissioners*[449] de mandar para o Norte "o excesso de população" dos distritos agrícolas, com a explicação de que "os fabricantes os absorveriam e consumiriam". Essas foram suas próprias palavras.[450]

> "Foram designados agentes para Manchester, com a autorização dos *Poor Law Commissioners*. Foram preparadas listas de trabalhadores agrícolas e entregues a esses agentes. Os fabricantes acorriam aos escritórios e depois de escolher o que lhes convinha, as famílias foram despachadas do sul da Inglaterra. Essas encomendas de gente foram transportadas com etiquetas como fardos de mercadorias, por via fluvial ou por carros de carga. Alguns foram a pé e muitos deles vagueavam perdidos e meio mortos de fome pelos distritos industriais. Isso tornou-se um verdadeiro ramo de comércio. A Câmara dos Comuns terá dificuldade em acreditar nisso. Esse comércio regular, esse tráfico de carne humana prosseguiu, essa gente foi comprada e vendida pelos agentes de Manchester aos fabricantes de Manchester tão regularmente como os negros aos plantadores de algodão dos Estados sulinos. (...) O ano de 1860 marca o apogeu da indústria de algodão. (...) Faltaram novamente braços. Os fabricantes voltaram-se outra vez para os agentes de carne humana (...) e estes esquadrinharam as dunas de Dorset, as colinas de Devon e as planícies de Wilts, mas a população excedente já fora devorada."

O *Bury Guardian*[451] se lamentou que, após a conclusão do acordo

447 WARD, John. *History of the Borough of Stoke-upon-Trent* etc. Londres, 1843. p. 42.
448 Discurso de Ferrand na "House of Commons"* de 27 de abril de 1863.
* Câmara dos Comuns. (N. dos T.)
449 Comissários das Leis dos Pobres. (N. dos T.)
450 *That the manufacturers would absorb it and use it up. Those were the very words used by the cotton manufacturers. (Op. cit.)*
451 Periódico inglês. (N. dos T.)

de comércio anglo-francês, poderiam ser absorvidos 10 mil braços adicionais e, em breve, mais de 30 ou 40 mil viriam a ser necessários. Em 1860, depois de os agentes e subagentes do comércio de carne terem varrido os distritos agrícolas quase sem resultado, "uma delegação de fabricantes dirigiu-se ao sr. Villiers, presidente do *Poor Law Board*,[452] solicitando que permitisse de novo o fornecimento de crianças pobres e órfãs das *workhouses*".[453, 454]

O que a experiência em geral mostra ao capitalista é uma superpopulação constante, isto é, superpopulação em relação à necessidade momentânea de valorização do capital, apesar de que seu fluxo seja constituído de gerações humanas atrofiadas, cuja vida se consome depressa, que rapidamente se suplantam, como se fossem, por assim

452 Junta da Lei dos Pobres. (N. dos T.)

453 Casas de trabalho. (N. dos T.)

454 *Op. cit.* Villiers, apesar da melhor vontade, estava "legalmente" obrigado a recusar as pretensões dos fabricantes. Esses senhores, entretanto, conseguiram seus objetivos graças à condescendência das administrações locais dos pobres. O senhor A. Redgrave, inspetor de fábricas, assegura que desta vez o sistema segundo o qual órfãos e crianças de *paupers** eram "legalmente" considerados *apprentices* (aprendizes) "não foi acompanhado dos velhos abusos" — (sobre esses "abusos" compare ENGELS. *Op. cit.*) — se bem que em um caso ocorresse "abuso com o sistema, em relação a meninas e jovens julheres, que foram trazidas dos distritos agrícolas da Escócia para Lancashire e Cheshire". De acordo com esse "sistema", o fabricante faz um contrato com os administradores das casas dos pobres por períodos determinados. Ele alimenta, veste e aloja as crianças e lhes dá uma pequena soma em dinheiro. Soa um tanto estranha a seguinte observação do Sr. Redgrave, sobretudo se se considera que o ano de 1860 foi um ano único, mesmo entre os anos de prosperidade da indústria algodoeira inglesa, e que, além disso, os salários então estavam altos, pois que a extraordinária demanda por trabalho se chocou com o despovoamento da Irlanda e com uma corrente de emigração sem precedente dos distritos agrícolas da Inglaterra e Escócia, para a Austrália e América, com um decréscimo positivo da população em alguns distritos agrícolas ingleses, resultante, em parte, do aniquilamento, obtido com sucesso, das energias vitais, em parte, pelo esgotamento prematuro da população disponível, pelos comerciantes de carne humana. E apesar de tudo isso, diz o Sr. Redgrave: "Este gênero de trabalho' (das crianças das casas dos pobres) "é, entretanto, somente procurado quando não se pode encontrar nenhum outro, pois é trabalho caro (*high priced labour*). O salário comum para um menino de 13 anos é aproximadamente 4 xelins por semana; porém alojar, vestir e alimentar 50 a 100 meninos destes, com assistência médica e com supervisão adequada, dando-lhes, além disso, uma pequena remuneração em dinheiro, não é algo que se possa conseguir por 4 xelins por cabeça, semanalmente". (*Rep. of the Insp. of Fact. for 30th April 1860*. p. 27.) O Sr. Redgrave esqueceu-se de dizer como o próprio trabalhador pode dar tudo isso a seus filhos com seus 4 xelins de salário, se o fabricante não pode fazê-lo para 50 ou 100 jovens que são alojados, nutridos e supervisionados coletivamente. Para evitar que se tirem falsas conclusões do texto, devo observar que a indústria algodoeira da Inglaterra, desde que foi submetida à *Factory Act* de 1850, com a sua regulamentação do tempo de trabalho etc., deve ser considerada a indústria modelar da Inglaterra. O trabalhador da indústria algodoeira da Inglaterra está, sob todos os pontos de vista, melhor que seu companheiro de infortúnio no continente: "O trabalhador prussiano de fábrica trabalha pelo menos 10 horas por semana mais que seu rival inglês e quando trabalha em casa, em seu próprio tear, desaparece até mesmo esse limite colocado às suas horas de trabalho adicional". (*Rep. of Insp. of Fact. 31st Oct. 1855.* p. 103.) O acima referido inspetor de fábricas Redgrave viajou depois da exposição industrial de 1851 pelo continente, visitando especialmente a França e a Prússia, para lá investigar as condições das fábricas. Sobre o trabalhador de fábrica prussiano ele relata: "Recebe um salário que chega para lhe proporcionar a alimentação simples e o pequeno conforto a que está acostumado e com o que se satisfaz. (...) Ele vive pior e trabalha mais duramente que seu rival inglês". (*Rep. of Insp. of Fact., 31st Oct. 1853.* p. 85).

dizer, colhidas prematuramente.[455] Entretanto, a experiência demonstra ao observador entendido, por outro lado, quão rápida e profundamente a produção capitalista, que historicamente considerada data quase de ontem, afetou a força do povo em sua raiz vital, como a degeneração da população industrial é retardada apenas pela contínua absorção de elementos vitais naturalmente desenvolvidos no campo, e como mesmo os trabalhadores rurais, apesar do ar livre e do *principle of natural selection*,[456] tão poderoso entre eles, que só permite sobreviverem os indivíduos mais fortes, já começam a fenecer.[457] O capital, que tem tão "boas razões" para negar os sofrimentos da geração trabalhadora que o circunda, é condicionado em seu movimento prático pela perspectiva de apodrecimento futuro da humanidade e, por fim, do incontrolável despovoamento tão pouco ou tanto como pela possível queda da Terra sobre o Sol. Em qualquer malandragem com ações ninguém ignora que um dia a casa cai, porém todos confiam que ela cairá sobre a cabeça do próximo, após ele próprio ter colhido a chuva de ouro e a posto em segurança. *Après moi le déluge*![458] é a divisa de todo capitalista e toda nação capitalista. O capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração.[459] À queixa sobre degradação física e mental, morte prematura, tortura do sobretrabalho, ele responde: Deve esse tormento atormentar-nos, já que ele aumenta o nosso gozo (o lucro)?[460] De modo geral, porém, isso também

455 "Os forçados ao sobretrabalho morrem com estranha rapidez; mas os lugares daqueles que sucumbem são imediatamente preenchidos, e uma troca freqüente de pessoas não traz nenhuma alteração à cena." WAKEFIELD, E. G. *England and America*. Londres, 1833. t. I, p. 55.)

456 Princípio de seleção natural. (N. dos T.)

457 Ver *Public Health, Sixth Report of the Medical Officer of the Privy Council. 1863*. Publicado em Londres, 1864. Pois esse relatório trata dos trabalhadores agrícolas. "Tem-se apresentado o condado de Sutherland como um condado muito melhorado, mas uma investigação mais recente descobriu que, em distritos outrora famosos pelos seus belos homens e soldados corajosos, que os habitantes degeneraram numa *race* [raça] magra e atrofiada. Nos lugares mais saudáveis, nas encostas que dão para o mar, os rostos das crianças são finos e pálidos como só podem sê-lo na atmosfera viciada de uma viela de Londres." (THORNTON. *Op. cit.*, p. 74-75.) Equiparam-se, de fato, aos 30 mil "gallant Highlanders"* que vivem promiscuamente com prostitutas e ladrões nos *wynds* e *closes*** de Glasgow.
* Galantes montanheses. (N. dos T.)
** Ruas e pátios. (N. dos T.)

458 Depois de mim, o dilúvio. — Essas palavras teriam sido ditas pela marquesa de Pompadour quando alguém da Corte externou a preocupação de que os constantes festins e festividades luxuosos teriam por conseqüência forte aumento da dívida pública da França. (N. da Ed. Alemã.)

459 "Embora a saúde da população seja um elemento tão importante do capital nacional, receamos ter de confessar que os capitalistas não se sentem inclinados a conservar e zelar por esse tesouro e dar-lhe valor. (...) A consideração pela saúde dos trabalhadores foi imposta aos fabricantes." (*Times*, 5 de novembro de 1861.) "Os homens de West Riding tornaram-se os produtores de tecidos da humanidade (...) a saúde dos trabalhadores foi sacrificada, e a *race* teria degenerado dentro de algumas gerações, mas ocorreu uma reação. As horas de trabalho das crianças foram limitadas etc." (*Twenty-second Annual Report of the Registrar-General*. 1861.)

460 GOETHE. *An Suleika*. (N. da Ed. Alemã.)

não depende da boa ou da má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe a cada capitalista individualmente, como leis externas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista.[461]

O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre capitalista e trabalhador. Entretanto, a história dessa luta mostra duas tendências opostas. Compare-se, por exemplo, a legislação fabril inglesa de nosso tempo com os estatutos ingleses do trabalho do século XIV até bem na metade do século XVIII.[462] Enquanto a moderna lei fabril reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos procuravam compulsoriamente prolongá-la. Sem dúvida, as pretensões do capital, em seu estado embrionário, quando ele ainda virá a ser, portanto, em que ainda não assegura mediante a simples força das condições econômicas, mas também mediante a ajuda do poder do Estado, seu direito de absorver um *quantum* suficiente de mais-trabalho parecem até modestas, se as compararmos com as concessões que ele tem de fazer rosnando e resistindo, em sua idade adulta. Custou séculos para que o trabalhador "livre", como resultado do modo de produção capitalista desenvolvido, consentisse voluntariamente, isto é, socialmente coagido, em vender todo o seu tempo ativo de sua vida, até sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais, e seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas. É natural, portanto, que a prolongação da jornada de trabalho, que o capital procura impor aos trabalhadores adultos por meio da força do Estado, da metade do século XIV ao fim do século XVII, coincida aproximadamente com a limitação do tempo de trabalho que, na segunda metade do século XIX, é imposta pelo Estado, aqui e acolá, à transformação de sangue infantil em capital. O que hoje, por exemplo, no Estado de Massachusetts, até recentemente o Estado mais livre da República Norte-Americana, é

461 Assim, verificamos, por exemplo, que no começo de 1863, 26 firmas, proprietárias de grandes cerâmicas em Staffordshire, entre elas J. Wedgwood e Filhos, num memorial pedem "a enérgica intervenção do Estado". A "concorrência com outros capitalistas" não lhes permite nenhuma limitação "voluntária" do tempo de trabalho das crianças etc. "Por mais que lamentemos os males acima mencionados, seria impossível impedi-los por meio de qualquer espécie de acordo entre os fabricantes. (...) Considerando todos esses pontos, chegamos à convicção de que é necessária uma lei coativa." (*Children's Emp. Comm., Rep. I.* 1863. p. 322.) Um exemplo muito mais expressivo ofereceu o passado recente. A alta dos preços do algodão, numa época de atividade febril, induziu os proprietários de tecelagens de algodão em Blackburn, mediante acordo geral, a reduzir o tempo de trabalho em suas fábricas por determinado prazo. O prazo terminou em fins de novembro (1871). Entrementes, os fabricantes mais ricos, que combinam fiação com tecelagem, aproveitaram a queda de produção decorrente desse acordo, para expandir seu próprio negócio, alcançando assim grandes lucros à custa dos pequenos mestres. Estes últimos, vendo-se em apuros, voltaram-se para os operários fabris e incitaram-nos a tomar a sério a agitação pela jornada de 9 horas, prometendo-lhes para esse fim contribuições em dinheiro.

462 Esses estatutos dos trabalhadores, que havia na mesma época na França, na Holanda etc., foram abolidos formalmente na Inglaterra somente em 1813, depois de as condições de produção já os terem, há muito, superado.

proclamado como limite estatal do trabalho de meninos com menos de 12 anos, era a jornada normal de trabalho na Inglaterra, ainda na metade do século XVII, para artesãos em pleno vigor, para robustos servos do campo e para gigantescos ferreiros.[463]

O primeiro *Statute of Labourers*[464] (23 Edward III, 1349) encontrou seu pretexto imediato (não sua causa, pois esse tipo de legislação prosseguiu durante séculos sem o pretexto) na grande peste[465] que dizimou a população a tal ponto que, como diz um escritor *tory*, "a dificuldade de encontrar trabalhadores a preços razoáveis" (isto é, a preços que deixem para seus empregadores um *quantum* razoável de mais-trabalho) "para se pôr no trabalho tornou-se, de fato, insuportável". [466] Salários razoáveis foram, portanto, ditados por força da lei, assim como os limites da jornada de trabalho. O último ponto, que é o único que nos interessa aqui, foi repetido no estatuto de 1496 (sob Henry VII). A jornada de trabalho para todos os artesãos (*artificers*) e trabalhadores agrícolas, de março até setembro, deveria durar naquele tempo, o que entretanto nunca se pôs em prática, das 5 horas da manhã até entre 7 e 8 da noite. Mas o tempo para as refeições era de 1 hora para o café da manhã, 1 1/2 hora para o almoço e 1/2 hora para a merenda das 4 horas, portanto justamente o dobro do previsto segundo a lei fabril, agora em vigor.[467] No inverno, devia-se trabalhar das 5 da manhã até o escurecer, com as mesmas interrupções. Um

463 "Não é permitido empregar nenhuma criança com menos de 12 anos diariamente por mais de 10 horas numa fábrica." (*General Statutes of Massachusetts*. Cap. 60, §3. As ordenanças foram promulgadas a partir de 1836 até 1858.) "Trabalho que foi realizado num espaço de 10 horas diariamente em todas as fábricas de algodão, lã, seda, papel, vidros, linho ou em usinas de aço e outros metais, deve ser considerado, no sentido da lei, como jornada de trabalho. Fica legalmente estabelecido que, de agora em diante, nenhum menor de idade, que for empregado em qualquer fábrica, poderá ser retido ou exigido que trabalhe mais de 10 horas diariamente ou 60 horas semanais; além disso, que no futuro nenhum menor de 10 anos deverá ser empregado como trabalhador numa fábrica do território deste Estado." (*State of New Jersey. An Act to Limit the Hours of Labour* etc. § 1 e 2. Lei de 18 de março de 1851.) "Nenhum menor entre 12 e 15 anos deverá ser empregado em qualquer fábrica mais de 11 horas diárias ou antes das 5 horas da manhã ou depois das 7 1/2 da noite." (*Revised Statutes of the State of Rhode Island* etc. Cap. 139, § 23, de 1º de julho de 1857.)

464 Estatuto de Trabalhadores. (N. dos T.)

465 Terrível epidemia de peste, também chamada morte negra, que de 1347 até 1350 devastou a Europa ocidental. Dessa peste morreram cerca de 25 milhões de pessoas, isto é, 1/4 da população européia total daquela época. (N. da Ed. Alemã.)

466 [BYLES, J. B.] *Sophisms of Free Trade.* 7ª ed., Londres, 1850. p. 205. O mesmo *tory* admite, de resto, que "atos parlamentares que regulavam os salários contra os trabalhadores e em favor dos empregadores vigoravam durante o longo período de 464 anos. A população cresceu. Essas leis tornaram-se supérfluas e incômodas". (*Op. cit.,* p. 206.)

467 Com referência a esse estatuto, observa com acerto J. Wade: "Do estatuto de 1496 se deduz que a alimentação equivalia a 1/3 da receita de um artífice e a 1/2 da receita de um trabalhador agrícola, o que indica maior grau de independência dos trabalhadores que o que prevalece hoje, quando a alimentação do trabalhador agrícola industrial representa uma proporção muito maior do seu salário". (WADE, J. *Op. cit.*, p. 24, 25 e 577.) A opinião de que essa diferença seja talvez devida à diferença na relação de preços entre alimentos e peças de vestuário, agora e antigamente, é refutada pela mais superficial consulta de *Chronicon Preciosum* etc. By Bishop Fleetwood, 1ª ed., Londres, 1707; 2ª ed., Londres, 1745.

estatuto da rainha Elizabeth, de 1562, para todos os trabalhadores "ajustados por salário diário ou semanal" deixa a duração da jornada de trabalho intocada, mas procura limitar os intervalos a 2 1/2 horas no verão e 2 no inverno. O almoço deveria durar apenas 1 hora e a "sesta da tarde de 1/2 hora" é permitida somente entre meados de maio e agosto. Para cada hora de falta ao trabalho deve-se deduzir 1 pêni (aproximadamente 8 *pfennig*) do salário. Na prática, entretanto, as condições eram muito mais favoráveis aos trabalhadores do que no texto dos estatutos. O pai da Economia Política e de certo modo o inventor da Estatística, William Petty, diz em um escrito, que publicou no último terço do século XVII:

> "Trabalhadores" (*labouring men* de fato então trabalhadores agrícolas) "trabalham 10 horas diariamente e tomam 20 refeições por semana, a saber, 3 refeições diárias nos dias de trabalho e aos domingos 2; por aí vê-se claramente que, se eles quisessem jejuar sexta-feira à noite e quisessem almoçar durante 1 1/2 hora, em vez de gastarem 2 nessa refeição, como atualmente, das 11 da manhã à 1, se portanto trabalhassem 1/20 mais e consumissem 1/20 menos, poder-se-ia conseguir o décimo do imposto acima referido."[468]

Não tinha razão o dr. Andrew Ure ao denunciar a lei das 12 horas, de 1833, como retrocesso à Idade das Trevas? É verdade que as normas contidas nos estatutos e mencionadas por Petty valem também para os *apprentices* (aprendizes). Qual, no entanto, era a situação do trabalho infantil ainda no final do século XVII, percebe-se da seguinte reclamação:

> "Nossa juventude, que na Inglaterra não faz absolutamente nada até a época de se tornar aprendizes e então, naturalmente, precisa de longo tempo — 7 anos — para se formar como artesãos completos".

Louva-se, ao contrário, a Alemanha, porque lá as crianças, desde o berço, são "educadas para ao menos um pouquinho de trabalho".[469]

468 PETTY, W. *Political Anatomy Of Ireland 1672*, ed. 1691. p. 10.

469 *A Discourse on the Necessity of Encouraging Mechanick Industry*. Londres, 1690. p. 13. Macaulay, que falsificou a história inglesa no interesse dos *whigs* e da burguesia, declama como segue: "A prática de pôr crianças a trabalhar prematuramente prevalecia no século XVII num grau quase inacreditável para a situação de então da indústria. Em Norwich, o centro principal da indústria de lã, considerou-se uma criança de 6 anos apta para o trabalho. Diversos escritores daquele tempo, entre eles alguns que passaram por muito benevolentes, mencionaram como *exultation* (encanto) o fato de que meninos e meninas, naquela cidade, criavam uma riqueza que ultrapassava o valor de sua subsistência em 12 mil libras esterlinas por ano. Quanto mais exatamente examinamos a história do passado, mais razão encontramos para discordar daqueles que sustentam ser a nossa época fértil em novos males sociais. O que é novo é a inteligência que descobre os males e a humanidade que os cura". (*History of England*, v. I, p. 417.) Macaulay poderia continuar relatando que "os extraor-

Ainda durante a maior parte do século XVIII, até a época da grande indústria, o capital, na Inglaterra, não havia conseguido, mediante pagamento do valor semanal da força de trabalho, apossar-se de toda a semana do trabalhador, constituindo exceção, entretanto, os trabalhadores agrícolas. A circunstância de que eles podiam viver uma semana toda com o salário de 4 dias não parecia aos trabalhadores razão suficiente para trabalhar também os outros 2 dias para o capitalista. Parte dos economistas ingleses, a serviço do capital, denunciou furiosamente essa obstinação, outra parte defendia os trabalhadores. Ouçamos, por exemplo, a polêmica entre Postlethwayt, cujo dicionário do comércio gozava então da mesma fama que hoje em dia gozam os escritos semelhantes de MacCulloch e MacGregor, e o já anteriormente citado autor do *Essay on Trade and Commerce*.[470]

Postlethwayt diz entre outras coisas:

> "Não posso encerrar essas breves observações sem registrar o comentário trivial na boca de muitos, que quando o trabalhador (*industrious poor*) pode conseguir o suficiente em 5 dias para viver, ele não deseja trabalhar os 6 dias completos. Daí concluem pela necessidade de encarecer, por meio de impostos ou de qualquer outra medida, mesmo os meios de subsistência necessários a fim de forçar o artesão e o trabalhador da manufatura a trabalhar ininterruptamente 6 dias por semana. Tenho de pedir permissão para discordar desses grandes políticos que se batem pela perpétua escravização da população trabalhadora deste reino

dinariamente benévolos" *amis du commerce* no século XVII contam com *exultation* como uma criança de 4 anos fora empregada num asilo para pobres na Holanda e que esse exemplo da "*vertu mise en pratique*"• transita em todos os escritos humanitários à la Macaulay, até a época de Adam Smith. É certo que com a chegada da manufatura, em contraposição aos ofícios, mostram-se traços da *exploitation*•• de crianças, que até certo grau já existia entre os camponeses, e tanto mais desenvolvido quanto mais duro o jugo que recai sobre o homem do campo. A tendência do capital é inequívoca, mas os fatos mesmos apresentam-se ainda tão isolados, como o aparecimento de crianças de duas cabeças. Por isso, foram assinalados com "exultação" por clarividentes *amis du commerce* como dignos de atenção e admiração, sendo recomendados a seus contemporâneos e à posteridade que os imitassem. O mesmo sicofanta e beletrista escocês Macaulay diz: "Ouve-se hoje apenas de retrocesso e vê-se somente progresso". Que olhos e sobretudo que ouvidos!

• Virtude colocada em prática. (N. dos T.)

•• Exploração. (N. dos T.)

470 Entre os acusadores dos trabalhadores, o mais furioso é o autor anônimo mencionado no texto, de *An Essay on Trade and Commerce: Containing Observation on Taxation* etc. Londres, 1770. Anteriormente já, em seu escrito *Consideration on Taxes*. Londres, 1765. Também Polonius Arthur Young, o inefável tagarela estatístico, segue na mesma linha. Entre os defensores dos trabalhadores destacam-se: Jacob Vanderlint em *Money Answers all Things*, Londres, 1734, Rev. Nathaniel Forster, D.D. em *An Enquiry into the Causes of the Present [High] Price of Provisions*, Londres, 1767, dr. Price e sobretudo também Postlethwayt, tanto num suplemento ao seu *Universal Dictionary of Trade and Commerce* quanto em *Great Britain's Commercial Interest Explained and Improved*, 2ª ed., Londres, 1759. Os fatos mesmos encontram-se constatados por muitos outros autores contemporâneos, entre outros, por Josiah Tucker.

(*the perpetual slavery of the working people*); eles esquecem o provérbio de que *all work and no play* (apenas trabalho e nenhuma diversão) imbeciliza. Não se vangloriam os ingleses da genialidade e habilidade de seus artífices e trabalhadores em manufaturas, que até agora proporcionaram crédito e fama em geral às mercadorias britânicas? A que circunstâncias se deveu isso? Provavelmente a nenhuma outra, a não ser o modo peculiar como nosso povo trabalhador, com seus próprios meios, sabe se divertir. Se eles estivessem obrigados a trabalhar o ano inteiro, todos os 6 dias da semana, em constante repetição da mesma atividade, isso não sufocaria sua genialidade, não se tornariam estúpidos e lerdos em lugar de alertas e hábeis; não perderiam nossos trabalhadores, em conseqüência dessa eterna escravidão, seu renome, em vez de conservá-lo? (...) Que espécie de habilidade artística se poderia esperar de animais estafados (*hard driven animals*)? (...) Muitos deles realizam em 4 dias de trabalho o que um francês executa em 5 ou 6. Mas se os ingleses devem ser transformados em trabalhadores forçados, há de se temer que eles degenerem (*degenerate*) mais que os franceses. Se nosso povo é famoso por causa de sua valentia na guerra, não dizemos que isso é devido, por um lado, ao bom *roastbeef e pudding*[471] ingleses em seu corpo, por outro lado não menos ao nosso espírito constitucional de liberdade? E por que não se deveriam a maior genialidade, energia e habilidade de nossos artífices e trabalhadores de manufatura à liberdade com que se divertem à sua maneira? Eu espero que eles nunca mais percam esses privilégios e nem a boa vida, da qual decorrem, na mesma medida, sua engenhosidade e sua coragem".[472]

A isso responde o autor do *Essay on Trade and Commerce*:

"Se se considera uma instituição divina descansar o sétimo dia da semana, isso implica que os demais dias pertencem ao trabalho" (ele quer dizer ao capital, como logo se verá) "e não pode ser considerado cruel obrigar-se o cumprimento desse mandamento de Deus. (...) Que a humanidade em geral tende, por natureza, para a comodidade e indolência, comprova a experiência fatal com o comportamento de nossa plebe da manufatura, que não trabalha, em média, mais que 4 dias por semana, salvo no caso de encarecimento dos meios de subsistência. (...) Suponha-se que 1 *bushel* de trigo represente todos os meios de subsistência do trabalhador e que custe 5 xelins, ganhando o trabalhador pelo seu trabalho diariamente 1 xelim. Ele precisa, então, trabalhar

471 Rosbife e pudim. (N. dos T.)
472 POSTLETHWAYT. *Op. cit.* "First Preliminary Discourse". p. 14.

simplesmente 5 dias na semana; apenas 4, se o *bushel* custa 4 xelins. (...) Mas como neste reino o salário está muito mais alto, comparado com os preços dos meios de subsistência, o trabalhador da manufatura, que somente trabalha 4 dias, possui um excedente de dinheiro, com o qual vive o resto da semana na ociosidade. (...) Espero que tenha dito o suficiente para tornar claro que o trabalho comedido durante os 6 dias da semana não é nenhuma escravidão. Nossos trabalhadores agrícolas fazem isso e são, conforme toda aparência, os mais felizes entre os trabalhadores (*labouring poor*),[473] mas os holandeses fazem isso nas manufaturas e parecem um povo muito feliz. Os franceses o fazem, na medida em que não se interponham muitos feriados.[474] (...) Porém nossa plebe meteu na cabeça a idéia fixa de que, como ingleses, pertence-lhes por direito de nascença o privilégio de serem mais livres e independentes que" (o povo trabalhador) "em qualquer outro país da Europa. Agora, essa idéia, na medida em que afeta a coragem de nossos soldados, pode ser de alguma utilidade; entretanto, quanto menos os trabalhadores da manufatura tenham dela, tanto melhor para eles mesmos e para o Estado. Trabalhadores nunca deveriam considerar-se independentes de seus superiores (*independents of their superiors*). (...) É extraordinariamente perigoso encorajar a ralé, num país comercial como o nosso, onde talvez 7 partes de cada 8 da população têm pouca ou nenhuma propriedade.[475] A cura não será completa até que nossos pobres que trabalham não se resignem a trabalhar 6 dias pela mesma soma que agora ganham em 4 dias".[476]

Para tanto, "para a extirpação da preguiça, da licenciosidade e das divagações românticas de liberdade", assim como "para a redução da taxa dos pobres, para o incentivo do espírito da indústria e rebaixamento do preço do trabalho nas manufaturas", nosso fiel Eckart do capital propõe um meio eficaz, a saber, encarcerar trabalhadores que passam a depender da beneficência pública, em uma palavra *paupers*, numa "casa ideal de trabalho" (*an ideal workhouse*).

"É necessário tornar tal casa uma casa de terror (*house of*

473 *An Essay* etc. Ele mesmo conta à p. 96 em que consistia já em 1770 "a felicidade" dos trabalhadores agrícolas ingleses. "Suas forças de trabalho (*their working powers*) estão constantemente na máxima tensão (*on the stretch*); eles não podem viver pior do que o fazem (*They cannot live cheaper than they do*), nem trabalhar mais duramente (*nor work harder*)".

474 O protestantismo desempenha, mediante sua transformação em dias úteis de quase todos os feriados tradicionais, importante papel na gênese do capital.

475 *An Essay* etc. p. 41, 15, 96, 97, 55, 56, 57.

476 *Op. cit.*, p. 69. Jacob Vanderlint declarou já em 1734 que o segredo da queixa capitalista sobre a preguiça do povo trabalhador consistia apenas em que eles exigiam, pelo mesmo salário, 6 dias de trabalho em lugar de 4.

terror)."[477] Nesta época "casa de terror", nesse "ideal de trabalho", devem ser trabalhadas "14 horas diariamente, inclusive porém o tempo adequado para as refeições, de modo que restem 12 horas completas de trabalho."[478]

Doze horas de trabalho diário na ideal *workhouse*, na casa de terror de 1770! Sessenta e três anos depois, em 1833, quando o Parlamento inglês reduziu a jornada de trabalho para menores de 13 a 18 anos, em quatro ramos industriais, a 12 horas inteiras de trabalho, parecia que o dia do juízo final tinha soado para a indústria inglesa. Em 1852, quando L. Bonaparte procurou firmar sua posição junto à burguesia, mexendo na jornada legal de trabalho, o povo trabalhador francês gritou a uma só boca:

> "A lei que reduz a jornada de trabalho a 12 horas é o único bem que nos restou da legislação da República!"[479]

Em Zurique, o trabalho de crianças com mais de 10 anos foi limitado a 12 horas; em Argóvia, 1862, o trabalho de crianças entre 13 e 15 anos foi reduzido de 12 1/2 a 12 horas, na Áustria, 1860, para crianças entre 14 e 16 anos igualmente a 12 horas.[480] Que "progresso desde 1770" bradaria Macaulay com *exultation*!

A "casa de terror" para os pobres, com a qual ainda sonhava a alma do capital em 1770, ergueu-se poucos anos depois como gigantesca "casa de trabalho" para os próprios trabalhadores da manufatura. Chamou-se fábrica. E dessa vez o ideal empalideceu em face da realidade.

477 *An Essay* etc. p. 242-243: "*Such ideal workhouse must be made a 'House of Terror'*, e não um asilo de pobres onde eles obtêm alimentação farta, agasalhos e boas roupas e onde só trabalham pouco".

478 "*In this ideal workhouse the poor shall work 14 hours in a day, allowing proper time for meals, in such manner that there shall remain 12 hours of neat labour." (Op. cit.*, [p. 260]). "Os franceses", diz ele, "riem de nossas entusiásticas idéias de liberdade." (*Op. cit.*, p. 78.)

479 "Eles se opunham particularmente a aceitar uma jornada com mais de 12 horas de trabalho, porque a lei que fixou esse número de horas é o único bem que lhes restou da legislação da República." (*Rep. of Insp. of Fact. 31st Oct. 1855.* p. 80.) A lei francesa de 12 horas, de 5 de setembro de 1850, uma versão burguesa do decreto do Governo provisório de 2 de março de 1848, aplica-se indistintamente a todas as oficinas. Antes dessa lei, a jornada de trabalho na França era ilimitada. Durava nas fábricas 14, 15 ou mais horas. Ver *Des classes ouvrières en France, pendant l'année 1848. Par M. Blanqui.* O sr. Blanqui, o economista, não revolucionário, estava encarregado dos inquéritos sobre as condições dos trabalhadores.

480 A Bélgica confirma-se também no que se refere à regulamentação da jornada de trabalho como Estado-modelo burguês. Lord Howard de Walden, plenipotenciário inglês em Bruxelas, informa ao Foreign Office em 12 de maio de 1862: "O ministro Rogier informou-me que nem uma lei geral nem regulamentações locais limitam em qualquer forma o trabalho infantil; que o Governo, nos últimos três anos, alimentou, em cada sessão, a idéia de propor à Câmara uma lei sobre o assunto, que porém encontrou sempre obstáculo insuperável na ansiedade ciumenta contra qualquer legislação em contradição com o princípio da perfeita liberdade do trabalho"!

6. A luta pela jornada normal de trabalho. Limitação por força de lei do tempo de trabalho. A legislação fabril inglesa de 1833/64

Depois que o capital precisou de séculos para prolongar a jornada de trabalho até seu limite máximo normal e para ultrapassá-lo até os limites do dia natural de 12 horas,[481] ocorreu então, a partir do nascimento da grande indústria no último terço do século XVIII, um assalto desmedido e violento como uma avalancha. Toda barreira interposta pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foi destruída. Os próprios conceitos de dia e noite, rusticamente simples nos velhos estatutos, confundiram-se tanto que um juiz inglês, ainda em 1860, teve de empregar argúcia verdadeiramente talmúdica, para esclarecer "juridicamente" o que seja dia e o que seja noite.[482] O capital celebrava suas orgias.

Logo que a classe trabalhadora, atordoada pelo barulho da produção, recobrou de algum modo seus sentidos, começou sua resistência, primeiro na terra natal da grande indústria, na Inglaterra. Contudo, durante três decênios, as concessões conquistadas por ela permaneceram puramente nominais. O Parlamento promulgou, de 1802 até 1833, 5 leis sobre o trabalho, mas foi tão astuto que não voltou um tostão sequer para sua aplicação compulsória, para os funcionários necessários etc.[483] Essas leis permaneceram letra morta.

> "A verdade é que antes da lei de 1833, crianças e adolescentes tinham de trabalhar (*were worked*) a noite toda, o dia todo, ou ambos *ad libitum*.[484, 485]

481 "É por certo muito lamentável que qualquer classe de pessoas seja obrigada a se esfalfar 12 horas diariamente. Adicionando-se as horas das refeições e para ir e voltar da fábrica, elas totalizam, de fato, 14 das 24 horas do dia. (...) Abstraindo a saúde, ninguém hesitará, espero, em admitir que do ponto de vista moral essa absorção completa do tempo das classes trabalhadoras, sem interrupções, desde a idade dos 13 anos e desde muito antes, nos ramos industriais "livres" é extremamente nefasta e um mal terrível. (...) No interesse da moral pública, para a formação de uma população apta e a fim de proporcionar à grande massa do povo razoável gozo da vida, é necessário que em todos os ramos de atividade seja reservada uma parte de cada dia de trabalho para descanso e lazer." (HORNER, Leonard. In: *Rep. of Insp. of Fact. 31st Dec. 1841.*)

482 Ver *Judgement of Mr. J. H. Otway, Belfast, Hilary Sessions, County Antrim, 1860.*

483 É muito característico para o regime de Louis-Philippe, do *roi bourgeois*,* que a única lei fabril promulgada em seu reinado, de 22 de março de 1841, não foi jamais aplicada. E essa lei refere-se apenas ao trabalho infantil. Estabelece 8 horas para crianças entre 8 e 12 anos, 12 horas para crianças entre 12 e 16 etc., com muitas exceções que permitem o trabalho noturno até para crianças de 8 anos. Vigilância e imposição da lei num país, onde cada rato é administrado policialmente, foram deixadas à boa vontade dos *amis du commerce.* Somente a partir de 1853, existe um único departamento, no departamento du Nord, um inspetor governamental pago. Não menos característico do desenvolvimento da sociedade francesa em geral é o fato de a lei de Louis-Philippe permanecer, até a revolução de 1848, como única em meio à fábrica francesa de leis que tudo envolve!

* Rei burguês. (N. dos T.)

484 À vontade. (N. dos T.)

485 *Rep. of Insp. of Fact. 30th April 1860.* p. 50.

Somente a partir da Lei Fabril de 1833 — abrangendo a indústria algodoeira, a indústria do linho e seda — nasceu para a indústria moderna uma jornada normal de trabalho. Nada caracteriza melhor o espírito do capital que a história da legislação fabril inglesa de 1833 até 1864!

A lei de 1833 declara que a jornada normal de trabalho fabril deveria começar às 5 1/2 horas da manhã e terminar às 8 1/2 horas da noite, e dentro desses limites, um período de 15 horas, é legal utilizar adolescentes (isto é, pessoas entre 13 e 18 anos) a qualquer hora do dia, pressupondo-se sempre que um mesmo adolescente não trabalhe mais que 12 horas num mesmo dia, com exceção para certos casos especialmente previstos. A 6ª seção da lei determina:

> "que no decorrer de cada dia para cada uma dessas pessoas com limitação de tempo de trabalho dever-se-á proporcionar pelo menos 1 1/2 hora para as refeições".

O emprego de crianças menores de 9 anos, com exceções que mencionaremos mais tarde, foi proibido, o trabalho de crianças entre 9 e 13 anos limitado a 8 horas diárias. Trabalho noturno, isto é, segundo essa lei, trabalho entre 8 1/2 horas da noite e 5 1/2 horas da manhã, foi proibido para toda pessoa entre 9 e 18 anos.

Os legisladores estavam tão longe de querer tocar a liberdade do capital na extração da força de trabalho dos adultos, ou como eles a denominavam, "a liberdade do trabalho", que imaginaram um sistema apropriado para coibir essa horripilante conseqüência da Lei Fabril.

> "O grande mal do sistema fabril como é atualmente organizado", diz o primeiro relatório do conselho central da comissão de 25 de junho de 1833, "consiste na criação da necessidade de estender o trabalho infantil até a duração máxima do trabalho dos adultos. O único remédio para esse mal, sem limitar o trabalho dos adultos, o que seria um mal maior que o que se pretende evitar, parece ser o plano de empregar turmas duplas de crianças."[486]

Sob o nome de sistema de turnos (*system of relays; relay* significa tanto em inglês como em francês: troca dos cavalos da posta nas diferentes estações) foi portanto realizado esse "plano" de tal forma que das 5 1/2 horas da manhã até a 1 1/2 da tarde foi atrelada ao trabalho uma turma de crianças entre 9 e 13 anos, e da 1 1/2 da tarde até as 8 1/2 da noite, outra turma etc.

Como recompensa por terem os senhores fabricantes durante os

486 *Factories Inquiry Commission. First Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners. Ordered, by the House of Commons, to be Printed, 28 June 1833.* p. 53.

últimos 22 anos ignorado todas as leis promulgadas sobre o trabalho infantil foi-lhes dourada a pílula. O Parlamento determinou que depois de 1º de março de 1834, nenhuma criança menor de 11 anos, depois de 1º de março de 1835, nenhuma criança menor de 12 anos, e depois de 1º de março de 1836, nenhuma criança menor de 13 anos devia trabalhar mais que 8 horas numa fábrica. Para o "capital" um "liberalismo" tão indulgente foi tanto mais digno de nota quanto o dr. Farre, sr. A. Carlisle, e Sir B. Brodie, Sir C. Bell, sr. Guthrie etc., enfim, os mais renomados *physicians* e *surgeons*[487] de Londres declararam em seus depoimentos perante a Câmara dos Comuns que existia *periculum in mora*.[488] Dr. Farre expressou-se ainda de forma algo mais rude:

> "A legislação é igualmente necessária para a prevenção da morte em todas as formas em que ela pode ser prematuramente infligida, e esse" (modo fabril) "deve ser certamente considerado um dos meios mais cruéis de infligi-la".[489]

O mesmo Parlamento "reformado", que por delicadeza para com os senhores fabricantes condenou crianças menores de 13 anos por ainda longos anos a trabalhar no inferno das fábricas 72 horas por semana, proibiu na lei de emancipação, que também ministrava a liberdade em conta-gotas, ao contrário, desde o início, aos plantadores fazerem seus escravos negros trabalhar mais de 45 horas por semana!

Mas de nenhuma forma apaziguado, o capital inaugurou agora, por vários anos, uma estrepitosa agitação. Ela girava principalmente em torno da idade das categorias que sob o nome de crianças estavam limitadas a 8 horas de trabalho e sujeitas a certa obrigação escolar. Segundo a antropologia capitalista, a idade infantil acaba aos 10 anos ou quando muito aos 11. Quanto mais próxima a data da vigência da Lei Fabril, o ano fatal de 1836, tanto mais se enfurecia a corja dos fabricantes. Eles conseguiram, de fato, intimidar tanto o Governo, que este em 1835 propôs reduzir o limite da idade infantil de 13 para 12 anos. Entrementes, cresceu a *pressure from without*,[490] ameaçadoramente. A coragem falhou à Câmara dos Comuns. Ela recusou-se a lançar sob a roda do Jagrená[491] do capital meninos de 13 anos por

487 Médicos e cirurgiões. (N. dos T.)

488 ("Perigo iminente" — Da obra do historiador romano Tito Lívio. *Aburbe Condita*. Livro Trigésimo Oitavo. Cap. 25, verso 13. (N. da Ed. Alemã.)

489 *Legislation is equally necessary for the prevention of death in any form in which it can be prematurely inflicted, and certainly this must be viewed as a most cruel mode of inflicting it.*• • "Report from the committee on the 'Bill to regulate the labour of children in the mills and factories of the United Kingdom': With the minutes of evidence. Ordered, by the House of Commons, to be printed, 8 August 1832." (N. da Ed. Alemã.)

490 Pressão de fora. (N. dos T.)

491 Juggernaut (Dschagannat). — Uma das formas do deus Vixnu, um dos mais altos dos deuses hindus. O culto a Jagrená distinguia-se por um ritual particularmente faustoso e por extremo fanatismo religioso, que encontrava sua expressão na automortificação e no auto-sacrifício dos fiéis. Nos dias das grandes festividades os fiéis se jogavam sob o carro, sobre o qual se encontrava uma figura de Vixnu-Jagrená. (N. da Ed. Alemã.)

mais de 8 horas diárias, e a lei de 1833 entrou em pleno vigor. Ela permaneceu sem alterações até junho de 1844.

Durante o decênio no qual esta lei, primeiro parcialmente e depois totalmente, regulou o trabalho fabril, regurgitam os relatórios oficiais dos inspetores de fábrica de queixas sobre a impossibilidade de sua execução. Uma vez, pois, que a lei de 1833, em verdade, deixava aos senhores do capital a determinação de quando, durante o período de 15 horas, das 5 1/2 da manhã até as 8 1/2 da noite, cada "adolescente" e cada "criança" deveria iniciar, interromper, encerrar a jornada de respectivamente 12 e 8 horas, e também a determinação de horas distintas de refeição para as diferentes pessoas, esses senhores descobriram logo um novo "sistema de *relays*" segundo o qual os cavalos de trabalho não são mudados em determinadas estações de troca, mas são sempre de novo atrelados em estações alternantes. Nós não nos deteremos mais na beleza desse sistema, pois que mais tarde teremos de retornar a ele. Em todo caso, fica claro à primeira vista que toda a Lei Fabril foi por ele revogada, não apenas em seu espírito, mas também em sua letra. Com uma contabilidade tão complicada, como poderiam os inspetores de fábrica impor o cumprimento do tempo de trabalho legalmente determinado e a concessão do horário legal de refeições para cada criança e cada adolescente individualmente? Em grande parte das fábricas voltou a florescer impunemente o antigo e brutal abuso. Em reunião com o Ministro do Interior (1844), os inspetores de fábrica demonstraram a impossibilidade de qualquer controle sob o sistema de turnos tramado recentemente.[492] Entrementes, no entanto, as circunstâncias mudaram muito. Os trabalhadores fabris, notadamente a partir de 1838, haviam feito da lei das 10 horas sua palavra de ordem eleitoral econômica, como fizeram da *Charter*[493] sua palavra de ordem eleitoral política. Mesmo uma parte dos fabricantes que tinha regulado as atividades de suas fábricas de acordo com a lei de 1833 inundou o Parlamento com memoriais sobre a "concorrência" imoral dos falsos irmãos, aos quais maior atrevimento ou circunstâncias locais mais felizes permitiam a violação da lei. Além disso, por mais que o fabricante individual quisesse dar livre curso a sua antiga rapacidade, os representantes e dirigentes políticos da classe dos fabricantes ordenavam uma atitude diferente e uma linguagem diferente em face dos trabalhadores. Eles tinham aberto a campanha para a abolição das leis do trigo e precisavam da ajuda dos trabalhadores

492 *Rep. of Insp. of Fact. 31st October 1849.* p. 6.

493 Carta do povo (*people's charter*) — Um documento que continha as reivindicações dos cartistas; foi dado a público em 8 de maio de 1838 como projeto de lei que deveria ser levado ao Parlamento. As reivindicações eram: 1) sufrágio universal (para homens maiores de 21 anos); 2) eleições anuais do Parlamento; 3) votação secreta; 4) igualdade das circunscrições eleitorais; 5) abolição do censo de fortuna para os candidatos às eleições ao Parlamento; 6) remuneração para os membros do Parlamento. (N. da Ed. Alemã.)

para a vitória! Eles prometiam, portanto, não apenas a duplicação do tamanho do pão,[494] mas também a adoção da lei das 10 horas sob o reinado milenar do *free trade*.[495] Eles não deviam, portanto, de modo algum, combater uma medida destinada apenas a tornar efetiva a lei de 1833. Ameaçados em seus mais sagrados interesses, a renda da terra, trovejaram finalmente os *tories*, filantropicamente indignados pelas "práticas infames"[496] de seus inimigos.

Assim surgiu a Lei Fabril adicional de 7 de junho de 1844. Entrou em vigor em 10 de setembro de 1844. Ela agrupava uma nova categoria de trabalhadores entre os protegidos, a saber, as mulheres maiores de 18 anos. Elas foram em todos os sentidos equiparadas aos adolescentes, com o tempo de trabalho reduzido a 12 horas, sendo-lhes vedado o trabalho noturno etc. Pela primeira vez via-se a legislação, portanto, obrigada a controlar direta e oficialmente também o trabalho de pessoas maiores. No relatório fabril de 1844/45 diz-se ironicamente:

> "Não chegou ao nosso conhecimento nenhum caso de mulheres adultas que se teriam queixado dessa interferência em seus direitos".[497]

O trabalho de crianças menores de 13 anos foi reduzido a 6 1/2 horas, e sob determinadas condições, a 7 horas diariamente.[498]

Para eliminar os abusos do falso "sistema de turnos", a lei determinou entre outros os seguintes detalhes importantes:

> "A jornada de trabalho para crianças e adolescentes deve ser contada a partir do momento em que qualquer criança ou adolescente comece a trabalhar na fábrica pela manhã".

De modo que, se A, por exemplo, começa o trabalho às 8 horas da manhã e B às 10 horas, a jornada de trabalho de B deve, entretanto, terminar na mesma hora que a de A. O começo da jornada de trabalho deve ser marcado por um relógio público, por exemplo, o relógio da estação ferroviária mais próxima, pelo qual tem de regular-se o sino da fábrica. O fabricante tem de afixar na fábrica um aviso impresso

494 Os partidários da Anti-Corn-Law-League procuravam de forma demagógica convencer os trabalhadores de que com a introdução do livre-câmbio subiriam seu salário real e duplicariam o filão de pão (*big loaf*). Para isso, eles traziam pelas ruas, como meio visual, dois filões de pão — um grande e um pequeno — com as correspondentes inscrições. A realidade comprovou a mentira dessas promessas. O capital industrial da Inglaterra, que se fortaleceu por meio da revogação das leis do trigo, reforçou seus ataques aos interesses vitais da classe trabalhadora. (N. da Ed. Alemã.)

495 *Rep. of Insp. of Fact. 31st October 1848*. p. 98.

496 De resto, Leonard Horner usa oficialmente a expressão *nefarious practices.** (*Reports of Insp. of Fact. 31st October 1859*. p. 7.)
* Práticas infames. (N. dos T.)

497 *Rep.* etc. *for 30th Sept. 1844*. p. 15.

498 A lei permite utilizar crianças por 10 horas, sempre e quando não trabalhem dia após dia, mas sim em dias alternados. De modo geral essa cláusula ficou sem efeitos.

em letras grandes, no qual são dados o começo, o fim e os intervalos da jornada de trabalho. Crianças que começam seu trabalho da manhã antes das 12 horas não podem ser utilizadas de novo depois da 1 hora da tarde. O turno da tarde deve, portanto, consistir em outras crianças que não as do turno da manhã. A 1 1/2 hora para a refeição deve ser concedida a todos os trabalhadores protegidos nos mesmos períodos do dia, pelo menos 1 hora antes das 3 horas da tarde. Crianças ou adolescentes não podem ser empregados mais de 5 horas antes da 1 hora da tarde, sem que tenham pelo menos 1/2 hora de pausa para a refeição. Crianças, adolescentes e mulheres não podem permanecer durante o tempo de nenhuma das refeições em qualquer compartimento da fábrica onde esteja em curso qualquer processo de trabalho etc.

Conforme se viu: essas determinações minuciosas, que regulam o período, limites, pausas no trabalho de modo tão militarmente uniforme de acordo com o bater do sino, não eram, de modo algum, produto de alguma fantasia parlamentar. Desenvolveram-se progressivamente das próprias circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, reconhecimento oficial e proclamação pelo Estado foram o resultado de prolongadas lutas de classes. Uma de suas conseqüências mais imediatas foi submeter, na prática, a jornada de trabalho dos operários masculinos adultos aos mesmos limites, uma vez que a cooperação das crianças, dos adolescentes e das mulheres era imprescindível na maioria dos processos de produção. Em suma, durante o período de 1844/47 vigorou geral e uniformemente o dia de trabalho de 12 horas em todos os ramos industriais submetidos à legislação fabril.

Os fabricantes, entretanto, não permitiram esse "progresso" sem um "retrocesso" compensador. Sob pressão deles, a Câmara dos Comuns reduziu a idade mínima das crianças a serem exploradas de 9 anos para 8, a fim de assegurar o "suprimento adicional de crianças para as fábricas",[499] devido ao capital por determinação de Deus e de direito.

Os anos de 1846/47 fazem época na história econômica da Inglaterra. Revogam-se as leis do trigo, eliminam-se as tarifas alfandegárias para o algodão e outras matérias-primas, declara-se o livre-câmbio como a estrela-guia da legislação. Em suma, raiou o império milenar! Por outro lado, nos mesmos anos, o movimento cartista e a agitação pelas 10 horas alcançaram seus pontos máximos. Encontraram aliados nos *tories* sedentos de vingança. Apesar da fanática resistência das hostes perjuras do livre-cambismo, com Bright e Cabden à frente, passou no Parlamento por tanto tempo almejada a lei das 10 horas.

499 "Como uma redução de seu tempo de trabalho levaria à necessidade de empregar um número maior" (de crianças), "pensou-se que uma oferta adicional de crianças em idade entre 8 e 9 anos cobriria a demanda aumentada." (*Op. cit.*, p. 13.)

A nova Lei Fabril de 8 de junho de 1847 decretava que deveria entrar em vigor, a partir de 1º de julho deste mesmo ano, uma redução provisória da jornada de trabalho das "pessoas jovens" (de 13 até 18 anos) e de todas as trabalhadoras, para 11 horas, em 1º de maio de 1848, a limitação definitiva a 10 horas. De resto, a lei era apenas um complemento que emendava as leis de 1833 e 1844.

O capital empreendeu uma campanha preliminar para impedir a aplicação total da lei de 1º de maio de 1848. E seriam os próprios trabalhadores que, supostamente escarmentados pela experiência, deveriam ajudar a destruir a sua própria obra. O momento foi habilmente escolhido.

> "Deve-se lembrar que, em conseqüência da terrível crise de 1846/47, reinava muita miséria entre os trabalhadores fabris, pois muitas fábricas trabalhavam apenas em tempo reduzido e outras estavam totalmente paralisadas. Considerável número de trabalhadores encontrava-se sob forte pressão, muitos endividados. Podia-se por isso admitir, com razoável certeza, que prefeririam um tempo de trabalho mais longo, para se refazer das perdas sofridas, talvez pagar dívidas ou resgatar seus móveis da casa de penhores ou substituir haveres vendidos ou prover de roupas a si mesmos e a suas famílias."[500]

Os senhores fabricantes buscaram intensificar os efeitos naturais dessas circunstâncias mediante rebaixamento geral dos salários em 10%. Isso ocorreu, por assim dizer, para festejar a inauguração da nova era do livre-câmbio. Seguiu-se então nova redução de 8 1/3%, logo que a jornada de trabalho foi reduzida a 11 horas, e do dobro, logo que foi reduzida definitivamente a 10 horas. Onde de alguma forma as circunstâncias o permitiram, teve lugar uma redução dos salários de pelo menos 25%.[501] Sob condições tão favoravelmente preparadas teve início a agitação entre os trabalhadores, em favor da revogação da lei de 1847. Nenhum meio de logro, de sedução e de ameaça foi desdenhado, tudo porém em vão. Com referência à meia dúzia de petições, nas quais os trabalhadores queixavam-se de "sua opressão pela lei", os próprios peticionários esclareceram, em interrogatório oral, que suas assinaturas foram extorquidas.

> "Eles estavam oprimidos, mas por alguém outro que não a Lei Fabril."[502]

500 *Rep. of Insp. of Fact. 31st Oct. 1848.* p. 16.

501 "Verifiquei que pessoas, as quais ganhavam 10 xelins semanalmente, tiveram uma redução de 1 xelim por conta da rebaixa geral de 10% e 1 xelim e 6 pence dos restantes 9 xelins, por motivo da diminuição do tempo de trabalho, ao todo 2 xelins e 6 pense, e apesar de tudo a maioria se manteve firmemente em prol da lei de 10 horas." (*Op. cit.*)

502 "Quando assinei a petição, declarei na mesma ocasião que eu estava fazendo algo errado. —

Quanto mais, porém, os fabricantes não conseguiam fazer com que os trabalhadores falassem como eles desejavam, tanto mais alto gritavam eles mesmos na imprensa e no Parlamento, em nome dos trabalhadores. Eles denunciaram os inspetores de fábricas como uma espécie de comissários da Convenção,[503] que sacrificavam impiedosamente os infelizes trabalhadores às suas quimeras de reforma do mundo. Também essa manobra fracassou. O inspetor de fábrica Leonard Horner realizou pessoalmente e por meio de seus subinspetores numerosas tomadas de depoimentos de testemunhas nas fábricas do Lancashire. Cerca de 70% dos trabalhadores ouvidos declararam-se pelas 10 horas, uma porcentagem muito menor por 11 e uma insignificante minoria pelas velhas 12 horas.[504]

Outra manobra "bondosa" foi deixar os trabalhadores adultos masculinos trabalharem de 12 até 15 horas e então declarar esse fato como a melhor expressão dos desejos íntimos proletários. Mas o "implacável" inspetor Leonard Horner estava de novo a postos. A maioria dos que trabalharam horas extras declarou:

> "eles preferiam de longe trabalhar 10 horas por menor salário, mas não tiveram escolha, tantos deles estavam sem trabalho, tantos fiandeiros estavam obrigados a trabalhar como simples *piecers*,[505] que, se recusassem o tempo mais longo de trabalho, outros tomariam imediatamente seus lugares; portanto, a questão para eles era: trabalhar por tempo mais longo ou ficar na rua".[506]

A campanha preliminar do capital havia fracassado e a lei das 10 horas entrou em vigor em 1º de maio de 1848. Entrementes, o fiasco do partido cartista, com seus chefes na cadeia e sua organização arrebentada, tinha abalado a autoconfiança da classe trabalhadora inglesa. Logo em seguida, a insurreição parisiense de junho e seu afogamento em sangue uniram, tanto na Inglaterra quanto na Europa continental, todas as frações das classes dominantes, proprietários de terra e capitalistas, especuladores da Bolsa e lojistas, protecionistas e livre-cambistas, governo e oposição, padres e livre-pensadores, jovens

Por que então a assinou? — Porque, em caso de recusa, ter-me-iam jogado na rua. — O peticionário sentia-se de fato oprimido, porém não exatamente pela Lei Fabril." (*Op. cit.*, p. 102.)

503 Comissários da convenção denominaram-se, durante a Revolução Francesa, os representantes da Convenção Nacional, com poderes plenos especiais, nos departamentos e nos corpos de tropa. (N. da Ed. Alemã.)

504 *Op. cit.*, p. 17. No distrito do sr. Horner foram assim ouvidos 10 270 trabalhadores adultos masculinos em 181 fábricas. Suas declarações se encontram no apêndice do relatório fabril do semestre que termina em outubro de 1848. Esses depoimentos oferecem também sob outros aspectos material valioso.

505 Trabalhadores por peças.

506 *Op. cit.* Veja as declarações coligidas pelo próprio Leonard Horner, números 69, 70, 71, 72, 92, 93 e também aquelas recolhidas pelo subinspetor A., de números 51, 52, 58, 59, 62, 70 do "Appendix". Um fabricante mesmo confessou toda a verdade. Ver nº 14 e nº 265. *Op. cit.*

prostitutas e velhas freiras, sob a bandeira comum da salvação da propriedade, da religião, da sociedade! A classe trabalhadora foi por toda parte proscrita, anatematizada, colocada sob a *loi des suspects*.[507] Os senhores fabricantes já não precisavam, portanto, se constranger. Rebelaram-se abertamente não só contra a lei das 10 horas, mas também contra toda a legislação que a partir de 1833 procurava, de certa forma, refrear a "livre" exploração da força de trabalho. Foi uma *proslavery rebellion*[508] em miniatura, conduzida durante mais de 2 anos, com cínica falta de escrúpulos, com energia terrorista, ambas tanto mais baratas quanto o capitalista rebelde nada arriscava além da pele de seus trabalhadores.

Para a compreensão do que segue deve-se recordar que as Leis Fabris de 1833, 1844 e 1847 estavam todas as três em pleno vigor, na medida em que uma não emendava a outra; que nenhuma delas limita a jornada do trabalhador do sexo masculino, maior de 18 anos, e que a partir de 1833 o período de 15 horas, das 5 1/2 horas da manhã até as 8 1/2 da noite, permanecia o "dia" legal, dentro de cujos limites devia ser executado inicialmente o trabalho de 12 horas, mais tarde o trabalho de 10 horas, dos adolescentes e das mulheres, sob as condições legalmente prescritas.

Os fabricantes começaram aqui e ali a despedir uma parte, às vezes metade, dos adolescentes e trabalhadoras empregados por eles e restauraram o já quase extinto trabalho noturno entre os trabalhadores masculinos adultos. A lei das 10 horas, bradavam, não lhes deixava outra alternativa.[509]

O segundo passo foi dado em relação aos intervalos legais para as refeições. Ouçamos os inspetores de fábrica.

> "Desde a limitação das horas de trabalho a 10, os fabricantes, embora não levem praticamente às últimas conseqüências seu ponto de vista, afirmam que estão cumprindo os preceitos da lei ao concederem, quando se trabalha, por exemplo, das 9 horas da manhã até as 7 horas da noite, 1 hora para as refeições antes das 9 da manhã e 1/2 hora depois das 7 da noite, assim sendo 1 1/2 hora para as refeições. Em alguns casos permitem agora 1/2 hora ou 1 hora para o almoço, insistindo, porém, que não são de modo nenhum obrigados a incluir qualquer parte da 1 1/2 hora no transcurso da jornada de 10 horas."[510]

507 Lei dos suspeitos — lei sobre medidas para a segurança geral, a qual foi decidida em 19 de fevereiro de 1858 pelo *corps législatif* (corpo legislativo). A lei dava ao imperador e seu governo o direito irrestrito de lançar às prisões ou banir para diferentes lugares da França ou Argélia, ou mesmo para fora de todo o território francês, qualquer pessoa que fosse suspeita de ter postura inimiga para com o Segundo Império. (N. da Ed. Alemã.)

508 Rebelião escravista. (N. dos T.)

509 *Reports* etc. *for 31st October 1848.* p. 133-134.

510 *Reports* etc. *for 30th April 1848.* p. 47.

Os senhores fabricantes afirmavam, portanto, que as determinações meticulosas da lei de 1844 sobre as refeições dariam ao trabalhador apenas a permissão para comer e beber antes de entrar na fábrica e depois de sair dela, ou seja, em casa! E por que não poderiam os trabalhadores almoçar antes das 9 horas da manhã? Os juristas da Coroa decidiram, entretanto, que as refeições prescritas

> "deveriam ser realizadas em pausas da jornada real de trabalho e que era ilegal fazer trabalhar 10 horas sucessivas, das 9 horas da manhã até as 7 horas da noite sem interrupção."[511]

Depois dessas cordiais demonstrações, o capital encaminhou sua revolta através de um passo, o qual correspondia à letra da lei de 1844, sendo portanto legal.

A lei de 1844 proibia ocupar crianças de 8 até 13 anos, que fossem ocupadas pela manhã antes das 12 horas, outra vez depois da 1 hora da tarde. Não regulava, de modo nenhum, entretanto, as 6 1/2 horas de trabalho das crianças cujo tempo de trabalho começasse ao meio-dia ou depois! Crianças de 8 anos podiam, portanto, quando começassem o trabalho ao meio-dia, ser utilizadas das 12 até 1 hora, 1 hora; das 2 horas até as 4 horas da tarde, 2 horas, e das 5 horas até 8 1/2 da noite, 3 1/2 horas; no total, as 6 1/2 horas legais! Ou melhor ainda. Para adaptar sua aplicação à atividade do trabalhador adulto até as 8 1/2 da noite, o fabricante precisava somente não dar-lhes nenhum trabalho antes das 2 horas da tarde e podia mantê-los daí em diante ininterruptamente na fábrica até as 8 1/2 da noite!

> "E agora é expressamente admitido que, em virtude da ganância dos fabricantes que querem manter sua maquinaria funcionando por mais de 10 horas, foi introduzida na Inglaterra a prática de fazer trabalhar crianças de 8 a 13 anos, de ambos os sexos, até as 8 1/2 da noite, junto com homens adultos,[512] após todos os adolescentes e todas as mulheres terem deixado a fábrica."

Trabalhadores e inspetores de fábrica protestaram por motivos higiênicos e morais. O capital, porém, respondeu:

> "Que meus atos recaiam sobre minha cabeça! Meu direito exijo eu! A multa e o penhor do meu título!"[513]

Na verdade, segundo dados estatísticos apresentados à Câmara dos Comuns em 26 de julho de 1850, apesar de todos os protestos, 3 742 crianças em 257 fábricas estavam submetidas a essa "prática", em 15 de julho de 1850.[514] Ainda não bastava! O olhar de lince do capital

511 *Reports* etc. *for 31st Oct. 1848.* p. 130.
512 *Reports* etc. *Op. cit.*, p. 142.
513 SHAKESPEARE. *O Mercador de Veneza*. Ato IV. Cena I. (N. da Ed. Alemã.)
514 *Reports* etc. *for 31st Oct. 1850.* p. 5-6.

descobriu que a lei de 1844, embora não permitisse trabalhar 5 horas pela manhã sem intervalo de pelo menos 30 minutos para descanso, nada prescrevia desse gênero para o trabalho à tarde. O capital exigiu e se obstinou no prazer de fazer crianças trabalhadoras de 8 anos não apenas mourejarem sem descanso, mas também passar fome das 2 horas da tarde até as 8 1/2 da noite!

> "Sim, o peito,
> assim diz o título."[515, 516]

Esse apego shylockiano à letra da lei de 1844, na parte que regula o trabalho das crianças, deveria somente transmitir a revolta aberta contra a mesma lei, na parte que regula o trabalho de pessoas jovens e mulheres. Recorda-se que a eliminação do "falso sistema de turnos" constituía o principal objetivo e o principal conteúdo daquela lei. Os fabricantes inauguraram sua revolta com a simples declaração de que as seções da lei de 1844 que proibiam o abuso à vontade de adolescentes e mulheres em partes mais curtas e arbitrárias da jornada fabril de 15 horas eram

> "comparativamente inofensivos (*comparatively harmless*) enquanto a jornada de trabalho estava limitada a 12 horas. Sob a lei das 10 horas representavam uma iniqüidade (*hardship*) insuportável".[517]

Do modo mais frio demonstraram aos inspetores que colocavam-se acima da letra da lei e implantariam de novo, por conta própria, o velho sistema.[518] E o fariam no interesse dos próprios trabalhadores mal aconselhados,

515 SHAKESPEARE. *O Mercador de Veneza*. Ato IV. Cena I. (N. da Ed. Alemã.)

516 A natureza do capital permanece a mesma, tanto em suas formas não desenvolvidas quanto nas desenvolvidas. No código de leis imposto ao território do Novo México sob a influência dos senhores de escravos pouco antes de rebentar a guerra civil americana, lê-se: o trabalhador, na medida em que o capitalista tenha comprado sua força de trabalho, "é seu (do capitalista) dinheiro". (*The labourer is his (the capitalist's) money*.) A mesma visão era corrente entre os patrícios romanos. O dinheiro que eles adiantavam aos devedores plebeus transformava-se, pelos meios de subsistência, em carne e sangue do devedor. Essa "carne e sangue" era, portanto, "seu dinheiro". Daí a lei shylockiana das 10 tábuas![*] Que a hipótese de Linguet,[**] que os credores patrícios, de tempo em tempo, organizavam festins com carne cozida de seus devedores, do outro lado do Tibre, permaneça no mesmo pé que a hipótese de Daumer sobre a Ceia da Eucaristia.[***]

[*] Lei das 10 tábuas — Variante do original da lei das "12 tábuas", do mais antigo monumento legislativo do Estado escravagista romano. Essa lei protegia a propriedade privada e previa pena de prisão, escravização ou despedaçamento de seu corpo, para o devedor incapaz de saldar suas dívidas. Foi o ponto de partida do direito privado romano. (N. da Ed. Alemã.)

[**] O historiador francês Linguet formula essa hipótese em seu trabalho *Théorie des Loix Civiles, ou Principes Fondamentaux de la Société*. Londres, 1767. t. 2, Livro Quinto. Cap. 20. (N. da Ed. Alemã.)

[***] Daumer defendeu em seu trabalho *Geheimnisse des christlichen Altertums* a hipótese de que os primeiros cristãos teriam degustado carne humana na Ceia da Eucaristia. (N. da Ed. Alemã.)

517 *Reports* etc. *for 31st Oct. 1848*. p. 133.

518 Assim se expressa, entre outros, o filantropo Ashworth numa repugnante carta de quacre a Leonard Horner. (*Rep. Apr. 1849*. p. 4.)

> "para poder pagar-lhes melhores salários". "Seria o único plano possível, sob a lei das 10 horas, para manter a supremacia industrial britânica."[519] "Poderia ser um pouco difícil descobrir irregularidades sob o sistema de turnos, mas e daí? (*What of that?*) Deve o grande interesse fabril deste país ser tratado como coisa secundária, para poupar aos inspetores e subinspetores fabris um pouco mais de esforço (*some little trouble*)?"[520]

Todos esses embustes em nada ajudaram, naturalmente. Os inspetores de fábrica iniciaram procedimentos judiciários. Logo, porém, tal nuvem de petições dos fabricantes cobriu o ministro do interior, Sir George Grey, que ele, numa circular de 5 de agosto de 1848, instruiu os inspetores no sentido de

> "em geral, não proceder contra a violação da letra da lei, enquanto não houvesse abuso comprovado do sistema de turnos, fazendo trabalhar adolescentes e mulheres mais de 10 horas".

Em conseqüência, o inspetor J. Stuart permitiu o assim chamado sistema de turnos, durante o período de 15 horas da jornada fabril em toda a Escócia, onde logo floresceu outra vez, à velha maneira. Os inspetores ingleses, em contraposição, declararam que o ministro não possuía poder ditatorial para a suspensão das leis e prosseguiram com procedimentos judiciais contra os rebeldes *proslavery*.

Para que, entretanto, todas aquelas citações perante os tribunais, se os tribunais, os *county magistrates*,[521] os absolviam? Nesses tribunais sentavam-se os próprios senhores fabricantes, para julgar a si mesmos. Um exemplo. Um certo Eskrigge, fabricante de fio de algodão, da firma Kershaw, Leese & Co., apresentou ao inspetor de fábrica de seu distrito o esquema de um sistema de turnos destinado à sua fábrica. Tendo a decisão sido negativa, manteve-se a seguir passivo. Poucos meses depois, um indivíduo de nome Robinson, da mesma forma fabricante de fios de algodão, e se não o Sexta-Feira, era em todo caso parente do Eskrigge, compareceu perante os *borough justices*[522] em Stockport por haver introduzido um sistema de turnos idêntico ao urdido por Eskrigge. Eram 4 juízes, 3 entre eles fabricantes de fios de algodão, tendo à frente o mesmo indefectível Eskrigge. Eskrigge absolveu Robinson e declarou então que o que era legal para Robinson era permitido a Eskrigge. Apoiado em sua própria decisão judicial, introduziu imedia-

519 *Reports* etc. *for 31st Oct. 1848*. p. 138.
520 *Op. cit.*, p. 140.
521 Esses *county magistrates*, os *great unpaid*,* como os denomina W. Cobbett, são uma espécie de juízes de paz, não remunerados, escolhidos entre os honoráveis dos condados. Constituem de fato as cortes patrimoniais das classes dominantes.
* Grandes não-pagos. (N. dos T.)
522 Juízes de paz urbanos. (N. dos T.)

tamente o sistema em sua fábrica.[523] Em verdade, a composição desses tribunais era já uma aberta violação da lei.[524]

> "Essa espécie de farsas judiciais", exclama o inspetor Howell, "clama por um remédio, (...) a lei deve ser ou adaptada a essas sentenças ou administrada por um tribunal menos falível, que adapte suas decisões à lei (...) em tais casos. Como seria bom ter um juiz remunerado!"[525]

Os juristas da Coroa declararam a interpretação que os fabricantes davam à lei de 1848 absurda, mas os salvadores da sociedade não se deixavam desconcertar.

> "Depois de haver tentado", relata Leonard Horner, "por meio de 10 ações em 7 comarcas judiciais diferentes, impor a aplicação da lei, e apenas em um caso ter sido apoiado pelos magistrados (...) considero inúteis outras ações por infrações à lei. A parte da lei instituída para conseguir uniformidade nas horas de trabalho (...) já não existe em Lancashire. Eu também não possuo, com meus subagentes, nenhum meio para assegurar-nos de que fábricas onde existe o denominado sistema de turnos não ocupem adolescentes e mulheres por mais de 10 horas. (...) Ao final de abril de 1849, já trabalhavam em meu distrito 114 fábricas segundo esse método e seu número cresce rapidamente nos últimos tempos. Em geral, eles trabalham agora 13 1/2 horas, das 6 horas da manhã até as 7 1/2 da noite; em alguns casos, 15 horas, das 5 1/2 da manhã até as 8 1/2 da noite."[526]

Já em dezembro de 1848 possuía Leonard Horner uma lista de 65 fabricantes e 29 supervisores que declaravam unanimemente que nenhum sistema de fiscalização poderia impedir o sobretrabalho mais extensivo sob esse sistema de turnos.[527] As mesmas crianças e adolescentes eram passados (*shifted*) ora da fiação para a tecelagem etc., ora, durante 15 horas, de uma fábrica à outra.[528] Como controlar um sistema

> "que abusa da palavra turno, para misturar os trabalhadores, em infinitas variações como cartas e mudar diariamente as horas de trabalho e de descanso para os diferentes indivíduos, de tal

523 *Reports etc. for 30th April 1849.* p. 21-22. Ver exemplos parecidos, p. 4-5.
524 Pelos arts. 1 e 2 de W[illia]m IV, c. 29, s. 10, conhecidos como Sir John Hobhouse's Factory Act, proíbe-se que qualquer proprietário de fiação ou tecelagem de algodão ou pai, filho e irmão de tal dono, funcionem como juiz de paz em questões que digam respeito à *Factory Act.*
525 *Reports etc. for 30th April 1849.* [p. 22.]
526 *Reports* etc. *for 30th April 1849.* p. 5.
527 *Rep.* etc. *for 31st Oct. 1849.* p. 6.
528 *Rep.* etc. *for 30th April 1849.* p. 21.

modo que um mesmo sortimento completo de braços nunca atue conjuntamente no mesmo lugar e ao mesmo tempo!"[529]

Mas, abstraindo totalmente o sobretrabalho real, esse assim chamado sistema de turnos era produto da fantasia do capital, que Fourier em seu esboço humorístico das *courtes séances*[530] jamais superou, só que a atração do trabalho foi transformada na atração do capital. Observem-se tais esquemas dos fabricantes, que foram louvados pela boa imprensa como modelo "do que pode realizar razoável grau de cuidado e de método" (*what a reasonable degree of care and method can accomplish*). O pessoal trabalhador foi dividido às vezes em 12 até 15 categorias, que por sua vez mudavam constantemente suas partes componentes. Durante o período de 15 horas da jornada fabril, o capital incorporava o trabalhador ora por 30 minutos, ora por 1 hora, e repelia-o outra vez, para de novo incorporá-lo à fábrica e expulsá-lo da fábrica, fazendo-o correr para lá e para cá, em pedaços alternados de tempo, sem deixar de tê-lo em suas garras enquanto as 10 horas de trabalho não estivessem preenchidas. Como sobre o palco, as mesmas pessoas tinham de entrar alternadamente nas diversas cenas dos diferentes atos. Mas como um ator pertence ao palco durante toda a duração do drama, assim os trabalhadores pertenciam agora durante 15 horas à fábrica, não incluindo o tempo de ida e retorno. As horas de repouso transformaram-se assim em horas de ociosidade forçada, que impeliam os jovens trabalhadores à taverna e as jovens trabalhadoras ao bordel. Com cada nova idéia urdida diariamente pelo capitalista, para manter sua maquinaria em andamento por 12 ou 15 horas sem aumento do pessoal, o trabalhador tinha de engolir sua refeição ora em um ora em outro fragmento de tempo não utilizado. Ao tempo da agitação pelas 10 horas, os fabricantes gritavam que a corja de trabalhadores fazia petições na esperança de receber um salário de 12 horas por 10 horas de trabalho. Agora eles inverteram a medalha. Pagavam salário de 10 horas por uma disposição de 12 até 15 horas sobre as forças de trabalho.[531] Essa era a essência da coisa, essa era a versão dos fabricantes da lei das 10 horas. Eram os mesmos untuosos livre-cambistas,

529 *Rep.* etc. *31st Oct. 1848.* p. 95.

530 Sessões curtas — Fourier desenvolveu a imagem de uma sociedade futura, na qual a pessoa durante uma jornada de trabalho realizaria diferentes trabalhos, pois a jornada de trabalho seria composta por várias *courtes séances*, das quais nenhuma duraria mais de 1 1/2 até 2 horas. Em virtude disso, segundo o pensamento de Fourier, aumentaria de tal forma a produtividade do trabalho que o mais pobre dos trabalhadores estaria em condições de satisfazer mais completamente suas necessidades do que qualquer capitalista em épocas anteriores. (N. da Ed. Alemã.)

531 Ver *Reports* etc. *for 30th April 1849.* p. 6, e a explanação pormenorizada do *shifting system** pelos inspetores de fábricas Howell e Saunders em *Reports* etc. *for 31st Oct. 1848.* Ver também a petição à rainha do clero de Ashton e vizinhança, na primavera de 1849, contra o *shift system*.

* Sistema de turnos. (N. dos T.)

porejantes de amor à humanidade, que durante todos os 10 anos da *anti-corn-law-agitation*[532] demonstraram até o último tostão aos trabalhadores que, com livre importação de trigo, e com os meios da indústria inglesa, 10 horas de trabalho seriam suficientes para enriquecer os capitalistas.[533]

Os dois anos de revolta do capital foram finalmente coroados por uma decisão de uma das quatro mais altas cortes da Inglaterra, da Court of Exchequer, que num caso trazido perante ela decidiu, em 8 de fevereiro de 1850, que os fabricantes na verdade agiram contra o sentido da lei de 1844, mas que essa mesma lei continha certas palavras que a tornavam sem sentido. "Com essa decisão a lei das 10 horas foi revogada."[534] Uma massa de fabricantes que até então ainda havia se abstido de aplicar a adolescentes e trabalhadoras o sistema de turnos, atacou agora com as duas mãos.[535]

Mas após essa vitória aparentemente definitiva do capital houve de imediato uma reviravolta. Os trabalhadores tinham até então oferecido resistência passiva, embora inflexível e diariamente renovada. Eles protestaram agora em comícios abertamente ameaçadores em Lancashire e Yorkshire. A pretensa lei das 10 horas seria, portanto, mero embuste, logro parlamentar, e não teria jamais existido! Os inspetores de fábrica preveniram urgentemente o Governo que o antagonismo de classe havia atingido um grau inacreditável de tensão. Uma parte dos próprios fabricantes murmurava:

> "Em virtude das decisões contraditórias dos magistrados reina situação totalmente anormal e anárquica. Outra lei vigora em Yorkshire, outra em Lancashire, outra lei numa paróquia de Lancashire, outra em sua vizinhança imediata. O fabricante nas grandes cidades pode burlar a lei, o da área rural não encontra o pessoal necessário para o sistema de turnos e menos ainda para o deslocamento do trabalhador de uma fábrica para a outra etc.".

E igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital.

Sob essas circunstâncias chegou-se a um compromisso entre fabricantes e trabalhadores, que foi consagrado pelo Parlamento na nova Lei Fabril adicional de 5 de agosto de 1850. Para "pessoas jovens e mulheres" a jornada de trabalho foi elevada de 10 para 10 1/2 horas nos cinco primeiros dias da semana e aos sábados foi limitada a 7 1/2 horas.

532 Agitação contra a Lei do Trigo. (N. dos T.)
533 Compare, por exemplo, *The Factory Question and the Ten Hours Bill*, de R. H. Greg. 1837.
534 ENGELS, F. "Die englische Zehnstundenbill" (na revista por mim editada *Neue Rh. Zeitung. Politisch-oekonomische Revue*. Caderno de abril, 1850. p. 13.) A mesma "alta" corte descobriu também, durante a guerra civil americana, uma ambigüidade de expressão que transformava a lei contra o armamento de navios piratas em seu oposto.
535 *Rep.* etc. *for 30th April 1850.*

O trabalho deve ser realizado no período das 6 da manhã até as 6 da tarde,[536] com 1 1/2 hora de intervalo para refeições, a ser fixado ao mesmo tempo e de acordo com as determinações de 1844 etc. Com isso pôs-se de uma vez e para sempre fim definitivo ao sistema de turnos.[537] Para o trabalho das crianças permaneceu em vigor a lei de 1844.

Uma categoria de fabricantes assegurou para si, dessa vez, como antes, direitos senhoriais especiais sobre as crianças proletárias. Foram os fabricantes de seda. No ano de 1833, tinham bramido ameaçadoramente "se lhes roubam a liberdade de esfalfar crianças de qualquer idade, por 10 horas diariamente, isso paralisaria suas fábricas" (*if the liberty of working children of any age for 10 hours a day was taken away, it would stop their works*). Ser-lhes-ia impossível comprar um número suficiente de crianças maiores de 13 anos. Eles extorquiram o privilégio desejado. O pretexto revelou-se, numa investigação posterior, como pura mentira,[538] o que, entretanto, não os impediu de, com o sangue de crianças pequenas, que para a execução de seu trabalho precisavam ser colocadas em cima de cadeiras, fiarem seda 10 horas diariamente.[539] A lei de 1844 "roubou-lhes", em verdade, a "liberdade" de pôr a trabalhar crianças menores de 11 anos mais que 6 1/2 horas por dia, mas assegurou-lhes, em compensação, o privilégio de fazer trabalhar crianças entre 11 e 13 anos por 10 horas diárias e cassou a obrigatoriedade escolar prescrita para crianças de outras fábricas. Desta vez o pretexto:

> "A delicadeza do tecido exige uma leveza de tato que somente pode ser assegurada por entrada precoce na fábrica".[540]

Devido à delicadeza dos dedos, crianças foram completamente sacrificadas, como gado no sul da Rússia por causa da pele e do sebo. Finalmente, em 1850, o privilégio concedido foi limitado aos departamentos de torcimento e enrolamento da seda, mas, como compensação dos danos causados pela "liberdade" roubada ao capital, o tempo de trabalho para crianças de 11 a 13 anos foi aumentado de 10 para 10 1/2 horas. Pretexto:

> "O trabalho seria mais leve nas fábricas de seda do que nas outras e de nenhum modo tão prejudicial à saúde".[541]

536 No inverno, o período pode ser também entre 7 horas da manhã e 7 horas da noite.

537 "A lei atual" (de 1850) "foi um compromisso, por meio do qual os trabalhadores abriram mão dos benefícios de lei das 10 horas pela vantagem de um começo e término uniforme do trabalho daqueles cujo tempo de trabalho está submetido à limitação" (*Reports* etc. *for 30th April 1852*. p. 14.)

538 *Reports* etc. *for 30th Sept. 1844*. p. 13.

539 *Op. cit.*

540 *The delicate texture of the fabric in which they were employed requiring a lightness of touch, only to be acquired by their early introduction to these factories. (Rep.* etc. *for 31st Oct. 1846*. p. 20.)

541 *Reports* etc. *for 31st Oct. 1861*. p. 26.

Investigação médica oficial demonstrou posteriormente que, ao contrário,

> "a taxa média de mortalidade nos distritos de [fábricas] de seda é excepcionalmente alta e entre a parte feminina da população ainda mais alta que nos distritos algodoeiros do Lancashire".[542]

Apesar dos protestos semestrais dos inspetores de fábricas, o abuso continua até hoje.[543]

A lei de 1850 transformou apenas para "pessoas jovens e mulheres" o período de 15 horas, das 5 1/2 da manhã até as 8 1/2 da noite, no período de 12 horas, das 6 da manhã até as 6 da tarde. Portanto não para as crianças, que seguiam sendo disponíveis sempre 1/2 hora antes do começo e 2 1/2 horas depois do término desse período, mesmo quando a duração total de seu trabalho não devesse ultrapassar 6 1/2 horas. Durante a discussão da lei, os inspetores de fábricas submeteram ao Parlamento uma estatística sobre os infames abusos decorrentes daquela anomalia. Entretanto, em vão. No fundo, se ocultava a intenção de elevar a jornada de trabalhadores adultos, com a ajuda das crianças, de novo a 15 horas, em anos de prosperidade. A experiência dos 3 anos seguintes demonstrou que tal tentativa tinha de fracassar em face da resistência dos trabalhadores masculinos adultos.[544] A lei de 1850 foi, portanto, em 1853 completada pela proibição

542 *Op. cit.*, p. 27. De modo geral a população trabalhadora submetida à Lei Fabril melhorou bastante fisicamente. Todos os testemunhos médicos são concordantes a esse respeito e convenci-me do mesmo mediante observação pessoal em diferentes períodos. Contudo, e abstraindo a enorme taxa de mortalidade infantil nos primeiros anos de vida, os relatórios oficiais do dr. Greenhow mostram as desfavoráveis condições de saúde dos distritos fabris, comparados com os "distritos agrícolas de saúde normal". Como prova, entre outras, a seguinte tabela do seu relatório de 1861:

Porcentagem dos homens adultos ocupados na indústria	*Taxa de mortalidade por doenças pulmonares por 100 mil homens*	*Nome do distrito*	*Taxa de mortalidade por doenças pulmonares por 100 000 mulheres*	*Porcentagem de mulheres adultas empregadas na indústria*	*Espécie de ocupação das mulheres*
14,9	598	Wigan	644	18,0	Algodão
42,6	708	Blackbum	734	34.9	idem
37,3	547	Halifax	564	20,4	Fiação
41,9	611	Bradford	603	30,0	idem
31,0	691	Macclesfield	804	26,0	Seda
14,9	588	Leek	705	17,2	idem
36,6	721	Stoke-upon-Trent	665	19,3	Cerâmica
30,4	726	Woolstanton	727	13.9	idem
—	305	Oito distritos agrícolas saudáveis	340	—	

543 Sabe-se com que relutância os "livre-cambistas" ingleses renunciaram à proteção alfandegária para a manufatura de seda. Em lugar da proteção contra a importação francesa, serve agora a falta de proteção às crianças inglesas que trabalham nas fábricas.

"de utilizar crianças, na manhã antes e, à noite, depois das pessoas jovens e mulheres". A partir de então, com poucas exceções, a Lei Fabril de 1850 regulou a jornada de trabalho de todos os trabalhadores nos ramos industriais submetidos a ela.[545] Desde a promulgação da primeira Lei Fabril, havia já decorrido meio século.[546]

A legislação ultrapassou pela primeira vez sua esfera original com o *Printwork's Act* (lei sobre as oficinas de estampagem de tecidos etc.) de 1845. O desagrado com que o capital permitiu essa nova "extravagância" ressalta de cada linha da lei. Ela limita a jornada de trabalho para crianças de 8 a 13 anos e para mulheres a 16 horas, entre 6 horas da manhã e 10 horas da noite, sem nenhum intervalo legal para as refeições. Ela permite pôr trabalhadores do sexo masculino maiores de 13 anos, a trabalhar à vontade, dia e noite.[547] É um aborto parlamentar.[548]

Contudo, venceu o princípio com sua vitória nos grandes ramos industriais, que constituem a criação mais característica do moderno modo de produção. Seu desenvolvimento maravilhoso de 1853 a 1860, par a par com o renascimento físico e moral dos trabalhadores fabris, evidenciou-se até aos olhos mais imbecis. Os próprios fabricantes, aos quais foram arrancadas, passo a passo, no curso de uma guerra civil de meio século, a limitação e regulamentação legal da jornada de trabalho, apontavam orgulhosos para o contraste com os setores ainda de "livre" exploração.[549] Os fariseus da "Economia Política" proclamaram então a compreensão da necessidade de uma jornada de trabalho

544 *Reports* etc. *for 30th April 1853*. p. 30.

545 Durante os anos de apogeu da indústria inglesa de algodão, 1859 e 1860, alguns fabricantes tentaram, por meio da isca de salários mais altos por horas extras, levar os fiandeiros masculinos adultos etc. a favorecer a prolongação da jornada de trabalho. Os *hand-mule-spinners*• e os *self-actor minders*•• puseram um fim ao experimento mediante memorando a seus empregadores, onde se lê, entre outras coisas: "Falando francamente, nossa vida é para nós uma carga e enquanto nós ficamos quase 2 dias a mais por semana" (20 horas) "acorrentados à fábrica do que os outros trabalhadores, sentimo-nos como hilotas no país e nos censuramos por perpetuar um sistema que prejudica moral e fisicamente a nós mesmos e a nossos descendentes. (...) Portanto, informamos-lhes, respeitosamente, que a partir do Ano Novo não trabalharemos nenhum minuto mais que 60 horas semanais, das 6 horas até 6 horas, com o desconto das pausas legais de 1 1/2 hora". (*Report* etc. *for 30th April 1860*. p. 30.)
• Fiandeiros manuais. (N. dos T.)
•• Operadores de fiadoras automáticas. (N. dos T.)

546 Sobre os meios que a redação dessa lei oferece para sua violação, ver no Parliamentary Return *Factories Regulations Acts* (9 de agosto de 1859) e nela, de Leonard Horner, "*Suggestions for Amending the Factory Acts to enable the Inspectors to Prevent Illegal Working, now Become very Prevalent*".

547 "Crianças de 8 anos de idade e mais foram de fato esfalfadas das 6 horas da manhã até 9 horas da noite, durante o último meio ano" (1857) "em meu distrito." (*Reports* etc. *for 31st Oct. 1857*. p. 39.)

548 "A lei sobre estamparia de algodão é confessadamente um fracasso no que se refere às suas disposições tanto de educação quanto também de proteção." (*Reports* etc. *for 31st Oct. 1862*. p. 52.)

549 Assim, por exemplo, E. Potter numa carta ao *Times* de 24 de março de 1863. O *Times* lembrou-lhe a revolta dos fabricantes contra a lei das 10 horas.

legalmente regulada como conquista característica de sua "ciência".[550] Compreende-se facilmente que, depois de terem os magnatas industriais se conformado e se reconciliado com o inevitável, enfraquecesse gradualmente a força de resistência do capital, enquanto, ao mesmo tempo, a força de ataque da classe trabalhadora cresceu com o número de seus aliados nas camadas sociais não diretamente interessadas. Daí o progresso relativamente rápido a partir de 1860.

As tinturarias e branquearias[551] foram em 1860 submetidas à Lei Fabril de 1850; as fábricas de rendas e de meias em 1861. Em virtude do primeiro relatório da "Comissão sobre o emprego de crianças" (1863) participaram do mesmo destino todas as manufaturas de artigos de cerâmica (não apenas as de louças), fósforos, espoletas, cartuchos, fábricas de papéis de parede, aparamento de veludo (*fustian cutting*) e numerosos processos que são resumidos sob a expressão *finishing* (acabamento). No ano de 1863, as "branquearias ao ar livre"[552] e as

550 Assim, entre outros, o sr. W. Newmarch, colaborador e editor da *History of Prices* de Tooke. Constitui progresso científico fazer concessões covardes à opinião pública?

551 A lei promulgada em 1860 sobre branquearias e tinturarias determina que a jornada de trabalho a 1º de agosto de 1861 seria reduzida preliminarmente a 12 horas e a 1º de agosto de 1862, definitivamente a 10 horas, isto é, 10 1/2 horas para dias úteis e 7 1/2 horas para os sábados. Ao romper o ano mau de 1862, repetiu-se a velha *farce*.* Os senhores fabricantes fizeram uma petição ao Parlamento para tolerar por mais um ano a jornada de trabalho de 12 horas para adolescentes e mulheres. (...) "Na situação atual dos negócios" (ao tempo da crise do algodão) "é grande vantagem para os trabalhadores se se lhes permite trabalhar 12 horas por dia e ganhar o maior salário possível (...) Já se havia conseguido apresentar um projeto nesse sentido na Câmara dos Comuns. Ele caiu em virtude da agitação dos trabalhadores nas branquearias da Escócia." (*Reports* etc. *for 31st Oct. 1862*. p. 14-15.) Assim, derrotado pelos próprios trabalhadores, em cujo nome pretendia falar, o capital descobriu, com a ajuda de óculos jurídicos, que a lei de 1860, do mesmo modo que as outras leis parlamentares destinadas à "proteção do trabalho", fora redigida em termos retorcidos e equívocos e daria margem a excluir de sua aplicação os *calenderers* e *finishers*.** A jurisdição inglesa, sempre fiel serva do capital, sancionou a chicana por meio da corte das *Common Pleas*.*** "Suscitou grande descontentamento entre os trabalhadores e é muito lamentável que a clara intenção da legislação ficasse frustrada sob o pretexto da definição defeituosa de uma palavra." (*Op cit.,* p. 18.)

* Farsa. (N. dos T.)

** Prensadores e aprestadores. (N. dos T.)

*** Corte de justiça civil. (N. dos T.)

552 As "branquearias ao ar livre" escaparam à lei de 1860 sobre "branqueamento", por meio da mentira de que elas não punham mulheres a trabalhar à noite. A mentira foi denunciada pelos inspetores de fábricas, mas ao mesmo tempo petições dos trabalhadores roubaram ao Parlamento a imagem de refrescantes campinas perfumadas dessas "branquearias ao ar livre". Nessas branquearias são utilizadas câmaras de secagem com 90 até 100 Fahrenheit, onde trabalham principalmente moças. *Cooling* (resfriamento) é a expressão técnica para designar as ocasionais escapadas da câmara de secagem ao ar livre. "Quinze moças nas câmaras de secagem. Calor de 80º a 90º para linho, de 100º e mais para a *cambric*.* Doze moças passam e dobram (*cambric* etc.) num pequeno quarto de cerca de 10 pés quadrados, no meio um fogão hermeticamente fechado. As moças estão em volta do fogão, que irradia um calor terrível e seca a cambraia rapidamente para as passadeiras. O número de horas para esses braços é ilimitado. Quando há maior movimento, elas trabalham até as 9 ou 12 horas da noite, muitos dias seguidos." (*Reports* etc. *for 31st Oct. 1862*. p. 56.) Um médico declara: "Para o resfriamento não se concedem horas específicas, mas quando a temperatura torna-se insuportável, ou as mãos das trabalhadoras ficam sujas de suor, é-lhes permitido sair ao ar livre por alguns minutos. (...) Minha experiência no tratamento das doenças dessas trabalhadoras obriga-me a constatar que o estado de saúde delas é muito inferior

panificadoras foram submetidas a leis próprias, das quais a primeira proibia, entre outras coisas, o trabalho de crianças, adolescentes e mulheres à noite (das 8 horas da noite até as 6 horas da manhã) e a segunda, a utilização de oficiais de padeiros menores de 18 anos, entre 9 horas da noite e 5 da manhã. Sobre as propostas posteriores da citada comissão, as quais ameaçam roubar a "liberdade" de todos os mais importantes ramos industriais ingleses, com exceção da agricultura, das minas e do sistema de transportes, voltaremos depois.[553]

7. A luta pela jornada normal de trabalho. Repercussão da Legislação Fabril inglesa em outros países

O leitor recorda-se que a produção de mais-valia ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista, abstraídas as transformações do próprio modo de produção que possam surgir da subordinação do trabalho ao capital. Recordar-se-á que, do ponto de vista desenvolvido até agora, apenas o trabalhador independente e, portanto, legalmente emancipado contrata como vendedor de mercadorias com o capitalista. Se, portanto, em nosso esboço histórico desempenha papel importante, de um lado, a moderna indústria e, de outro, o trabalho dos que são física e juridicamente menores, a primeira funcionou apenas como esfera específica, o segundo como exemplo particularmente convincente da exploração do trabalho. Sem entretanto antecipar o desenvolvimento posterior, segue da mera interconexão dos fatos históricos:

Primeiro: Nas indústrias revolucionadas de início por água, vapor e maquinaria, nessas primeiras criações do moderno modo de produção, nas fiações e tecelagens de algodão, lã, linho e seda, é satisfeito pri-

ao das fiandeiras de algodão". (E o capital, em suas petições ao Parlamento, as tinha pintado transbordantes de saúde, à maneira de Rubens!) "Suas doenças mais notórias são a tísica, bronquite, irregularidades das funções uterinas, histeria em sua forma mais agravada e reumatismo. Todas decorrem, acredito, direta ou indiretamente da atmosfera superaquecida de suas câmaras de trabalho e da falta de suficiente roupa confortável para protegê-las, ao irem para casa, da atmosfera úmida e fria durante os meses de inverno." (*Op. cit.*, p. 56, 57.) Os inspetores de fábricas observam, sobre a lei arrancada aos joviais "branqueários ao ar livre" a duras penas posteriormente, em 1863: "Essa lei não só fracassou em prestar aos trabalhadores a proteção que parece prestar (...) ela está redigida de tal modo que a proteção só se dá ao surpreender-se crianças e mulheres trabalhando depois das 8 horas da noite, e mesmo então o método legalmente estabelecido de prova é tão duvidoso que é quase impossível obter uma condenação". (*Op. cit.*, p. 52.) "Como uma lei com objetivos humanitários e educativos, ela fracassou por completo. Dificilmente se pode qualificar de humanitário permitir mulheres e crianças trabalhar ou, o que vem a ser o mesmo, obrigá-las a trabalhar 14 horas diariamente, com ou sem refeições conforme for o caso, e talvez por mais horas, sem limite com referência à idade, sem diferenciar os sexos e sem consideração dos hábitos sociais das famílias da vizinhança, onde se situam as branquearias." (*Reports* etc. *for 30th April 1863.* p 40.)

* Cambraia. (N. dos T.)

553 Nota à 2ª edição. Desde 1866, quando escrevi o que se acha no texto, sobreveio de novo uma reação.

meiramente o impulso do capital para a prolongação sem limites e sem considerações da jornada de trabalho. O modo de produção material modificado e as condições sociais modificadas, que lhe correspondem, dos produtores[554] dão origem primeiramente a abusos desmedidos e provocam então, em contraposição, o controle social, que limita, regula e uniformiza legalmente a jornada de trabalho com suas pausas. Esse controle aparece, portanto, durante a primeira metade do século XIX, apenas como legislação de exceção.[555] Tão logo ela conquistou a área original do novo modo de produção, verificou-se que, entrementes, não apenas muitos outros ramos de produção haviam se incorporado ao regime propriamente fabril, mas que, além disso, manufaturas com métodos de produção mais ou menos antiquados, como as de louças, de vidros etc., ofícios à moda antiga, como panificação, e, finalmente, até esparsas indústrias assim chamadas domiciliares, como o fabrico de pregos etc.,[556] há muito caíram sob a exploração capitalista tanto quanto a fábrica. A legislação foi, portanto, obrigada a desfazer-se progressivamente de seu caráter de exceção, ou, onde ela procede conforme a casuística romana, como na Inglaterra, a declarar arbitrariamente qualquer casa, na qual se trabalhe, como sendo uma fábrica (*factory*).[557]

Segundo: A história da regulamentação da jornada de trabalho em alguns modos de produção e a luta que ainda prossegue em outros por essa regulamentação demonstram palpavelmente que o trabalhador individual, o trabalhador como "livre" vendedor de sua força de trabalho, a certo nível de amadurecimento da produção capitalista encontra-se incapaz de resistir. A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Como a luta foi inaugurada no âmbito da indústria mais moderna, travou-se primeiro na terra natal dessa indústria, na Inglaterra.[558] Os trabalha-

554 "A conduta de cada uma dessas classes" (capitalistas e trabalhadores) "tem sido o resultado da situação relativa em que elas têm sido colocadas." (*Reports* etc. *for 31 st Oct. 1848.* p. 113.)

555 "As ocupações sujeitas às limitações estavam relacionadas com a fabricação de produtos têxteis com a ajuda da força de vapor ou hidráulica. Uma atividade tinha de preencher duas condições para estar sob a proteção da inspeção de fábricas, a saber, a aplicação do vapor ou da força hidráulica e o processamento de determinadas fibras especificadas." (*Reports* etc. *for 31st. October 1864.* p. 8.)

556 Sobre a situação da assim chamada indústria domiciliar encontra-se material abundante nos últimos relatórios da *Children's Employment Commission.*

557 "As leis da última sessão legislativa" (1864) "(...) compreendem ramos de ocupação de gêneros diversos, nos quais reinam costumes muito diferentes e a aplicação de força mecânica para movimentar as máquinas já não se inclui, como antigamente, entre as condições necessárias para que um estabelecimento seja considerado fábrica no sentido da lei." (*Reports* etc. *for 31st Oct. 1864.* p. 8.)

558 A Bélgica, o paraíso do liberalismo continental, não apresenta também nenhum indício desse movimento. Mesmo em suas minas de carvão e de metal, os trabalhadores de ambos os sexos e de qualquer idade são consumidos com completa "liberdade" por qualquer duração de tempo e período de tempo. Para cada 1 000 pessoas ali ocupadas há 733 homens, 88 mulheres, 135 rapazes e 44 moças com menos de 16 anos; nos altos-fornos etc. encontram-se para cada 1 000: 688 homens, 149 mulheres, 98 rapazes e 85 moças com menos de 16 anos. Acrescenta-se a isso o salário baixo para enorme exploração de forças de trabalho,

dores fabris ingleses foram os campeões da moderna classe trabalhadora não somente inglesa, mas em geral, como também seus teóricos foram os primeiros a lançar a luva à teoria do capital.[559] O filósofo fabril Ure denuncia, portanto, como vergonha inextinguível da classe trabalhadora inglesa ter inscrito em sua bandeira "a escravidão das Leis Fabris", em contraposição ao capital, que lutava virilmente por "completa liberdade do trabalho".[560]

A França claudica lentamente atrás da Inglaterra. Foi necessária a Revolução de Fevereiro para o nascimento da lei das 12 horas,[561] que é muito mais deficiente que o seu original inglês. Contudo, o método revolucionário francês faz valer também suas vantagens específicas. De um só golpe, dita a todas as oficinas e fábricas, sem diferença, a mesma limitação para a jornada de trabalho, enquanto a legislação inglesa cede relutantemente, ora neste ponto, ora naquele outro, à pressão das circunstâncias e está no melhor caminho de se perder enredada em novos casuísmos jurídicos.[562] Por outro lado, a lei francesa proclama como princípio o que na Inglaterra só em nome de crianças, menores e mulheres foi conquistado e só recentemente se reivindica como direito geral.[563]

amadurecidas e não amadurecidas, recebendo os homens em média por dia 2 xelins e 8 pence, as mulheres 1 xelim e 8 pence e os adolescentes 1 xelim e 2 1/2 pence. Por isso mesmo, em 1863, a Bélgica aproximadamente duplicou, em comparação com 1850, o *quantum* e o valor de sua exportação de carvão, ferro etc.

559 Quando Robert Owen, logo depois do primeiro decênio deste século, não só defendeu teoricamente a necessidade de uma limitação da jornada de trabalho, mas também introduziu realmente a jornada de 10 horas em sua fábrica em New-Lanark, isso foi ridicularizado como utopia comunista, assim como sua "união de trabalho produtivo com a educação de crianças", como também as empresas cooperativas dos trabalhadores, fundadas por ele. Hoje em dia, a primeira utopia é Lei Fabril, a segunda figura como frase oficial em todas as *Factory Acts* e a terceira já serve até como manto de cobertura para embustes reacionários.

560 URE (tradução francesa). *Philosophie des Manufactures.* Paris, 1836. t. II, p. 39, 40, 67, 77 etc.

561 No *Compte Rendu*• do "Congresso Estatístico Internacional em Paris, 1855", lê-se entre outras coisas: "A lei francesa que limita a duração do trabalho diário a 12 horas, em fábricas e oficinas, não restringe esse trabalho dentro de horas fixas" (períodos de tempo), "na medida em que apenas para o trabalho infantil é prescrito o período entre 5 horas da manhã e 9 horas da noite. Por isso, parte dos fabricantes serve-se do direito que lhes dá esse silêncio fatal, para fazerem trabalhar dia por dia, com exceção talvez dos domingos, sem interrupção. Eles utilizam para isso dois turnos diferentes de trabalhadores, nenhum dos quais passa mais de 12 horas na oficina, porém o trabalho do estabelecimento dura dia e noite. A lei está atendida, mas o está, da mesma forma, a humanidade?" Além da "destruidora influência do trabalho noturno sobre o organismo humano" é ressaltada também "a fatal influência da associação noturna de ambos os sexos nas mesmas oficinas mal iluminadas".
• Relatório. (N. dos T.)

562 "Em meu distrito, por exemplo, no mesmo edifício fabril, o mesmo fabricante é branqueador e tingidor sob a "lei das branquearias e tinturarias", estampador sob a *Printworks Act*• *e finisher,* sujeitos à Lei Fabril (...)" (Report of Mr. Baker. In: *Reports* etc. *31st Oct. 1861.* p. 20.) Depois de enumerar as diferentes disposições dessas leis e a conseqüente complicação diz o senhor Baker: "Vê-se quão difícil é assegurar o cumprimento dessas três leis parlamentares, quando o proprietário da fábrica gosta de burlar a lei". [*Op. cit.,* p. 2.] Mas o que se assegura aos senhores juristas por meio disso são processos.
• Lei das estamparias. (N. dos T.)

563 Assim os inspetores de fábricas atrevem-se finalmente a dizer: "Essas objeções" (do capital

Nos Estados Unidos da América do Norte, todo movimento operário independente ficou paralisado enquanto a escravatura desfigurava uma parte da República. O trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em brasa. Mas da morte da escravidão nasceu imediatamente uma vida nova e rejuvenescida. O primeiro fruto da guerra civil foi a agitação pelas 8 horas, que se propagou com as botas de sete léguas da locomotiva do Atlântico ao Pacífico, de Nova Inglaterra até a Califórnia. O congresso geral de trabalhadores de Baltimore[564] declara (agosto de 1866):

> "A primeira e mais importante exigência dos tempos presentes para libertar o trabalho deste país da escravidão capitalista é a promulgação de uma lei, pela qual deve ser estabelecida uma jornada normal de trabalho de 8 horas em todos os Estados da União. Estamos decididos a empregar todas as nossas forças até termos alcançado esse glorioso resultado".[565]

Ao mesmo tempo (início de setembro de 1866), decidiu o "Congresso Internacional de Trabalhadores", em Genebra, por proposta do Conselho Geral de Londres:

> "Declaramos a limitação da jornada de trabalho uma condição preliminar, sem a qual todas as demais tentativas para a emancipação devem necessariamente fracassar. (...) Propomos 8 horas de trabalho como limite legal da jornada de trabalho".[566]

contra a limitação legal do tempo de trabalho) "devem ceder diante do grande princípio do direito do trabalho (...) existe um ponto no tempo em que cessa o direito do empresário sobre o trabalho de seu trabalhador e este mesmo pode dispor de seu tempo, mesmo quando ele ainda não esteja esgotado". (*Reports* etc. *for 31st Oct. 1862.* p. 54.)

564 O congresso geral americano de trabalhadores reuniu-se de 20 a 25 de agosto de 1866, em Baltimore. Participaram do congresso 60 delegados, que representavam mais de 60 mil trabalhadores organizados em *trade unions* [sindicatos]. O congresso tratou das seguintes questões: a introdução legal da jornada de 8 horas, a atividade política dos trabalhadores, as sociedades cooperativas, a união de todos os trabalhadores nas *trade unions* e outras questões. Além disso foi decidida a fundação da National Labor Union [União Nacional do Trabalho], uma organização política da classe trabalhadora. (N. da Ed. Alemã.)

565 "Nós, os trabalhadores de Dunkirk, declaramos que a jornada de trabalho exigida sob o atual sistema é demasiado longa e que não deixa ao trabalhador tempo para repouso e desenvolvimento, mas, ao contrário, o reduz a uma condição de servo, a qual é pouco melhor que a escravidão (*a condition of servitude but little better than slavery*). Por isso, resolvemos que 8 horas bastam para uma jornada de trabalho e devem ser legalmente reconhecidas como suficientes; que apelamos para a ajuda da imprensa, essa poderosa alavanca (...) e considerar todos que recusam essa ajuda inimigos da reforma do trabalho e dos direitos dos trabalhadores." (Resoluções dos trabalhadores de Dunkirk, Estado de Nova York, 1866.)

566 A resolução aqui citada, do Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores em Genebra, foi aceita com base nas "Instruktionen fuer die Delegierten des Provisorischen Zentralrats zu den einzelnen Fragen" [Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório para questões isoladas], redigidas por Marx. (N. da Ed. Alemã.)

Assim o movimento de trabalhadores surgido instintivamente das próprias condições de produção, em ambos os lados do Atlântico, consagrou as palavras do inspetor de fábricas inglês R. J. Saunders:

> "Novos passos para a reforma da sociedade não poderão ser dados com qualquer perspectiva de sucesso se não for limitada antes a jornada de trabalho e estritamente imposta a observação do limite prescrito".[567]

É preciso reconhecer que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente do que nele entrou. No mercado ele, como possuidor da mercadoria "força de trabalho", se defrontou com outros possuidores de mercadorias, possuidor de mercadoria diante de possuidores de mercadorias. O contrato pelo qual ele vendeu sua força de trabalho ao capitalista comprovou, por assim dizer, preto no branco, que ele dispõe livremente de si mesmo. Depois de concluído o negócio, descobre-se que ele não era "nenhum agente livre", de que o tempo de que dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la,[568] de que, em verdade, seu explorador não o deixa, "enquanto houver ainda um músculo, um tendão, uma gota de sangue para explorar".[569] Como "proteção" contra a serpente de seus martírios,[570] os trabalhadores têm de reunir suas cabeças e como classe conquistar uma lei estatal, uma barreira social intransponível, que os impeça a si mesmos de venderem a si e à sua descendência, por meio de contrato voluntário com o capital, à noite e à escravidão![571] No lugar do pomposo catálogo dos "direitos inalienáveis do homem" entra a modesta Magna Charta[572] de uma jornada de trabalho legalmente limitada que

567 *Reports* etc. *for 31st Oct. 1848*. p. 112.

568 "Esses procedimentos (as manobras do capital, por exemplo, 1848/50) "proporcionaram, além disso, prova incontestável de como é falsa a afirmativa, tantas vezes feita, de que os trabalhadores não precisam de proteção, mas devem ser considerados livres possuidores dispondo da única propriedade que eles têm, o trabalho de suas mãos e do suor de seu rosto." (*Reports* etc. *for 30th April 1850*. p. 45.) "Trabalho livre, se assim pode ser chamado ao todo, precisa para sua proteção, mesmo num país livre, do braço forte da lei." (*Reports* etc. *for 31st Oct. 1864*. p. 34.) "Permitir, o que significa o mesmo que forçar (...) a trabalhar 14 horas diariamente, com ou sem refeições etc." (*Reports* etc. *for 30th April 1863*. p. 40.)

569 ENGELS, Friedrich. *Die englische Zehnstundenbill. Op. cit.*, p. 5.

570 *Schlange ihrer Qualen* — Palavra modificada da poesia contemporânea de Heinrich Heine, *Heinrich*. (N. da Ed. Alemã.)

571 A lei das 10 horas, nos ramos industriais a ela submetidos, "salvou os trabalhadores da degeneração completa e protegeu suas condições físicas". (*Reports* etc. *for 31st Oct. 1859*. p. 47.) "O capital" (nas fábricas) "não pode jamais manter a maquinaria em movimento além de um período limitado de tempo, sem prejudicar os trabalhadores ocupados em sua saúde e sua moral; e eles não estão em condições de proteger a si mesmos." (*Op. cit.*, p. 8.)

572 *Magna Charta Libertatum* — Documento imposto ao rei inglês João I ("Sem Terra") pelos senhores feudais, os barões e príncipes da Igreja revoltosos, apoiados pelos cavaleiros e pelas cidades. A *Charta*, assinada em 15 de junho de 1215, limitou os direitos do rei sobretudo em favor dos grandes senhores feudais e continha determinadas concessões aos cavaleiros e às cidades; à massa principal da população, os camponeses servos, a *Charta*

"finalmente esclarece quando termina o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que a ele mesmo pertence".[573]

Quantum mutatus ab illo![574]

não trouxe nenhum direito. Marx refere-se aqui às leis para a limitação da jornada de trabalho, que foram conseguidas pela classe trabalhadora da Inglaterra numa luta longa e obstinada. (N. da Ed. Alemã.)

573 "Uma vantagem maior ainda significa que finalmente se distingue com clareza o tempo do próprio trabalhador do que pertence ao seu empresário. O trabalhador sabe agora quando termina o tempo que ele vende e o seu próprio começa e, como ele de antemão sabe disso exatamente, pode dispor de seus próprios minutos para seus próprios fins antecipadamente." (*Op. cit.*, p. 52.) "Ao torná-los donos de seu próprio tempo, elas (as Leis Fabris) deram-lhes uma energia moral, que os conduz possivelmente a tomar posse do poder político." (*Op. cit.*, p. 47.) Com discreta ironia e com expressões muito cautelosas, os inspetores de fábricas indicam que a atual lei das 10 horas, de certo modo, libertou o capitalista da sua brutalidade naturalmente desenvolvida como simples encarnação do capital, e lhe proporcionou tempo para adquirir alguma "educação". Antes, "o empresário não tinha tempo para mais nada senão o dinheiro, o trabalhador para nada mais senão o trabalho". (*Op. cit.*, p. 48.)

574 Que grande mudança! — Da epopéia de Virgílio. *Eneida.* Livro Segundo. Verso 274. (N. da Ed. Alemã.)

CAPÍTULO IX

TAXA E MASSA DA MAIS-VALIA

Neste capítulo supomos, como até aqui, que o valor da força de trabalho, ou seja, a parte da jornada de trabalho necessária para reproduzir ou manter a força de trabalho, é uma grandeza constante, dada.

Pressuposto isso, com a taxa nos é dada simultaneamente a massa de mais-valia que o trabalhador individual fornece ao capitalista em determinado período de tempo. Se, por exemplo, o trabalho necessário consiste em 6 horas por dia, expressas num *quantum* de ouro de 3 xelins = 1 táler, então é o táler o valor diário de uma força de trabalho ou o valor do capital adiantado na compra de uma força de trabalho. E se ademais a taxa da mais-valia é de 100%, esse capital variável de 1 táler produz uma massa de mais-valia de 1 táler, ou o trabalhador fornece diariamente uma massa de mais-trabalho de 6 horas.

O capital variável é, no entanto, a expressão monetária do valor total de todas as forças de trabalho que o capitalista emprega simultaneamente. Seu valor é, portanto, igual ao valor médio de uma força de trabalho, multiplicado pelo número das forças de trabalho empregadas. Dado o valor da força de trabalho, a grandeza do capital variável está, portanto, na razão direta do número de trabalhadores simultaneamente empregados. Se o valor diário de uma força de trabalho = 1 táler, um capital de 100 táleres tem de ser adiantado para explorar 100 e de *n* táleres para explorar *n* forças de trabalho diariamente.

Do mesmo modo: se um capital variável de um táler, o valor diário de uma força de trabalho, produz uma mais-valia diária de 1 táler, um capital variável de 100 táleres produz uma mais-valia diária de 100, e um de *n* táleres uma mais-valia diária de 1 táler x *n*. A massa da mais-valia produzida é portanto igual à mais-valia que a jornada de trabalho do trabalhador individual fornece, multiplicada pelo número dos trabalhadores empregados. Mas como, além disso, dado o valor da força de trabalho, a massa de mais-valia produzida pelo trabalhador individual é determinada pela taxa de mais-valia,

segue-se daí esta primeira lei: A massa da mais-valia produzida é igual à grandeza do capital variável adiantado multiplicado pela taxa de mais-valia ou é determinada pela relação composta entre o número das forças de trabalho exploradas simultaneamente pelo mesmo capitalista e o grau de exploração da força de trabalho individual.[575]

Chamemos portanto *M* a massa de mais-valia, *m* a mais-valia diariamente fornecida em média pelo trabalhador individual, *v* o capital variável adiantado diariamente para comprar uma força de trabalho individual, *V* a soma total do capital variável, *k* o valor de uma força de trabalho média, $\frac{a'}{a}\left(\frac{trabalho\text{–}excedente}{trabalho\text{–}necessário}\right)$ o grau de sua exploração e *n* o número dos trabalhadores empregados. Teremos então:

$$M = \begin{cases} \frac{m}{v} \text{ x } V \\ \\ k \text{ x } \frac{a'}{a} \text{ x } n \end{cases}$$

Pressupomos sempre não só que o valor de uma força de trabalho média é constante, mas também que os trabalhadores empregados por um capitalista são reduzidos a trabalhadores médios. Há casos excepcionais em que a mais-valia produzida não cresce na proporção do número dos trabalhadores explorados, mas então o valor da força de trabalho também não permanece constante.

Na produção de determinada massa de mais-valia o decréscimo de um fator pode por isso ser compensado pelo acréscimo do outro. Se diminui o capital variável e, ao mesmo tempo e na mesma proporção, aumenta a taxa de mais-valia, a massa da mais-valia produzida permanece inalterada. Se, de acordo com os pressupostos anteriores, o capitalista tem de adiantar 100 táleres para explorar diariamente 100 trabalhadores e a taxa de mais-valia é de 50%, então esse capital variável proporciona uma mais-valia de 50 táleres ou de 100 x 3 horas de trabalho. Se a taxa de mais-valia duplica ou a jornada de trabalho se prolonga, em vez de 6 a 9, de 6 a 12 horas, então o capital variável reduzido à metade, a 50 táleres, proporciona igualmente uma mais-valia de 50 táleres, ou de 50 x 6 horas de trabalho. Uma diminuição do capital variável pode, portanto, ser compensada por um aumento proporcional no grau de exploração da força de trabalho, ou o decréscimo do número dos trabalhadores empregados por prolongamento proporcional do dia de trabalho. Dentro de certos limites, a oferta de trabalho

575 Na tradução francesa autorizada, a segunda parte da frase é formulada da seguinte maneira: (...) "ou ela é igual ao valor de uma força de trabalho, multiplicado pelo grau de sua exploração e multiplicado pelo número das forças de trabalhos simultaneamente exploradas". (N. da Ed. Alemã.)

explorável pelo capital torna-se, portanto, independente da oferta de trabalhadores.[576] Ao contrário, um decréscimo na taxa de mais-valia deixa a massa da mais-valia produzida inalterada, se aumenta, na mesma proporção, a grandeza do capital variável ou o número dos trabalhadores ocupados.

Contudo, a compensação do número de trabalhadores ou da grandeza do capital variável pela elevação da taxa da mais-valia ou pelo prolongamento da jornada de trabalho tem limites intransponíveis. Qualquer que seja o valor da força de trabalho, se chega a 2 ou a 10 horas o tempo de trabalho necessário para sustentar o trabalhador, o valor total que um trabalhador pode produzir dia por dia é sempre menor do que o valor em que 24 horas de trabalho se objetivam, menor do que 12 xelins ou 4 táleres, se essa for a expressão monetária de 24 horas objetivadas de trabalho. Sob nosso pressuposto anterior, de que 6 horas de trabalho por dia são requeridas para reproduzir a própria força de trabalho ou repor o valor do capital adiantado na sua compra, um capital variável de 500 táleres, que emprega 500 trabalhadores com taxa de mais-valia de 100% ou com jornada de trabalho de 12 horas, produz diariamente uma mais-valia de 500 táleres ou 6 x 500 horas de trabalho. Um capital de 100 táleres, que emprega diariamente 100 trabalhadores com taxa de mais-valia de 200% ou com jornada de trabalho de 18 horas, produz apenas uma massa de mais-valia de 200 táleres ou 12 x 100 horas de trabalho. E seu produto-valor total, equivalente do capital variável adiantado mais a mais-valia, nunca pode alcançar, dia por dia, a soma de 400 táleres ou 24 x 100 horas de trabalho. O limite absoluto da jornada média de trabalho, que por natureza sempre é menor que 24 horas, forma um limite absoluto à compensação de capital variável diminuído por aumento da taxa de mais-valia ou de um número reduzido de trabalhadores explorados por um acréscimo do grau de exploração da força de trabalho. Essa segunda lei, mais palpável, é importante para explicar muitos fenômenos que surgem da tendência do capital, a ser desenvolvida mais tarde, de reduzir tanto quanto possível o número de trabalhadores por ele empregados, ou seja, seu componente variável convertido em força de trabalho, em contradição com sua outra tendência de produzir a maior massa possível de mais-valia. Pelo contrário. Se a massa das forças de trabalho empregadas ou a grandeza do capital variável cresce, mas não na mesma proporção em que cai a taxa de mais-valia, diminui a massa da mais-valia produzida.

Uma terceira lei decorre da determinação da massa de mais-valia

576 Essa lei elementar parece ser desconhecida aos senhores da Economia vulgar que, ao contrário de Arquimedes, acreditam ter encontrado, na determinação dos preços de mercado do trabalho pela demanda e pela oferta, o ponto não para levantar o mundo de seu fulcro, mas sim para o paralisar.

produzida pelos dois fatores, taxa de mais-valia e grandeza do capital variável adiantado. Dados a taxa de mais-valia ou o grau de exploração da força de trabalho e o valor da força de trabalho ou a grandeza do tempo de trabalho necessário, é evidente que quanto maior o capital variável, tanto maior a massa de valor e de mais-valia produzidos. Se o limite da jornada de trabalho é dado assim como o limite de sua parte necessária, a massa de valor e de mais-valia que um capitalista individual produz depende, como é óbvio, exclusivamente da massa de trabalho que põe em movimento. Esta, por sua parte, depende, sob os pressupostos dados, da massa de força de trabalho ou do número de trabalhadores que ele explora, e esse número por sua vez é determinado pela grandeza do capital variável por ele adiantado. Dados a taxa de mais-valia e o valor da força de trabalho, as massas de mais-valia produzidas estarão, assim, em razão direta às grandezas dos capitais variáveis adiantados. Pois bem, sabe-se que o capitalista divide o seu capital em duas partes. Uma parte despende com meios de produção. Essa é a parte constante de seu capital. A outra parte converte em força de trabalho viva. Essa parte constitui seu capital variável. Com base no mesmo modo de produção, difere a divisão do capital em seus componentes constante e variável nos diversos ramos de produção. Dentro do mesmo ramo de produção, essa proporção varia ao variar a base técnica e a combinação social do processo de produção. Mas como quer que um capital dado se decomponha em parte constante e variável, relacionando-se a última para a primeira como 1 : 2, 1 : 10, ou 1 : *x*, a lei que acabamos de formular não é afetada, uma vez que, segundo nossa análise anterior, o valor do capital constante reaparece no valor do produto, mas não entra no novo produto-valor criado. Para utilizar 1 000 fiandeiros, são necessários naturalmente mais matérias-primas, fusos etc., do que para utilizar 100. O valor desses meios de produção a serem adicionados porém pode subir, cair, permanecer inalterado, ser grande ou pequeno, mas ele permanece sem nenhuma influência sobre o processo de valorização das forças de trabalho que os põem em movimento. A lei constatada acima assume, portanto, a seguinte forma: as massas de valor e mais-valia produzidas por diferentes capitais estão com dado valor da força de trabalho e igual grau de exploração da mesma, em razão direta às grandezas dos componentes variáveis desses capitais, isto é, de seus componentes transformados em força de trabalho viva.

Essa lei opõe-se evidentemente a toda experiência baseada na mera aparência. Todo mundo sabe que um fabricante de fios que, considerando-se a porcentagem do capital total aplicado, utiliza relativamente muito capital constante e pouco variável, não obtém, por isso, um lucro ou uma mais-valia menor que um padeiro que põe em movimento relativamente muito capital variável e pouco constante. Para resolver essa contradição aparente necessitam-se ainda muitos termos

intermediários, do mesmo modo que, do ponto de vista da álgebra elementar, muitos termos intermediários são necessários para se compreender que $\frac{0}{0}$ pode representar uma grandeza real. Embora nunca tenha formulado essa lei, a Economia clássica instintivamente apega-se a ela porque é uma conseqüência necessária da lei do valor em geral. Procura salvá-la mediante abstração forçada das contradições da aparência. Mais adiante[577] veremos como a escola de Ricardo tropeçou nessa pedra. A Economia vulgar que "realmente nada tem aprendido"[578] insiste aqui, como em tudo, na aparência, contra a lei que a rege. Em oposição a Espinosa, ela acredita que "a ignorância é uma razão suficiente".[579]

O trabalho que o capital total de uma sociedade põe em movimento, dia a dia, pode ser considerado uma única jornada de trabalho. Se, por exemplo, o número de trabalhadores é de 1 milhão e a jornada de trabalho média de um trabalhador é de 10 horas, a jornada de trabalho social será de 10 milhões de horas. Dada a duração desta jornada de trabalho, a massa de mais-valia só pode ser aumentada por meio do aumento do número de trabalhadores, isto é, da população trabalhadora. O crescimento da população constitui aqui o limite matemático da produção de mais-valia pelo capital total social. Pelo contrário. Com dada grandeza da população, esse limite será constituído pelo prolongamento possível da jornada de trabalho.[580] Ver-se-á no capítulo seguinte que essa lei só vale para a forma da mais-valia de que tratamos até agora.

Da consideração feita até agora sobre a produção da mais-valia resulta que não se pode transformar qualquer soma de dinheiro ou de valor em capital, mas que essa transformação pressupõe certo mínimo de dinheiro ou de valor de troca nas mãos do possuidor individual de dinheiro ou de mercadorias. O mínimo de capital variável é o preço de custo de uma força individual de trabalho que, durante o ano inteiro, dia a dia, é desgastada para a obtenção de mais-valia. Se esse traba-

577 Pormenores sobre isso no Livro Quatro.

578 "Eles nada aprenderam e nada esqueceram", dito de Talleyrand sobre os emigrantes aristocráticos retornados à França depois da restauração do domínio dos Bourbons no ano de 1815, que tentaram retomar sua propriedade fundiária e obrigar os camponeses a assumir de novo suas obrigações feudais. (N. da Ed. Alemã.)

579 "A ignorância é uma razão suficiente." — No apêndice à primeira parte de sua obra *Ética*, Espinosa fala de que a ignorância *não* é razão suficiente e com isso dirige-se contra os representantes da visão clerical-teleológica da Natureza, que colocam como causa das causas de todos os fenômenos a "vontade de Deus", e cujo único argumento para isso era a apelação à ignorância de outras causas. (N. da Ed. Alemã.)

580 "O trabalho de uma sociedade, isto é, o tempo empregado na economia, representa uma grandeza dada, digamos 10 horas por dia de 1 milhão de pessoas ou 10 milhões de horas. (...) O capital é limitado em seu crescimento. Em cada período dado, esse limite consiste na extensão real do tempo empregado na economia." (*An Essay in the Political Economy of Nations*. Londres, 1821. p. 47-49.)

lhador estivesse de posse de seus próprios meios de produção e se contentasse em viver como trabalhador, bastar-lhe-ia trabalhar o tempo necessário para reproduzir seus meios de subsistência, digamos, 8 horas por dia. Portanto, precisaria apenas de meios de produção para 8 horas de trabalho. Ao contrário, o capitalista que o faz executar 4 horas de mais-trabalho além daquelas 8 horas precisa de uma soma de dinheiro adicional para adquirir os meios de produção adicionais. De acordo com nossa suposição, porém, teria de empregar dois trabalhadores para poder viver da mais-valia apropriada diariamente, como um trabalhador, isto é, para poder satisfazer as suas necessidades indispensáveis. Nesse caso, a finalidade de sua produção seria a mera subsistência, e não a multiplicação da riqueza, e esta última está pressuposta na produção capitalista. Para poder viver duas vezes melhor do que um trabalhador comum e retransformar a metade da mais-valia produzida em capital, ele teria de multiplicar por 8 ao mesmo tempo o número de trabalhadores e o mínimo do capital adiantado. No entanto, ele mesmo pode, como seu trabalhador, participar diretamente do processo de produção, mas então será apenas um meio-termo entre capitalista e trabalhador, um "pequeno patrão". Certo grau de desenvolvimento da produção capitalista exige que o capitalista possa aplicar todo o tempo, durante o qual funciona como capitalista, isto é, como capital personificado, à apropriação e portanto ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos desse trabalho.[581] O sistema corporativo da Idade Média procurou impedir coercitivamente a transformação do mestre-artesão em capitalista, limitando a um máximo muito reduzido o número de trabalhadores que um mestre individual podia empregar. O possuidor de dinheiro ou de mercadorias só se transforma realmente em capitalista quando a soma mínima adiantada para a produção ultrapassa de muito o máximo medieval. Aqui, como nas ciências naturais, comprova-se a exatidão da lei descoberta por Hegel, em sua Lógica,

581 "O arrendatário não deve depender do seu próprio trabalho; e se assim o fizer, estará, na minha opinião, perdendo. Sua atividade deve consistir na supervisão do conjunto: há de prestar atenção a seu debulhador, pois senão em breve estará perdido o salário pago por cereal que não foi debulhado; do mesmo modo seus ceifeiros, segadores etc. têm de ser supervisionados; necessita revisar continuamente suas cercas; tem de cuidar para que nada seja negligenciado; o que será o caso se se limitar a um único ponto." (ARBUTHNOT, J. *An Enquiry into the Connection between the Price of Provisions and the Size of Farms etc.* By a Farmer. Londres, 1773. p. 12.) Esse escrito é muito interessante. Nele pode-se estudar a gênese do *capitalist farmer** ou *merchant farmer*,** como é chamado expressamente, e escutar sua autoglorificação em confronto com o *small farmer*,*** cujo objetivo essencial é a subsistência. "A classe capitalista é liberada de início parcialmente e por fim totalmente da necessidade do trabalho manual." (*Textbook of Lectures on the Pol. Economy of Nations.* By the Rev. Richard Jones. Hertford, 1852. Lecture III, p. 39.)

* Agricultor capitalista. (N. dos T.)

** Agricultor mercantil. (N. dos T.)

*** Pequeno agricultor. (N. dos T.)

de que modificações meramente quantitativas em certo ponto se transformam em diferenças qualitativas.[582]

O mínimo da soma de valor que deve dispor um possuidor individual de dinheiro ou de mercadorias para metamorfosear-se em capitalista varia em diferentes graus de desenvolvimento da produção capitalista e, dado o grau de desenvolvimento, é diferente nas diferentes esferas de produção, conforme as condições técnicas específicas de cada uma. Certas esferas de produção exigem já nas primeiras etapas da produção capitalista um mínimo de capital que ainda não se encontra em mãos de indivíduos isolados. Isso leva, em parte, o Estado a subsidiar tais particulares, como na França no tempo de Colbert e em alguns Estados alemães até a nossa época, em parte à constituição de sociedades com monopólio legal para explorar determinados ramos industriais e comerciais[583] — as precursoras das modernas sociedades por ações.

Não nos deteremos em detalhes das modificações que a relação entre capitalista e trabalhador assalariado sofreu no curso do processo de produção, nem, portanto, nas demais determinações conseqüentes do próprio capital. Apenas destacaremos aqui alguns poucos pontos principais.

Dentro do processo de produção, o capital evoluiu para o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou seja, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida de que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau adequado de intensidade.

O capital evolui, além disso, para uma relação coercitiva que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que exigia o estreito círculo de suas próprias necessidades vitais. E como produtor de laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador da força de trabalho, o capital supera em energia, exorbitância e eficácia todos os sistemas de produção anteriores baseados em trabalho forçado direto.

De início, o capital submete o trabalho ao seu domínio nas condições técnicas em que o encontra historicamente. Não altera, portanto, imediatamente o modo de produção. A produção da mais-valia na forma

582 A teoria molecular aplicada pela Química moderna e desenvolvida cientificamente, pela primeira vez, por Laurent e Gerhardt, não se baseia em outra lei. — {Aditamento à 3ª edição} — Para esclarecer essa anotação, bastante obscura para quem não é químico, observamos que o autor fala aqui das "séries homólogas" de compostos de hidrocarbonetos, assim denominados pela primeira vez por C. Gerhardt em 1843, cada uma das quais tem sua própria fórmula algébrica de composição. Assim a série das parafinas: C_nH_{2n+2}; a dos álcoois normais: $C_nH_{2n+2}O$; a dos ácidos graxos normais: $C_nH_{2n}O_2$ e muitas outras. Nos exemplos acima, obtém-se cada vez um corpo qualitativamente diferente mediante simples adição quantitativa de CH_2 à fórmula molecular. Quanto à participação de Laurent e Gerhardt, sobrestimada por Marx, na verificação desse fato importante, ver KOPP. *Entwicklung der Chemie.* Munique, 1873. p. 709-716; e SCHORLEMMER. *Rise and Progress of Organic Chemistry.* Londres, 1879. p. 54. — F. E.

583 Martin Luther chama a tais instituições de "Sociedade *Monopolia*".

observada até agora, mediante simples prolongamento do dia de trabalho, parecia, por isso, independente de qualquer mudança do próprio modo de produção. Não era menos eficaz na padaria antiga do que na moderna fiação de algodão.

Encarado o processo de produção do ponto de vista do processo de trabalho, o trabalhador se comportava para com os meios de produção não como capital, mas como simples meio e material para sua atividade produtiva racional. Num curtume, por exemplo, trata as peles como mero objeto de seu trabalho. Não é ao capitalista que ele curte a pele. Tudo é diferente quando observamos o processo de produção do ponto de vista do processo de valorização. Os meios de produção transformaram-se imediatamente em meios para a absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital consiste apenas em seu movimento como valor que valoriza a si mesmo. Fornos de fundição e edifícios de trabalho que se imobilizam à noite e não absorvem nenhum trabalho vivo são "mera perda" (*mere loss*) para o capitalista. Por isso, fornos de fundição e edifícios de fábrica constituem um "direito de exigir trabalho noturno" das forças de trabalho. A mera transformação do dinheiro em fatores objetivos do processo de produção, em meios de produção, torna os últimos títulos jurídicos e títulos coercitivos ao trabalho e mais-trabalho alheios. Como essa inversão, particular e característica da produção capitalista, essa distorção da relação entre trabalho morto e vivo, entre valor e força criadora do valor, se reflete na consciência das cabeças capitalistas será finalmente mostrado por mais um exemplo. Durante a revolta inglesa dos fabricantes de 1848/50, escreveu

> "o chefe da fiação de linho e algodão em Paisley, uma das mais antigas e respeitáveis firmas da Escócia ocidental, a companhia Carlyle, Filhos & Cia., existente desde 1752 e dirigida por geração após geração da mesma família" —

esse *gentleman* extremamente inteligente escreveu uma carta[584] ao *Glasgow Daily Mail* de 25 de abril de 1849, sob o título "O sistema de turno", na qual se encontra, entre outras, a seguinte passagem de uma ingenuidade grotesca:

> "Consideremos agora os males que decorrem de uma redução do tempo de trabalho de 12 para 10 horas. (...) Eles 'montam' ao

584 *Reports of Insp. of Fact. for 30th April 1849.* p. 59.

> dano mais sério das perspectivas e da propriedade do fabricante. Se ele" (isto é, suas "mãos") "trabalhava 12 horas e é limitado a 10, então cada 12 máquinas ou fusos em seu estabelecimento são reduzidos a 10 (*then every 12 machines or spindles, in his establishment, shrink to 10*), e se quisesse vender sua fábrica, seriam avaliados apenas como 10, de modo que seria subtraída, em todo o país, a sexta parte do valor de cada fábrica".[585]

Nesse cérebro capitalista hereditariamente condicionado, da Escócia ocidental, o valor dos meios de produção, fusos etc., confunde-se tanto com sua propriedade de capital de valorizar a si mesmo ou de tragar diariamente determinado *quantum* de trabalho alheio gratuito, que o chefe da casa Carlyle & Co. presume realmente que, ao vender sua fábrica, ser-lhe-ia pago não só o valor dos fusos, mas além disso sua valorização, não só o trabalho contido neles e necessário para produzir fusos do mesmo tipo, mas também o mais-trabalho que eles ajudam a extrair diariamente dos honrados escoceses de Paisley. E, por isso, ele pensa que, reduzindo-se a jornada de trabalho em 2 horas, o preço de venda de cada 12 máquinas de fiar se contrairia ao de 10.

585 *Op. cit.*, p. 60. O inspetor de fábrica Stuart, também escocês e, ao contrário dos inspetores de fábrica ingleses, inteiramente imbuído da forma de pensar capitalista, observa expressamente que essa carta, que incorpora a seu relatório, "É a comunicação mais útil feita por qualquer dos fabricantes que empregam o sistema de turnos e a mais bem concebida para remover os preconceitos e escrúpulos contra aquele sistema".

SEÇÃO IV

A PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA RELATIVA

CAPÍTULO X

CONCEITO DA MAIS-VALIA RELATIVA

A parte da jornada de trabalho que apenas produz um equivalente do valor da força de trabalho pago pelo capital foi até agora por nós considerada uma grandeza constante, o que ela realmente é sob condições de produção dadas, em dado grau de desenvolvimento econômico da sociedade. Para além desse tempo de trabalho necessário, o trabalhador podia trabalhar 2, 3, 4, 6 horas etc. Da grandeza desse prolongamento dependiam a taxa de mais-valia e a duração da jornada de trabalho. Se o tempo de trabalho necessário era constante, a jornada de trabalho total, ao contrário, era variável. Suponha agora uma jornada de trabalho, cuja duração e cuja divisão em trabalho necessário e mais-trabalho sejam dadas. A linha *ac*, ou seja, *a* _____ *b* _____ *c*, representa, por exemplo, uma jornada de trabalho de 12 horas; o segmento *ab* 10 horas de trabalho necessário, o segmento *bc* 2 horas de mais-trabalho. Como se pode aumentar a produção de mais-valia, isto é, prolongar o mais-trabalho, sem qualquer prolongamento ou independentemente de qualquer prolongamento de *ac*?

Apesar dos limites dados da jornada de trabalho *ac*, parece que se pode prolongar o segmento *bc* não estendendo-o além de seu ponto final *c*, que é, ao mesmo tempo, o ponto final da jornada de trabalho *ac*, mas sim deslocando seu ponto inicial *b* na direção oposta para *a*. Suponha que *b*' ___ *b* na linha *a* _____ *b*' _____ *b* _____ *c* seja igual à metade de *bc*, ou seja, igual a 1 hora de trabalho. Se na jornada de trabalho de 12 horas *ac* o ponto *b* se desloca para *b*', *bc* será prolongado para *bc*, o mais-trabalho será aumentado de metade, de 2 horas para 3, embora a jornada de trabalho dure, depois como antes, apenas 12 horas. Essa extensão do mais-trabalho de *bc* para *b*'*c*, de 2 horas para 3, é porém evidentemente impossível sem o trabalho necessário contrair-se de *ab* para *ab*', de 10 horas para 9. O prolongamento do mais-trabalho corresponderia à redução do trabalho necessário, ou seja, uma parte do tempo de trabalho que o trabalhador até agora

utilizava de fato, para si mesmo, transforma-se em tempo de trabalho para o capitalista. O que teria mudado não seria a duração da jornada de trabalho, mas sua divisão em trabalho necessário e mais-trabalho.

Por outro lado, a grandeza do mais-trabalho é evidentemente dada, com dada grandeza da jornada de trabalho e dado valor da força de trabalho. O valor da força de trabalho, isto é, o tempo de trabalho exigido para produzi-la, determina o tempo de trabalho necessário para reprodução de seu valor. Se 1 hora de trabalho se representa num *quantum* de ouro de 1/2 xelim ou 6 pence e o valor da força de trabalho monta a 5 xelins, o trabalhador tem de trabalhar 10 horas por dia para repor o valor diário de sua força de trabalho pago pelo capital ou para produzir um equivalente do valor dos seus meios de subsistência diariamente necessários. Com o valor desses meios de subsistência é dado o valor de sua força de trabalho,[586] com o valor de sua força de trabalho é dado seu tempo de trabalho necessário. A grandeza do mais-trabalho obtém-se, porém, subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário. Subtraindo-se 10 horas de 12 ficam 2, e não se pode ver como, nas condições dadas, o mais-trabalho pode ser prolongado além de 2 horas. Na verdade, o capitalista pode pagar ao trabalhador, em vez de 5 xelins, 4 xelins e 6 pence ou menos ainda. Para reproduzir esse valor de 4 xelins e 6 pence bastariam 9 horas de trabalho, cabendo assim ao mais-trabalho 3 horas em vez de 2 da jornada de trabalho de 12 horas e aumentando-se a própria mais-valia de 1 xelim para 1 xelim e 6 pence. Mas esse resultado somente seria obtido mediante compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Com os 4 xelins e 6 pence que produz em 9 horas, ele dispõe de 1/10 menos meios de subsistência do que antes, e assim a reprodução de sua força de trabalho só se dá de maneira atrofiada. O mais-trabalho neste caso apenas seria prolongado por ultrapassar seus limites normais, seu domínio só se expandiria usurpando parte do domínio do trabalho necessário. Apesar do papel importante que esse método desempenha no movimento real do salário, ele é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, inclusive portanto a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu pleno valor.

586 O valor do salário médio diário determina-se pelo que o trabalhador precisa "para viver, trabalhar e reproduzir-se". (PETTY, William. *Political Anatomy of Ireland*. 1672. p. 64.) "O preço do trabalho é sempre determinado pelo preço dos meios de subsistência necessários." O trabalhador não recebe o salário adequado "quando (...) o salário do trabalhador não basta para alimentar uma família tão grande como costuma ser o destino de muitos deles, de acordo com sua baixa condição social e sua situação de trabalhadores". (VANDERLINT, J. *Op. cit.*, p. 15.) "O simples trabalhador que nada possui além dos seus braços e de sua aplicação nada tem a não ser quando consegue vender seu trabalho a outros. (...) Em qualquer espécie de trabalho tem de ocorrer, e de fato ocorre, que o salário do trabalhador fica limitado ao que ele precisa para seu sustento." (TURGOT. *Réflexions etc.* In: *Oeuvres*. Ed. Daire, t. I, p. 10.) "O preço dos meios de subsistência é, de fato, igual aos custos da produção do trabalho." (MALTHUS. *Inquiry into etc. Rent*. Londres, 1815. p. 48, nota.)

Uma vez admitido isso, o tempo de trabalho necessário para produzir a força de trabalho ou para reproduzir seu valor pode diminuir, não porque o salário do trabalhador cai abaixo do valor de sua força de trabalho, mas só porque esse próprio valor cai. Com a duração da jornada de trabalho dada o prolongamento do mais-trabalho tem de decorrer da redução do trabalho necessário e não do contrário, ou seja, a redução do trabalho necessário do prolongamento do mais-trabalho. Em nosso exemplo, o valor da força de trabalho realmente tem de cair de 1/10 para que o tempo de trabalho necessário diminua de 1/10, de 10 horas para 9, e assim se prolongue o mais-trabalho de 2 horas para 3.

Porém, tal diminuição do valor da força de trabalho de 1/10 requer, por sua vez, que se produza em 9 horas a mesma quantidade de meios de subsistência que antes se produzia em 10. Isso porém é impossível, sem aumentar a força produtiva do trabalho. Com os meios dados, um sapateiro pode, por exemplo, fazer um par de botas numa jornada de trabalho de 12 horas. Para fazer, no mesmo tempo, dois pares de botas, tem de duplicar-se a força produtiva de seu trabalho, e ela não pode duplicar-se sem alteração em seus meios de trabalho ou em seu método de trabalho, ou em ambos ao mesmo tempo. Por isso tem de ocorrer uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção, e portanto no próprio processo de trabalho. Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor *quantum* de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior *quantum* de valor de uso.[587] Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada, o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor.

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de tra-

587 "Quando os ofícios se aperfeiçoam, isso não significa outra coisa que a descoberta de novos caminhos para que se possa fabricar um produto com menos pessoas ou (o que é o mesmo) em menos tempo que antes." (GALIANI. *Op. cit.*, p. 158-159.) "A redução dos custos da produção não pode ser outra coisa senão a economia da quantidade de trabalho aplicada na produção." (SISMONDI. *Études etc.* t. I, p. 22.)

balho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.

Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los. Mas o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pelo *quantum* de trabalho que lhe dá sua forma definitiva, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. O valor de uma bota, por exemplo, não se determina apenas pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, do pez, do fio etc. O aumento da força produtiva e o correspondente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários, do mesmo modo reduzem o valor da força de trabalho. Por outro lado, em ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência necessários nem meios de produção para fabricá-los, o aumento da força produtiva deixa o valor da força de trabalho igual ao que era.

A mercadoria mais barata diminui naturalmente o valor da força de trabalho apenas *pro tanto*, isto é, na proporção em que entra na reprodução da força de trabalho. Camisas, por exemplo, são meios de subsistência necessários, mas só um entre muitos. Seu barateamento diminui apenas a despesa do trabalhador com camisas. A totalidade dos meios de subsistência compõe-se, porém, de diferentes mercadorias, todos produtos de indústrias particulares, e o valor de cada uma dessas mercadorias constitui uma parte alíquota do valor da força de trabalho. Esse valor diminui com o tempo de trabalho necessário à sua reprodução, cuja redução total é igual à soma de suas reduções em todos aqueles ramos de produção particulares. Tratamos esse resultado geral aqui como se fosse resultado direto e fim direto em cada caso individual. Quando um capitalista individual mediante o aumento da força produtiva do trabalho barateia, por exemplo, camisas, não lhe aparece necessariamente como objetivo reduzir o valor da força de trabalho e, com isso, o tempo de trabalho necessário *pro tanto*, mas na medida em que, por fim, contribui para esse resultado, contribuirá para elevar a taxa geral de mais-valia.[588] As tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas de suas formas de manifestação.

588 "Se o fabricante, por meio do aperfeiçoamento da maquinaria, duplica seus produtos (...) só ganha (ao final), se isso lhe capacita vestir mais barato o trabalhador (...) e assim uma parte menor do rendimento total fica com o trabalhador." (RAMSAY. *Op. cit.*, p. 168-169.)

O modo como as leis imanentes da produção capitalista aparecem no movimento externo dos capitais, como se impõem como leis coercitivas da concorrência e assim surgem na consciência do capitalista individual como motivos impulsionadores não é para ser apreciado agora, mas esclareçamos de antemão: uma análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza interna do capital, do mesmo modo que o movimento aparente dos corpos celestes somente é compreensível para quem conhece seu movimento real, embora imperceptível aos sentidos. Não obstante, para compreender a produção da mais-valia relativa com base apenas nos resultados já obtidos, deve-se observar o seguinte.

Se 1 hora de trabalho se representa num *quantum* de ouro de 6 pence ou 1/2 xelim, numa jornada de trabalho de 12 horas se produzirá um valor de 6 xelins. Admita-se que, com a força produtiva de trabalho dada, se produzam 12 peças de mercadoria nestas 12 horas de trabalho. O valor dos meios de produção, matéria-prima etc., gastos em cada peça seja de 6 pence. Nessas circunstâncias, cada mercadoria custa 1 xelim, a saber, 6 pence pelo valor dos meios de produção e 6 pence pelo novo valor adicionado em sua elaboração. Que um capitalista consiga agora duplicar a força produtiva e produzir, portanto, durante a jornada de trabalho de 12 horas, 24 peças dessa espécie de mercadoria, em vez de 12. Permanecendo inalterado o valor dos meios de produção, o valor de cada mercadoria individual cai a 9 pence, a saber, 6 pence para o valor dos meios de produção e 3 pence para o novo valor adicionado pelo último trabalho. Apesar da força produtiva duplicada, a jornada de trabalho gera, depois como antes, apenas um novo valor de 6 xelins, que se distribui, entretanto, sobre duas vezes mais produtos. Sobre cada produto singular cai por isso apenas 1/24 em vez de 1/12 desse valor total, 3 pence em vez de 6 ou, o que é o mesmo, aos meios de produção em sua transformação em produto, contando-se cada peça, adiciona-se agora apenas 1/2 hora de trabalho em vez de 1 hora inteira, como antes. O valor individual dessa mercadoria fica agora abaixo de seu valor social, isto é, ela custa menos tempo de trabalho do que a grande massa dos mesmos artigos produzidos nas condições sociais médias. A peça custa em média 1 xelim ou representa 2 horas de trabalho social; com o modo de produção modificado custa apenas 9 pence ou contém somente 1 1/2 hora de trabalho. O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é seu valor individual, mas sim seu valor social, isto é, não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor, no caso individual, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para sua produção. Portanto, se o capitalista que aplica o novo método vende sua mercadoria por seu valor social de 1 xelim, ele a venderá 3 pence acima de seu valor individual, realizando assim uma mais-valia extra de 3 pence. Mas, por outro lado, a jornada de trabalho de 12 horas representa-se para ele agora em 24 peças de

mercadoria, em vez de 12, como antes. Para vender, portanto, o produto de uma jornada de trabalho, ele precisa de uma demanda duplicada ou de um mercado duas vezes maior. Permanecendo iguais as demais circunstâncias, suas mercadorias só conquistarão maior espaço no mercado mediante contração de seus preços. Por isso, ele as venderá acima de seu valor individual, mas abaixo de seu valor social, digamos por 10 pence cada peça. Desse modo, ele obtém ainda de cada peça individual uma mais-valia extra de 1 pêni. Essa elevação da mais-valia se realiza para ele, pertença ou não sua mercadoria à esfera dos meios de subsistência necessários e que, por isso, entram na determinação do valor geral da força de trabalho. Abstraindo dessa última circunstância, existe, portanto, para cada capitalista individual, motivo para baratear a mercadoria mediante aumento da força produtiva do trabalho.

No entanto, mesmo nesse caso, a produção mais elevada de mais-valia decorre da redução do tempo de trabalho necessário e do correspondente prolongamento do mais-trabalho.[589] Suposto que o tempo de trabalho necessário seja de 10 horas ou o valor diário da força de trabalho de 5 xelins, o mais-trabalho, de 2 horas, a mais-valia produzida diariamente portanto é de 1 xelim. Mas nosso capitalista produz agora 24 peças que vende por 10 pence cada uma ou por 20 xelins todas juntas. Como o valor dos meios de produção é igual a 12 xelins, 14 2/5 peças da mercadoria apenas repõem o capital constante adiantado. A jornada de trabalho de 12 horas representa-se nas 9 3/5 peças restantes. Como o preço da força de trabalho é de 5 xelins, o tempo de trabalho necessário representa-se em 6 peças produzidas e o mais-trabalho em 3 3/5. A proporção entre o trabalho necessário e o mais-trabalho que, nas condições sociais médias, era de 5: 1, é agora apenas de 5: 3. O mesmo resultado se obtém da maneira seguinte: o valor do produto da jornada de trabalho de 12 horas é de 20 xelins. Destes, 12 xelins pertencem ao valor dos meios de produção, que apenas reaparece. Restam, portanto, 8 xelins como expressão monetária do valor em que se representa a jornada de trabalho. Essa expressão monetária é maior do que a expressão monetária do trabalho social médio da mesma espécie, da qual 12 horas se representam em apenas 6 xelins. O trabalho de força produtiva excepcional atua como trabalho potenciado ou cria, no mesmo espaço de tempo, valores maiores do que o trabalho social médio da mesma espécie. Mas nosso capitalista paga, depois como antes, apenas 5 xelins pelo valor diário da força de trabalho. O trabalhador precisa, portanto, em vez de como antes 10 horas, agora apenas de 7

589 "O lucro de uma pessoa não depende de seu comando sobre o produto do trabalho dos outros, mas de seu comando sobre o próprio trabalho. Se pode vender suas mercadorias a um preço mais alto, enquanto os salários de seus trabalhadores ficam inalterados, obterá evidentemente lucros daí. (...) Uma parte menor do que produz basta para pôr esse trabalho em movimento e, em conseqüência, fica para ele uma parte maior do produto." ([CAZENOVE, J.] *Outlines of Polit. Econ.* Londres, 1832. p. 49-50.)

1/2 para reproduzir esse valor. Seu mais-trabalho aumenta, por isso, de 2 1/2 horas e a mais-valia por ele produzida, de 1 para 3 xelins. O capitalista que aplica o modo de produção aperfeiçoado apropria-se portanto de maior parte da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo. Ele faz individualmente o que o capital, na produção da mais-valia relativa, faz em conjunto. Mas, por outro lado, aquela mais-valia extra desaparece tão logo se generaliza o novo modo de produção, pois com isso a diferença entre o valor individual das mercadorias produzidas mais baratas e seu valor social se desvanece. A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, que se fez sentir ao capitalista com o novo método na forma de ter que vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, impele seus competidores, como lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção.[590] Portanto, o processo inteiro só afeta finalmente a taxa geral de mais-valia se o aumento da força produtiva do trabalho atingiu ramos de produção, portanto barateou mercadorias, que entram no círculo dos meios de subsistência necessários e conseqüentemente constituem elementos do valor da força de trabalho.

O valor das mercadorias está na razão inversa da força produtiva do trabalho. Do mesmo modo, por ser determinado por valores de mercadorias, o valor da força de trabalho. A mais-valia relativa, ao contrário, está na razão direta da força produtiva do trabalho. Sobe com força produtiva em aumento e cai com força produtiva em queda. Permanecendo inalterado o valor do dinheiro, uma jornada de trabalho social média de 12 horas produz sempre o mesmo produto-valor de 6 xelins, qualquer que seja a distribuição dessa soma de valor entre equivalente do valor da força de trabalho e mais-valia. Mas, se em conseqüência do aumento da força produtiva cair o valor dos meios diários de subsistência e, por isso, o valor diário da força de trabalho de 5 xelins para 3, a mais-valia aumentará de 1 xelim para 3. Para reproduzir o valor da força de trabalho eram necessárias 10 horas de trabalho e agora bastam 6. Quatro horas de trabalho foram liberadas e podem ser anexadas ao domínio do mais-trabalho. Por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador.[591]

590 "Se meu vizinho pode vender barato por produzir muito com pouco trabalho, tenho de tratar de vender tão barato quanto ele. Desse modo, cada arte, cada procedimento ou cada máquina que consegue trabalhar com menor número de mãos e conseqüentemente mais barato provoca nos outros uma espécie de coerção e uma competição, seja para aplicar a mesma arte, o mesmo procedimento ou a mesma máquina, seja para inventar algo semelhante, a fim de que todos fiquem no mesmo nível e ninguém possa vender por menor preço do que seu vizinho." (*The Advantages of the East India Trade to England*. Londres, 1720. p. 67.)

591 "Qualquer que seja a proporção em que se diminuam as despesas de um trabalhador, seu salário diminuirá na mesma proporção quando, ao mesmo tempo, são eliminadas as res-

O valor absoluto da mercadoria é, em princípio, indiferente ao capitalista que a produz. Só lhe interessa a mais-valia contida nela e realizável na venda. A realização da mais-valia implica, por si mesma, a reposição do valor adiantado. Uma vez que a mais-valia relativa cresce na razão direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, enquanto o valor das mercadorias cai na razão inversa desse mesmo desenvolvimento, sendo, portanto, o mesmo processo idêntico que barateia as mercadorias e eleva a mais-valia contida nelas, fica solucionado o mistério de que o capitalista, para quem importa apenas a produção de valor de troca, tenta constantemente reduzir o valor de troca das mercadorias, uma contradição com que um dos fundadores da Economia Política, Quesnay, atormentava seus adversários e à qual eles lhe ficaram devendo a resposta.

> "Reconheceis", diz Quesnay, "que quanto mais se puder, sem prejuízo para a produção, poupar custos ou trabalhos dispendiosos na fabricação de produtos industriais, tanto mais vantajosa será essa poupança, porque diminui o preço do produto. E apesar disso acreditais que a produção da riqueza que decorre dos trabalhos dos industriais consiste no aumento do valor de troca de seus produtos."[592]

Economia do trabalho por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho[593] não objetiva, portanto, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado *quantum* de mercadorias. O fato de que o trabalhador com força produtiva aumentada de seu trabalho, produz, em 1 hora, digamos 10 vezes mais

trições sobre a indústria." (*Considerations, Concerning Taking off the Bounty on Corn Exported etc.* Londres, 1753. p. 7.) "O interesse da indústria exige que cereais e todos os meios de subsistência sejam tão baratos quanto possível; o que quer que os encareça, há de encarecer também o trabalho (...) em todos os países, nos quais a indústria não está sujeita a restrições, o preço dos meios de subsistência tem de influenciar o preço do trabalho. Este será sempre rebaixado, quando os meios de subsistência necessários se tornam mais baratos." (*Op. cit.*, p. 3.) "Os salários são rebaixados na mesma proporção em que crescem as forças produtivas. A máquina na realidade barateia os meios de subsistência necessários, mas ela barateia, além disso, também o trabalhador." (*A Prize Essay on the Comparative Merits of Competition and Cooperation*. Londres, 1834. p. 27.)

592 "Ils conviennent que plus on peut, sans préjudice, épargner de frais ou de travaux dispendieux dans la fabrication des ouvrages des artisans, plus cette épargne est profitable par la diminution des prix et des ouvrages. Cependant ils croient que la production de richesse que résulte des travaux des artisans consiste dans l'augmentation de la valeur vénale de leurs ouvrages." (QUESNAY. *Dialogues sur le Commerce et sur les Travaux des Artisans*. p. 188-189.)

593 "Esses especuladores que poupam tanto o trabalho dos trabalhadores que teriam de pagar." (BIDAUT, J. N. *Du Monopole qui s'Établit dans les Arts Industriels et le Commerce*. Paris, 1828. p. 13.) "O empresário fará sempre tudo para poupar tempo e trabalho." (STEWART, Dugald. *Works*. Ed. por Sir W. Hamilton, v. VIII, Edimburgo, 1855. *Lectures on Polit. Econ*. p. 318.) "Eles" (os capitalistas) "estão interessados em que as forças produtivas dos trabalhadores que empregam sejam as maiores possíveis. Em aumentar essa força sua atenção se fixa e na verdade quase exclusivamente." (JONES, R. *Op. cit., Lecture III*.)

mercadorias que antes, precisando, portanto, 10 vezes menos tempo de trabalho para cada peça de mercadoria, não impede, de modo algum, de fazê-lo trabalhar, assim como antes, 12 horas e produzir, nestas 12 horas, 1 200 peças em vez de como antes 120. Sua jornada de trabalho até pode ser prolongada, ao mesmo tempo, de modo que produza agora, em 14 horas, 1 400 peças etc. Por isso, nos economistas da estirpe de um MacCulloch, Ure, Senior e *tutti quanti*, pode-se ler, numa página, que o trabalhador deve gratidão ao capital pelo desenvolvimento das forças produtivas, porque este reduz o tempo de trabalho necessário, e na página seguinte, que ele deve manifestar essa gratidão passando a trabalhar, em vez de 10, 15 horas. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada do trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. Até que ponto pode-se alcançar ainda esse resultado sem baratear as mercadorias, mostrar-se-á nos métodos particulares de produção da mais-valia relativa, a cujo exame passamos agora.

CAPÍTULO XI

COOPERAÇÃO

A produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. Com respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações, a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada.

De início, a diferença é, portanto, meramente quantitativa. Viu-se que a massa de mais-valia produzida por determinado capital é igual à mais-valia fornecida por um trabalhador individual, multiplicada pelo número de trabalhadores simultaneamente ocupados. Esse número, em si e para si, em nada altera a taxa da mais-valia ou o grau de exploração da força de trabalho, e quanto à produção de valor mercantil — em geral, qualquer modificação quantitativa do processo de trabalho parece ser indiferente. Isso decorre da natureza do valor. Se uma jornada de trabalho se objetiva em 6 xelins, então 1 200 de tais jornadas em 6 xelins x 1 200. Em um caso incorporam-se 12 horas de trabalho e no outro, 12 x 1 200 aos produtos. Na produção de valor, os muitos sempre contam como muitos indivíduos. Para a produção de valor, não faz diferença que 1 200 trabalhadores produzam isoladamente ou unificados sob o comando do mesmo capital.

Contudo, dentro de certos limites, ocorre uma modificação. O trabalho objetivado em valor é trabalho de qualidade social média, portanto a manifestação de uma força de trabalho média. Mas uma

grandeza média existe sempre apenas como média de muitas grandezas diferentes individuais da mesma espécie. Em cada ramo industrial, o trabalhador individual, Pedro ou Paulo, difere mais ou menos do trabalhador médio. Esses desvios individuais, chamados em Matemática de "erros", compensam-se e desaparecem, tão logo se tome um número maior de trabalhadores em conjunto. Edmund Burke, o famoso sofista e sicofanta, pretende até saber, com base nas suas experiências práticas de arrendatário, que toda diferença individual do trabalho já desaparece "num pelotão tão pequeno" quanto o de 5 servos agrícolas; portanto, que os 5 primeiros servos agrícolas ingleses no melhor da idade adulta executarão juntamente, no mesmo tempo, a mesma quantidade de trabalho que quaisquer outros 5 servos agrícolas ingleses.[594] Como quer que seja, é claro que a jornada total de trabalho de um número relativamente grande de trabalhadores simultaneamente empregados, dividido pelo número de trabalhadores, é em si e para si uma jornada de trabalho social média. Suponhamos que a jornada de um trabalhador individual seja de 12 horas. Assim, uma jornada de trabalho de 12 trabalhadores simultaneamente ocupados constitui então uma jornada global de 144 horas, e embora o trabalho de cada um dessa dúzia se desvie mais ou menos do trabalho social médio, o indivíduo podendo por isso precisar de mais ou menos tempo para a mesma operação, a jornada de trabalho de cada indivíduo, como 1/12 da jornada global de 144 horas, possui a qualidade social média. Mas, para o capitalista que emprega 1 dúzia, existe a jornada de trabalho como jornada de trabalho global da dúzia. A jornada de trabalho de cada indivíduo existe como parte alíquota da jornada de trabalho global, independentemente do fato dos 12 colaborarem entre si ou que toda a conexão entre seus trabalhos consista apenas em trabalharem para o mesmo capitalista. Se, ao contrário, dos 12 trabalhadores forem empregados 2 de cada vez por um pequeno mestre, será uma casualidade que cada mestre produza a mesma massa de valor e portanto realize a taxa geral de mais-valia. Ocorreriam desvios individuais. Se um trabalhador utilizasse significativamente mais tempo na produção de uma mercadoria do que o socialmente exigido, se o tempo de trabalho individualmente necessário se desviasse significativamente do tempo de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho médio, seu trabalho não

594 "Sem dúvida, existe grande diferença entre o valor do trabalho de um homem e o de outro, em virtude da diferença de força, habilidade e honesta diligência. Porém, com base em minhas cuidadosas observações, estou completamente seguro de que quaisquer 5 homens, em sua totalidade, realizarão uma quantidade de trabalho igual à de quaisquer outros 5, que se encontram nos períodos de vida mencionados. Isto é, que entre esses 5 homens encontre-se 1 que tem todas as qualidades de um bom trabalhador, 1 que é um mau trabalhador, enquanto os outros 3 são médios e se aproximam do primeiro e do último. Assim se encontrará, portanto, em um grupo tão pequeno de 5 homens mesmo a totalidade de tudo o que 5 homens podem render." (BURKE, E. *Op. cit.*, p. 15-16.) Ver Quételet sobre o indivíduo médio.

contaria como trabalho médio nem sua força de trabalho como força de trabalho média. Esta não se venderia ao todo ou apenas abaixo do valor médio da força de trabalho. Pressupõe-se, portanto, determinado mínimo de eficiência no trabalho, e veremos mais adiante que a produção capitalista encontra meios para medir esse mínimo. Nem por isso esse mínimo deixa de se desviar da média, embora, por outro lado, o valor médio da força de trabalho tenha de ser pago. Dos 6 pequenos mestres, portanto, um obteria mais, outro menos do que a taxa geral da mais-valia. As desigualdades se compensariam para a sociedade, mas não para o mestre individual. Portanto, a lei geral da valorização só se realiza completamente para o produtor individual tão logo ele produza como capitalista, empregue muitos trabalhadores, ao mesmo tempo, pondo assim em movimento, desde o início, trabalho social médio.[595]

Mesmo não se alterando o modo de trabalho, o emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. Edifícios em que muitos trabalham, depósitos para matéria-prima etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc., que servem a muitos simultânea ou alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho. Por um lado, o valor de troca de mercadorias e, portanto, também de meios de produção, não aumenta por uma exploração qualquer aumentada de seu valor de uso. Por outro lado, cresce a escala dos meios de produção utilizados em comum. Um quarto em que trabalham 20 tecelões com seus 20 teares deve ser mais espaçoso do que o quarto de 1 tecelão com 2 ajudantes. Mas a produção de uma oficina para 20 pessoas custa menos trabalho do que a produção de 10 oficinas para 2 pessoas cada uma, e assim o valor de meios de produção coletivos e concentrados massivamente não cresce em geral na proporção de seu volume e seu efeito útil. Meios de produção utilizados em comum cedem parte menor do seu valor ao produto individual, seja porque o valor global que transferem se reparte simultaneamente por uma massa maior de produtos, seja porque, comparados com meios de produção isolados, entram no processo de produção com um valor que, embora seja absolutamente maior, considerando sua escala de ação, é relativamente menor. Com isso diminui um componente do valor do capital constante, diminuindo também, portanto, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria. O efeito é o mesmo que se os meios de produção da mercadoria

595 O senhor prof. Roscher pretende ter descoberto que 1 costureira que durante 2 dias é empregada pela senhora professora realiza mais trabalho que 2 costureiras que a senhora professora emprega no mesmo dia.* O senhor professor não devia fazer suas observações sobre o processo de produção capitalista no quarto das crianças e nem em circunstâncias em que falta o personagem principal, o capitalista.

* ROSCHER, W. *Die Grundlagen der Nationaloekonomie*. 3ª ed., Stuttgart, Augsburg, 1858. p. 88-89. (N. da Ed. Alemã.)

fossem produzidos mais baratos. Essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos. E eles adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em contraste com os meios de produção dispersos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou pequenos patrões, mesmo quando os muitos apenas trabalham no mesmo local, sem colaborar entre si. Parte dos meios de trabalho adquire esse caráter social antes que o próprio processo de trabalho o adquira.

O economizar meios de produção, em geral, tem de ser considerado de um duplo ponto de vista. Uma vez, na medida em que barateia mercadorias, abaixando desse modo o valor da força de trabalho. Outra vez, na medida em que modifica a proporção entre mais-valia e o capital global adiantado, isto é, a soma de valor de seus componentes constante e variável. Esse último ponto será examinado na parte primeira do Livro Terceiro desta obra, onde, por causas contextuais, trataremos também de assuntos que teriam aqui seu lugar. A marcha da análise exige essa quebra do objeto que corresponde, ao mesmo tempo, ao espírito da produção capitalista. Como aqui, com efeito, as condições de trabalho se colocam em face do trabalhador de forma autônoma, o economizá-las apresenta-se também como uma operação particular, que em nada lhe interessa e que por isso se separa dos métodos que elevam sua produtividade pessoal.

A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação.[596]

Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria ou a força de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo.[597] O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longos ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas

596 "Concours de forces." (DESTUTT DE TRACY. *Op. cit.*, p. 80.)

597 "Existem numerosas operações de espécie tão simples que não permitem sua decomposição em partes, entretanto apenas mediante ação conjunta de muitos pares de mãos podem ser executadas. Assim, o levantar um grande tronco de árvore sobre um carro (...), em suma, tudo que não pode ser feito, sem que grande número de pares de mãos se ajudem mútua e simultaneamente na mesma tarefa indivisa." (WAKEFIELD, E. G. *A View of the Art of Colonization.* Londres, 1849. p. 168.)

da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas.[598]

Abstraindo da nova potência de forças que decorre da fusão de muitas forças numa força global, o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas, de forma que 1 dúzia de pessoas juntas, numa jornada simultânea de 144 horas, proporciona um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, cada um dos quais trabalha 12 horas, ou do que 1 trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos.[599] Isso resulta do fato de que o homem é, por natureza, se não um animal político,[600] como acha Aristóteles, em todo caso um animal social.

Embora muitos executem simultânea e conjuntamente o mesmo ou algo semelhante, o trabalho individual de cada um pode ainda assim representar, como parte do trabalho global, diferentes fases do próprio processo de trabalho, as quais o objeto de trabalho percorre mais rapidamente em virtude da cooperação. Assim, por exemplo, quando pedreiros formam uma fila de mãos para levar tijolos do pé ao alto do andaime, cada um deles faz o mesmo, mas não obstante as operações individuais formam partes contínuas de uma operação global, fases específicas, que cada tijolo tem de percorrer no processo de trabalho, e pelas quais, digamos, as 24 mãos do trabalhador coletivo o transportam mais rapidamente do que as 2 mãos de cada trabalhador individual que subisse e descesse o andaime.[601] O objeto de trabalho

598 "Enquanto um homem não é capaz de levantar 1 tonelada e 10 homens precisam esforçar-se para isso, 100 homens, porém, podem fazê-lo com a força apenas de um de seus dedos." (BELLERS, John. *Proposals for Raising a Colledge of Industry*. Londres, 1696. p. 21.)

599 "Há também" (quando, por exemplo, o mesmo número de trabalhadores é empregado por um arrendatário com 300 acres em vez de por 10 arrendatários com 30 acres cada um) "uma vantagem no número relativo dos servos, a qual não é tão fácil de reconhecer, a não ser por homens de prática. Diz-se naturalmente que assim como 1 está para 4, assim 3 está para 12; mas isso não se confirma na prática. Pois no tempo da colheita e em muitas outras operações que exigem a mesma pressa, o trabalho é realizado melhor e mais rápido pela união de muitas forças de trabalho. Por exemplo durante a colheita, 2 carroceiros, 2 carregadores, 2 enfeixadores, 2 recolhedores e os trabalhadores restantes no palheiro ou no celeiro realizam o dobro do trabalho que o mesmo número de trabalhadores, se estivessem divididos em grupos separados e em diferentes sítios." ([ARBUTHNOT, J.] *An Inquiry into the Connection between the Present Price of Provisions and the Size of Farmns*. Por um farmer, Londres, 1773. p. 7-8.)

600 A definição de Aristóteles é na verdade que o homem é por natureza um cidadão urbano. Ela é tão característica para a antiguidade clássica como a definição de Franklin, de que o homem é por natureza um fazedor de instrumentos, para os ianques.

601 "Deve-se observar ainda que essa divisão parcial do trabalho também pode ocorrer onde os trabalhadores estão ocupados numa operação igual. Pedreiros, por exemplo, que fazem passar tijolos de mão em mão, até ao alto de um andaime executam todos eles o mesmo trabalho; existe, ainda assim, entre eles uma espécie de divisão de trabalho, que consiste em que cada um deles faz o tijolo cobrir determinada distância, todos em conjunto fazendo-o chegar a um ponto dado mais rapidamente do que o fariam se cada um deles carregasse separadamente seu tijolo ao alto do andaime." (SKARBEK, F. *Théorie des Richesses Sociales*. 2ª ed., Paris, 1839. t. I, p. 97-98.)

percorre o mesmo espaço em menos tempo. Por outro lado, ocorre combinação de trabalho quando, por exemplo, uma construção é iniciada, ao mesmo tempo, de vários lados, embora os que cooperam façam o mesmo ou algo da mesma espécie. A jornada de trabalho combinado de 144 horas, que ataca o objeto de trabalho espacialmente de vários lados, porque o trabalhador combinado ou trabalhador coletivo possui olhos e mãos à frente e atrás e, até certo ponto, o dom da ubiqüidade, faz avançar o produto global mais rapidamente do que 12 jornadas de trabalho de 12 horas de trabalhadores mais ou menos isolados, obrigados a atacar sua obra mais unilateralmente. Partes do produto em locações diferentes amadurecem ao mesmo tempo.

Acentuamos que os muitos que se completam mutuamente fazem o mesmo ou algo da mesma espécie, porque essa forma mais simples de trabalho coletivo desempenha, mesmo na forma mais desenvolvida da cooperação, papel importante. Se o processo de trabalho é complicado, a simples massa dos que trabalham juntos permite distribuir as diferentes operações entre diferentes braços e, portanto, executá-las simultaneamente, e em virtude disso encurtar o tempo de trabalho necessário para fabricar o produto global.[602]

Em muitos ramos de produção há momentos críticos, isto é, períodos de tempo fixados pela própria natureza do processo de trabalho, durante os quais determinados resultados do trabalho têm de ser atingidos. Se, por exemplo, trata-se de tosquiar um rebanho de ovelhas ou de ceifar e colher determinada área de trigo, a quantidade e a qualidade do produto dependem de a operação ser iniciada em determinado momento e terminada em determinado momento. O período de tempo que deve ser ocupado pelo processo de trabalho é aqui prescrito, como, por exemplo, na pesca de arenque. O indivíduo só pode recortar de 1 dia uma jornada de trabalho, digamos, de 12 horas, mas a cooperação de 100 pessoas, por exemplo, expande uma jornada de 12 horas a uma jornada de trabalho de 1 200 horas. A brevidade do prazo de trabalho é compensada pela grandeza da massa de trabalho lançada no campo de produção, no momento decisivo. O efeito oportuno depende aqui do emprego simultâneo de muitas jornadas combinadas de trabalho e o volume do efeito útil, do número de trabalhadores, sendo esse número, entretanto, sempre menor do que o número de trabalhadores que atingiriam, isoladamente, o mesmo resultado, no mesmo período de tempo.[603] É por falta dessa cooperação que no oeste

602 "Quando se trata da execução de um trabalho complicado, coisas diferentes precisam ser feitas simultaneamente. Um faz uma coisa, enquanto o outro faz alguma outra, e todos contribuem para um resultado que um único homem não poderia ter produzido. Um rema, enquanto o outro dirige, um terceiro lança a rede ou arpoa o peixe, e a pescaria tem sucesso, o qual sem essa cooperação seria impossível." (DESTUTT DE TRACY. *Op. cit.*, p. 78.)

603 "Sua" (do trabalho na agricultura) "realização no momento decisivo tem efeito ainda maior." ([ARBUTHNOT, J.] *An Inquiry into the Connection between the Present Price etc.* p. 7.)

dos Estados Unidos se desperdiça, todo ano, uma quantidade de trigo e naquelas partes da Índia Oriental onde o domínio inglês destruiu o velho sistema de comunidade, uma quantidade de algodão.[604]

Por um lado, a cooperação permite estender o espaço em que se realiza o trabalho, sendo, por isso, exigida em certos processos de trabalho pela própria configuração espacial do objeto de trabalho, como, por exemplo, na drenagem de terras, na construção de diques, na irrigação, na construção de canais, estradas, ferrovias etc. Por outro lado, ela possibilita em proporção à escala de produção um estreitamento espacial do campo de produção. Essa limitação do âmbito espacial do trabalho com a simultânea expansão de sua escala de ação, com o que se poupa uma quantidade de falsos custos (*faux frais*), surge da aglomeração dos trabalhadores, da junção na mesma área de diversos processos de trabalho e da concentração dos meios de produção.[605]

Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais, a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil. Se, conforme o caso, ela obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo

"Na agricultura não existe fator mais importante que o fator tempo." (LIEBIG. *Ueber Theorie und Praxis in der Landwirtschaft*. 1856. p. 23.)

604 "Outro mal que dificilmente se espera encontrar num país que exporta mais trabalho que qualquer outro do mundo, excetuando talvez a China e a Inglaterra, consiste na impossibilidade de se conseguir suficiente número de braços para a colheita de algodão. Em conseqüência disso grandes quantidades de algodão ficam sem colher, enquanto outra parte é recolhida do chão depois de ter caído, obviamente descolorida e parcialmente deteriorada, de tal modo que, por falta de trabalhadores, na estação certa, o plantador é forçado a submeter-se à perda de grande parte da colheita tão ansiada na Inglaterra." (*Bengal Hurkaru. Bi-Monthly Overland Summary of News*. 22 de julho de 1861.)

605 "Com o progresso da lavoura todo capital e todo trabalho, que antes eram dispersos em 500 acres ou talvez mais, são concentrados agora no cultivo mais completo de 100 acres." Embora "em relação ao montante empregado de capital e trabalho o espaço se tenha tornado menor, representa ele uma esfera de produção maior que a esfera de produção ocupada ou cultivada antes por um único produtor independente". (JONES, R. *An Essay on the Distribution of Wealth* "On Rent", Londres, 1831. p. 191.)

planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie.[606]

Se os trabalhadores não podem cooperar diretamente sem estar juntos, sendo, portanto, sua aglomeração em determinado local condição de sua cooperação, os trabalhadores assalariados não podem cooperar, sem que o mesmo capitalista os empregue simultaneamente e, portanto, compre ao mesmo tempo suas forças de trabalho. O valor global dessas forças de trabalho ou a soma dos salários dos trabalhadores por um dia, uma semana etc., tem de estar reunido, portanto, no bolso do capitalista antes de as próprias forças de trabalho serem unidas no processo de produção. O pagamento de 300 trabalhadores, de uma vez, mesmo por um dia só, exige maior dispêndio de capital que o pagamento de poucos trabalhadores, semana por semana, durante o ano inteiro. Portanto, o número dos trabalhadores que cooperam ou a escala da cooperação depende de início da grandeza do capital que o capitalista individual pode despender na compra da força de trabalho, isto é, da medida em que cada capitalista dispõe dos meios de subsistência de muitos trabalhadores.

E com o capital constante acontece o mesmo que com o capital variável. A despesa com matéria-prima, por exemplo, é 30 vezes maior para um capitalista que emprega 300 trabalhadores do que para cada um dos 30 capitalistas que empregam de cada vez 10. O volume de valor e a massa material dos meios de trabalho utilizados em comum não crescem na verdade na mesma medida que o número de trabalhadores empregados, mas crescem consideravelmente. A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração.

Inicialmente, certa grandeza mínima de capital individual pareceu ser necessária para que o número de trabalhadores simultaneamente explorados, portanto a massa de mais-valia produzida, fosse suficiente para libertar o próprio empregador do trabalho manual, para fazer do pequeno patrão um capitalista e estabelecer assim formalmente o capital como relação. Esse mínimo aparece agora como condição material para a transformação de muitos processos de trabalho individuais, dispersos e independentes entre si em um processo de trabalho social combinado.

Do mesmo modo, o comando do capital sobre o trabalho parecia originalmente ser apenas conseqüência formal do fato de o trabalhador trabalhar, em vez de para si, para o capitalista e, portanto, sob o

606 "A força do homem isolado é mínima, mas a união dessas forças tão mínimas gera uma força total que é maior que a soma de todas as forças parciais, de modo que a mera união das forças pode diminuir o tempo e alargar o âmbito de suas atividades." (CARLI, G. R. Nota a VERRI, P. *Op. cit.*, t. XV, p. 196.)

capitalista. Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha.

Todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos. Um violinista isolado dirige a si mesmo, uma orquestra exige um maestro. Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas.

Em primeiro lugar, o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital,[607] isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre sua adequada utilização.[608] Além disso,

607 "Lucros (...) são o único objetivo do negócio." (VANDERLINT, J. *Op. cit.*, p. 11.)

608 Um jornal filisteu inglês, o *Spectator*, de 26 de maio de 1866, noticiou que, depois da introdução de uma espécie de associação entre capitalista e trabalhadores, na *wirework company of Manchester:* "o primeiro resultado foi uma súbita redução do desperdício de material, pois que os trabalhadores não compreendiam por que deveriam desperdiçar sua propriedade mais que a dos capitalistas, e desperdício de material é, ao lado de más dívidas a receber, talvez a maior fonte de prejuízos nas fábricas". O mesmo jornal descobriu como erro básico da experiência cooperativista de Rochdale:* "*They showed that associations of workmen could manage shops, mills, and almost all forms of industry with success, and they immensely improved the condition of the men, but then they did not leave a clear place for masters*". ("Elas comprovaram que associações de trabalhadores podem gerir com sucesso lojas, fábricas e quase toda forma de indústria, e elas melhoraram extraordinariamente a situação dos operários, porém (!), não deixaram nenhum lugar visível para capitalistas." *Quelle horreur!*"**

* *Rochdale cooperative experiments.* — Sob a influência das idéias dos socialistas utópicos, reuniram-se trabalhadores de Rochdale (norte de Manchester) em 1844 na Society of Equitable Pioneers (Sociedade dos Pioneiros Justos.) Originalmente, foi uma cooperativa de consumo; logo ampliou-se e deu vida a organizações cooperativas de produção. Com os pioneiros de Rochdale começou um novo período do movimento cooperativo na Inglaterra e em outros países. (N. da Ed. Alemã.)

** Que horror! (N. dos T.)

a cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. A conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela.

Se, portanto, a direção capitalista é, pelo seu conteúdo, dúplice, em virtude da duplicidade do próprio processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital, ela é quanto à forma despótica. Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo desenvolve suas formas peculiares. Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers* [609] e suboficiais (capatazes, *foremen, overlookers, contre-maîtres*) durante que o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva. Comparando o modo de produção de camponeses independentes ou de artífices autônomos com a economia das plantações, baseada na escravatura, o economista político considera esse trabalho de superintendência como um dos *faux*[610] *frais de production*.[611] Ao considerar o modo de produção capitalista, ele identifica em contraposição a função de direção, na medida em que deriva da natureza do processo de trabalho coletivo, com a mesma função na medida em que é condicionada pelo caráter capitalista e, por isso, antagônico, desse processo.[612] O capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele torna-se comandante industrial porque ele é capitalista. O comando supremo na indústria torna-se atributo do capital, como no tempo

609 *Managers:* gerentes. — *Foremen:* mestres. — *Overlookers:* supervisores. — *Contre-maîtres:* contra-mestres. (N. dos T.)

610 Falsos custos de produção. (N. dos T.)

611 O prof. Cairnes, depois de apresentar a *superintendence of labour*• como característica principal da produção baseada na escravatura, nos Estados sulistas da América do Norte, prossegue: "Uma vez que o proprietário camponês" (do norte) "fica com todo o produto de seu solo para si, ele não precisa de nenhum estímulo específico para esforçar-se. A fiscalização aqui é totalmente desnecessária". (CAIRNES, *Op. cit.*, 48-49.)
• Superintendência do trabalho. (N. dos T.)

612 Sir James Steuart, que se destaca pela excelente visão das diferenças caracteristicamente sociais entre diferentes modos de produção, observa: "Por que as grandes empresas manufatureiras destroem as indústrias domiciliares, senão por estarem mais próximas da simplicidade do trabalho escravo?" (*Princ. of Pol. Econ.* Londres, 1767. v. I, p. 167-168.)

feudal o comando supremo na guerra e no tribunal era atributo da propriedade fundiária.[613]

Proprietário de sua força de trabalho é o trabalhador, enquanto como vendedor da mesma mercadeja com o capitalista, e ele só pode vender o que possui, sua força de trabalho individual isolada. Essa condição não se altera de modo algum por o capitalista comprar 100 forças de trabalho em vez de uma ou por concluir contratos com 100 trabalhadores independentes entre si em vez de apenas com um. Ele pode utilizar os 100 trabalhadores sem fazê-los cooperar. O capitalista portanto paga o valor das 100 forças de trabalho independentes, mas não paga a força combinada dos 100. Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa só no processo de trabalho, mas no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos. Com a entrada no mesmo eles são incorporados ao capital. Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital. A força produtiva social do trabalho desenvolve-se gratuitamente tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições, e o capital os coloca sob essas condições. Uma vez que a força produtiva social do trabalho não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador, antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente.

O efeito da cooperação simples mostra-se colossal nas obras gigantescas dos antigos asiáticos, egípcios, etruscos etc.

> "Aconteceu em épocas passadas que esses Estados asiáticos, depois de custear suas despesas civis e militares, se encontravam na posse de um excedente de meios de subsistência, que podiam aplicar em obras de magnificência ou utilidade. Seu comando sobre as mãos e braços de quase toda a população não agrícola e o domínio exclusivo do monarca e do sacerdócio sobre esse excedente proporcionavam-lhes os meios para construírem aqueles monumentos portentosos, com os quais cobriram o país. (...) Para movimentar estátuas colossais e massas enormes, cujo transporte causa espanto, empregou-se quase exclusivamente e de maneira pródiga trabalho humano. O número de trabalhadores e a concentração de seus esforços bastavam. Do mesmo modo vemos possantes recifes de coral surgirem da profundidade do

613 Auguste Comte e sua escola teriam podido demonstrar, portanto, da mesma forma, a eterna necessidade dos senhores feudais, como eles o fizeram para os senhores capitalistas.

> oceano, formando ilhas e constituindo terra firme, embora cada depositante individual (*depositary*) seja ínfimo, frágil e desprezível. Os trabalhadores não agrícolas de uma monarquia asiática têm muito pouco a contribuir para as obras além de seus esforços físicos individuais, mas seu número é a sua força e o poder de direção sobre essa massa deu origem àquelas obras gigantescas. Foi a concentração das rendas, das quais vivem os trabalhadores, em uma ou poucas mãos, que tornou possíveis tais empreendimentos."[614]

Esse poder dos reis asiáticos e egípcios ou teocratas etruscos etc. foi conferido, na sociedade moderna, ao capitalista, quer ele se apresente como capitalista individual, quer como nas sociedades por ações, como capitalista combinado.

A cooperação no processo de trabalho, como a encontramos nas origens culturais da humanidade, predominantemente nos povos caçadores[615] ou eventualmente na agricultura da comunidade indiana, fundamenta-se, por um lado, na propriedade comum das condições de produção e, por outro, na circunstância de que o indivíduo isolado desligou-se tão pouco do cordão umbilical da tribo ou da comunidade como a abelha individual da colmeia. Ambos diferenciam-na da cooperação capitalista. A utilização da cooperação em grande escala no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas baseia-se em relações diretas de domínio e servidão, na maioria das vezes na escravidão. A forma capitalista pressupõe, ao contrário, desde o princípio o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital. Historicamente, no entanto, ela se desenvolve em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuindo este forma corporativa[616] ou não. Nesse confronto, a cooperação capitalista aparece não como forma histórica específica da cooperação, mas a cooperação mesma aparece como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista que o distingue especificamente.

Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É

614 JAMES, R. *Text-book of Lectures etc.* p. 77-78. As coleções dos antigos assírios, egípcios etc., em Londres e em outras capitais européias, fazem-nos testemunhas oculares daqueles processos cooperativos de trabalho.

615 Linguet em sua *Théorie des Lois Civiles* não está talvez sem razão quando declara a caça como a primeira forma de cooperação e a caça ao homem (guerra) como uma das primeiras formas de caça.

616 A pequena economia camponesa e o exercício independente dos ofícios, que constituem em parte a base do modo de produção feudal; em parte após a dissolução deste aparecem ao lado da empresa capitalista, formam ao mesmo tempo a base econômica das comunidades clássicas em sua melhor época, depois de ter-se dissolvido a propriedade comum de origem oriental e antes de a escravatura ter-se apossado efetivamente da produção.

a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. Essa modificação se dá naturalmente. Seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Este coincide com a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho em um processo social, então, por outro lado, essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente.

Em sua figura simples, até agora considerada, a cooperação coincide com a produção em maior escala, porém não constitui nenhuma forma característica fixa de uma época particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista. No máximo, aparece aproximadamente assim nos inícios ainda artesanais da manufatura[617] e em cada espécie de agricultura em grande escala, a qual corresponde ao período manufatureiro e se distingue substancialmente da economia camponesa apenas pela massa de trabalhadores empregados ao mesmo tempo e pelo volume dos meios de produção concentrados. A cooperação simples continua sendo ainda a forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem papel significativo.

A cooperação permanece a forma básica do modo de produção capitalista, embora sua figura simples mesma apareça como forma particular ao lado de suas formas mais desenvolvidas.

617 "Não é a união da habilidade, da diligência e da emulação de muitos juntos na mesma obra o meio de levá-la adiante? E teria sido, de outro modo, possível à Inglaterra levar sua manufatura de lã a tal grau de perfeição?" (BERKELEY. *The Querist*. Londres, p. 56, § 521.)

CAPÍTULO XII

DIVISÃO DO TRABALHO E MANUFATURA

1. Dupla origem da manufatura

A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito, que, *grosso modo*, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII.

A manufatura origina-se de modo duplo. Em um modo, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, por cujas mãos tem de passar um produto até o acabamento final, são reunidos em uma oficina sob o comando de um mesmo capitalista. Por exemplo, uma carruagem era o produto global do trabalho de grande número de artífices independentes, tais como segeiro, seleiro, costureiro, serralheiro, correeiro, torneiro, passamaneiro, vidraceiro, pintor, envernizador, dourador etc. A manufatura de carruagens reúne todos esses diferentes artífices em uma casa de trabalho, onde eles trabalham simultaneamente em colaboração uns com os outros. Não se pode na verdade dourar uma carruagem antes de fazê-la. Se, porém, muitas carruagens são feitas ao mesmo tempo, uma parte pode ser continuamente dourada, enquanto outra parte percorre uma fase anterior do processo de produção. Até aí estamos ainda no terreno da cooperação simples que encontra preexistente seu material humano e de coisas. Mas logo sucede uma modificação essencial. O costureiro, o serralheiro, o correeiro etc., que se ocupam apenas com a feitura de carruagens, perdem pouco a pouco com o costume a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda a sua extensão. Por outro lado, a sua atividade tornada unilateral adquire a forma mais adequada para a sua restrita escala de ação. Originalmente, a manufatura de carruagens aparecia como uma combinação de ofícios autônomos. Progressivamente, ela se transforma em divisão da produção de carruagens em suas diversas operações particulares, em que cada operação cristaliza-se em função exclusiva de um traba-

lhador, e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais. Do mesmo modo surgiram a manufatura de panos e toda uma série de outras manufaturas, da combinação de diferentes ofícios sob o comando do mesmo capital.[618]

Mas a manufatura se origina também por caminho oposto. Muitos artífices que fazem o mesmo ou algo da mesma espécie, por exemplo, papel ou tipos de imprensa ou agulhas, são ocupados pelo mesmo capital simultaneamente na mesma oficina. É essa a cooperação na forma mais simples. Cada um desses artífices (talvez com um ou dois ajudantes) produz por inteiro a mercadoria e leva a cabo portanto sucessivamente as diferentes operações exigidas para a sua fabricação. Ele continua a trabalhar de acordo com o seu antigo modo artesanal. Contudo, circunstâncias externas levam logo a utilizar-se de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos. Um *quantum* maior de mercadorias prontas tem, por exemplo, de ser fornecido em determinado prazo. O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. Essa divisão acidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho. Do produto individual de um artífice autônomo, que faz muitas coisas, a mercadoria transforma-se no produto social de uma união de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente uma mesma tarefa parcial. As mesmas operações que se engrenaram como tarefas sucessivas do produtor de papel nas corporações alemãs tornaram-se autônomas na manufatura de papel holandesa, como operações parciais, executadas uma ao lado da outra por muitos trabalhadores cooperantes. O agulheiro corporativo de Nuremberg constitui o elemento fundamental da manufatura inglesa de agulhas. Mas enquanto aquele agulheiro isolado realizava uma série de talvez 20 operações consecutivas, aqui 20 agulheiros logo passaram a executar paralelamente cada um apenas

618 Para dar um exemplo mais moderno dessa espécie de formação da manufatura, eis a seguinte citação. A fiação e tecelagem de seda de Lyon e Nîmes "é inteiramente patriarcal; ela ocupa muitas mulheres e crianças, mas sem fatigá-las nem corrompê-las; permite-lhes ficar em seus belos vales da Drôme, do Var, da Isère e de Vaucluse, para lá criarem o bicho da seda e enovelar seus casulos; nunca chega a ser um empreendimento fabril regular. E para permitir uma explicação tão extensa (...) o princípio da divisão do trabalho assume aqui caráter especial. Há dobadouras, torcedores de seda, tintureiros, encoladores, além de tecelões; mas não estão reunidos na mesma oficina nem dependem de um mesmo mestre; todos eles são independentes". (BLANQUI, A. *Cours d'Écon. Industrielle.* Recueilli par A. Blaise, Paris, 1838/39, p. 79.) Desde que Blanqui escreveu isso, os diversos trabalhadores independentes foram em parte reunidos em fábricas. {À 4ª edição. — E desde que Marx escreveu o que está acima, o tear a vapor invadiu as fábricas, expulsando rapidamente o tear manual. A indústria de sedas de Krefeld sabe igualmente cantar uma canção sobre isso. — F. E.}

uma das 20 operações, as quais, em virtude das experiências, foram ainda muito mais subdivididas, isoladas e tornadas autônomas como funções exclusivas de trabalhadores individuais.

A origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto dúplice. De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados. Qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma — um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos.

Para o entendimento correto da divisão do trabalho na manufatura é essencial atentar para os seguintes pontos: antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal. Precisamente por continuar sendo a habilidade manual a base do processo de produção é que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial e sua força de trabalho é transformada por toda vida em órgão dessa função parcial. Finalmente, essa divisão do trabalho é uma espécie particular da cooperação e algumas de suas vantagens decorrem da natureza geral e não dessa forma particular da cooperação.

2. O trabalhador parcial e sua ferramenta

Descendo agora aos pormenores, é desde logo claro que um trabalhador, o qual executa a sua vida inteira uma única operação simples, transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e portanto necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações. O trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, compõe-se porém apenas de tais trabalhadores parciais unilaterais. Em comparação com o ofício autônomo produz por isso mais em menos

tempo ou eleva a força produtiva do trabalho.[619] O método do trabalho parcial também se aperfeiçoa, após tornar-se autônomo, como função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração da atenção nela ensinam, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de gasto de força. Mas como diferentes gerações de trabalhadores sempre convivem simultaneamente e cooperam nas mesmas manufaturas, os truques técnicos do ofício assim adquiridos se consolidam, acumulam e transmitem rapidamente.[620]

A manufatura produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, que já encontrou na sociedade, e ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo. Por outro lado, a transformação do trabalho parcial na profissão por toda vida de um ser humano corresponde à tendência de sociedades anteriores de tornar hereditários os ofícios, de petrificá-los em castas ou, caso determinadas condições históricas produzissem no indivíduo uma variabilidade que contradissesse o sistema de castas, de ossificá-los em corporações. Castas e corporações surgem da mesma lei natural que regula a diferenciação de plantas e animais em espécies e subespécies, só que em determinado grau de desenvolvimento a hereditariedade das castas e a exclusividade das corporações são decretadas como lei social.[621]

> "As musselinas de Dakka em sua finura, as chitas e outros tecidos de Coromandel na magnificência e durabilidade de suas cores nunca foram superados. São entretanto produzidos sem capital, maquinarias, divisão do trabalho ou qualquer um dos outros meios que proporcionam tantas vantagens à fabricação européia. O tecelão é um indivíduo isolado, que faz o tecido por encomenda de um cliente, com um tear da mais rudimentar construção, constituído às vezes apenas de hastes de madeira unidas toscamente.

619 "Quanto mais um trabalho de grande variedade é desmembrado e atribuído a diferentes trabalhadores parciais, tanto mais ele deverá ser feito necessariamente melhor e mais depressa, com menos perda de tempo e trabalho." (*The Advantages of the East India Trade*, Londres, 1720, p. 71.)

620 "Trabalho realizado facilmente é habilidade transmitida." (HODGSKIN, Th. *Popular Political Economy*, p. 48.)

621 "Também as artes (...) alcançaram no Egito o devido grau de perfeição. Pois só nesse país os artesãos não podem intervir nos negócios de outra classe de cidadãos, mas devem apenas desempenhar a profissão que por lei é hereditária em sua tribo. (...) Em outros povos verifica-se que os artesãos dispersam sua atenção por objetos demais. (...) Ora tentam a agricultura, ora se lançam ao comércio, ora se ocupam com duas ou três artes ao mesmo tempo. Em Estados livres o mais das vezes freqüentam as assembléias do povo. (...) No Egito, ao contrário, qualquer artesão é severamente punido se se imiscui nos negócios do Estado ou se exerce, ao mesmo tempo, várias artes. Assim, nada pode perturbar sua diligência profissional. (...) Além disso, como têm numerosas regras de seus antepassados, empenham-se em descobrir ainda novas vantagens." (SICULUS, Diodorus. *Historische Bibliothek*. Livro Primeiro. Cap. 74.)

> Ele não possui sequer um dispositivo para puxar a corrente para cima, o tear tem de ser utilizado em todo o seu comprimento e torna-se assim tão informe e longo que não cabe na choupana do produtor, obrigando-o a executar seu trabalho ao ar livre, onde é interrompido por qualquer mudança do tempo."[622]

É apenas a perícia acumulada de geração em geração e legada de pai para filho que proporciona ao indiano como à aranha essa virtuosidade. E, não obstante, tal tecelão indiano executa um trabalho muito complicado em comparação com a maioria dos trabalhadores da manufatura.

Um artesão que executa, um após outro, os diversos processos parciais da produção de uma obra, é obrigado a mudar ora de lugar, ora de instrumentos. A passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho e forma em certa medida poros em sua jornada de trabalho. Esses poros vedam-se, tão logo ele execute o dia inteiro continuamente uma única e mesma operação, ou desaparecem na medida em que diminuem as mudanças de operação. O aumento da produtividade se deve aqui ao dispêndio crescente de força de trabalho em dado espaço de tempo, portanto crescente intensidade de trabalho ou decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho. O excesso de dispêndio de força exigida, a saber, de cada transição do repouso para o movimento, se compensa pela maior perduração da velocidade normal, uma vez esta sendo alcançada. Por outro lado, a continuidade de um trabalho uniforme destrói a tensão e o impulso dos espíritos vitais, que encontram sua recreação e seu estímulo na própria mudança de atividade.

A produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador mas também da perfeição de suas ferramentas. Ferramentas da mesma espécie, como instrumentos cortantes, perfuradores, pilões, martelos etc., são utilizadas em diversos processos de trabalho, e o mesmo instrumento se presta para executar operações diferentes, no mesmo processo de trabalho. Mas tão logo as diversas operações de um processo de trabalho se dissociam e cada operação parcial adquire na mão do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e portanto exclusiva, tornam-se necessárias modificações nas ferramentas anteriormente utilizadas para fins diferentes. O sentido de sua mudança de forma resulta da experiência das dificuldades específicas ocasionadas pela forma inalterada. A diferenciação dos instrumentos de trabalho, que atribui aos instrumentos da mesma espécie formas fixas particulares para cada emprego útil particular, e sua especialização,

622 *Historical an Descriptive Account of Brit. India etc.* Por Hugh Murray, James Wilson etc., Edimburgo, 1832. v. II, p. 449-450. O tear indiano fica de pé, isto é, a cadeia é estendida verticalmente.

que faz com que cada um desses instrumentos particulares só atue com total plenitude na mão de trabalhadores parciais específicos, caracterizam a manufatura. Apenas em Birmingham são produzidas cerca de 500 variedades de martelos, cada um deles servindo não só a um processo particular de produção, mas um número de variedade freqüentemente serve para operações diferentes do mesmo processo. O período manufatureiro simplifica, melhora e diversifica os instrumentos de trabalho, mediante sua adaptação às funções exclusivas particulares dos trabalhadores parciais.[623]

Ele cria com isso, ao mesmo tempo, uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples.

O trabalhador detalhista e seu instrumento constituem os elementos simples da manufatura. Voltemo-nos agora para sua figura conjunta.

3. As duas formas fundamentais da manufatura — manufatura heterogênea e manufatura orgânica

A articulação da manufatura possui duas formas fundamentais, que apesar de eventual entrelaçamento constituem duas espécies essencialmente diferentes e também desempenham papéis inteiramente diferentes, nomeadamente na transformação posterior da manufatura na grande indústria, movida por maquinaria. Esse caráter duplo origina-se da natureza do próprio produto. Este ou se constitui por composição meramente mecânica de produtos parciais autônomos ou deve sua figura acabada a uma seqüência de processos e manipulações conexas.

Uma locomotiva, por exemplo, constitui-se de mais de 5 mil peças autônomas. Ela não pode, porém, servir de exemplo para a primeira espécie de manufatura, pois é uma criação da grande indústria. Mas sim o relógio, com o qual também William Petty ilustrou a divisão manufatureira do trabalho. De obra individual de um artífice de Nuremberg, o relógio transformou-se no produto social de inumeráveis trabalhadores parciais, como o fazedor das peças em bruto, o fazedor das molas, o fazedor dos mostradores, o fazedor da mola espiral, o fazedor dos furos para as pedras e as alavancas com rubis, o fazedor dos ponteiros, o fazedor da caixa, o fazedor dos parafusos, o dourador, com muitas subdivisões, como, por exemplo, o fazedor de rodas (de rodas de latão e de aço, de novo separados), o fazedor dos carretes, o fazedor da engrenagem dos ponteiros, o *acheveur de pignon* (fixa as

623 Darwin observa em sua célebre obra *A Origem das Espécies*, com referência aos órgãos naturais das plantas e animais: "Enquanto um mesmo órgão tem de executar diferentes trabalhos, pode-se talvez encontrar um motivo para a sua variabilidade no fato de a seleção natural preservar ou suprimir cada pequena variação de forma com menos cuidado do que se esse órgão fosse destinado apenas a uma função particular. Assim, facas destinadas a cortar qualquer coisa podem ser em linhas gerais da mesma forma, enquanto ferramentas destinadas a um uso determinado devem ter para cada outro uso uma forma também distinta".

rodas nos carretes, dá polimento às *facettes* etc.), o fazedor do pivô, o *planteur de finissage* (coloca diversas rodas e carretes na máquina), *finisseur de barrillet* (entalha os dentes nas rodas, dá aos furos as dimensões adequadas, endurece as posições e travas), o fazedor da tranqueta de âncora, o fazedor do cilindro para essa tranqueta, o fazedor da roda catarina, o fazedor do volante, o fazedor do balancim, o fazedor da raquete (mecanismo com que se regula o relógio), o *planteur d'echappement* (o que faz o escapo propriamente), o *repasseur de barrillet* (completa a caixa da mola e a posição), o polidor do aço, o polidor das rodas, o polidor dos parafusos, o pintor dos números, o esmaltador do mostrador (funde o esmalte sobre o cobre), o *fabricant de pendants* (faz apenas as argolas do relógio), o *finisseur de charnière* (coloca o eixo de latão no centro da caixa etc.), o *faiseur de secret* (coloca na caixa as molas que fazem pular a tampa), o *graveur*, o *ciseleur*, *polisseur de boîte*[624] etc. e, finalmente, o *repasseur*, que monta todo o relógio e o entrega funcionando. Só poucas partes do relógio passam por diferentes mãos, e todos esses *membra disjecta* são reunidos somente na mão que os combina finalmente para formar um todo mecânico. Essa relação externa do produto acabado com seus elementos de diferentes espécies torna aqui, como em fabricações semelhantes, acidental a combinação dos trabalhadores parciais na mesma oficina. Os trabalhos parciais podem mesmo ser executados como ofícios independentes entre si, como no cantão de Waadt e Neuchâtel, enquanto em Genebra, por exemplo, existem grandes manufaturas de relógios, isto é, realiza-se a cooperação direta dos trabalhadores parciais sob o comando de um capital. Também no último caso, mostrador, mola e caixa são raramente feitos na própria manufatura. A empresa manufatureira combinada aqui é lucrativa apenas sob condições excepcionais, pois a concorrência entre os trabalhadores, que querem trabalhar em casa, é a maior possível, o fracionamento da produção em numerosos processos heterogêneos permite pouco emprego de meios coletivos de trabalho e o capitalista com a fabricação dispersa poupa as despesas com edifícios fabris etc.[625] Entretanto, a posição desses trabalhadores detalhistas que tra-

624 Gravador, cinzelador, polidor da caixa. (N. dos T.)

625 Genebra produziu, no ano de 1854, 80 mil relógios, menos de 1/5 da produção do cantão de Neuchâtel. Chaux-de-Fonds, que se pode considerar uma única manufatura de relógios, fornece sozinha anualmente o dobro de Genebra. De 1850 a 1861, Genebra forneceu 720 mil relógios. Ver "Report from Geneva on the Watch Trade". In: *Reports by H. M.'s Secretaries of Embassy and Legation on the Manufactures, Commerce etc.* nº 6, 1863. Se a falta de conexão entre os processos em que se decompõe a produção de objetos apenas justapostos já dificulta em si e para si a transformação de manufaturas desse gênero em grande indústria mecanizada, para os relógios acrescem ainda dois outros obstáculos, a pequenez e delicadeza de seus elementos e seu caráter de luxo, portanto, sua variedade, de modo que, por exemplo, nas melhores casas de Londres, o ano todo, dificilmente chega-se a fabricar 1 dúzia de relógios que sejam parecidos. A fábrica de relógios de Vacheron & Constantin, que utiliza maquinaria com sucesso, também fornece no máximo 3 ou 4 diferentes variedades em tamanho e forma.

balham em domicílio, mas para um capitalista (fabricante, *établisseur*), é inteiramente diferente da do artífice independente que trabalha para seus próprios clientes.[626]

A segunda espécie de manufatura, sua forma completa, produz artigos que percorrem fases interligadas de desenvolvimento, uma seqüência de processos gradativos, como, por exemplo, o arame, na manufatura de agulhas para costura, que passa pelas mãos de 72 e até de 92 trabalhadores parciais específicos.

Na medida em que tal manufatura combina ofícios originalmente dispersos, ela reduz a separação espacial entre as fases particulares de produção do artigo. O tempo de sua passagem de um estágio a outro é reduzido, do mesmo modo que o trabalho que media essa passagem.[627] Em comparação com o artesanato ganha-se assim força produtiva, na verdade originando-se esse ganho do caráter cooperativo geral da manufatura. Por outro lado, seu princípio peculiar da divisão de trabalho causa um isolamento das diferentes fases de produção, que como outros tantos trabalhos parciais artesanais se autonomizam reciprocamente. Estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas requer transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro. Do ponto de vista da grande indústria, isso se apresenta como uma limitação característica, custosa e imanente ao princípio da manufatura.[628]

A observação de determinado *quantum* de matéria-prima, por exemplo, de trapos na manufatura de papel ou de arame na manufatura de agulhas, mostra que ela percorre, nas mãos dos diferentes trabalhadores parciais, uma seqüência cronológica de fases de produção até chegar a sua figura final. Mas se observarmos pelo contrário a oficina como um mecanismo global, vemos que a matéria-prima se encontra simultaneamente em todas as suas fases de produção de uma vez. Com uma parte de suas muitas mãos armadas de instrumentos, o trabalhador coletivo, formado pela combinação de trabalhadores detalhistas, estira o arame, enquanto simultaneamente com outras mãos e outras ferramentas o estica, com outras o corta, o aponta etc. De uma sucessão no tempo, os diversos processos graduais transformam-se em uma justaposição no espaço. Daí o fornecimento de mais mercadorias prontas no mesmo período de tempo.[629] Aquela simultaneidade decorre,

626 Na feitura de relógios, esse exemplo clássico da manufatura heterogênea, pode-se estudar com precisão a acima mencionada diferenciação e especialização dos instrumentos de trabalho oriunda da decomposição da atividade artesanal.

627 "Quando os homens trabalham tão juntos uns dos outros, o transporte tem de ser necessariamente menor." (*The Advantages of the East India Trade*, p. 106.)

628 "O isolamento das diferentes fases de produção na manufatura, que decorre do emprego de trabalho manual, eleva extraordinariamente os custos de produção, originando-se a perda sobretudo do mero transporte de um processo de trabalho para outro." (*The Industry of Nations*. Londres, 1855, Parte Segunda. p. 200.)

629 "Ela" (a divisão do trabalho) "produz também uma economia de tempo ao decompor o

na verdade, da forma cooperativa geral do processo global, mas a manufatura não apenas encontra, desde o início, as condições para a cooperação, senão que em parte as cria pela decomposição da atividade artesanal. Por outro lado, ela alcança essa organização social do processo de trabalho apenas soldando o mesmo trabalhador ao mesmo detalhe.

Sendo o produto parcial de cada trabalhador parcial apenas um degrau particular no desenvolvimento do mesmo artigo, cada trabalhador ou grupo de trabalhadores fornece ao outro sua matéria-prima. O resultado do trabalho de um constitui o ponto de partida para o trabalho do outro. Um trabalhador ocupa, portanto, diretamente o outro. O tempo de trabalho necessário para alcançar o efeito útil ambicionado em cada processo parcial é fixado de acordo com a experiência, e o mecanismo global da manufatura baseia-se no pressuposto de que em dado tempo de trabalho um resultado dado é obtido. Somente sob esse pressuposto os diferentes processos de trabalho, que se complementam mutuamente, podem prosseguir espacialmente lado a lado, simultaneamente e sem interrupção. É claro que essa dependência direta dos trabalhos e portanto dos trabalhadores entre si obriga cada indivíduo a empregar só o tempo necessário à sua função, produzindo-se assim uma continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento[630] e nomeadamente também intensidade de trabalho totalmente diferentes das vigentes no ofício independente ou mesmo na cooperação simples. Que se aplique a uma mercadoria apenas o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, aparece na produção mercantil em geral como compulsão externa da concorrência, porque, expresso superficialmente, cada produtor individual tem de vender a mercadoria pelo seu preço de mercado. O fornecimento de dado *quantum* de produtos num tempo de trabalho determinado torna-se na manufatura lei técnica do próprio processo de produção.[631]

Operações diferentes necessitam, entretanto, de períodos desiguais de tempo e fornecem, por isso, em períodos iguais, quantidades desiguais de produtos parciais. Se, portanto, o mesmo trabalhador deve executar, dia após dia, sempre a mesma operação, então é necessário empregar em diferentes operações números proporcionalmente diferentes de trabalhadores, por exemplo, numa manufatura de tipos de

trabalho em seus diversos ramos, que podem todos ser executados ao mesmo tempo. (...) Por meio da execução simultânea de todos os diferentes processos de trabalho, que um indivíduo isolado teria de executar separadamente, torna-se possível, por exemplo, produzir uma quantidade de agulhas no mesmo tempo que se necessitaria para cortar ou aguçar uma única agulha." (STEWART, Dugald. *Op. cit.*, p. 319.)

630 "Quanto maior a variedade de trabalhadores especializados em cada manufatura (...) tanto mais ordenado e regular é cada trabalho; este deve necessariamente ser executado em menos tempo e o trabalho deve reduzir-se." (*The Advantages etc.*, p. 68.)

631 Em muitos ramos, contudo, a exploração manufatureira alcança esse resultado apenas imperfeitamente, pois não sabe controlar com segurança as condições físicas e químicas gerais do processo de produção.

imprensa, 4 fundidores e 2 quebradores para 1 polidor, na qual o fundidor funde 2 mil tipos por hora, o quebrador tira 4 mil do molde e o polidor dá polimento a 8 mil. Reaparece aí o princípio da cooperação em sua forma mais simples, a ocupação simultânea de muitos que executam trabalho da mesma espécie, agora porém como expressão de uma relação orgânica. A divisão manufatureira do trabalho simplifica e diversifica portanto não só os órgãos qualitativamente diferenciados do trabalhador coletivo social, mas também cria uma proporção matemática fixa para o volume quantitativo desses órgãos, isto é, para o número relativo de trabalhadores ou para a grandeza relativa dos grupos de trabalhadores em cada função particular. Ela desenvolve com a articulação qualitativa a regra quantitativa e a proporcionalidade do processo de trabalho social.

Uma vez fixada pela experiência a proporção mais adequada dos diferentes grupos de trabalhadores parciais para determinada escala de produção, somente pode-se ampliar essa escala de produção empregando-se um múltiplo de cada grupo particular de trabalhadores.[632] Acresce que o mesmo indivíduo realiza certos trabalhos tão bem em escala maior quanto menor, como, por exemplo, o trabalho de superintendência, o transporte dos produtos parciais de uma fase de produção para outra etc. A autonomização dessas funções ou sua atribuição a trabalhadores específicos só se torna vantajosa com a ampliação do número de trabalhadores ocupados, mas essa ampliação tem de atingir de uma vez todos os grupos proporcionalmente.

O grupo individual, um número de trabalhadores que executam a mesma função parcial, consiste em elementos homogêneos e constitui um órgão particular do mecanismo global. Em diferentes manufaturas, entretanto, o próprio grupo é um corpo articulado de trabalho, enquanto o mecanismo global é constituído pela repetição ou pela multiplicação desses organismos produtivos elementares. Tomemos por exemplo a manufatura de garrafas de vidro. Ela decompõe-se em três fases essencialmente diversas. Primeiro, a fase preparatória, como preparação da composição do vidro, mistura de areia, cal etc., e fundição dessa composição em uma massa líquida de vidro.[633] Na primeira fase estão ocupados diferentes trabalhadores parciais, ocorrendo o mesmo na fase final, retirada das garrafas dos fornos de secagem, sua seleção, embalagem etc. Entre ambas as fases está a feitura propriamente dita do

632 "Quando a experiência, de acordo com a natureza particular dos produtos de cada manufatura, revela tanto a maneira mais vantajosa de dividir a fabricação em operações parciais como também o número de trabalhadores a elas necessário, os estabelecimentos que não empreguem um múltiplo exato desse número fabricarão com custos maiores. (...) Essa é uma das causas da ampliação colossal dos estabelecimentos industriais." (BABBAGE, Ch. *On the Economy of Machinery*. Londres, 1832, Cap. XXI, p. 172-173.)

633 Na Inglaterra, o forno de fusão é separado do forno de vidro, no qual se elabora o vidro; na Bélgica, por exemplo, o mesmo forno serve para os dois processos.

vidro ou a elaboração da massa líquida do vidro. Na mesma boca de forno trabalha um grupo, que na Inglaterra chama-se *hole*, composto de um *bottle maker* ou *finisher*, um *blower*, um *gatherer*, um *putter up* ou *whetter off* e um *taker*.[634] Esses cinco trabalhadores parciais constituem outros tantos órgãos particulares de um único corpo de trabalho que só pode atuar como unidade por meio da cooperação direta de todos os cinco. Faltando um membro do corpo de cinco partes, ele fica paralisado. O mesmo forno de vidro, porém, tem diversas aberturas, na Inglaterra, por exemplo, de 4 a 6, cada uma delas com um cadinho de argila contendo a massa líquida de vidro e ocupando seu próprio grupo de trabalhadores, composto dos mesmos cinco membros. A articulação de cada grupo individual baseia-se aqui diretamente na divisão do trabalho, enquanto o vínculo que reúne os diversos grupos da mesma espécie é a cooperação simples, que utiliza um dos meios de produção, no caso o forno de vidro, de maneira mais econômica mediante seu consumo coletivo. Cada um desses fornos com seus 4 a 6 grupos constitui uma vidraria, e uma manufatura de vidro compreende várias vidrarias juntamente com as instalações e os trabalhadores para as fases preparatórias e finais de produção.

Finalmente, a manufatura, originando-se da combinação de diferentes ofícios, pode-se desenvolver numa combinação de diferentes manufaturas. As maiores vidrarias inglesas, por exemplo, fabricam elas mesmas seus cadinhos de argila, por depender essencialmente da sua qualidade o sucesso ou fracasso da produção. A manufatura de um meio de produção se associa aqui com a manufatura do produto. Inversamente, a manufatura do produto pode ser associada a manufaturas, às quais serve por sua vez de matéria-prima ou com cujos produtos é montado posteriormente. Assim, por exemplo, encontra-se a manufatura de *flint glass*[635] combinada com o polimento de vidro e com a fundição de latão, o último para a guarnição metálica de diversos artigos de vidro. As diversas manufaturas combinadas formam então departamentos mais ou menos separados espacialmente de uma manufatura global e ao mesmo tempo processos de produção independentes entre si, cada um com sua própria divisão de trabalho. Apesar de algumas vantagens que a manufatura combinada oferece, ela nunca adquire, sobre sua própria base, uma verdadeira unidade técnica. Esta surge somente pela sua transformação em empresa mecanizada.

O período da manufatura, o qual logo proclama conscientemente como princípio[636] a diminuição do tempo de trabalho necessário para

634 *Hole*: buraco. — *Bottle maker*: fazedor de garrafa. — *Finisher*: acabador. — *Blower*: soprador. — *Gatherer*: coletor. — *Putter up*: estivador. — *Whetter off*: amolador. — *Taker*: entregador. (N. dos T.)

635 Cristal. (N. dos T.)

636 Pode-se ver isto, entre outros, em W. Petty, John Bellers, Andrew Yarranton, *The Advantages of the East India Trade* e Vanderlint.

a produção de mercadorias, também chega esporadicamente a desenvolver a utilização de máquinas, sobretudo para certos processos iniciais simples que têm de ser executados maciçamente e com grande emprego de força. Assim, por exemplo, logo se executa na manufatura de papel a trituração de trapos por meio de moinhos de papel e na metalurgia a fragmentação de minérios por meio dos assim chamados moinhos de pilões.[637] O Império Romano transmitiu-nos a forma elementar de toda a maquinaria com o moinho de água.[638] O período do artesanato deixou as grandes invenções da bússola, da pólvora, da impressão de livros e do relógio automático. Em geral, entretanto, a maquinaria desempenha o papel secundário que Adam Smith lhe atribui ao lado da divisão do trabalho.[639] Tornou-se muito importante a utilização esporádica da maquinaria no século XVII, por ter oferecido aos grandes matemáticos daquele tempo pontos de apoio práticos e estímulos para criarem a mecânica moderna.

A maquinaria específica do período manufatureiro permanece o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais. As diferentes operações que são executadas alternadamente pelo produtor de uma mercadoria e que se entrelaçam no conjunto de seu processo de trabalho apresentam-lhe exigências diferentes. Numa ele tem de desenvolver mais força, em outra mais habilidade, numa terceira mais atenção mental etc., e o mesmo indivíduo não possui essas qualidades no mesmo grau. Depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes. Se suas peculiaridades naturais formam a base sobre a qual se monta a divisão do trabalho, a manufatura desenvolve, uma vez introduzida, forças de trabalho que por natureza só são aptas para funções específicas unilaterais. O trabalhador coletivo possui agora todas as propriedades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e ao mesmo tempo as despende da maneira mais econômica, empregando todos os seus órgãos, individualizadas em trabalhadores ou grupos de trabalhadores deter-

637 Ainda nos fins do século XVI na França utilizava-se o almofariz e a peneira para pilar e lavar os minérios.

638 Toda a história do desenvolvimento da maquinaria pode ser seguida através da história dos moinhos de trigo. A fábrica em inglês chama-se ainda *mill* [moinho]. Em escritos tecnológicos alemães dos primeiros decênios do século XIX encontra-se ainda a expressão moinho não só para designar toda maquinaria movida por forças naturais, mas também todas as manufaturas que aplicavam aparelhos mecânicos.

639 Como se verá mais pormenorizadamente no Livro Quarto desta obra, A. Smith não elaborou nenhuma proposição nova sobre a divisão do trabalho. O que, porém, o caracteriza como economista político que sintetiza todo o período da manufatura é o acento que coloca sobre a divisão do trabalho. O papel subordinado que atribui à maquinaria provocou no começo da grande indústria a polêmica de Lauderdale e numa época mais desenvolvida, a de Ure. A. Smith confunde também a diferenciação dos instrumentos, na qual o próprio trabalhador parcial da manufatura teve participação muito ativa, com a invenção das máquinas. Não são os trabalhadores das manufaturas, mas os estudiosos, os artífices, inclusive os camponeses (*Brindley*) etc. que aqui desempenham papel importante.

minados, exclusivamente para suas funções específicas.[640] A unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo.[641] O hábito de exercer uma função unilateral transforma-o em seu órgão natural e de atuação segura, enquanto a conexão do mecanismo global o obriga a operar com regularidade de um componente de máquina.[642]

Uma vez que as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, exigem diferentes graus de formação, possuindo por isso valores muito diferentes. A manufatura desenvolve portanto uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários. Se, por um lado, o trabalhador individual é apropriado e anexado por toda a vida a uma função unilateral, então as diferentes operações daquela hierarquia são adaptadas às habilidades naturais e adquiridas.[643] Todo processo de produção exige no entanto certos manejos simples que qualquer ser humano é sem mais capaz de realizar. Eles também são destacados de sua conexão em fluxo com os momentos de mais conteúdo da atividade e ossificados em funções exclusivas.

A manufatura cria portanto em todo ofício, de que se apossa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, à custa da capacidade total de trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para os últimos os custos de aprendizagem desa-

640 "Dividindo a fabricação de um artigo em várias operações diferentes, cada uma exigindo graus diferentes de habilidade e força, o mestre-manufatureiro pode conseguir exatamente o *quantum* de força e de habilidade correspondente a cada operação. Se, ao contrário, toda a obra tivesse de ser executada por um só trabalhador, o mesmo indivíduo teria de possuir suficiente habilidade para as operações mais delicadas e suficiente força para as mais penosas." (BABBAGE, Ch. *Op. cit.*, cap. XIX.)

641 Por exemplo, desenvolvimento unilateral dos músculos, deformação dos ossos etc.

642 Muito corretamente responde o sr. Wm. Marshall, o *general manager*[*] de uma manufatura de vidros, à pergunta do comissário de inquérito, como a laboriosidade dos jovens trabalhadores era mantida: "Eles não podem, de forma alguma, negligenciar seu trabalho; depois de terem começado a trabalhar, têm de prosseguir; eles são exatamente como partes de uma máquina". (*Child. Empl. Comm., Fourth Report.* 1865. p. 247.)
[*] Gerente geral. (N. dos T.)

643 Dr. Ure, em sua apoteose da grande indústria, percebe as características peculiares da manufatura com mais nitidez que os economistas anteriores, que não tinham seu interesse polêmico, e mesmo que seus contemporâneos, como, por exemplo, Babbage, que embora superior a ele como matemático e mecânico, compreende a grande indústria apenas do ponto de vista da manufatura. Ure observa: "A apropriação dos trabalhadores a cada operação particular constitui a essência da distribuição dos trabalhos". Por outro lado, qualifica ele essa distribuição como "adaptação dos trabalhos às diferentes capacidades individuais" e caracteriza finalmente todo o sistema de manufatura como "um sistema de gradações segundo o nível de habilidade", como "uma divisão do trabalho segundo os diferentes graus de habilidade" etc. (URE. *Philosophy of Manufactures*. p. 19-23 *et passim*.)

parecem por inteiro, para os primeiros esses custos se reduzem, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. Em ambos os casos cai o valor da força de trabalho.[644] Ocorrem exceções na medida em que a decomposição do processo de trabalho gerava novas funções compreensivas que no artesanato ou não existiam ou não na mesma extensão. A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho.

4. Divisão do trabalho dentro da manufatura e divisão do trabalho dentro da sociedade

Inicialmente, analisamos a origem da manufatura, depois seus elementos simples, o trabalhador parcial e sua ferramenta, finalmente seu mecanismo total. Examinaremos agora, rapidamente, a relação entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho, a qual constitui a base geral de toda a produção de mercadorias.

Se se considera apenas o próprio trabalho, podemos designar a separação da produção social em seus grandes gêneros, como agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho em geral, a diferenciação desses gêneros de produção em espécies e subespécies, de divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho dentro de uma oficina de divisão do trabalho em detalhe.[645]

A divisão do trabalho dentro da sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho dentro da manufatura, a partir de pontos opostos. Dentro de uma família,[646] e com desenvolvimento ulterior, dentro de uma tribo, origina-se uma divisão do trabalho que

644 "Todo artesão que (...) foi capacitado a aperfeiçoar-se, pela prática, numa operação parcial (...) tornou-se um trabalhador mais barato." (URE. *Op. cit.*, p. 19.)

645 "A divisão do trabalho vai desde a separação das profissões mais diferentes até aquela divisão em que diversos trabalhadores dividem entre si a elaboração de um único produto, como na manufatura." (STORCH. *Cours d'Écon. Pol.* Ed. de Paris, t. I, p. 173.) "Encontramos nos povos que alcançaram certo grau de civilização três espécies de divisão do trabalho: a primeira, que chamamos de geral, leva à distinção dos produtores em agricultores, manufatores e comerciantes, correspondendo aos três ramos principais do trabalho nacional; a segunda, que se poderia chamar especial, é a divisão de cada ramo de trabalho em espécies (...) a terceira divisão do trabalho, finalmente, que se deveria designar de divisão da operação de trabalho ou divisão do trabalho propriamente dita, é a que se estabelece nos ofícios e profissões separados (...) e que se estabelece na maioria das manufaturas e das oficinas." (SKARBEK. *Op. cit.*, p. 84-85.)

646 {Nota à 3ª edição. Estudos posteriores muito profundos sobre as condições primitivas do homem levaram o autor a concluir que originalmente não foi a família que evoluiu para formar a tribo, mas sim, ao contrário, foi a tribo a forma primitiva, naturalmente desenvolvida da socialização humana baseada no parentesco de sangue, de modo que só mais tarde se desenvolveram, a partir do início da dissolução dos laços tribais, as múltiplas e diversas formas da família. — F. E.}

evolui naturalmente das diferenças de sexo e de idade, portanto sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o crescimento da população e notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo pela outra. Por outro lado, como já observei anteriormente, o intercâmbio de produtos origina-se nos pontos em que diferentes famílias, tribos, comunidades entram em contato, pois nos começos da civilização não são pessoas privadas, mas famílias, tribos etc. que se defrontam autonomamente. Comunidades diferentes encontram meios diferentes de produção e meios diferentes de subsistência em seu meio ambiente natural. Seu modo de produção, modo de vida e produtos são portanto diferentes. É essa diferença naturalmente desenvolvida que, ao entrarem em contato as comunidades, provoca o intercâmbio recíproco dos produtos e portanto a transformação progressiva desses produtos em mercadorias. O intercâmbio não cria a diferença entre as esferas de produção, mas as coloca em relação e as transforma assim em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social global. Aqui surge a divisão social do trabalho por meio do intercâmbio entre esferas de produção originalmente diferentes porém independentes entre si. Onde a divisão fisiológica do trabalho constitui o ponto de partida, os órgãos particulares de um todo diretamente conexo desprendem-se uns dos outros, decompõem-se, para cujo processo de decomposição o intercâmbio de mercadorias com comunidades estranhas dá o impulso principal, e se autonomizam até o ponto em que a conexão entre os diferentes trabalhos é medida pelo intercâmbio dos produtos como mercadorias. Em um caso é a dependentização do que era autônomo, no outro a autonomização dos antes dependentes.

A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo.[647] Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade resume-se no movimento dessa antítese, do qual porém já não iremos tratar aqui.

Assim como para a divisão do trabalho dentro da manufatura certo número de trabalhadores utilizados simultaneamente constitui o pressuposto material, este é para a divisão do trabalho dentro da sociedade a grandeza da população e sua densidade, que ocupa aqui o lugar da aglomeração na mesma oficina.[648] Essa densidade no entanto

647 Sir James Steuart foi quem melhor tratou desse ponto. Quão pouco conhecida é, hoje em dia, sua obra, que apareceu 10 anos antes da *Wealth of Nations*, vê-se, entre outras coisas, pela circunstância de que os admiradores de Malthus sequer sabem que este, na primeira edição de sua obra sobre a *Population*, pondo-se de lado a parte puramente declamatória, quase que se limita a copiar Steuart, além dos clérigos Wallace e Townsend.

648 "Existe certa densidade de população que é conveniente tanto ao inter-relacionamento social quanto àquela combinação de forças, por meio da qual aumenta o produto de trabalho." (MILL, James. *Op. cit.*, p. 50.) "Se o número dos trabalhadores cresce, aumenta a força produtiva da sociedade na mesma proporção desse crescimento, multiplicado pelo efeito da divisão do trabalho." (HODGSKIN, Th. *Op. cit.*, p. 120.)

é algo relativo. Um país de povoamento relativamente esparso com meios de comunicação desenvolvidos possui um povoamento mais denso do que um país mais povoado com meios de comunicação menos desenvolvidos, e desse modo, por exemplo, os Estados setentrionais da União Americana são mais densamente povoados do que a Índia.[649]

Sendo a produção e circulação de mercadorias o pressuposto geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho exige que a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade. Inversamente, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica por efeito recíproco aquela divisão social do trabalho. Com a diferenciação dos instrumentos de trabalho diferenciam-se cada vez mais os ofícios que produzem esses instrumentos.[650] Se a empresa manufatureira apossa-se de um ofício, que até então era ligado a outros, como atividade principal ou acessória, sendo exercido pelo mesmo produtor, ocorre imediatamente uma separação e autonomização recíproca. Se ela se apossa de uma fase específica de produção de uma mercadoria, então suas diferentes fases de produção transformam-se em diferentes ofícios independentes. Já verificamos que, quando o artigo é um todo composto puramente mecânico de produtos parciais, os trabalhos parciais podem autonomizar-se por sua vez em ofícios próprios. Para realizar mais perfeitamente a divisão do trabalho dentro de uma manufatura, o mesmo ramo de produção é, conforme a diversidade de suas matérias-primas ou das formas diferentes que a mesma matéria-prima pode assumir, dividido em manufaturas diferentes, em parte inteiramente novas. Assim, já na primeira metade do século XVIII, eram tecidas somente na França mais de 100 variedades de seda, e em Avignon era lei que

> "todo aprendiz tinha de dedicar-se a apenas uma espécie de fabricação, não devendo aprender a confecção de várias espécies, ao mesmo tempo".

A divisão territorial do trabalho, que confina ramos particulares de produção em distritos particulares de um país, recebe novo impulso da empresa manufatureira, a qual explora todas as particularidades.[651]

649 Em conseqüência da grande procura de algodão, a partir de 1861, foi ampliada, em alguns distritos densamente populosos da Índia oriental, a produção de algodão, à custa da produção de arroz. Surgiu assim penúria alimentar em certas partes, porque a falta de meios de comunicação, e portanto da conexão física, não permitia compensar a queda de produção de arroz de um distrito por suprimento de outros distritos.

650 Assim a manufatura de lançadeiras já constituía durante o século XVII, na Holanda, uma indústria específica.

651 "Não está a manufatura de lã da Inglaterra, dividida em diferentes partes ou ramos, que se assentaram em lugares particulares, onde elas são manufaturadas única ou principalmente; tecidos finos em Somersetshire, grossos em Yorkshire, enfestados em Exeter, seda em Sudbury, crepes em Norwich, fazendas de meia-lã em Kendal, cobertores em Whitney etc.!" (BERKELEY. *The Querist*, 1750, § 520.)

Rico material para a divisão do trabalho dentro da sociedade recebeu o período manufatureiro, com a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que pertencem à esfera de suas condições gerais de existência. Aqui não é o lugar para demonstrar além disso como essa divisão se apossa, além da econômica, de todas as outras esferas da sociedade, lançando por toda parte a base para aquele avanço da especialização, de especialidades e um parcelamento do homem, que levou A. Ferguson, professor de A. Smith, a exclamar:

> "Estamos criando uma nação de hilotas e não existem livres entre nós".[652]

Apesar das numerosas analogias, porém, a das conexões entre a divisão do trabalho no interior da sociedade e a divisão dentro de uma oficina, ambas não são apenas gradual, mas essencialmente diferentes. A analogia parece mais palpavelmente incontestável onde um vínculo íntimo entrelaça diferentes ramos de negócios. O criador de gado, por exemplo, produz peles, o curtidor transforma as peles em couro, o sapateiro, o couro em botas. Cada um deles produz aqui um produto gradual, e a forma final acabada é o produto combinado de seus trabalhos específicos. Somam-se a isso os múltiplos ramos de trabalho que fornecem ao criador de gado, ao curtidor e ao sapateiro os meios de produção. Pode-se, então, imaginar com A. Smith que essa divisão social do trabalho se distinga apenas subjetivamente da manufatureira, pois aqui o observador vê, num só olhar, espacialmente junta a variedade dos trabalhos parciais, enquanto lá a conexão é obscurecida pela sua dispersão por grandes áreas e pelo grande número dos que estão ocupados em cada ramo específico.[653] O que estabelece porém a conexão entre os trabalhos independentes do criador de gado, do curtidor e do sapateiro? A existência de seus produtos respectivos como mercadorias. O que caracteriza, ao contrário, a divisão manufatureira do trabalho? Que o trabalhador parcial não produz mercadoria.[654] Só o produto co-

652 FERGUSON, A. *History of Civil Society*. Edimburgo, 1767. Parte Quarta, seção II, p. 285.

653 Nas manufaturas propriamente ditas, diz ele, a divisão do trabalho parece maior porque "os ocupados em cada ramo de trabalho podem muitas vezes estar reunidos na mesma oficina e ser abarcados com um olhar pelo observador. Ao contrário, naquelas grandes manufaturas (!), as quais são destinadas a satisfazer às principais necessidades da grande massa da população, cada ramo de trabalho ocupa um número tão grande de trabalhadores que é impossível reuni-los na mesma oficina (...) a divisão aí está longe de ser tão evidente". (SMITH, A. *Wealth of Nations*. Livro Primeiro. Cap. I.) O célebre *passus* no mesmo capítulo que começa com as palavras: "Observem-se os haveres do mais comum dos artesãos ou dos jornaleiros num país civilizado e florescente etc." e então prossegue descrevendo como inúmeros e variados ofícios trabalham em conjunto para satisfazer às necessidades de um trabalhador comum, é copiado quase literalmente dos *remarks* [comentários] de B. de Manderville à sua *Fable of the Bees, or, Private Vices, Publick Benefits*. (Primeira edição sem comentários 1705, com comentários 1714.)

654 "Mas não existe nada mais que se possa designar como o salário natural do trabalho de um indivíduo. Cada trabalhador produz somente uma parte de um todo, e uma vez que cada parte por si mesma não tem valor ou utilidade, não existe nada que o trabalhador

mum dos trabalhadores parciais transforma-se em mercadoria.[655] A divisão do trabalho no interior da sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, a conexão dos trabalhos parciais na manufatura pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si. Enquanto na manufatura a lei de bronze da proporcionalidade submete determinadas quantidades de trabalhadores a determinadas funções, na sociedade, o variado jogo do acaso e do arbítrio determina a distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos sociais de trabalho. As diferentes esferas de produção procuram, em verdade, constantemente, pôr-se em equilíbrio, de um lado, ao dever produzir cada produtor de mercadorias um valor de uso, portanto satisfazer uma necessidade social particular, mas a extensão dessas necessidades é quantitativamente diferente e um vínculo interno concatena as diferentes massas de necessidades num sistema naturalmente desenvolvido; por outro lado a lei do valor das mercadorias determina quanto de todo tempo de trabalho disponível a sociedade pode despender para produzir cada espécie particular de mercadoria. Todavia essa constante tendência das diferentes esferas de produção de se colocar em equilíbrio atua apenas como reação contra a contínua eliminação desse equilíbrio. A regra que se segue *a priori* e planejadamente na divisão do trabalho dentro da oficina atua na divisão do trabalho no interior da sociedade apenas *a posteriori*, como necessidade natural, interna, muda, perceptível nas flutuações barométricas dos preços do mercado, subjugando o desregrado arbítrio dos produtores de mercadorias. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional

possa tomar e do qual possa dizer: Isto é meu produto, isto quero para mim." (*Labour Defended Against the Claims of Capital*. Londres, 1825. p. 25.) O autor dessa excelente obra é o já anteriormente citado Th. Hodgskin.

655 Nota à 2ª edição. Essa diferença entre divisão manufatureira e divisão social do trabalho foi ilustrada na prática para os ianques. Um dos novos impostos ideados em Washington durante a guerra civil foi o tributo de 6% sobre "todos os produtos industriais". Pergunta: O que é um produto industrial? Resposta do legislador: Uma coisa é produzida, "quando é feita" (*when it is made*), e ela é feita quando está pronta para a venda. Então um exemplo, entre muitos. Manufaturas de Nova York e Filadélfia anteriormente costumavam "fazer" guarda-chuvas com todos os acessórios. Mas sendo um guarda-chuva um *mixtum compositum* de várias partes inteiramente diversas, tornaram-se elas, pouco a pouco, artigos independentes entre si, produzidos por ramos de negócios localizados em diferentes lugares. Os seus produtos parciais inseriam-se então como mercadorias independentes, na manufatura de guarda-chuva, que apenas os combina para formarem um todo. Os ianques batizaram artigos dessa espécie com o nome de *assembled articles*,* nome que mereceram sobretudo por reunirem impostos. Assim, o guarda-chuva "reunia" 6% de impostos sobre o preço de cada um de seus elementos e novamente 6% sobre seu preço global.

* Artigos reunidos (N. dos T.)

do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos, do mesmo modo que no reino animal o *bellum omnium contra omnes*[656] preserva mais ou menos as condições de existência de todas as espécies. A mesma consciência burguesa, que festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação parcial e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva, denuncia com igual alarido qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como uma infração dos invioláveis direitos de propriedade, da liberdade e da "genialidade" autodeterminante do capitalista individual. É muito característico que os mais entusiásticos apologistas do sistema fabril não saibam dizer nada pior contra toda organização geral do trabalho social além de que ela transformaria toda a sociedade numa fábrica.

Enquanto na sociedade do modo de produção capitalista a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente, formas sociais anteriores, nas quais a particularização dos ofícios se desenvolveu naturalmente, para depois cristalizar-se e por fim firmar-se legalmente, apresentam, ao contrário, de um lado, o quadro de uma organização do trabalho social subordinada a um plano e a uma autoridade, enquanto de outro excluem inteiramente a divisão do trabalho dentro da oficina, ou só a desenvolvem numa escala minúscula, ou de modo apenas esporádico e acidental.[657]

Aquelas pequenas comunidades indianas antiqüíssimas, por exemplo, que em parte ainda continuam a existir baseiam-se na posse comum das terras, na união direta entre agricultura e artesanato e numa divisão fixa do trabalho, que no estabelecimento de novas comunidades serve de plano e de projeto. Constituem organismos de produção que bastam a si mesmos, variando suas áreas de produção de 100 a alguns milhares de acres. A maior parte dos produtos é destinada ao autoconsumo direto da comunidade não como mercadoria, sendo portanto a própria produção independente da divisão do trabalho mediada pelo intercâmbio de mercadorias no conjunto da sociedade indiana. Apenas os produtos excedentes transformam-se em mercado-

656 A guerra de todos contra todos. HOBBES, Thomas. *Leviathan*. (N. da Ed. Alemã.)

657 "Pode-se estabelecer como regra geral: quanto menos intervém a autoridade na divisão do trabalho no interior da sociedade, tanto mais se desenvolve a divisão do trabalho dentro da oficina e tanto mais ela se subordina à autoridade de um indivíduo. Conseqüentemente, a autoridade na oficina e a autoridade na sociedade estão, com referência à divisão do trabalho, em razão inversa uma da outra." (MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 130-131.)

rias, parte deles só depois de chegar às mãos do Estado, para o qual flui desde tempos imemoriais certo *quantum* como renda natural. Diferentes regiões da Índia possuem diferentes formas de comunidades. Em sua forma mais simples a comunidade cultiva a terra em comum e distribui seus produtos entre seus membros, enquanto cada família fia, tece etc. como atividade acessória doméstica. Ao lado dessa massa homogeneamente ocupada encontramos "o habitante principal", juiz, polícia e coletor de impostos em uma pessoa; o guarda-livros, que faz a contabilidade do cultivo e que registra e cadastra tudo que a ele diz respeito; um terceiro funcionário, que persegue criminosos e protege viajantes estrangeiros, escoltando-os de uma aldeia a outra; o guarda de fronteira, que vigia as fronteiras de sua comunidade contra as comunidades vizinhas; o inspetor de águas, que distribui, para as necessidades agrícolas, a água dos reservatórios comunais; o brâmane, que exerce as funções do culto religioso; o mestre-escola, que ensina às crianças da comunidade a ler e a escrever na areia; o brâmane do calendário, que como astrólogo indica as ocasiões para a semeadura, colheita e as boas e as más horas para todos o trabalhos agrícolas particulares; um ferreiro e um carpinteiro que confeccionam e consertam todos os instrumentos agrícolas; o oleiro, que faz todo o vasilhame da aldeia; o barbeiro, o lavador para a limpeza das roupas, o ourives de prata, aqui ou ali o poeta, que em algumas comunidades substitui o ourives de prata e em outras o mestre-escola. Essa dúzia de pessoas é sustentada à custa de toda a comunidade. Se a população aumenta, estabelece-se uma nova comunidade em terra não cultivada, segundo o modelo da anterior. O mecanismo comunal apresenta uma divisão planejada do trabalho mas sua divisão manufatureira é impossível, pois o mercado do ferreiro, do carpinteiro etc. permanece inalterado, podendo-se, de acordo com o tamanho da aldeia, encontrar no máximo, em vez de um ferreiro, oleiro etc., dois ou três deles.[658] A lei, que regula a divisão do trabalho comunal, opera aqui com a autoridade inquebrantável de uma lei natural, enquanto cada artesão particular, como o ferreiro etc., realiza todas as operações pertinentes a seu ofício, de maneira tradicional, mas independente e sem reconhecer nenhuma autoridade em sua oficina.

O organismo produtivo simples dessas comunidades auto-suficientes, que se reproduzem constantemente da mesma forma e, se forem destruídas acidentalmente, são de novo reconstruídas no mesmo lugar, com o mesmo nome,[659] oferece a chave para o segredo da imutabilidade

658 WILKS, Tenente-coronel Mark. *Historical Sketches of the South of India*. Londres, 1810 e 1817, v. I, p. 118-120. Um bom compêndio das diferentes formas de comunidade indiana encontra-se em *Modern India*, de George Campbell, Londres, 1852.

659 "Dessa forma simples (...) têm vivido, desde tempos imemoriais, os habitantes do país. Os limites das aldeias foram raramente alterados, e embora estas tenham sido repetidas vezes atingidas e mesmo devastadas pela guerra, pela fome ou por epidemias, o mesmo nome,

de sociedades asiáticas que contrastam de maneira tão impressionante com a constante dissolução e reconstrução dos Estados asiáticos e com as incessantes mudanças de dinastias. A estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade não é atingida pelas tormentas desencadeadas no céu político.

As leis das corporações, conforme já observamos, impediam planejadamente, ao limitar com severidade o número de ajudantes que um único mestre de corporação podia empregar, a sua transformação em capitalista. Da mesma forma, somente era-lhe permitido empregar ajudantes no ofício em que ele era mestre. A corporação defendia-se zelosamente contra qualquer intrusão do capital mercantil, a única forma livre de capital, com que se defrontava. O comerciante podia comprar todas as mercadorias, mas não o trabalho como mercadoria. Ele era apenas tolerado como distribuidor dos produtos artesanais. Se circunstâncias externas provocassem uma progressiva divisão do trabalho, as corporações existentes dividiam-se em subespécies ou fundavam-se novas corporações ao lado das antigas, porém sem que diferentes ofícios se reunissem em uma oficina. A organização corporativa, por mais que sua especialização, isolamento e aperfeiçoamento dos ofícios pertençam às condições de existência materiais do período de manufatura, excluía, portanto, a divisão manufatureira do trabalho. Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como o caracol e sua concha, e faltava assim a base principal da manufatura, a autonomização dos meios de produção como capital perante o trabalhador.

Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais diferentes formações sócioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista.

5. O caráter capitalista da manufatura

Um número relativamente grande de trabalhadores sob o comando de um mesmo capital constitui o ponto de partida naturalmente desenvolvido tanto da cooperação em geral quanto da manufatura. Reciprocamente, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve o crescimento do número de trabalhadores empregados numa necessidade técnica. O mínimo de trabalhadores, que um capitalista individual tem de empregar, é-lhe agora prescrito pela divisão do trabalho estabelecida. Por outro lado, as vantagens de uma divisão ulterior são condicionadas

os mesmos limites, os mesmos interesses e inclusive as mesmas famílias têm sobrevivido através de gerações. Os habitantes não se preocuparam com o desmoronamento ou a divisão de reinos; desde que a aldeia permaneça íntegra pouco lhes importa o poder a que foi transferida ou a que soberano foi adjudicada. Sua economia interna permanece inalterada." (RAFFLES, Th. Stamfort. "Late Lieut. Gov. of Java". In: *The History of Java*. Londres, 1817. v. I, p. 285.)

pelo aumento ulterior do número de trabalhadores, que só se pode realizar por múltiplos. Com a parte variável tem de crescer também a parte constante do capital, além do volume das condições comuns de produção, como construções, fornos etc., nomeadamente também e com muito mais rapidez que o número de trabalhadores, a matéria-prima. A sua massa consumida num tempo dado, por dado *quantum* de trabalho, aumenta na mesma proporção que a força produtiva do trabalho em conseqüência da divisão deste. O incremento progressivo do volume mínimo de capital em mãos de capitalistas individuais ou a transformação crescente dos meios sociais de subsistência e dos meios de produção em capital é portanto uma lei que decorre do caráter técnico da manufatura.[660]

Assim como na cooperação simples, na manufatura é o corpo de trabalho em ação uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção composto de muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. A força produtiva originada da combinação dos trabalhos aparece por isso como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas, assim como nos Estados de La Plata abate-se um animal inteiro apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre os diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial,[661] tornando assim a fábula insossa de Menenius Agrippa,[662] segundo a qual um ser humano é representado como mero

660 "Não basta que o capital necessário para a subdivisão dos ofícios" (deveria dizer, os meios de subsistência e os de produção, para esse fim necessários) "se encontre disponível na sociedade; além disso, é preciso que esteja acumulado em mãos dos empresários em quantidade suficientemente grande, para capacitá-los a trabalhar em grande escala. (...) Quanto mais a divisão aumenta, a ocupação constante de um mesmo número de trabalhadores exige capital cada vez maior em ferramentas, matérias-primas etc." (STORCH. *Cours d'Écon. Polit*. Edição de Paris, t. I, p. 250-251.) "A concentração dos instrumentos de produção e a divisão do trabalho são tão inseparáveis uma da outra quanto, na área da política, a centralização dos poderes públicos e a divisão dos interesses privados." (MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 134.)

661 Dugald Stewart denomina os trabalhadores de manufatura "autômatos vivos (...) que são empregados em trabalhos parciais". (*Op. cit.*, p. 318.)

662 Fábula de Menênio Agripa. — Em 494 a.C. ocorreu o primeiro grande choque entre patrícios e plebeus. Segundo a saga, o patrício Menênio Agripa conseguiu com uma parábola convencer os plebeus a aceitar a reconciliação. A sublevação dos plebeus assemelhar-se-ia a uma recusa dos órgãos do corpo humano em permitir que o estômago recebesse alimento, o que teria por conseqüência que esses mesmos órgãos emagreceriam muito. A recusa dos plebeus de cumprirem seus deveres levaria o Império Romano ao declínio. (N. da Ed. Alemã.)

fragmento de seu próprio corpo, realidade.[663] Se o trabalhador originalmente vendeu sua força de trabalho ao capital, por lhe faltarem os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho deixa de cumprir seu serviço se não estiver vendida ao capital. Ela apenas funciona numa conexão que existe somente depois de sua venda, na oficina do capitalista. Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista.[664] Como o povo eleito levava escrito na fronte que era propriedade de Jeová, assim a divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro com ferro em brasa, como propriedade do capital.

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade, que o camponês ou artesão autônomo desenvolve mesmo que em pequena escala, como o selvagem exercita toda arte da guerra como astúcia pessoal, agora passam a ser exigidos apenas pela oficina em seu conjunto. As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam.[665] É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital.[666]

Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais.

> "A ignorância é a mãe da indústria, como da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de movimentar o pé ou a mão não depende nem de uma nem da

663 Nos corais, cada indivíduo constitui realmente o estômago de todo o grupo. Mas esse indivíduo lhe fornece substância nutritiva, em vez de, como o patrício romano, as tirar dele.

664 "O trabalhador que domina uma profissão completa pode trabalhar e encontrar seu sustento em qualquer lugar; o outro" (o trabalhador de manufatura) "é apenas um acessório e, separado de seus colegas de trabalho, não possui nem capacidade nem independência, sendo forçado, portanto, a aceitar a lei que se considere correta lhe impor." (STORCH. *Op. cit.* Ed. São Petersburgo, 1815. t. I, p. 204.)

665 FERGUSON, A. *Op. cit.*, p. 281: "Um pode ter ganho o que o outro perdeu".

666 "O homem do saber e o trabalhador produtivo estão amplamente separados um do outro, e a ciência, em vez de nas mãos do trabalhador aumentar suas próprias forças produtivas para ele mesmo, colocou-se contra ele em quase toda parte. (...) O conhecimento torna-se um instrumento capaz de ser separado do trabalho e oposto a ele." (THOMPSON, W. *An Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth.* Londres, 1824. p. 274.)

> outra. As manufaturas prosperam portanto mais onde mais se dispensa o espírito, de modo que a oficina pode ser considerada uma máquina cujas partes são seres humanos."[667]

Na realidade, algumas manufaturas na metade do século XVIII empregavam de preferência, em certas operações simples, mas que constituíam segredos de fábrica, indivíduos meio idiotas.[668]

> "A inteligência da maior parte dos homens", diz A. Smith, "desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que despende toda a sua vida na execução de algumas operações simples (...) não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência. (...) Ele torna-se geralmente tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana."

Depois de A. Smith descrever o aparvalhamento do trabalhador parcial, prossegue:

> "A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente também a coragem de sua mente. (...) Ela destrói mesmo a energia de seu corpo e o incapacita a empregar suas forças com vigor e perseverança, a não ser na operação parcial para a qual foi adestrado. Sua habilidade em seu ofício particular parece assim ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas, em toda sociedade industrial e civilizada, esse é o estado no qual necessariamente tem de cair o pobre que trabalha (*the labouring poor*), isto é, a grande massa do povo".[669]

A fim de evitar a degeneração completa da massa do povo, originada pela divisão do trabalho, A. Smith recomenda o ensino popular pelo Estado, embora em doses prudentemente homeopáticas. Seu tradutor e comentarista francês, G. Garnier, que no primeiro império francês metamorfoseou-se em senador, polemiza conseqüentemente contra essa idéia. O ensino popular contraria as leis primordiais da divisão do trabalho e com ele "se proscreveria todo o nosso sistema social".

667 FERGUSON, A. *Op cit.*, p. 280.

668 TUCKETT, J. D. *A History of the Past and Present State of the Labouring Population*. Londres, 1846, v. I, p. 148.

669 SMITH, A. *Wealth of Nations*. Livro Quinto. Cap. I, art. II. Como discípulo de A. Ferguson, que desenvolvera as desvantajosas conseqüências da divisão do trabalho, A. Smith era extremamente claro sobre esse ponto. Na introdução de sua obra, onde a divisão do trabalho é festejada *ex professo*, ele a menciona apenas de passagem como fonte das desigualdades sociais. Só no Livro Quinto, relativo à receita do Estado, reproduz ele, Ferguson. Eu expus em *Misère de la Philosophie* o necessário sobre a relação histórica entre Ferguson, A. Smith, Lemontey e Say em sua crítica da divisão do trabalho e lá também apresentei a divisão manufatureira do trabalho como forma específica do modo de produção capitalista. (*Op. cit.*, p. 122 *et seqs.*)

"Como todas as outras divisões do trabalho", disse ele, "a do trabalho manual e trabalho intelectual[670] se torna mais acentuada e mais resoluta à medida que a sociedade" (ele emprega acertadamente essa expressão referindo-se ao capital, à propriedade da terra e ao seu Estado) "torna-se mais rica. Como qualquer outra divisão do trabalho essa é a conseqüência de progressos passados e causa de progressos futuros. (...) Pode então o governo contrariar essa divisão do trabalho e retardar sua marcha natural? Pode ele empregar parte da receita pública para tentar confundir e misturar duas classes de trabalho que almejam sua divisão e separação?"[671]

Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho em geral na sociedade. Mas como o período manufatureiro leva muito mais longe essa divisão social dos ramos de trabalho e, por outro lado, apenas com a sua divisão peculiar alcança o indivíduo em suas raízes vitais, é ele o primeiro a fornecer o material e dar o impulso para a patologia industrial.[672]

"Subdividir um homem significa executá-lo, se merece a pena de morte, assassiná-lo, se ele não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo."[673]

670 Ferguson diz de imediato (*Op. cit.*, p. 281): "E o pensar propriamente pode, nesta época de divisões do trabalho, vir a ser um ofício especial".

671 GARNIER, G. t. V de sua tradução, p. 4-5.

672 Ramazzini, professor de medicina prática em Pádua, publicou em 1713 sua obra *De morbis artificum*, em 1777 traduzida para o francês, impressa novamente em 1841, na *Encyclopédie des Sciences Médicales, 7^me Div. Auteurs Classiques*. O período da grande indústria ampliou de muito, naturalmente, seu catálogo de doenças dos trabalhadores. Veja entre outras obras *Hygiène Physique et Morale de l'Ouvrier dans les Grandes Villes en Général, et dans la Ville de Lyon en Particulier*. Par le Dr. A. L. Fonteret, Paris, 1858 e [ROHATZSCH, R. H.] *Die Krankheiten, welche verschiednen Ständen, Altern und Geschlechtern eigenthümlich sind*, 6 v., Ulm, 1840. No ano de 1854, a *Society of Arts** nomeou uma comissão de inquérito sobre patologia industrial. A lista dos documentos reunidos por essa comissão encontra-se no catálogo do "Twickenham Economic Museum". Muito importante os *Reports on Public Health* oficiais. Ver também EDUARD REICH, M. D. *Ueber die Entartung des Menschen*. Erlangen, 1868.
* Society of Arts and Trades (Sociedade das Artes e Ofícios) — (Sociedade filantrópica fundada em 1754, que se encontrava próxima do iluminismo burguês. Durante os anos 50 do século XIX, o príncipe Albert liderou essa sociedade. O objetivo da sociedade, apregoado com muito barulho, era "o apoio à arte, aos ofícios e ao comércio" e a recompensa para quem contribuísse "para dar emprego aos pobres, ampliar o comércio, aumentar as riquezas do país etc." Na pretensão de impedir o desenvolvimento do movimento grevista de massas na Inglaterra, essa sociedade tentou apresentar-se como intermediária entre os trabalhadores e empresários. Marx denominou essa sociedade de *Society of Arts and Tricks* (Sociedade das Artes e Artimanhas). (N. da Ed. Alemã.)

673 "*To subdivide a man is to execute him, if he deserves the sentence, to assassinate him, if he does not* (...) *the subdivision of labour is the assassination of a people.*" (URQUHART, D. *Familiar Words*. Londres, 1855. p. 119.) Hegel tinha idéias muito heréticas sobre a divisão do trabalho. "Por homens cultos pode-se entender aqueles que podem fazer tudo que os outros fazem", diz ele em sua obra *Rechtsphilosophie*.*
* HEGEL. *Grundlinien der Philosophie des Rechts, oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse*. Berlim, 1840. § 187, complemento. (N. da Ed. Alemã.)

A cooperação baseada na divisão do trabalho ou a manufatura é nos seus inícios uma formação naturalmente desenvolvida. Tão logo ela tenha ganho alguma consistência e amplitude de existência, torna-se a forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista. A história da manufatura propriamente dita mostra como, de início, a sua divisão peculiar do trabalho atinge, de acordo com a experiência, igualmente pelas costas das pessoas atuantes, as formas adequadas, e como almeja depois, da mesma forma que o artesanato corporativo, manter tradicionalmente a forma uma vez descoberta, e a mantém em casos isolados por séculos. Excetuando aspectos secundários, essa forma altera-se somente em conseqüência de uma revolução nos instrumentos de trabalho. A manufatura moderna — não falo aqui da grande indústria baseada na maquinaria — ou encontra os *disjecta membra poetae*[674] já prontos, como, por exemplo, a manufatura de roupa nas grandes cidades, onde ela nasce, tendo somente de juntá-los de sua dispersão, ou o princípio da divisão é evidente, bastando atribuir as diferentes operações da produção artesanal (por exemplo, da encadernação) exclusivamente a trabalhadores particulares. Não custa nem uma semana de experiência descobrir em tais casos a proporção entre os braços necessários para cada função.[675]

A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social — e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser na capitalista — é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital — o que se denomina riqueza social, *Wealth of Nations* etc. — à custa dos trabalhadores. Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada.

674 Os membros dispersos do poeta — das *Sátiras* de Horácio. Livro Primeiro, sátira 4. (N. da Ed. Alemã.)

675 A crença cômoda no gênio inventivo, que o capitalista individual exerceria *a priori* na divisão do trabalho, só se encontra hoje em professores alemães, tais como o sr. Roscher, por exemplo, que consagra ao capitalista, como sinal de gratidão pela divisão do trabalho que salta pronta de sua cabeça jupiteriana, "diversos salários". A maior ou menor aplicação da divisão do trabalho depende do tamanho da bolsa, não da grandeza do gênio.

A Economia Política, que só aparece como ciência própria no período manufatureiro, considera a divisão social do trabalho exclusivamente do ponto de vista da divisão manufatureira do trabalho[676] como um meio de produzir com o mesmo *quantum* de trabalho mais mercadorias, portanto para baratear as mercadorias e acelerar a acumulação do capital. Na mais rigorosa oposição a essa acentuação da quantidade e do valor de troca, se atêm os escritores da antiguidade clássica exclusivamente à qualidade e ao valor de uso.[677] Em conseqüência da separação dos ramos sociais da produção, as mercadorias são mais bem-feitas, os diversos instintos e talentos dos seres humanos escolhem as correspondentes esferas de ação[678] e sem limitação nada significativo pode ser realizado.[679] Assim, pois, com a divisão do trabalho melhoram o produto e o produtor. Quando eventualmente é referido também o aumento da quantidade de pro-

676 Mais que A. Smith, escritores mais antigos, como Petty, como o autor anônimo das *Advantages of the East India Trade* etc., fixaram o caráter capitalista da divisão manufatureira do trabalho.

677 Entre os escritores modernos constituem exceção alguns do século XVIII, como Beccaria e James Harris, que em relação à divisão do trabalho quase não fazem mais que seguir os antigos. Assim diz Beccaria: "A cada um comprova sua própria experiência que, quando se empregam mãos e engenho sempre na mesma espécie de trabalho e de produtos, os resultados são mais fáceis, mais abundantes e melhores do que se cada um fizesse isoladamente todas as coisas de que necessita. (...) Desse modo, os homens dividem-se, para proveito de todos e para seu próprio proveito, em diferentes classes e estamentos". (BECCARIA, Cesare. *Elementi di Econ. Pubblica*. Ed. Custodi, Part. Moderna, t. XI. p. 28.) James Harris, mais tarde, em *Earl of Malmesbury*, famoso pelos *Diaries* [diários] de sua época de embaixador em São Petersburgo, diz mesmo em uma nota a seu *Dialogue Concerning Happiness*. Londres, 1741,* mais tarde de novo impresso em *Three Treatises etc.*, 3ª ed., Londres, 1772: "Toda a demonstração de que a sociedade é algo natural" (isto é, pela "divisão das ocupações") "foi tirada do Livro Segundo da *República* de Platão".
* O autor da obra *Dialogue Concerning Happiness* não é o diplomata James Harris, autor dos *Diaries and Correspondence*, mas sim seu pai James Harris. Marx cita aqui de *Three Treatises*. Londres, 1772. p. 292. (N. da Ed. Alemã.)

678 Assim diz a *Odisséia*, XIV, 228: "Pois um outro homem se deleita também com outros trabalhos" e Arquíloco, em Sexto Empírico: "Cada um recreia seus sentidos em outro trabalho".*
* Marx cita essa expressão do Arquíloco segundo a obra de Sexto Empírico, *Adversus Mathematicos*. Livro 11, p. 44. (N. da Ed. Alemã.)

679 "Πολλ' ηπιστατο εργα, χαχως δ' ηπιστατο παντα!"* — O ateniense sentia-se superior ao espartano, como produtor de mercadorias, porque este na guerra podia dispor de homens, mas não de dinheiro, conforme palavras que Tucídides põe na boca de Péricles em discurso incitando os atenienses à guerra do Peloponeso. "Os que vivem em auto-subsistência estão mais preparados para fazer guerra com seus corpos do que com dinheiro." (TUCÍDIDES. Livro Primeiro. Cap. 141.) Entretanto, permanecia seu ideal, também na produção material, a αυταρξχεια!** que se opõe à divisão do trabalho, "pois com esta há prosperidade, mas com aquela há também independência". É necessário considerar-se que à época da queda dos 30 tiranos*** não chegavam a 5 mil os atenienses sem propriedade de terra.
* Muitos trabalhos sabia ele, entretanto sabia todos mal. (N. dos T.)
** Autarquia. (N. dos T.)
*** 30 tiranos — Uma comissão que depois do término da guerra do Peloponeso (404 a.C.) foi encarregada, em Atenas, de elaborar uma nova constituição. Essa corporação, entretanto, em pouco tempo chamou para si todo o poder e realizou um regime de terror. Após oito meses de domínio pela violência, os tiranos foram derrubados e foi restaurada em Atenas a democracia escravocrata. (N. da Ed. Alemã.)

dutos, isso é feito apenas relativamente à maior abundância do valor de uso. Não se faz a menor alusão ao valor de troca, ao barateamento das mercadorias. Esse ponto de vista do valor de uso domina tanto em Platão[680] que faz da divisão do trabalho o fundamento da divisão social dos estamentos, como em Xenofonte,[681] que com seu instinto caracteristicamente burguês acerca-se já à divisão do trabalho na oficina. A República de Platão, na medida em que a divisão do trabalho é desenvolvida nela como princípio formador do Estado, não passa de idealização ateniense do sistema egípcio de castas, sendo o Egito o país industrial modelar também para outros contemporâ-

680 Platão desenvolve a divisão do trabalho dentro da comunidade a partir da multiplicidade das necessidades e da unilateralidade das capacidades dos indivíduos. O aspecto principal para ele é que o trabalhador deve ajustar-se à obra e não a obra ao trabalhador, como seria inevitável, se ele exercesse diversas artes simultaneamente, portanto uma ou outra delas como ofício secundário. "Pois o trabalho não quer esperar pelo tempo livre daquele que o executa, mas o trabalhador tem de ater-se ao trabalho, todavia não de maneira leviana. — Isto é necessário. — Daí segue que se fabrica mais de tudo, assim como com mais beleza e facilidade, quando cada um faz apenas uma coisa, de acordo com seus talentos naturais, no momento adequado, estando livre de outras ocupações." (*De Republica*. Livro Segundo. Cap. 2. Ed. Baiter, Orelli etc.)* Semelhante em Tucídides, *op. cit.*, c. 142: "A navegação é uma arte como qualquer outra, e não pode ser exercida circunstancialmente de maneira acessória senão, pelo contrário, outras ocupações não podem ser exercidas acessoriamente ao lado dela". Se a obra, diz Platão, "tem de esperar pelo trabalhador, então, muitas vezes, o momento crítico da produção será perdido e a obra se estraga, " 'εργου χαιρον διολλυται"** A mesma idéia platônica encontra-se de novo no protesto dos proprietários ingleses de branquearias contra a cláusula da Lei Fabril que estabelece determinada hora para as refeições de todos os trabalhadores. Seu negócio não poderia ajustar-se aos trabalhadores, pois "as diferentes operações de aquecer, lavar, clarear, passar, calandrar e tingir não podem, por nenhum momento, ser interrompidas sem perigo de danos. (...) Impor a mesma hora de refeição para todos os trabalhadores pode sujeitar ocasionalmente bens valiosos ao perigo de o processo de trabalho não ser terminado". *Le platonisme où va-t-il se nicher!* ***

* República de Platão — O tipo ideal de um Estado escravagista como o descreveu o filósofo grego Platão em sua obra. O princípio básico dessa forma de Estado deveria ser a rigorosa divisão do trabalho entre os estamentos dos cidadãos livres. A função de governar seria concedida aos filósofos; uma casta de guerreiros, liberados de qualquer dever de trabalhar, estaria encarregada de proteger a vida e a propriedade dos cidadãos, enquanto os camponeses, artesãos e comerciantes produziriam exclusivamente os bens materiais que eles fariam chegar ao povo. (N. da Ed. Alemã.)

** O tempo correto para o trabalho é perdido. (N. dos T.)

*** O platonismo, aonde ele vai se aninhar! (N. dos T.)

681 Xenofonte conta não ser apenas honroso receber alimentos da mesa do rei persa, mas que esses alimentos são muito mais saborosos que os outros. "E isso não é nada milagroso, pois assim como as outras artes adquirem uma perfeição especial nas grandes cidades, as iguarias reais são preparadas de um modo todo particular. Pois nas pequenas cidades o mesmo indivíduo faz cama, porta, arado, mesa; freqüentemente ainda constrói casas e fica satisfeito quando consegue desse modo uma clientela suficiente para manter-se. É impossível que uma pessoa que faz tanta coisa, faça tudo bem. Nas grandes cidades porém, onde cada um encontra muitos compradores, basta um ofício para alimentar um homem. Muitas vezes, nem é necessário um ofício por inteiro, um fazendo sapatos para homem, o outro, sapatos para mulher. Aqui e ali, um vive simplesmente de costurar, o outro de cortar sapatos, um simplesmente corta vestimentas, o outro assenta as partes. É necessário, pois, que o executor do trabalho mais simples o faça indubitavelmente da melhor maneira. Do mesmo modo ocorre com a culinária." (XENOFONTE. *Cirop*. Livro Oitavo. Cap. 2.) Acentua-se aqui exclusivamente a qualidade a ser atingida pelo valor de uso, embora Xenofonte já saiba que a escala da divisão do trabalho depende da extensão do mercado.

neos, por exemplo, Isócrates,[682] e até mesmo para os gregos do tempo do Império Romano.[683]

Durante o período manufatureiro propriamente dito, isto é, o período em que a manufatura era a forma dominante do modo de produção capitalista, a plena realização de suas tendências se choca com obstáculos de diversas naturezas. Embora, como vimos, ela criasse ao lado da graduação hierárquica dos trabalhadores uma divisão simples entre trabalhadores qualificados e não qualificados, o número dos últimos fica muito limitado em virtude da influência predominante dos primeiros. Embora ajustasse as operações especiais aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento dos seus órgãos vivos de trabalho e portanto induzindo a exploração produtiva de mulheres e crianças, essa tendência malogra geralmente devido aos hábitos e à resistência dos trabalhadores masculinos. Embora a decomposição da atividade artesanal reduzisse os custos de formação e portanto o valor do trabalhador, continua necessário para o trabalho de detalhe mais difícil um tempo mais longo de aprendizagem, e mesmo onde este se tornava supérfluo, os trabalhadores procuravam zelosamente preservá-lo. Encontramos, por exemplo, na Inglaterra, as *laws of apprenticeship*[684] com seus sete anos de aprendizagem em pleno vigor até o fim do período manufatureiro, tendo sido postas de lado apenas pela grande indústria. Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores.

> "A fraqueza da natureza humana", exclama o amigo Ure, "é tão grande que quanto mais hábil for o trabalhador, tanto mais ele se torna voluntarioso e mais difícil de ser tratado e, por conseguinte, causa grande dano ao mecanismo global, por meio de seus caprichos tolos."[685]

Por todo o período manufatureiro continua, por isso, a queixa sobre a falta de disciplina dos trabalhadores.[686] E se não tivéssemos

682 "Ele" (Busíris) "dividiu a todos em castas especiais (...) ordenou que sempre os mesmos indivíduos executassem os mesmos ofícios, porque ele sabia que os que mudam suas ocupações não se aprofundam em nenhuma; os que, porém, permanecem na mesma ocupação, realizam tudo com a maior perfeição. Realmente verificaremos que em suas artes e ofícios eles superaram seus rivais em maior medida do que o mestre superou o remendão, e em relação à instituição por meio da qual mantêm a monarquia e a constituição restante do Estado, são tão excelentes que os célebres filósofos, que trataram do assunto, elogiaram a constituição estatal egípcia mais que as outras." (ISÓCRATES. *Busíris*, cap. 8.)

683 *Cf.* Diod. Sic.

684 Leis da aprendizagem. (N. dos T.)

685 URE. *Op. cit.*, p. 20.

686 O que foi dito no texto é mais válido para a Inglaterra do que para a França, e mais para a França do que para a Holanda.

os testemunhos dos escritores da época, os simples fatos de que do século XVI até a época da grande indústria o capital não conseguiu apoderar-se do tempo total disponível dos trabalhadores manufatureiros, que as manufaturas eram de vida curta e, de acordo com a imigração ou a emigração dos trabalhadores, tinham de deixar um país para instalarem-se em outro, falariam com a eloqüência de bibliotecas. "Ordem tem de ser estabelecida, de um modo ou de outro", exclama em 1770 o repetidamente citado autor do *Essay on Trade and Commerce*. Ordem, ressoa 66 anos mais tarde da boca do dr. Andrew Ure, "ordem" faltou na manufatura baseada no "dogma escolástico da divisão do trabalho" e "Arkwright criou a ordem".

Ao mesmo tempo, a manufatura nem podia apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade. Como obra de arte econômica ela eleva-se qual ápice sobre a ampla base do artesanato urbano e da indústria doméstica rural. Sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou.

Uma de suas obras mais completas foi a oficina para a produção dos próprios instrumentos de trabalho, nomeadamente também dos aparelhos mecânicos mais complicados que já começavam a ser aplicados.

> "Tal oficina", diz Ure, "oferecia aos olhos a divisão do trabalho em suas múltiplas gradações. A furadeira, o cinzel, o torno tinham cada um seus próprios trabalhadores, classificados hierarquicamente segundo o grau de sua habilidade."[687]

Esse produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez — máquinas. Elas superam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital.

687 URE. *Op. cit.*, p. 21.

APÊNDICE

A QUESTÃO DA TRADUÇÃO

Partindo do pressuposto de que línguas diversas designam entes idênticos com palavras diferentes, pode-se chegar logo à conclusão de que a tradução é possível porque os entes referidos são os mesmos. Ou seja, verificando que, em vez de dizer "casa", em outra língua se diz "house" ou "maison", ou que, em vez de "cavalo" é dito "horse" ou "cheval", em suma, que o ente *A* é designado numa língua pela palavra *a* e que, em outra língua, este mesmo ente seja designado pela palavra *a'*, conclui-se que a tradução é possível porque, sendo $A = A$, então $a = a'$.

De uma cultura para a outra, não só os entes que participam da experiência e do vocabulário da coletividade não são, contudo, rigorosamente os mesmos, como também a divisão, feita pelas diferentes línguas, em campos semânticos não é a mesma em relação aos entes que aparentam ser idênticos. Inclusive a coloração e conotação dada aos "mesmos" campos semânticos não é sempre a mesma. Uma língua pode operar com dois gêneros; outra, alterando radicalmente a sua visão do mundo, pode operar com três ou fazer uma classificação até antitética de entes em gêneros. Uma língua pode distinguir entre o "eu" usado pelo homem e o "eu" empregado pela mulher, outras línguas podem ser indiferentes a isso. Uma língua pode distinguir o gênero para certos números ou até para vários números, outra língua pode não fazer nunca qualquer distinção; uma língua pode agrupar certos números pouco elevados, outra pode levar tais agrupamentos mais detalhadamente avante. Tais diferenças, que sempre existem entre as línguas, constituem dificuldades para a tradução. Não se pode, portanto, pressupor simplesmente que as diversas línguas apenas designam entes idênticos com palavras diferentes.

Sob a aparência de designar o mesmo ente, as línguas podem fazê-lo de modo bastante diversificado, complicando a questão da sinonímia. Assim, dois entes que *aparentam* pertencer à mesma família, "morcego" e "rato", têm, na língua inglesa, uma proximidade em termos

de significante, "bat" e "rat", que inexiste em português. A língua francesa leva essa aproximação ainda mais avante, ao designar o rato como "souris" e o morcego como "chauve-souris", que literalmente significa "rato careca". Na língua alemã, tal associação entre rato e morcego também existe, só que já é diferente: o morcego, "Fledermaus", é designado, portanto, como um rato, ou melhor, um camundongo (*Maus*), cuja capacidade de voar é que é destacada e qualificada. Portanto, ao considerar sinônimos tais termos, está-se fazendo uma tradução, ao mesmo tempo, correta e inexata, assim como uma tradução literal poderia ser mais exata nos detalhes e menos comunicativa no todo. Fazendo ou deixando de fazer associações dessa ordem, cada língua organiza os dados da experiência de um modo peculiar, experiência que é historicamente mutável.

Não só na tradução de textos estritamente literários, nem sempre a tradução "correta" é efetivamente a melhor tradução: as perdas e acréscimos em tais processos de transposição podem ser às vezes de tal monta que é necessário criar novos termos, literalmente mais exatos; o dicionário pode inclusive não ser o melhor conselheiro. Um termo como "Wertform" pode ser melhor traduzido por "forma-valor" do que por "forma de valor" ou "forma do valor". A tradução literal pode às vezes criar cacófatos na língua de chegada, sendo recomendável evitá-los. O circunlóquio altera a natureza compacta do original; o monossílabo do original pode ter sua correspondência num trissílabo e isso pode, eventualmente, ser um problema. Há mil e uma armadilhas que, a todo momento, o tradutor precisa evitar.

A questão da tradução tem tido três respostas básicas: a materialista vulgar, a idealista e a materialista dialética.

A teoria materialista vulgar supõe que — estabelecendo-se aqui a convenção de designar os entes por letras maiúsculas e as palavras por letras minúsculas —, como aos entes *A, B, C, D,* correspondem, numa determinada língua, as palavras *a, b, c, d,* enquanto, em outra língua, aos mesmos entes correspondem as palavras *a'*, *b'*, *c'*, *d'*, a tradução é possível já que, então, $a = a'$, $b = b'$, $c = c'$, $d = d'$ etc. Os signos seriam, portanto, arbitrários, mas, correspondendo a entes idênticos da realidade, acabariam tendo, de uma língua para outra, uma identidade entre si, possibilitando, assim, a tradução. É uma teoria que parte da existência dos entes reais, mas supõe que sejam autoidênticos e confunde-os com "coisas em si". Supõe que os entes sejam iguais para todas as culturas, em todos os tempos e lugares. Se parte da materialidade dos entes, cai, porém, no mecanicismo de não perceber que as diferentes culturas não operam com os mesmos entes nem as suas línguas destacam e dividem o real do mesmo modo: não há correspondência direta e idêntica entre entes e palavras, pois "coisa significada" e "significado" não são exatamente o mesmo.

A teoria idealista afirma que toda língua contém uma análise e

uma visão do real capaz de estruturar o universo mental de seus falantes, a ponto de estes, a rigor, não falarem a própria língua, mas a língua se falar através deles. Nessa concepção, a língua é que constrói o real, divide-o em compartimentos, destaca certos aspectos, esquece ou pouco discerne a outros, mostra-os existindo de um certo modo e não de outro. Em suma, são as palavras que distinguiriam a natureza dos entes: porque existe a palavra "a" é que se configura no real a coisa "A" como sendo *A* e não *B* ou *C*. Já que, em outra língua, *A'* corresponde a *a'*, *B'* a *b'*, *C'* a *c'* etc., como, portanto, *A'* é diferente de *A*, *B'* é diferente de *B*, *C'* é diferente de *C* etc., pois $a \neq a'$, $b \neq b'$, $c \neq c'$, então, a rigor, a tradução é impossível. Chega-se assim à fórmula "traduttori, traditori".

A terminologia lingüística corrente é idealista. Repetindo toda a tradição metafísica ocidental, faz uma distinção entre a parte corpórea e a espiritual do signo, fala de significante e de significado, mas, ao separar radicalmente o significado da "coisa significada", entende o significado como a resultante de um jogo de diferenças entre elementos do significante, como se a diferença entre pato, gato, rato e mato fosse a diferença entre *p, g, r, m*. O próprio termo "signo" é idealista, pois supõe que ele é que designa o que o ente é: ele é, de fato, mais designado do que designa. Quando se concebe o significante como um jogo de diferenças e esse jogo de diferenças como gerador do significado, concebe-se o significante como anterior ao significado e, inclusive, à coisa significada (da qual, aliás, é então prescindido em nome da ciência). Cai-se na posição predileta do idealismo: de cabeça para baixo. Porque existem os entes reais distintos é que se criam distinções verbais, o que não quer dizer que distinções lingüísticas não auxiliam a distinguir elementos do real. Ao contrário do que reza a terminologia corrente, a coisa significada é que é significante, o significante é que é uma coisa significada, tornada significativa, e o significado não só significa, mas é basicamente significado (e não por um mero jogo de diferenças entre elementos do significante).

Se o idealismo é a posição preponderante na "ciência lingüística", o materialismo vulgar é a posição do senso comum e, em parte, dos dicionários. O pressuposto do materialismo vulgar, de que os entes referidos pelas palavras das diferentes línguas sejam os mesmos, esbarra na inexatidão do esquema $a = A$ e $a' = A$, pois não só não há essa identidade absoluta de *A*, como também pode até ocorrer que — como se mostra ao ter de se traduzir, num certo sentido, o termo português "burro" pelo termo alemão correspondente a "camelo" —, embora $A \neq B$, se tenha $a = b'$. Ainda que, até certo ponto, isso corresponda ao processo de aprendizado, o idealismo se engana ao pressupor, de modo absoluto, que se tem primeiro a língua e depois, em decorrência, o real. Acerta, porém — assim como o materialismo vulgar acerta ao partir dos entes — quando insiste na não-correspondência

exata entre palavras de línguas diferentes, bem como no fato de elas configurarem uma divisão e uma ênfase diferenciada do real. Só que, pelo fato de *A* não ser exatamente igual a *A'*, conclui logo, a partir de exemplos relativamente esdrúxulos, que *A* é totalmente diferente de *A'*, quando em geral este *A* é muito mais idêntico a *A'* do que a *C*/*C'* ou *D*/*D'*.

Se o materialismo vulgar se engana ao pressupor a identidade entre os entes referidos pelos entes das diferentes línguas para, daí, supor a identidade entre as palavras, o engano do idealismo reside em conferir à linguagem um poder que ela não tem e em exacerbar diferenças, esquecendo os elementos de identidade entre palavras e entes. Tanto um quanto o outro são incapazes de explicar a contento os fenômenos que detectam, o que revela, aliás, a necessidade de superar ambas as posições. Ora, a divisão do real e a sensibilidade semântica ao real não depende só das coisas, mas do fazer continuado da comunidade que usa uma língua, na qual se sedimenta a sua experiência histórica, ajudando a formar a mente e a mentalidade das novas gerações. Como esse fazer é diferenciado no espaço e no tempo, nunca se tem uma correspondência exata de uma língua para outra, mas exatamente a diferença é que coloca a possibilidade e a necessidade desse diálogo que é a tradução.

Nenhuma língua designa todos os entes e espectros dos entes designados por outras línguas, mas toda língua tem a possibilidade de absorver ou desenvolver os termos que forem necessários à comunidade que a utiliza. Essa necessidade é historicamente gerada, mantida e, assim também, ela pode deixar de existir, configurando a diacronia semântica da língua. Se os entes objetivos e o fazer da comunidade condicionam a configuração do espectro semântico da língua, esse fazer é que acaba sendo a grande mola propulsora e possibilitadora da tradução. É compreensível que uma língua esquimó faça muitas distinções entre os tipos de neve ou gelo, assim como uma comunidade rural pode fazer distinções entre tipos de cavalo que o habitante da metrópole não seria capaz de designar.

As línguas não são, contudo, apenas campos semânticos mais ou menos isolados, mas também complexas articulações fônicas, morfológicas e sintáticas que, constituindo totalizações estruturadas, fazem com que, de uma língua para outra, mesmo as equivalências que aparentam plena identidade sempre tenham presente o momento da não-identidade. Exatamente essa tensão dialética, ao invés de negar a viabilidade da tradução, é que a torna possível e necessária. Tradução não é pura identidade, mas diálogo em busca de identificação, encontro de diferenças. Nenhuma tradução pode ser a reprodução absoluta da identidade do original, já porque o próprio original não tem essa identidade absoluta, pois é sempre uma recriação a partir do presente e guarda em seus passos as contradições do seu tempo. Toda leitura reconstrói a obra a partir das ruínas dela deixadas como registros

gráficos sobre o papel: tal reconstrução opera com registros, códigos e repertórios que não são exatamente os mesmos do autor. Até o autor quando relê seu texto já não o vê com os mesmos olhos de quando o escreveu. Toda leitura é uma tradução da obra do autor para a obra do leitor: a tradução concretiza explicitamente o que a leitura faz implicitamente. Não há tradução sem interpretação. Essa interpretação busca a identidade através das diferenças de língua e de cultura, através do complexo jogo de identidade e diferenças entre palavras e entes. Na tradução como na comunicação, a diferença é que leva à busca da convergência. Se a comunicação é possível, a tradução também o é; se o bilingüismo é possível, a tradução também é. Não é preciso apelar para a hipótese idealista de uma língua pré-babélica, uma língua adâmica ou uma língua dos anjos para encontrar universais possibilitadores de tradução. Esta tem, afinal, tantos problemas práticos a resolver que já não lhe resta tempo para envolver-se em mistificações.

Em suma, mantida a convenção inicial, surge o seguinte esquema das três respostas básicas à questão da tradução:

1. Tese: MATERIALISMO VULGAR

Sendo	A, B, C, D...	=	a, b, c, d...
e	A, B, C, D...	=	a', b', c', d'...
como	A, B, C, D...	=	A, B, C, D...
então	a, b, c, d...	=	a', b', c', d'...

2. Antítese: IDEALISMO

Sendo	a, b, c, d...	=	A, B, C, D...
e	a', b', c', d'...	=	A', B', C', D'...
como	A, B, C, D...	≠	A', B', C', D'...
então	a, b, c, d...	≠	a', b', c', d'...

3. Síntese: MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Sendo	A, (B), C, D...	$\rightleftarrows$	a, (b), c, d...
e	A', B', (C'), D'...	$\rightleftarrows$	a', b', (c'), d'...
como	A, (B), C, D...	$\rightleftarrows$	A', B', (C'), D'...
então	a, (b), c, d...	$\rightleftarrows$	a', b', (c'), d'...

Além de tais questões teóricas relativas aos fundamentos da tradução, na prática existe a hipótese de que se deve traduzir como se imagina que o autor escreveria caso tivesse redigido o seu texto na

língua para a qual é traduzido. Só que isso geralmente não passa de imaginação do tradutor. Como, devido à própria seleção de textos e ao mercado de trabalho, os tradutores tendem a ser escritores de nível inferior ao dos autores, também a tradução se inclina a ser um texto de qualidade inferior à do original e, então, a pretexto de querer fazer uma boa tradução, tem-se uma boa traição. Trata-se de uma "liberdade" que tende a falsificar o original, a começar por seus traços estilísticos mais peculiares. Além da prática corrente de fazer a tradução só de traduções, essa é, porém, a tendência ainda preponderante.

Hipótese antitética de trabalho é a de trazer à língua para a qual se traduz traços característicos e marcantes da língua da qual se traduz, para que aquela se enriqueça com o acervo desta. Isso pode ocorrer efetivamente e pode representar também, às vezes, a melhor solução para problemas bastante intrincados. Desenvolvendo-se isso porém, de modo sistemático e rigoroso, acaba criando um texto tão estranho e bizarro que o leitor precisa poder retraduzi-lo implicitamente para a língua original a fim de verificar o que foi feito. Com isso se nega, no entanto, o próprio esforço e escopo da tradução.

A superação dialética das limitações dessas duas hipóteses antagônicas de trabalho aponta para uma tradução que seja fiel sem deixar de reproduzir o original, que não fique aquém dos traços do original nem vá além do possibilitado por eles, que não seja desinibida fantasia do tradutor nem fique presa às idiossincrasias de uma língua em relação à outra. Normalmente, maior fidelidade ao original acaba fazendo com que a tradução seja um texto mais fiel ao texto que o autor escreveria se escrevesse na língua para a qual é traduzido. A boa tradução deve ser o próprio original funcionando na língua-receptora como um original, possibilitando a este contemplar a si mesmo como uma tradução através dessa tradução: descobre nela o seu próprio projeto implícito e, assim, aprende a se reler.

Devido às diferenças entre as línguas, as culturas, os momentos históricos, os interesses políticos, a capacidade de compreensão e de recriação, toda tradução necessariamente faz vários deslocamentos em relação ao original, condensando e até suprimindo significados. Por isso, toda tradução é uma interpretação (inclusive a tradição também é tradução), que pode, contudo, ser mais ou ser menos exata. Aparentemente sendo um modelo de fidelidade, a tradução literal tende, por causa dessas diferenças, a trair ainda mais o original. Mas, invertendo o chavão idealista, muitas vezes só a traição é que possibilita uma boa tradução. A tradução livre, a pretexto de fazer uma recriação a partir do original, tende a ser apenas uma paráfrase e não uma tradução confiável. A tradução literal tanto pode ser a melhor maneira de trair o original, quanto pode ser, especialmente ao ter na etimologia a chave da equivalência, a melhor maneira de transpô-lo: em cada caso concreto, o tradutor precisa unir talento e conhecimento para chegar à melhor decisão.

Uma característica da má tradução é ela estar apenas preocupada com o nível semântico do original. É preciso traduzir não só *o que* um autor diz, mas *como* ele o diz, pois esse *como* é essencial e decisivo para *o que* ele diz. Não é possível fazer uma boa tradução do conteúdo do original sem, ao mesmo tempo, fazer uma boa tradução de sua forma. Como não há correspondências exatas de uma língua para outra, é preciso fazer todo um jogo de equivalências recriativas: o que se perdeu de algum modo aqui, por diferenças entre as línguas, precisa ser recuperado acolá ou precisa logo ter outra construção que possa ser equiparada e que, assim, reequilibre o texto.

Outra espécie de má tradução é aquela que basicamente só se preocupa com traduzir o nível do "significante", mesmo que o faça em detrimento do nível do "significado". Ao aparentar fazer maravilhas com o significante, por tirá-lo de sua função, tende a descaracterizá-lo; então, além de não traduzir bem o significado, acaba não traduzindo bem o próprio significante. Como toda grande obra literária, a boa tradução é aquela que consegue superar as dificuldades geradas pelas contradições entre forma e conteúdo e, através dos próprios empecilhos, é capaz de encontrar soluções que não prejudiquem a nenhum dos níveis, elevando a ambos.

Uma tradução, especialmente de obra literária, pode inclusive chegar a ser melhor do que o original. Ela pode ser a descoberta do texto subjacente ao texto original e que o próprio original não conseguiu ser efetivamente capaz de textualizar. Isso se mostra mais claramente no caso limite da inteligibilidade do texto e da tradução que é o poema hermético. Uma tradução de menor qualidade pode ser um bom auxiliar para chegar a uma boa tradução, pois os seus desacertos e as suas diferenças para com o original assinalam o novo caminho a percorrer. Todo acerto maior em algum momento da tradução provoca a necessidade de rever e reelaborar as outras partes até chegar a um todo coerente, de melhor nível. O tradutor é um mediador entre autor e receptor: ao mesmo tempo que é receptor do original, ele é autor de um novo texto. Ele é um leitor que gera leitores: podendo ser leitor, submete-se ao gesto de escrever para que outros possam ler. Tem a profunda humildade de subordinar-se ao comando do texto original. O seu gesto básico é de subserviência, mas comanda a leitura de todos os seus leitores. Através de um "como" ele busca chegar a um "o quê". Passo a passo, no esforço de subir cada degrau do texto, tenta chegar ao horizonte configurado pelo autor para, assim, poder reproduzi-lo. É uma questão de artesanato, de saber fazer, mas é também um fazer que busca um saber.

Não há texto que não seja traduzível. A hipótese de que nem tudo é traduzível porque todo ato de entendimento é historicamente determinado e que, portanto, pode-se perder o contexto do original, apenas coloca de modo mais exacerbado o que ocorre em qualquer

processo de comunicação: entre emissor e receptor há sempre distância e diferença. Exatamente o esforço da tradução enquanto comunicação reside em entender e, de certo modo, superar essa distância, mas um momento de incomunicabilidade é inerente a todo processo de comunicação. Traduzir é fazer um percurso de busca do original, mas como as obras são refeitas ao serem apreendidas, como elas têm contradições internas freqüentemente não desenvolvidas, como elas mantêm em estado de torso os projetos de leitura que elas são, como não há, portanto, nenhuma obra perfeita, também o traduzir é um perfazer. A tradução é um diálogo com o original e acompanha-o como se fosse a sua sombra.

Como sempre há diferença entre o mundo lingüístico-cultural do original e o da tradução, traduzir é administrar desequilíbrios e carências, é uma política permanente de buscar atender a muitas solicitações com recursos que sempre parecem insuficientes. O tradutor tem de aprender a política de transformar as próprias exigências em recursos. Toda tradução é um estranhamento em relação ao original, mas, através da boa gerência do percurso e do ritual de passagem, a boa tradução acaba funcionando com um novo original: como a sombra de Peter Schlemihl, consegue independizar-se, fazer as suas próprias piruetas, criar as suas próprias alegrias e agonias, ser talvez até um fantasma que atormente a seu original. Tudo, porém, aparentando a maior subserviência, a ponto de encontrar a sua identidade naquilo a que, de certo modo, aniquila.

O original se contempla no espelho da tradução e percebe que a boa tradução sai do espelho, deixa de viver apenas em função do original. Caminho de acesso ao original, passa a assumir o seu próprio caminho. Original e tradução se aproximam e se afastam entre si: convergem e divergem. Aparentemente amigos, pai e filho, repetem o percurso de Édipo. O rei antigo precisa provar a sua soberania ante o rebento que nasce. Para evitar a ameaça do original, que não quer ver nenhum equivalente reinando em seu território, a tradução se refugia no país distante de outra língua e cultura; mesmo não querendo, volta de lá para, se de boa estirpe, terçar armas com o original. A autonomia da grande tradução guarda o estigma do gesto sacrílego do assassinato involuntário do pai, alteridade que se apresenta como herdeira do trono do pai, com o afastamento, o olvido e o enterro do original propriamente dito. O fantasma do original reaparece clamando pelos corredores do tempo, conclamando a vingança de uma nova tradução, exigindo a reimposição de sua diferença e o primado de sua existência. Como o veneno pingado, gota a gota, no ouvido do pai de Hamlet, a tradução pinga, palavra após palavra, a morte do original: depois ela se entroniza, com a ajuda da língua que foi a rainha de um e que agora é a de outro, no trono dele, procurando esquecer que o original deixa um herdeiro potencial, uma nova tradução que, no terçar

das armas dos novos tempos, há de cumprir o ritual da vingança assinalado pela inevitável diferença e releitura do original.

A estranheza que, sob uma aparência de originalidade, a tradução constrói em outra língua em relação ao original é o que possibilita a sua autonomização e o seu funcionamento. Isso faz com que a tradução deixe de funcionar simplesmente como uma "tradução": há como que um esquecimento de que ela seja uma tradução, ela passa a funcionar como um novo original, a ponto de sugerir até que o original seja a sua tradução. Quanto melhor uma tradução, tanto menos ela é apenas uma tradução. Ela só se cumpre plenamente quando consegue aperfeiçoar-se a ponto de negar a si mesma. Especialmente a tradução literária, mais ainda o caso-limite que é a tradução de poesia, precisa levar avante o projeto implícito no original e que também é a sua proposta de tradução. A eventual infidelidade ao texto e à estrutura de superfície pode ser a maior fidelidade ao texto subjacente que é almejado. Nesse caso, o original como que entra no espelho da tradução e a tradução sai do espelho do original. E ambos se contemplam em dupla estranheza e mútuo reconhecimento.

São Paulo, 29 de maio de 1983.

Flávio R. Kothe

ÍNDICE

Apresentação de Jacob Gorender 5
Indicações Bibliográficas 67
SALÁRIO, PREÇO E LUCRO 71
Observações preliminares 73

I — Produção e Salários 73
II — Produção, Salários e Lucros 75
III — Salários e Dinheiro 83
IV — Oferta e Procura 87
V — Salários e Preços 88
VI — Valor e Trabalho 90
VII — Força de Trabalho 98
VIII — A Produção da Mais-Valia 100
IX — O Valor do Trabalho 102
X — O Lucro Obtém-se Vendendo uma Mercadoria pelo seu Valor 103
XI — As Diversas Partes em que se Divide a Mais-Valia 104
XII — A Relação Geral entre Lucros, Salários e Preços 106
XIII — Casos Principais de Luta pelo Aumento de Salários ou Contra a sua Redução 108
XIV — A Luta Entre o Capital e o Trabalho e seus Resultados 113

O CAPITAL — CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

A Respeito da Tradução de O Capital 121
Advertências do Editor 125
Prefácio da Primeira Edição 129
Posfácio da Segunda Edição 133
Prefácio da Edição Francesa 143
Posfácio da Edição Francesa 145
Prefácio da Terceira Edição Alemã 147

Prefácio da Edição Inglesa 151
Prefácio da Quarta Edição Alemã 155

LIVRO PRIMEIRO — O Processo de Produção do Capital 161

SEÇÃO I — MERCADORIA E DINHEIRO 163

CAP. I — A Mercadoria 165
1. Os dois fatores da mercadoria: Valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor) 165
2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias 171
3. A forma de valor ou o valor de troca 176
A) Forma simples, singular ou acidental de valor 177
1) Os dois pólos da expressão de valor: forma relativa de valor e forma equivalente 177
2) A forma relativa de valor 178
a) Conteúdo da forma relativa de valor 178
b) Determinação quantitativa da forma de valor relativa 181
3) A forma equivalente 183
4) O conjunto da forma simples de valor 187
B) Forma de valor total ou desdobrada 190
1) A forma relativa de valor desdobrada 190
2) A forma equivalente particular 191
3) Insuficiências da forma de valor total ou desdobrada 191
C) Forma geral de valor 192
1) Caráter modificado da forma valor 192
2) Relação de desenvolvimento da forma valor relativa e da forma equivalente 194
3) Transição da forma valor geral para a forma dinheiro 195
D) Forma dinheiro 196
4. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo 197

CAP. II — O Processo de Troca 209

CAP. III — O Dinheiro ou a Circulação das Mercadorias 219
1. Medida dos valores 219
2. Meio de circulação 227
a) A metamorfose das mercadorias 227
b) O curso do dinheiro 236
c) A moeda. O signo do valor 245

3. Dinheiro 250
a) Entesouramento 250
b) Meio de pagamento 254
c) Dinheiro mundial 261

SEÇÃO II — A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL 265

CAP. IV — Transformação do Dinheiro em Capital 267
1. A fórmula geral do capital 267
2. Contradições da fórmula geral 275
3. Compra e venda da força de trabalho 285

SEÇÃO III — A PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA ABSOLUTA 295

CAP. V — Processo de Trabalho e Processo de Valorização 297
1. O processo de trabalho 297
2. O processo de valorização 305

CAP. VI — Capital Constante e Capital Variável 317

CAP. VII — A Taxa de Mais-valia 327
1. O grau de exploração da força de trabalho 327
2. Representação do valor do produto em partes proporcionais do produto 335
3. A "última hora" de Senior 338
4. O mais-produto 342

CAP. VIII — A Jornada de Trabalho 345
1. Os limites da jornada de trabalho 345
2. A avidez por mais-trabalho. Fabricante e boiardo 349
3. Ramos da indústria inglesa sem limite legal da exploração 357
4. Trabalho diurno e noturno. O sistema de revezamento 370
5. A luta pela jornada normal de trabalho. Leis compulsórias para o prolongamento da jornada de trabalho, da metade do século XIV ao fim do século XVII 378
6. A luta pela jornada normal de trabalho. Limitação por força de lei do tempo de trabalho. A legislação fabril inglesa de 1833/64 391
7. A luta pela jornada normal de trabalho. Repercussão da Legislação Fabril inglesa em outros países 410

CAP. IX — Taxa e Massa da Mais-valia 417

SEÇÃO IV — A PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA RELATIVA ... 427

CAP. X — Conceito de Mais-Valia Relativa 429

CAP. XI — Cooperação 439

CAP. XII — Divisão do Trabalho e Manufatura 453
1. Dupla origem da manufatura 453
2. O trabalhador parcial e sua ferramenta 455
3. As duas formas fundamentais da manufatura — manufatura heterogênea e manufatura orgânica 458
4. Divisão do trabalho dentro da manufatura e divisão do trabalho dentro da sociedade 466
5. O caráter capitalista da manufatura 473

APÊNDICE 483